

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ADILSON SILVA SANTOS

SÍRIOS E LIBANESES NO SUL DO ESPÍRITO SANTO (1890-1930)

VITÓRIA

2019

ADILSON SILVA SANTOS

SÍRIOS E LIBANESES NO SUL DO ESPÍRITO SANTO (1890-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Dadalto

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S237s Santos, Adilson Silva, 1978-
Sírios e libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930) /
Adilson Silva Santos. - 2019.
388 f.

Orientadora: Maria Cristina Dadalto.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Imigração. 2. Sírios e libaneses. 3. Sul do Espírito Santo. 4.
Primeira República. I. Dadalto, Maria Cristina. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ADILSON SILVA SANTOS

SÍRIOS E LIBANESES NO SUL DO ESPÍRITO SANTO (1890-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Cristina Dadalto (Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dra. Adriana Pereira Campos (Membro Titular Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi (Membro Titular Externo)
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Sergio Luiz Marlow (Membro Titular Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dra. Renata Siuda-Ambroziak (Membro Titular Externo)
Universidade de Varsóvia – Polônia

Prof. Dr. Aldieris Braz Amorim Caprini (Membro Suplente Externo)
Instituto Federal do Espírito Santo

Prof. Dra. Maria Beatriz Nader (Membro Suplente Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Membro Suplente Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico esta tese à minha esposa Aline e aos meus filhos, Sofia e Pedro, por me encherem de amor todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Sempre começo a leitura de uma tese pela parte dos agradecimentos. Aquelas belas palavras, cheias de afeto, endereçadas a quem, direta ou indiretamente, ajudou a construir um trabalho como esse, sempre me emocionam. E não são poucos os que merecem nossa gratidão! Gratidão, aliás, é um daqueles sentimentos admiráveis, que mostram que você não faz nada sozinho, que você não está sozinho, independentemente de qual seja o desafio.

Sendo assim, agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida e pelas condições que me deu para concluir este trabalho. Minha gratidão, também, aos meus pais, Emilson e Vacy, cujos valores a mim ensinados carrego no coração e nas ações, porque sempre me iluminaram.

Sou grato à minha esposa, Aline, pelo amor, carinho, paciência, companheirismo, parceria e incentivo cotidianos. E também aos meus filhos, Sofia e Pedro, fontes do amor que recebo todos os dias, por meio de abraços e beijinhos, que me fazem ver a vida com olhos de esperança.

À minha querida orientadora Maria Cristina Dadalto, por quem tenho muito respeito e admiração. Por tudo que me ensinou, pela generosidade, pela orientação paciente, criteriosa e segura, pelos desafios propostos ao longo da pesquisa e por ter acreditado que ela era possível, muito obrigado!

Minha gratidão também aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes, especialmente àqueles com os quais tive o prazer de conviver nas disciplinas que cursei: Adriana Pereira Campos, Patrícia Maria da Silva Merlo, Maria Cristina Dadalto, Syrléa Marques Pereira, Sebastião Pimentel Franco, Sergio Luiz Marlow, Simone Santos de Almeida Silva e André Luís Lima Nogueira. Agradeço ainda aos funcionários da Secretaria do Programa, Filipe e Michely, pelo atendimento sempre muito gentil e cordial.

Aos professores da banca de qualificação, Adriana Pereira Campos, Renata Siuda-Ambroziak e Pedro Ernesto Fagundes, obrigado pelas preciosas observações e

sugestões, que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento deste trabalho. Meu agradecimento também por aceitarem compor a banca de defesa dessa tese, o que me honra. Estendo esse agradecimento ao professor Sergio Luiz Marlow, por também ter aceitado compor essa banca de defesa.

Ao professor Oswaldo Mário Serra Truzzi, minha gratidão porque gentilmente aceitou o convite para fazer parte da banca de defesa. Foi de sua autoria o primeiro texto que li sobre imigração de sírios e libaneses, e seus qualificados escritos foram fundamentais para a compreensão desse fenômeno migratório.

Aos meus entrevistados Alice Brumana Nars, Amenaide Abdalla, Ariette Moulin Costa, Carlos Alberto Alexandre Marão (*in memoriam*), Fued Aride, Gélber Cheibub, Jésus Chaibub, Jorge Depes, José Antônio Tannure, José Rubens Brumana, Karime Nassur Salotto, Maria da Penha Alves (*in memoriam*), Roberto Jorge Mezher, Rosangela Marques Guarçoni¹, Saidnei Chaibub e Sérgio Cardozo Bechara, agradeço porque compartilharam comigo suas histórias e memórias e me acolheram tão respeitosamente.

À historiadora Michele Chaibub que, em Mimoso, intermediou minha relação com os descendentes de sírios e libaneses e pelos materiais disponibilizados, minha gratidão. À Rosangela Guarçoni também sou grato por ter-me aberto seu precioso acervo sobre a história de Mimoso, particularmente sobre os sírios e libaneses, e pelas informações sobre a localidade. A Renato Mofati, agradeço pelo oferecimento das fotografias de Mimoso.

A Ronald Mansur, obrigado pelos livros que me forneceu. Também sou grato ao grande historiador itapemirino Luciano Retore Moreno, por toda ajuda, pelos materiais que cedeu, pelas informações que forneceu para a construção desse trabalho, pela generosidade, pela paciência e por intermediar a relação com os entrevistados. Ao professor Filipe Leôncio Braga, minha gratidão pela enorme ajuda na confecção dos gráficos.

¹ Conhecida como Rosangela Guarçoni.

À Verônica Machado e Carolina Gasoni Fassarella, historiadoras, que me auxiliaram na digitalização e transcrição dos processos criminais e registros civis, meus agradecimentos. Da mesma forma, registro minha gratidão aos escrivães responsáveis pelos cartórios de Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro: Fabiano de Souza Soares, Valter Ribeiro de Campos, e Carlos Alberto e Fernando Vieira, respectivamente, que me ofereceram um bom espaço, em seus cartórios, para a digitalização dos registros civis.

Aos membros do LEMM/UFES, sou grato pela parceria e convivência sempre muito salutar. Por fim, agradeço ao Instituto Federal do Espírito Santo, campus de Viana e de Alegre, pelas condições que a Instituição me oportunizou para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta tese tem como tema a imigração síria e libanesa para três localidades do sul do Espírito Santo, entre os anos de 1890 e 1930: Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim. A problemática principal versa sobre as razões para a ascensão econômica, social e política desses imigrantes na sociedade sul capixaba. Busca-se analisar as estratégias sociopolíticas utilizadas por esses imigrantes e seus descendentes no processo de inserção social, bem como os meios através dos quais (re)construíram e negociaram suas identidades. Em linhas gerais, a trajetória que construíram foi marcada por muitas dificuldades, conflitos, renúncias e negociações, mas que lhes permitiu participar da tessitura do tecido social espírito-santense. O corpo documental desta pesquisa abriga fontes escritas, como registros de nascimento, casamento e óbito, periódicos publicados no Espírito Santo, inventários, processos criminais e inquéritos policiais, assim como as fontes orais. Por meio da análise dessas fontes, foi possível (re)construir e discutir os elementos constitutivos das trajetórias desses sujeitos migrantes nas três localidades mencionadas. Além disso, foi possível identificar as principais estratégias de inserção social que utilizaram ao longo de seu assentamento, com destaque para a exogamia e a filantropia. Para análise desses documentos históricos, orais e escritos, examina-se a relação entre a constituição da memória individual, social e/ou coletiva e as identidades construídas por esses imigrantes. Acrescente-se a este exame aquele realizado sobre o uso da etnicidade dos sírios e libaneses em práticas cotidianas, que demonstraram que a imigração síria e libanesa experimentou uma hibridização cultural.

Palavras-chave: Imigração Síria e Libanesa; Sul do Espírito Santo; Inserção Social; Memória e Identidades; Negociação da Identidade.

ABSTRACT

The theme of this thesis is the Syrian and Lebanese immigration in three places in the south of the Espírito Santo state (*Itapemirim, Mimoso and Cachoeiro de Itapemirim*) between the years 1890 and 1930. The main research problematic is about the reasons that lead to the economic, social and political ascension of these immigrants in the south of Espírito Santo society. The purpose of this work is to analyze the socio-political strategies used by these immigrants and their descendants in the process of social insertion, as well as the means they used to (re)construct and negotiate their identities. In general terms, the trajectory they have built was marked by many difficulties, conflicts, resignation and negotiation; although that allowed them to participate in the formation of the social fabric of Espírito Santo. The corpus of documents used in this research concerns written sources such as birth, marriage and death certificates; newspapers published in Espírito Santo; inventories; criminal proceedings and police inquiries, as well as oral sources. It was possible to rebuild and discuss the constitutive elements of the trajectories of these migrant people in the three mentioned places, through the analysis of the sources. Besides that, it was possible to identify the main social insertion strategies that they used during their settlement time, with emphasis in exogamy and philanthropy. In order to analyze these historical documents, both written and oral, we examined the relation between the constitution of the individual, social and/or collective memory, and the identities built by these immigrants. In addition to this examination, is the one about the use of ethnicity of Syrian and Lebanese people in everyday activities, which demonstrated that the Syrian and Lebanese immigration has experimented a cultural hybridization.

Keywords: Syrian and Lebanese Immigration; South of Espírito Santo; Social Insertion; Memory and Identities; Negotiation of Identity.

RÉSUMÉ

Le thème de cette thèse est l'immigration syrienne et libanaise vers trois lieux du sud de l'état du Espírito Santo, Brésil, de 1890 à 1930, à savoir: *Itapemirim*, *Mimoso* et *Cachoeiro de Itapemirim*. La problématique principale concerne les raisons pour l'ascension économique, sociale et politique de ces immigrants dans la société du sud du Espírito Santo. Il s'agit d'analyser les stratégies socio-politiques utilisées par ces immigrants et leurs descendants dans le processus d'insertion sociale, bien que les moyens parmi lesquels ils ont (re)construit et négocié leurs identités. Dans l'ensemble, la trajectoire qu'ils ont construite a été marquée par plusieurs difficultés, conflits, renoncements et négociations, mais cela leur a permis de participer à la construction du tissu social du Espírito Santo. Le corpus documentaire de cette recherche comprend des sources écrites, tels que des actes de naissance, de mariage et de décès ; des périodiques publiés au Espírito Santo, des inventaires, des actions judiciaires et des enquêtes policières, bien que des sources orales. Par l'analyse de ces sources, il était possible de (re)construire et discuter les éléments qui constituent les trajectoires de ces sujets migrants dans les trois lieux mentionnés. Par ailleurs, il était possible d'identifier les principales stratégies d'insertion sociale qu'ils ont utilisées tout au long de leur installation, notamment l'exogamie et la philanthropie. Dans le but d'analyser ces documents historiques, oraux et écrits, on examine la relation entre la constitution de la mémoire individuelle, sociale e/ou collective et les identités construites par ces immigrants. On ajoute à cette étude, celle réalisée à propos de l'utilisation de l'ethnicité des syriens et libanais dans des pratiques quotidiennes, qui a démontré que l'immigration syrienne et libanaise a expérimenté une hybridation culturelle.

Mots-clés: Immigration syrienne et libanaise ; Sud du Espírito Santo; Insertion sociale; Mémoire et identités; Négociation de l'identité.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Diversidade Religiosa do Líbano	46
Figura 2	- Perdas territoriais otomanas nos séculos XIX e XX	49
Figura 3	- O Líbano na atualidade	50
Figura 4	- A Síria: fronteiras e principais cidades	53
Figura 5	- Armazém de Secos e Molhados de Cabelém Jabour – Itapemirim (1940)	72
Figura 6	- Tropeiros em Alegre, em frente à firma Miguel Simão (1929)	88
Figura 7	- Portos, vias fluviais e colônias do Espírito Santo (1813-1929) ...	89
Figura 8	- Delimitação da Capitania do Espírito Santo segundo Carta Régia de 1816	96
Figura 9	- O Porto de Itapemirim (1908)	101
Figura 10	- O Trapiche da Barra	102
Figura 11	- José Brumana (ao centro) em sua residência, na Barra de Itapemirim (1956)	105
Figura 12	- Bilhete de viagem de Habib Bechara Mezher (1927)	114
Figura 13	- Casa Moreno (1992)	117
Figura 14	- Família de Jorge Bechara Mezher (1958)	119
Figura 15	- Loja A Bola de Ouro, de propriedade de Miguel Sad João	131
Figura 16	- Carta de Jerônimo de Souza Monteiro para Anphilóquio Alves Moreno	142
Figura 17	- Casal Miguel Sad João e Adma Sad Mameri	147
Figura 18	- Inauguração da Estação de Mimoso (1896)	163
Figura 19	- Município de São Pedro de Itabapoana (1928)	164
Figura 20	- Casamento de Jorge Abdalla e Vitória Cheibub (1920)	175
Figura 21	- Visita do Padre Yesset Amim Furrion e do Cardeal Nicolau II a Mimoso	177
Figura 22	- Imóvel da Casa Popular e residência da família Nassur	190
Figura 23	- Casamento de Constantino Nassur e Mariana Ado Dayha	191
Figura 24	- Casa da Firma Elias Acha & Irmãos	201
Figura 25	- Loja A Nova Morena	206
Figura 26	- Casa Comercial de Gabriel João Minassa	215

Figura 27	- Casal José Paculli e Mathillde Cheibub	220
Figura 28	- Casal Francisco Melhem e Helena Acha	221
Figura 29	- Malha Municipal do estado do Espírito Santo (1872)	236
Figura 30	- Malha Municipal do estado do Espírito Santo (1900)	237
Figura 31	- Vista Parcial do Bairro Guandu (1920?)	240
Figura 32	- Casa Kfuri (1910)	241
Figura 33	- Atestado emitido a Felipe Felix Tannure	261
Figura 34	- Casa Paulista, de Farid Abdenor	296
Figura 35	- Casa comercial de Jacob Yazéji	297
Figura 36	- Said Minassa Chaibub e o filho Nege Chaibub	316
Figura 37	- Duplicata emitida para Francisco Melhem	334
Figura 38	- “Sociedade Syria Sul Espírito-Santense” no Jornal Cachoeirano	338
Figura 39	- Casamento de José Pasculli e Mathilde Chaibub	340

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Imigração Turco-árabe no Brasil comparada com a de alguns grupos nacionais de 1884 até julho de 1943	69
Tabela 2	- Entrada de Imigrantes Estrangeiros no Espírito Santo - Séculos XIX e XX	82
Tabela 3	- Lista de entrevistados em Itapemirim	94
Tabela 4	- Lista de entrevistados em Mimoso	159
Tabela 5	- Lista de entrevistados em Cachoeiro de Itapemirim	230
Tabela 6	- Estado Civil dos que Imigraram - Itapemirim	295
Tabela 7	- Estado Civil dos que Imigraram - Mimoso	295
Tabela 8	- Estado Civil dos que Imigraram - Cachoeiro de Itapemirim ...	295
Tabela 9	- Ingresso dos descendentes de sírios e libaneses nas profissões liberais	323

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Histograma de distribuição de profissões - Cachoeiro de Itapemirim	285
Gráfico 2	- Histograma de distribuição de indivíduos por nacionalidade - Cachoeiro	286
Gráfico 3	- Histograma de distribuição de idades - Mimoso	342
Gráfico 4	- Histograma de distribuição de profissões - Mimoso	343
Gráfico 5	- Histograma de distribuição de idades - Itapemirim	344
Gráfico 6	- Histograma de distribuição de profissões - Itapemirim	345
Gráfico 7	- Histograma de distribuição de idades - Cachoeiro de Itapemirim	345
Gráfico 8	- Histograma de distribuição de profissões - Cachoeiro de Itapemirim	346
Gráfico 9	- Histograma de distribuição da naturalidade de indivíduos - Mimoso	348
Gráfico 10	- Histograma de distribuição da naturalidade de indivíduos - Itapemirim	348
Gráfico 11	- Histograma de distribuição da naturalidade de indivíduos - Cachoeiro de Itapemirim	349
Gráfico 12	- Histograma da distribuição de indivíduos por cidade de residência - Cachoeiro de Itapemirim	350
Gráfico 13	- Histograma da distribuição de indivíduos por cidade de residência - Mimoso	351
Gráfico 14	- Histograma da distribuição de indivíduos por cidade de residência - Itapemirim	352
Gráfico 15	- Histograma da distribuição dos anos em que foram realizados os casamentos tabelados – Itapemirim	353
Gráfico 16	- Histograma da distribuição dos anos em que foram realizados os casamentos tabelados – Mimoso	354
Gráfico 17	- Histograma da distribuição dos anos em que foram realizados os casamentos tabelados - Cachoeiro de Itapemirim	355

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
SOBRE O PROJETO DE PESQUISA	25
1 DO LÍBANO AO BRASIL: A GRANDE EMIGRAÇÃO	39
1.1 O IMPÉRIO OTOMANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	40
1.2 O LÍBANO SOB O IMPÉRIO OTOMANO (1880-1920)	44
1.3 O MANDATO FRANCÊS (1920-1943)	48
1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DO LÍBANO	51
1.5 A SÍRIA E O IMPÉRIO OTOMANO (1880-1920)	52
1.6 A SÍRIA E O MANDATO FRANCÊS (1920-1946)	55
1.7 A EMIGRAÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES PARA O BRASIL	57
1.8 O BRASIL E A IMIGRAÇÃO EUROPEIA	59
1.9 O ESPÍRITO SANTO E A IMIGRAÇÃO EUROPEIA (SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX)	64
1.10 OS SÍRIOS E LIBANESES NO BRASIL: ASSENTAMENTO E ASCENSÃO ECONÔMICA	68
1.11 A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES NOS ESTADOS UNIDOS, ARGENTINA E CHILE	78
1.12 SÍRIOS E LIBANESES NO ESPÍRITO SANTO	81
1.13 CONCLUSÃO CAPITULAR	91
2 SÍRIOS E LIBANESES EM ITAPEMIRIM	93
2.1 O CAMPO EM ITAPEMIRIM	93
2.2 ITAPEMIRIM: POVOAMENTO, DESENVOLVIMENTO, DECADÊNCIA	95
2.3 A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES EM ITAPEMIRIM: TRAJETÓRIAS	104
2.3.1 Família Brumana	105
2.3.2 Família Bechara	110
2.3.3 Família Ayub	111
2.3.4 Família Mezher	113

2.4	“VIVA O POVO BRASILEIRO! EMBARCA, TURCO!”	122
2.5	ENLACES MATRIMONIAIS E CONSTRUÇÃO DE REDES	144
2.6	CONCLUSÃO CAPITULAR	156
3	SÍRIOS E LIBANESES EM MIMOSO	158
3.1	O CAMPO EM MIMOSO	158
3.2	DE SÃO PEDRO DE ITABAPOANA À MIMOSO DO SUL	161
3.3	A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES EM MIMOSO: TRAJETÓRIAS	169
3.3.1	Rosangela Guarçoni	169
3.3.2	Família Abdalla	173
3.3.3	Família Cheibub	178
3.3.4	Família Chaibub	184
3.3.5	Família Nassur	188
3.4	COTIDIANO, CONFLITO E INTERMEDIAÇÃO DA JUSTIÇA	195
3.5	CASAMENTOS EM MIMOSO	209
3.6	CONCLUSÃO CAPITULAR	227
4	SÍRIOS E LIBANESES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	229
4.1	O CAMPO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	229
4.2	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA	232
4.3	A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: TRAJETÓRIAS	242
4.3.1	Família Aride	242
4.3.2	Família Depes	248
4.3.3	Família Tannure	253
4.3.4	Família Marão	262
4.4	ASSENTAMENTO, CONFLITO E ATUAÇÃO DA JUSTIÇA	265
4.5	CASAMENTOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	281
4.6	CONCLUSÃO CAPITULAR	288

5	SÍRIOS E LIBANESES SUL CAPIXABAS: MEMÓRIA E IDENTIDADES, ETNICIDADE E HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL ...	289
5.1	O CAMPO NO SUL CAPIXABA	289
5.2	HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E IDENTIDADES	291
5.3	SOBRE CONFLITOS E O ARBITRAMENTO DA JUSTIÇA: O ESTIGMA E A RELAÇÃO ESTABELECIDOS E <i>OUTSIDERS</i>	325
5.4	CASAMENTOS E REDES DE SOLIDARIEDADE E SOCIABILIDADE	339
	CONCLUSÃO	357
	REFERÊNCIAS	363
	APÊNDICES	383
I	ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	384
II	TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGENS	386
III	LISTA GERAL DE ENTREVISTADOS	388

Da mesma forma que não há presença em um lugar que não se pague com uma ausência em outro lugar; não há inserção ou integração neste lugar de presença que não se pague com uma des-inserção ou des-integração em relação a este outro lugar, que não é senão o lugar da ausência e da referência para o presente.

Abdelmalek Sayad

INTRODUÇÃO

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, verificou-se um intenso movimento migratório, tendo como destino diversas regiões da América. Esse movimento contou com indivíduos dos continentes europeu e asiático, que se envolveram numa fuga em massa em virtude de condições políticas, socioeconômicas e culturais muito adversas em suas terras de origem. Entre estes diferentes imigrantes, podem ser citados os de procedência europeia: italiana, alemã, portuguesa, espanhola, suíça, polonesa, e os de procedência asiática: japoneses, judeus, sírios e libaneses.

Especificamente no caso do Brasil, a imigração de italianos, alemães, suíços, entre outros europeus, ocorreu no processo de substituição da mão de obra escrava negra pela mão de obra livre, em virtude da extinção do tráfico e, posteriormente, por causa da abolição da escravidão negra (COSTA, 1999). Mas, subjacente à ideia de imigração, havia, por parte da elite, o objetivo de branqueamento da Nação e, para tanto, muitos imigrantes europeus tiveram sua vinda para o Brasil subsidiada pelo Governo e por essa elite.

Havia também a necessidade de ocupação e colonização de territórios, oportunizando o crescimento econômico das regiões que receberam esses imigrantes, caso do Espírito Santo, por exemplo (ROCHA, 2000). Mas, é importante deixar claro que esses territórios eram povoados por muitas etnias indígenas e, portanto, não se tratava de povoar vazios demográficos, conforme ficou cristalizado por muito tempo, mas ocupar terras que pertenciam a indígenas, em detrimento destes.

O ano de 1870 é tido pelos pesquisadores do tema, entre os quais Knowlton (1961) e Truzzi (1991), como o limiar da imigração de sírios e libaneses para o Brasil. De acordo com Truzzi (1991, p. 8), “Knowlton apurou contingentes modestos e irregulares até por volta de 1895; daí em diante o fluxo migratório se adensou para, a partir de 1903, crescer ininterruptamente até as vésperas da Primeira Guerra. O ano de 1913 registrou a chegada de 11.101 imigrantes”. Já nos anos 1920, o movimento migratório foi revitalizado e, a partir da Grande Depressão e do sistema de cotas adotado pelo governo brasileiro, então, refluíu (TRUZZI, 1991).

Alguns fatores políticos contribuíram para a ocorrência desse fluxo migratório e um deles diz respeito ao controle exercido pelo Império Turco Otomano na região da Síria e do Líbano. Os otomanos fomentaram a discórdia entre cristãos e muçulmanos a fim de conseguirem uma maior carga tributária. Além disso, muitos jovens cristãos foram obrigados a se alistarem no exército para auxiliar os otomanos na guerra dos Balcãs. Para fugirem do alistamento e como recusa em lutarem ao lado do opressor, muitos resolveram emigrar (GATTAZ, 2012).

Do ponto de vista religioso, deve-se ressaltar que o clima de tolerância religiosa que sempre marcou a história do Monte Líbano foi alterado pela interferência das potências europeias na região a partir do século XIX. Essa interferência ocasionou o acirramento dos conflitos entre cristãos e muçulmanos, estes com grande superioridade numérica em relação àqueles (GATTAZ, 2012). Já entre as questões econômicas que contribuíram para a emigração, destacaram-se as transformações nos transportes, que facilitaram a entrada de produtos industrializados em território sírio e libanês, o que destruiu a produção local voltada para o mercado interno (TRUZZI, 1997).

Como a região da Síria e do Líbano foi dominada pelo Império Turco Otomano até o final da Primeira Guerra Mundial, os imigrantes sírios e libaneses que adentraram ao Brasil vieram com passaporte turco. Por isso, eram genericamente chamados de “turcos”, muitas vezes na tentativa de ofendê-los e humilhá-los (TRUZZI, 1997; KNOWLTON, 1961). A imigração síria e libanesa não foi subsidiada pelo governo brasileiro, mas pelos próprios imigrantes (TRUZZI, 1991). Ao chegarem ao Brasil com poucos recursos financeiros, os sírios e libaneses optaram pela mascateação.

A atividade de mascate permitiu aos sírios e libaneses acumular certo capital para, posteriormente, abrir lojas e armazéns em diversas localidades brasileiras. No início de seu assentamento no Brasil, os imigrantes sírios e libaneses contaram com a ajuda de patrícios, como eram chamados aqueles parentes e/ou amigos, que já haviam se estabelecido no país. Essa ajuda variava entre a hospedagem e o ensino das primeiras palavras em português, até o fornecimento de mercadorias para o trabalho na mascateação, cujo pagamento era feito posteriormente (TRUZZI, 2000).

Aos poucos, foram fazendo sua clientela e conquistando clientes de comerciantes anteriormente estabelecidos, o que geralmente ocasionava conflitos, muitos dos quais eram resolvidos na Justiça. É o caso do episódio narrado por Saletto (2001), ocorrido na Vila de Itapemirim, em 1898, quando um grupo de nacionais se levantou contra os sírios e libaneses ali residentes, manifestando-se por sua expulsão do município. Por pouco não foram mortos, mas, escoltados pela polícia até o porto da Barra de Itapemirim, embarcaram às pressas para o Rio de Janeiro. Segundo Saletto (2001),

O primeiro ponto a observar é que o movimento teve como alvo um grupo de imigrantes com características bem particulares. Eram comerciantes e estavam conquistando uma posição dominante no comércio do sul do estado, fazendo uma concorrência bem-sucedida aos negociantes locais (SALETO, 2001, p. 2).

Esses conflitos que colocaram em lados opostos os sírios e libaneses e os outros grupos resultaram também do fato de que os nacionais e alguns imigrantes, como portugueses, já residiam no Brasil há mais tempo. Nesse sentido, os grupos de estabelecidos enxergavam os imigrantes que chegaram como uma ameaça às suas posições (ELIAS; SCOTSON, 2000). Acrescente-se a isso as grandes diferenças étnicas existentes entre eles. Dessa forma, o que se deve ressaltar é que esses conflitos marcaram intensas disputas pelo poder, por sua manutenção ou conquista.

Ao analisar as estatísticas relacionadas a casamentos de imigrantes em São Paulo e verificar que muitos sírios e libaneses casavam-se fora da colônia ou evitavam o casamento, Knowlton (1961) afirma que muitos deles desposavam mulheres de origem síria e libanesa que figuravam nas estatísticas oficiais como brasileiras, pois eram nativas do Brasil. Se, de modo geral, as alianças matrimoniais na colônia tenderam, no início, a ocorrer internamente a esta, entre as famílias mais bem-sucedidas economicamente, este processo foi ainda mais marcante. Neste caso, a adesão à endogamia tem relação com uma preocupação com a manutenção do patrimônio acumulado (TRUZZI, 1997).

Lesser (2001) afirma que os sírios e libaneses, assim como outros imigrantes e seus descendentes, no processo de construção da identidade nacional, insistiram que novas categorias hifenizadas deveriam ser criadas sob a rubrica de brasileiros.

Relacionando identidade e etnicidade, esse autor analisa como os sírios e libaneses utilizaram a dualidade entre êxito econômico e desinteresse na aceitação plena da cultura euro-brasileira para criar uma etnicidade hifenizada, que incluía uma ideia implícita de brasilidade (LESSER, 2001). Segundo o autor,

As afirmativas de que a etnicidade sírio-libanesa (ou armênia) era um componente legítimo da identidade nacional brasileira aconteceram durante os deslocamentos econômicos e as teorias assimilacionistas que marcaram os anos anteriores à Depressão. A imprensa, os formuladores de políticas e os acadêmicos com frequência comentavam que os imigrantes pareciam se adaptar de maneira lucrativa ao clima econômico do Brasil, embora se recusassem a abraçar incondicionalmente a cultura euro-brasileira (LESSER, 2001, p. 110-111).

Nesse sentido, alguns grupos de imigrantes, como os sírios e libaneses, foram capazes de ampliar o estreito paradigma nacional de um Brasil branco ou europeu (LESSER, 2001). Outro traço marcante dos sírios e libaneses foi o ingresso nas profissões liberais, entre as quais médicos, advogados, engenheiros. Para Truzzi (1991),

Paralelamente à expansão de seus interesses em atividades comerciais e industriais, o acesso de imigrantes e descendentes de sírios e libaneses nas chamadas profissões liberais (advocacia, medicina e engenharia) constitui alternativa de ascensão socioeconômica trilhada com bastante êxito por significativas parcelas da colônia (TRUZZI, 1991, p. 82).

Muitos descendentes de imigrantes sírios e libaneses que se fixaram no Espírito Santo e nas regiões que são alvo desta pesquisa buscaram as profissões liberais. Outros entraram para a política partidária e galgaram importantes cargos tanto no Legislativo, quanto no Executivo. É o caso de Vitor Buaiz, governador do estado do Espírito Santo entre 1995 e 1999, e Gilson Carone, prefeito de Cachoeiro de Itapemirim entre 1978 e 1982.

Conforme apurou Campos (1987), a primeira região capixaba em que os sírios e libaneses se fixaram é a de Itapemirim, por causa do porto fluvial responsável pelo escoamento da produção de café do sul do Espírito Santo. Depois de chegarem, por via fluvial, se deslocavam até Cachoeiro de Itapemirim e outras regiões do sul capixaba, como Castelo e Alegre. Muitos optaram por permanecer na Vila de Itapemirim, no litoral, mas alguns adentravam ao Espírito Santo, vindos de Minas

Gerais. Nesse caso, utilizavam o rio Doce ou a estrada de ferro como via de acesso entre o território mineiro e capixaba (CAMPOS, 1987, p. 12, apud SANTOS, 2015).

Independente da importância sócio-histórica, cultural e econômica que os sírios e libaneses tiveram no Espírito Santo, observa-se uma produção acadêmica e memorialística acerca desse grupo ainda muito incipiente. Há uma obra acadêmica de conhecimento público e largamente divulgada, que é “Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo”, de 1987². Em outra obra, de cunho mais didático, intitulada “Correntes migratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses”, publicada em 1999³, há uma referência mínima aos libaneses.

“Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo” é a dissertação de mestrado da professora Mintaha Alcuri Campos, que, publicada em livro, traz à luz elementos da trajetória dos libaneses estabelecidos em três cidades do Espírito Santo: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. A segunda obra foi produzida pelas professoras Mintaha Alcuri Campos, Maria Cilda Soares da Costa, Regina Rodrigues Hees e pelo professor Sebastião Pimentel Franco.

No Espírito Santo, há poucos artigos e/ou capítulos de livros sobre sírios e libaneses. A historiadora Nara Saletto, por exemplo, produziu um artigo sobre um episódio conflituoso envolvendo alguns membros da população de Itapemirim contra os sírios⁴. Maria Cristina Dadalto⁵ publicou um artigo que, ao tratar de diversos imigrantes capixabas, faz referência aos sírios e libaneses. Dois capítulos de livro sobre alguns sírios e libaneses e/ou descendentes, em localidades capixabas, foram publicados recentemente: “Omissão? Sobre algumas queixas de um imigrante sírio em Iconha” (1921)⁶, de autoria de Maria Cristina Dadalto e Adilson Silva Santos; e “Uma família

² CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

³ COSTA, Maria Cilda et al. **Correntes migratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses**. Vitória: Edufes, 1999.

⁴ SALETTO, Nara. Itapemirim contra os sírios: jacobinismo em versão capixaba? **XIII Simpósio de História: Autoritarismo, repressão e memória**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2001.

⁵ DADALTO, Maria Cristina. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação “nós” e os “outros”. Vitória: **Dimensões**, vol. 26, 2011, p. 24-43.

⁶ Trata-se de um dos capítulos que compõem o livro “Movimentos, trânsitos & memórias: temas e abordagens”, organizado por Érica Sarmiento, Marieta Pinheiro de Carvalho e Patrícia Flier.

de descendentes de libaneses em Montanha”⁷, escrito por Adilson Silva Santos e Ana Carolina Moura Marques.

Em relação às dissertações e teses defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), entre dezembro de 2004 e julho de 2016, nenhum pesquisador empreendeu estudo sobre os sírios e libaneses. Por outro lado, sobre os italianos⁸ há quatro dissertações, enquanto que sobre os alemães⁹, existem duas. Não há teses que enfoquem a imigração de indivíduos oriundos da Síria e do Líbano. Há, então, na historiografia capixaba um silêncio incômodo sobre os sírios e libaneses, apesar da grande importância que esses imigrantes tiveram para a economia, a sociedade, a política e a cultura capixaba. Trata-se, na verdade, de um silêncio bastante revelador da ausência de imigrantes de etnias não europeias na produção historiográfica capixaba.

No entanto, o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo tem possibilitado a produção de pesquisas acerca da história do Espírito Santo, mas não apenas. Isso contribui para uma (re)construção da história desses e de outros personagens e grupos sociais silenciados ao longo do tempo, dando feição e voz aos excluídos pela história. É importante destacar também como esse silêncio reflete as relações e as manifestações de poder, bem como a relação entre esse poder e a sociedade na qual ele se manifesta.

⁷ AUGUSTO, Isabel Regina; DADALTO, Maria Cristina; SIUDA-AMBROZIAK, Renata (Orgs.). **Subjetividades em trânsito: memória, emoção, e-imigração e identidades**. Rio de Janeiro: UNIFAP, Bonecker, 2017.

⁸ Sobre italianos, constam os seguintes trabalhos: “O papel social e econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (1891-1927)”, de Rodrigo Paste Ferreira, defendida em 16/09/2008; “Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro”, de Flávio dos Santos Oliveira, defendida em 29/06/2012; “Desenvolvimento socioeconômico e novas alternativas rurais no Espírito Santo: o caso de Venda Nova do Imigrante”, de Paulo César Ruas Oliveira Santos, cuja data de defesa é 11/06/2014; e “A italianidade como potencialidade sociopolítica na Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante (1979-2014)”, de Filipo Carpi Girão, defendida em 09/07/2015. Disponível em <<http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/dissertacoes-defendidas>>. Acesso em 27 de jul. 2016.

⁹ Sobre alemães, constam os seguintes trabalhos: “Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana Sinodo de Mossouri nos porões do Estado Novo”, de Sergio Luiz Marlow, defendida em 10/04/2006; e “A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889)”, de Silas Raash, defendida em 05/08/2010. Disponível em <<http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/dissertacoes-defendidas>>. Acesso em 27 de jul. 2016.

Conforme assevera Rémond (2003, p. 18), “Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades”. Portanto, os referenciais teórico-metodológicos proposto pela Nova História Política, assim como sua pluridisciplinaridade possibilitará, nesta pesquisa, uma compreensão da trajetória dos imigrantes sírios e libaneses na história do Espírito Santo.

SOBRE O PROJETO DE PESQUISA

A escolha dessa temática como objeto de estudo surgiu ainda quando eu cursava o mestrado junto ao mesmo PPGHIS/UFES, quando a professora Dr^a Nara Saletto falou de um trabalho que ela havia apresentado em um simpósio de História sobre um evento envolvendo sírios e libaneses em Itapemirim. Naquele momento, a professora indicou que não havia quase nenhuma produção acadêmica sobre esses imigrantes, em detrimento de sua relevância na história capixaba. Algum tempo depois, passei a estudar o tema em um Grupo de Estudo e Pesquisa que eu coordenava, denominado “História Regional: cultura, sociedade e poder”, no Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo.

Surgido em 2009, esse Grupo de Estudo e Pesquisa tinha por objetivo fomentar a pesquisa e a produção acadêmica (artigos, trabalhos de conclusão de curso) sobre a história do Espírito Santo e das cidades do sul do Estado, entre as quais, aquelas que foram escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, das discussões desse grupo de pesquisa, surgiu a proposta de estudar os sírios e libaneses a partir da necessidade de compreender a trajetória e as dificuldades desses imigrantes em terras do sul capixaba. Também buscava-se compreender as estratégias de sobrevivência desses imigrantes num país diferente de sua terra de origem, considerando-se, então, sua visível ascensão econômica e social e sua influência em diversos aspectos da vida econômica, social, política e cultural nas novas terras.

Embora a presença síria e libanesa no Espírito Santo tenha ocorrido em diversos municípios de norte a sul, a opção por estudá-la em Cachoeiro de Itapemirim,

Itapemirim e Mimoso¹⁰ reside no fato de seu destaque tanto econômico e sócio-histórico, quanto cultural e político, especialmente no último quartel do século XIX e início do XX. Região de grandes fazendas de café em franca expansão, o sul destacou-se por ser a mais importante região econômica do Espírito Santo, sobretudo em virtude da produção de café, principal produto da economia capixaba, a partir da segunda metade do século XIX. Nessa região, havia grande circulação de riqueza.

Em Itapemirim, havia um porto que escoava a produção sul capixaba tanto em direção à Vitória, capital do Espírito Santo, quanto, principalmente, para o Rio de Janeiro, capital federal, conforme assinala Saletto (2001). Cachoeiro, além de ser um grande produtor de café, possuía um porto fluvial no último trecho navegável do rio Itapemirim, por onde as mercadorias eram escoadas até o porto da Barra de Itapemirim para, em seguida, serem transportadas para o Rio de Janeiro e/ou Vitória (SALETTTO, 2008). Outra região importante era a de Mimoso, à época um dos distritos de São Pedro de Itabapoana, que também figurava como um grande produtor de café, escoado pelo rio Itabapoana (SALETTTO, 2005).

O café possibilitou o incremento de importantes transformações econômicas e sociais no Espírito Santo, particularmente no sul, favorecendo o aparecimento de ferrovias, centros urbanos, indústrias. Para esses municípios partiram levas expressivas de sírios e libaneses. Segundo Knowlton (1961, p. 34), os “[...] sírios e libaneses vindos ao Brasil não entraram nas fábricas e nem foram para os campos. Condensaram-se em certos centros urbanos e dedicaram-se ao comércio [...]”.

Já, de acordo com Campos (1987), sírios e libaneses procuraram se destacar no comércio interiorano para suprir, em grande parte, os agricultores, fornecendo crédito e aguardando a época da colheita para o recebimento das dívidas. Esse tipo de transação era usado nas vilas e cidades do interior, para a população (TRUZZI, 1991).

Assim, apesar de desempenharem papel preponderante na economia, sociedade, política e cultura capixaba, sírios e libaneses são pouco estudados, o que me

¹⁰ Mimoso era um distrito de São Pedro de Itabapoana. Com a Revolução de 1930, a sede do município foi transferida, à força, de São Pedro para Mimoso, que passou a denominar-se João Pessoa (Achiamé, 2010).

despertou para tentar contribuir para o preenchimento dessa lacuna, por meio da construção da história que apresente a trajetória da imigração síria e libanesa no sul do Espírito Santo, que é repleta de dificuldades, sacrifícios, conquistas e superação.

Partindo da discussão feita anteriormente sobre a presença síria e libanesa na sociedade capixaba, assim como sobre a lacuna existente sobre a história desses imigrantes, buscou-se responder:

- O que explica a visível ascensão econômica, social e política dos sírios e libaneses na sociedade do sul capixaba entre os anos de 1890 e 1930? Essa problemática desdobra-se em outras, complementares:

- Como o êxito econômico dos sírios e libaneses contribuiu para a construção de uma hibridização cultural?

- Quais foram as estratégias sociopolíticas utilizadas pelos sírios e libaneses e seus descendentes para sua inserção na sociedade e economia capixaba, bem como para a construção e negociação de sua identidade?

Com base nessas questões, as hipóteses que nortearam a pesquisa foram:

- Por tratar-se de uma região periférica no cenário nacional, longe dos grandes centros urbanos, os sírios e libaneses assentados no sul do Espírito Santo enfrentaram grandes dificuldades na luta pelo reconhecimento de sua etnicidade e na construção de sua identidade.

- As estratégias sociopolíticas de integração de sírios e libaneses foram bem-sucedidas, o que lhes permitiu a construção de um espaço étnico de resistência à imposição de uma identidade nacional.

O objetivo principal desta pesquisa foi empreender um estudo sobre como o êxito socioeconômico e político dos sírios e libaneses no sul do Espírito Santo contribuiu para a construção de uma etnicidade hifenizada por parte desses imigrantes. Isso significa assumir que esses imigrantes são etnicamente sírios e libaneses, mas também são brasileiros e capixabas.

Com relação aos objetivos específicos, procurou-se: analisar as principais estratégias de sobrevivência econômica, social, política e cultural desses imigrantes no processo de reinvenção de sua identidade em terras capixabas; identificar e analisar as

principais atividades econômicas praticadas pelos sírios e libaneses, as alterações dessas atividades ao longo do tempo, bem como sua importância para o desenvolvimento da região sul do Espírito Santo; examinar as principais estratégias políticas de negociação da identidade desses imigrantes perante o público e, por fim, entender a importância da etnicidade para a negociação da identidade síria e libanesa em terras capixabas.

Fundamentamos a pesquisa em várias fontes, dentre as quais: “Os estabelecidos e os *outsiders*”, de Norbert Elias e John Scotson. A partir dela, discutimos o que é ser um estabelecido e o desafio de ser um estrangeiro, ou *outsider*, num cenário sociocultural díspar, tanto no que se refere às questões de diferenças culturais, como de estilo de vida, caracterizado por tensões diversas que resultaram em importantes estratégias de sobrevivência em um universo hostil, na maioria das vezes. No caso dos sírios e libaneses, as sociabilidades formadas no interior de sua colônia apresentam-se como uma das estratégias determinantes de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de desconfiança e repúdio por parte dos estabelecidos.

Outro trabalho de importância capital para esta pesquisa é o livro “A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil”, de Jeffrey Lesser. “Este livro examina como os imigrantes não-europeus e seus descendentes negociaram, perante o público, sua identidade como brasileiros” (LESSER, 2001, p. 10), segundo palavras do próprio autor. Fazendo uma análise do processo de construção da identidade nacional, o autor demonstra como esses e outros imigrantes utilizaram diversas estratégias para se incluírem nesse processo e serem chamados de brasileiros, negociando publicamente sua identidade, preservando e reinventando suas tradições culturais.

Portanto, para Lesser (2001), os sírios e libaneses construíram uma etnicidade hifenizada, isto é, esses imigrantes eram etnicamente sírios e libaneses, mas também eram brasileiros porque nasceram no Brasil ou se naturalizaram. Essa etnicidade é uma construção que é feita na relação com o outro, nas fronteiras étnicas, sociais, não sendo um dado *a priori*. Partindo dessa perspectiva, os estudos de Barth (1998) sobre os grupos étnicos e suas fronteiras foram imprescindíveis. Para Barth,

As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão (BARTH, 1998, p. 195).

Essa fronteira étnica é móvel, não é fechada e, quando alguém se encontra com outro indivíduo ou grupo, há interações, mas a fronteira se mantém. Barth, então, preocupou-se não apenas com a constituição dessas fronteiras, mas com a sua manutenção, uma vez que essa manutenção implica uma organização do comportamento e das relações sociais, um compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento na identificação de outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico e uma estruturação das interações, que permitem a persistência de diferenças culturais (BARTH, 1998).

Em que medida as fronteiras étnicas que separam sírios e libaneses de outros imigrantes, bem como de brasileiros são mantidas, e mais, em que medida tais indivíduos e grupos interagem nesse processo de construção de uma etnicidade hifenizada são questões importantes que se colocam a partir dos pressupostos barthianos. Isso porque os grupos étnicos manifestam suas identidades a partir das fronteiras sociais mantidas em situações de interação social em relações interétnicas (BARTH, 1998). Assim,

Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes (BARTH, 1998, p. 196).

Portanto, torna-se evidente como a etnicidade é uma construção que se dá na relação com o outro, relação marcada pela diferença, mas também pelo exercício do poder. À medida que alguns sírios e libaneses vão se estabelecendo no comércio e ocupando locais antes ocupados por nacionais e/ou outros imigrantes, a relação entre eles passa a gerar conflitos, inclusive recorrendo-se à Polícia e/ou à Justiça.

Hannerz (1997) afirma que a noção de fronteiras combina com a de limite quando estão em jogo questões relativas à diversidade cultural. Para ele, limite é “[...] uma linha clara de demarcação, em relação à qual uma coisa ou está dentro ou está fora”

(HANNERZ, 1997, p. 15). No entanto, às vezes esses limites são fluidos, podendo ser entendidos como ziguezagues ou linhas pontilhadas (HANNERZ, 1997).

Dessa forma, mesmo que haja fronteiras/limites entre os grupos étnicos, a relação entre eles não é caracterizada apenas pela imposição de elementos culturais de um e a aceitação do outro. Nas relações, ocorrem encontros, negociações, interações, trocas, que ocasionam uma hibridização cultural (BURKE, 2003). É o caso dos sírios e libaneses no Brasil, que embora tenham passado a desempenhar práticas culturais do país que os recebeu, também forneceram elementos de sua cultura, que foram incorporados às práticas culturais brasileiras.

Para o desenvolvimento do trabalho, dada a metodologia, também consideramos as questões relativas à memória e identidade. Para Pollak (1992), a memória, seja ela individual, coletiva e/ou social, é um fenômeno construído coletivamente no presente. Ela está sujeita a flutuações, transformações e mudanças, e sua constituição abarca três elementos fundamentais: os acontecimentos, as pessoas e os lugares (POLLAK, 1992). Ademais, ao discutir memória e identidade, o objetivo é mostrar que elas andam de mãos dadas, já que a memória “[...] é um fenômeno constituinte do sentimento de identidade [...]” (POLLAK, 1992, p. 5).

Sobre os estudos a respeito da identidade, entendemos não ser possível falar em identidade, mas em identidades, porque elas são múltiplas e “[...] construídas por meio da diferença” (HALL, 2000, p. 110). Nessa perspectiva, as identidades são construções que se efetuam na relação com o outro e são processos nunca completados. De acordo com Hall (2000), as identidades emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, marcadas mais pela exclusão do que pela unidade. Assim, identidades

Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nos podemos representar a nós próprios” (HALL, 2000, p. 109).

Já sobre a História Oral, Michael Pollak (1989) destaca, no artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, a importância da questão dos não-ditos, dos esquecimentos,

dos emudecimentos que dizem muito sobre as memórias silenciadas ao longo do tempo. A História Oral pode fazer emergir essas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), já que ela dá voz aos excluídos e faz com que as lembranças que eram transmitidas nas redes familiares e de amizade venham à tona. Ela empodera aquele que é ouvido. Por isso, o procedimento com instrumentos da História Oral “[...] revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (POLLAK, 1989, p. 10).

Entre as obras de apoio, “Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial”, publicada em 1961, do sociólogo estadunidense Clark Knowlton, faz um estudo bastante elucidativo a respeito da mobilidade social e espacial dos sírios e libaneses em São Paulo. Além disso, a obra se preocupa em descobrir as razões para a emigração desses indivíduos, as características demográficas dos que vieram para o Brasil e para São Paulo, bem como acompanhar a sua mobilidade social e espacial (KNOWLTON, 1961).

Vale ressaltar, ainda, que Knowlton (1961) fez um minucioso estudo a respeito de aspectos da vida cotidiana dos povos sírios e libaneses, usando fontes muito importantes para a compreensão do papel decisivo desses grupos na economia, na sociedade e na política de São Paulo, por exemplo: estatísticas de imigração, censos demográficos, revistas de imigração e colonização, boletins do Ministério do Trabalho e Indústria de São Paulo, entre outras.

Ainda como obras de apoio, destacamos os escritos de Oswaldo Truzzi, entre os quais o livro “De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo”, publicado em 1991. Nele, o autor evoca as razões da imigração síria e libanesa para o Brasil, bem como elenca e analisa as características mais gerais desses imigrantes. Analisa, também, as razões para a ascensão socioeconômica desses grupos por intermédio da inserção de seus filhos nas profissões liberais da medicina, do direito, da engenharia, como exemplos. Em sua obra, numa abordagem elucidativa, Truzzi traz à luz as razões pelas quais a colônia síria e libanesa, no Estado paulista, dedicou-se e se destacou tanto em medicina, advocacia e engenharia a ponto de construir um hospital de referência, o Sírio-Libanês, em São Paulo.

Em outro importante livro, e de forma inédita, “Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo”, publicado em 1997, Truzzi analisa a imigração síria e libanesa para o Brasil, através de uma combinatória que integra a história do deslocamento transoceânico e a especificidade de sua integração ao meio social, e faz, inclusive, um estudo comparativo entre o destino desses imigrantes nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, Truzzi analisa a inserção desses indivíduos na sociedade brasileira e paulista, levando em conta aspectos socioeconômicos e culturais, num processo que resultou na reinvenção da identidade desses sujeitos (TRUZZI, 1997).

Já em relação aos sírios e libaneses no Espírito Santo, destacamos “Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo”, de 1987, de autoria da historiadora Mintaha Alcuri Campos. Na referência mais importante sobre o tema na historiografia capixaba, Campos (1987) ressaltou as razões da imigração do Líbano para o Brasil, bem como os primeiros passos desses imigrantes na atividade econômica que os destacou, a mascateação. Em seguida, a autora faz uma incursão nos principais ramos comerciais a que esses imigrantes se dedicaram, e analisa os casamentos de sírios e libaneses e o papel da mulher na vida social da colônia.

Assim, este trabalho buscou analisar questões de natureza qualitativa sobre a trajetória dos imigrantes sírios e libaneses no sul do Espírito Santo. Para tal, com vistas ao entendimento das práticas sociais, políticas, econômicas e culturais desses imigrantes, a utilização da maior diversidade possível de fontes favorece uma imersão mais profunda no cotidiano dessas práticas. Dessa forma, será feita uma pesquisa de memória e História Oral, com suporte em entrevistas com descendentes, em fotografias, cartas, passaportes, bilhetes de viagens, bem como em documentos cartoriais, tais como: registros de nascimento, casamento, óbito e inventários.

A respeito dos documentos cartoriais de Itapemirim, a pesquisa foi feita nos registros civis do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato. Em Mimoso, foram analisados os documentos disponíveis no cartório de Notas e Registro Civil, os registros de imóveis do Cartório do 1º Ofício e os arquivos judiciais existentes no Fórum, nos Cartórios da 1ª Vara Cível e na 2ª Vara Criminal. Já em Cachoeiro, pesquisou-se registros civis do Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais do 1º

Ofício do Distrito da Sede, além de escrituras de compra e venda, de hipotecas e procurações existentes no Cartório do 5º Ofício de Notas. Do mesmo modo, foram utilizadas fontes judiciais, entre as quais inquéritos policiais, processos criminais, ações judiciais e livros de sentenças judiciais¹¹. Ao analisar um conjunto extenso de fontes, o intuito é investigar as formas concretas que assume a luta pelo poder - e seu exercício (FALCON, 2011).

Do mesmo modo, buscou-se compreender as trajetórias e as relações sociais e de poder que sírios e libaneses, em processo de inserção econômica e social em terras capixabas, construíram com os comerciantes já estabelecidos, nacionais ou estrangeiros. Essas investigações estão em consonância com a Nova História Política porque, conforme assinala Falcon (2011), é fundamental a passagem do estudo institucional do Estado para o estudo do poder, isto é, das “[...] infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores” (FALCON, 2011, p. 68).

No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), encontramos importantes fontes para a pesquisa, como: prontuários da Polícia Civil, recenseamentos nacionais realizados em 1920 e 1940, além de inquéritos policiais e processos criminais envolvendo os sírios e libaneses nas localidades que são alvo dessa pesquisa. No APEES, constam ainda exemplares de jornais e revistas da época, tais como: “*O Cachoeirano*”¹², “*Alcantil*” e “*Estado do Espírito Santo*”. Nesses periódicos, é possível encontrar lançamentos de impostos em que aparecem as firmas de sírios e libaneses, aspectos do cotidiano, como festas, anúncios das firmas, ramo de atividade comercial, localização geográfica dessas firmas, assim como a negociação de sua identidade perante o público.

No Laboratório de História e Pesquisa Social (LAPHIS), localizado no Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim, encontramos inquéritos policiais e processos criminais da comarca de Cachoeiro de Itapemirim e

¹¹ Só encontramos estas fontes no Fórum de Mimoso. Como o próprio nome diz, são livros nos quais eram registradas as sentenças judiciais proferidas pelos juízes.

¹² No período de 1887 a 1908, o jornal denominava-se *O Cachoeirano*. A partir de 1908, extinguiu-se o artigo O, passando a chamar-se, apenas, *Cachoeirano* (SANTOS, 2012).

Itapemirim. Também existem exemplares do jornal *O Cachoeirano*. Há outro periódico importante de Cachoeiro de Itapemirim, *O Município*, cujos exemplares de 1920 e 1921 estão disponíveis na biblioteca da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”.

As narrativas orais coletadas a partir das entrevistas feitas com os descendentes dos sírios e libaneses residentes nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim e Mimoso do Sul revelaram importantes aspectos da trajetória, do cotidiano, da vida pública e, principalmente, da vida privada desses imigrantes. Oportunizaram a (re)construção de suas trajetórias, a emergência de memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), assim como a compreensão das redes de sociabilidade que eles estabeleceram. Também permitiram elencar aspectos que outras fontes não dariam conta de fornecer.

Foram entrevistados 16 descendentes de sírios e libaneses, entre filhos(as) e netos(as), sendo seis em Mimoso, cinco em Itapemirim e cinco em Cachoeiro de Itapemirim. Em Itapemirim e Mimoso, fomos auxiliados por pessoas ali residentes, que intermediaram o contato com novos narradores. A maior parte das famílias de sírios e libaneses já era conhecida, mas fomos auxiliados, nestas localidades, com a sugestão de novas famílias que poderiam vir a ser entrevistadas. Já em Cachoeiro¹³, só houve intermediação para uma das entrevistas, pois o fato de eu ser natural da cidade facilitou a relação com aqueles com os quais pude conversar.

Nas três cidades, a pessoa entrevistada sempre sugeria outra pessoa, alegando que poderia falar um pouco sobre a trajetória de sua família. Assim, optamos pela “técnica de bola de neve”, por meio da qual participantes iniciais indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam outros participantes. De acordo com Vinuto (2014), essa técnica permite ao pesquisador aproveitar as redes sociais dos entrevistados, o que

¹³ Uma das famílias a serem entrevistadas, acatando sugestão da banca de qualificação, era a família Carone. O entrevistado seria Edson Carone, filho do médico e ex-prefeito de Cachoeiro, Gilson Carone, e quem intermediou a entrevista foi Ariette Moulin. O primeiro contato com ele se deu por telefone, no dia 27/08/2018. Ele gentilmente aceitou conceder a entrevista, em sua casa, em Vila Velha, que ocorreria no dia 25 de outubro. No entanto, na véspera, ele me enviou uma mensagem cancelando a entrevista e, no dia seguinte, ligou-me explicando que o motivo do cancelamento era uma questão de saúde. Ficamos de remarcar a conversa, quando tudo estivesse bem com ele, mas meses depois ele veio a falecer, em maio de 2019.

fornece ao “[...] pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais” (VINUTO, 2014, p. 204).

A opção pelo uso da categoria “sírios e libaneses” justifica-se porque, nas fontes escritas a que tive acesso, esses imigrantes são identificados ora como árabes ou turcos (em razão do passaporte, como já explicitado), ora como sírios, e, a partir da década de 1940, como libaneses. Os termos turco, árabe, sírio e libanês usados por muitos estudiosos do tema são quase sempre imprecisos e complexos, por isso a escolha por designá-los como sírios e libaneses nesta pesquisa.

Em relação às narrativas orais, aparece a mesma problemática das fontes escritas: quando não se referiram aos seus pais e avós como turcos, os entrevistados disseram sírios ou libaneses. Alguns narradores falaram que a maioria que veio para o Espírito Santo é de libaneses, mas apurei a vinda dos sírios, também¹⁴.

Sabe-se que, dada a grande diversidade étnica do Oriente Médio, muitos dos habitantes daquela região eram judeus que, inclusive, também imigraram para o Brasil. Em terras brasileiras, tiveram trajetórias econômicas e sociais muito parecidas com as dos sírios e libaneses¹⁵. No entanto, não encontramos, em nenhuma fonte, oral ou escrita, referência aos judeus. Esse silêncio pode ser um indicativo, entre outras hipóteses, da inexistência de judeus-orientais em território capixaba. No Espírito Santo, é consenso entre os descendentes de imigrantes do Oriente Médio, a ideia de que descendem de sírios e libaneses, particularmente de libaneses.

Um elemento identitário que reforça essa versão é o fato de serem adeptos da religião cristã. A grande maioria dos que emigraram para o Espírito Santo era cristã e seus descendentes permanecem professando esta religião. Da mesma forma, a maioria dos que emigraram para o Espírito Santo, em particular para as cidades que são alvo desta pesquisa, era composta por cristãos maronitas e ortodoxos. Em Cachoeiro, por exemplo, somente uma das famílias que entrevistei é drusa, muçulmana, portanto. Em Itapemirim e Mimoso, todos são cristãos.

¹⁴ É o caso de Carlos Alberto Alexandre Marão.

¹⁵ MIZRAHI, Rachel. **Imigrantes judeus do Oriente Médio**: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

O desenvolvimento da tese se deu em cinco capítulos, além das questões introdutórias da temática e da própria pesquisa, e da conclusão. No primeiro capítulo, intitulado “Da Síria e do Líbano ao Brasil: a grande emigração”, aborda-se a imigração síria e libanesa no contexto internacional, entre os anos de 1890 e 1930, com destaque para a dominação otomana e francesa na região da Grande Síria (Síria e Líbano) e os impactos dessa dominação sobre a população local.

Buscou-se elencar os fatores políticos, sociais, econômicas e culturais que foram responsáveis pela emigração de milhares de indivíduos dessa região para o Brasil. Também foi analisado o contexto político, econômico, social e cultural do Brasil como país responsável tanto pela atração desses imigrantes, como por sua recepção.

Além de abordar o contexto internacional e nacional da e/imigração síria e libanesa, o primeiro capítulo tratou do Espírito Santo como destino desses imigrantes e de outros, tendo como pano de fundo a produção cafeeira e as transformações urbanas, comerciais, de vias de comunicação e transporte advindas dela, particularmente no sul do território espírito-santense.

O recorte geográfico abrange três cidades da região sul do Espírito Santo: Itapemirim, Mimoso¹⁶ e Cachoeiro de Itapemirim, mas o estudo da imigração síria e libanesa para essas cidades foi feito em capítulos separados, respeitando as especificidades dessa imigração em cada uma delas. Embora atentos às particularidades, procurou-se observar a ligação entre os sírios e libaneses dessas localidades, já que uma das características marcantes de toda imigração é que os imigrantes circulam e se relacionam em diferentes níveis e localidades.

O segundo capítulo, então, “Sírios e libaneses em Itapemirim”, versou sobre a presença desses imigrantes em Itapemirim que, pela sua produção açucareira e pelo porto fluvial com ligação direta com o Rio de Janeiro, tornou-se um importante centro urbano e comercial do sul do Espírito Santo. O assentamento de imigrantes sírios e

¹⁶ Na verdade, o estudo está centrado em um dos distritos de São Pedro do Itabapoana, que é Mimoso. A cidade só passou a ter o nome de Mimoso do Sul em 1943, e essas transformações serão discutidas no 3º capítulo.

libaneses na região sul capixaba se deu ali por essas características e, aos poucos, eles foram se inserindo na sociedade itapemirinese. O capítulo analisou ainda as dificuldades nesse processo de inserção, bem como suas estratégias de superação das dificuldades encontradas por eles naquela região.

No terceiro capítulo, "Sírios e Libaneses em Mimoso", apresentamos a localidade de Mimoso que, até 1930, era distrito de São Pedro de Itabapoana, região de fazendas produtoras de café. Ali, sírios e libaneses, provenientes do Rio de Janeiro, seguiram não o caminho do porto de Itapemirim. Chegaram pelos trilhos da linha férrea ou pelo porto fluvial localizado na região de Limeira, no vale do Itabapoana. Foram pioneiros na instalação do comércio da região, construindo grandes casas comerciais. Alguns se dedicaram às propriedades rurais, embora não tivessem se afastado das atividades comerciais. Portanto, este capítulo discutiu o assentamento de diversas famílias de sírios e libaneses em Mimoso e sua acomodação nessa sociedade.

"Sírios e Libaneses em Cachoeiro de Itapemirim" é o título do quarto capítulo, que tratou da mais importante localidade capixaba em fins do Dezenove, do ponto de vista econômico, dada a sua grande produção cafeeira. Destacava-se também por abrigar um porto fluvial no último ponto navegável do rio Itapemirim. Importante centro urbano e comercial, Cachoeiro serviu de cenário para que as trajetórias de muitas famílias de sírios e libaneses fossem construídas, algumas marcadas por grande progresso socioeconômico. Conflitos e importantes estratégias de inserção social foram outras marcas do assentamento desses imigrantes examinadas nesse capítulo.

No quinto e último capítulo, "Sírios e libaneses sul capixabas: memória e identidades, etnicidade e hibridização cultural", examinamos os dados obtidos nos capítulos anteriores, à luz da teoria, para discutir a relação entre a memória, a identidade, a etnicidade e a hibridização, a partir das trajetórias que os sírios e libaneses construíram ao longo do processo de inserção social. Problematicamos, também, em que medida o assentamento desses imigrantes em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim refletiu a relação entre estabelecidos e *outsiders*.

A conclusão destinou-se a discutir a trajetória construída sobre a imigração dos sírios e libaneses no Espírito Santo na pesquisa, aventando possibilidades de avanços

nesses estudos, mas, sobretudo, trazendo nossas conclusões sobre a problemática e as hipóteses que constituíram inicialmente o projeto de pesquisa, bem como, nosso reconhecimento de que este trabalho faz jus ao legado desses imigrantes para a história do estado do Espírito Santo.

1 DA SÍRIA E DO LÍBANO AO BRASIL: A GRANDE EMIGRAÇÃO

O objetivo desse capítulo é apresentar um panorama político, social, econômico e cultural da Síria e do Líbano em dois momentos distintos de sua história: o primeiro, sob domínio otomano, entre 1880 e 1920, e o segundo, como mandatos franceses, de 1920 a 1943-1946, respectivamente. Com isso, buscamos facilitar a compreensão do processo por meio do qual milhares de indivíduos dessas regiões emigraram para a América e, mais especificamente, para o Brasil.

Analizamos os motivos da emigração inseridos no contexto político, socioeconômico e cultural específicos da Síria e do Líbano. Nesse sentido, relacionamos o processo migratório que envolveu sírios e libaneses com as condições nas quais essas regiões se encontravam e, assim, elencamos os fatores que pesaram sobre a opção pela emigração.

Abordamos também as políticas imigrantistas brasileiras que foram responsáveis pela introdução de milhares de estrangeiros das mais variadas nacionalidades no país. Paralelamente, ocorreu a imigração síria e libanesa, com suas especificidades, é claro. Além de abordarmos o contexto internacional e nacional da e/imigração de sírios e libaneses, tratamos do processo de inserção desse imigrante sírio e libanês na sociedade brasileira através de uma bem-sucedida trajetória baseada no comércio, passando pelas profissões liberais, bem como pelo exercício de cargos políticos.

Examinamos ainda a presença de sírios e libaneses nos Estados Unidos, Argentina e Chile, verificando as especificidades dessa imigração para esses países, bem como as semelhanças e diferenças em relação à imigração para o Brasil. Por fim, analisamos o percurso desses imigrantes em terras capixabas, particularmente no sul, cujas características econômicas serão expostas no subcapítulo “Sírios e libaneses no Espírito Santo”. No território capixaba, como em diversas partes do Brasil, a produção cafeeira possibilitou importantes transformações econômicas, como o desenvolvimento do comércio – setor através do qual se deu a inserção e ascensão econômico-social dos sírios e libaneses.

1.1 O IMPÉRIO OTOMANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Entre os séculos XVI e XX, a região dos atuais estados da Síria e do Líbano esteve sob domínio do Império Otomano, que subjugou não apenas esses Estados, mas boa parte da Europa Oriental, a Ásia Ocidental e a maior parte do Magrebe. Isso significou o controle sobre territórios com grande diversidade étnica e de tradições políticas, assim como sobre comunidades religiosas distintas (HOURANI, 2006).

O Império Otomano comandava as rotas que ligavam o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico e foi, segundo Hourani (2006), um dos maiores impérios que a parte ocidental do mundo conheceu, desde o esfacelamento do Império Romano. Por se tratar de um império com vastos domínios na Europa, Ásia e África, havia territórios estratégicos, cuja posse significava a manutenção de importantes dividendos para a sua economia. É o caso da Síria e do Egito, que contribuíam com uma parte significativa do orçamento otomano, já que eram lugares geográfica e economicamente estratégicos.

Como destaca Hourani (2006), a posse sobre algumas cidades garantia, aos otomanos, legitimidade e atenção em relação ao mundo islâmico que nenhum outro Estado possuía. É o caso de algumas províncias sírias, como Aleppo, Damasco e Trípoli, que precisavam ser controladas diretamente em virtude ou de suas receitas no comércio internacional, ou por constituírem-se como centros a partir dos quais se organizava a peregrinação à Meca (HOURANI, 2006).

Se, por um lado, havia controle direto dos otomanos sobre alguns lugares, por outro, havia localidades em que esse controle era mais difícil de ser verificado. É o caso das regiões montanhosas do Monte Líbano e dos desertos, por exemplo, cuja dificuldade se dava tanto pelas questões geográficas, do terreno, quanto porque a receita proveniente desses territórios era pequena (HOURANI, 2006).

Ao Império Otomano cabia, então, reconhecer as famílias de senhores locais (HOURANI, 2006). Desde que coletassem e repassassem os impostos, e não ameaçassem as rotas pelas quais passavam o exército e o comércio, o governo central pouco se importava com esses grupos. Assim, afirma Hourani (2006, p. 301),

“[...] os chefes de tribos pastoris no deserto sírio, e as que ficavam na rota dos peregrinos para Meca, recebiam reconhecimento formal”.

Nessa mesma linha de raciocínio, Linhares (1982) afirma que o governo otomano sobre as províncias foi marcado por alguma frouxidão, o que permitiu certa autonomia local. Com o tempo, o equilíbrio entre o poder central e o poder local sofreu algumas mudanças em favor dos chefes locais, o que ocasionou algumas tentativas de tomada do poder por parte de líderes dessas localidades, mas que foram rapidamente reprimidas pelas forças otomanas.

Uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelo Império Otomano foi o comércio. Considerando que esse Império dominava a parte oriental do Mar Mediterrâneo, importante ponto comercial e de contato entre a Europa, a Ásia e a África, as cidades localizadas nessa região contribuíram de forma decisiva para o crescimento econômico do Império Otomano. À medida que as relações comerciais com a Europa apresentaram crescimento, aumentou também a importância dos cristãos e judeus na vida das cidades. Isso porque os cristãos, por exemplo, eram mais ativos no mercado e nas finanças, e eram os chefes da administração fiscal em algumas cidades.

Do mesmo modo, os cristãos atuavam como intermediários entre os mercadores europeus e o mundo otomano, ajudando-os a comprar produtos de exportação e distribuir mercadorias trazidas da Europa (HOURANI, 2006). Nesse processo, destacavam-se os comerciantes sírios e libaneses. Segundo Hitti (1959), o comércio entre libaneses e florentinos oportunizou a comercialização de produtos, como a seda libanesa, o sabão, o azeite, o trigo e outros cereais, no lucrativo mercado europeu. Isso levou os cristãos libaneses a obterem relativa melhoria econômica se comparados aos muçulmanos, motivo de ressentimento desses últimos (GATTAZ, 2012).

Se, no século XVII, consolidou-se o expansionismo do Império Otomano, trazendo um aumento extraordinário da quantidade de recursos para o comércio em virtude de sua vasta área geográfica, os dois séculos seguintes apresentaram-se como momentos de decadência desse Império (MEIHY, 2016). Um dos fatores que contribuíram para

isso foi os gastos que os otomanos tiveram para controlar inúmeras revoltas que ocorreram ao longo desses séculos, que “[...] ajudaram a estrangular economicamente as pretensões expansionistas dos sultões” (MEIHY, 2016, p. 51).

Essa decadência foi também o resultado de pressões externas relativas à Revolução Industrial e à evolução do capitalismo, cujo reflexo se verificou no desenvolvimento econômico e tecnológico das potências europeias, entre os séculos XVIII e XIX. Enquanto nas regiões dominadas pelos otomanos houve pouco avanço tecnológico e declínio no nível de conhecimento científico, a partir do século XIX, a Europa passou a dominar o mundo. Sobre isso, afirma Hourani (2006) que

O surgimento da produção fabril em larga escala e as mudanças nos métodos de comunicação – o advento dos vapores, estradas de ferro e telégrafo – levaram a uma expansão do comércio europeu. Isso foi acompanhado por um poderio armado dos grandes estados europeus (HOURANI, 2006, p. 348).

Desta forma, a população de alguns países da Europa aumentou consideravelmente, o que fornecia mão de obra para as fábricas e mercado para os produtos manufaturados ingleses, franceses etc. Por outro lado, os países do Oriente Médio se tornaram fornecedores de matérias primas e compradores de produtos manufaturados das nações europeias (HOURANI, 2006). Bens produzidos na Europa passaram a competir com aqueles fabricados pelos sírios e libaneses, tanto no mercado europeu, quanto dentro do seu próprio território.

Conforme destaca Hourani (2006), a maior parte da Ásia e da África não conseguia acompanhar essas transformações pelas quais passava o velho continente. Para esse autor, as comunicações entre as regiões otomanas eram deficitárias, havia risco de fome, a produção agrícola permaneceu em níveis de subsistência, com exceção de algumas áreas. Portanto, a manutenção dessa realidade não favoreceu o acúmulo de capital necessário para o investimento na produção (HOURANI, 2006).

Isso levou a uma nova fase na relação entre Império Otomano e os seus súditos porque, agora, com esse novo poder econômico e militar, as potências europeias passaram a interferir mais diretamente em regiões dominadas pelos otomanos, como a Síria e o Líbano. Não obstante o poder político e econômico europeu, outras

questões também começaram a minar o domínio otomano. Para muitos que viviam sob domínio otomano, os europeus passaram a representar um governo de conciliação, de vigência da lei e da igualdade, além de se apresentarem como um modelo civilizatório (HOURANI, 2006).

A coexistência de cristãos lucrando com as novas relações entre o Império Otomano e a Europa e de muçulmanos empobrecendo ocasionou a ocorrência de diversos movimentos violentos, como a Guerra Civil do Líbano, em 1860, entre cristãos e drusos (HOURANI, 2006). O que se observou, a partir daí, foi um processo de reformas políticas empreendidas pelo Governo Otomano, encabeçado pelos “Jovens Turcos”¹⁷. No poder de 1908 a 1918, os Jovens Turcos fizeram propostas reformistas, entre as quais a modernização das instituições com a laicização do Estado, a introdução do Direito Civil, a abolição da poligamia e a emancipação das mulheres.

Entretanto, essas tentativas de modernização não surtiram os efeitos necessários para a salvação do Império e, conforme salienta Linhares (1982), a Primeira Guerra Mundial lhe deu o golpe de misericórdia. O Império Otomano dominou as regiões correspondentes à Síria e ao Líbano até 1920. No caso do Líbano, sua origem histórica e geográfica durante esse período de dominação otomana, isto é, a partir de 1516, está ligada a uma importante região: o Monte Líbano.

¹⁷ De acordo com Almeida (2013), no século XIX, jovens provenientes de famílias ricas, com contato com a Europa, aprenderam línguas europeias, estudaram com professores europeus e, por conseguinte, tomaram contato com ideias pelas quais acabaram atraídos, como a de governo parlamentar. Esses jovens, que formavam a elite intelectual do país, passaram a repensar seu papel na sociedade e a se posicionar contra o Sultão. Por intermédio de jornais, suas ideias conseguiram adeptos em várias regiões do Império. Tempos depois, em fins do Oitocentos, surgiu um novo movimento, dentro da escola de medicina, disposto a fazer oposição ao Sultão, mas, depois de contar com células organizadas em várias cidades, seus líderes foram presos e exilados. Alguns de seus organizadores exilados em Paris passaram a se reunir nessa cidade e a publicar um periódico alinhado com o Positivismo, de Auguste Comte. O grupo, sediado em Istambul, utilizou o nome “União e Progresso”, identificando-se com grupos de Paris. A circulação daquele periódico de Paris em Istambul favoreceu o crescimento do número de adeptos, o que chamou a atenção das autoridades otomanas. Seus membros foram responsáveis pelo golpe que deveria depor o Sultão, mas que fracassou ao ter seus líderes denunciados, presos e depostos (LEWIS, 2002, apud ALMEIDA, 2013). Esse grupo ficou conhecido como “Jovens Turcos”. “Os ‘Jovens Turcos’ [...] ganharam muitos simpatizantes nas Forças Armadas. Alinhados com Riza, o grupo voltou a se chamar [...] Sociedade ou Comitê de União e Progresso (CUP)” (ZUZHER, s/d, apud ALMEIDA, 2013, p. 59). Ainda de acordo com Almeida (2013), o Comitê de União e Progresso exigiu do Sultão a restituição da Constituição, o que se verificou em 23 de julho de 1908, além de terem conseguido a reabertura do Parlamento.

1.2 O LIBANO SOB O IMPÉRIO OTOMANO (1880-1920)

No final do século XVIII, a região do Monte Líbano pertencia à Síria, que estava dividida em quatro províncias governadas por pashás: Damasco, Alepo, Trípoli e Saida (GATTAZ, 2012; OSMAN, 2006). Como era característica dos otomanos a cessão de certa autonomia para as regiões sob seu controle, as províncias sírias possuíam famílias governantes que “[...] desfrutavam de independência quase total, devendo apenas pagar um tributo aos otomanos; Istambul reassumia sua autoridade quando considerava necessário” (GATTAZ, 2012, p. 17).

A sociedade do Monte Líbano se caracterizava pela hereditariedade. No topo da pirâmide social estava o *amir* ou *hakin*, seguido pelos lordes das montanhas ou *muqata’ji*, representados pelas famílias dos nobres que, em sua maioria, eram drusos, mas havia maronitas, greco-ortodoxos e xiitas. Depois deles, vinham os camponeses ou *amiya*, que era a maior parte da população (GATTAZ, 2012). Essa parcela da população era composta por alguns proprietários de terra e por meeiros, havendo, entre eles, maronitas, drusos, mas também xiitas, greco-católicos, greco-ortodoxos e sunitas. Apesar da grande diversidade religiosa, essa sociedade vivia sob certo grau de tolerância (GATTAZ, 2012).

O Sultão otomano era o defensor do Islã, mas havia tolerância para grupos de outras religiões, desde que pagassem tributos e não ameaçassem a religião predominante. Judeus e cristãos, por exemplo, viviam sob proteção porque eram considerados povos do livro ou *dhimmi*. Suas religiões eram reconhecidas como antecessoras do Islã e, portanto, não deviam ser perturbadas. Viviam sob o sistema conhecido como *millet*¹⁸, ou seja, comunidades autônomas sob a direção de seus líderes religiosos (GATTAZ, 2012; MEIHY, 2016). Esse sistema permitiu a criação de certa autonomia perigosa aos interesses do Estado Otomano, porque, segundo Meihy (2012),

Havia uma contradição no sistema de *millets* muito prejudicial às pretensões centralizadoras do Estado Otomano. Enquanto a Sublime Porta exercia seu direito de atuar de forma direta nas decisões dos grupos confessionais sob sua autoridade, os integrantes dos *millets* [...] passaram a reconhecer o sultão como um governante autoritário e distante da comunidade (MEIHY, 2012, p. 53).

¹⁸ *Millets* eram comunidades religiosas jurídicas toleradas pelo Sultão (MEIHY, 2016).

Ainda de acordo com Meihy (2016), havia, entre os cristãos do Monte Líbano, quatro grupos distintos considerados minorias legítimas no Império Otomano: os arameus (sírios orientais, sírios ocidentais e maronitas); os coptas, os armênios e os gregos. Os maronitas eram católicos e originários da pregação de São Marón, no norte do Líbano, a partir do século VII d.C. (OSMAN, 2006). Já os drusos¹⁹ eram um grupo muçulmano heterodoxo, de língua árabe, habitantes de regiões montanhosas do Líbano e outras regiões da Síria. Sua seita data do século X e é considerada herética pelos muçulmanos (LINHARES, 1982).

No século XIX, os *millets* passaram por uma reformulação em virtude de sua situação caótica e dos conflitos comunais causados pela incapacidade otomana em lidar com as ambições de poder das famílias nobres drusas e maronitas (GATTAZ, 2012). O Império Otomano instituiu um conjunto de reformas conhecido como *Tanzimat*, que “[...] significaram a adoção de medidas modernas europeias no interior de uma estrutura política e administrativa considerada obsoleta como a otomana” (MEIHY, 2016, p. 54).

Tratava-se da tentativa de inclusão de concepções políticas ocidentais na sociedade otomana, como a ideia de cidadania otomana, que punha sobre as mesmas condições jurídicas e legais integrantes de comunidades confessionais do Império, muçulmanas ou não (MEIHY, 2016). Isso fez com que os grupos do Monte Líbano mais próximos das potências europeias tivessem uma maior preparação intelectual e técnica, como os cristãos maronitas, em detrimento da exclusão e empobrecimento dos muçulmanos (MEIHY, 2016). O mapa a seguir apresenta essa diversidade religiosa que marcou a sociedade libanesa.

¹⁹ Segundo Osman (2006, p. 35), os “[...] drusos remontam sua origem ao califa fatimida do Egito, Hakim Ibn Nizar, do século X. Sua seita hermética só é acessível aos iniciados e é dirigida por um chefe espiritual, *sheikh*, que detém um poder pessoal de direto sucessório e de gestão dos bens da comunidade”.

Figura 1 - Diversidade Religiosa do Líbano



Fonte: Osman (2006)

A partir da segunda metade do século XIX, o clima de tolerância que pautava a relação entre drusos e maronitas²⁰ se complicou, desencadeando, em 1860, uma verdadeira guerra civil, que pôs fim à convivência pacífica entre as comunidades confessionais libanesas (MEIHY, 2016). Esse episódio e suas origens foram assim descritos por Hourani (2006):

Nos vales montanheses do Líbano, havia uma antiga simbiose entre as principais comunidades religiosas, os cristãos maronitas e os drusos. Um membro da família local, a Shihab, fora reconhecido pelos otomanos como principal fazendeiro de impostos, e os Shihab tinham se tornado na verdade príncipes hereditários da montanha, e chefes de uma hierarquia de família proprietárias de terra, cristãs e drusas, entre as quais havia interesses comuns, alianças e relacionamentos formais. Da década de 1830 em diante, porém, a simbiose se rompeu, por causa de mudanças na população e no

²⁰ Segundo Knowlton (1961), não bastassem as diferenças religiosas, agricultores maronitas foram se espalhando lentamente para o sul sob território druso, substituindo-os e forçando-os a abandonar as montanhas do Líbano e a emigrarem para a Síria.

poder local, do descontentamento dos camponeses com seus senhores, de tentativas otomanas de introduzir controles diretos e das interferências britânica e francesa. Em 1860 houve uma guerra civil no Líbano, e isso provocou um massacre de cristãos em Damasco, uma manifestação de oposição às reformas otomanas e aos interesses europeus a elas ligados, num momento de depressão comercial (HOURANI, 2006, p. 366).

De acordo com Gattaz (2012), os drusos provocaram a morte de onze mil maronitas, além de outros quatro mil que morreram de desnutrição e de cem mil refugiados. Esse conflito teve reflexos em Damasco, acarretando a morte de cerca de três mil cristãos e o êxodo de milhares para as regiões costeiras. Para Meihy (2016), esse evento demonstrou bem o confronto entre a coalizão britânico-otomana-drusa e a franco-maronita.

Outra consequência direta da Guerra Civil de 1860 foi a grande emigração de maronitas para a América, inclusive para o Brasil, com o intuito de fugir dos massacres e da situação caótica sob a qual viviam. Houve também uma mudança de cunho político resultante dessa situação: a instituição do Mutassarifato, em 1861, por pressão das potências europeias. Essa mudança reforçava o poder temporal das comunidades religiosas porque, segundo Gattaz (2012),

[...] o governador (mutassarif) seria indicado pelo sultão otomano com a aprovação dos governos europeus, sendo assistido por um conselho administrativo representando todas as comunidades religiosas, por oficiais pagos e por uma polícia. Assim, apesar de a região ter uma clara maioria cristã, seu sistema oferecia representação e uma parte do poder às comunidades minoritárias (GATTAZ, 2012, p. 20).

A instituição do Mutassarifato se realizou por meio de um regulamento assinado entre o Império Otomano, a Inglaterra, a França, a Áustria, a Prússia e a Rússia. Foi o primeiro texto oficial reconhecendo a autonomia do Líbano em relação ao Império, mas deu às potências europeias o direito de intervir nos negócios do Líbano, além de lançar as bases da organização do país no sistema conhecido como confessional (GATTAZ, 2012). Todavia, a composição do Conselho Administrativo mostrou a interferência europeia em virtude da preponderância de cristãos em sua composição: eram quatro representantes dos maronitas, três drusos, dois representantes dos ortodoxos gregos e um dos outros grupos confessionais (MEIHY, 2016).

O Mutassarifato funcionou até a Primeira Guerra Mundial, quando foi suspenso pelos otomanos. Eles nomearam três governadores para a região, cujo interesse era ter maior controle sobre ela, mas acabou pondo em xeque a autonomia e liberdade que marcou a história dessa região. Intelectuais, políticos, escritores e membros dos grupos confessionais identificados como aliados das potências europeias foram executados pelos turcos, já que foram tratados como traidores. Com o término da Primeira Guerra Mundial e o consequente fim do Império Turco Otomano, o Líbano não experimentou um período de liberdade e independência, pelo menos até 1943, e passou a ser dominado diretamente pela França, como um mandato.

1.3 O MANDATO FRANCÊS (1920-1943)

Em 16 de maio de 1916, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra e França assinaram um acordo secreto, denominado Acordo Sykes-Picot²¹. Por meio dele, Inglaterra e França asseguraram que as províncias otomanas seriam divididas entre si. A região que compreende a Síria e o Líbano ficou sob controle da França, como protetorado, ao passo que Iraque e Palestina ficaram sob domínio inglês.

No mapa a seguir (Figura 2), é possível ver as perdas otomanas nos séculos XIX e XX, entre as quais as regiões da Síria, Líbano, Iraque e Palestina (ALMEIDA, 2013). Já na Figura 3, tem-se o território atual do Líbano.

²¹ “Nesse acordo, a França ganhava a costa da Síria (e Líbano) e uma zona de influência exclusiva no interior da Síria, incluindo Mosul (rica em petróleo). Para a Inglaterra ficaram as províncias de Bagdad e Basra, com uma zona de influência adjacente para o oeste e alguns portos no mediterrâneo em Acre e Jaffa. A palestina seria internacionalizada, menos os dois portos já citados. Entretanto, o acordo não previa o modo como seria a administração dessas zonas de influência e da palestina internacional. As terras do interior seriam entregues a um (ou alguns) reino árabe, o que coincidia em parte com as zonas de influência inglesa e francesa. O acordo [...] foi sancionado pelos governos britânico e francês em maio e, mais tarde, o governo russo também aderiu” (ALMEIDA, 2013, p. 100).

Figura 2 – Perdas territoriais otomanas nos séculos XIX e XX



Fonte: Almeida (2013)

Em 1920, a França proclamou o Estado do Líbano, recuperando regiões que não faziam parte do antigo Mutassarifato do Monte Líbano, como as regiões de Trípoli, Sidon, Tiro e Beirute, contribuindo para conformar o atual território libanês (MEIHY, 2016), conforme Figura 3.

Outro resultado dessa recuperação dos territórios foi o estabelecimento das bases do conflito inter-religioso, porque as áreas incorporadas são de maioria muçulmana. O Líbano permanecia, entretanto, como mandato francês. Como ressalta Hourani (2006), o controle dos países árabes pela Grã-Bretanha e França era importante para seus interesses, além de fortalecer sua posição de potências no mundo. E mais:

Firmemente colocadas em suas posições de potência, a Grã-Bretanha e a França puderam, no período 1918-1939, expandir seu controle sobre o comércio e a produção da região. O mundo árabe era ainda [...] importante para a Europa como fonte de matérias-primas, e uma grande proporção de investimento britânico-francês era dedicada a criar as condições para extraí-las e exportá-las (HOURANI, 2006, p. 422).

Figura 3 – O Líbano na Atualidade



Fonte: United Nations Geospatial Information Section (2018)

Em 1926, foi adotada uma Constituição provisória, de caráter liberal para o país, quando o Líbano passou a ser um Estado unitário, com o árabe como língua oficial e o francês como segunda língua. Ao longo da década de 1920, essa constituição sofreu muitas alterações e, em 1932, o líder ortodoxo grego, Charles Debba, foi eleito o

primeiro presidente do país, embora ainda sob tutela francesa. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial e diante da fragilidade progressiva da França, foi aprovada, pela Câmara dos Deputados libanesa, uma emenda à Constituição que suprimiu todos os artigos relativos à dominação francesa no país (MEIHY, 2016).

A reação autoritária da França, que ordenou a prisão do presidente francês, do chefe de governo e de três ministros, resultou numa insurreição geral dos libaneses, que forçou os franceses a reconhecerem a independência do Líbano, em 1943. Se, do ponto de vista político, a dominação francesa foi fundamental para pôr fim ao controle otomano, por transformar as instituições libanesas e conformar aquilo que o Líbano se tornou depois da independência, também trouxe importantes alterações socioeconômicas e culturais para os povos que habitavam essa região, que precisam ser destacadas.

1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DO LÍBANO

A interferência europeia na região do Líbano, no século XIX, transformou as relações sociais, econômicas e culturais. Aquelas regiões que mantiveram relações comerciais com a Europa tiveram grande e desigual crescimento econômico, fato aplicado ao Líbano, que era a porta de entrada no Oriente Médio através do mar Mediterrâneo. Portanto, cidades portuárias passaram a controlar as atividades políticas e econômicas, em particular as da costa mediterrânea. Além disso, uma nova estratificação social foi surgindo a partir desse comércio mais ativo com a Europa e das mudanças ocorridas no campo.

Segundo Hourani (2006, p. 389), os “[...] centros dos portos eram dominados por armazéns, bancos, escritórios de empresas de navegação, construídos no estilo monumental do sul da Europa”. Por outro lado, esse crescimento econômico não foi acompanhado pela população rural, tampouco pela população pobre que vivia nas cidades, uma vez que possuíam limitado acesso ao poder e foram excluídas, em grande parte, dos benefícios dessas mudanças (HOURANI, 2006).

Do ponto de vista sociocultural, surgiu uma nova classe educada, formada por um novo tipo de escola e por professores ocidentais. Na Síria e no Líbano, comunidades

cristãs fundaram suas próprias escolas com o apoio financeiro francês e debaixo de sua proteção. Missões protestantes fundaram, em 1866, o Colégio Protestante Sírio, que depois se tornaria a Universidade Americana de Beirute. Em 1875, os jesuítas fundaram sua *Université Saint-Joseph*, em Beirute, e a Faculdade de Medicina Francesa foi acrescentada a ela, em 1883 (HOURANI, 2006).

Esse investimento em educação levou à construção de uma nova geração acostumada à leitura, inclusive em língua estrangeira, notadamente em inglês e francês, que substituíam o árabe como língua falada por algumas famílias. Era através de livros e periódicos que as notícias da Europa e da América chegavam aos sírios e libaneses. Daí a importância desempenhada pela imprensa na divulgação dos novos conhecimentos produzidos nessas e por essas regiões (HOURANI, 2006), pois

A imprensa em árabe mal existia antes do século XIX, mas espalhou-se durante o século, sobretudo no Cairo e em Beirute, que iriam continuar sendo os principais centros editoriais: escolas do governo no Cairo e de missões em Beirute haviam produzido um público leitor relativamente grande (HOURANI, 2006, p. 398).

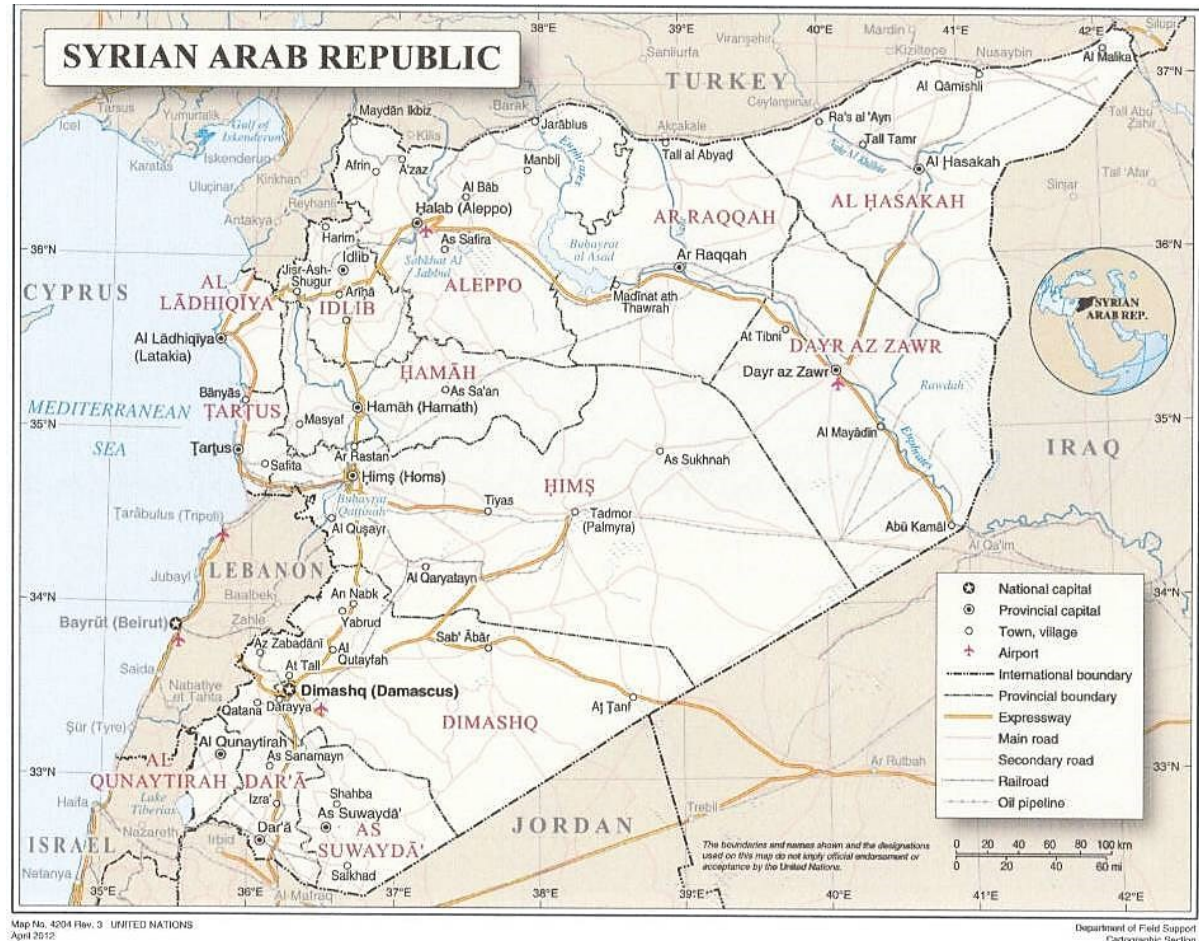
O desenvolvimento de uma nova geração leitora e educada nos moldes europeus, com destaque para o modelo francês, também favoreceu o renascimento da língua árabe, em especial oportunizado pela Universidade Americana de Beirute, que acolheu alunos de todo o Oriente Próximo, e que contribuiu para a redescoberta do passado dessas regiões e para o despertar de um sentimento nacional (LINHARES, 1982). Esse sentimento atingiu com maior intensidade o país vizinho, a Síria.

1.5 A SÍRIA E O IMPÉRIO OTOMANO (1880-1920)

A Síria é um país localizado no Oriente Médio, cuja capital é Damasco. Ao norte, limita-se com a Turquia, ao sul com a Jordânia e o Iraque, a sudoeste com Israel, a oeste com o Líbano e o mar Mediterrâneo, e a leste com o Iraque (BASTOS, 1988). Assim como no Líbano, o domínio otomano sobre a Síria se estendeu do século XVI até 1920. A Síria figurou como um ponto importante em cujas províncias a dominação

otomana se deu de forma mais direta, especialmente em Alepo²², haja vista sua posição no comércio internacional, e em Damasco, por causa da peregrinação à Meca (HOURANI, 2006).

Figura 4 – A Síria: fronteiras e principais cidades



Fonte: United Nations Geospatial Information Section (2018)

Durante o controle otomano na Síria, pouco desenvolvimento intelectual e científico se verificou, se comparado a outras regiões do globo. Contudo, no século XIX, a Síria passou por uma mudança radical, fazendo desse século um marco na sua história. Dois fatores contribuíram para isso: o primeiro, foram os resultados dos conflitos comuns e da Guerra Civil, ocorridos em 1860; o segundo, a abertura do Canal de

²² Em Alepo, viviam mercadores europeus e os cristãos, aí residentes, atuavam como intermediários, ajudando-os a comprar produtos de exportação e a distribuir na região os que haviam sido trazidos da Europa (HOURANI, 2006).

Suez, em 1869 (HITTI, 1959), permitindo o restabelecimento da ligação entre a África, a Ásia e a Europa, além de contribuir para o fim do isolamento da região.

Entre as transformações oriundas da interferência europeia sobre a Síria, é preciso destacar a criação de escolas para meninos e meninas em diversas cidades, como Damasco e Baalbek. Nesse processo, foi decisiva a atuação de missionários católicos e protestantes; universidades também foram criadas e isso propiciou um novo momento para o ensino superior sírio, com a formação de intelectuais de diversas áreas do conhecimento, de variadas regiões do Oriente Próximo.

A fundação da imprensa na Síria favoreceu a produção literária impressa em árabe, bem como em inglês e francês, oportunizando o nascimento de novos escritores, autores, literatas, poetas e, conseqüentemente, de um novo público leitor, ávido pelo acesso àquilo que era produzido. Ideias novas a respeito do ensino, da ciência, da produção intelectual começaram a conflitar com as já tradicionais, e a questão que se colocava naquele momento era como conciliar tais divergências (HITTI, 1959).

Do ponto de vista social, a divisão que se verificava na sociedade síria – de um lado latifundiários, aristocratas, eclesiásticos e, de outro, agricultores, camponeses, trabalhadores manuais e pobres – fez nascer um novo grupo social, ou seja, uma classe média, formada por médicos, advogados, professores, escritores etc., que passou a ter grande influência na sociedade. No entanto, essa realidade esteve restrita às cidades, e o resultado desse processo foi, entre outras coisas, uma rachadura na estrutura social e uma nova mentalidade (HITTI, 1959).

A produção agrícola também sofreu algumas alterações importantes a partir da interferência e das relações com a Europa. A agricultura sempre foi feita para atender às demandas locais e para a subsistência, produzida numa estrutura familiar para ser comercializada na vizinhança ou em mercados locais. Não havia a pretensão de uma produção em escala comercial e internacional, realidade que se aplicava ao artesanato e à indústria (HITTI, 1959). Entretanto, as regiões sírias e libanesas passaram a conviver com uma enxurrada de produtos importados da Inglaterra, França e até dos Estados Unidos.

O público local desenvolveu o gosto por esses produtos – bebidas, cigarros, doces, bombons, roupas elegantes etc. – que o mercado local não era capaz de produzir ou precisou se adequar. Os novos ricos consumiam, da Europa, produtos exóticos, joias, viagens, roupas etc. Vias de comunicação foram construídas para facilitar tanto o escoamento da produção e a importação, como o trânsito de pessoas. Diversas rodovias e ferrovias foram construídas, entre as quais uma rodovia ligando Beirute a Damasco, em 1863 (HITTI, 1959).

A interferência europeia também se deu no âmbito das ideias, tais como as de autodeterminação, democracia e nacionalismo. Essa última ideia ganhou muita força na Síria e no Líbano, cujos esforços dos nacionalistas se concentraram primeiramente na luta contra o domínio otomano para, em seguida, se dirigir à dominação francesa, bastante questionada e criticada por eles. Isso resultou na independência síria, em 1946 (HITTI, 1959).

1.6 A SÍRIA E O MANDATO FRANCÊS (1920-1946)

Com o término da Primeira Grande Guerra e o consequente esfacelamento do Império Otomano²³, a Síria passou a ser um mandato francês, sendo assim dividida²⁴: Estado dos Alauítas, Estado de Aleppo, Estado de Damasco e Estado do Jebel Druzo, quase todos governados por oficiais franceses (KEMEL, 2000). O período foi bastante conturbado e marcado por intensa resistência contra a dominação europeia na região.

Segundo Hitti (1959), ainda em 1920, Fayçal foi proclamado rei da Síria a partir de deliberações de um congresso ocorrido em Damasco, que também rejeitou a tutela francesa na região. Não demorou muito para o alto comissariado francês, Henri Gourard, dar um ultimato a Fayçal e enviar tropas para Damasco, que não tiveram dificuldade para vencer as forças sírias, obrigando Fayçal a se retirar do país, expulso pelas tropas francesas (HITTI, 1959).

²³ O Tratado de Sèvres, de agosto de 1920, pôs fim ao Império Otomano. Das ruínas desse império, surgem novos Estados: Iraque, Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia. Turquia é o nome que o antigo Império Otomano assumiu, cujo território se resumiu ao platô da Anatólia (RÉMOND, 1974).

²⁴ Beirute e quatro distritos de Bekaa foram separados da Síria e anexados ao Líbano (KEMEL, 2000).

Não obstante as resistências aos franceses, este também foi um período marcado pelo desafio de implementar instituições administrativas e judiciárias, reparar estradas, criar estabelecimentos de educação pública e um sistema educacional; criar órgãos responsáveis pela saúde e segurança públicas, instituir códigos de leis relativos à terra e outras questões. Em suma, preocuparam-se com os problemas econômicos vivenciados pelo país. Uma constituição foi apresentada em 1928, mas foi rejeitada pelos franceses e, portanto, até 1930, o país não possuía uma Carta Magna (HITTI, 1959).

Para os sírios, o período de domínio francês foi mais odioso que o de domínio otomano, o que levou a população a se revoltar. Em 1925, a rebelião se generalizou e se espalhou para Damasco, Alepo e vários outros lugares, o que resultou em violenta repressão francesa (HITTI, 1959). Cessadas as lutas armadas, seguiu-se um período de negociações, “[...] passando pela proclamação da República da Síria em 1931, embora ainda sob a dependência de um tratado com a França” (KEMEL, 2000, p. 20), conforme detalha Linhares (1982):

No caso da Síria, para abafar o arabismo, dividiu o país em quatro administrações diferentes e segregadas. Não tardaram os descontentamentos a se manifestar [...]. Pouco a pouco, os franceses procuraram substituir a forma de administração direta por mandato por um sistema mais flexível, através da assinatura de tratados entre as partes. As negociações foram concluídas em 1936 [...] pelas quais era reconhecida a independência da Síria e do Líbano, com um apêndice: uma aliança militar que dava à França a ‘responsabilidade de defender militarmente os dois países [...]’ (LINHARES, 1982, p. 66-67).

A Segunda Guerra Mundial teve papel decisivo no processo de independência síria porque ocasionou o enfraquecimento da França. Em 1943, uma câmara recém-eleita escolheu Shukri Al Quwatli como presidente da República. Esse e outros fatos geraram repercussões na França, que buscou, em seguida, retomar o controle do país, mas sem sucesso. Em 17 de abril de 1946, a Síria se tornou independente da França (HITTI, 1959). De acordo com Kemel (2000), essa data simbólica marcou a retirada definitiva das tropas estrangeiras da região e a inserção da Síria como membro de organizações internacionais.

Os aspectos políticos, socioeconômicos e culturais do Líbano e da Síria sob domínio otomano e francês, apresentados até aqui, tiveram relevante impacto na grande

emigração de sírios e libaneses para a América e, especialmente, para Brasil porque muitos desses aspectos atuaram como fatores de expulsão desses indivíduos de suas terras. É esse tema que será abordado a seguir.

1.7 A EMIGRAÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES PARA O BRASIL

Como em qualquer emigração, a síria e libanesa não foi monocausal. De acordo com os estudos realizados por Oswaldo Truzzi (1997), importante pesquisador desse tema, uma conjunção de fatores de ordem econômico-demográfica, política e religiosa exerceram papel fundamental para a expulsão de milhares de indivíduos da Síria e do Líbano para a América e especialmente para o Brasil, isso entre os séculos XIX e XX.

Como o islamismo era a religião dominante durante a vigência do Império Otomano, a superioridade numérica dos muçulmanos em relação aos cristãos era muito grande. Embora, no Líbano, a relação existente entre esses grupos fosse de tolerância, a partir do segundo quartel do século XIX, essa situação se deteriorou em virtude da interferência das potências europeias na região, cujo resultado emblemático foi a Guerra Civil de 1860. Esse conflito é tratado, inclusive, como o limiar do processo de emigração de libaneses para a América, o que explica o porquê de os cristãos representarem a grande maioria dos que emigraram para o Brasil entre 1880 e 1920 (GATTAZ, 2012; TRUZZI, 1997).

Em relação aos fatores econômico-demográficos, é preciso fazer referência às transformações ocorridas nas redes de transporte que, ao interligarem regiões outrora distantes, facilitaram a entrada de produtos europeus mais baratos nos mercados locais, impactando decisivamente a produção artesanal da região que, além de ser em pequena escala, era destinada ao mercado local (TRUZZI, 1997). Essa produção local não conseguiu concorrer com a produção europeia em larga escala.

Além disso, o crescimento das cidades, ocorrido ao longo do século XIX²⁵, afetou a produção agrícola, que sempre esteve voltada para a subsistência, mas que agora era forçada a atender mercados maiores, como os da Europa (TRUZZI, 1997). Outro

²⁵ Segundo Truzzi (1997), Beirute, que no início do século XIX possuía 5 mil habitantes, terminou o século com mais de 120 mil.

ponto que merece ser destacado é a questão do crescimento demográfico²⁶, porque a quantidade de terras disponíveis para as famílias diminuiu ou atingiu seu limite, forçando muitos a emigrar.

Quanto aos fatores de ordem política, Truzzi (1997) afirma que,

Para manter o controle da região e assim poder extrair uma carga tributária mais elevada, a administração turca, ao longo do século XIX, havia fomentado discórdias profundas entre os drusos e os cristãos, no atual território do Líbano, e entre os muçulmanos e cristãos no restante do território conhecido como Grande Síria (TRUZZI, 1997, p. 23).

A questão política colocada por Truzzi (1997) tem desdobramentos religiosos. A atitude dos otomanos foi corroborada pela dos franceses durante o período em que a região estava sob seu controle. O Governo Otomano lançou mão, em 1903, do alistamento militar para cristãos libaneses os auxiliarem nas guerras dos Bálcãs, alistamento do qual eram isentos, o que forçou muitos jovens a escolherem a emigração (GATTAZ, 2012). Esse autor também argumenta que

O fator que se encontra na origem da emigração libanesa, e que ao longo dos anos desempenhou importante papel, é constituído pelo conjunto de necessidades econômicas e materiais decorrentes da relação entre a pequena prosperidade agrícola e a alta densidade populacional, que desde meados do século XIX caracterizou aquele país (GATTAZ, 2012, p. 25).

Do mesmo modo, Gattaz (2012) reforça o fator da exiguidade de terra em relação à população libanesa como fator de expulsão, assim como a pobreza das áreas rurais e a rejeição ao domínio turco-otomano. Para esse autor, outro elemento decisivo para emigração é que, durante muito tempo, os otomanos proibiram o livre pensamento, reprimiram a produção intelectual e assassinaram alguns pensadores. Isso levou muitos de seus intelectuais ao exílio, porque buscaram refúgio e liberdade para sua produção.

Assim como Truzzi (1997), Gattaz (2012) cita o domínio francês também como responsável pela expulsão de libaneses – e sírios – porque “[...] enquanto a administração otomana não conseguia exercer efetiva presença e comando nas áreas

²⁶ De acordo com Gattaz (2012, p. 22), esse crescimento populacional resultou do aumento da urbanização e do declínio das epidemias e da fome.

não-turcas do Império, os franceses implantaram um Alto Comissariado Militar em Beirute, o qual interferia diretamente na área sob mandato” (GATTAZ, 2012, p. 34-35). Gattaz afirma que a melhora do nível de educação e a inserção do Líbano no mercado mundial, principalmente por meio do comércio, fomentou a criação de uma pequena burguesia urbana, uma classe média, que via na emigração uma possibilidade de alcançar outros padrões econômicos fora do Líbano. Foram forçados, então, a emigrar (GATTAZ, 2012).

Outro importante autor que se debruça no estudo sobre os sírios e libaneses, com destaque para os libaneses, é Murilo Meihy (2016). Ele destaca outros fatores que foram decisivos para motivar a emigração libanesa (e síria, também): o desprestígio de comunidades árabes no interior de estâncias de poder do Império Otomano e o aumento da influência de potências ocidentais na região; a grande crise industrial da seda na região do Monte Líbano; e o recrutamento forçado de súditos árabes para engrossar as tropas otomanas na Primeira Guerra Mundial (MEIHY, 2016).

Em estudo pioneiro, Knowlton (1961) afirma que muitos sírios e libaneses emigraram para escapar das extorsões, da brutalidade e da insegurança sob as quais viviam. Ainda de acordo com ele, o papel dos agenciadores foi fundamental para a vinda desses indivíduos para o Brasil porque atuaram decisivamente no processo de atração de imigrantes. Embora a emigração síria e libanesa tenha início no final do século XIX, no contexto da imigração europeia para o Brasil, ela foi muito diferente daquela, e suas especificidades precisam ser melhor avaliadas sob risco de não serem compreendidas adequadamente. É disso que trata a seção seguinte: da emigração europeia para o Brasil.

1.8 O BRASIL E A IMIGRAÇÃO EUROPEIA

A grande imigração da Europa para o Brasil, durante o século XIX e início do XX, pode ser dividida em dois momentos, liderados por atores sociais distintos (DE BONI, 1998). O primeiro, iniciado logo depois da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, teve como objetivo o povoamento e a colonização do Brasil, por meio de núcleos coloniais de pequenos proprietários (OLIVEIRA, 2001), cuja liderança pode ser atribuída a uma elite burocrática portuguesa. De acordo com De Boni (1998, p. 11),

no primeiro momento montava-se “[...] um projeto de busca de colonos europeus, a fim de transformar a colônia monocultora em um país moderno. Era necessário criar uma lavoura policultora, [...], a imensidão territorial precisava ser efetivamente ocupada [...]”.

Era uma política com claros fins demográficos também. É nesse contexto que, em 1819, surgiu a vila de Nova Friburgo, nas terras da fazenda Morro Queimado, na região serrana do Rio de Janeiro, com a introdução de famílias suíças. No entanto, essas primeiras tentativas nem sempre foram bem-sucedidas. Segundo Emília Viotti da Costa (1999),

A partir de então, havia-se rompido definitivamente com as tradicionais restrições à fixação de estrangeiros na colônia. Estimulava-se a vinda de imigrantes. [...] Reconhecia-se a necessidade de povoar o país e para isso se recorria à colonização. No Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, formaram-se os primeiros núcleos (COSTA, 1999, p. 195).

Ainda de acordo com Emília Viotti (1999), aos europeus era mais interessante emigrar para os Estados Unidos em virtude das condições que esse país oferecia, que vão desde o clima similar ao da Europa, passando pelo desenvolvimento econômico em curso, pelas redes de transporte já instaladas, até a liberdade religiosa que se poderia gozar. O Brasil, ao contrário, não tinha nada a oferecer que se comparasse a isso: terras cobertas de matas tropicais intransponíveis; clima causticante; risco de epidemias; país escravocrata; catolicismo como religião oficial; inexistência de meios de comunicação e de transporte (COSTA, 1999).

Destarte, só em 1850 o Brasil implantou uma lei de terras²⁷, o que também representava um obstáculo aos que quisessem emigrar, porque a partir dela a única maneira de se adquirir terra no Brasil era através da compra. A depender dos grandes fazendeiros, responsáveis pela aprovação dessa lei e da criação das políticas imigrantistas, era preciso construir obstáculos para a criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários, porque queriam suprir de mão de obra a grande lavoura de café.

²⁷ A Lei n. 601, conhecida como Lei de Terras, é de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (IOTTI, 2001).

O segundo momento da grande imigração tem como pano de fundo o fim do tráfico negreiro e a iminente Abolição, a partir da Lei Euzébio de Queiróz²⁸ (1850) e as outras leis abolicionistas. Portanto, a imigração europeia teve como objetivo a substituição da mão de obra escrava negra pela do imigrante europeu. Foi encabeçada pelo parlamento brasileiro, constituído fundamentalmente por grandes senhores de terra e/ou por seus representantes. Por isso, a crise escravista e a supressão do tráfico negreiro em 1850 “[...] obrigaram o governo imperial a preocupar-se novamente com o ingresso de europeus” (DE BONI, 1998, p. 12), pois a diminuição da oferta e a elevação do preço do escravo africano no mercado tornava mais interessante a atração de imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras de café.

No entanto, havia outra razão subjacente à imigração estrangeira para o Brasil no século XIX: a do branqueamento do país. Segundo Schwarcz (1993),

O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas diante de uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco (SCHWARCZ, 1993, p. 12).

Nesse sentido, enquanto o branco representava transformação, liberdade, progresso, civilização e desenvolvimento, tinha-se como definição do negro, segundo Azevedo (1987):

Já o negro definia-se pela falta disso tudo, ou pela negação do que é bom, do que é ideal. O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório/atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/monocultura extensiva e rotineira/estagnação (AZEVEDO, 1987, p. 65).

Portanto, a elite pensou a política imigrantista brasileira levando em consideração não apenas a necessidade de substituição da mão de obra escrava africana pela do trabalhador livre, mas também fundamentou sua ideia de nação, civilização e progresso nos moldes de teorias raciais vigentes no século XIX. Ainda segundo Azevedo (1987),

²⁸ Lei nº 581, aprovada em 4 de setembro de 1850. Ref.: MATTOS, Hebe. ‘Lei Euzébio de Queiróz’. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 473-476.

[...] argumentos liberais e raciais convergiam para que a suposta irracionalidade da escravidão fosse 'explicada tanto em termos do caráter compulsório de seu regime de trabalho quanto pela inferioridade racial dos escravos africanos. Esta convergência do liberalismo com o racismo se explicita principalmente a partir da segunda metade do século passado, quando um posicionamento especificamente imigrantista começa a se formar no Brasil (AZEVEDO, 1987, p. 64).

Seyferth (2002) corrobora as afirmações de Azevedo (1987) ao afirmar que, desde 1818, ou seja, ainda nas primeiras tentativas propostas por D. João VI, a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas, antes, inclusive, da palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro. Também na mesma linha de raciocínio de Azevedo (1987), Seyferth (2002) argumenta que a imigração figurou como um processo civilizatório fundamentado na superioridade branca cujo modelo de colonização era o da pequena propriedade. Por isso, os primeiros imigrantes escolhidos foram alemães²⁹ e suíços e, a partir de 1870, italianos (SEYFERTH, 2002). Ainda de acordo com Seyferth (2002),

Menos evidente nas leis e decretos [...], o conteúdo racista está presente, sobretudo, na discussão da política imigratória articulada ao povoamento e na externalização nacionalista dos problemas de assimilação especificados através das probabilidades do caldeamento racial (SEYFERTH, 2002, p. 118).

A escravidão africana aparecia no discurso imigrantista como algo imoral, retrógrado, bárbaro, que não se enquadrava nos novos moldes econômicos vigentes e que transmitia uma imagem negativa do país na Europa. Nesse sentido, era preciso superar esse modelo escravocrata por intermédio da introdução do elemento branco e sob a égide da pequena propriedade da terra (SEYFERTH, 2002). Quanto ao sistema de trabalho, no início do processo de introdução de colonos europeus, os cafeicultores brasileiros optaram pelo sistema de parceria.

A primeira iniciativa foi do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que introduziu, na Fazenda de Ibicaba, em Limeira, província de São Paulo, em 1848,

²⁹ De acordo com Seyferth (2002), a escolha por alemães foi determinada pela sua imagem de agricultor eficiente, cultivada por uma parte da elite responsável pela política imigrantista. Entre os europeus, alemães e italianos aparecem entre os que possuíam os melhores atributos entre os que poderiam emigrar, tais como o de bom colono, afeito ao trabalho e à família, além de possuir respeito pelas autoridades, ser sóbrio, resignado, habilidoso etc.

algumas famílias de suíços. Apesar de trazer imigrantes europeus para o trabalho nas lavouras de café, ele não abriu mão dos escravos africanos, cujo trabalho se associou ao deles (COSTA, 1999). Em linhas gerais, o sistema de parceria funcionava da seguinte forma:

Os colonos eram contratados na Europa e trazidos para as fazendas de café. Tinham sua viagem paga, assim como o transporte até as fazendas. Essas despesas, entretanto, entravam como adiantamento feito ao colono pelo proprietário, assim como, igualmente, lhe era adiantado o necessário à sua manutenção, até que ele pudesse se sustentar pelo próprio trabalho. Vendido o café, o fazendeiro se obrigava a entregar ao colono a metade do lucro líquido. Sobre as despesas feitas pelo fazendeiro em adiantamento aos colonos, eram cobrados 6% de juros, a contar da data do adiantamento, ficando os colonos solidariamente responsáveis pela dívida e aplicando-se na sua amortização, pelo menos, metade dos seus lucros anuais (COSTA, 1999, p. 206-207).

O sistema de parceria fracassou e, em pouco tempo, não faltaram reclamações tanto por parte dos proprietários, como dos colonos, que se revoltaram com as condições de trabalho similares à escravidão. Além disso, queixavam-se de serem enganados pelos patrões, que os mergulhavam em dívidas que não conseguiriam pagar. Isso levou, inclusive, a iniciativas dos governos dos países europeus, que desaconselhavam seus cidadãos a virem para o Brasil, e o governo brasileiro suspendeu tal modelo de produção (DE BONI, 1998). Na própria fazenda do senador Vergueiro, em Ibicaba, ocorreu uma importante revolta contra a situação de penúria na qual viviam os colonos.

Assim, segundo Emília Viotti (1999), muitos proprietários optaram pelo contrato de locação de serviço, no qual se pagava

[...] um preço fixo por alqueire de café colhido ou se estabelecia um pagamento mensal ao colono, o que resultava num salário fixado previamente. Nesse caso era fornecida ao colono a terra para o plantio do necessário ao seu sustento. Às vezes, em vez da terra, forneciam-se aos colonos os víveres necessários. Ficava o colono obrigado a fazer todos os serviços da fazenda (COSTA, 1999, p. 224).

Se a Lei Euzébio de Queiróz, que extinguiu o tráfico de africanos, foi fundamental na diminuição da mão de obra escrava, causada tanto pela menor oferta desse trabalhador, como pelo consequente aumento do preço do escravo, a partir da

promulgação da Lei do Ventre Livre³⁰, em 1871, pela qual os filhos de escravos nascidos a partir dela seriam livres, a administração imperial passou a promover um programa de auxílio à introdução de imigrantes.

A partir daí, a imigração estrangeira passa a ser subvencionada – subsidiada – pelos governos imperial e provincial que vão fornecer, entre os auxílios ao imigrante, o pagamento da passagem da Europa ao Brasil e do porto à fazenda, até a concessão de lotes de terra e insumos para o início de sua vida em terras brasileiras. Por isso, ressalta Beiguelman (1987), muitos fazendeiros passaram a se interessar pela introdução da mão de obra imigrante em suas propriedades. Uma das regiões que se beneficiou dessa política de subvenção da imigração, bem como de outras políticas imigrantistas, foi o Espírito Santo.

1.9 O ESPÍRITO SANTO E A IMIGRAÇÃO EUROPEIA (SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX)

As primeiras iniciativas de imigração do Brasil, no início do século XIX, levadas a efeito por D. João VI tiveram reflexos no Espírito Santo. Por iniciativa de Paulo Fernandes Viana, intendente geral da polícia capixaba, entre 1813 e 1814, trinta casais de açorianos³¹ foram trazidos e instalados às margens do rio Santo Agostinho, no atual município de Viana (OLIVEIRA, 2008). Mas foi a partir do final da década de 1840 até o início do século XX que o Espírito Santo recebeu uma grande quantidade de imigrantes de origem europeia, entre os quais alemães, suíços, pomeranos, espanhóis e italianos, estes representando a maior parcela. Dirigiram-se para diversas localidades capixabas, em especial em direção às regiões sul e centro serrana, assentados em pequenas propriedades de terra.

Segundo Rocha (2000)³², havia duas tendências que dividiam o país, relativas à introdução desse imigrante estrangeiro: uma, que preconizava a vinda de imigrantes para instalá-los em pequenas propriedades; outra, que advogava sua inserção no

³⁰ Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871.

³¹ Eram 50 famílias da região dos Açores, que faziam parte de um grupo trazido por iniciativa de D. João e distribuído em várias capitanias, entre as quais a do Espírito Santo (SALLETO, 1996, p. 131).

³² ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)**. Vitória: [s.n.], 2000.

trabalho na grande lavoura. Para o Governo, a primeira tendência era mais bem-vista, com a consequente criação de núcleos coloniais de pequenos e médios proprietários, o que se verificou até 1870. Porém, a partir dessa data, a política imperial sobre a imigração começou a mudar e o principal fator dessa mudança era a questão da necessidade de mão de obra para a grande lavoura (ROCHA, 2000; SALLETO, 1996).

A principal tese defendida pela historiadora Gilda Rocha³³, em obra basilar sobre a imigração estrangeira para o Espírito Santo, é a que ela se deu em função da demanda do povoamento do território capixaba. De acordo com a autora, a província era povoada apenas numa estreita faixa de terra que se estendia ao longo do mar quando, a partir de 1850, iniciou-se um tímido povoamento do interior (atuais territórios de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre). Esse povoamento se deu através de uma política de venda de terras devolutas, sem surtir grandes efeitos (ROCHA, 2000).

No Espírito Santo, afirma Rocha (2000), o café não gerou uma camada expressiva de grandes proprietários que pudesse se opor aos projetos de instalação dos núcleos de pequenos e médios proprietários. Assim, a questão imigratória para o Espírito Santo foi vislumbrada como uma solução para povoar suas grandes extensões de terras incultas³⁴ e melhorar o desempenho incipiente da economia, por meio das pequenas e médias propriedades. Logo, se a política imigratória imperial buscava operar a transição do trabalho compulsório para o livre, através da criação desses núcleos, o Espírito Santo beneficiou-se dessa política, em virtude de suas especificidades demográficas e econômicas (ROCHA, 2000).

De acordo com Rocha (2000), a imigração europeia para o Espírito Santo ocorreu em três fases: a primeira fase, de 1847 a 1881; a segunda fase, de 1882 a 1887; e a terceira fase, de 1888 a 1896. Na primeira fase, foram criadas quatro colônias: a de Santa Isabel, em 1847; a de Rio Novo, em 1855; a de Santa Leopoldina, em 1857; e a de Castelo, em 1880. Dessas quatro, a de Rio Novo era de iniciativa particular, mas

³³ Ibidem.

³⁴ É preciso ressaltar que, muitas vezes, falar em grandes extensões de terras incultas equivale a dizer vazios demográficos, expressão tão propalada sobre o Espírito Santo no início do século XIX. No entanto, trata-se de um equívoco que precisa ser problematizado. Esses “vazios demográficos” eram territórios habitados por indígenas (MOREIRA, 2000).

foi encampada pelo Governo Imperial em 1861, e as outras três eram subvencionadas pelo Governo.

A data de 1881, utilizada por Rocha (2000) para o término da primeira fase, se explica pela mudança na legislação do Governo Imperial relativa à imigração. Em 1879, o Governo Imperial retirou dos núcleos coloniais todos os favores que lhes eram assegurados pelo decreto 3.784³⁵, de 19 de janeiro de 1867, entre eles: pagamento de terras em cinco prestações, lotes para os filhos maiores de 18 anos, e pagamento de passagens aos imigrantes que se destinavam ao Brasil. Portanto, até 1881, muitos imigrantes ainda gozavam da legislação recém-revogada, inclusive com a criação da Colônia de Castelo, em 1880.

A segunda fase, de 1882 a 1887, foi bem mais curta e com uma entrada tímida de imigrantes em relação à primeira³⁶. Segundo Rocha (2000), isso se deu por causa das mudanças na política imigrantista imperial na virada da década de 1870. Além disso, a legislação se deu em favor da grande propriedade, substituindo a política de incentivo aos núcleos coloniais de pequena e média propriedade por uma política mais agressiva, que visava ao estabelecimento do estrangeiro nas grandes fazendas. Isso acarretou uma grande diminuição de entradas na província (SALETTI, 1996).

Entre as legislações a favor da grande propriedade, destaca-se a Circular de 23 de dezembro de 1896, que estipulava que o pagamento integral da passagem do imigrante só seria efetuado quando ele estivesse instalado. O interessado em trazê-lo adiantaria a quantia despendida para ser reembolsado depois, o que era burocrático e não beneficiava o pequeno produtor, uma vez que ele não tinha dinheiro para atender ao que determinava a nova legislação. Ao beneficiar a grande lavoura, como a de São Paulo e Minas Gerais, províncias como a do Espírito Santo foram prejudicadas com as novas ações do Governo Imperial (ROCHA, 2000).

³⁵ O Decreto n. 7570, de 20 de dezembro de 1879, suspende provisoriamente o Decreto n. 3784, de 19 de janeiro de 1867 por insuficiência de verba (IOTTI, 2001, p. 422).

³⁶ Na primeira fase, entraram 13.828 imigrantes. Na segunda, 1.375 (ROCHA, 2000).

A terceira fase se localiza, do ponto de vista temporal, entre a Abolição e o pós-Abolição. Uma vez decretada a Abolição³⁷, a situação dos grandes proprietários tornou-se dramática, levando-os a criticarem o estabelecimento de imigrantes em lotes coloniais (ROCHA, 2000). Assim, o Governo Provincial tratou de auxiliar a transformação do trabalho nas grandes lavouras. Os núcleos instalados são o de Cachoeiro de Itapemirim, responsável pela introdução de imigrantes nas grandes fazendas do baixo Itapemirim e Cachoeiro, e o de São Mateus, cuja função era prover trabalhadores para a grande lavoura (ROCHA, 2000).

Além disso, a escassez de mão de obra escrava começou a ser sentida entre os grandes proprietários capixabas a partir de 1887, especialmente os do sul, onde se localizava a grande lavoura. Portanto, a abolição da escravatura encontrou a lavoura cafeeira do sul da província capixaba completamente despreparada para enfrentar a nova ordem econômico-social do país, porque não havia mão de obra para o trabalho nas grandes propriedades (ROCHA, 2000).

A partir de 1892, com a ascensão de Moniz Freire ao Governo Estadual, foi criado um serviço de imigração específico para o Espírito Santo, que foi responsável pela introdução de imigrantes estrangeiros no Estado. Além disso, o decreto que regulamentava o serviço de terras e colonização determinava um conjunto de ações para favorecer a atração desses imigrantes: do pagamento das passagens desde a Europa e hospedagem gratuita na capital ao transporte e alimentação até o ponto de localização, bem como a concessão de lote de terra, escolhido pelo imigrante (ROCHA, 2000).

Esse serviço de imigração só foi possível em virtude do bom momento da economia capixaba, proveniente da alta nos preços do café. Nessa terceira fase, de acordo com Rocha (2000), o total de imigrantes que chegaram ao Espírito Santo foi de 21.497. Isso não quer dizer que não tenha havido obstáculos à política de atração de imigrantes

³⁷ A escravidão negra no Brasil foi extinta pela lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, também conhecida como Lei Áurea. Essa lei possuiu apenas dois artigos: "Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em 22 de mai. 2017.

europeus para o Estado. Um dos episódios mais marcantes foi registrado no relatório do cônsul italiano Carlo Nagar em Vitória³⁸.

Na ocasião, Carlo Nagar descreve as condições nas quais os imigrantes italianos se encontravam, que para ele eram precárias. Isso contribuiu para que o Governo Italiano proibisse a imigração de seus cidadãos para o Espírito Santo. Mas não é possível dizer que o Relatório Nagar ou a crise do café do final do século XIX tenham posto fim à imigração, pois, mesmo depois de 1896, ainda chegaram italianos ao Espírito Santo. Porém, foi uma imigração espontânea e pouco significativa se comparada a outros momentos, conforme aponta Saletto (1996):

Nas primeiras décadas predominaram os alemães, acompanhados de algumas centenas de suíços de língua alemã e holandeses, e, em menor número, de luxemburgueses e belgas, que se fundiram com os alemães. Porém, a partir de 1880 a imigração alemã tornou-se inexpressiva (SALETO, 1996, p. 135).

Os italianos começam a chegar a partir de 1870 e, dos anos 1880 em diante, dominaram o fluxo migratório. Da mesma forma, o último quartel do século XIX foi determinante para a imigração síria e libanesa, uma vez que marcou o limiar desse processo migratório, com repercussões no Espírito Santo.

1.10 SÍRIOS E LIBANESES NO BRASIL: ASSENTAMENTO E ASCENSÃO SOCIOECONÔMICA

O ano de 1870 é tido pelos pesquisadores do tema como o limiar da imigração de sírios e libaneses para o Brasil, cujo fluxo migratório foi bastante irregular até meados da década de 1890. Em 1898, entraram no país 1.131 sírios e libaneses e, no ano seguinte, 2.110. A partir de 1903, o fluxo cresceu ininterruptamente até as vésperas da Primeira Grande Guerra e, em 1913, por exemplo, o quantitativo desses imigrantes chegou a 11.101 (KNOWLTON, 1961, apud TRUZZI, 1991). Entre 1903 e 1915, foram 43.442 entradas (KNOWLTON, 1961).

³⁸ NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895)**: relato do Cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995.

Já nos anos 1920, o fluxo emigratório foi revitalizado, mas, a partir da Grande Depressão e do sistema de cotas adotado pelo Governo Brasileiro, o movimento refluíu (TRUZZI, 1991). Foram 106.184 imigrantes da Síria, Líbano, Armênia, Palestina, Egito, Marrocos e Argélia que entraram no Brasil, entre 1871 e 1942, dos quais uma grande parte era de sírios e libaneses, dados que podem ser observados na Tabela 1, a seguir. São Paulo foi o Estado que mais recebeu imigrantes das mais variadas nacionalidades, inclusive sírios e libaneses (KNOWLTON, 1961).

Tabela 1 - Imigração turco-árabe no Brasil comparada com a de alguns grupos nacionais de 1884 até julho de 1943

Nacionalidade	Nº de Imigrantes	Porcentagem do Total
Todos os Imigrantes	4.195.832	100,0
Turco-árabes ³⁹	106.088	2,5
Italianos	1.412.880	33,7
Portugueses	1.224.274	29,2
Espanhóis	582.536	13,9
Japoneses	188.769	4,5
Alemães	172.347	4,1
Russos	108.168	2,6
Austríacos	85.834	2,1
Poloneses	48.609	1,1
Romenos	39.204	0,9
Franceses	32.923	0,8
Lituanos	28.707	0,7
Inglêses	24.567	0,5
Iugoslavos	22.891	0,5
Argentinos	20.763	0,5
Outros	97.272	2,3

Fonte: Knowlton (1961)

Os dados da Tabela 1 mostram que os turco-árabes, termo usado pelo Governo Brasileiro para classificar os imigrantes oriundos do Oriente Próximo no censo de 1920 e em muitas outras publicações oficiais, representaram a sétima maior corrente imigratória, ficando atrás de italianos, portugueses, espanhóis, japoneses, alemães e russos, respectivamente. Apurar com precisão a quantidade de sírios e libaneses que entraram no Brasil entre os anos de 1880 e 1940 é extremamente difícil por diversos fatores. Muitos desses imigrantes foram classificados como turcos ou como turco-

³⁹ Segundo apurou Knowlton (1961, p. 45), entre os denominados turco-árabes, “[...] há 78.541 classificados como turcos, 20.538 como sírios, 5.206 como libaneses, 825 armênios, 648 egípcios, 329 marroquinos, e 1 argelino. Os egípcios, marroquinos e argelinos são em geral sírios e libaneses que residiam nesses países antes de vir para o Brasil”.

árabes, nos censos e dados disponíveis pelo Governo Federal, bem como pelos poucos documentos existentes e pela imprecisão das informações e datas relativas a essa imigração. Contudo, o fato de ter sido a sétima maior corrente imigratória demonstra o tamanho e a força que ela representou tanto para o Brasil, quanto para a Síria e o Líbano.

Entretanto, por que sírios e libaneses optaram por emigrar para o Brasil, ao invés de outros países? Ao tratar dessa questão, Knowlton (1961) elencou algumas razões: primeiro, o fato de que muitos não conseguiram emigrar para os Estados Unidos, que era o objetivo inicial, ou porque viram que era mais fácil a entrada no Brasil; segundo, porque muitos foram enganados pelas companhias de navegações e acharam que iam para os Estados Unidos, mas desembarcaram no Rio de Janeiro ou Santos; terceiro, por causa da presença de parentes que os persuadiram a emigrar para o Brasil; e, por último, a crença de que poderiam ganhar dinheiro mais facilmente no Brasil do que em outros países.

As razões elencadas por Knowlton (1961) foram reforçadas por Gattaz (2012)⁴⁰. De acordo com este autor, a preferência de sírios e libaneses pelo Brasil se referiu à política imigratória do Brasil ter sido menos rigorosa que a dos Estados Unidos, por exemplo, que restringiu consideravelmente a entrada de imigrantes por intermédio de leis mais rígidas. Além disso, o Governo Brasileiro concedeu ampla nacionalidade⁴¹ aos estrangeiros que aqui residiam, o que permitiu uma maior possibilidade de inserção desses indivíduos na sociedade brasileira.

Outra razão diz respeito à facilidade de ascensão econômica que muitos sírios e libaneses tiveram, em virtude do período de crescimento urbano e industrial vivenciado pelo país, especialmente os indivíduos das primeiras leva imigratórias. Por último, pesou o fato de que, em virtude da diversidade étnica e da liberdade de culto, imigrantes não europeus e de religiões distintas do cristianismo tiveram a

⁴⁰ Embora Gattaz (2012) aborde apenas a questão dos libaneses, é possível acreditar que esses fatores, dois dos quais já destacados por Knowlton, que estudou sírios e libaneses, possam ser atribuídos não somente aos libaneses, mas aos sírios também.

⁴¹ O Decreto n. 13-A, de 26 de novembro de 1889, que regulamentou a concessão de naturalização aos estrangeiros, decretou, em seu artigo 1º, que “[...] O Ministério e Secretário de Estados dos Negócios do Interior e os Governadores dos diversos Estados ficam autorizados a conceder naturalização a todo o estrangeiro que a requerer [...]” (IOTTI, 2001, p. 444).

oportunidade de serem aceitos no Brasil - não sem enfrentarem algum tipo de dificuldade, mas que, aos poucos, foram sendo superadas por meios de estratégias que eles desenvolveram.

A imigração síria e libanesa para o Brasil não foi subsidiada pelos Governos Federal, Provincial ou, com o advento da República, Estadual. Pelo contrário, vieram por conta própria, arcando com as despesas oriundas da viagem, hospedagem e o estabelecimento na nova terra. Isso tem a ver com o fato de não serem os imigrantes desejados, visto que não se encaixavam no perfil civilizador defendido pelas elites brasileiras. Entretanto, não encontraram as portas do país fechadas à sua entrada, pelo menos até a promulgação de leis que determinavam cotas para a entrada de imigrantes, na década de 1930 (GATTAZ, 2012).

Por serem jovens solteiros, sem muitos recursos financeiros, na nova terra, a primeira atividade desenvolvida por boa parte desses imigrantes foi a mascateação. Uma das justificativas foi a impossibilidade inicial de investir na compra de terras ou em estabelecimentos comerciais. Optaram por uma atividade que permitisse rápida acumulação sem a necessidade de capital inicial, já que as mercadorias para o início de sua atividade profissional eram disponibilizadas por um parente ou amigo já estabelecido, aqui chegado alguns anos antes, chamado patrício (TRUZZI, 2000).

Desse modo, tanto recém-chegados se valeram da ajuda dos patrícios, quanto os patrícios lucraram na medida em que forneciam mercadorias aos novatos. “Foram processos concomitantes a consolidação das fortunas de pioneiros e a chegada de novas levas dedicadas ao típico processo econômico” (OSMAN, 2011, p. 176). Essa relação foi mais do que simples ajuda entre os membros da colônia, uma vez que ampliou o leque de consumidores dos produtos fornecidos pelos patrícios, muitos dos quais construíram verdadeiras fortunas.

A mascateação os livrou da condição de colonos e também da de operários. Sobre as vantagens da mascateação, destaca-se o fato de ela dispensar soma significativa de recursos, já que as mercadorias eram disponibilizadas por um patrício, por consignação, e o acerto de contas podia ser feito depois da venda de parte das mercadorias. Além disso, a mascateação não exigia domínio completo da língua, mas

um conhecimento rudimentar, e a atividade oferecia a possibilidade de retorno rápido do investimento (TRUZZI, 2000).

Depois de alguns anos de muito trabalho e dedicação, enquanto alguns decidiam retornar às suas terras de origem, outros preferiam aqui se estabelecer, geralmente por meio de um armazém de secos e molhados em cidades do interior que não dispunham desses negócios, ou abriam uma loja de tecidos, armarinhos, restaurantes, bares etc. Em seguida, foi muito comum que esses imigrantes atuassem no sentido de trazer parentes para virem trabalhar ou como sócios ou como mascates, ajudados por esses patrícios (GATTAZ, 2012). Na Figura 5, abaixo, temos o interior de um dos comércios estabelecidos por imigrantes sírios e libaneses, em Itapemirim, em 1940.

Figura 5 - Armazém de Secos e Molhados de Cabelém Jabour – Itapemirim (1940)



Fonte: Acervo de Luciano Retore Moreno

Provavelmente, a atividade comercial era familiar a esses imigrantes porque muitos dos territórios em que residiam antes da emigração eram de trânsito obrigatório de mercadorias entre países ocidentais e orientais, o que os inseria nesse ramo. Além disso, como muitos eram pequenos agricultores ou criadores de gado, era provável

que a comercialização de seus produtos nos mercados locais fosse feita por eles mesmos e suas famílias (TRUZZI, 1997).

É importante destacar que nem todos os sírios e libaneses que vieram para o Brasil seguiram a lógica mascate-comerciante-industrial, ou amealharam grandes somas de riqueza, principalmente os que emigraram a partir da década de 1920. Muitos conseguiram se tornar pequenos comerciantes, sem, contudo, atingir o patamar de atacadista ou industrial. Outros, nem a isso chegaram e trabalharam apenas como funcionários nos estabelecimentos de parentes mais bem-sucedidos. Houve os que exerceram aqui as profissões nas quais se formaram no Líbano e na Síria, além daqueles que não foram mascates porque as boas condições econômicas de suas famílias possibilitaram “pular” essa etapa da vida profissional (GATTAZ, 2012).

A liberdade de circulação dos mascates pelos interiores do país munidos com suas malas repletas dos mais diversos tipos de produto e a facilidade das condições e prazos para o pagamento permitiu-lhes figurar como uma opção aos armazéns das fazendas, fazendo diminuir a dependência dos colonos em relação aos fazendeiros. Isso muitas vezes implicou certo preterimento por parte dos fazendeiros, porque estes últimos perdiam parte de seus clientes e de seus lucros para esses imigrantes, resultando em conflitos entre fazendeiros e mascates. Em virtude das relações de poder estabelecidas naquele período, os fazendeiros saíam em vantagem, pelos menos temporariamente.

Assim, moldou-se, no imaginário da sociedade brasileira, a figura do mascate como estereótipo do imigrante sírio e libanês, com atributos positivos e negativos. Do ponto de vista positivo, atributos como coragem, perseverança e honestidade coexistiram com os de oportunismo e desonestidade, com grande predominância desses atributos negativos pelo menos até a década de 1930. Entretanto, a ascensão econômica pela via do comércio fez com que essa imagem que o brasileiro tinha do mascate e do comerciante sírio e libanês fosse alterada ao longo dos anos (GATTAZ, 2012).

Nessa perspectiva, é como se o mascate fosse o mito fundador da etnia, porque representou uma possibilidade de construção identitária para os sírios e libaneses. Ele foi utilizado por intelectuais sírios e libaneses, em prosa e verso, como um exemplo

de coragem, perseverança, sobriedade, dedicação à família, ao trabalho e à religião. Esse processo de construção do mascate como mito fundador coincidiu com a tentativa de desconstrução da alcunha de “turco”, que tanto ofendia os sírios e libaneses, mas que se instalou no imaginário da população brasileira⁴² e que ignorava as especificidades de cada grupo étnico (TRUZZI, 1997).

À medida que iam se consolidando no comércio, abrindo sua loja e prosperando, com trabalho árduo e parcimônia, sírios e libaneses foram ocupando espaços que pertenciam a outros comerciantes, fossem brasileiros ou imigrantes, entre os quais portugueses, principalmente. É preciso ressaltar que sírios e libaneses transformaram as práticas comerciais existentes, inaugurando e promovendo liquidações, dedicando-se às necessidades e condições dos consumidores, compensando a menor margem de lucro com a maior quantidade vendida. Portanto, a conquista dos clientes de outros comerciantes aconteceu, mesmo enfrentando a resistência de comerciantes já estabelecidos (TRUZZI, 1991).

Dos sírios e libaneses que entraram no Brasil, a maioria veio na condição de solteiro e com o objetivo de retornar a sua terra natal depois de conseguirem algum capital. Por isso, foram vistos com desconfiança e como aventureiros, como aqueles que, depois de adquirirem dinheiro, voltavam as suas aldeias, compravam propriedades e recomeçavam as vidas às custas do que conquistaram no Brasil (TRUZZI, 1997). Outros, no entanto, voltavam para se casar e, com o tempo, acabavam influenciando na vinda de parentes e amigos.

Assim, outro traço característico dos sírios e libaneses foi a endogamia, em que os mais velhos procuravam determinar o casamento de seus filhos (TRUZZI, 1997). A devoção à aldeia e a ausência, no Brasil, de mulheres da colônia nos primeiros tempos de sua estada no país reforçava o casamento entre indivíduos do mesmo grupo étnico. Entre os sírios e libaneses mais bem-sucedidos economicamente, a endogamia foi

⁴² Truzzi (1997) afirma que fazia mais sentido identificar os sírios e libaneses simplesmente como turcos do que entendê-los como distintos e diversos, porque havia elementos comuns a eles associados: a mesma língua, a dedicação ao comércio, a endogamia, a sociabilidade introvertida, as comidas típicas incorporadas à culinária brasileira.

ainda mais verificada, já que visava à manutenção do patrimônio dos envolvidos (TRUZZI, 1991). Daí o provérbio que dizia que “turco só casa com turco”.

Portanto, para Truzzi (2005), há três elementos básicos que sustentaram o processo de ascensão econômica dos sírios e libaneses no Brasil:

[...] um perfil de distribuição demográfico-ocupacional singular; b) as relações de complementaridade e de ajuda mútua estabelecidas no interior da colônia; c) o contínuo processo de importação de parentes e conterrâneos pelos já estabelecidos (TRUZZI, 2005, p. 40).

De maneira geral, esses imigrantes sírios e libaneses se distribuíram de forma bastante pulverizada nas diversas regiões do país, inseridos predominantemente em ocupações urbanas, ligadas ao comércio. Também desenvolveram inúmeros mecanismos de ajuda aos recém-chegados, que vão da acolhida nos primeiros tempos de chegada ao Brasil até o fornecimento de crédito e mercadorias. O terceiro elemento refere-se ao papel que os patrícios já estabelecidos tiveram na vinda de inúmeros parentes e conterrâneos, numa cadeia que, em um tempo relativamente pequeno, foi responsável por grandes parcelas da imigração síria e libanesa. Com o tempo, a ideia dos primeiros imigrantes sírios e libaneses de retorno à terra natal foi sendo alterada no sentido de atrair sua família para o Brasil (TRUZZI, 2005).

Os sírios e libaneses utilizaram como estratégia tanto a invenção de uma nova identidade, mais brasileira, que implicou a adoção da língua portuguesa e de outros hábitos culturais coadunantes com o país que os recebeu, quanto encontrou espaços de sociabilidade que lhes permitiu a manutenção das tradições culturais e de sua identidade étnica. Entre esses espaços, destacaram-se a família, os clubes e/ou associações e a igreja. A família figurou como o espaço básico de sociabilidade onde se reuniam os membros da família ampliada⁴³ e amigos, provenientes da mesma aldeia ou cidade e religião. Nesse espaço, mantinham-se tradições relativas à culinária, língua e ritos dos grupos religiosos (GATTAZ, 2012).

⁴³ Segundo Hajjar (1985, p. 42-43), entre os árabes havia três tipos de grupos familiares: a família conjugal, composta pelo casal e filhos; a família grande, composta por três gerações, cujo chefe era reverenciado como um patriarca e o cabeça do grupo; e a parentela, que abrangia as famílias grandes, que se consideravam descendentes de um antepassado comum, ocupando uma mesma aldeia ou parte de uma cidade. A família ampliada corresponde à família grande.

Os clubes e associações foram outro espaço fundamental, conforme ressalta Gattaz (2012):

A fundação dos clubes libaneses nas primeiras décadas do século deu-se em função da necessidade de locais de socialização devido à pouca presença da família no cotidiano do imigrante libanês – uma vez que à época, a maioria dos imigrantes eram homens solteiros (GATTAZ, 2012, p. 111).

Esses clubes e associações caracterizaram-se pela fragmentação baseada na questão religiosa e da aldeia de origem, o que reforça o argumento de vários autores de que a aldeia de origem e a religião eram traços fundamentais na construção da identidade síria e libanesa, assim como de sua distribuição em regiões, cidades e bairros (GATTAZ, 2012).

Outra alternativa de ascensão socioeconômica vivenciada pelos sírios e libaneses e seus descendentes no Brasil é a sua inserção nas profissões liberais, com destaque para a medicina, o direito e a engenharia (TRUZZI, 1991). O fator preponderante para que esses indivíduos investissem na educação formal de seus filhos foi a rápida ascensão econômica (TRUZZI, 1991), cujo investimento fez com que seus filhos ingressassem em algumas das mais importantes faculdades do país e alcançassem o diploma.

Contudo, havia uma avaliação importante sobre qual filho seria encaminhado à faculdade, porque era importante a continuidade dos negócios da família e alguém deveria dar sequência a eles. Segundo Truzzi (1997), a conquista de um diploma de doutor, principalmente o de medicina, era uma forma de compensar todos os sacrifícios que os primeiros sírios e libaneses tiveram de enfrentar ao entrar no Brasil, sacrifícios que eles superaram com êxito. Nunca é demais dizer que essa inserção nas profissões liberais não ocorreu dissociada do enfrentamento de algum tipo de preconceito e discriminação, pois são profissões bastante impermeáveis a estrangeiros e seus descendentes, principalmente a advocacia (TRUZZI, 1997).

Há fatores que contribuíram para a entrada de sírios e libaneses na medicina. Um deles reside no fato de que muitos desses imigrantes já chegaram ao Brasil formados como médicos, graduados, em sua maioria, na Universidade Americana de Beirute

(TRUZZI, 1991; 1997). Já estabelecidos, esses médicos facilitaram a inserção, no mercado, de médicos recém-formados, repassando-lhes a sua clientela.

Porque se tratou de uma colônia que se destacou pela ajuda entre os seus membros, as relações estabelecidas no interior dessa colônia, notadamente pela família ampliada, assim como pelas influências que ela mobilizou ao redor, contribuíram para que o processo de inserção na carreira da medicina fosse retroalimentado (TRUZZI, 1991).

Nessa perspectiva, os membros da colônia foram clientela cativa para os médicos sírios e libaneses, mas não somente eles, porque sírios e libaneses também construíram outras relações sociais, que lhes permitiram angariar outros pacientes. Para Truzzi (1991, p. 98): “Tudo se passa como se o sistema ‘colônia’ operasse numa temperatura elevada, incentivando suas moléculas-membro a ativarem-se umas às outras, aumentando suas interações, energizando-se mutuamente”.

Entretanto, ao analisar os mitos relativos à trajetória bem-sucedida de inserção dos sírios e libaneses na sociedade brasileira, Osman (2015) questionou essa inserção nas profissões liberais, especificamente a medicina. Para ela, a ascensão de mascates a doutores foi mais uma faceta da construção do mito do imigrante árabe. Foi uma tentativa de mostrar como indivíduos que foram submetidos a grandes adversidades e amarguras, mas que foram capazes de ultrapassá-las “[...] para melhor saborear a vitória de sucesso ao longo das gerações” (OSMAN, 2015, p. 121).

Truzzi (1997), tratando de São Paulo, afirmou que havia ainda outras carreiras profissionais que sírios e libaneses poderiam vislumbrar, tais como na polícia, na magistratura e na política. Sobre as duas primeiras, tanto o corporativismo quanto o privilégio concedido aos filhos das famílias mais tradicionais atuaram como controladores do acesso a esses espaços. Por outro lado, a carreira política foi outro setor em que sírios e libaneses se destacaram. Apesar de algo muito distante até a década de 1940, já que a principal preocupação era a sobrevivência por intermédio do trabalho árduo e desde os tempos de mascate, muitos sírios e libaneses e seus descendentes abraçaram a carreira política.

Entre os elementos capazes de contribuir para essa inserção na carreira política e a posterior vitória nos pleitos eleitorais, destacaram-se o voto da colônia, sem o qual ser eleito era totalmente proscrito, além do título de bacharel em Direito. Isso não significava que ser formado em Direito fosse garantia de sucesso eleitoral, mas era uma importante credencial para os que desejassem o sucesso nas urnas (TRUZZI, 1997).

Se, para os sírios e libaneses que galgaram posições políticas, o voto da colônia era importante e, no início de suas carreiras, fundamental, para os membros da colônia, ter patrícios na política “[...] muitas vezes significou a evidência maior de que a ‘raça’ tinha valor, a aceitação definitiva dessa entre os maiores da sociedade” (TRUZZI, 1997, p. 167). E mais: os eleitos eram ponto de apoio, sustentadores da rede de entreajuda, que sempre marcou a história da colônia síria e libanesa no Brasil.

1.11 A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES NOS ESTADOS UNIDOS, ARGENTINA E CHILE

Na América, os Estados Unidos foram o país que mais recebeu imigrantes sírios e libaneses, seguido de Brasil e Argentina (TRUZZI, 1997). A história da colônia síria e libanesa dos Estados Unidos possuiu semelhanças e diferenças com a brasileira. A maioria que emigrou entre 1890 e 1930 era cristã, oriunda de pequenas aldeias, que veio buscar melhores condições de vida para depois retornar à terra de origem. Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, seu principal destino foi o meio urbano, em cuja trajetória profissional insere-se, primeiramente, a mascateação e, depois, a abertura de lojas de armarinho e tecidos (TRUZZI, 1997).

Muitos vieram solteiros e retornaram à terra natal para buscar uma esposa e, com a melhoria nos negócios, foi possível trazer, aos poucos, a família e conterrâneos. A segunda geração se casou nos Estados Unidos, dando preferência à endogamia. Uma diferença fundamental diz respeito ao grande número de mulheres que mascatearam nos Estados Unidos. Para Truzzi (1997), uma explicação para essa diferença encontra-se no patriarcalismo da sociedade brasileira, bem como na sua cultura menos pragmática que a estadunidense.

Ainda segundo Truzzi (1997, p. 191): “Do ponto de vista cultural, as semelhanças permanecem. Além da religião, aldeia de origem e família também forjaram a base da identidade entre sírios e libaneses nos Estados Unidos”. No entanto, há diferenças estabelecidas pela estrutura socioeconômica nos Estados Unidos que se apresentavam, além daquela relativa às mulheres na mascateação. Nos Estados Unidos,

[...] os padrões de um mercado consumidor de massa já se encontravam razoavelmente bem implantado nos Estados Unidos à época. Não apenas a implantação pelo correio americano de um sistema de remessas postais minou a base da mascateação, como também um número crescente de donas de casa passaram a acreditar que ofertas melhores estavam disponíveis nas redes de lojas de departamento, cada vez mais presentes nas cidades (TRUZZI, 1997, p. 192).

Por isso, já no começo dos anos 1920, muitos sírios e libaneses haviam deixado o ramo de tecidos e armarinhos e redirecionado seus negócios para o de tapetes, quitandas e mercearias. É válido ainda destacar que, proporcionalmente, nos Estados Unidos, os sírios e libaneses representaram um grupo pouco significativo em termos de número se for levado em consideração o contingente imigrante que adentrou aquele país (TRUZZI, 1997).

Já na Argentina e no Chile, a chegada de imigrantes sírios e libaneses coincide com a construção, por parte de uma elite branca, de uma nação “moderna”, cujo modelo era o das nações da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. À época, entendia-se que era preciso europeizar a população e, nesta perspectiva, havia imigrantes desejáveis e indesejáveis. Os imigrantes do Oriente Médio se enquadravam no segundo caso. Desse modo, leis restritivas foram promulgadas nos dois países, no início do século XX (DE LUCCA, s/d; CORBINOS, 1983).

Na Argentina, segundo De Luca (s/d), a presença síria e libanesa é visível em cidades do noroeste do país, como La Roja, San Juan, Tucumán e Catamarca. As razões para a emigração síria e libanesa para a Argentina são as mesmas para o Brasil. Entre 1860 e 1918-1920, a maioria dos imigrantes são cristãos que emigraram sem qualquer subvenção do Governo, mas eles próprios custearam a viagem e estada no país receptor. Ainda é relevante mencionar que a estrutura agrária dificultava a obtenção de terras por parte desses indivíduos (DE LUCCA, s/d). A partir de 1920, ocorre a

entrada principalmente de muçulmanos, quando a região da Síria e do Líbano se encontrava sob domínio francês. De acordo com De Luca (s/d),

Los “turcos” [...], fue el grupo migratorio con la distribución espacial más uniforme en todo el país. Si bien no escaparon a la tendencia de ocupar posiciones principalmente en capital Federal, Provincia de Buenos Aires y Provincia de Santa Fé, tuvieron una expansión mas amplia que otros grupos migratorios⁴⁴ (DE LUCA, s/d, p. 6).

Além disso, embora tenham se inserido fundamentalmente no meio urbano, esses imigrantes não optaram pelo trabalho nas fábricas, mas seguiram aquela mesma trajetória dos seus conterrâneos no Brasil e nos Estados Unidos: da mascateação, passaram a abrir seu próprio comércio. Em menor proporção, houve os que se inseriram em atividades rurais. Já os filhos da primeira geração, formaram-se nas profissões liberais, como advocacia e medicina. Ainda de acordo com De Luca (s/d), o sucesso econômico dos pais, a obtenção de diplomas de cursos superiores e a exogamia favoreceu a ascensão social desses indivíduos.

No Chile, sírios e libaneses também tiveram um comportamento fundamentalmente urbano, não tiveram subvenção do Governo e, de acordo com Corbinos (1983), há uma nítida distinção na dispersão espacial entre sírios e libaneses. Os primeiros concentraram-se em Santiago, a capital do país. Já os libaneses se dispersaram mais pelo território chileno. Ainda segundo este autor, “La actividad ambulatoria [...] y que desarrollaron en un principio en nuestro país constituye una variable explicatoria de singular importância de esta alta dispersión territorial”⁴⁵ (CORBINOS, 1983, p. 78).

A primeira atividade econômica de sírios e libaneses no Chile foi a mascateação, inicialmente em cidades principais, como Santiago e, em seguida, foram se inserindo em locais em que pudessem desenvolver atividades comerciais diversificadas. O passo seguinte foi a dedicação à indústria têxtil, bem como ao comércio de confecções (CORBINOS, 1983). Também, de acordo com Corbinos (2006), os imigrantes sírios e

⁴⁴ Tradução nossa: “Os ‘turcos’ foi o grupo migratório com a distribuição espacial mais uniforme em todo o país. Embora não escaparam da tendência em ocupar posições principalmente na capital federal, Província de Buenos Aires e Província de Santa Fé, tiveram uma expansão mais ampla que outros grupos migratórios”.

⁴⁵ Tradução nossa: “A atividade ambulante [...] que desenvolveram no princípio em nosso país constitui uma variável explicativa de singular importância para essa alta dispersão territorial”.

libaneses foram vítimas de discriminação e estigmatização por parte da população local, já que não eram os imigrantes desejáveis.

Inclusive, a própria dedicação ao comércio ambulante, a mascateação, foi motivo de exclusão por parte dos chilenos (REBOLLEDO, 1991, apud CORBINOS, 2006). Uma das maneiras que encontraram para facilitar sua adaptação à sociedade chilena foi a mudança de seus nomes, caso semelhante ao brasileiro. Embora discriminados, nunca houve ondas de perseguições aos sírios e libaneses no Chile, e a existência da exogamia mostrou que havia possibilidades de aceitação e inserção social desses imigrantes, particularmente através dela (CORBINOS, 2006).

1.12 SÍRIOS E LIBANESES NO ESPÍRITO SANTO

O fluxo migratório para o Espírito Santo entre o final do século XIX e início do XX contou com a presença de imigrantes europeus, mas também de outras regiões do planeta. Os sírios e libaneses constituíram uma importante etnia a compor o complexo tecido social capixaba. Segundo Saletto (1996), dos imigrantes predominantemente urbanos que adentraram ao Espírito Santo já em fins do Oitocentos, destacam-se os sírios e libaneses. Para ela, os sírios e libaneses

[...] que praticamente não aparecem nos registros de entrada de imigrantes e que poucos traços deixaram na vida rural, destacam-se em Vitória e Cachoeiro [...]. No censo de 1920, eles eram 16% dos estrangeiros de Vitória, a terceira nacionalidade, enquanto no estado, constituíam menos de 5% dos estrangeiros. Estes sim, eram essencialmente urbanos, e adquiriram uma forte posição no comércio capixaba, principalmente na capital e na região sul (SALETTTO, 1996, p. 175).

A Tabela 2, a seguir, apresenta o número de imigrantes que adentraram ao Espírito Santo no século XIX e início do século XX, provenientes da América, Europa e Ásia. Sírios, libaneses e turcos, juntos, somaram 720 indivíduos de um total de 54.019 imigrantes, o que corresponde a pouco mais de 1,3 %.

Tabela 2 - Entrada de Imigrantes Estrangeiros no Espírito Santo Séculos XIX e XX

Local de Origem	Século XIX	Século XX	Total
Itália	35.033	1.633	36.666
Alemanha	4.013	853	4.866
Espanha	2.942	527	3.469
Portugal	2.080	1.347	3.427
Polônia	699	898	1.597
Líbano	1	568	569
Áustria	295	131	426
Estados Unidos	167	219	386
San Marino	360	3	363
Holanda	329	13	342
Suiça	289	21	310
Rússia	185	58	243
França	162	66	228
Bélgica	185	5	190
Síria	0	130	130
China	66	57	123
Inglaterra	9	105	114
Luxemburgo	97	0	97
Ucrânia	130	8	138
Romênia	1	56	57
Argentina	8	47	55
Ex-Iugoslávia	0	48	48
Grécia	2	42	44
Ex-Tchecoslováquia	0	38	38
Hungria	2	26	28
Barbados	0	23	23
Turquia	0	21	21
Lituânia	0	21	21
	Subtotal: 47.055	Subtotal: 6.964	Total: 54.019

Fonte: Francescheto (2014)

A mais importante contribuição historiográfica sobre a presença libanesa no Espírito Santo é o livro “Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo”, de 1987. Nessa obra, uma dissertação de mestrado, Mintaha Alcuri Campos analisou a presença libanesa em três cidades capixabas: Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. Entre as fontes que utilizou, constam

entrevistas com 104 pessoas: 30 em Cachoeiro; 30 em Alegre, e 44 em Vitória (CAMPOS, 1987).

De acordo com os estudos de Campos (1987), a presença desses imigrantes no Espírito Santo se deu inicialmente na região de Itapemirim, avançando pelo interior capixaba até a serra do Caparaó; alguns vieram diretamente de Vitória, por via marítima, ou pelas divisas com Minas Gerais. A construção de ferrovias, o desenvolvimento do comércio ligando diversas regiões capixabas ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o surgimento de vilas e cidades impulsionou o movimento migratório libanês (CAMPOS, 1987).

Segundo a maioria dos 104 entrevistados por Mintaha Alcuri Campos (1987), a escolha do Espírito Santo para se assentarem deveu-se ao fato de já possuírem parentes estabelecidos⁴⁶. O maior contingente chegou pelo Rio de Janeiro e a chegada ao Espírito Santo se deu através do porto localizado na Barra de Itapemirim. Os que não permaneceram no litoral adentraram ao interior sul capixaba pelo rio ou pela estrada de ferro, até chegarem ao território mineiro (CAMPOS, 1987, p. 12, apud SANTOS, 2015).

Sobre as atividades desenvolvidas pelos sírios e libaneses, Saletto (1996) também afirmou que,

Ao chegarem, geralmente solteiros, começaram mascateando, como autônomos ou a serviço de parentes, ou conterrâneos. Com o tempo, abriam seu próprio negócio, principalmente nos ramos de alimentos e tecidos. Os melhor sucedidos chegaram a possuir casas importadoras e exportadoras. Acompanharam o desenvolvimento da economia capixaba, diversificando seus empreendimentos – pequenas indústrias, hotéis, comércio varejista especializado, sobretudo de tecidos e armarinhos, e até uma usina de eletricidade (SALETTTO, 1996, p. 175-176).

O crescimento urbano, comercial e populacional das vilas e cidades capixabas representou uma importante oportunidade para que os imigrantes sírios e libaneses

⁴⁶ Mintaha Alcuri Campos apurou, com seus entrevistados de Vitória, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim, que a principal razão para a emigração desses indivíduos para o Espírito Santo foi a presença de parentes aqui estabelecidos. Além disso, as pesquisas da autora dão conta de existirem apenas libaneses no Espírito Santo, não havendo, portanto, sírios, pelo menos, nas três cidades capixabas que ela analisou (CAMPOS, 1987).

estabelecessem suas lojas de secos e molhados, armazéns, armarinhos, hotéis etc., porque o mercado consumidor foi bastante ampliado. Como ocorreu em todo país, sírios e libaneses começaram como mascates pelo interior do Espírito Santo e, depois de algum tempo e de muito trabalho, conseguiram abrir pequenas lojas. Como vieram solteiros e prezavam pela endogamia, muitos retornavam ao Líbano ou à Síria para se casarem e, depois, voltavam com suas esposas. Contribuíram também para a vinda de muitos outros parentes, como pais, irmãos, primos, tios e amigos (CAMPOS, 1987).

As famílias que os sírios e libaneses formavam eram muito numerosas, tanto quanto as italianas, cuja chefia autoritária cabia ao pai (SALETTTO, 1996; CAMPOS, 1987). Acima de 50% daqueles que foram entrevistados por Campos (1987) tiveram mais de cinco filhos. A preferência dos pais era por filhos do sexo masculino em virtude da necessidade de dar continuidade aos negócios da família. O nascimento de meninos era motivo de festa, ao contrário do que acontecia caso nascesse uma menina. Campos (1987) verificou que muitos optaram pela endogamia: 12 em Cachoeiro, 14 em Vitória, 6 em Alegre (CAMPOS, 1987).

No que se refere à naturalização daqueles que entrevistou, Campos (1987) afirma que 60% deles se naturalizaram, já que abrir mão da antiga cidadania significava a perda dos sonhos e ilusões do retorno. A ideia de retorno que a maioria deles nutriu não significou que não se adaptassem ao Brasil, mas apenas reforçou os laços que os ligavam à terra natal, à aldeia de origem. Outro dado bastante interessante levantado diz respeito ao encaminhamento dos filhos, pelos pais, em um curso superior. Segundo ela, “Das famílias entrevistadas, 80% tiveram filhos formados nos mais diversos ramos de atividades, como: engenharia, medicina, advocacia etc.” (CAMPOS, 1987, p. 130).

Entretanto, qual foi o contexto socioeconômico do sul capixaba que sírios e libaneses encontraram quando de seu assentamento nessa região? Esse questionamento se justifica porque o recorte geográfico desta pesquisa é o sul do Espírito Santo que, a partir da segunda metade do século XIX, consolidou-se como a mais importante do Espírito Santo, importância que se estendeu até boa parte da Primeira República (1889-1930).

O café foi o responsável por essa colocação porque, além de ter favorecido um acúmulo de capital sem precedentes, possibilitou a modernização das estruturas econômicas, o povoamento do território e a transformação do mercado de trabalho capixaba com a introdução de imigrantes europeus – e não europeus (GROSSELLI, 2008). Da mesma forma, contribuiu para o processo de urbanização à medida que núcleos urbanos foram se desenvolvendo nos arredores das ferrovias que, a partir do último quartel dos Oitocentos, passaram a transportar o café capixaba.

De acordo com Saletto (1996), o café necessitava de três elementos fundamentais para sua expansão: contingente populacional, infraestrutura e acúmulo de capital, porém no Espírito Santo esses elementos não existiam a contento (SALETTTO, 1996). Entretanto, ao longo do século XIX e início do XX, essa ausência foi sendo amenizada e, aos poucos, superada em virtude das transformações vivenciadas pela região.

A população, por exemplo, que, na época da Independência, era de cerca de 35 mil habitantes, em 1856 era de mais de 49 mil, passando para mais de 82 mil em 1872, quase 136 mil em 1890, e cerca de 209 mil em 1900. Em menos de um século, a população capixaba praticamente setuplicou (SALETTTO, 1996).

Esse crescimento populacional tem relação direta com a imigração estrangeira – europeia e não europeia -, e com a migração de indivíduos de outras regiões do Brasil, como do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, em menor quantidade, do Nordeste. Além disso, no período da vigência da escravidão, escravos negros africanos também colaboraram para esse aumento demográfico, porque a expansão do café ampliou a instituição da escravidão no Espírito Santo, salienta Almada (1984).

Consoante com Conde (2011), se já havia povoações nas faixas do litoral capixaba desde o século XVI, foi no Oitocentos que o sul da província ganhou maior importância. No início do povoamento da região, muitos indivíduos de outras províncias, como do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, foram atraídos pela quantidade de terras disponíveis e devolutas no Espírito Santo. Isso não significa dizer que as terras fossem desabitadas, uma vez que eram povoadas por indígenas que, inclusive, resistiam à expropriação de suas terras.

Esses colonizadores trouxeram suas famílias, escravos e agregados, que passaram a cultivar a rubiácea. Posseiros também participaram desse processo de povoamento (SALETTTO, 1996). À medida que chegaram, foram instalando fazendas, construindo pequenos e médios cafezais, se comparados à média nacional. Produziam o que era necessário ao consumo interno, além de possuírem tropas de mulas para o transporte de sua produção. Com o passar do tempo, algumas delas adquiriram embarcações para o transporte pelos rios, inclusive movidas a vapor (SALETTTO, 1996).

Para Pereira (2012), muitas dessas fazendas construídas por colonizadores mineiros e fluminenses no interior do sul capixaba se converteram em povoados de cidades, consolidados com a chegada das ferrovias. Isso porque os deslocamentos de pessoas e mercadorias por meio das tropas, por exemplo, demandava locais de pouso, postos de abastecimento de negócios e alimentos. Era comum algumas fazendas desempenharem esse papel.

De acordo com Bittencourt (ATAÍDE, 1935, apud BITTENCOURT, 1987), o café começou a ser introduzido no Espírito Santo em 1800, aproximadamente, na região de Linhares, no vale do Rio Doce, e, a partir de 1812, ano de sua primeira exportação, passou a ser introduzido nas regiões de Vitória e no litoral, incluindo Itapemirim, ao sul, região que se caracterizou pela produção açucareira, mas que, aos poucos, foi sendo substituída pela de café. Assim, o café só ganhou destaque quando de sua penetração no sul capixaba (BITTENCOURT, 1987).

Entre os fatores que contribuíram para que o sul do Espírito Santo fosse a grande frente de desenvolvimento desta rubiácea, destaca-se a existência de solos virgens, férteis e menos ondulados nos vales dos rios. Ademais, a existência de um clima úmido e de chuvas regulares também serviu para facilitar a sua produção (QUINTÃO, 2010). Quanto à característica fundiária, no sul houve a predominância das grandes propriedades⁴⁷, exceto nas áreas de colonização europeia (SALETTTO, 1996).

⁴⁷ Entre as grandes fazendas localizadas em Cachoeiro de Itapemirim, destacam-se a Monte Líbano, de propriedade de Francisco de Souza Monteiro, que possuía mais de 200 mil pés de café. De acordo com Saletto (1996), essa fazenda foi avaliada em 40 contos de réis, em 1895. Produzia entre 8.000 e 10.000 arrobas de café; possuía uma estrutura que contava com engenhos de café e cana, moinho, serraria, 25 casas de colonos, paióis, tulhas, extensos terreiros de café, além de uma casa muito grande e luxuosa, com mobílias de jacarandá e louças chinesas.

Se a ausência de contingente populacional foi sendo superada aos poucos, havia outras dificuldades: a ausência de mão de obra e de transporte, que figuraram como as principais. O momento da expansão da produção cafeeira ocorreu num período em que o preço dos escravos estava em alta. Isso porque as leis restritivas ao tráfico, como a Euzébio de Queiroz, de 1850, e a abolição, ocasionaram a diminuição da oferta de cativos (SALETTTO, 1996). Esses fatos favoreceram o tráfico interprovincial, bem como a reprodução em cativeiro, outras fontes importantes de oferta de escravos. Assim, conforme afirma Saletto (1996), até a Abolição, a região sul capixaba manteve-se bem abastecida de escravos.

Quanto à questão do transporte, se o café capixaba se expandiu ao longo dos rios, isso nem sempre era uma vantagem, haja vista as condições de navegabilidade que eles ofereciam. Os trechos navegáveis eram curtos e viviam à mercê da estiagem, que sempre impedia ou dificultava o transporte fluvial (MORENO, 2016). Em lombos de mulas ou burros, o café era transportado até o porto fluvial situado no ponto extremo do trecho navegável do rio para, em seguida, ser escoado pelo rio até o litoral. No sul do Espírito Santo, parte do café era transportado até o porto fluvial localizado em Cachoeiro de Itapemirim de onde era embarcado até o litoral (SALETTTO, 1996).

A Figura 6, a seguir, mostra uma reunião de tropeiros⁴⁸ junto à firma Miguel Simão, em Alegre, casa comercial cujo proprietário era de origem libanesa. Como se pode ver, a quantidade de tropeiros demonstra que não é possível desprezar a importância desse tipo de transporte para o escoamento da produção do interior do Espírito Santo.

⁴⁸ Ormando Moraes fez uma distinção importante entre os tropeiros, chamados cometas, e os mascates. De acordo com ele, “Além dos ‘cometas’, no tempo das tropas, havia ainda os mascates, geralmente sírios ou libaneses, tratados como ‘turcos’ e que também usavam muares em suas andanças, mascateando. Mas eram diferentes dos ‘cometas’, pois não representavam firmas, nem vendiam aos comerciantes. Os mascates vendiam principalmente fazendas e miudezas no varejo, a prazo ou à vista, ao consumidor final, como se diz hoje em dia” (MORAES, 1989, p. 72).

Figura 6 – Tropeiros em Alegre, em frente à firma Miguel Simão (1929)



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alegre

De acordo com Moraes (1989), as cidades situadas às margens da estrada de ferro, em ponta de trilho, em pontos em que os transportes terrestre e fluvial se conectavam ou em locais de grande produção cafeeira possuíam intensa movimentação de tropeiros. Em todos esses casos elencados por Ormando Moraes, o sul do Espírito Santo se destacava⁴⁹.

A partir de 1887, o transporte do café passou a ter uma nova modalidade, a ferrovia, cuja implantação tem relação direta com a produção cafeeira. Tanto é verdade que as primeiras três ferrovias⁵⁰ em terras espírito-santenses se encontravam na região sul, nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana (QUINTÃO, 2010). No entanto, a implantação das ferrovias não significou o fim das tropas, conforme se verifica na imagem de 1929, mesmo que o sistema ferroviário capixaba já estivesse consolidado

⁴⁹ Ormando Moraes citou nomes de sírios e libaneses de Cachoeiro de Itapemirim, que teriam evoluído de tropeiro a representantes comerciais, caso de João Moysés, Mario Daher e Jorge Ananias. Em Alegre, Miguel Simão, além de grande comprador de café com firma ali estabelecida, possuía tropas. Outros compradores de café também se destacaram porque em suas firmas comerciais havia grande movimentação de tropeiros, como Carin Tanure, em Rive, distrito de Alegre; Seba Ananias, em Mimoso; a família Nemer, em Castelo; Elias Hadad e Elias Ayub, em Muqui (MORAES, 1989).

⁵⁰ Essas três ferrovias são a Estrada de Ferro Caravellas, o Ramal de Santo Eduardo (pertencente à Leopoldina Railway) e a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (QUINTÃO, 2010).

A primeira ferrovia capixaba foi a Estrada de Ferro Caravelas⁵¹, inaugurada em 1887, que ligava Cachoeiro de Itapemirim a Alegre, com um ramal até Castelo, regiões produtoras de café. A partir daí, o transporte da rubiácea ocorria da seguinte maneira: por meio das tropas, o café chegava até as estações ferroviárias; pelos trilhos, chegava até o porto fluvial localizado em Cachoeiro de Itapemirim; desse porto, era transportado em embarcações até o litoral, em Itapemirim, para, em seguida, ser transportado para o Rio de Janeiro, conforme se verifica no mapa (Figura 7)⁵².

Deve-se assinalar que a dependência que o café capixaba tinha da praça do Rio de Janeiro era muito ruim para o Espírito Santo, pois o sistema comercial e financeiro daquela praça é que se beneficiava das receitas. De acordo com Siqueira (1980), essa dependência fazia parte da política centralista do Império, cujo propósito era centralizar o comércio no Rio de Janeiro, tornando-o o “[...] centro de redistribuição de mercadorias dentro do Império e o ponto de importação e exportação do comércio internacional” (SIQUEIRA, 1980, p. 11).

Portanto, é preciso ressaltar a relevância do porto de Itapemirim para o sul capixaba sob dois aspectos, para o comércio daquele período: a sua localização na principal região produtora de café e a sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro (SIQUEIRA, 1980).

Durante o primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896), tentou-se atrair o café do sul do Espírito Santo para a capital, Vitória, por meio da construção de uma ferrovia que ligaria a capital às regiões produtoras do sul. Assim, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo foi a responsável por desempenhar esse papel. Sua construção teve início no primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896). Sobre isso, de acordo com Saletto (1996),

⁵¹ De acordo com Quintão (2010), a empresa responsável pela construção do trecho entre Cachoeiro de Itapemirim e Duas Barras foi a Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Caravelas, cujo proprietário era Visconde de Matosinhos. Eram quase 71 quilômetros de trilhos, sendo 49,5 km até Alegre e 21 km do ramal até Castelo.

⁵² O mapa não faz referência à estrada de ferro que ligava Cachoeiro de Itapemirim à região de Alegre e Castelo, que depois se estendeu até Espera Feliz, já em território mineiro. Entretanto, ele mostra muito bem o porto fluvial existente em Cachoeiro de Itapemirim, que recolhia o café do sul e era levado para Itapemirim. No mapa, também é possível verificar a estrada de ferro da Leopoldina, que ligava o Espírito Santo ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. Outro ponto importante que o mapa apresenta é o porto de Itabapoana, no extremo sul capixaba, e a estrada de ferro que também cortava a região.

[...] a crise do café iniciada em 96 [...] paralisou a obra no meio do caminho [...], e em 1903 a Leopoldina *Railway*, que já atingiria o extremo sul do estado, chegou a Cachoeiro, ligando-o ao Rio de Janeiro. A ferrovia para Vitória só foi concluída em 1910, pela mesma Leopoldina [...]. Somente na década de 20 Vitória conseguiu progressivamente atrair o café do sul (SALETTTO, 1996, p. 27).

Destarte, a chegada da ferrovia ligando o sul do Espírito Santo a Vitória foi determinante para a decadência do porto de Itapemirim porque golpeou a principal fonte de riqueza daquela localidade, que era o escoamento do café (SALETTTO, 1996). Entretanto, durante muitos anos, Itapemirim desempenhou papel destacado na economia capixaba, o que atraiu imigrantes sírios e libaneses para aquela região, que se estabeleceram no comércio. É da presença síria e libanesa em Itapemirim que trata o próximo capítulo.

1.13 CONCLUSÃO CAPITULAR

Neste capítulo, verificou-se que a imigração síria e libanesa ocorre em contexto similar ao da imigração de outros grupos étnicos para o Brasil e para o Espírito Santo. No entanto, o processo de assentamento dos sírios e libaneses guardava, sobretudo, duas especificidades comparativas aos demais: eles eram predominantemente urbanos e se dedicavam às atividades comerciais. Também foi possível verificar que sírios e libaneses emigraram para várias regiões da América do Norte e do Sul.

Apesar de os Estados Unidos terem sido o país que mais recebeu imigrantes sírios e libaneses, em termos quantitativos essa imigração não foi tão significativa, levando-se em conta o número de imigrantes de outras etnias que adentraram àquele país no mesmo período. Ao contrário disso, na Argentina e no Brasil, a presença de sírios e libaneses foi muito relevante tanto do ponto de vista numérico, bem como socioeconômica e cultural.

No Espírito Santo, esses imigrantes assentaram-se em diversas regiões, especialmente naquela mais importante do ponto de vista econômico no período: a região sul, marcada pela existência de grandes propriedades produtoras de café em franca expansão. No sul capixaba, o café proporcionou grandes alterações

demográficas, urbanísticas e nos meios de transporte. Sírios e libaneses espalharam-se pelo território mascateando e montando, posteriormente, pequenos comércios: lojinhas de tecidos, armazéns de secos e molhados, hotéis, bares, entre outros serviços.

2 SÍRIOS E LIBANESES EM ITAPEMIRIM

O objetivo deste capítulo é analisar a presença de sírios e libaneses na Vila de Itapemirim, uma região localizada no litoral sul do Espírito Santo e que, em boa parte do século XIX, foi um dos centros urbanos mais importantes da então Província, em função do papel econômico e estratégico que desempenhou.

O propósito é verificar como surgiu e se desenvolveu a região de Itapemirim, alavancada pela produção de açúcar e pelo porto fluvial. Objetiva-se, assim, possibilitar a compreensão do local em que sírios e libaneses se estabeleceram em terras capixabas pela primeira vez, porque a Vila de Itapemirim foi o primeiro local do Espírito Santo a receber esses imigrantes, não por acaso.

Posteriormente, busca-se explicitar a trajetória de quatro famílias libanesas que emigraram para a região de Itapemirim, algumas ainda em fins de século XIX, e o seu papel no comércio e na política: Brumana, Ayub, Bechara e Mezher. Por último, o intuito é examinar como se deu a inserção dos indivíduos dessas e de outras famílias sírias e libanesas na sociedade itapemirinese, as estratégias que utilizaram para essa inserção, bem como as dificuldades enfrentadas por eles nesse processo.

2.1 O CAMPO EM ITAPEMIRIM

Entrevistamos seis descendentes de sírios e libaneses, em Itapemirim: Roberto Jorge Mezher, no dia 26 de agosto de 2016; José Rubens Brumana e Renato Ayub⁵³, no dia 29 de junho de 2017; Sérgio Cardozo Bechara, dia 17 de julho de 2017; Maria da Penha Alves, no dia 04 de agosto de 2017; e Alice Brumana, em 19 de abril de 2018. Com exceção da entrevista realizada com José Rubens Brumana, que ocorreu no Palácio das Águias, na Barra de Itapemirim, na cidade de Marataízes, as outras quatro ocorreram na residência dos entrevistados, na região central de Itapemirim, conforme Tabela 3, a seguir.

⁵³ Renato Ayub não foi localizado posteriormente para a assinatura do Termo de Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral e Imagem. Por isso, a narrativa deste entrevistado não foi inserida no trabalho.

Tabela 3 - Lista de entrevistados em Itapemirim

Nome	Data da Entrevista	Localidade	Identificação
Alice Brumana Nars	19/04/2018	Itapemirim	(NARS, 2018)
José Rubens Brumana	29/06/2017	Marataízes	(BRUMANA, 2017)
Maria da Penha Alves	04/08/2017	Itapemirim	(ALVES, 2017)
Roberto Jorge Mezher	26/08/2016	Itapemirim	(MEZHER, 2016)
Sérgio Cardozo Bechara	17/07/2017	Itapemirim	(BECHARA, 2017)

Fonte: Produção do autor

O historiador Luciano Retore Moreno intermediou tanto as entrevistas quanto o acesso às fontes cartoriais. Ele nos apresentou aos participantes e nos acompanhou ativamente, o que facilitou o acesso a eles, geralmente reticentes – e com razão – quanto à aproximação de um estranho para quem contariam parte de sua vida e da de suas famílias. As famílias Brumana, Bechara e Ayub já eram conhecidas, porque sempre exerceram papel relevante na sociedade de Itapemirim. Já a família Mezher foi uma sugestão de Luciano Moreno, pela relação de amizade com Roberto Jorge Mezher.

Os encontros com os membros dessas famílias foram muito profícuos, uma vez que puderam narrar importantes aspectos das trajetórias de seus familiares nunca antes relatados. Os entrevistados deram muita importância a essa escuta, como quem precisava ser ouvido, mas que não havia encontrado oportunidade de falar e quem os escutasse. Tanto que, no primeiro contato que fizemos, aventando a possibilidade de uma entrevista, a mesma foi aceita imediatamente, sem ressalvas.

Quando voltamos a Itapemirim, para entregar uma cópia da transcrição das entrevistas e colher a assinatura no Termo de Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral e Imagens, não houve qualquer resistência quanto à assinatura do documento. Também não pediram qualquer sigilo sobre o que narraram nas entrevistas, assim como sobre suas identidades. Sendo assim, uma vez que um dos objetivos é apresentar as trajetórias dessas famílias, os nomes dos entrevistados e das próprias famílias serão mencionados como uma forma de respeito e empoderamento.

Da mesma forma, Luciano Moreno apresentou-nos ao oficial do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, de nome Fabiano de Souza Soares. Ali, tivemos acesso a 39 livros de registro civil, entre os anos de 1890 e 1943: foram 23 livros de nascimento, sete de casamento e nove de óbito. Havia também livros de índice de nascimento, de casamento e de óbito, nos quais contava, por exemplo, no caso do livro de nascimento, o nome da pessoa, a filiação, o número do livro e da folha, o que facilitou bastante o trabalho de consulta.

As outras fontes utilizadas foram: um inquérito policial envolvendo a expulsão dos sírios e libaneses de Itapemirim, que está disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); alguns periódicos, entre os quais *O Cachoeirano*; fotografias dos acervos das famílias dos entrevistados e do próprio Luciano Retore Moreno; além de uma carta escrita por Jerônimo Monteiro endereçada a Anphilóquio Moreno, importante político itapemirino na Primeira República. O objetivo foi analisar o maior número possível de informações sobre o assentamento desses imigrantes sírios e libaneses em Itapemirim e suas trajetórias.

2.2 ITAPEMIRIM: POVOAMENTO, DESENVOLVIMENTO, DECADÊNCIA

A origem do termo Itapemirim é controversa. Os indígenas falavam “Tramirim”. Moradores antigos e viajantes diziam nomes diversos: “Tapemery”, “Pamerim”, “Tapumiri”, “Tapemerim”, entre outros. Segundo Moreno (2016), há duas hipóteses mais prováveis relativas ao termo Itapemirim: a primeira significaria “caminho de pedras pequenas” ou “pequeno caminho entre pedras”⁵⁴; a segunda, “pequeno caminho das águas”⁵⁵. Já para Duarte (2008, p. 98), há outras versões: “‘A Pequena Tapera’ ou ‘A Taperinha’ para *Tapemirim* {*Tape (ra) mirim*} e ‘O Rio da Taperinha’ para Itapemirim {*Y-Tape (Ra) mirim*} [...]”.

O início da colonização e do povoamento da região se deu em princípios do século XVIII, entre 1701 e 1710, e tem relação direta com a busca de ouro, que levou os primeiros colonizadores às terras próximas ao rio Itapemirim, na região de Castelo.

⁵⁴ Ita=pedra, pê=caminho, mirim=pequeno (MORENO, 2016, p. 95-96).

⁵⁵ I-t-a-pê-mirim significaria pequeno caminho das águas, porque os indígenas consideravam o mar como o grande caminho de água (MORENO, 2016, p. 95-96).

Estes colonizadores, Domingos de Freitas Bueno Caxangá, Pedro Silveira e agregados, oriundos da Bahia, fundaram uma fazenda de açúcar denominada Caxangá, mas seus sucessores acabaram vendendo-a a Inácio Pedro Cacunda (MORENO, 2016). No mapa a seguir, Figura 8, é possível visualizar as Minas do Castelo nas proximidades do rio Itapemirim.

Figura 8 – Delimitação da Capitania do Espírito Santo segundo a Carta Régia de 1816



Fonte: Casagrande e Barbiero (2003) citados por Simonato (2008)

Segundo Simonato (2008), Inácio Pedro Cacunda foi o responsável pela prospecção aurífera em Castelo.

Aproximadamente, entre o período de 1705 até 1734, Cacunda, com suas descobertas, promoveu grande expectativa em relação à possibilidade do ouro de Castelo gerar rendimentos à Coroa Portuguesa. Os resultados alcançados ao longo do trabalho de garimpagem não foram quantitativamente significativos, o que demonstrou ser limitada a presença do ouro nessas áreas da Serras ou Minas do Castelo (SIMONATO, 2008, p. 24-25).

Apesar da descoberta de ouro ter criado expectativas, no momento em que ela ocorreu não havia, no Espírito Santo, estruturas que favorecessem o melhor aproveitamento das oportunidades que o ouro oferecia. Sua economia era frágil. Para

Conde (2011), essas estruturas referem-se a “[...] lavouras mais extensas, produção maciça de alimentos, proprietários capitalizados, ligação mais intensa aos principais eixos mercantis da colônia, uma densidade populacional maior, entre outros fatores” (CONDE, 2011, p. 50-51).

No entanto, em meados do século XVIII, outros indivíduos provenientes de Minas Gerais, cuja produção aurífera se encontrava em franca decadência, estabeleceram-se na região de Castelo, em busca de terras e, principalmente, de ouro. Estes formaram alguns povoamentos, entre os quais Caxixe, Ribeirão Castelo etc. Muitos deles migraram para o litoral, fugindo dos ataques dos indígenas puris e/ou por não encontrarem as riquezas auríferas que buscavam. No litoral, fundaram uma povoação denominada Nossa Senhora do Patrocínio, na barra do Itapemirim (MORENO, 2016).

A propriedade do Sargento Inácio Cacunda foi adquirida por Baltazar Caetano Carneiro, em 1774. A partir daí, ocorreu a ampliação da quantidade de engenhos de açúcar e uma aparente prosperidade econômica, o que certamente acabou por atrair outros indivíduos para a região. Baltazar Caetano Carneiro vendeu, entre os anos de 1798 e 1800, sua propriedade a José Tavares de Brum, um importante fazendeiro das terras do lado norte do rio Itapemirim e de uma fazenda de açúcar denominada São José (MARINS, 1920; MORENO, 2016).

Com a morte de José Tavares de Brum, sua esposa casou-se com o Tenente Luiz José Moreira, que herdou suas propriedades, e se tornou um dos maiores fazendeiros da região (MARINS, 1920). Com o tempo, as fazendas foram sendo fragmentadas, ocasionando um aumento do número de proprietários e propriedades, bem como de pessoas que se deslocaram para a região. Essa fragmentação fundiária foi responsável, inclusive, pela decadência e empobrecimento de alguns desses herdeiros dado o alto custo da produção açucareira, com o qual eles não puderam arcar (ALMADA, 1984).

Mesmo assim, a região de Itapemirim apresentou-se bastante promissora para os colonizadores por diversos fatores, entre os quais a abundância de terras, o solo fértil, o rio como elo entre o interior e o litoral, e as possibilidades de ascensão econômica por causa do crescimento do número de engenhos de cana-de-açúcar. Aliado a isso,

pesou como fator favorável ao crescimento econômico-demográfico de Itapemirim sua posição entre Vitória, a capital da província, e o Rio de Janeiro, a capital do Império (MORENO, 2016).

Em 27 de junho de 1815, pelo Alvará n. 55, a Frequesia de Itapemirim foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Vila Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. A criação da Vila só se efetivou em 9 de agosto do ano seguinte, porque nessa data se instalou a Câmara Municipal e o Pelourinho. A Vila já tinha jurisdição sobre todo o sul do Espírito Santo, cuja extensão territorial sempre representou um grande entrave para a administração, especialmente no que se refere à fiscalização e combate a assaltos a propriedades, e à formação de quilombos (MARINS, 1920; MORENO, 2016).

Conforme salienta Lago (2013), a região de Itapemirim experimentou várias alterações administrativas ao longo do Dezenove, que precisam ser mencionadas. Ainda no final do século XVIII, Itapemirim era um distrito pertencente a Guarapari, quando o Espírito Santo contava com cinco vilas: Vitória, Espírito Santo, Nova Almeida, Guarapari e Benevente (OLIVEIRA, 2008). Em 1815, Itapemirim tornou-se vila, compreendendo praticamente todo o sul do Espírito Santo, com limites com Benevente, ao norte, São João da Barra, ao sul, e com as minas do Castelo, no sentido litoral-interior, até a divisa com Minas Gerais (MORENO, 2016).

Nesse sentido, cidades atuais, como Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Castelo, Conceição do Castelo, Alegre, Guaçuí, Iúna etc., faziam parte da Vila de Itapemirim. No entanto, com a lei nº. 5, de 23 de março de 1835, Guarapari, Benevente e Itapemirim são desmembradas da comarca de Vitória, quando Itapemirim passou a ser sede da comarca, estando Guarapari e Benevente sob sua jurisdição, além dos territórios já mencionados. A comarca de Itapemirim foi extinta em 18 de novembro de 1844, pela lei nº. 4, mas restabelecida em 1852, através da lei nº. 16, de 18 de julho daquele ano (MORENO, 2016).

Das famílias de grandes proprietários de terras que habitaram a região de Itapemirim, destacaram-se os Silva Lima, cuja figura mais proeminente foi Joaquim Marcelino da

Silva Lima⁵⁶, o Barão de Itapemirim; os chamados “Moços da Areia”, da família Gomes Bittencourt, entre os quais João Nepomuceno Gomes Bittencourt; e Joaquim José Alves⁵⁷. As terras do lado sul do rio Itapemirim pertenciam ao Barão de Itapemirim, e as do lado norte, aos Gomes Bittencourt⁵⁸, que eram adversários políticos, de partidos opostos, embora entre eles houvesse alianças matrimoniais (MARINS, 1920).

A alusão a esses indivíduos, bem como às suas famílias, agregados, libertos, escravos negros, indígenas, entre outras pessoas, justifica-se por se tratar de grandes fazendeiros que contribuíram para o desenvolvimento de Itapemirim e circunvizinhança. Suas fazendas produziam grandes quantidades de açúcar e aguardente, algumas eram movidas a vapor e, até 1887, abasteceram tanto o mercado capixaba quanto o do Rio de Janeiro. De acordo com Marins (1920), Itapemirim foi o mais rico município da Província do Espírito Santo e, já na metade do século XIX, contava com aproximadamente quarenta casas comerciais controladas por portugueses.

Assim, a prosperidade trazida pela produção açucareira favoreceu o desenvolvimento de um comércio variado e uma rede de prestação de serviços, como hotéis e armazéns de secos e molhados, que atendia à população local e à circunvizinhança. Até a metade do século XIX, o açúcar foi fundamental para a manutenção de vilas e povoações do litoral capixaba, convivendo com uma produção agrícola de subsistência (BITTENCOURT, 2011). Ainda havia, nos arredores da Vila de

⁵⁶ Joaquim Marcelino da Silva Lima era proveniente de São Paulo, filho do Alferes Joaquim José da Silva e Anna Fernandes. Veio para o Espírito Santo e residiu primeiro em Benevente, onde foi proprietário da fazenda Três Barras. De primeiras núpcias, casou-se com Francisca do Amaral e Silva, tendo dois filhos: Claudina e Belarmino. Com a morte de sua primeira esposa, casou-se com Leocadia Tavares da Silva, filha do Capitão José Tavares e Brum, de cujo casamento nasceram diversos filhos. Recebeu o título de Barão no ano de 1846. Era Oficial da Ordem da Rosa e Diretor dos índios puris do Aldeamento Imperial Afonsino. Era proprietário das fazendas Fazendinha, Queimada, Ouvidor, Morro Grande, Fruteira do Norte e Muqui. Possuía nessas fazendas mais de 400 escravos (MARINS, 1920).

⁵⁷ Embora Joaquim José Alves sempre residisse em Campos dos Goitacazes, ele possuiu diversas fazendas na região de Itapemirim, que passaram a pertencer aos seus filhos por herança. São elas: Lancha, Araçã, Poço Grande, Paineiras, Coqueiro, Ayrizes, Ribeira, Cancan, Laranjeiras etc. (MARINS, 1920).

⁵⁸ Desta família, destacam-se o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, que era proprietário das fazendas Areia e Coroa da Onça; o Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt, dono das fazendas Vermelho e Cerejeira; o Tenente Heliodoro Gomes Pinheiro, da fazenda Rumo; o Capitão José Gomes Pinheiro, proprietário das fazendas Ouvidor do Norte, Rachel e Izabel, que era genro do Barão de Itapemirim. Outro fazendeiro, o Major Caetano Dias da Silva, era casado com uma das filhas do Capitão Francisco de Paula Gomes Bittencourt, de nome Rachel Dias da Silva Pinheiro (MARINS, 1920).

Itapemirim, nove engenhos, cuja produção era autossuficiente, haja vista as grandes dificuldades de comunicação entre as regiões oriundas da precária condição dessas vias de ligação (VASCONCELOS, 1978, apud BITTENCOURT, 2011).

Se, por um lado, Itapemirim destacou-se na produção açucareira e de aguardente, outros produtos também tiveram papel preponderante para a economia local. É o caso da extração e comercialização de madeira. Em tese intitulada “História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus”, Ana Lúcia Côgo, utilizando relatórios dos presidentes provinciais da década de 1840, afirma que a exploração madeireira era muito importante para a Província, sobretudo em regiões do Norte e do Sul, onde era mais praticada. Entretanto, nos relatórios, aparecem reclamações de que essa atividade prejudicava a lavoura, já que a população abandonava a produção agrícola para se dedicar à extração da madeira (CÔGO, 2007, p. 35).

Ao analisar os relatórios do presidente provincial Inácio Accioli Vasconcellos, antes mesmo da década de 1840, Côgo (2007) também apurou que as terras capixabas possuíam madeiras de excelente qualidade, em abundância e muito cobiçadas pelos construtores de navios, exigindo do Governo Provincial maior controle e vigilância sobre elas. Não obstante o valor econômico atribuído à madeira, sua importância podia ser observada no uso cotidiano que os habitantes das regiões capixabas faziam dela. Segundo Pereira (2012),

A madeira retirada da derrubada da mata atlântica foi muito utilizada em ambientes rurais, compondo elementos diversos na aplicação agrícola, tais como engenho, depósitos, edificações para a criação de animais, instrumentos de trabalho como ferramentas, o mobiliário e as edificações em geral (PEREIRA, 2012, p. 37).

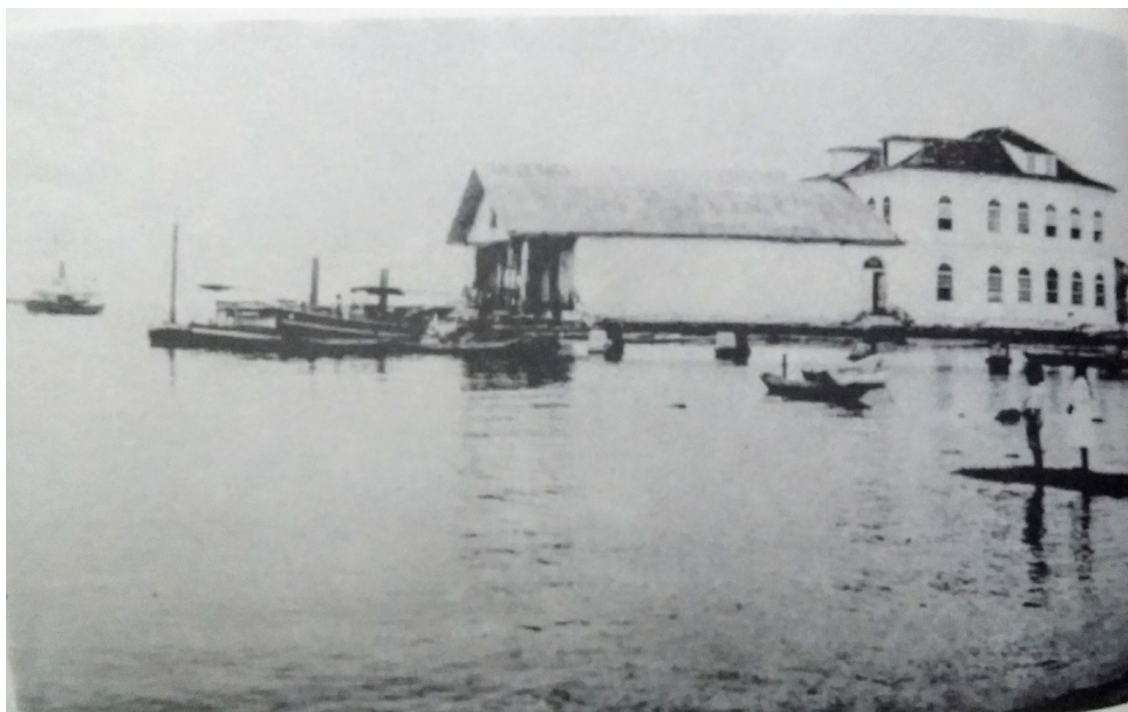
Nesse sentido, é preciso destacar também a importância da mão de obra escrava negra africana na produção da região. Como assinala Ribeiro (2012),

[...] as grandes fazendas do Itapemirim não se dedicavam exclusivamente ao plantio do café ou do açúcar. Elas também cultivavam mandioca, milho, arroz, feijão, hortaliças, frutas, além de criar animais e produzir diversos bens para suprir suas necessidades. Desta forma, o trabalho escravo⁵⁹ era empregado em ampla gama de atividades [...] (RIBEIRO, 2012, p. 103-104).

⁵⁹ Da mesma forma, Machado (2017) afirma que, em virtude de toda essa produção, Itapemirim carecia de grande contingente de escravos, oriundos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e do tráfico

Vale ressaltar que o rio Itapemirim também foi fundamental no processo de povoamento e desenvolvimento da região. Ele facilitou o escoamento de mercadorias, a entrada de produtos importados, assim como o transporte de passageiros e a circulação de ideias e notícias. O porto fluvial localizado em Itapemirim possibilitou o surgimento de diversas atividades econômicas, das quais podem ser citadas o transporte de passageiros, por meio de embarcações a vapor, e a construção de um suntuoso trapiche, na povoação da Barra. A seguir, na Figura 9, vemos uma foto do Porto de Itapemirim, com o trapiche ao fundo.

Figura 9 – O Porto de Itapemirim (1908)



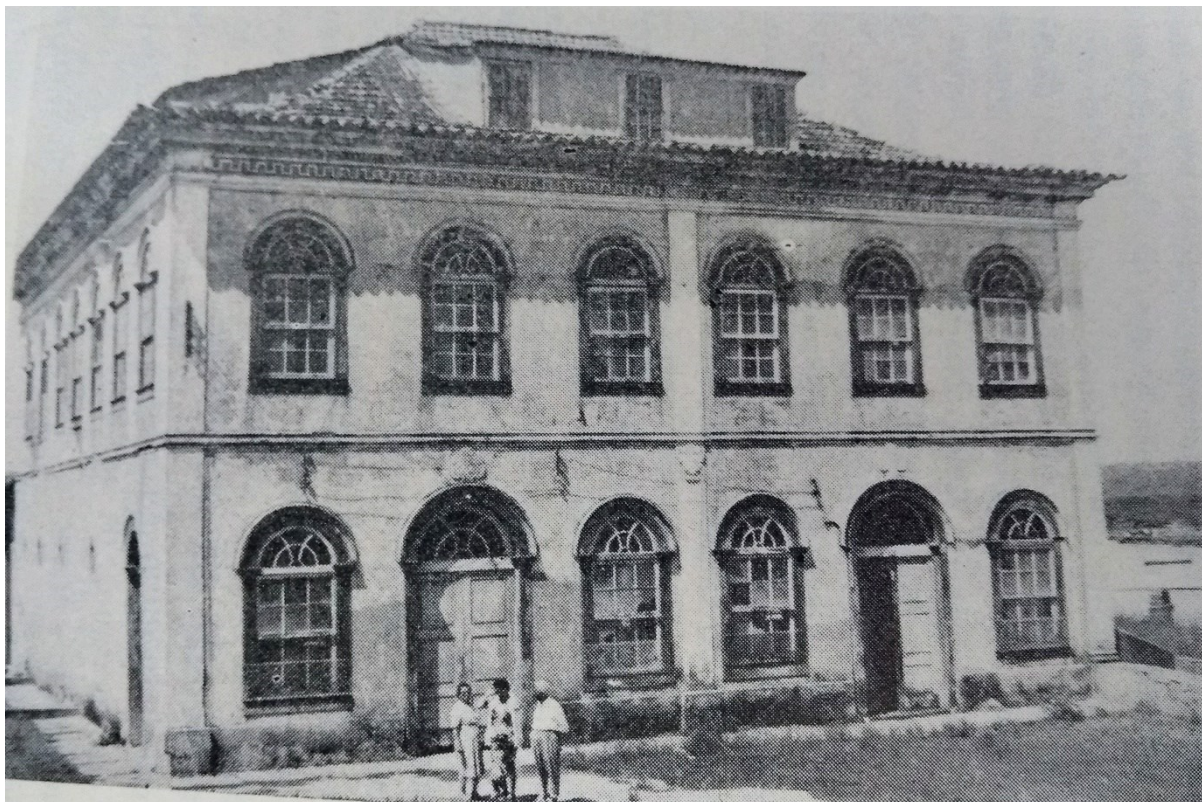
Fonte: Franco e Hess (2005)

A primeira concessão do transporte de passageiros nesse rio, entre a Barra e Cachoeiro de Itapemirim, foi feita ao Major Caetano Dias da Silva, em 1857, que acabou desistindo do negócio por problemas financeiros. Nova concessão foi feita a Henrique Deslandes, em 1872, que deveria garantir duas viagens semanais até Cachoeiro. Associando-se a Manoel Ferreira Braga Martins, fundaram a Braga & Deslandes, firma também proprietária do trapiche da Barra, que passou a enfrentar

internacional. Ainda segundo essa autora, muitos adentraram ao Espírito Santo mesmo depois de promulgada a lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos no Brasil.

problemas em virtude do assoreamento do rio, o que motivou a inviabilização dos negócios e da navegação. Por isso, Henrique Deslandes transferiu sua parte na sociedade ao comerciante Simão Rodrigues Soares, em 1878 (MORENO, 2016).

Figura 10 – O Trapiche da Barra



Fonte: Rocha (1966)

O trapiche da Barra, Figura 10, foi construído pelo Barão de Itapemirim. Em 1857, ele pediu à Câmara Municipal permissão para construí-lo, mas, depois de edificado, o imóvel foi vendido a Manuel Ferreira Braga Martins que, por sua vez, o vendeu a Simão Rodrigues Soares. Reformado e ampliado, o trapiche foi reinaugurado no dia 8 de setembro de 1885. Com o tempo, o assoreamento do rio Itapemirim inviabilizou a sua manutenção, o que acarretou, posteriormente, a sua inutilização (MARINS, 1920).

Em 1926, foi inaugurada a Estrada de Ferro Itapemirim, ligando Cachoeiro de Itapemirim a Maratáizes, no litoral, passando pela Vila da Itapemirim. De acordo com Bittencourt (2011, p. 40), a “[...] criação da [...] Estrada de Ferro Itapemirim [...], cujo leito acompanhava parte do curso do rio do mesmo nome [...] visava beneficiar a produção do baixo Itapemirim, particularmente aquela da usina de açúcar ‘Paineiras’,

no município de Itapemirim”. Embora a ferrovia tenha sido uma solução para o transporte, contribuiu para que o trapiche fosse desativado aos poucos.

Se o açúcar foi fundamental para o crescimento de Itapemirim, a partir da segunda metade do século XIX, este produto entrou numa crise profunda com impactos diretos sobre a região. Vários fatores contribuíram para essa decadência: a generalização da produção europeia do açúcar de beterraba; a diminuição da importação do açúcar brasileiro por parte dos Estados Unidos, que aumentaram sua produção nos Estados do Sul; e, por último, a produção açucareira de Cuba, cuja localização geográfica estratégica contribuiu para que a ilha caribenha substituísse a produção brasileira no mercado estadunidense (GROSSELLI, 2008). Soma-se a esses fatores a alta nos preços do café no mercado internacional.

Considerando que a maior parte desse açúcar era produzida em Itapemirim e exportada pelo porto ali localizado, é possível imaginar a gravidade das consequências dessa decadência para a economia daquela região. No entanto, outros fatores incidiram negativamente sobre a economia de Itapemirim, tais como a emancipação política de algumas das maiores regiões produtoras de café, como Cachoeiro de Itapemirim⁶⁰ (MORENO, 2016), e a conclusão da ferrovia que atraiu para Vitória o café que era produzido no sul do Estado, na década de 1920.

As perdas territoriais vivenciadas pela Vila de Itapemirim não podem ser subdimensionadas, dadas tanto a sua importância econômica, já que eram as principais áreas produtoras de café, e também sua extensão geográfica. Segundo Lago (2013), São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, como Cachoeiro era denominado naquele momento, tinha sob sua jurisdição “[...] seis freguesias, a saber, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, São Miguel do Veado, São Pedro do Itabapoana, São José do Calçado, Nossa Senhora do Aldeamento Afonsino e Nossa Senhora da Penha do Alegre”⁶¹ (CENSO IBGE, 1872, apud LAGO, 2013).

⁶⁰ A emancipação política de Cachoeiro se deu efetivamente no dia 25 de março de 1867, data da instalação da sua Câmara Municipal, embora desde 23 de novembro de 1864 já fosse uma vila. Isso porque o art. 4º da lei nº. 11, de 23/11/1864, determinava que a vila seria instalada depois que houvesse casa de câmara e cadeia, o que só ocorreu em 25/03/1867 (RIBEIRO, 1929).

⁶¹ Trata-se, respectivamente, das atuais cidades de Lúna, Guaçuí, Mimoso do Sul, São José do Calçado, Conceição de Castelo e Alegre. Sem contar Muqui e Castelo, que eram distritos de Cachoeiro.

O assentamento de imigrantes sírios e libaneses em Itapemirim coincidiu tanto com o momento de prosperidade econômica vivenciado pela região, como com o período de decadência. Eles escolheram essa região para (re)construir suas vidas e não o fizeram sem alguma razão, porque levaram em consideração as perspectivas socioeconômicas que ela lhes oferecia. É dessa imigração que trataremos a partir de agora.

2.3 A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES EM ITAPEMIRIM: TRAJETÓRIAS

No Espírito Santo, o assentamento de imigrantes sírios e libaneses teve início em Itapemirim, conforme apurou Campos (1987). Os que chegaram nessa época e em outras vieram, principalmente, do Rio de Janeiro por causa da ligação entre a capital do país e o porto de Itapemirim⁶². Os que entraram pelo porto, mas não permaneceram no litoral, adentraram ao território capixaba subindo o rio Itapemirim por meio de embarcações a vapor e, pelo interior, prosseguiram até alcançar a serra do Caparaó, passando por Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Alegre, Guaçuí, Espera Feliz – esta última cidade já em território mineiro (CAMPOS, 1987).

É provável que muitos sírios e libaneses tenham permanecido em Itapemirim porque era um dos mais importantes centros urbanos do Espírito Santo, com intensa atividade comercial, à qual esses imigrantes se dedicaram. Através das narrativas orais e das fontes escritas, foi possível apurar o assentamento de várias famílias de sírios e libaneses no litoral sul, entre as quais: Brumana, Ayub, Bechara, Sad, Mezher, Abdenor, Jabour, Abib, Tanure, Mileip, Elias, Nars, Carone, Brahin, Simão, Salman e Sabra. Tais imigrantes se estabeleceram na Vila e na Barra de Itapemirim, na Ilha dos Franceses, Coqueiro, Candeus, Jacarandá, Comporta, Paineiras, Brejo dos Patos e Marataízes.⁶³

⁶² Por meio dos registros de casamento, foi possível verificar a vinda de indivíduos não apenas do Rio de Janeiro, mas de São Paulo. Trata-se de Felipe Abdenor e sua filha Victória Abdenor (Registro de Casamento, livro 9, fl. 152, 21/06/1924).

⁶³ Marataízes, hoje cidade, era uma localidade que, à época, pertencia a Itapemirim. Inclusive o nome desta localidade é marcado pela existência de um mito, contado por um informante a Hajjar (1985, p. 145): “Um mascate, que tinha uma tropa de mulas junto com outros companheiros, adentravam o sertão do Espírito Santo para mascatear. Acredita-se que a sua mulher exercia uma liderança sobre as esposas dos mascates da redondeza e que estas mulheres iam todas lavar roupas num local hoje chamado de ‘bacia das turcas’. A cidade à qual pertenceu Aziz chama-se Marataíze, que desmembrada do árabe, Marat-Aziz = esposa do Aziz”.

2.3.1 Família Brumana

Da primeira leva que chegou a Itapemirim, em fins do Dezenove, destacam-se os Brumana. Este nome de família é uma referência à cidade de Brumana (Broumana), de onde emigraram os indivíduos que compunham essa família. Na Figura 11, José Brumana, um dos imigrantes que chegou à região de Itapemirim no início de 1890. Segundo José Rubens Brumana⁶⁴, neto de José Brumana, inserir o Brumana no nome era uma forma de fazer referência à localidade de onde um determinado indivíduo era originário, por exemplo, José Brumana, isto é, José da cidade de Brumana. O sobrenome original dessa família é Zhau Zhau.

Figura 11 – José Brumana (ao centro) em sua residência, na Barra de Itapemirim (1956)



Fonte: Acervo de Roberto Jorge Mezher

De acordo com José Rubens Brumana, os primeiros a chegar a Itapemirim foram os irmãos José, Antônio e Jorge Brumana. Vieram por causa da propaganda positiva feita por D. Pedro II a respeito do Brasil, assim como por causa da Primeira Guerra Mundial, que trouxe problemas sociais e econômicos para a região do Líbano. Nas palavras do

⁶⁴ José Rubens Brumana (doravante BRUMANA, 2017), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Marataízes, no dia 29/06/2017.

entrevistado: “Você imagina que lá, no sul do Líbano, é desértico, é montanha e existia uma propaganda muito grande da América do Sul e do Brasil [...] que tinha terra [...]. Então, baseado na questão de serem explorados pelos muçulmanos [...]” (BRUMANA, 2017).

Eles mesmos financiaram sua viagem e não tiveram nenhuma ajuda dos Governos locais. O primeiro destino não era o Espírito Santo, mas o Rio Grande do Sul. No entanto, segundo José Rubens Brumana, o navio veio para o Espírito Santo sem que soubessem o destino. Os três irmãos eram católicos e, no Líbano, trabalhavam no comércio, atividade que continuaram exercendo no Brasil. Montaram uma loja, em Itapemirim, que vendia produtos diversos, cujo nome era Casa Brumana⁶⁵ (BRUMANA, 2017).

José Rubens relatou que ocorreu um único conflito entre os comerciantes sírios e libaneses e os comerciantes locais, à medida que os imigrantes iam se estabelecendo no comércio.

E você sabe que houve, você já deve ter lido [...], não é? Toda aquela questão dos libaneses aqui, que foram os portugueses que salvaram, não é? Os libaneses, aqui, naquela revolta [...]. Só houve esse conflito na Vila por alguns comerciantes acharem que eles praticavam um comércio muito agressivo, parece. Aí começou a ter uma... onde eles se refugiavam aqui na Barra. Mas quem os apoiou foram alguns portugueses (BRUMANA, 2017).

Esta observação é muito importante porque reflete a permanência daquilo que teria sido a motivação da expulsão dos sírios e libaneses de Itapemirim, em 1898. Eles tiveram de fugir para o Rio de Janeiro porque havia conflitos entre comerciantes locais e sírios e libaneses. Essa memória permanece presente, mesmo passados quase 120 anos do episódio em Itapemirim, que envolveu os sírios e libaneses e a população local.

José Rubens Brumana também disse que seu avô não ensinou o idioma árabe aos filhos e netos, e não quis aprender o português,

⁶⁵ De acordo com o entrevistado, a Casa Brumana funcionou até alguns anos atrás. Quem deu continuidade aos negócios foi José Marcos Brumana.

Até porque eles achavam que devido à guerra, aos conflitos, se eles também ficassem muito ligados [ao idioma] [...]. Porque houve um incidente que deixou todo mundo muito cabreiro, mais adiante, na Segunda Guerra Mundial, que foram os japoneses aqui no Brasil [...] (BRUMANA, 2017).

Depois de relatar que a Segunda Guerra foi uma das razões para os mais velhos não ensinarem o árabe aos filhos e netos, José Rubens Brumana narrou o fato de as mulheres sírias e libanesas não aprenderem o português. Para ele, as mulheres não teriam aprendido o português porque ficavam em casa envolvidas nos trabalhos domésticos e no cuidado com os filhos. Portanto, não tinham contato com muitas pessoas, o que dificultou o aprendizado da língua portuguesa. Por outro lado, isso não foi suficiente para que mantivessem viva a língua árabe (BRUMANA, 2017).

Se a posição em relação ao ensino da língua árabe era de negação, o mesmo não se verificou quanto à culinária, que foi transmitida aos descendentes pelas primeiras gerações de imigrantes. Para Brumana, os sírios e libaneses não formaram nenhum clube ou associação, mas alguns deles estavam sempre reunidos em um local onde hoje é a Prefeitura, conversando sobre assuntos diversos, o que mostra um pouco da sociabilidade desses imigrantes.

Sabe por quê? Porque na verdade eles eram muito poucos aqui e também a comunidade era muito pouco. Então, quer dizer, [...] não tinham um centro cultural, não tinha um local para eles... Eu sei que eles ficavam conversando [...]. Tem até um banco ali (BRUMANA, 2017).

José Rubens elencou 14 famílias de libaneses que, segundo ele, faziam parte da colônia de Itapemirim: Brumana, Mezher, Bechara, Sad, Jabour, Abdenor, Elias, Assad, Mileip, Nars, Abdala, Abib, Ayub e Sabra. De acordo com ele, os Elias eram de Beirute, a capital, algumas famílias são do sul do Líbano, outras do vale do Bekaa. Isso pode ser o indício de uma rede de entreajuda, construída em virtude da proximidade das regiões de origem dessas famílias. Não obstante isso, na família Brumana há indivíduos que seguiram a carreira política, entre os quais José Rubens e seu pai, cujo nome não foi informado, que já foram vereadores no município.

Além de José Brumana, outro membro desta família que emigrou para Itapemirim foi seu irmão, João. Quem narrou a história de João Brumana foi sua neta, Alice Brumana

Nars⁶⁶. Ela nos recebeu na varanda de sua casa, também em Itapemirim. Segundo Alice, seu avô veio solteiro para o Brasil, estabeleceu-se na Barra de Itapemirim e ali casou:

[João Brumana] Veio para aqui, para o Brasil, foi para a Barra, na Barra ele casou. Ele casou e teve três filhos. Aí ele ficou um tempo aqui. Depois resolveu voltar para o Líbano, levou a família para poder... Chegando lá, ele demorou mais um pouco e também teve dois, teve um casal. Aí, o que ele fazia? Ele vinha do Líbano para o Brasil, deixando a família lá. Ele chegava aqui, ele trabalhava, ele mascateava muito. Então, recebia o dinheiro e mandava para eles, lá. Ele fazia isso muito... muito mesmo. Ele era um homenzarrão... Um homem forte, né... Depois que a idade foi chegando, ele... quase já nem saía muito... Aí, mandava o dinheiro para lá, mas com a ideia de trazer a família para o Brasil. Mas depois, ele passou a mascatear, ele mascateava, levava aqueles baús cheios de troço, cheio de fazenda. Era muita coisa que ele levava pro interior. Tanto é que no interior [ele] era um Deus (NARS, 2018).

O interior do município da Vila de Itapemirim era composto por diversas fazendas, muitas das quais contavam com armazéns de propriedade dos fazendeiros. João Brumana mascateou durante um bom tempo nessas localidades, carregando seu baú cheio de mercadorias, como tecidos, sendo muito respeitado por seus clientes. Passava o dia inteiro andando de casa em casa, vendendo seus produtos, e muitas vezes, pelo adiantado da hora, precisou pernoitar nessas localidades. Tempos depois, abriu uma loja de mantimentos na Barra de Itapemirim (NARS, 2018).

João Brumana casou-se com Nauff Tanure, com quem teve quatro filhos, dois na Vila de Itapemirim e dois no Líbano. O relato de Alice Nars, sua neta, dá conta de que ele se casou no Brasil, mas levou a família para o Líbano. De acordo com Alice, João Brumana ia e voltava do Líbano, de tempos em tempos, mas “[...] Na última vez que ele foi para o Líbano e que resolveu voltar [...] para trazer a família, brearam. Ele não pôde ir mais... Aí a família ficou lá... A esposa com dois filhos. [...] Aí ele passou a trabalhar aqui” (NARS, 2018). De acordo com Alice Nars, quem impediu a vinda da família foi o Governo Brasileiro.

Essa situação deixou João Brumana muito triste e aborrecido, porque, embora quisesse trazer sua esposa e filhos, não podia. Seus filhos se chamavam Júlia e

⁶⁶ Alice Brumana Nars (doravante NARS, 2018), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Itapemirim, no dia 19/04/2018.

Zanza, nascidos no Líbano, e Antônio e Cecília, nascidos no Brasil. Sua loja era muito movimentada e possuía muitos clientes, tanto que precisou abrir outra loja, ainda maior do que a primeira. De acordo com Alice, seu avô era “Muito amigo do pessoal do interior, recebia a todos com muito carinho. O pessoal do interior entrava na casa dele como se fosse casa deles. Era muito bom para o pessoal do interior” (NARS, 2018).

Da narrativa de Alice Brumana, depreende-se que, com o tempo, os filhos de João Brumana, que nasceram no Brasil, conseguiram voltar do Líbano para cá. São eles Antônio e Cecília. Cecília, a mãe da narradora, casou-se com Amim. Sobre Antônio, Nars conta que logo “[...] que meu tio chegou, o Antônio, ele foi sorteado... Foi servir o exército. Não sabia falar nada, nada, mas ele foi” (NARS, 2018). Já a esposa de João Brumana, Nauff Tanure, faleceu no Líbano antes de retornar ao Brasil.

Sobre o ensino da língua árabe, Alice Nars fez o seguinte relato:

Ah, deve ter ensinado, deve ter ensinado. Antônio falava, [...] mamãe falava... tanto é que, quando eles falavam, eu queria aprender também. Algumas palavras eu aprendi. Massari é o principal. Massari, moaes, que é água. Alguma coisa eu aprendi (NARS, 2018).

Um dos pontos mais destacados na narrativa de Alice Brumana foi em relação à comida árabe.

Ah, sabia! Ela [mãe] sabia fazer. E eu faço também. Ah, lá era muito quibe. Era muito homus tahine. Era muita... essas coisas. Tabule... Carneiro, a carne era carneiro. E era assim, a carne ia fazendo. Tinha quibe de bandeja e quibe frito. Ah, é, coalhada... que eu faço também. Com mamãe eu aprendi muita coisa, porque ela sabia fazer. Então, eu aprendi com ela. Ah, usava... berinjela... era muito tomate, muita verdura... Salada de pão, pão dormido. Ah, o nome eu não sei. Eu falo salada de pão (NARS, 2018).

Alice Brumana assegurou não saber se houve qualquer conflito entre os moradores de Itapemirim e os sírios e libaneses. De acordo com ela, como seu avô era muito sistemático, muito rígido, pode não ter contado a ela a respeito da ocorrência de algum desentendimento na região. Nars concluiu narrando a respeito da vinda de Júlia, uma das filhas de João Brumana à Itapemirim, no ano de 1970, onde ficou por aproximadamente três meses, retornando, depois, ao Líbano (NARS, 2018).

2.3.2 Família Bechara

Outra família que compôs a colônia de sírios e libaneses em Itapemirim foi a Bechara, e o primeiro a emigrar para o Brasil foi Jorge Bechara. Quem nos contou essa história foi seu neto, Sérgio Cardozo Bechara⁶⁷: “[...] eu sei que meu pai falava o seguinte, que tinha uma vila Bechara lá no Líbano, uma avenida [...] Bechara” (BECHARA, 2017). A introdução do nome da vila ou local de origem no próprio nome, muitas vezes aportuguesado, foi, segundo Truzzi (1997), uma forma de reverência à cidade natal. Esse dado se verificou tanto no caso dos Brumana quanto dos Bechara.

Sérgio ainda narrou que seu avô, Jorge Bechara, era católico, veio solteiro e, em Itapemirim, casou-se com Amélia Costa:

Não me lembro se minha avó era libanesa. O Costa compromete. Uma branquela de olho azul mesmo, que parecia uma..., azul mesmo. Sabe aquele azul? Era ela. Mas tenho que confirmar, que eu não vou falar uma coisa que eu não tenho certeza (BECHARA, 2017).

Do casamento de Jorge Bechara e Amélia Costa Bechara nasceram seis filhos: João, Calile, Marta, Alice, Manoel, Maria da Penha. Destes, apenas Calile optou pela endogamia, casando-se com uma mulher de sobrenome Ibrahim, e montou comércio em Cachoeiro de Itapemirim. João Bechara, filho de Jorge Bechara⁶⁸, pai de Sérgio, começou a trabalhar muito cedo, logo depois da morte de seu pai. Trabalhou com madeira até que seguiu a carreira política (BECHARA, 2017).

Embora não houvesse conhecido o avô Jorge Bechara, Sérgio relatou que Jorge Bechara não ensinou o idioma árabe aos filhos. Tanto que nenhum dos seus tios falava o idioma, tampouco seu pai. De acordo com Sérgio, seu pai falava apenas um “palavrão”, que ele o ouvia dizer, mas não se lembrava da pronúncia (BECHARA, 2017).

⁶⁷ Sérgio Cardozo Bechara (doravante BECHARA, 2017), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Itapemirim, no dia 17/07/2017.

⁶⁸ Jorge Kalil Bechara morreu no dia 30 de novembro de 1924, na localidade de Coqueiros, em Itapemirim, aos 39 anos de idade (Arquivo do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Itapemirim. Registro de Casamento, livro 7, 1924, fl. 197).

Uma das coisas que Sérgio Bechara afirmou ter passado entre as gerações foi a culinária:

Um pouco manteve [...] e minha mãe me ligava: “vem cá para você limpar a castanha!” Todo ano e não falhou. Nunca teve um ano sem natal e sem galinha com castanha e o almoço era galinha caipira com castanha [...] e até hoje a gente faz aqui todo ano e nunca falhou [...] (BECHARA, 2017).

Há três outros aspectos que se destacaram na narrativa de Sérgio Bechara: primeiro, que, embora seu pai João Bechara tenha estudado pouco, seu sonho era ter um filho advogado; segundo, a preferência pelo nascimento de filhos do sexo masculino; e terceiro, a entrada de membros da família para a política partidária. Em relação ao primeiro aspecto, nenhum dos filhos seguiu a carreira sonhada pelo pai, mas duas filhas formaram-se em Administração de Empresas. Sobre a preferência pelo nascimento de homens, Sérgio Bechara afirmou: “[...] meu pai era louco com filho e minha mãe falava que ele queria logo um homem, filho homem. Homem era o preferido e quando nasceu... logo homem! Ele endoidou. Três homens de vez e era a alegria e a felicidade dele” (BECHARA, 2017).

Nas entrevistas que fez com os libaneses capixabas, Campos (1987) também verificou que o nascimento de filhos do sexo masculino era motivo de festa, ao contrário do nascimento de mulheres. Isso reforça a narrativa de Sérgio Bechara a respeito da preferência do seu pai. Quanto à entrada na política partidária, tanto o pai de Sérgio Bechara quanto um irmão e um sobrinho trilharam esse caminho: o primeiro, João Bechara, foi prefeito de Itapemirim por dois mandatos (entre 1972 e 1974, e de 1976 a 1982, pela ARENA)⁶⁹; o irmão, Jorge Bechara, entrou para a política em 1992; já o sobrinho, João Bechara Neto, atualmente é vereador no mesmo município (BECHARA, 2017).

2.3.3 Família Ayub

Nametala Ayub⁷⁰ também fez parte da colônia síria e libanesa em Itapemirim, emigrando para o município, no final do século XIX. A responsável por narrar um

⁶⁹ Aliança de Renovação Nacional, partido de sustentação dos governos militares durante a Ditadura Civil Militar.

⁷⁰ Namitala Ayub é originário de Al-Hioun, no Líbano (FRANCESCHETO, 2014, p. 1150).

pouco da trajetória desse libanês foi uma de suas filhas⁷¹, Maria da Penha Alves⁷², que, à época da entrevista, tinha 96 anos. Elegantemente vestida, Dona Penha, como é conhecida, recebeu-nos na varanda de sua casa, no centro de Itapemirim, em companhia de uma das filhas. Sobre a vinda de seu pai, Nametala Ayub, a narradora diz: “Olha, veio papai, Antônio Brumana, Jorge Mezher. Vieram primeiro. Mamãe e meu tio, são irmãos, vieram depois. É... primeiro, mamãe veio depois, por último. Ficou lá e por último ela veio com titio, irmão dela” (ALVES, 2017).

Então, segundo narra Maria da Penha, seu pai já era casado quando emigrou para o Brasil e para Itapemirim. Veio sozinho e depois trouxe a esposa, Maria Ayub, acompanhada pelo irmão, Aide Sad. O casal Nametala e Maria Ayub teve cinco filhos: Jacimina, Helena, Adibe, Nagib e Maria da Penha. Todos os filhos nasceram no Brasil e não se casaram com libaneses ou descendentes, conforme se verificou na primeira geração da família. Já em relação à atividade profissional do pai, em Itapemirim, Maria da Penha narra: “Aqui? Primeiro ele foi... espera aí, deixa eu lembrar... Ele teve ... mercado, teve fábrica de farinha, foi assim... Pilação de arroz. Isso. Comerciante” (ALVES, 2017).

Em Itapemirim, Nametala Ayub se manteve na mesma religião que professava no Líbano, que era o Catolicismo. Maria da Penha relatou que seu pai e sua mãe não negavam ensinar a língua árabe aos filhos,

Mas eles [filhos] não tinham interesse em aprender. Bem que [os pais] procuravam ensinar, mas [os filhos] não tinham interesse, não. Eu não sei falar árabe e minhas irmãs também não sabem. A gente era nova, ainda, não ligava muito para essas coisas. Hoje, eu me arrependo (ALVES, 2017).

A narradora fez questão de relatar que os pais eram muito preocupados com a educação escolar dos filhos, não permitindo que faltassem à aula. Contou também que ela e seus irmãos não fizeram curso superior em virtude das dificuldades da época, como a precariedade do transporte entre Itapemirim e Cachoeiro e a ausência de local para se hospedar. Seu pai “[...] não deixava essas coisas, ficar em casa de

⁷¹ Em virtude do casamento, Maria da Penha perdeu o Ayub de seu nome, retirado e substituído pelo Alves, sobrenome do marido. Ela fala com pesar da ausência do sobrenome do pai, Nametala Ayub, em seu nome.

⁷² Maria da Penha Alves (doravante ALVES, 2017), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Itapemirim, no dia 04/08/2017.

parente, pessoa estranha. Ele não deixava” (ALVES, 2017)”. Seu irmão, Nagib Ayub, seguiu o ramo do comércio, dando sequência à atividade exercida pelo pai, embora não no mesmo ramo comercial (ALVES, 2017).

2.3.4 Família Mezher

O fluxo migratório de sírios e libaneses para Itapemirim não se encerrou no século XIX, tanto que o ano de 1920 marcou a chegada de um membro da família Mezher. Quem relatou a trajetória da família foi Roberto Jorge Mezher⁷³, que é filho do primeiro indivíduo que emigrou, Jorge Bechara Mezher⁷⁴. Roberto Mezher nos recebeu em sua casa, no centro da cidade de Itapemirim. Ele é uma referência sobre os sírios e libaneses de Itapemirim, sempre referido como um guardião da memória⁷⁵ dessa imigração oriental naquela cidade.

Jorge Bechara Mezher era natural da cidade de Brumana e, na época que emigrou, tinha 18 anos de idade. Segundo Roberto, o que motivou a vinda do pai para o Brasil é que

[...] nesse período após a Primeira Guerra Mundial acontecia muita miséria na Síria [Líbano]. Então, as pessoas tinham que procurar outros países para trabalhar e mandar dinheiro para os seus familiares e meu pai costumava dizer que muitas famílias com recursos e com dinheiro morriam de fome por falta de alimento [...]. Ele resolveu viajar com o cunhado e a irmã e o primeiro destino seria os Estados Unidos, mas como a América já era frequentada por imigrantes de uma condição boa e já há algum tempo, eles decidiram vir para o Brasil [...] (MEZHER, 2016).

Jorge Bechara Mezher era o filho mais velho de uma família de cinco irmãos, cujo sustento advinha da venda de trigo. Ele e o pai saíam de Brumana para comprar o trigo em Damasco, na Síria, para ser revendido no Líbano. No entanto, com a morte do pai, entre 1917 e 1918, ele continuou fazendo o serviço, percorrendo, sozinho, um trajeto cheio de perigos, “[...] com muito medo de ladrões e lobos, porque havia muitos

⁷³ Roberto Jorge Mezher (doravante MEZHER, 2016), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Itapemirim, no dia 26/08/2016.

⁷⁴ Jorge Bechara Mezher era filho de Bechara José Mezher e Salime Abi Samra Mezher (Fonte: Identidade de Estrangeiro).

⁷⁵ Guardiões da memória, griôs, guardiões dos códigos reais, tradicionalistas, historiadores da corte são, segundo Le Goff (1990), homens-memória, isto é, especialistas da memória. São responsáveis pela transmissão de um saber prático e tradicional da memória coletiva de uma dada sociedade.

lobos na montanha e ele saía de dia, mas escurecia [...]” (MEZHER, 2016). O trajeto era de cerca de 12 Km. A morte do pai de Jorge Bechara Mezher agravou a situação econômica da família e a saída encontrada por ele foi a emigração. Cabia-lhe a responsabilidade de sustentar a mãe e os irmãos mais novos, que começaram a passar necessidade. Essa ajuda financeira à família se manteve durante muitos anos depois de sua chegada a Itapemirim, tanto que, até 1960, mandava remessas de dinheiro para ela (MEZHER, 2016).

Figura 12 – Bilhete de viagem de Habib Bechara Mezher (1927)⁷⁶

ALL' EMIGRANTE.

NAVIGAZIONE GENERALE ITALIANA

Società Anonima - Sede in Genova
Capitale Sociale L. it. 300.000.000 — Versato L. it. 250.000.000

N. B. (PER OGNI SCALO SVENTURATO) PROVARE A TROVARE LA DURATA DEL VIAGGIO. N. 1 passeggeri con bagaglio. Napoli II. OFFICIO PASSEGGIERI 3^a CLASSE DI NAPOLI N. 296

Biglietto d'Imbarco per N. 1 Posti di 3^a Classe

col Vapore di bandiera italiana AMERICA (Stazza netta Tonnellata 6050)
che partirà da Napoli il 5 NOV. 1927 (Velocità alle prove miglia 1672 all'ora)
toccando di scalo i Porti di Dakar (ev.) E/o altro Scalo per RIO JANEIRO

DURATA DEL VIAGGIO GIORNI 15 (comprese le fermate nei porti di scalo)

COGNOME E NOME	Età	Cuccette	Razioni
1. Habib Bechara Mezher	18	1	1
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
TOTALE		1	1

Nolo di passaggio L. it. 2.150 per ogni posto commerciale.
Il presente biglietto dà diritto all'imbarco gratuito di 100 Kg. di bagaglio, purché non superi il volume di mezzo metro cubo, ad ogni posto commerciale. L'eccedenza bagaglio è tassata in base alla tariffa approvata dal R. Commissariato.

DISTINTA
N. 1 posti a L. it. 2.150. Totale L. it. 2.150.
Acconto pagato al Rappresentante in ragione di L. it. per posto " "
Rimborso a pagarsi a Napoli L. it.

NAVIGAZIONE GENERALE ITALIANA
Società riunita FLORIO, RUBATTINO & LLOYD ITALIANO
UFFICIO PASSEGGIERI 3^a CLASSE
L'Incaricato

NAPOLI, li 8 NOV. 1927

N. B. - I passeggeri che non si presenteranno all'Ufficio Passeggeri 3^a della compagnia la vigilia della partenza potrà essere loro rifiutato l'imbarco.

G. Schenone - Genova

Fonte: Acervo de Roberto Jorge Mezher

⁷⁶ Passagem de 3ª classe, em companhia de navegação, de Habib Bechara Mezher, de Nápoles para o Brasil, em 05/11/1927.

Sete anos depois da chegada de Jorge Bechara Mezher a Itapemirim, foi a vez de seu irmão, Habib Bechara Mezher, emigrar. A Figura 12 é a imagem do bilhete de viagem de Habib Mezher, no ano de 1927. No entanto, a história de Habib Bechara Mezher no Brasil é curta e trágica: ele se suicidou em 1940, com 32 anos. De acordo com o Roberto Mezher, a decisão de tirar a própria vida tem a ver com a saudade, quando se é forçado a deixar tudo para trás: seu país, sua família passando fome, seus amigos. Além disso, era preciso trabalhar muito e conseguir dinheiro para ajudar a família, que não emigrou (MEZHER, 2016).

Roberto Mezher relatou que seu pai também ficou um bom tempo, aqui, chorando, querendo voltar e se questionando sobre se valia a pena deixar seu país e emigrar para outro lugar, largando sua terra, familiares e amigos:

É um corte muito grande porque você deixa tudo para trás e hoje eu vejo a garotada falando, aí, de viajar para os Estados Unidos, Europa, mas é completamente diferente. Mesmo assim, no final da vida dele, ele questionou se valia a pena essa mudança de você deixar tudo e se esforçar; a família passando fome e dificuldade lá. Tinha que ter renda, o pai dele morreu... Se vale a pena a pessoa deixar o seu país e ir para outro país, indo para ganhar dinheiro, largar sua terra, seus familiares e amigos [...] (MEZHER, 2016).

Esse foi o momento mais triste e introspectivo da narrativa de Roberto Mezher, que ainda estava na parte inicial. As razões dessa tristeza são facilmente identificáveis, mesmo decorridos 76 anos do acontecimento fatídico que vitimou seu tio. O tom mais baixo e o ritmo mais lento de sua fala revelaram a dimensão da dor e do impacto da imigração sobre a vida de sua família, particularmente de seu pai e do seu tio, Habib Bechara Mezher (MEZHER, 2016).

Bóris Fausto (1998) já havia relacionado a imigração com essa ideia de corte. Segundo ele,

Em primeiro lugar, a imigração representa um profundo corte, com vários desdobramentos, no plano material e no plano do imaginário. O corte não é sinônimo de apagamento de uma fase passada, na vida individual, familiar ou de grupo, integrando-se pelo contrário, ao presente com muita força (FAUSTO, 1998, p. 14).

Foi o próprio Jorge Bechara Mezher quem financiou sua viagem ao Brasil, vindo residir em Itapemirim, onde já havia conhecidos, mas o objetivo era ir para o Rio Grande do

Sul. Ele aguardou uma resposta de alguns patrícios residentes no Sul, sobre um emprego, mas ela demorou. Decidiu ficar em Itapemirim, ingressou no comércio de um português, como empregado e, quando o dono do estabelecimento resolveu ir embora, quis vendê-lo para ele. O combinado foi que ele pagaria ao dono do estabelecimento com o seu trabalho. Nunca mais deixou o ramo comercial (MEZHER, 2016).

Em termos de trabalho, ele ficou sem emprego um período e ficou aguardando. Como não veio nenhuma correspondência chamando-o para ir para lá [Rio Grande do Sul], passou a trabalhar no comércio como empregado. O dono do comércio resolveu ir embora [...] e optou por oferecer ao meu pai o comércio (MEZHER, 2016).

Portanto, ao contrário de muitos patrícios, Jorge Bechara Mezher não seguiu a mascateação no início de sua inserção na sociedade capixaba, mas foi empregado do comércio de um português. Em seguida, tornou-se proprietário de estabelecimento comercial no qual era empregado, o que se trata de um dado bastante interessante, já que foge aos padrões de assentamento de imigrantes sírios e libaneses. Isso não significa que não tenha havido ajuda interétnica, por exemplo, no ensino das primeiras palavras em língua portuguesa e na hospedagem no início de sua estada em Itapemirim.

A loja se chamava “A Libanesa” e nela se vendia uma variedade produtos: arroz, feijão, agulha de máquina e mão, linha, tecidos, armarinho, calçados, vergalhão, chapéus etc. Entretanto, a explosão da Segunda Guerra Mundial ocasionou a mudança do nome da loja. Jorge Mezher ficou com receio de ter algum problema por causa do nome “A Libanesa”, já que o Líbano, como parte do Império Turco Otomano, lutou ao lado da Alemanha. Por isso, mudaram o nome do estabelecimento para “Casa Moreno”. Havia dois comércios na região, cujos proprietários se chamavam Jorge. Um deles era ruivo; outro, Jorge Bechara Mezher, moreno. Daí a razão do novo nome (MEZHER, 2016).

Figura 13 – Casa Moreno (1992)⁷⁷



Fonte: Acervo de Roberto Jorge Mezher

Conforme narrou Roberto Mezher, o assentamento de seu pai foi muito difícil, marcado por problemas típicos da própria condição de imigrante numa terra completamente diferente daquela com o qual estavam acostumados, distantes da família, dos amigos. Ainda havia a questão do idioma, que era um complicador nesse processo de inserção na sociedade receptora. Inclusive, o desejo de seu pai era voltar para o Líbano, mas foi se envolvendo no comércio e, então “[...] não pensou mais em voltar e passou a conhecer aqui um país que... como é aquela frase? ‘Tudo se plantando...’” (MEZHER, 2016). “No quintal da sua casa, plantava tomate, rabanete, pepino. [Jorge Bechara Mezher] Percebeu que aqui era um paraíso, e, assim, nunca mais pensou em voltar. Ele adorava o Brasil!” (MEZHER, 2016).

Para Roberto Mezher, até mesmo a relação entre os comerciantes sírios e libaneses, os comerciantes brasileiros e os de outras nacionalidades era tranquila. Ele não menciona a existência de conflitos entre esses grupos, a não ser que tivessem ocorrido antes de 1940:

[...] a relação era tranquila com os comerciantes de modo geral e cada um puxava para o seu lado e reunia a noite, mas quem tinha atividade igual, cada

⁷⁷ Interior da loja Casa Moreno, em que se vê os tecidos e diversas utilidades domésticas. A imagem é de março de 1992.

um puxava para o seu lado. Existia disputa e não era 'vou fazer um acordo que eu vou vender a 10 e você a 10'. Não, não existia isso, não (MEZHER, 2016).

Roberto Mezher relatou que seu pai era cristão ortodoxo, mas, por não haver igrejas ortodoxas em Itapemirim, optou pelo catolicismo romano, prática muito comum entre os imigrantes sírios e libaneses. É importante mencionar que essa conversão religiosa não era algo tão simples assim (MEZHER, 2016).

Para Pinto (2010), embora fossem cristãos, a sociedade brasileira via com desconfiança a vida religiosa dos imigrantes sírios e libaneses. Essa desconfiança baseava-se no estranhamento diante dos ritos e dogmas que as igrejas cristãs orientais professavam, fossem maronitas, melquitas e/ou ortodoxos.

O estranhamento cultural que o cristianismo oriental provocava, criava uma ambiguidade inquietante para os intelectuais brasileiros que viam os árabes como uma alteridade limitar, pois não eram familiares (não eram católicos romanos), nem exóticos o suficiente (eram católicos) para serem devidamente classificados (PINTO, 2010, p. 107).

Sendo assim e em virtude da dificuldade de que seus valores fossem compreendidos e aceitos pela sociedade brasileira, havia uma pressão social para que os imigrantes sírios e libaneses se convertessem ao catolicismo romano. Esse processo era ainda mais difícil pela falta de instituições religiosas, no Brasil, ligadas aos ritos orientais. Por isso, muitas delas começaram a se organizar já em fins do século XIX e os ortodoxos foram os primeiros a constituir suas instituições religiosas (PINTO, 2010).

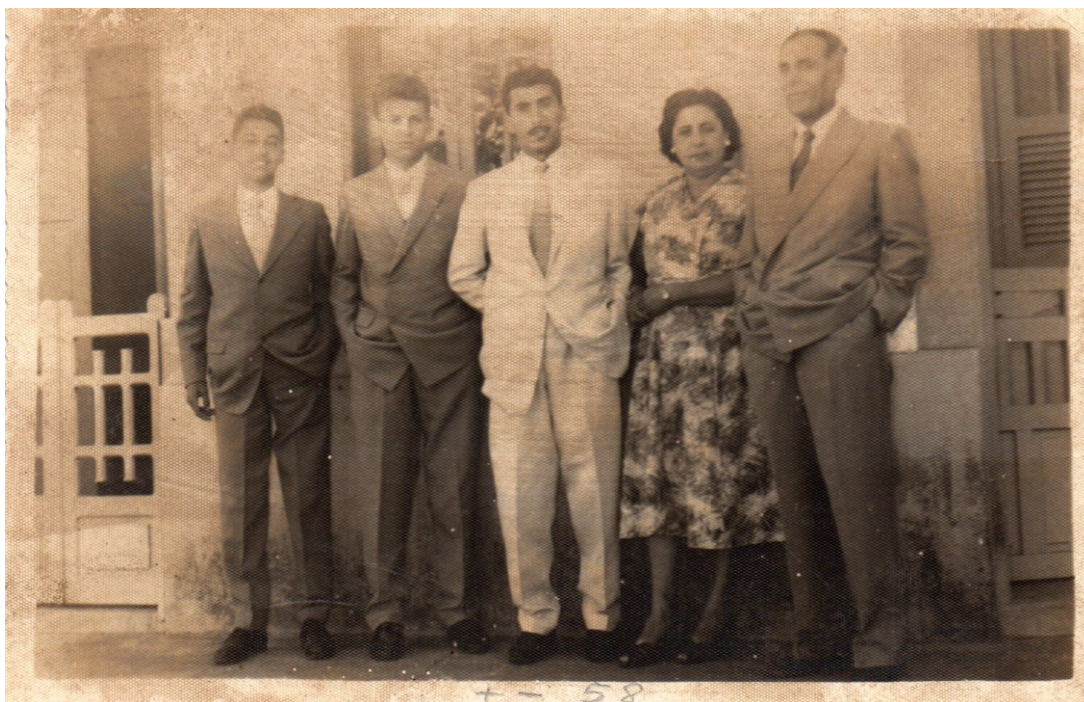
Em 1932, Jorge Bechara Mezher casou-se com Alice Sad, filha de Miguel Sad João⁷⁸ e Adma Sad Mameri⁷⁹. O casamento ocorreu dentro do próprio grupo étnico, já que sua esposa era filha de libaneses residentes em Barra de Itapemirim. Desse casamento, nasceram três filhos: Geraldo Bechara Mezher, Jorge Bechara Mezher Filho e Roberto Jorge Mezher.

⁷⁸ Segundo Roberto Jorge Mezher, Miguel Sad João, seu avô materno, foi um dos primeiros libaneses a emigrar para a região de Itapemirim, em fins do século XIX, junto com a família Brumana. Em um documento a que tivemos acesso, uma espécie de procuração, há informações de que ele se naturalizou, que residia na Barra de Itapemirim e, nesse documento, usava o título de capitão.

⁷⁹ A família Mameri tem descendentes na cidade de Rio Novo do Sul, sul do Espírito Santo.

Na Figura 14, a seguir, uma foto de 1958, pode-se verificar toda família Bechara Mezher. Da direita para a esquerda: Jorge Bechara Mezher, Alice Sad Mezher, Geraldo Jorge Mezher, Jorge Bechara Mezher Filho e Roberto Jorge Mezher.

Figura 14 – Família de Jorge Bechara Mezher (1958)



Fonte: Acervo de Roberto Jorge Mezher

A preocupação com a educação formal dos filhos fez Jorge Mezher enviá-los para um internato, localizado na cidade de Muqui, distante cerca de 70 km de Itapemirim. Na época, Roberto Mezher, o caçula, tinha 10 anos e ali permaneceu até os 14, quando passou a estudar em Cachoeiro até os 18. Como era tradição os libaneses manter um filho trabalhando para dar continuidade aos negócios da família, o escolhido foi Roberto Mezher. Os irmãos mais velhos permaneceram fora da cidade, a fim de fazerem curso superior: Geraldo cursou Odontologia, em Juiz de Fora, e Jorge, Agronomia, no Rio de Janeiro (MEZHER, 2016).

[...] eu voltei com 18 anos e sai [...] para vir com meus colegas para fazer faculdade e vestibular em Vitória, em 1959 [...]. Então, ele falou: 'você não vai!' E eu falei: mas eu não vou, por quê? 'Você não vai porque eu não vou ficar sozinho. Seu irmão está em Juiz de Fora, [...] o outro está no Rio, e você vai ficar comigo'. Aí eu não questionei muita coisa, não (MEZHER, 2016).

Roberto trabalhou no comércio com o pai desde muito jovem, até 1996. De acordo com seu relato, caso fosse para Vitória na década de 1960, provavelmente o estabelecimento comercial da família teria acabado, assim como ocorreu com outras lojas da cidade. Anos depois, fez o curso Direito, em Cachoeiro de Itapemirim. A partir da conclusão do curso, sua vida profissional se dividia entre o trabalho no comércio da família, o escritório de advocacia e aulas de Geografia em escolas do município (MEZHER, 2016).

Roberto e seus irmãos escolheram as profissões liberais, característica bastante recorrente nas segundas gerações de imigrantes sírios e libaneses assentados no Brasil. De acordo com Truzzi (1991), essa escolha era uma forma de se afastar do estereótipo do mascate, que marcou a trajetória no Brasil de muitos imigrantes sírios e libaneses da primeira geração. Quanto ao casamento, Roberto relatou que seu pai nunca os pressionou a casarem dentro do mesmo grupo étnico, tanto que eles se casaram com mulheres de outras etnias (MEZHER, 2016).

Jorge Bechara Mezher conversava muito com seus filhos sobre assuntos gerais, inclusive sobre o Líbano. Ele era leitor de uma revista denominada “O Oriente”, que era metade em português, metade em árabe, sobre a colônia libanesa em São Paulo. Entretanto, ele não ensinou a língua árabe aos filhos. Para Roberto Mezher, não havia tempo para ensinar o idioma, só algumas palavras, porque seus pais trabalhavam muito: sua mãe, em casa; e seu pai, na loja, envolvido com as vendas, com clientes e os empregados. Roberto afirmou que os libaneses eram mais liberais, abertos com o aprendizado da língua portuguesa, o que teria dificultado a manutenção da língua árabe (MEZHER, 2016).

Ao concluir sua narrativa, Roberto Mezher destacou este aspecto que foi preponderante no processo de assentamento dos sírios e libaneses em Itapemirim: o aprendizado da língua portuguesa e a não transmissão do árabe aos filhos. É um dado que aparece em outros relatos, como o de José Rubens Brumana, Sérgio Cardozo Bechara e, indiretamente, no de Maria Penha Alves. Não ensinar a língua árabe aos filhos e netos foi uma forma encontrada pelos sírios e libaneses da primeira geração de inserção mais rápida à sociedade brasileira, defende Gattaz (2012):

A fim de facilitar sua integração à sociedade local, os imigrantes libaneses reelaboraram os estereótipos correntes sobre a etnia visando excluir os aspectos negativos e reforçar os positivos, numa tentativa de forjar uma nova identidade que fosse compatível com a tolerância étnica brasileira. Essa nova identidade, a demais, formava-se naturalmente com a adoção da língua portuguesa e a assimilação da cultura e dos hábitos locais – uma identidade mais brasileira do que libanesa (GATTAZ, 2012, p. 107).

Falar a língua portuguesa no espaço público, especialmente, ao mesmo tempo que permitiu um afastamento do passado de imigrante, favoreceu a construção e/ou reconstrução de uma nova identidade mais afinada com a brasileira, o que era desejado, inclusive, pelas autoridades locais. Não ensinar o árabe aos filhos também reservava uma outra intenção: a fuga dos estigmas e preconceitos que os da primeira geração sofreram quando de sua chegada ao Brasil, bem como nos primeiros anos de sua estada em terras brasileiras.

Os pais não queriam que os filhos passassem pelos mesmos dissabores que eles enfrentaram. Apesar de o motivo alegado por alguns entrevistados fosse a falta de tempo, essa alegação ocultava razões mais profundas, tais como a necessidade premente de ser visto como brasileiro e a fuga do estigma, tão caro aos sírios e libaneses da primeira geração. Essas duas questões aparecem nas entrevistas de forma implícita. Por outro lado, das narrativas dos descendentes de sírios e libaneses de Itapemirim, foi possível apreender um apego à culinária que, transmitida aos filhos e netos, atravessou gerações.

Para Matos (2014), diferentemente do sabor, sentido pelo paladar, o gosto é uma construção histórico-cultural e, ao emigrar, gosto e hábitos alimentares são transferidos para os países receptores. É fator de resistência, porque é o derradeiro costume a ser abandonado pelo imigrante (MATOS, 2014). Portanto, a manutenção da alimentação da terra de origem por parte dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes fazia parte de um processo de resistência à imposição dos valores culturais do país receptor.

E mais: “[...] a cozinha é depositária e transmissora de hábitos, que dificilmente se apagam, tornando-se além de reveladora do grupo que emigra um elo entre o imigrante e as suas origens [...]” (MATOS, 2014, p. 119). Como são introduzidos na infância, trazem consigo memórias afetivas, não só dos ingredientes e sabores, mas

de quem os preparava, quase sempre a mãe (MATOS, 2014). Ainda segundo Matos (2014), a comensalidade reforça os vínculos familiares, de amizade e traduz pertencimento, favorecendo momentos de prazer em ambientes quase sempre hostis para os sírios e libaneses.

Nesse sentido, a alimentação teve um papel decisivo na construção da identidade síria e libanesa no Brasil, porque foi uma forma de manutenção de tradições familiares durante seus deslocamentos. Essa culinária esteve presente não apenas nos dias festivos, mas fazia parte do cotidiano, quando a comensalidade reforçava os laços de pertencimento e solidariedade entre os participantes. A inexistência de algum ingrediente (MATOS, 2014) característico para a confecção de um prato, dada as especificidades de cada região, fazia com que esses imigrantes e seus descendentes tivessem de reinventá-lo, reconstruí-lo, apropriando-se de outros elementos locais disponíveis.

Nessa perspectiva, as narrativas orais descritas aqui permitiram observar as trajetórias de indivíduos pertencentes às famílias Brumana, Bechara, Ayub e Mezher. Porém, há outros aspectos que compuseram esses itinerários. Entre eles, os conflitos entre os comerciantes sírios e libaneses e os de outras etnias, e/ou entre sírios e libaneses e a população local. Um exemplo desses conflitos ocorreu no distante ano de 1898. Outros se deram ao longo das primeiras décadas do século XX e, em todos, houve a necessidade de intervenção da Polícia e/ou do Judiciário. Essa intervenção se deu para salvaguardar a vida e as propriedades dos sírios e libaneses, demonstrando o quanto se tratava de ocorrências graves.

2.4 “VIVA O POVO BRASILEIRO! EMBARCA, TURCO!”⁸⁰

Itapemirim vivenciou momentos de conflito, envolvendo indivíduos de múltiplos grupos étnicos, entre os quais os sírios e libaneses. Um desses conflitos ocorreu em um final de semana de setembro de 1898, e deixou a Barra e a Vila de Itapemirim em polvorosa. Na noite do dia 17 e na manhã do dia 18, um incidente envolvendo três

⁸⁰ Estas foram palavras de ordem proferidas pelos moradores de Itapemirim contra os sírios e libaneses, em 1898.

sírios e libaneses⁸¹ e um telegrafista redundou num gravíssimo movimento popular, que culminou na expulsão de um grupo de sírios e libaneses da região de Itapemirim. Esse grupo embarcou à força, no vapor Piúma, para o Rio de Janeiro, por temerem por suas próprias vidas.

O telegrafista envolvido é Saturnino Ferreira Tinoco, vulgo Tinoco. Tinoco era casado, residia na Vila de Itapemirim e, à época, tinha 31 anos de idade. Já os sírios e libaneses são José Júlio, José Rachid e Alfredo Salman, a respeito dos quais o inquérito traz pouquíssimas informações. O que motivou o episódio, segundo algumas testemunhas, foi uma questão pessoal entre eles: o desentendimento entre esses indivíduos ocorreu por causa do roubo de um burro de propriedade dos sírios e libaneses, que teria sido feito pelo telegrafista Tinoco.⁸²

Tinoco ia em direção à Barra montado no burro, mas José Julio e Alfredo Salman teriam tomado o burro à força e, segundo uma testemunha, também agrediram o telegrafista. De acordo com o depoimento de Tinoco,

[...] no dia dezanove do corrente depois de uma hora da tarde se dirigindo a Barra em um animal que lhe fôra mandado por José Cabo Verde, que se achava doente e que lhe chamara porque lhe precisava falar, não sabendo ele [...] de quem éra o referido animal, foi na sua volta da Barra, aggredido em plena rua pelos Turcos, José Rachide, Alfredo Miguel e outros de quem não sabe o nome, os quaes, lhe jogaram abaixo do animal gritando que éra o animal d'elles, tendo a testemunha recebido insultos e pancadas nessa ocasião, sendo obrigado a fugir para a Villa afim de evictar conflictos e não ser vitima de qualquer nova aggressão.⁸³

Na tarde do mesmo dia, segundo depoimentos de diversas testemunhas, Alfredo Salmam, com uma arma em punho, gritava que faria justiça com aquela arma, já que não havia justiça na Terra. Além disso, ele e José Júlio teriam provocado a população, proferindo palavras ofensivas à moral, às autoridades locais e ao povo brasileiro. À noite, houve a exibição de uma peça intitulada “Três Bemóis”, que uma companhia

⁸¹ O inquérito os trata como sírios praticamente a todo momento. Em algumas oportunidades, são chamados de turcos e, em outras, árabes. Isso tem relação com o fato da dificuldade em se especificar a região de procedência desses indivíduos, embora Síria e Líbano, na época estivessem dominados pelo Império Turco Otomano. Alguns deles são libaneses, na verdade, como pude apurar através de entrevistas com descendentes, como os Brumana. É possível, inclusive, que nenhum deles seja sírio, porque o que foi apurado é a presença massiva de libaneses e a ausência de sírios nessa região.

⁸² Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

⁸³ Ibidem.

teatral apresentava na cidade. Como o teatro contou com a participação de muitas pessoas, várias delas foram testemunhas, no caso, do embarque dos sírios e libaneses.

A peça transcorria tranquilamente, quando, de acordo com testemunhas, num dos intervalos, houve uma rajada de tiros em direção à população, tiros que teriam sido dados pelos sírios e libaneses, que se encontravam na casa de José Rachid, um sobrado que ficava próximo à Praça Visconde Rio Branco. Terminada a apresentação da peça, ouviram-se mais descargas de tiros, feitas por outros sírios e libaneses.

Ainda de noite, de acordo com uma testemunha, Antônio Ramos de Oliveira, que era negociante e mestre de música, ajudado por duas pessoas, de nome Nilo e Leopoldo, pegaram um lampião com uma vizinha, Luzia Rosa, jogaram querosene na janela da casa de Alfredo Salman, tentando incendiá-la, mas não conseguiram, porque a janela estava molhada por causa da chuva.⁸⁴

Na manhã do dia 18, uma pequena multidão, que os depoentes calcularam ter entre 400 e 800⁸⁵ pessoas, inflamada pelos acontecimentos do dia anterior, caminhava e gritava palavras de ordem, entre as quais “Viva o povo brasileiro!”, “Viva a nação brasileira!”, exigindo a expulsão dos sírios e libaneses da Barra e da Vila de Itapemirim, imediatamente. Essa multidão tinha à sua frente uma banda de música, cantava o hino nacional, empunhava a bandeira do Brasil⁸⁶ e, ao que parece, não pôde ser contida pelas autoridades policiais, em pequeno número.

O delegado de polícia, depois de ouvir algumas pessoas, resolveu convidar os sírios e libaneses da Vila para se acolherem no prédio do Governo Municipal e assim se protegerem da população que estava a caminho da Vila, vindo da Barra, o que foi prontamente aceito pelos sírios e libaneses que, aterrorizados, temiam por suas próprias vidas. Eram onze sírios e libaneses recolhidos no edifício. Enquanto isso, a

⁸⁴ A testemunha é Felinto Gomes Tavora, empregado público e morador da Vila de Itapemirim.

⁸⁵ Algumas testemunhas afirmaram ser um número de 400 pessoas; outras, 800; e a maior parte delas afirmou serem 600 pessoas.

⁸⁶ Sobre a construção do hino e da bandeira nacional como símbolos do regime republicano recém-proclamado no Brasil, remeto os leitores a: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

multidão, que foi a Barra de Itapemirim exigir o embarque dos sírios e libaneses residentes naquela região para o Rio de Janeiro, retornou exigindo que os sírios e libaneses acolhidos no Governo Municipal tomassem a mesma decisão de se retirarem da cidade.⁸⁷

Segundo outros depoentes, o delegado junto ao advogado Alexandre Cardozo e a alguns indivíduos tentaram dissuadir a multidão, buscando convencê-la de que isso era uma violência inominável, e que se, os sírios e libaneses cometeram algum crime, seriam punidos no rigor da lei. Inútil! A multidão queria o embarque imediato desses indivíduos, afirmando que eles os havia ofendido moralmente, assim como teriam ofendido o povo brasileiro. Diante da pequena força policial e da negativa popular em retroceder e se acalmar, o delegado não viu outra solução, senão escoltar os sírios e libaneses até o porto de Itapemirim, para que embarcassem no vapor Piúma e fugissem para o Rio de Janeiro.

Através do relato de uma das testemunhas, de nome José Rebelo, que providenciou o embarque desses sírios e libaneses, é possível ter uma dimensão do pânico que tomou conta deles:

A madrugada do dia dezoito derigindo-se o declamante do trapiche de Soares Sobrinho e Companhia, a casa de Domingos Rozeiro, residente na Barra, para tratar de negócios [...] encontrou [...] o Arabe Elias João, chefe da casa commercial de Elias João e Irmão, com toda a sua familia: parecendo ao declarante importuna a hora de ver toda aquella familia, lhes dirijio a palavra, perguntando-lhes se vão a passeio ou tomar banho no mar; ao que o Chefe Elias respondeu, que ião embarcar para o Rio de Janeiro no vapor Piuma [...] porque o povo da Villa vinha em perseguição d'elle com musica; [...] Voltando o declarante da casa de Rozeiro au trapiche Soares Sobrinho e Companhia [...] viu o povo da villa com muzica e bandeira, ao que ainda não deu credito o declarante. [...] Miguel estava com mais alguns Arabes e entre eles mulheres e pelo sintoma lhe pareceu estarem amedrontados. Voltando o declarante para o trapiche de Soares Sobrinho e Companhia ahi encontrou Elias João com sua familia e diversos Arabes que lhe pediram os mandasse conduzir a bordo do Piuma. [...] Respondeu-lhe o declarante, que estando a maré seca, não poderia mandar o rebocador conduzil-los até bordo e não tinha lanchas disponíveis para os transportar [...]; não obstante podia e tinha uma lancha pequena que poderia [...] conduzir de seis a oito pessoas de cada vez e que a punha a disposição ao que eles Arabes assumirão. Como dependesse de algum tempo a transportar a lancha pequena junto de Domingos Rozeiro onde se achava ao trapiche de Soares Sobrinho e Companhia onde estavam os Arabes para embarcarem [...] ouve a muzica [...] entrando na Barra, acompanhada de grande massa de povo, tocando o hynno Nacional, dando vivas a Nação Brasileira, trazendo á frente a bandeira

⁸⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito n. 1.405, caixa 742.

Nacional içada. Os Arabes ao ouvirem o som dos instrumentos e os vivas á Nação Brasileira, amedrontados se lançarão de tropel para dentro de duas pranchas que so servem para navegar no rio: nessa ocasião um Arabe se lançou ao Rio atravessando a nado para o lado do Norte. [...] O declamante não pôde precisar o numero de Arabes que atravessarão o Rio e embarcarão nessa ocasião, calcula porem superior a vinte.⁸⁸

O clima só apaziguou quando esses indivíduos, mais de vinte⁸⁹, como citou José Rebelo, embarcaram para o Rio de Janeiro, o que teria aplacado o furor da multidão. Esse episódio teve repercussões fora do Estado, inclusive com a visita à Itapemirim do cônsul honorário⁹⁰ do Império Otomano no Brasil, Otton Leonardo Filho, para acompanhar o andamento da apuração do caso (*O Cachoeirano*, 16/10/1898).

Os sírios e libaneses que tiveram de embarcar às pressas para o Rio de Janeiro contrataram, na então capital do país, um advogado chamado João Manuel Carlos de Gusmão para cuidar do caso. Gusmão também esteve na cidade capixaba para averiguar o andamento das providências que deveriam ser tomadas pelas autoridades policiais (*Gazeta de Notícias*, 21/09/1898, apud *O Cachoeirano*, 02/10/1898).

Ao todo, foram ouvidas 33 pessoas, das quais apenas seis de origem síria e libanesa: Jorge Elias, José Simão, João Brumana, Miguel Brumana, Júlio Brahim e José Brahim. Um dos pontos de unanimidade nos seus depoimentos diz respeito ao fato de que nenhuma casa comercial e/ou residencial dos sírios e libaneses foi arrombada ou saqueada. Muitas delas foram fechadas e lacradas no auge do conflito, no intuito de proteger suas propriedades, e as chaves foram entregues a pessoas de confiança desses indivíduos. Nada nelas foi destruído, saqueado ou roubado, exceto dez galinhas que faltavam no quintal de José Brahim.⁹¹

Dos seis sírios e libaneses que foram ouvidos pelo delegado, quatro residiam na Barra de Itapemirim, Jorge Elias, José Simão, João e Miguel Brumana; e dois moravam na

⁸⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

⁸⁹ *O Cachoeirano* afirma ora se tratar de 50 pessoas, ora de 60, já que eles embarcaram com suas famílias.

⁹⁰ Por e-mail, entramos em contato com o Consulado da Turquia perguntando se havia algum documento dessa época envolvendo esse episódio em Itapemirim ou em outra cidade do Espírito Santo, obtivemos, como resposta, que não tinham. Disseram também que, como o fato envolvia sírios e libaneses, que eu poderia procurar o consulado desses países, para ver se me ajudavam. Enviamos e-mail para o consulado do Líbano e, até o fechamento desta pesquisa, não recebemos nenhuma resposta.

⁹¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

Vila, Julio e José Brahim⁹². Todos eram comerciantes e, segundo o inquérito, oriundos da Síria⁹³. As perguntas feitas a eles versaram sobre se estavam em Itapemirim nos dias da ocorrência dos fatos; se também embarcaram para o Rio de Janeiro; se seu comércio sofreu algum tipo de dano ou se foi saqueado; se reabriram as casas de comércio depois dos episódios e se estavam comercializando; se sofreram algum tipo de ferimento; se ouviram dizer que a casa de algum patrício sofreu dano ou foi saqueada. Para alguns, eram feitas perguntas sobre o valor que a casa comercial tem em mercadorias e/ou sobre o capital da firma, quem eram os sócios etc.⁹⁴

De modo geral, as respostas foram quase sempre as mesmas, particularmente as relacionadas a se sofreram agressão, se tiveram seus comércios saqueados ou roubados, ou se sabem de algum comércio ou residência de patrícios que o foram. Responderam sempre que “não”. Sobre se embarcaram para o Rio de Janeiro, Jorge Elias disse que “não”, mas que se escondeu por oito dias e que seu prejuízo foi apenas do tempo em que sua loja ficou fechada, e que a reabriu no dia 27 de setembro daquele mesmo ano.

Já outro sírio e libanês interrogado, José Simão, quando perguntado há quantos anos reside na Barra e se algum dia foi desacatado e agredido por ser sírio, respondeu que morava ali há seis anos e nunca foi agredido por questões de nacionalidade, considerando-se, aliás, brasileiro.⁹⁵

⁹² José Brahim tinha, na época, cerca de trinta anos de idade, era solteiro, filho de Brahim Hassel, natural da Síria, negociante, irmão do Julio Brahim. Jorge Elias era casado, natural da Síria, filho de Jorge João e Helena Abrahão, com trinta e nove anos de idade, negociante. José Simão tinha vinte e três anos de idade, nascido em 1865, casado, filho de Simão Tanure e Maria da Conceição, natural da Síria, negociante e residente na Barra de Itapemirim, a rua Conselheiro José Bonifácio, e é eleitor neste município. João Brumana tinha trinta e dois anos, era solteiro, filho de Felix Brumana, natural da Síria, negociante e residente na Barra de Itapemirim há seis anos (então chegou em 1892). Miguel Brumana tinha quarenta anos de idade, era viúvo, filho de Jája Brumana, natural da Síria, negociante. Júlio Brahim estava com vinte e seis anos de idade, era solteiro, filho de Brahim Hassel, natural da Síria, negociante, irmão do José Brahim (APEES, Inquérito 1.405, caixa 742, 03/10/1898).

⁹³ De acordo com Truzzi (1997), do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o Líbano pertencia a Síria e fazia parte de uma região denominada Grande Síria que, por sua vez, integrava o Império Turco Otomano. Por isso, nos passaportes desses primeiros imigrantes, ora vinha descrito, no país de origem, Império Turco Otomano, ora Síria, embora fossem provenientes de Beirute, por exemplo, que é uma região libanesa. Nas fontes cartoriais a que tivemos acesso, em nenhum momento aparece a denominação Líbano como sendo o país do qual esses sírios e libaneses eram oriundos.

⁹⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

⁹⁵ Ibidem.

No entanto, há três questões que precisam ser analisadas na fala de José Simão: Primeiro, ao afirmar que não nunca foi agredido por questões de nacionalidade, fica subentendido que ele pode ter sofrido agressões por outras razões. Segundo, dizer que se considera “brasileiro” pode ser um discurso de proteção, uma maneira de se preservar diante das ofensivas de outras pessoas. Por último, autoafirmar-se brasileiro tem a ver com uma (re)construção identitária mais próxima daquilo que se esperava dos imigrantes naquele momento. Embora ficasse claro que se tratava de um sírio e libanês, dizer-se brasileiro era uma forma de ser mais bem aceito socialmente. José Simão estava negociando sua identidade perante as pessoas e as autoridades locais.

João Brumana também não embarcou para o Rio de Janeiro, mas fugiu para o interior do município, fechando sua casa comercial, que ainda não havia reaberto porque estava esperando que seus fornecedores do Rio de Janeiro lhe dissessem o que fazer. Quando perguntado sobre quanto calculava ter em casa em mercadorias, respondeu “quinze contos de réis”. Já Julio Brahim disse que embarcou com outros sírios e libaneses para o Rio e retornou no dia 29 de setembro, mas que não reabriu a casa comercial porque seu sócio, Abesse Seid, estava ausente.

Julio Brahim informou que sua firma se denominava Julio Brahim e Companhia, que ficou no edifício do Governo Municipal junto a outros sírios e libaneses, entre os quais José Julio, Abesse Alli, José Salman, Abesse Seid, Jorge e Miguel de Tal. Acrescentou que é irmão e sócio de José Brahim, e que o capital da firma é de “oitenta contos”, sendo “quarenta só em mercadorias”. Além disso, disse que residia na Vila há cinco anos e nunca ocorreram fatos semelhantes à expulsão de sírios e libaneses em Itapemirim.⁹⁶

De acordo com Saletto (2001, p. 9), foram indiciadas cinco pessoas: Tinoco, o telegrafista, que estava envolvido na briga com os sírios e libaneses; Antônio Ramos de Oliveira, o mestre de música; Valdomiro, dono de um bilhar; Nilo Urbano Pessoa e Leopoldo Izidro⁹⁷, que ajudaram o mestre de música Antônio Ramos de Oliveira⁹⁸ na

⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

⁹⁷ Nilo Urbano Pessoa era barqueiro e Leopoldino Izidro era pescador (*Estado do Espírito Santo*, 22/10/1898, Ano XVII, N. 247, p. 1).

⁹⁸ Segundo o jornal *Estado do Espírito Santo*, de 13/10/1898 (Ano XVII, N. 239, p. 1), Antônio Ramos de Oliveira foi enquadrado no artigo 180, parágrafo único e artigo 136, combinando com o artigo 13

tentativa de incendiar a casa de Alfredo Salman. Alfredo Salman, José Rachid e José Júlio, os sírios e libaneses envolvidos na confusão, não foram ouvidos. O telegrafista Tinoco deu o seu depoimento como testemunha. Outro envolvido no caso, o mestre Ramos, também foi ouvido, mas os sírios e libaneses, não. Em contrapartida, os sírios e libaneses não foram indiciados, como o foram Tinoco e mestre Ramos.

Procuramos as atas da Câmara Municipal de Itapemirim para ter acesso aos debates políticos entre os governadores municipais da época – se é que existiram -, mas elas não existem mais. De acordo com Saletto (2001), a imprensa demorou em noticiar os acontecimentos dos dias 17 e 18 de setembro e o fizeram apenas no dia 02 de outubro, mesmo assim de maneira bastante precária e partidária. O *Cachoeirano* que, na época, fazia oposição ao Governo Estadual, publicou diversas reportagens criticando a atuação das autoridades locais e estaduais que, na visão editorial, não atuaram no sentido de garantir a integridade dos sírios e libaneses e de suas casas de negócio, bem como em fazer uma investigação criteriosa.

O mesmo jornal, *O Cachoeirano*, publicou notícias de vários jornais, inclusive do Rio de Janeiro, como o *Gazeta de Notícias*, além de *O Paiz*, e, da imprensa capixaba, publicou textos do *Comércio do Espírito Santo*. Já o *Estado do Espírito Santo*, órgão alinhado ao Governo Estadual, fazia o contrário, buscando demonstrar a atuação

do Código Penal. À época, o código em vigor era o de 1890, do início da República, que traz em seu “Art. 13 - Haverá tentativa de crime sempre que com intenção de commetel-o, executar alguém actos exteriores que, pela sua relação directa com o facto punível, constituam começo de execução, e esta não tiver logar por circunstancias independentes da vontade do criminoso; Art. 136.º - Incendiar edificio, ou construcção, de qualquer natureza, propria ou alheia, habitada ou destinada á habitação, ou a reuniões publicas ou particulares, ainda que o incendio possa ser extinto logo depois da sua manifestação e sejam insignificantes os estragos produzidos: Penas – de prisão cellullar por dous a seis anos, e multa de 5 a 20 % do damno causado. Incluem-se na significação dos termos – construcção habitada ou destinada á habitação: 1º, os armazens; 2º, as officinas; 3º, as casas de banho e natação; 4º, as embarcações ou navios; 5º, os vehiculos de estradas de ferro pertencentes a comboio de passageiros, em movimento, ou na occasião de entrar em movimento; 6º, as casas de machinas, armazens e edificios dos estabelecimentos agricolas. Paragrapho unico. O proprio dono não ficará isento das penas deste artigo, sem provar que o objecto por elle incendiado já não tinha algum dos destinos ou usos especificados, e que do incendio não poderia resultar perigo commum ou prejuizo de terceiro. Art. 180, parágrafo único: Privar alguém de sua liberdade pessoal, já impedindo de fazer o que a lei permite, já obrigando a fazer o que ella não manda: Pena – de prisão cellullar por um a seis mezes. Paragrapho unico. Si para esse fim empregar violencias, ou ameaças: Pena – a mesma, com augmento da terça parte, além das mais em que incorrer pelos actos de violência”. BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 18 de set. 2017.

enérgica e correta do Governo Estadual e da Vila de Itapemirim na garantia da ordem, na instauração de um “rigoroso inquérito”, na proteção aos sírios e libaneses e as suas propriedades. Esse periódico encampou a versão do telegrafista Tinoco.

Se, por um lado, a cobertura dos jornais foi precária e partidária, por outro, os jornais forneceram informações muito preciosas. O jornal *O Cachoeirano*, de 02 de outubro de 1898, publicou um texto informando que os sírios e libaneses representavam vinte casas comerciais. Também publicou uma reportagem da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 21 de setembro, em que apresenta o número de sessenta sírios e libaneses embarcados para o Rio de Janeiro, entre os quais homens, mulheres e crianças, e que o valor em dinheiro das propriedades deles é de mil contos de réis, uma quantia vultuosa.

Esses dados revelam, entre outras coisas, a força econômica da colônia síria e libanesa em Itapemirim, apesar de pequena, fruto de sua ascensão econômica alavancada pelo comércio local. Uma análise do inquérito permitiu observar outros aspectos alusivos aos sírios e libaneses residentes na região de Itapemirim. Pelo que foi possível apurar, além dos nomes já mencionados, José Elias, José Simão, João e Miguel Brumana, Julio e José Brahim, há outros que faziam parte da colônia que se estabeleceram na região: Alfredo Salman, José Rachid, José Júlio, Abess Alli, Abess Seid, Elias João, Miguel Jorge, Manoel Antonio, Camilo Tanure, Luiz Tanure.

Roberto Jorge Mezher, descendente de sírios e libaneses, residente em Itapemirim, relatou que seu avô materno esteve envolvido nesse evento. Era Miguel Sad João, dono da casa comercial “A Bola de Ouro”. Fundada em 1895, a casa comercializava secos e molhados, tecidos, armarinho, roupas, chapéus, calçados, entre outros produtos, e se localizava na Barra de Itapemirim. A data de fundação de “A Bola de Ouro” evidencia a participação de Miguel Sad João, uma vez que três anos separam essa data dos acontecimentos de 1898, em Itapemirim.

Figura 15 – Loja A Bola de Ouro, de propriedade de Miguel Sad João



Fonte: Acervo de Roberto Jorge Mezher

No inquérito⁹⁹, também há referências aos nomes das firmas dos sírios e libaneses, informação corroborada e ampliada pelo jornal *Estado do Espírito Santo*, de 26/10/1898: Julio Brahim e Companhia, Elias João e Irmão, Miguel Jorge e Irmão, Rachid Salman & Irmão, Abess Ali & Primo, João Jorge & Irmão. Ainda segundo o jornal, outras casas comerciais pertenciam a Jorge João, Manoel Antônio, Atala Said, Jorge Antônio, José Brumana, Abrahão Massel, José Issa, Luiz Tanure e Felipe Miguel. De acordo com o jornal, o chefe da colônia síria e libanesa na região de Itapemirim é o comerciante Rachid Salman (*Estado do Espírito Santo*, 26/10/1898, Ano XVII, N. 250, p. 1).

Através do inquérito, foi possível observar também a data de chegada de alguns deles à Itapemirim: o ano de chegada de José Simão e João Brumana é 1892 e de Júlio Brahim, 1893¹⁰⁰. Apesar do pouco tempo de residência, o valor do capital das firmas é muito expressivo: João Brumana tem 15 contos de réis, enquanto José e Júlio Brahim teriam 80 contos, quarenta deles em mercadorias. O valor pode – ou não – ter sido conquistado no município, mas mostra o poder econômico desses indivíduos e sua força no comércio da região. Do mesmo modo, expõe as possibilidades de

⁹⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

¹⁰⁰ Ibidem.

ascensão econômica e a acumulação de capital a que eles tiveram acesso, fixando residência num dos mais importantes centros urbanos do Espírito Santo, num curto espaço de tempo.

Se o valor em réis das casas comerciais dos envolvidos é de mil contos, isso dá uma dimensão ainda maior do poder econômico dessa pequena colônia ali estabelecida. Além disso, o inquérito¹⁰¹ mostra a relação direta entre esses comerciantes e os do Rio de Janeiro, fato que se relaciona à ligação existente entre o Porto de Itapemirim e a capital do país na época. As mercadorias que sírios e libaneses comercializavam em Itapemirim são oriundas do Rio de Janeiro, algumas que poderiam até ser importadas de outros países.

Das pessoas arroladas como testemunhas, 26 não são de origem síria e libanesa. Destes, oito são negociantes¹⁰², todos residentes na Vila de Itapemirim, o maior número entre as testemunhas; três são empregados do comércio¹⁰³; seis são empregados públicos¹⁰⁴; uma lavadeira, Luzia Rosa; uma pessoa que vivia de agência, Manoel Nogueira da Costa Pinto; um jornaleiro, Antônio Ferreira Duarte; dois artistas, Laurentino Rodrigues de Oliveira e Cipriano da Costa Pinto; um maquinista, Antônio Pinto de Castro; um médico, João Ricardo da Costa Filho; um advogado, Antônio José Alves da Silva¹⁰⁵ (Antônio Padre); e um fotógrafo, Antônio Capeletti¹⁰⁶.

O grande número de negociantes entre as testemunhas deve ser olhado com bastante cuidado porque os sírios e libaneses representavam uma ameaça para eles. Isso porque, ao se estabelecerem e utilizarem práticas comerciais mais flexíveis, como prazos mais longos e acessíveis, promoções, entre outras estratégias comerciais, foram conquistando os clientes desses comerciantes já estabelecidos, o que pode ter ocasionado ou maximizado conflitos como esse.

¹⁰¹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

¹⁰² Flauzino Vieira de Souza, Antônio Ramos de Oliveira, Francisco Guedes, Euzébio da Silva Porto, Waldemiro Alves, Joaquim Antônio da Fonseca Bahense Filho, Delfino Any dos Santos e Talma Gomes dos Santos (APEES. Inquérito nº. 1.405, caixa 742).

¹⁰³ José Fernandes Pinto, Mário Alves Moreira e João Dias de Salles. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais (APEES. Inquérito nº. 1.405, caixa 742).

¹⁰⁴ Felinto Gomes Távora, Aureliano Carneiro, Saturnino Ferreira Tinoco, João Fonseca da Silva, Sidônio de Salles Borges, Antônio Cezário de Souza (APEES. Inquérito nº. 1.405, caixa 742).

¹⁰⁵ Pai de Anphilóquio Alves Moreno.

¹⁰⁶ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

Para Elias e Scotson (2000), um grupo estabelecido numa região por muito tempo tende a tratar os recém-chegados como *outsiders*: “[...] a exclusão e estigmatização dos outsiders pelos grupos estabelecidos eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22).

Vistos como anômicos, não cumpridores das normas e restrições, indignos de confiança, sem disciplina e desordeiros, os *outsiders* representam uma ameaça à ordem estabelecida. Por isso, os estabelecidos cerram fileiras contra eles, objetivando manter sua superioridade, evitando qualquer contato que permita ameaçar o poder desse grupo há muito estabelecido naquele local (ELIAS; SCOTSON, 2000). É nítida a tentativa dos habitantes da Vila de Itapemirim de atribuir aos sírios e libaneses a imagem de desordeiros, ao contrário deles próprios.

De acordo com os moradores de Itapemirim, quem causou o tumulto, a confusão e o desrespeito às leis foram os sírios e libaneses que, inclusive, insultaram o povo brasileiro e a sua nação. Já os moradores da cidade apenas reagiram à provocação dos *outsiders* exigindo sua saída imediata da cidade. A narrativa dos estabelecidos os apresenta como ordeiros, cumpridores das leis, hospitaleiros e que nunca trataram mal qualquer pessoa residente naquela localidade. Até mesmo os sírios e libaneses encaparam esse discurso, alegando que sempre foram bem tratados pelos moradores locais.

Não é possível afirmar que o motivo do conflito tenha sido só este, mas, em momentos quando os ânimos se exasperam, as situações mal resolvidas afloram conflitos generalizados, embora as testemunhas insistissem em dizer que o episódio foi de momento, sem qualquer premeditação. Uma delas disse que ouviu várias versões sobre o que teria motivado a revolta, mas que não saberia precisar o motivo. Informou que pode afirmar que não foi um ato premeditado e que não pode atribuir a responsabilidade a ninguém.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

Nos depoimentos das testemunhas, há diversas referências ao fato de os moradores da região serem ordeiros, de receberem e tratarem bem os sírios e libaneses. Isso é afirmado tanto por nacionais, brasileiros, quanto por portugueses e pelos sírios e libaneses, como afirmaram José Simão e José Brahim. O médico João Ricardo da Costa Filho afirmou, em depoimento,

que [...] reside aqui há dois anos e oito meses e que pode dar o seu testemunho de que a população é extremamente ordeira e que esta nunca manifestou prevenções contra os syrios; que alias eram sempre bem recebidos e foram sempre bem tratados.¹⁰⁸

José Rebelo, outra testemunha, afirmou:

Sou portuguez de nascimento e Brasileiro adoptivo residido n'este lugar a cerca de trinta anos aqui constitui família, conheço a unidade do povo Itapemirinese, hordeiro, pacato e Brasileiro, não posso deixar de accreditar que graves deverão ser os motivos (os quais desconheço) que levarão o povo a indignação.¹⁰⁹

A historiadora Nara Saletto (2001) foi a primeira a analisar esse conflito em Itapemirim. Em sua análise, a pesquisadora discute três aspectos que podem estar por trás do movimento: primeiro, a questão étnica, por se tratar de imigrantes orientais, culturalmente muito diferentes dos brasileiros e dos imigrantes europeus, portanto suscetíveis ao preconceito alimentado pela estranheza que provocavam na população local; segundo, o fato desses sírios e libaneses serem comerciantes e estarem dominando o comércio da região, fazendo concorrência indesejável com os comerciantes locais; e, por último, a autora afirma que o fator decisivo para a eclosão do movimento que colocou em lados opostos sírios e libaneses e brasileiros foi a questão político-ideológica da primeira década republicana. Para Saletto (2001), o esse fator foi o jacobinismo, cuja ideologia

[...] combinava uma concepção autoritária e centralizadora do poder, a participação ativa dos militares na política – chegando até à defesa da ditadura militar – e um nacionalismo estreito, xenófobo. Os mais radicais jacobinos chegavam a propor a expulsão dos estrangeiros do país, embora a posição predominante não fosse tão longe, defendendo restrições à naturalização e à participação política, bem como a nacionalização do comércio varejista (SALETTTO, 2001, p. 3).

¹⁰⁸ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

¹⁰⁹ Ibidem.

Para fundamentar sua argumentação, Saletto (2001) utilizou-se de jornais da época que cobriram o evento nos quais é possível ver a influência jacobina, segundo ela. Há um panfleto publicado nos jornais em que um clube de Cachoeiro de Itapemirim, o Clube dos Patriotas, intimidou os “[...] proprietários que tivessem casas alugadas a ‘árabes’ a fazê-los se retirarem no prazo de 30 dias, e ameaçando de ‘*graves prejuízos*’ os que não procedessem de acordo com aquele aviso. Era assinado pelo secretário do Clube dos Patriotas, ‘*um brasileiro*’” (SALETO, 2001, p. 6, grifos da autora).

Certamente, esse conflito tão sério ocorrido na Vila de Itapemirim resultou de uma conjunção de fatores, conforme muito bem apontado por Nara Saleto (2001). No entanto, é provável que as questões étnicas e econômicas tenham tido um grande peso nessas tensões, produzindo e exacerbando-as, inclusive. Do ponto de vista étnico, não se pode ignorar a estranheza que os sírios e libaneses despertavam na população local, porque eram, em tudo, muito diferentes dos nacionais e de outros imigrantes: fisionomicamente, nos hábitos alimentares, no casamento interétnico, no idioma.

Um dado que reforça essa tensão interétnica é o fato de que tanto o inquérito, quanto os jornais, na ânsia de evocar uma convivência harmônica entre os moradores locais e sírios e libaneses, frisaram que os itapemirinoses sempre os trataram bem. Segundo essas fontes, nunca houve conflito entre eles e, na tentativa de dizer o que não havia – tratamento desrespeitoso para com os sírios e libaneses –, podem ter revelado a existência de situações veladas – ou acomodadas – de conflito.

Outro exemplo de que essas diferenças étnicas podem ter influenciado o conflito foi apresentado em um pequeno artigo de *O Cachoeirano*, sem autoria declarada, datado de 16/10/1898, e intitulado “Expulsão dos turcos”. Nele, o jornal afirmou ter recebido uma carta de Itapemirim nos seguintes termos:

“O certo é que já se vende a carne seca a 1\$700 o kilo (!), a farinha a 3\$500 (!!) a quarta, (10 litros) e o mais nesta proporção; e o Zé povinho que cahio na besteira de botar os turcos para fora, agora está suando nas unhas de outros turcos peores”. É verdade (*O Cachoeirano*, 16/10/1898).

A expressão “turcos peores” indica uma ideia de que os “turcos” não eram bons. É claro que aqui está em questão o fato de o momento ser de grave crise econômica e de os comerciantes serem vistos como más pessoas. No entanto, a expressão revelou um pouco de como esses sírios e libaneses eram vistos, como maus. Percebemos que o jornal esboçou também seu ponto de vista ao concluir o texto com a expressão “É verdade”, ou seja, corroborou a mesma visão negativa que alguns itapemirinsenses tinham a respeito desse grupo de imigrantes.

Inclusive, *O Cachoeirano* evocou em diversos momentos conflitos existentes entre negociantes sírios e libaneses e os comerciantes locais. Logo na primeira edição que fez alusão aos acontecimentos de Itapemirim, em artigo intitulado “Deportação de Turcos”, o jornal afirmou que o povo foi instigado por alguns negociantes que pretendiam afugentar a concorrência dos sírios e libaneses, “[...] cuja actividade e probidade comercial embaraçavam os seus interesses mercantis”¹¹⁰. Em outro artigo cujo título é “Itapemirim e os Turcos”, o jornal assinalou que

[...] alguns commerciantes syrios estabeleceram-se na villa e barra de Itapemirim [...] com diversas casas de negocio e á força de trabalho tem conseguido ganhar alli algum dinheiro e desenvolver o commercio, suplantando muitas casas estabelecidos anteriormente. A par do commercio, vai tambem crescendo n'aquelle Estado a colonia syria e, com é natural, preferem as suas transações os seus patrícios aos negociantes de outras nacionalidades, estabelecendo-se por isso a rivalidade (*O Cachoeirano*, 02/10/1898, Ano XXI, n. 39, p. 1).

Na edição do dia 16 de outubro, o jornal *O Cachoeirano* trouxe uma declaração de um juiz seccional, chamado Joaquim Pires de Amorim¹¹¹, de que os eventos ocorreram por causa de rivalidade de comércio entre os sírios e libaneses e os demais comerciantes. Segundo Joaquim Pires de Amorim, esses imigrantes “[...] que muito pacientes e trabalhadores, comprando sempre a dinheiro, portanto com grande abatimento e contentando-se com lucro muito diminuto, fazem seria concurrencia aos demais negociantes”¹¹².

¹¹⁰ *O Cachoeirano*, 02/10/1898 (Ano XXI, n. 39, p. 1).

¹¹¹ Joaquim Pires de Amorim era advogado e foi o primeiro juiz federal do Espírito Santo. Era filho de José Pires de Amorim e foi em sua casa que se instalou o primeiro clube republicano do Espírito Santo, em 23 de maio de 1887, em Cachoeiro de Itapemirim. Era irmão de dois importantes políticos cachoeirenses, Diogo Pires de Amorim e Eugênio Pires de Amorim (SANTOS, 2012, p. 35-39).

¹¹² *O Cachoeirano*, 02/10/1898 (Ano XXI, n. 39, p. 1).

Essas informações trazidas pelo jornal *O Cachoeirano* reforçam a ideia de que os eventos que ocorreram na Vila de Itapemirim têm relação direta com o fato dos imigrantes sírios e libaneses estarem ocupando os espaços de comerciantes locais, e a maneira encontrada por eles para eliminar o perigo que os sírios e libaneses representavam foi a tentativa de expulsá-los da localidade. De acordo com o mesmo jornal, já havia planos anteriores para a expulsão dos sírios e libaneses, com a circulação de cartazes intimando os “turcos” a deixarem a Vila, com uma posterior agitação contra eles.

O cônsul honorário do Império Otomano no Rio de Janeiro teria recebido uma reclamação dos seus compatriotas de Itapemirim, de que eles estariam recebendo ameaças. Teriam pedido que ele interviesse em favor deles¹¹³, o que reflete uma animosidade que é anterior ao episódio dos dias 17 e 18 de setembro de 1898. Nesse sentido, Elias e Scotson (2000, p. 23) afirmam que um “[...] grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”.

A presença de diversos comerciantes intimados como testemunhas também é um indício de que se tratou de um evento motivado pela rivalidade entre comerciantes locais e negociantes sírios e libaneses. Além disso, o mestre de música Antônio Ramos de Oliveira, que tentou incendiar a casa de um dos sírios e libaneses, também era comerciante. No entanto, não é demais mencionar que, por mais difícil que tenha sido a situação para os sírios e libaneses residentes em Itapemirim, eles retornaram para a região e retomaram suas vidas e seus negócios pouco tempo depois.

O período em que ocorreu esse episódio coincide com uma grave seca que assolou o Espírito Santo, responsável pelo aumento dos preços dos produtos essenciais à sobrevivência, e que levou a população pobre de Itapemirim a se dirigir às autoridades locais pedindo comida, bem como cereais para serem plantados¹¹⁴. A colônia síria e libanesa resolveu contribuir com a população que passava fome. Cada membro da colônia doou 150 mil réis para que o Governo Municipal comprasse cereais para

¹¹³ *O Cachoeirano*, 02/10/1898, (Ano XXI, n. 39, p. 1).

¹¹⁴ *Ibidem*.

serem doados à população pobre. Quem encabeçou essa ação foi Alfredo Salman e José Said¹¹⁵, o primeiro diretamente implicado no evento de 1898.

A atitude dos sírios e libaneses, não obstante o aspecto da solidariedade implícita no gesto de ajudar a população, assinalava uma estratégia que objetivava conseguir a simpatia da população. Embora essa população os visse através da lente do estigma, poderia, pelo menos naquele momento, vê-los sob outra perspectiva, menos ameaçadora, além de favorecer uma melhor inserção social desses imigrantes naquela sociedade. A filantropia caracterizou a colônia síria e libanesa no Brasil, muitas vezes acionada por meio dos clubes que eles criaram em diversas regiões do país.

O historiador itapemirino Luciano Retore Moreno relatou outra estratégia empregada por esses imigrantes: como o Governo Municipal da Vila de Itapemirim – e de outras cidades sul capixabas – não tinha maquinário para a fabricação de pontes, abertura e conserto de estradas, era comum alguém arrematar esses serviços e executá-los, arcando com as despesas. Depois de realizado, o Governo Municipal pagava pelos serviços. Era uma maneira de serem vistos como benfeitores, contribuindo para a construção de uma imagem positiva, que ajudaria no processo de inserção social.¹¹⁶

Mas havia outra faceta muito interessante da inserção dos imigrantes sírios e libaneses na sociedade espírito-santense, que foi a participação na maçonaria, especialmente da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”, de Cachoeiro de Itapemirim. Dela fizeram parte dois imigrantes sírios e libaneses de Itapemirim, membros da primeira geração de emigrados: José Brumana e Miguel Sad João. O primeiro, foi o membro nº 156 desta Loja Maçônica, iniciado em 08/09/1908. Elevado a Companheiro e exaltado a Mestre em 15/09/1908, José Brumana ainda foi elevado ao Grau 18, em 04/04/1911. Já Miguel Sad João foi o membro nº 157, iniciado em 08/09/1908, elevado

¹¹⁵ *O Cachoeirano*, 30/10/1898 (Ano XXI, N. 43, p. 1).

¹¹⁶ Informações coletadas informalmente com o historiador Luciano Retore Moreno, em 20/04/2019. Elas foram levantadas por ele, nas análises documentais que têm feito sobre a história de Itapemirim, ainda não publicadas.

a Companheiro e exaltado a Mestre em 15/09/1908. Miguel Sad ainda foi elevado ao Grau 18, em 04/04/1911.¹¹⁷

O pertencimento à maçonaria revela dois aspectos relevantes da trajetória dos imigrantes sírios e libaneses: o primeiro, a inclusão desses indivíduos a espaços sociais e de poder somente permitidos a uma elite econômica; o segundo, a ênfase na ajuda mútua e na filantropia, aspectos nos quais a Loja Maçônica de Cachoeiro de Itapemirim se notabilizou.

Apesar de os acontecimentos de setembro de 1898 terem sido singulares em diversos pontos, como na expulsão dos sírios e libaneses e em sua repercussão, não podem ser considerados fatos isolados e totalmente resolvidos. No mesmo mês e ano, Felipe Bramann, comerciante sírio e libanês residente em Piúma, localidade próxima a Itapemirim, teve seu estabelecimento comercial roubado, quando estava ausente¹¹⁸. Ao que parece, esse roubo estaria ligado aos eventos ocorridos em Itapemirim.

Alguns anos depois, em Rio Pardo¹¹⁹, também no sul do Espírito Santo, em 1910, um crime hediondo atingiu a colônia síria e libanesa instalada naquela localidade. Um sírio e libanês chamado Salomão foi assassinado por dois homens, Estevão José da Rocha e Manoel Joaquim da Costa, também conhecido por Manoel Galdino. Salomão foi morto e os assassinos, em seguida, retiraram a pele do seu rosto e da sua cabeça. E mais, roubaram o revólver e 450 mil réis da vítima.¹²⁰

Segundo o jornal *Comércio do Espírito Santo* (09/01/1909)¹²¹, em 1908, portanto dez anos depois do episódio de Itapemirim, três sírios e libaneses e um brasileiro denunciaram à Justiça uma ação truculenta da Polícia de Itapemirim. São eles: Elias José Simão, Abess Said, Felício Salles e José Quintão, respectivamente. Segundo a denúncia, no dia 23 de abril de 1908, uma força policial composta por um sargento e

¹¹⁷ Lista de Membros da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”. Organizado por Dario Lumberto Viana. (Fonte: Livros de Obreiros da Loja. Livro 1).

¹¹⁸ *O Cachoeirano*, 16/10/1898, citando *Gazeta de Notícias*, 29/09/1898.

¹¹⁹ Rio Pardo é atualmente a cidade de Iúna, no sul capixaba.

¹²⁰ *Cachoeirano*, anno XXXIII, n. 49, 04/12/1910.

¹²¹ O que o jornal publica é um acórdão da Corte de Justiça do Espírito Santo, depois que os denunciados, ao que parece, recorrem da decisão do juiz da Vila de Itapemirim (*Comércio do Espírito Santo*, 09/01/1909, Ano XXIX, N. 6, p. 1-2).

oito policiais esteve na localidade de Brejo dos Patos, interior de Itapemirim, na casa desses indivíduos, entre oito e nove horas da noite. Com violência, Elias José Simão, Abess Said, Felício Salles e José Quintão foram amarrados, espancados e levados à força para a cadeia da Vila de Itapemirim, ali permanecendo por alguns dias, só sendo soltos em virtude de um “habeas corpus”. Os policiais também apreenderam alguns objetos nas casas dos sírios (*Comércio do Espírito Santo*, 09/01/1909, Ano XIX, N. 6, p. 1-2).

O motivo alegado para essa diligência policial foi que esses sírios e libaneses e o brasileiro teriam andado pelo interior do município cobrando dívidas e ameaçando os devedores, inclusive apreendendo animais que pertenciam a seus devedores como meio de saldar as dívidas. Apesar de negarem o crime, o sargento Vicente Cardozo da Silva e os policiais Manoel Rangel Pessanha, Hermenegildo Mendes, Lourenço Mendes dos Santos, Carolino Pereira dos Santos e João Nery foram denunciados, conforme artigos 196 e 303 do Código Penal (*Comércio do Espírito Santo*, 09/01/1909, Ano XIX, N. 6, p. 1-2).

Quanto ao teor dos artigos 196 e 303, do Código Penal da União,

Art. 196. Entrar á noite na casa alheia, ou em quaesquer de suas dependências, sem licença de quem nella morar: Pena – de prisão cellullar por dous a seis mezes. Paragrapho unico. Si o crime for commettido exercendo-se violencia contra a pessoa, ou usando-se de armas, ou por duas ou mais pessoas que se tenham ajuntado para aquelle fim: Pena – de prisão cellullar por três mezes a um anno, além daquellas em que incorrer pela violencia.

[...]

Art. 303. Offender physicamente alguem, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena – de prisão cellullar por tres mezes a um anno.¹²²

Um dos envolvidos nesse episódio já havia sido vítima em outro ato de violência, que foi o da expulsão dos sírios e libaneses ocorrida em 1898. Trata-se de Abess Seid. Há três aspectos que precisam ser analisados nessa questão: o primeiro, a violência policial utilizada contra esses imigrantes; o segundo, a possibilidade de recorrerem à

¹²² BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 18 de set. 2017.

Justiça, usufruindo das prerrogativas de estarem debaixo da mesma legislação que protegia os nacionais; terceiro, a Justiça ter aceitado a denúncia e, pelo que se apreende, ter condenado os policiais, julgando procedente a reclamação dos imigrantes.

Há outra situação bastante reveladora da situação dos sírios e libaneses em Itapemirim. Anphilóquio Moreno recebeu uma carta de Jerônimo Monteiro, datada de 29 de novembro de 1917. No documento, Jerônimo Monteiro abordou as perseguições que os sírios estavam sofrendo, especialmente os Brumana, a quem chamou de excelentes amigos. Na carta, fez referência à ajuda que eles sempre haviam dado. Jerônimo Monteiro foi governador do Espírito Santo entre 1908 e 1912, além de chefe da oligarquia de tipo familiar que dominou a política capixaba entre 1908 e 1930, os Souza Monteiro.

Anphilóquio nasceu em Itapemirim em 1881, filho de Antônio José Alves da Silva, conhecido como Antônio Padre, e Margarida da Silva¹²³. Estudou em Alfredo Chaves, onde era o único negro da escola. Por isso, recebeu o apelido de “Moreno”, que foi incorporado ao seu nome tempos depois como sobrenome, quando se tornou tabelião, passando a assinar Anphilóquio Alves Moreno. Ele foi proprietário de dois cartórios em Itapemirim.

Além disso, Anphilóquio Moreno foi político dos mais destacados na região: vereador (governador municipal), presidente da Câmara, prefeito entre 1924 e 1925, deputado estadual em 1926, para os dois últimos cargos foi eleito pelo Partido Republicano Espírito Santense, criado por Jerônimo Monteiro. Aliado político de Jerônimo e Bernardino Monteiro, apoiou as forças contrárias à Revolução de 1930, perdendo prestígio junto ao Governo Central, mas mantendo-o em Itapemirim. Faleceu em 1951, aos 70 anos de idade¹²⁴. Jerônimo não o procurou por acaso. A seguir, carta de Jerônimo Monteiro endereçada a Anphilóquio Moreno.

¹²³ Antônio José Alves da Silva foi testemunha do episódio conflituoso envolvendo sírios e libaneses e a população de Itapemirim, em 1898. Sua esposa era uma ex-escrava.

¹²⁴ Informações fornecidas pelo historiador Luciano Retore Moreno.

Figura 16 – Carta de Jerônimo de Souza Monteiro para Anphilóquio Alves Moreno

Jerônimo Monteiro
 Advogado
 Rua Buenos Ayres, 53
 Rio de Janeiro.

Rio, 29 de Novembro de 1917.

Meu digno amigo Sr. An-
 philoquio.

Agradeço-lhe sinceramen-
 te a carta atenciosa, que me enviou,
 em 20 deste, bem como as providen-
 cias que, ali, tomou para evitar
 perseguições aos sírios.

Depois da grande perda
 que sofremos, com a morte do
 querido amigo, Cel. Luiz Soares,
 o que me causou profundíssima
 tristeza, porque eu queria muito
 bem a este velho amigo, e' pre-
 ciso que haja, ali, da sua parte
 e da dos outros companheiros, o
 maior cuidado para evitar a

anarquia no Município.
 Os sírios, attingidos pelas
 perseguições, principalmente a
 Brasileira, merecem especial con-
 sideração minha, por serem excel-
 lentes amigos e, na occasião pre-
 cisa, sempre nos têm ajudado.
 Foi por isso que escrevi, pedindo
 providencias para evitar as perse-
 guições. Confio muito na
 sua boa vontade e energia, para
 chegarmos a um bom resultado.

Aproveito o ensejo para pe-
 dir-lhe o favor de se interessar com
 o Prefeito e os camareiros dahi
 afim de ver se elles podem melho-
 rar um pouco a situação pre-
 caria do nosso amigo Walde-

miro Pereira Vianna, que se quei-
 xa de estar passando grandes pre-
 ças. Desde já lhe sou grato
 pelo que fizer em favor d'elle.
 Aceite cordial abraço e
 disponha do amigo ob^{mo} e deb^{do}
 cdo. Jerônimo Monteiro

Fonte: Acervo de Luciano Retore Moreno

Nesta carta, Jerônimo Monteiro agradeceu as providências que Anphilóquio Moreno tomou para evitar as perseguições aos sírios e pediu que outras fossem tomadas para que esses encalços contra eles acabassem e que se chegasse a um bom resultado. Jerônimo recorreu a um político importante e influente porque certamente sabia que a situação carecia da intervenção política para ser aplacada, resolvida, e que,

provavelmente, Anphilóquio e outros companheiros, como escreveu Jerônimo, saberiam como intervir. Entre os atributos desse indivíduo, Jerônimo ressaltou a boa vontade e a energia para conduzir a questão a um resultado positivo.

A alusão a essa carta de Jerônimo para Anphilóquio é relevante porque, praticamente 20 anos depois do episódio fatídico que levou ao embarque dos sírios e libaneses de Itapemirim para o Rio de Janeiro, parece que as perseguições a eles continuavam, ao ponto de sensibilizar a maior liderança política capixaba da época e motivá-lo a interferir no sentido de minimizar a situação. Jerônimo fez uso, para isso, de um instrumento particular, pessoal, que é a carta, o que pode revelar a relação estreita entre esses dois políticos e a proximidade com os Brumana e outros sírios e libaneses.

É importante analisar o teor da carta de Jerônimo Monteiro, mas também as razões pelas quais um político como ele se envolver numa questão local, relacionada a imigrantes. Não foi possível apurar os motivos concretos pelos quais Jerônimo Monteiro agiu em favor dos sírios e libaneses itapemirinos, mas há duas hipóteses possíveis: a primeira, era a possibilidade de angariar o apoio da colônia, traduzido, por exemplo, no voto; a segunda e a mais provável: os sírios e libaneses tinham dinheiro e poderiam emprestar-lhe, caso precisasse. E políticos sempre precisavam.

O que se observou até aqui é que a trajetória de sírios e libaneses em Itapemirim foi marcada não somente por uma ascensão econômica e social, mas por tensões que se desenvolveram desde pouco tempo depois de sua chegada à região e que reverberaram por muitos anos depois. Os conflitos foram amainando ao longo do tempo, num processo de acomodação em que as tensões, embora não completamente resolvidas, vão diminuindo à medida em que esses imigrantes e seus descendentes vão se assentando na região.

No entanto, quase sempre em desvantagem, sírios e libaneses reagiram, recorreram à Justiça e, em alguns momentos, foram atendidos. Esses imigrantes não aceitaram passivamente as violências que sofreram, que não podem ser esquecidas porque deixaram marcas nas suas trajetórias no Espírito Santo. Recorrer à Justiça também era uma estratégia, assim como a ajuda financeira à população local e ao Governo Municipal nos momentos de crise.

Não obstante toda dificuldade enfrentada por esses imigrantes em sua inserção na sociedade itapemirinese, vale à pena uma análise de outra estratégia de sobrevivência e inserção dos sírios e libaneses nas terras capixabas: o casamento.

2.5 ENLACES MATRIMONIAIS E CONSTRUÇÃO DE REDES

Uma análise dos casamentos¹²⁵ de sírios e libaneses em Itapemirim, ocorridos entre 1890 e 1930, recorte temporal dessa pesquisa, permitiu observar que o casamento foi uma estratégia de inserção social utilizada por esses imigrantes e seus descendentes. Ela envolveu a endogamia¹²⁶, que é o casamento dentro do próprio grupo étnico, o que contribuiu para o fortalecimento dos laços entre membros da colônia. No entanto, o casamento também se deu fora do grupo étnico, especialmente no caso dos homens da segunda geração, fossem eles imigrantes ou filhos de sírios e libaneses nascidos na região.

Alguns desses imigrantes e seus descendentes se casaram com membros de famílias tradicionais de Itapemirim, em decadência, num movimento em que, às pessoas dessas famílias, parecia interessante criar laços com indivíduos em ascensão econômica, como era o caso dos sírios e libaneses. Outros se casaram com descendentes dos primeiros fazendeiros da região, e houve ainda os que contraíram matrimônio com pessoas oriundas de outras etnias e/ou seus descendentes, como os italianos.

¹²⁵ Os casamentos analisados, realizados na década de 1920, eram regulados pelo Código Civil de 1916, Lei nº 3.071, de 1º de janeiro. O Código determinava: “Art. 180. A habilitação para casamento faz-se perante o oficial do registro civil, apresentando-se os seguintes documentos: I - certidão de idade ou prova equivalente; II - declaração do estado, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos; III - autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra (arts. 183, XI, 188 e 196); IV - declaração de duas testemunhas maiores, parentes, ou estranhos, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento, que os iniba de casar; V - certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casamento anterior [...]; Parágrafo único. Se algum dos contraentes houver residido a maior parte do último ano em outro Estado, apresentará prova de que o deixou sem impedimento para casar, ou de que cessou o existente”. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16>>. Acesso em 1º de nov. 2017.

¹²⁶ Para Aghassian e outros (2003, p. 43), “Os grupos no interior dos quais existe autorização ou prescrição de casamentos denominam-se endogâmicos; aqueles em que o casamento está proibido, denominam-se exogâmicos”.

Ao agirem assim, sírios e libaneses contribuíram para a construção de um sistema de parentesco, que pode ser considerado real, quando baseado na consanguinidade, ou fictício, quando alguém se diz ou se considera parente de outro indivíduo. Nesse sentido, o parentesco é uma construção social, uma relação que se estabelece entre indivíduos, embora não consanguineamente coincidentes (AGASSIAN et al., 2003), podendo ainda abarcar as mais diferentes relações, tais como de “[..] amizade, companheirismo, sofrimentos compartilhados etc.” (MACHADO, 2014, p. 4).

Para a construção desse sistema organizado, que é o parentesco, os laços matrimoniais são fundamentais não apenas porque permitem a consanguinidade, com o nascimento dos filhos, mas porque “[...] preside [...] à formação de grupos sociais e à organização das relações entre os mesmos” (AGASSIAN et al., 2003, p. 20). Importante ressaltar que as relações construídas no interior dos grupos de parentesco reservam um grande investimento afetivo, moral e também financeiro (MACHADO, 2014).

Além disso, esses laços matrimoniais demonstraram ser fundamentais para a construção de redes que envolveram imigrantes sírios e libaneses de diversas cidades do sul do Espírito Santo, que acabaram se ligando à região de Itapemirim e vice-versa. Outro ponto que merece destaque é o fato de que os imigrantes e seus descendentes circularam, povoaram várias localidades de Itapemirim, tais como a Vila e na Barra, Ilha dos Franceses, Palmeira, Candéus, Comporta, Jacarandá, Brejo dos Patos, Fazenda da Lancha e Paineiras.

O casamento com membros de outras etnias foi uma realidade restrita aos homens e, portanto, proscrito às mulheres, pelo menos nos registros de casamentos acessados, entre 1890 e 1930. Isso é demonstrativo de que a escolha do cônjuge não é uma prerrogativa do futuro esposo ou da futura esposa, mas de membros mais influentes dos grupos de parentesco (AGASSIAN et al., 2003). Só reforça o argumento de que o casamento, como um constructo social, “[...] nunca é livre, no sentido de que qualquer homem [...] pode desposar qualquer mulher” (AGASSIAN et al., 2003, p. 42).

No caso de sírios e libaneses, a escolha do cônjuge cabia ao patriarca da família, cabendo aos futuros esposos acatarem a decisão. Dessa forma, foram analisados 15 casamentos: dois do final do século XIX, em 1899 e 1900, e 13 entre 1902 e 1928¹²⁷. Nesse período, os casamentos eram realizados na residência dos nubentes, de parentes e/ou amigos, com a presença de muitas pessoas, inclusive do mesmo grupo étnico. Apenas dois desses enlaces ocorreram na sala de audiências da Câmara Municipal: o de Jorge Calil Bichara e o de Henrique Jorge Elias¹²⁸.

Alguns dos aspectos destacados são observáveis no casamento entre Jamil Miama Bittar e Nascime Sad, ocorrido no dia 23 de setembro de 1928, na Barra de Itapemirim, em casa de Miguel Sad João. Jamil Miama Bittar era solteiro, comerciante, natural de Biandon (Líbano), onde nasceu, em 23 de setembro de 1900. Tinha 28 anos de idade, era residente em Itapemirim há mais de seis anos, mas, naquele momento, residia em Iconha, cidade localizada no sul do Espírito Santo. Era filho de Miama Bittar e Catharina Miama, ambos falecidos em Beirute, no Líbano, em 1907 e 1924, respectivamente.¹²⁹

A noiva de Jamil Bittar era Nascime Sad que, na época, tinha 17 anos, nascida no dia 28 de junho de 1911. Nascime era solteira, de serviços domésticos¹³⁰, natural de Itapemirim. Era filha de Miguel Sad João, um dos mais importantes comerciantes sírios e libaneses da região, um dos primeiros a emigrar para Itapemirim ainda em fins do Dezenove. Sua mãe era Adma Sad Mameri¹³¹, falecida em Itapemirim, em 06 de outubro de 1918, ambos libaneses¹³². A seguir, a Figura 17 retrata o casal Miguel Sad João e Adma Sad Mameri, pais de Nascime Sad.

¹²⁷ Não houve a realização de casamentos nos anos de 1929 e 1930.

¹²⁸ Registro de casamento, Livro 5, fl. 186, e Livro 11, fl. 26v.

¹²⁹ Registro de Casamento, Livro 11, fl. 150.

¹³⁰ Os termos “de serviços domésticos” ou “doméstica” provavelmente são sinônimos de “do lar”. Tem a ver com o fato de trabalharem em casa, ajudando nos serviços domésticos. Um indício forte para essa afirmação é que Nascime Sad, por exemplo, é filha de um grande e próspero comerciante libanês de Itapemirim, Miguel Sad João, que não prestaria serviços domésticos em casa de outras pessoas por ter uma boa condição econômica.

¹³¹ A família Mameri era de origem libanesa e instalou-se em Rio Novo do Sul, o que demonstra a rede formada entre esses dois municípios por intermédio do casamento.

¹³² Registro de Casamento, Livro 11, fl. 150.

Figura 17 – Casal Miguel Sad João e Adma Sad Mameri



Fonte: Acervo de Luciano Retore Moreno

Para atender às exigências da lei, duas pessoas assinaram como testemunhas, sendo dois comerciantes sírios e libaneses: Abraão Jabour, de Itapemirim, e Assis Sady, irmão de Nascime, residente em Benevente. No entanto, outros 18 sírios e libaneses¹³³ assinaram, confirmando suas presenças na cerimônia. Dos 15 casamentos analisados, este foi o que teve a maior presença de libaneses, o que mostra o poder e prestígio que essa família tinha, encabeçada por Miguel Sad João, importante também pela antiguidade na localidade. Por outro lado, é importante frisar que esse casamento envolveu sírios e libaneses de três lugares diferentes: Itapemirim, Iconha e Benevente, reforçando a tessitura das redes e do trânsito intermunicipal que esses indivíduos construíram ao longo do tempo.

Jamil Bittar fazia parte de uma segunda leva de imigrantes, que chegou a Itapemirim no início dos anos 1920¹³⁴, logo depois da Primeira Grande Guerra (1914-1918), e

¹³³ Adibe Alves Brumana, Maria Jabour, Martha Bichara, Rosa Califfe, Alzira Califfe Abib, Carlinda Aarão, Salma Depes, Felix Abib, Hildete Hadad, Fued Jabour, João Aarão, Alexandre Hadad, Jorge Bichara Mezher, Elias Califf, Jorge Abdenor, Elias Abib, Luly Jorge e Jamil Sad.

¹³⁴ Registro de Casamento, Livro 11, fl. 150.

entrou para a família de um dos primeiros sírios e libaneses a se instalar ali. Além disso, em seu casamento esteve presente Jorge Bechara Mezher¹³⁵, que também chegou em Itapemirim em 1920, talvez juntos. Da mesma forma, Jorge casou com uma das filhas do mesmo Miguel Sad João. É provável que seja um movimento de retroalimentação da imigração, em que os primeiros a emigrar incentivavam a vinda de outros indivíduos, talvez da mesma localidade no país de origem, conforme explica Truzzi (2008). Ao chegarem recebiam as condições para se inserirem na nova terra e, com o tempo, estreitarem as relações por meio de uma rede que se estabeleceu com o casamento.

De qualquer modo, o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem (TRUZZI, 2008, p. 203).

Outro casamento analisado foi o de José Brumana, que foi o primeiro sírio e libanês a contrair matrimônio em Itapemirim. Casou-se duas vezes, porque sua primeira esposa faleceu e, nas duas vezes que casou, o fez fora do grupo étnico. Ele era um comerciante, filho de Felix Bichara Brumana e Asman Bichara Brumana¹³⁶. Oriundo do Líbano, chegou a Itapemirim no ano de 1892, com 16 ou 17 anos, aproximadamente.

O primeiro casamento de José Brumana ocorreu no dia 21 de outubro de 1899, na localidade de Palmeira, na casa do futuro sogro. A nubente era Mariana Alves, solteira, 17 anos, filha de Manuel José Alves Silva e Mariana Alves, natural do Espírito Santo e residente no município de Itapemirim. Neste casamento, não há registro da presença de sírios e libaneses¹³⁷.

¹³⁵ Os relatos sobre a trajetória de Jorge Bechara Mezher foram feitos por seu filho, Roberto Jorge Mezher, em entrevista a Adilson Silva Santos, em Itapemirim, dia 26 de agosto de 2016.

¹³⁶ No primeiro registro de casamento, há uma diferença na filiação de José Brumana. Segundo esse registro, ele seria filho de João Pedro Brumana e Maria Rosa. Embora o nome dos pais seja diferente, trata-se da mesma pessoa, fato apurado em outras fontes a que tivemos acesso. O motivo, possivelmente, é o aportuguesamento dos nomes, para facilitar a pronúncia e a aceitação, o que foi muito comum na trajetória desses imigrantes (Fonte: Registro de Casamento, Livro 5, fl. 45).

¹³⁷ Entre as testemunhas, consta Francisco Bernardo as Silva Lima, parente do Barão de Itapemirim.

Já o segundo matrimônio ocorreu em 29 de janeiro de 1921, na casa de outro sírio e libanês, Jorge Bichara, na Barra de Itapemirim. Na época, José Brumana era viúvo de sua primeira esposa, Marianna Alves Brumana, e tinha 45 anos de idade. José Brumana casou-se segunda vez com Virgília Costa, solteira, doméstica, natural do estado do Rio de Janeiro. Ela contava com 27 anos e nasceu na Barra de Itabapoana, em 26 de maio de 1893. Era filha de João José da Costa, já falecido, e Rachel Mattos, residente na Barra de Itapemirim. Entre as testemunhas, aparecem um comerciante sírio e libanês do Rio de Janeiro, Abdo Chami, além de Miguel Sad João¹³⁸.

Dos dois casamentos, José Brumana teve, ao todo, 18 filhos, que nasceram entre 1900 e 1928: 13 com Mariana Alves Brumana, e 5 com Virgília Costa Brumana¹³⁹. Desses casamentos de José Brumana, deve-se ressaltar o fato dele ter vindo solteiro do Oriente Médio e ter se casado fora do grupo étnico, não fazendo aquele movimento comum a esses imigrantes, de ir ao Líbano buscar a esposa e voltar ao Brasil. O primeiro matrimônio se deu um ano depois da tentativa de expulsão dos sírios e libaneses de Itapemirim, episódio no qual José Brumana esteve envolvido. Isso reforça a ideia da busca de inserção social por parte desses sírios e libaneses por meio do casamento. Pode ser que, no primeiro momento, não houvesse filhas de sírios e libaneses para a endogamia, mas o que justificaria o segundo casamento com uma brasileira, quase 30 anos depois de sua chegada à região? Entre as testemunhas do primeiro casamento estava Francisco Bernardo da Silva Lima¹⁴⁰, um descendente do Barão de Itapemirim, o que denota importantes laços com a elite local.

Outro enlace de um dos primeiros imigrantes sírios e libaneses de Itapemirim, que se caracterizou por ocorrer fora do grupo étnico, foi o de Jorge Kalil Bichara, que era aparentado dos Brumana. Jorge Kalil Bichara era solteiro, comerciante com 21 anos de idade, filho de Kalil Bichara e Maria Sad João. Era natural do Líbano e residente na Barra de Itapemirim. O casamento ocorreu em 28 de junho de 1906, com Amélia da Conceição Costa¹⁴¹, que era solteira, com 22 anos, filha de João José da Costa e

¹³⁸ Registro de Casamento, Livro 8, fl. 113.

¹³⁹ Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 6, 7, 8, 9, 10, 11, 11-A, 12, 13, 15, 16 e 16-A, 1899-1928. Itapemirim, ES.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Amélia da Conceição Costa faleceu em 02/07/1916 (Registro de Casamento, Livro 5, fl. 186. Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 7, 8, 9, 10 e 11, 1899-1928. Itapemirim, ES).

Rachel Joaquina de Mattos. Amélia era natural de Itapemirim e também moradora da Barra. Entre as testemunhas, aparecem o mesmo Francisco Bernardes da Silva Lima, além de Miguel Sad João¹⁴².

Não obstante serem aparentados, José Brumana e Jorge Bichara casaram-se com irmãs: Virgília Costa, segunda esposa de José Brumana, era irmã de Amélia Conceição da Costa, esposa de Jorge Bichara. Demonstra que os sírios e libaneses de Itapemirim utilizaram os casamentos para o estabelecimento de laços, cujo propósito era fortalecer a colônia tanto interna, entre os membros da colônia, quanto externamente, com nacionais, criando redes de sociabilidade que lhes permitissem transitar pela sociedade itapemirinese.

Já João Brumana¹⁴³, irmão de José Brumana, e Brahim Sayde optaram pela endogamia. Também envolvido naquele fatídico evento de 1898, João Brumana casou-se em 17 de maio de 1902, na Barra de Itapemirim, em sua casa. Natural do Líbano, João era solteiro, comerciante e na época tinha 34 anos. João Brumana casou-se com Nauff Tanure¹⁴⁴, filha de João Domingos Tanure e Maria Domingos Tanure. Nauff era solteira, natural da Síria, tinha 22 anos e residia em Itapemirim. Mais uma vez, uma das testemunhas foi Francisco Bernardes da Silva Lima.

Um dado chama a atenção: de acordo com o registro de casamento, os noivos não assinaram “[...] por não saberem escrever em caracteres [...]”¹⁴⁵. É importante porque mostra que, embora, nos registros de casamento, constasse a informação de que alguns desses primeiros imigrantes não soubessem ler e escrever em português, talvez o soubessem em árabe. Foi o caso de João Brumana e Jorge Bichara, por exemplo. O mesmo não se aplica a José Brumana, que assinou seu nome no registro e em português.

¹⁴² Uma hipótese é a de que Miguel Sad João era tio de Jorge Calil Bichara, já que sua mãe se chamava Maria Sad João.

¹⁴³ João Brumana faleceu em 05 de dezembro de 1959 (Registro de Casamento, Livro 5, fl. 97).

¹⁴⁴ São filhos do casal João Brumana e Nauff Tanure Brumana: Marta, nascida em 1903, e Farid, que nasceu em 1904 (Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livro 6, 1899-1928. Itapemirim, ES).

¹⁴⁵ Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livro 6, 1899-1928. Itapemirim, ES.

Brahim Sayde¹⁴⁶ é outro sírio e libanês que optou por se casar com alguém de dentro da colônia. Tendo migrado para Itapemirim em 1894, Brahim era filho de Sayde João e Cléria Miguel, ambos falecidos. Tinha 23 anos, era solteiro e comerciante, residindo na Barra de Itapemirim. O matrimônio ocorreu no dia 22 de outubro de 1900 entre ele e Adélia Mehmarie, filha de Abibe Mamere e Florzina Mamere. A noiva tinha 16 anos, era solteira, natural da Síria, e morava na Barra de Itapemirim havia mais de 3 anos. Entre as testemunhas, havia um sírio e libanês: Pedro Sahde Abdenor¹⁴⁷.

Outro matrimônio que precisa ser mencionado é o de Jorge Alves Brumana e Maria Gomes Freire¹⁴⁸. É um exemplo tanto do casamento de um descendente de sírios e libaneses fora do grupo étnico, integrante da segunda geração e nascido em Itapemirim, como da mistura de diferentes grupos étnicos em Itapemirim. O enlace em questão ocorreu na Barra de Itapemirim, no dia 20 de janeiro de 1923, na casa do noivo. Jorge Alves Brumana era solteiro, empregado do comércio, possivelmente trabalhava para o seu pai, José Brumana. Tinha 22 anos, nasceu em Itapemirim, no dia 1º de outubro de 1900 e ali também residia.

Jorge era filho de um dos primeiros libaneses a emigrar para Itapemirim, o comerciante José Brumana e Marianna Alves Brumana, já falecida naquele município¹⁴⁹. Casou-se com Maria Gomes Freire, que também era solteira, doméstica, 16 anos, nascida em Itapemirim, no dia 04 de abril de 1906. Maria era filha de um português, Francisco Gomes Freire, já falecido naquele município, e Catharina Lúcia Freire, natural da Itália, residente em Itapemirim. Portanto, o casamento envolveu um descendente de sírios e libaneses e uma descendente de portugueses e italianos¹⁵⁰.

As relações e processos sociais são repletos de encontros, interações, trocas, contatos, misturas que podem levar ao processo de hibridização cultural, como se vê no enlace de Jorge Brumana e Catharina Freire. Segundo Burke (2003), o hibridismo

¹⁴⁶ No registro de casamento, Brahim Sayde assinou Brahim Schade João (Registro de Casamento, Livro 5, fl. 57 v.)

¹⁴⁷ Registro de Casamento, Livro 5, fl. 57 v.

¹⁴⁸ Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 15, 21, 22 e 23, 1899-1942. Itapemirim, ES.

¹⁴⁹ Registro de Casamento, Livro 9, fl. 23.

¹⁵⁰ Como testemunhas, assinaram: Anphilóquio Alves Moreno e Capitão Mário Lopes de Rezende. Outros presentes à cerimônia foram os comerciantes libaneses Felix Abib e Miguel Sad João (Registro de Casamento, Livro 9, fl. 23).

pode ser identificado em diferentes práticas, seja na religião, na música, no esporte, na linguagem. De acordo esse autor, “[...] devemos ver as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura quer reforcem os antigos elementos” (BURKE, 2003, p. 31).

Outrossim, o casamento de Abesse Alli Sad também merece menção. Ocorrido em 22 de dezembro de 1923, em sua própria casa, na localidade de Jacarandá, o casamento envolveu Abesse Alli Sad e Leopoldina da Silva Lima. Ele, solteiro, sírio e libanês, nascido em 1868, com 55 anos de idade, era conhecido como “Pedro Turco”. Era filho de Alli Sade e Fargi Sad, que eram sírios e libaneses e já falecidos¹⁵¹. Segundo o registro de casamento dele, Abesse residia em Itapemirim há mais de 20 anos, ou seja, participou daquele fatídico episódio da expulsão dos sírio e libaneses de Itapemirim, em 1898, e continuou sua vida até constituir família, em 1923.

Já a nubente, Leopoldina da Silva Lima, era filha de Guilhermina Maria da Fonseca e José da Silva Lima¹⁵², provavelmente descendente do Barão de Itapemirim, chefe da família Silva Lima, o que revela um enlace entre um sírio e libanês e uma família tradicional da região, dos primeiros habitantes da região e grande proprietário de terras e escravos no século XIX. É possível que a família estivesse em decadência e, por isso, o casamento com um imigrante sírio e libanês com situação econômica privilegiada fosse um caminho para recobrar um *status* perdido.

Leopoldina era solteira, nascida em 1884, natural de Itapemirim. Não há sírios e libaneses entre as testemunhas¹⁵³ do casamento, mas consta, entre os que assinaram o livro de registro, Nametala Ayub, também representante daquela primeira leva de sírios e libaneses a emigrar para Itapemirim, ainda em fins do século XIX, talvez na mesma época que Abesse Alli. Portanto, pode ser um indício de solidariedade existente entre os membros da colônia, possivelmente baseado na questão de serem contemporâneos, quem sabe conterrâneos.

¹⁵¹ Registro de Casamento, Livro 9, fl. 110.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ As testemunhas são: João Fortunato Marques, 48 anos; José Quintino Tavares, 63 anos; Manoel Gomes de Oliveira, 38 anos; e José Carvalho Filho, 27 anos, todos lavradores e residentes em Itapemirim (Registro de Casamento, Livro 9, fl. 110).

Um aspecto que o registro civil nos permitiu observar foi a presença de sírios e libaneses naturais da mesma região do Líbano que emigraram para Itapemirim. É o caso de Elias Abib e Abrahão Jabour, provenientes do Monte Líbano. Do primeiro, sabe-se, por meio do registro de casamento, que estava domiciliado na Vila de Itapemirim desde 1919, portanto, é provável que seja da mesma leva já mencionada, que envolveu o Jorge Bechara Mezher e o Jamil Bittar. Inclusive a mãe de Elias Abib é Hasima Bechara Brumana¹⁵⁴, aparentada ou conterrânea de Jorge Bechara Mezher. Elias, Jamil e Jorge tinham inclusive a mesma idade quando emigraram.

Elias contraiu núpcias com Maria Osvaldina Alves, solteira, doméstica, natural de Itapemirim, domiciliada na Fazenda da Lancha. Com 22 anos de idade, Maria nasceu em 22 de dezembro de 1902, e era filha de Joaquim Alves Junior e Anna Meirelles Alves. A Fazenda da Lancha foi propriedade de Joaquim José Alves, um dos grandes fazendeiros de Itapemirim, que residia em Campos dos Goitacazes, em fazenda denominada Boa Esperança, à margem do Paraíba do Sul. No entanto, possuía aqui muitas outras fazendas que, depois de sua morte, pertenceram aos seus filhos. A Fazenda da Lancha coube ao filho herdeiro Laurindo José Alves (MARINS, 1920, p. 216). Isso significa que Elias Abib casou-se com uma mulher de família tradicional de Itapemirim¹⁵⁵.

Abrahão Jabour¹⁵⁶, que se casou com Maria Jabour, em 25 de dezembro de 1924¹⁵⁷, é proveniente do Monte Líbano, mesma região de Elias Abib, o que ratifica o pensamento de que deveria haver uma rede que favoreceu a vinda de sírios e libaneses da mesma região libanesa para Itapemirim. Um traço dessa união deve ser ressaltado: entre as testemunhas estão: Kalil Salim, comerciante de Alegre, e Miguel Elias, comerciante no município de Rio Novo¹⁵⁸, reforçando a rede de relacionamentos

¹⁵⁴ Elias era solteiro, comerciante, nascido no natal de 1901, filho de Abib Brumana e de Hasima Bechara Brumana (Registro de Casamento, Livro 10, fl. 38).

¹⁵⁵ Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 15, 16 e 18, 1899-1930. Itapemirim, ES.

¹⁵⁶ Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, 15, 16, 18 e 20, 1899-1933. Itapemirim, ES.

¹⁵⁷ Abrahão Jabour era solteiro, comerciante, natural da Síria, 29 anos, nascido no Monte Líbano em 04 de agosto de 1895. Era filho legítimo de Kalil Jabour e Tespina Salim Jabour, residentes na Síria. Já Maria Jabour também era solteira, doméstica, natural deste município, 19 anos, nascida em 02 de junho de 1905. Filha legítima de Simão Jabour e Rosa Maria, estes naturais da Síria e domiciliados na Barra de Itapemirim (Registro de Casamento, Livro 10, fl. 23 v.).

¹⁵⁸ Registro de Casamento, Livro 10, fl. 23 v.

que envolvia várias localidades capixabas. Aqui, as cidades envolvidas são de Itapemirim, Alegre e Rio Novo do Sul.

Já o matrimônio entre Daniel Carone e Maria Violeta Bighenti¹⁵⁹ mostrou que sírios e libaneses de outras cidades contraíam núpcias fora do grupo étnico, com moradoras de Itapemirim. Daniel era de Anchieta, solteiro e empregado do comércio naquele município. Tinha 23 anos, tendo nascido no dia 9 de março de 1903, cujos pais Nicolau Resch Carone e Marianna Golçaves Carone também residiam em Anchieta. A família Carone, que é síria e libanesa, tinha parentes de Itapemirim, o que pode ter facilitado o enlace entre Daniel e Maria, uma vez que esses indivíduos circulavam, visitavam-se, mantinham contato frequente.

Não obstante isso, outro descendente de sírio e libanês que se casou fora do grupo étnico é Henrique Jorge Elias, filho de José Elias e Catharina Antônio. Solteiro e com 19 anos de idade, Henrique Elias era empregado do comércio e residia na Barra de Itapemirim. O consórcio ocorreu com Maria Lydia de Souza Motta, que era solteira, de serviços domésticos, da mesma idade de Henrique. Maria Lydia é filha de Luiz José de Souza Motta e Porcina A. de Oliveira, a quem o registro civil se refere como brasileiros. Já sobre Henrique, sabe-se que é descendente de sírios e libaneses, porque o mesmo registro alude aos seus pais como sírios¹⁶⁰.

Mais dois exemplos reforçam essa tendência da exogamia: O primeiro casamento, Felipe Abdenor, que era viúvo de Júlia Abdenor, tinha 42 anos e se casou com Florência Maria Gomes. Ele era comerciante, residente na Barra de Itapemirim, filho de Nacife Abdenor e Tascina Abdenor. Florência era solteira e doméstica, tinha 19 anos e era filha de Theóphilo Gomes dos Santos Távora e Amélia Maria Gomes. Esse matrimônio contou com a presença de sete sírios e libaneses, entre os quais José Brumana, Miguel Sad João e Jorge Abdenor¹⁶¹.

Como segundo exemplo, Ayde Miguel e Elvira Pinheiro Meirelles se casaram no dia 14 de setembro de 1927, em Candéus, no interior de Itapemirim. Ele era filho de

¹⁵⁹ Registro de Casamento, Livro 11, fl. 10.

¹⁶⁰ Registro de casamento, Livro 11, fl. 26 v.

¹⁶¹ Registro de casamento, Livro 8, fl. 119 v.

Miguel Sad, residente na Síria, e Helena Sad, já falecida. Era comerciante, solteiro e contava com 28 anos de idade. Elvira era oriunda de uma família tradicional de Itapemirim, a família Pinheiro Meirelles, filha de Jefferson Pinheiro Meirelles¹⁶² e Eugênia Justina Meirelles, ambos falecidos, solteira, de serviços domésticos, tinha 21 anos e morava em Candéus, onde foi realizada a cerimônia.

Os registros de casamento de Jorge Abdenor, um comerciante libanês, também guardam informações relevantes sobre as relações que esses imigrantes e seus descendentes foram construindo ao longo do tempo. Jorge casou-se com Victória Abdenor¹⁶³, filha de Felipe e Júlia Abdenor, esta falecida em São Paulo¹⁶⁴. É muito provável que os pais dos noivos sejam parentes se levarmos em consideração o sobrenome Abdenor em comum. Outro dado que chama a atenção é que a família da noiva é oriunda de São Paulo e que veio para Itapemirim por intermédio de patrícios já residentes na região.

Um último aspecto a ser mencionado a respeito dos casamentos dos sírios e libaneses residentes em Itapemirim é que eles utilizaram os enlaces matrimoniais como estratégia de inserção na sociedade itapemirinese. Isso depois de um processo marcado por tensões muito graves, de difícil resolução *a priori*, mas que, aos poucos, vão sendo amenizadas. Essa tática pode ter facilitado sua aceitação por parte dos moradores da região, assim como sua inserção social, particularmente a partir da década de 1920, período em que o número de matrimônios foi maior. Inclusive, indivíduos da primeira geração de emigrados não aderiram à endogamia, naquele movimento de ir até o Líbano buscar a esposa.

É o caso de José Brumana, que se casou duas vezes com pessoas naturais de Itapemirim. Provavelmente, era um meio de fortalecer os vínculos identitários com o local de recepção, reforçando a ideia de uma identidade brasileira para eles e seus descendentes. Por outro lado, essa estratégia de alguns não se processou dissociada

¹⁶² Jefferson Pinheiro Meirelles era bisneto do Barão de Itapemirim, irmão de Washington Pinheiro Meirelles, professor e político de atuação relevante em Itapemirim.

¹⁶³ Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 15, 17, 19, 21 e 23, 1899-1943. Itapemirim, ES.

¹⁶⁴ Jorge é filho de Abraão Abdenor, residente no Líbano, e Hada Abdenor, falecida. Tanto o noivo quanto a noiva residiam na Vila de Itapemirim (Registro de Casamento, Livro 9, fl. 152).

da endogamia praticada por outros. Foram dois lados de uma mesma estratégia. Por exemplo, dos quatro casamentos que apuramos, realizados entre os anos de 1899 e 1906, entre os da primeira geração de imigrantes sírios e libaneses, dois optaram pela endogamia: Brahim Sayde e João Brumana.

Já em relação aos matrimônios da segunda geração de sírios e libaneses, realizados entre 1921 e 1928, o resultado é muito diferente. Dos 11 casamentos examinados, apenas três ocorreram com membros da própria colônia: o de Jorge Abdenor, Abraão Jabour e Jamil Miama Bittar. Isso mostra uma mudança significativa nas relações estabelecidas entre os sírios e libaneses e seus descendentes e os moradores locais. Trinta anos depois de sua chegada a Itapemirim, já consolidados no comércio e acumulado importante capital econômico e social, a correlação de forças entre eles e os diferentes grupos residentes ali parece ter se equilibrado.

Entretanto, é preciso saber se o equilíbrio de forças entre os sírios e libaneses e seus descendentes e outros grupos também se deu em outras regiões do sul do Espírito Santo. Conquanto tenha ocorrido, se foi por causa da utilização das mesmas estratégias – o casamento, por exemplo – ou por outras. Em Mimoso, distrito localizado no vale do rio Itabapoana, perto da divisa do Espírito Santo e o Rio de Janeiro, os sírios e libaneses chegaram na mesma década dos que aportaram em Itapemirim. Assentaram-se, estabeleceram-se no comércio e construíram trajetórias sobre as quais o capítulo seguinte vai tratar.

2.6 CONCLUSÃO CAPITULAR

Este capítulo, que tratou da presença de sírios e libaneses em Itapemirim, possibilitou a análise da trajetória das famílias Brumana, Bechara, Ayub e Mezher. Sobre as razões da emigração, destacou-se principalmente as dificuldades econômicas enfrentadas por esses imigrantes em sua terra natal. Aqui, alguns mascatearam e todos eles se dedicaram ao comércio. Como forma de inserção social, não ensinaram o idioma árabe aos filhos e netos, ao contrário do que fizeram com a culinária, que foi largamente cultivada.

Se, por um lado, os narradores disseram que não houve conflitos entre seus antepassados e os comerciantes locais, as fontes escritas mostraram o contrário. Um gravíssimo movimento de expulsão desses imigrantes de Itapemirim para o Rio de Janeiro marcou a memória daquela região e daqueles indivíduos que estiveram envolvidos nele. O capítulo mostrou outros episódios em que sírios e libaneses sofreram, inclusive, violência física por parte da Polícia. No entanto, não se calaram, mas resistiram e lutaram por seus direitos.

Outrossim, a análise dos registros civis envolvendo esses imigrantes em Itapemirim mostrou que a maior parte deles casou fora do grupo étnico, embora houvesse os que preferiram a endogamia. Não houve entre eles o movimento de ir ao Líbano ou à Síria para se casar ou buscar uma esposa. Casaram-se com mulheres da região, sírias e libanesas, italianas, portuguesas, brasileiras. Híbridizaram-se tanto em relação ao casamento, quanto em relação à culinária e ao idioma. Misturaram-se, portanto, como meio de inserção social.

3 SÍRIOS E LIBANESES EM MIMOSO

Mimoso era uma fazenda que, ao final de século XIX, tornou-se um distrito de São Pedro de Itabapoana, transformando-se, posteriormente, em 1930, em sede do município. Este capítulo apresenta, num primeiro momento, um itinerário dessas alterações políticas e analisa os aspectos socioeconômicos da região do Itabapoana, caracterizada pela existência de grandes fazendas produtoras de café. Em Mimoso, os sírios e libaneses advindos do Rio de Janeiro chegaram pelos trilhos da linha férrea ou pelas águas do porto fluvial, localizado na região de Limeira, no vale do Itabapoana.

Num segundo momento, objetiva discutir a trajetória de quatro famílias de sírios e libaneses que ali chegaram, entre o final do século XIX e início do XX, e se assentaram no distrito de Mimoso: as famílias Abdalla, Chaibub, Cheibub e Nassur. O capítulo versa, ainda, sobre o cotidiano desses imigrantes e os conflitos nos quais se envolveram, tanto com membros da própria colônia, como com indivíduos de outras nacionalidades. Isso foi possível através do acesso a algumas fontes, particularmente as judiciais, disponíveis no Fórum da cidade.

Essas fontes permitiram observar também o arbitramento da Justiça nesses conflitos, sendo ora favorável aos sírios e libaneses, ora desfavorável. Por último, da mesma forma, foram examinadas as redes construídas pelos sírios e libaneses através do casamento em Mimoso, cujo objetivo era a inserção desses indivíduos na sociedade local. Desse modo, o casamento mostrou-se uma possibilidade de fortalecimento dos laços de sociabilidade, bem como de construção de redes de solidariedade no interior da colônia e fora dela.

3.1 O CAMPO EM MIMOSO

Para a produção deste capítulo, entrevistamos Gelber Cheibub, no dia 06 de junho de 2016; os irmãos Jésus e Saidei Chaibub, no mesmo dia; Amenaide Abdalla, dia 15 de março de 2018; e Karime Nassur Salotto, no dia 23 de março de 2018. São todos descendentes de sírios e libaneses, residentes em Mimoso. Também entrevistamos a

historiadora Rosangela Guarçoni¹⁶⁵ no dia 12 de julho de 2017, conforme Tabela 4, abaixo.

Tabela 4 - Lista de entrevistados em Mimoso

Nome	Data da Entrevista	Localidade	Identificação
Amenaide Abdalla	15/03/2018	Mimoso do Sul	(ABDALLA, 2018)
Gélber Cheibub	06/06/2016	Mimoso do Sil	(CHEIBUB, 2016)
Jésus Chaibub	06/06/2016	Mimoso do Sul	(CHAIBUB, J., 2016)
Karime Nassur Salotto	23/03/2018	Mimoso do Sul	(NASSUR, 2018)
Saidnei Chaibub	06/06/2016	Mimoso do Sul	(CHAIBUB, S., 2016)
Rosangela M. Guarçoni	12/07/2017	Mimoso do Sul	(GUARÇONI, 2017)

Fonte: Produção do autor

As entrevistas realizaram-se nas respectivas residências, onde fomos recebidos com muito carinho. Como a presença de um descendente é muito importante para intermediar a relação entre o pesquisador e os narradores, tivemos a ajuda preciosa de Michaela Chaibub, ou, simplesmente, Michele, como ela gosta de ser chamada. Michele foi nossa colega de faculdade, no curso de Licenciatura em História. Em um dos trabalhos propostos por um professor que ministrava a disciplina História e Geografia do Espírito Santo, Michele apresentou-nos a cidade de Mimoso do Sul pelos olhos dos sírios e libaneses, ou simplesmente, dos “turcos”, como explicitado por ela.

Muito tempo depois, em abril de 2016, voltamos a nos falar tendo como assunto aquele mesmo tema que ela havia apresentado em sala de aula, anos atrás. Michele intermediou minha relação com os descendentes de sírios e libaneses e com Rosangela Guarçoni, o que facilitou muito meu contato com eles. Além disso, sugeriu algumas pessoas às quais eu poderia entrevistar, como: Gelber Cheibub, Jésus e Saidnei Chaibub, bem como Amenaide Abdalla e Rosangela Guarçoni. Chegamos até Karime Nassur por meio de sua amiga, Amenaide.

¹⁶⁵ Embora não seja descendente direta de sírios e libaneses, Rosangela Guarçoni é uma historiadora muito importante na cidade, conhecedora profunda da história local. Ela também conviveu com muitos desses imigrantes sobre os quais trataremos aqui e é uma guardiã da memória da história dessa região e dessa imigração.

Sempre desconfiados no início da conversa, os narradores se mostraram muito satisfeitos com a possibilidade de terem revisitadas as histórias e memórias de suas famílias. Aos poucos, fomos desfrutando da confiança deles e, eles, sentindo-se mais à vontade, não se opuseram em contar detalhes das trajetórias de seus antepassados. Posteriormente, também, não se negaram a assinar os Termos de Cessão de Direito de sobre Depoimento Oral e Imagens, levados juntamente com uma cópia da transcrição das entrevistas. Os narradores permitiram que eu utilizasse os nomes reais e não fizeram qualquer restrição quanto à divulgação do que contaram em suas entrevistas ou sobre suas identidades.

Já em relação a fontes cartoriais, tivemos acesso aos registros civis do Cartório de Notas e Registro Civil de Mimoso do Sul. Ali, a pesquisa se deu em 13 livros de nascimento, nove livros de casamento e oito livros de óbito, entre 1890 e 1930. Vale ressaltar a importância dos livros de registro de casamento e nascimento, que trouxeram informações muito preciosas relativas à construção de trajetórias.

Das três cidades que pesquisamos, os registros de casamento e nascimento de Mimoso são os que trazem mais informações sobre os indivíduos e suas famílias. Sobre os pais dos noivos, há referências sobre: a naturalidade; as datas e os locais de nascimento e falecimento; onde eles residiam no dia da ocorrência do registro civil etc. Por último, as fontes judiciais, como processos e inventários, foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa, muitas das quais analisadas neste capítulo.

E ainda, das três localidades pesquisadas, Mimoso foi a única em que tivemos acesso a inventários, processos de falência e a livros de registro de sentença. No Cartório da 1ª Vara Cível, por exemplo, pudemos ter contato com 25 processos que envolviam sírios e libaneses somente em Mimoso, além de alguns de outros distritos de São Pedro de Itabapoana, como São José das Torres. Já na 2ª Vara Criminal, acessamos dois inventários, além de um processo de falência, em dois volumes, e alguns livros de registros de sentença. Essas fontes permitiram analisar outras facetas desta imigração.

3.2 DE SÃO PEDRO DE ITABAPOANA A MIMOSO DO SUL

A história de Mimoso está diretamente ligada ao rio Itabapoana¹⁶⁶, que se situa no extremo sul do Espírito Santo, já na divisa com o Rio de Janeiro. O nome do rio deriva de duas palavras de origem indígena: “ita” (pedra) e “poan” (barulho das águas sobre as pedras). Advém de “Camapuana”: cama, porque os índios passavam a noite às margens de uma das cachoeiras do rio; e “puan”, que é relativo ao barulho das águas nas pedras (MEDINA, 1932?). Samuel Duarte apresentou outra versão para o temo Itabapoana:

O certo, porém, é que, seja através de *atapuana* (o que nada depressa) ou *cuabapoana* (o que passa velozmente), acrescido do prefixo Y de “rio, água”, o nome do rio Itabapoana, que compartilhamos com mineiros e fluminenses, pode ser traduzido como *O Rio de Correnteza Rápida* (DUARTE, 2008, p. 84).

O fluxo migratório para a região de Itabapoana está ligado a fluminenses e, posteriormente, mineiros, em busca de terras para o plantio de café. Medina (1932?) assinalou que o ano de 1837 foi o limiar desse processo, quando Francisco José Lopes da Rocha, com sua família, escravos e agregados, assentou-se no lugar chamado Santa Cruz, nome de um dos afluentes do Itabapoana. Com o tempo, outras famílias foram chegando, particularmente a partir de 1850, requerendo posses junto ao Governo Provincial e se dedicando à agricultura.

Vale lembrar que Itabapoana foi sede da fazenda Muribeca, uma das três grandes fazendas que os jesuítas construíram no Espírito Santo, dedicada à criação de gado, com forte presença de índios (SALETTTO, 1996). Por se tratar de uma região habitada por muitos indígenas, o assentamento de indivíduos de outras localidades não se deu de forma pacífica, já que os nativos lutaram de forma renhida por suas terras e pela defesa de seu território. Nesse sentido, o início da relação entre indígenas e forasteiros foi marcado por graves conflitos entre eles e, conseqüentemente, pelo extermínio das populações indígenas.

¹⁶⁶ Segundo Medina (1932?), o rio já havia sido chamado por Menagéa, Cabapuana, Beritigoá, Barra-Seca e Itapoan.

Saletto (1996) apurou a existência de grande concentração fundiária na região, a maior do sul capixaba. Verificou que, no início da ocupação, havia grandes posses, compostas quase completamente por matas, que se estendiam no curso dos rios.

Assim era a grande posse São Pedro, cujo proprietário, radicado em Campos, faleceu em 1851 legando parte da terra a uma filha, a posse Boa Vista. [...] Vizinha a ela, a grande posse Ribeirão Barra Alegre, afluente do Itabapoana, foi formada por outro fluminense [...]. Com a morte do proprietário e da mulher, foi partilhada entre os membros da família [...] A posse Santa Cruz foi formada nos anos 40 e 50, através da compra, por um fluminense de S. João da Barra, de várias “porções de terra” nos rios Itabapoana e Muqui do Sul, com as quais formou a fazenda Santa Cruz, que se manteve até a década de 90 [...] (SALETO, 1996, p. 54-55).

O crescimento populacional e econômico da região oportunizou, em 1864, a autorização para se contratar a navegação a vapor no rio Itabapoana, que seria responsável pelo transporte de mercadorias e passageiros, da foz do rio até o porto da Limeira. Ademais, um ano antes, em 26 de novembro de 1863, foi criada a freguesia de São Pedro do Itabapoana, que abrangia São Pedro de Alcântara do Itabapoana, Nossa Senhora da Conceição de Muqui e São José do Calçado, com sede em Limeira. A sede dessa freguesia foi transferida, ao longo do tempo, até que, em 20 de março de 1880, passou a ser o arraial de São Pedro de Alcântara do Itabapoana (MEDINA, 1932?).

Apesar de elevada à categoria de vila no dia 20 de julho de 1887, esse fato só se efetivou depois da proclamação da República, mais especificamente no dia 21 de novembro de 1890. Assim, além de certa autonomia religiosa, São Pedro de Itabapoana adquiriu autonomia político-administrativa, com a instalação de Câmara Municipal. Esse processo foi concluído em 05 de junho de 1891, quando São Pedro passou à categoria de cidade, com a denominação Cidade de Monjardim¹⁶⁷ (MEDINA, 1932?, p. 27-33).

Várias regiões da cidade foram se transformando em distrito, entre os quais o de Mimoso, criado em 07 de novembro de 1892. Não obstante isso, à medida que a cidade crescia política e economicamente, particularmente favorecida pelo crescimento da produção de café, a necessidade de escoamento era cada vez mais

¹⁶⁷ O nome é uma homenagem ao Barão de Monjardim, presidente do Governo Estadual. Essa alteração foi feita pelo decreto nº. 103, de 05 de junho de 1890 (BARROS; FARIA, 2018).

premente. Tanto que, a partir de 1894, Itabapoana passou a contar com a presença da ferrovia, com a instalação da Estação de Itabapoana, de responsabilidade da Estrada de Ferro Leopoldina Railway.

A Estação denominava-se Ramal de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemirim, que passava por Itabapoana (MEDINA, 1932?). Depois da Estação de Itabapoana, foi a vez da inauguração da Estação Dona América, em abril de 1895, e, em julho do mesmo ano, a conclusão da Estação de Mimoso (MEDINA, 1932?). A inauguração da Estação de Mimoso deu-se em 1896 e foi um grande evento para a localidade. A Figura 18, a seguir, mostra esse momento, com presença de grande público.

Figura 18 - Inauguração da Estação Mimoso (1896)



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

Com a instalação da ferrovia cortando a região do Itabapoana, completavam-se, assim, as vias por meio das quais se dava o escoamento da produção do café das localidades, assim como o transporte de mercadorias e pessoas. Essas vias contavam tanto com o transporte ferroviário e fluvial, quanto com aquele realizado pelos tropeiros. No mapa a seguir, Figura 19, é possível ver as principais localidades de São

Outros dados relativos à economia da região de São Pedro de Itabapoana mostram que, em 1929, havia mais de 40 máquinas de café à força hidráulica e 21 à força elétrica, números que demonstram a força e a modernização da economia. Por outro lado, mostram que havia capital acumulado para ser investido na produção cafeeira. Se, em 1916, o número de estabelecimentos comerciais era de 75, em 1929 já eram 180, isto é, mais que dobrou. O número de farmácias cresceu quase o triplo, num total de 14 farmácias (MEDINA, 1932?).

Em termos de população, em 1929, São Pedro contava com 44.054 habitantes, a segunda maior população do Estado, só ficando atrás de Alegre, porém à frente de Vitória, a capital, e de Cachoeiro de Itapemirim¹⁶⁹ (MEDINA, 1932?). Ademais, de acordo com Almada (1993, p. 19), “[...] a região do vale do Itabapoana [...] não se beneficiou da instalação de núcleos coloniais, bem como da política de companhias particulares de colonização no período de 1890 a 1900”. Portanto, o que se observa é um processo migratório espontâneo, sem os benefícios governamentais.

Essas informações estatísticas dão uma dimensão do papel econômico destacado que essa região exerceu no sul do Espírito Santo. Revela também um cenário de crescimento econômico, responsável pela atração de indivíduos de diversas regiões, inclusive imigrantes europeus e asiáticos, em busca de trabalho e oportunidades para prosperar. Essas oportunidades não se davam apenas na produção agrícola, como de café e cana-de-açúcar, ou na criação de gado, mas no comércio e no setor de serviços, como: pousadas, hotéis, transportes, bares, entre outros.

Não obstante a atração de fluxos migratórios, a circulação de riqueza em São Pedro de Itabapoana atraiu pessoas de variadas camadas sociais, interessadas em notícias locais, estaduais e até federais. Para se ter uma noção, entre 1894 e 1928, mais de treze jornais foram editados na região, dos quais podem ser citados: *O Município*, *A Evolução*, *A Pátria*, *O Progresso*, *O Rebate*, *A Reforma*, *O Binóculo*, *A Semana*, que era o órgão da Câmara Municipal e responsável pela divulgação do legislativo municipal, além de *A Luz*, *O Riso*, *A Gaita*, *A Língua* e *So-Risos* (MEDINA, 1932?, p. 57-58).

¹⁶⁹ Alegre contava com 45.209 habitantes; Vitória, 36.541, e Cachoeiro de Itapemirim, 28.828 habitantes (MEDINA, 1932?, p. 128-129).

Entretanto, do ponto de vista político, a Revolução de 1930 assinala um marco significativo na história de São Pedro de Itabapoana, até então, sede do município. Em 02 de novembro de 1930, dia de finados, a sede foi transferida à força para o distrito de Mimoso. Grinalson Medina, testemunha desse episódio, narrou-o da seguinte maneira:

Em 2 de novembro de 1930, dia de finados, chega a esta cidade, uma caravana da Estação de Mimoso, constituída de 13 caminhões, força policial, chefiada pela autoridade do Sr. Waldemar Garcia de Freitas. Dizendo ser emissário de autoridade superior, postou, em seguida, um veículo em cada repartição pública, com o objetivo de retirar dali todo o seu arquivo, a fim de transportá-lo para a referida Estação, no momento, núcleo dos revolucionários. A população de nossa cidade recebeu com extraordinária surpresa e profundo constrangimento o acontecimento, nesse dia de inteira consagração universal aos mortos. Sem poder tomar atitude alguma, pelo pavor causado, pela força numérica e superior acompanhando a caravana, o plano em apreço teve o êxito completo e esperado pelos timoneiros (MEDINA, 1932?, p. 130).

O relato dos vencidos, isto é, dos moradores de São Pedro, revelou a tomada do poder pelas forças revolucionárias, sem que houvesse possibilidade de resistência. Achiamé (2010), que analisou os impactos da Revolução de 1930 no Espírito Santo, verificou que essa transferência forçada da sede do município tem a ver com o fato de São Pedro representar o regime oligárquico, que estava sendo atacado pela Revolução de 1930. Já Mimoso era a representação das forças tenentistas, aliancistas, cujos moradores e comerciantes apoiavam a Aliança Liberal. Para Achiamé (2010),

A mudança da sede municipal veio ao encontro de uma situação de fato, em que o progresso estava do lado de Mimoso, por sediar a estação da Estrada de Ferro Leopoldina, enquanto São Pedro, distante dos trilhos ferroviários e das rotas comerciais, apresentava-se decadente. [...] Não se pode esquecer que o município era nessa época o segundo mais populoso do estado, logo depois de Alegre, e concentrava expressiva produção cafeeira (ACHIAMÉ, 2010, p. 133-134).

Nesse sentido, o “velho” deu lugar ao “novo”, que emergia numa localidade símbolo da prosperidade trazida pelo café, pelos trilhos da Leopoldina e pelas ideias da Revolução de 1930. Entretanto, alguns indivíduos de São Pedro do Itabapoana apelaram aos Governos Estadual e até Federal, no intuito de reverter a situação

instaurada no Município. Grinalson Medina, Jamil Mileipe¹⁷⁰ e Mário Caroli foram a Vitória reclamar junto ao interventor, João Punaro Bley, o retorno da sede para São Pedro. Em vão! Apelaram, então, ao Governo Federal, mas este ratificou a decisão dos revolucionários e do interventor estadual.

Assim, Mimoso, agora sede do município, passou a se chamar João Pessoa, pelo decreto nº. 113, de 26 de novembro de 1930 (BARROS; FARIA, 2018). O novo nome foi uma forma de homenagear o candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, morto na Paraíba. Vale destacar que o termo Mimoso é uma referência a uma das fazendas que deram origem ao município: a fazenda de mesmo nome, de José Lopes Diniz, foi vendida em 1852 a Pedro Ferreira da Silva, que só a registrou em 1865 (BARROS; FARIA, 2018).

As terras da fazenda Mimoso foram requeridas ao Governo Capixaba por Gervásio Ribeiro Monteiro da Silva, Nominato Ferreira Paiva, Antão Ferreira da Silva e pelo Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva (BARROS; FARIA, 2018). Foi, então, propriedade do coronel Gervásio Ribeiro Monteiro da Silva e de seu irmão, Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva. Segundo afirmou Barros e Faria (2018), a cessão de terras da fazenda para a construção da via férrea fez com que, com o tempo, surgisse um povoado no entorno.

Mais tarde e em virtude do desenvolvimento econômico do local, Mimoso passou a ser um distrito de São Pedro de Itabapoana, em 1892, já na vigência da república (MEDINA, 1932?). Há outros sinais desse progresso experimentado pelo distrito, antes mesmo da sede, que foi a instalação da luz elétrica, em 1919, e de uma rede telegráfica, no ano de 1929. Grandes fazendeiros construía sobrados em Mimoso, onde residiam definitivamente ou passavam os fins de semana com a família (BARROS; FARIA, 2018). Barros e Farias também destacam que

O fortalecimento comercial, principalmente pelo escoamento da produção cafeeira por meio da ferrovia, conduziu o Distrito de Mimoso a um alto grau de independência. O afluxo de capital passou a circular em grande parte no

¹⁷⁰ Chamou-nos a atenção o nome de um sírio e libanês, Jamil Mileipe, entre os que lutaram pela manutenção de São Pedro de Itabapoana como sede do município. Como comerciante, sabia dos resultados negativos sobre a economia da localidade, o que impactaria de maneira profunda e negativa os comerciantes, entre os quais os sírios e libaneses.

Distrito de Mimoso, por conta de seus armazéns de secos e molhados e do comércio de café (BARROS; FARIA, 2018, p. 187).

O papel econômico desempenhado pelo distrito de Mimoso atraiu vários fluxos migratórios, que envolveram indivíduos do Rio de Janeiro, notadamente da região de Campos dos Goytacazes e Minas Gérias, mas também de outras localidades do país e do Espírito Santo. A implantação da ferrovia, que ligava o norte fluminense ao Espírito Santo, facilitou esse processo.

Do mesmo modo que os naturais, os imigrantes europeus, como portugueses, espanhóis e italianos em maior número, e os asiáticos, como japoneses¹⁷¹ e sírios e libaneses, contribuíram para compor a sociedade mimosense. Em 1920, por exemplo, Mimoso era o distrito com o maior número de habitantes, maior, inclusive, do que a sede¹⁷² do município.

No entanto, de acordo com Rosangela Guarçoni, João Pessoa também foi homenageado na Paraíba, nomeando a capital do Estado. Como havia duas cidades no Brasil com o mesmo nome, alguns problemas passaram a ocorrer, como o fato de correspondências e processos judiciais que eram de uma cidade, serem destinados à outra. Em virtude disso, pelo decreto n. 15.177, de 31 de dezembro de 1943 (BARROS; FARIA, 2018), houve a mudança do nome para Mimoso do Sul. Mimoso, por causa da fazenda e distrito de mesmo nome; do Sul, porque ficava no sul do Espírito Santo e para distinguir esse município de outro, com o nome de Mimoso, no Mato Grosso do Sul¹⁷³.

Nesse cenário de transformações políticas, sociais e econômicas, a história de muitas famílias sírias e libanesas foi construída. Entre elas, destacaram-se as famílias: Abdalla, Chaibub, Cheibub e Nassur, cujas trajetórias serão analisadas a partir de agora. Elas têm dois traços bastante comuns: o primeiro é a ligação com Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro; o segundo, a importância do ramal

¹⁷¹ Família Nakamura.

¹⁷² De acordo com dados do Recenseamento de 1920, citados por Grinalson (1932?, p. 91), Mimoso contava com 8.778 habitantes; São Pedro, com 7.692; Conceição do Muqui, com 6.121; Barra Alegre, com 3.541; Boa Vista, com 2.623; e São José das Torres contava com 2.299 habitantes.

¹⁷³ Informações fornecidas por Rosangela Guarçoni. Não há, na Câmara Municipal de Mimoso do Sul, nenhuma ata do período em que esses fatos ocorreram. As atas disponíveis na Câmara têm início em 1947.

ferroviário de Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemirim, por meio do qual chegaram à região do Itabapoana, em fins do Dezenove.

3.3 A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES EM MIMOSO: TRAJETÓRIAS

3.3.1 Rosangela Guarçoni

Em Mimoso do Sul, sírios, libaneses e seus descendentes nomeiam ruas, escolas e estabelecimentos comerciais. Um rápido passeio pela cidade permite observar nomes e sobrenomes, como: Abdalla, Acha, Minassa, Cheibub, Chaibub, Nassur, Kafouri, Pasculli, Yazeji, Massadar, Ítala, Noé e outros. De acordo com os relatos de alguns descendentes, a presença desses imigrantes em Mimoso coincide com a chegada da estrada de ferro, por volta de 1895 e 1899. Como se trata de uma região na divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, foi através do Estado vizinho que esses imigrantes vieram tanto para São Pedro de Itabapoana, como para Mimoso.

Os sírios e libaneses teriam chegado pelo ramal Santo Eduardo a Cachoeiro de Itapemirim, que passava por aquela região. Conforme narrou a historiadora Rosangela Guarçoni¹⁷⁴, o primeiro sírio e libanês a se assentar naquelas plagas foi Antônio Jacó, também conhecido como “Pechincha” (GUARÇONI, 2017). No entanto, outros imigrantes chegaram na mesma época, em fins do século XIX, e passaram a mascatear pelo interior, nas fazendas e sítios, ou de casa em casa, oferecendo os mais variados produtos provenientes do Rio de Janeiro.

Tempos mais tarde, os sírios e libaneses conseguiram instalar suas lojas. De acordo com Rosangela Guarçoni, havia várias dessas lojas, entre elas: a dos irmãos Antônio, Saliba e Elias Acha, cada um com um tipo de comércio; a Casa Kafouri, da família Kafouri; a Loja Morena, de propriedade de Francisco Melhem; a Casa Leão, de Antônio Salomão; a Arca de Noé, dos irmãos Demétrio, Jorge e Michel Noé; e a Casa Simão, mesmo nome do proprietário (GUARÇONI, 2017).

¹⁷⁴ Rosangela Guarçoni (doravante GUARÇONI, 2017), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, em Mimoso do Sul, na data de 12/07/2017.

Os estabelecimentos comerciais variavam quanto ao tipo de produtos que comercializavam. Como exemplos, a “Loja Morena” e a “Casa Leão” eram armarinhos; a “Casa Kafouri” vendia sapatos e tecidos. A “Arca de Noé” comercializava sapatos, tecidos, mas também eletrodomésticos. Na “Casa Chaibub”, vendia-se de tudo, e na “Loja do Pechincha” vendia-se desde torresmo, chouriço e linguiça, a tecidos e louças. No entanto, segundo Rosangela Guarçoni, o armazém mais bonito e organizado de Mimoso era o da família Minassa, cujo proprietário era Gabriel Minassa. Tratava-se de um armazém de secos e molhados (GUARÇONI, 2017).

Sobre a constituição de novas famílias, para Rosangela Guarçoni, as famílias de sírios e libaneses foram construindo laços através do casamento interétnico. Segundo ela,

[...] as vezes tem uma mistura da família [...]. Então, começou a vir assim, uma [família] era casada com a outra e foram trazendo as famílias. Veio a família Minassa e essa família Acha, que é o Antônio, o Elias e o Saliba. [...] o [Simão] Ítala também veio em função da amizade e da ligação com a família dos Acha [...]. [Os] Massadar eram ligados com os Minassa, porque o Michel Massadar era irmão da Dona Lula, que era mulher do seu Gabriel Minassa [...]. Seu Michel Massadar casou com a dona Maria Nemer, que é de Castelo. [...] Os arranjos eram entre eles para não fugir desse [...] patricio [...] (GUARÇONI, 2017).

No entanto, Rosangela relatou que os sírios e libaneses não se casavam apenas entre si, mas houve matrimônios entre eles e italianos, por exemplo. De acordo com ela, os italianos bem-sucedidos economicamente viram o crescimento econômico que os sírios e libaneses foram alcançando e procuravam casar seus filhos e filhas com filhos e filhas desses imigrantes. Isso se refletia nos almoços de domingo, quando as famílias se reuniam e, no cardápio, havia comida árabe e italiana:

[...] o comércio de Mimoso era invejado [...] até que Nicolau falou que eles eram os heróis anônimos da história do comércio de Mimoso. Isso fez com que os italianos que moravam nas propriedades em volta [...] viessem na cidade comprar e, sabe [...], o árabe gosta muito de dinheiro e os italianos, que estavam bem de vida, logo tentavam conciliar um casamento entre uma filha com um filho de árabe, e o árabe empurrando o filho dele para o proprietário, ou, senão, o filho do italiano apresentava a filha [...]. Com isso, houve, realmente, uma gastronomia assim interessante, que você visitava há bem pouco tempo atrás, as famílias sempre almoçavam juntas [...]. Então, era muito comum a macarronada com quibe assado [...] (GUARÇONI, 2017).

Nessa parte da narrativa de Rosangela, vê-se claramente o hibridismo cultural refletido na alimentação. É compreensível que a relação entre indivíduos de culturas

diferentes favoreça uma mistura, um hibridismo, de práticas culturais, como na gastronomia. Matos (2014) já destacou o dinamismo da cozinha, que está sujeita a transformações, construções, desconstruções e adaptações a partir das tradições. Sírios e libaneses influenciam outras etnias e, por outro lado, foram influenciados por elas num movimento de preservação e reconstrução de seus hábitos alimentares, como se vê na combinação “macarronada com quibe assado”.

Esse hibridismo, verificado tanto nos costumes alimentares dos moradores de Mimoso quanto na própria exogamia, reforça o argumento de que as fronteiras étnicas são fluídas, tênues e estão em constante contato. Segundo Hannerz (1997), nas zonas de fronteiras há espaço para a ação dos indivíduos, quando se trata do manejo da cultura. Nessa perspectiva, o papel ativo dos atores sociais é fundamental porque também demonstra o dinamismo da cultura e suas possibilidades adaptativas e transformadoras.

Rosangela assegurou detalhes sobre o cotidiano das famílias sírias e libanesas porque conviveu com muitas delas, algumas das quais eram vizinhas. Inclusive, contou um episódio que envolveu duas destas famílias, a Nassur e a Dayha:

Então, ele [Constantino Nassur] tinha arranjado casamento lá no Líbano com a família Dayer, que era a família pretendente [...]. Esse casamento foi arranjado pelo próprio Seu João Dayer com o pai dele [Constantino] lá no Líbano [...]. Então, ele mandou uma carta para ela [Mariana] e mandou uma foto dele, mas a foto não era dele não, era do Rodolfo Valentino [...]. Ela ficou apaixonada pelo belo homem do Ocidente e como que ela ia conhecer e saber [...], porque não tinha comunicação para o Ocidente [...]. Então, casou lá no civil com a família e tal, o noivo não estava presente e veio para casar na igreja ortodoxa aqui, do Brasil. Quando chegou aqui, que ela o conheceu e ele falou: “eu sou o Constantino”... “Não, o Constantino da foto aqui é outro!” “Não, mas eu que mandei a foto para dizer que eu era mais bonito”. Aí ela ficou brava e queria voltar, chorou e não queria ficar aqui de jeito nenhum. Eu sei que ele foi um marido tão bom e um pai tão bom também para os filhos, que ela acabou ficando. Mas chorava muito, mesmo assim, e olhava para ele e ela contando a história, e a gente rindo (GUARÇONI, 2017).

Conforme contou, a relação entre os comerciantes sírios e libaneses e comerciantes de outras etnias era harmônica. Rosangela justificou isso alegando que sírios e libaneses foram os pioneiros na construção de estabelecimentos comerciais na região, o que lhes garantiu uma posição de destaque e controle sobre o comércio. Ela narrou que eles foram pioneiros, que construíram grandes casas comerciais,

vendendo variados produtos e que não havia outros comerciantes porque “[...] eram eles, [o comércio] era entre eles [...]” (GUARÇONI, 2017).

Segundo Rosangela, como em Mimoso não havia templos do cristianismo ortodoxo, os sírios e libaneses frequentavam a Igreja Católica Romana, embora houvesse visitas periódicas de padres ortodoxos para a realização de casamento e batizados. Durante essas visitas, algumas famílias eram responsáveis por receber o padre, outras por preparar os locais em que as cerimônias religiosas aconteceriam. Sobre a conversão para o catolicismo romano, para Guarçoni: “A conversão, aqui, lógico que a maioria fez a opção pela católica porque viu que os filhos, que eram descendentes, passaram a ser, a estar junto com os colegas e se sentiam bem sendo católicos [...]” (GUARÇONI, 2017).

A questão da adesão dos sírios e libaneses ao catolicismo romano é mais complexa. Havia uma pressão social para que essa conversão ocorresse, haja vista a estranheza que o cristianismo oriental despertava na população local. Um desses aspectos que causava espanto era o fato dos padres da Igreja Ortodoxa se casarem e constituírem família, conforme mencionado por Pinto (2010).

Outro caso relatado por Rosangela diz respeito a um sírio e libanês de São Pedro de Itabapoana, de nome Chibre Ginaid:

Foi uma pessoa lá e comprou uma bota e eles esqueceram de anotar. Então, como esqueceram de anotar e todo mundo comprava na caderneta, ele colocou em todas as cadernetas uma bota. Ele tinha esquecido quem é que tinha comprado a bota, então, virava a página e tinha uma bota nas cadernetas. Logo, começaram a reclamar: “uai, o senhor vai me cobrar uma bota, que eu não comprei, eu não uso bota”. Aí ele ia lá: “ah! desculpa, era de fulano”. Quem não reclamou... Eu sei que nessa história ele ganhou 23 botas de 23 cadernetas, porque quem não reclamou, dançou (GUARÇONI, 2017).

O caso do casamento de Constantino e Mariana Nassur e o caso da bota de Chibre Ginaid podem ter ajudado a reforçar uma imagem negativa que foi construída ao longo do tempo a respeito do sírio e libanês, como enganador, trapaceiro e desonesto. Durante muito tempo essa imagem ficou plasmada no imaginário da população de muitas regiões do Brasil e contribuiu para que os membros dessa etnia fossem alvo de estigmas e estereótipos. Não obstante isso, Rosangela Guarçoni ressaltou que,

muitas vezes, para ofendê-los, sírios e libaneses eram chamados de “turcos”, o que eles odiavam (GUARÇONI, 2017).

Para Goffman (1988), o estigma é um atributo depreciativo, que transforma um indivíduo em um desacreditável. Entre os tipos de estigma existentes elencados por esse autor, um se enquadra perfeitamente no caso dos imigrantes sírios e libaneses: os “[...] estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 1988, p. 14). Nessa perspectiva, não se trata de um problema individual, mas está relacionado ao grupo étnico como um todo, que, transmitido às gerações futuras, torna os seus membros indignos de confiança.

As famílias de sírios e libaneses que emigraram para a região do Itabapoana se dedicaram ao comércio, foram para essa região com o propósito de desenvolver essa atividade econômica, mas alguns acabaram comprando propriedades rurais. É o caso dos chefes da família Acha: Antônio, Saliba e Elias. Eles compraram terras na Serra do Vinagre, em Mimoso e, ao que parece, exploraram a extração de madeira, porque as terras eram cobertas por mata virgem, o que dificultava outras atividades econômicas (GUARÇONI, 2017).

Rosangela concluiu sua narrativa avaliando que, para se inserirem mais rapidamente na sociedade local, os sírios e libaneses de Mimoso optaram por não ensinarem a língua árabe aos filhos. Segundo ela,

Eu achei que os árabes, aqui, começaram a querer se adaptar naquela intenção de não voltar mais. Então, aportuguesaram muito a língua, entendeu, e palavras que eles falavam, nossa mãe [...] você morria de rir, porque eles falavam e a gente acabava aprendendo [...] (GUARÇONI, 2017).

3.3.2 Família Abdalla

Foi com as palavras anteriores que Rosangela Guarçoni encerrou sua narrativa, mas nela mencionou a família Abdalla. O relato a respeito da trajetória de algumas pessoas

dessa família foi feito por Amenaide Abdalla¹⁷⁵. Dona Menaide, como é conhecida, é uma professora e diretora aposentada, de 97 anos, com memória invejável, que, inclusive, lê sem a ajuda de óculos.

Amenaide Abdalla nos recebeu em sua casa, um pouco desconfiada, e contou que é a filha mais velha do casal Jorge Abdalla e Vitória Cheibub Abdalla. Seu pai veio para o Brasil com os pais dele quando tinha cinco anos de idade. As razões dessa emigração, ela desconhece.

Jorge Abdalla viveu em Santo Amaro, na região de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro e, alguns anos depois, passou a residir em Mimoso. Nessa região, montou um bar, o bar Vitória. Conforme Amenaide relatou, o bar era muito frequentado por membros da alta sociedade mimosense e comercializava diversos produtos:

Muito frequentado pela sociedade. Era muito frequentado e.... como se diz... era o bar da sociedade. Entendeu? Só era frequentado por pessoas boas, educadas. Médicos, Advogados, pessoas assim da família. [Vendia] Tudo! Bebida [...] tudo que pudesse vender. Menos arroz e feijão. [Vendia] Picolé. A primeira fábrica de picolé que veio pra Mimoso foi de papai. Ele que colocou aqui (ABDALLA, 2018).

Amenaide falou com muito orgulho de seu pai, destacando a sua criatividade, inteligência e espírito empreendedor. Por exemplo, a primeira fábrica de picolé instalada em Mimoso foi a dele e os picolés que fabricava eram comercializados no bar de sua propriedade. O bar de seu pai foi mencionado várias vezes por ela durante sua narrativa, mesmo em momentos em que outros assuntos eram tratados, o que demonstra a importância afetiva que esse estabelecimento comercial tem para ela e sua família.

Em 1920, aproximadamente, Jorge Abdalla se casou com Vitória Cheibub, como se vê na Figura 20, a seguir. Do casamento entre Jorge e Vitória, nasceram oito filhos: Amenaide, Nilton, Ney, Nilo, Licélia, Maria da Conceição, Lili e Márcia. Destes, apenas duas optaram pelo casamento dentro do mesmo grupo étnico: Licélia e Lili. Licélia

¹⁷⁵ Amenaide Abdalla (doravante ABDALLA, 2018), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Mimoso do Sul, na data de 15 de março de 2018.

casou-se com um membro da família Acha, também de Mimoso. Já Lili, contraiu matrimônio com um indivíduo da família Yurif. Nilo seguiu os passos do pai e se tornou comerciante, proprietário da loja Nilo. Amenaide estudou num colégio interno na cidade vizinha, Muqui, e se tornou professora, depois diretora, já em Mimoso (ABDALLA, 2018).

Figura 20 - Casamento de Jorge Abdalla e Vitória Cheibub (1920)



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

O bar Vitória foi próspero, o que permitiu à família Cheibub experimentar momentos de tranquilidade financeira e, à Amenaide, a oportunidade de estudar em bons colégios. Até que um episódio mudou a trajetória da família: de acordo com Dona Menaide, Jorge Abdalla foi enganado por um comerciante de Campos dos Goytacazes. Segundo seu relato, Jorge Abdalla

[...] foi iludido, mas ele venceu, entendeu? Alguém levou daqui e falou: “olha que eu vou para Campos, [...] lá tem um bar muito bom e você vai ficar com esse bar”. Aí ele foi. [...] ele foi bobo na época [...]. Mas tiraram [...] o que puderam tirar dele (ABDALLA, 2018).

De acordo com Amenaide, seu pai vendeu o que tinha em Mimoso, foi para Campos e lá perdeu tudo. Esse mau negócio teve repercussões na vida da família, especialmente para os filhos, que acabaram perdendo o poder aquisitivo que tiveram nos anos prósperos do bar Vitória. Inclusive, já formada, Amenaide trabalhou e, com o salário que recebia, passou a ajudar financeiramente a família. Ao retornar para Mimoso, Jorge Abdalla “[...] cresceu. Trabalhou, lutou, venceu e fez a família. Criou a família [...]” (ABDALLA, 2018).

Os pais de Amenaide não ensinaram aos filhos a língua árabe. Seu pai veio muito criança para o Brasil e sua mãe nasceu aqui, portanto, não falavam o idioma árabe em casa, não tendo como ensiná-lo aos filhos. Como ela destacou, seu pai era brasileiro e, do árabe, o que ouvia, era por causa de sua avó, Maximina Abdalla:

Papai não falava árabe. Ele não gostava de falar o árabe. Papai foi mais criado em Santo Amaro, aqui perto de Campos. Entendeu? Nascido na Síria, mas veio para aqui com cinco anos de idade, com os pais dele, em... como é que chama... Santo Amaro (ABDALLA, 2018).

A culinária árabe foi um dos pontos altos da entrevista. Foi um dos poucos momentos em que Amenaide falou sobre sua mãe, que foi a responsável por transmitir aos filhos as receitas e o preparo dos pratos típicos. Há outro aspecto muito relevante nesta questão: até dois anos atrás, Amenaide era a responsável por produzi-los e o fazia com maestria. Com muita alegria, contou que essa culinária sempre foi muito apreciada por seus familiares, que gostavam muito – e ainda gostam. Essas comidas faziam parte do cotidiano, destacou Amenaide: quibe, merche, arroz com lentilha, babaganush, tahine, e os biscoitos, como orochoi, brioche, mamuli (ABDALLA, 2018).

Os pais de Amenaide eram católicos ortodoxos, mas, como em Mimoso não havia templos ortodoxos, acabaram seguindo a religião católica apostólica romana. Isso foi uma estratégia de inserção social, que permitiu aos sírios e libaneses frequentar ambientes que outros grupos frequentavam, criando laços de sociabilidade. Ao se tornarem católicos romanos, o fato contribuiu para uma melhora na percepção dos moradores locais, dado o estranhamento que nacionais e outros imigrantes tinham deles em virtude das diferenças culturais.

A inexistência de templos do cristianismo ortodoxo em Mimoso contribuiu para que padres ortodoxos viessem do Rio de Janeiro¹⁷⁶ à região, para a realização de missas, casamentos e batizados. Para Pinto (2010),

Os rituais e festas religiosas funcionavam como catalisadores das identidades religiosas e étnico-nacionais dos árabes, permitindo que eles constituíssem uma comunidade moral. Essas ocasiões também serviam como arenas de sociabilidade onde os indivíduos e as famílias atualizavam as suas relações ou faziam novas alianças e circuitos de trocas econômicas, afetivas simbólicas. Os rituais religiosos também permitiam a comunicação pública das diferenças culturais que era a fronteira étnica dos árabes na sociedade brasileira (PINTO, 2010, p. 122).

Figura 21 - Visita do Padre Yesset Amim Furrón e do Cardeal Nicolau II a Mimoso



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

¹⁷⁶ Pela rodovia, a distância entre Mimoso e a cidade do Rio de Janeiro é de 369 km.

Geralmente, os padres eram trazidos e recebidos pelas famílias sírias e libanesas em suas residências, como os Nassur, os Abdalla, os Acha, os Minassa etc. Essas famílias eram responsáveis por prepararem os locais em que as cerimônias religiosas aconteceriam (GUARÇONI, 2017).

As cerimônias religiosas eram ocasiões ideais para a exteriorização de um dos principais elementos da identidade desses imigrantes, a língua árabe, uma vez que os rituais eram feitos nesse idioma (PINTO, 2010). Um dos padres provenientes do Rio de Janeiro para visitar as famílias de Mimoso foi Yesset Amim Furrón, conforme a Figura 21. Na fotografia, constam, enumerados: (1) Constantino Nassur; (2) Miguel Elias Massadar; (3) Cardeal Nicolau II; (4) Padre Yesset Amim Furrón, (5) Antonio Jacob; (6) Nagib Mussi; (7) Saliba Acha; (8) acompanhante do padre.

Da narrativa de Amenaide Abdalla, observa-se que as famílias sírias e libaneses também foram se unindo por meio da endogamia. Por exemplo, no caso da família dela, os Abdalla se casaram com Cheibub, que são parentes dos Minassa e Yazégi. Houve também os da família dela que se casaram com os Acha. Não obstante isso, Amenaide se recordou de outras famílias de sírios e libaneses em Mimoso que eram comerciantes, como os Nassur e Melhem. De acordo com ela, a convivência entre esses comerciantes sírios e libaneses e os de outras nacionalidades sempre foi tranquila, não havendo conflito entre eles (ABDALLA, 2018).

Era o Nassur, [...] o Melhem, que tinha venda de mantimento, essas coisas... aqui na praça; isso é naquela época [...] Tio Amin era relojoeiro. O pai do Amin era comerciante. Mas ele não tinha venda, não. Ele tinha quebrado... vendeu e depois ficou aí, [...] fazendo uma coisa e outra... mas não deu certo, não (ABDALLA, 2018).

3.3.3 Família Cheibub

Da família Cheibub, um dos guardiões da memória é Gelber Cheibub¹⁷⁷, filho de Enes e Izabel Cheibub. Dos Cheibub residentes em Mimoso do Sul, Antônio Cheibub foi o primeiro a emigrar do Líbano para o Brasil, fazendo o percurso de Trípoli para o Rio

¹⁷⁷ Gelber Cheibub (doravante CHEIBUB, 2016), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Mimoso do Sul, na data de 06/06/2016.

de Janeiro, no final do século XIX. Entre as razões de sua vinda destaca-se a fuga de conflitos religiosos:

[...] ele [Antônio Cheibub] veio fugido de lá porque andou tendo umas desavenças com os muçulmanos de lá, porque ele era cristão ortodoxo. Meu avô teve de vir embora. Eles deram um jeito de tirar ele de lá porque ele ia morrer. Eles iam matá-lo. Ele bateu num monte de muçulmano [...]. Quem dominava lá era a França. A França dava maior apoio aos muçulmanos. Até hoje é essa bagunça (CHEIBUB, 2016).

Conforme relatou Gelber Cheibub, o destino de Antônio Cheibub não era o Brasil, mas Nova York, porém, impelido por um conhecido que lhe disse que enriqueceria mais rápido no Brasil, emigrou para cá. Chegou no porto do Rio de Janeiro e, depois, seguiu para Campos dos Goytacazes, onde, provavelmente, havia patrícios que o ajudaram logo que passou a residir na região. Por problemas financeiros, “[...] parece que quebrou lá [...]”, veio para Itabapoana [Ponte do Itabapoana], depois Muqui e, por último, para Mimoso do Sul (CHEIBUB, 2016).

Antônio Cheibub¹⁷⁸ era casado com Angelina Minassa, mas ela não veio com ele, uma vez que veio fugido. Entretanto, mais tarde, ela acabou emigrando para o Brasil para se juntar a ele. A profissão que Antônio exercia no Líbano é desconhecida, mas em Campos dos Goytacazes dedicou-se ao comércio. Como não logrou êxito naquela localidade, mudou-se para Mimoso do Sul, onde se tornou padeiro. Um dos irmãos de Antônio, Zacarias Cheibub, veio para o Brasil e se assentou em Muqui, que é região próxima a Mimoso, e enriqueceu comprando café por consignação (CHEIBUB, 2016).

Há momentos na narrativa de Gelber que ele faz alusão aos sírios e libaneses que mascatearam em Mimoso, bem como às dificuldades que enfrentaram no início de seu assentamento no exercício dessa atividade:

Tinha um fazendeiro, aqui, por exemplo, que soltava os cachorros quando estava... O mascate tava chegando na porteira, o cara com aquela mala nas costas, soltava lá o cachorro, mas depois o cara mandava buscar o cara lá. O fazendeiro que tinha aqui mandava apanhar o cara para... Só dava um susto! Sabe como é que é... um brincalhão. E o cara ia lá depois e negociava com ele (CHEIBUB, 2016).

¹⁷⁸ Antônio Cheibub faleceu em Mimoso do Sul, em 1923. Não foi possível apurar a data de nascimento (CHEIBUB, 2016).

O episódio foi narrado por Gelber com risos seguidos de uma feição séria, por ter rido de algo constrangedor. A mascateação, profissão inicial de uma grande parte dos sírios e libaneses recém-chegados ao Brasil, era uma alternativa ao armazém dos coronéis, localizados dentro de suas fazendas. Muitos colonos eram explorados por esses coronéis, fossem fazendeiros ou comerciantes, e em seus estabelecimentos deixavam boa parte de suas míseras rendas, fruto de seu trabalho nas terras desses coronéis. Os preços e os prazos praticados pelos sírios e libaneses eram melhores, o que causava a ira de alguns coronéis, que não eram nem brincalhões e tampouco queriam dar susto nesses mascates. O que esse fazendeiro estava fazendo era intimidação.

Antônio Cheibub e Angelina Minassa tiveram cinco filhos: América, Vitória¹⁷⁹, Enes¹⁸⁰, Michel e Abraão, todos nascidos no Brasil. América nasceu em Campos dos Goytacazes e casou-se com um sírio e libanês da família Yazégi. Vitória casou-se com um membro da família Abdalla, Jorge Abdalla, que era o pai de Amenaide. Os homens optaram pela exogamia: “[...] o meu pai casou-se com uma negra [...]. Já tio Michel casou-se com uma italiana. Ela estava à frente do tempo... poetisa, escritora” (CHEIBUB, 2016). Abraão Cheibub, o outro irmão, também casou-se com uma italiana.

Michel e Abraão fundaram a “Casa Cheibub”, em 1923, um estabelecimento comercial que vendia uma variedade de produtos: tecidos, instrumentos musicais, materiais de pescaria, roupas etc. Para Gelber, seus tios não enfrentaram nenhum tipo de conflito com outros comerciantes locais, e a relação entre eles era harmoniosa (CHEIBUB, 2016).

Seu pai, Enes Cheibub, tornou-se ourives, além de consertar relógios. Ele era muito habilidoso e inteligente, dava garantia do serviço que fazia. Também cuidava do cinema que havia na cidade, consertando e regulando-o quando havia necessidade (CHEIBUB, 2016). De acordo com Gelber: “Na oficina de meu pai havia portugueses,

¹⁷⁹ América era uma homenagem à América do Sul, e Vitória, à capital do Espírito Santo, de mesmo nome (CHEIBUB, 2016).

¹⁸⁰ Enes Cheibub, pai de Gelber Cheibub, nasceu em julho de 1906 e morreu em 2000, aos 94 anos de idade (CHEIBUB, 2016).

italianos, franceses, gregos [...]. O meu avô morreu, meu pai que fez a sepultura, que arrumou, que fez tudo e por intermédio dele eu aprendi muita coisa” (CHEIBUB, 2016).

Ainda sobre seu pai, Gelber contou que ele e seus irmãos não foram aceitos na escola pelas professoras porque eles eram grandes, possivelmente pela idade incompatível. Seu pai fez amizade com o diretor da escola, que o orientou a comprar uns livros intitulados “Tesouros da Juventude”. Foi assim que ele aprendeu a ler. Ele e seus irmãos tinham uma caligrafia admirável (CHEIBUB, 2016). Não obstante isso, era rigoroso com os filhos quando o assunto era ir à escola, não podendo faltar um dia de aula sequer.

Ele [Enes Cheibub] era rigoroso com a gente quanto à escola, tinha que ir. Não tinha esse negócio de tomar banho de rio, não. Tem de ir para escola todo dia. Ele falava assim: “Vocês vão lá para se ilustrar para não passar o que eu passei. Eu não tive escola [...]. O pouquinho que eu sei, que eu não sei nada, foi por mim mesmo” (CHEIBUB, 2016).

O tio de Gelber, Abraão Cheibub, é citado por ele algumas vezes, e a referência é sempre muito afetuosa, repleta de carinho, respeito e admiração. Fundador da “Casa Cheibub”, junto com seu irmão Michel, Abraão era exímio violonista, instrumento que aprendeu observando um francês. Gelber narra que, certo dia, interrogando seu tio sobre como podia tocar tão bem, nos tons originais e de ouvido, ele respondeu:

[...] aqui tinha um francês, [...] esse cara nasceu na África do Sul. Era um agrimensor que tinha, aqui, francês, chamado Mesonejo, amicíssimo lá de minha família. [...] o Mesonejo sabia ler música, sabia ler partitura. [...] Ele estudava violino. Só que ele chegou no Brasil e viu o violão, conheceu o violão e, ‘poxa, vou aprender isso’. Ia lá no Rio, comprava as partituras, que, aqui, em Mimoso eu tenho várias cópias dessas partituras dele. Ele me doou as partituras, até comecei estudar algumas. [...] Ele me contou que o Mesonejo lia e ele ficava olhando o Mesonejo [...] Ele não sabia ler a partitura, mas o ouvido, ele pegava os arranjos tudo, do francês, entendeu? Aí ele dominava, tocava melhor que o francês (CHEIBUB, 2016).

Há diversas famílias de sírios e libaneses citadas por Gelber Cheibub: Minassa, Hadad, Nassur, Noé, Kafouri. Existe uma família que ele julga ser de origem egípcia, os Acha. No relato, foi possível observar a menção à existência de indivíduos de distintas nacionalidades residindo em Mimoso, como italianos, portugueses, franceses, gregos, isto é, diversas etnias em convívio. No entanto, para ele, os sírios e libaneses tinham medo de se identificar em função do estranhamento que

causavam, haja vista suas diferenças culturais em relação aos outros grupos. Por isso, buscaram se inserir.

Michele Chaibub¹⁸¹, prima de Gelber, que participou da entrevista com ele, relatou que existe muita dificuldade para a reconstrução das trajetórias dos imigrantes sírios e libaneses de Mimoso. Isso porque, segundo Michele Chaibub¹⁸²,

[...] eles não se preocupavam em ficar contando a história deles para gente, que é mais novo, não. Só quem ia prestando mais atenção, igual, o Gelber prestou atenção. Minha avó, no caso, ela prestava atenção no que esse meu avô falava, entendeu? Então, o que eles sabem vão fazendo uma ligação. Agora, por exemplo, documentação a gente não tem nada disso (CHAIBUB, 2016).

Da mesma forma, Michele chamou a atenção para outra questão fundamental, também de ordem identitária: “Eles não ensinaram a língua, apesar de falarem dentro de casa, entre eles [...], mas os filhos, eles foram tirando isso deles, e quando eles queriam, eles conversavam realmente alguma coisa” (CHAIBUB, 2016).

Conforme narrou, Michele se lembra do pai de Gelber, Enes Cheibub, falando que os sírios e libaneses tinham muito problema de estômago, problemas de metabolismo no estômago e que isso tinha origem genética, o que é confirmado por Gelber. Certo dia, um médico que o atendeu, disse que essa questão pode se tratar de algo relacionado à “origem da raça” (CHEIBUB, 2016).

Já o assunto que encerrou o relato de Gelber Cheibub se relacionou ao fato dos sírios e libaneses serem mais fechados:

Mas a história deles é essa, a verdade é a seguinte, que eu analiso, eles não se abriam. Os velhos não contavam a história. O papai falava que o pai dele falava: ‘Isso é que é país, isso aqui, o Brasil. Vai lá, no Líbano, falar mal do governo [...]’. Você é fuzilado na rua. Aqui, você tem toda liberdade’. O pai dele falava isso. Lá no Líbano não tinha isso. Eu sinto muito não ter podido conviver com eles para saber mais. Você vê, o Amim, que foi o primeiro neto, que morreu, agora, com noventa e tantos também, meu primo, não sabia nada, não sabia nada. Eu falava: ‘Amim, o vovô, como é que é?’ ‘Ah, eu era

¹⁸¹ Embora a entrevista fosse com Gelber Cheibub, Michele Chaibub também participou, trazendo informações importantes. Ela é uma amiga da graduação, descendente de sírios e libaneses e foi ela quem intermediou nosso contato com os descendentes desses imigrantes, em Mimoso.

¹⁸² Michele Chaibub (doravante CHAIBUB, 2016), que participou com Gelber Cheibub (doravante CHEIBUB, 2016), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Mimoso do Sul, na data de 06/06/2016.

muito criança'. 'E a vovó?' 'Ah, a vovó é mais ou menos assim e tal' (CHEIBUB, 2016).

A narrativa de Gelber é corroborada por Michele:

É igual lá em casa, você vê que eles sabiam mais coisa, igual Seu Enes sabia, porque quando você... é uma família muito fechada. Não é só Chaibub, não. É uma raça de gente fechada, então mesmo que a gente venha misturado, igual eu falei com ele, você tem que ter paciência. Alguns são mais esclarecidos, outros... não é falta de educação, nós somos assim. Nós não somos de muita conversa, nós somos de ficar pelos cantos. A gente pega um violão, vai para lá tocar, a gente é mais família, a gente gosta de andar entre nós, é uma coisa que eles foram passando para gente. A gente não se desconhece [...]. Eu tenho minhas amizades, mas de repente me dá assim... eu já sou mais misturada, mas é o tipo da criação, uma coisa mais fechada. Não é que a gente acha isso bonito nem nada, é deles. 'Ah, então vocês não têm alegria'? Não, nós temos alegria, eu tenho minhas amizades e tudo, mas a gente tem essa coisa da repulsa. De repente, você vem para o seu reduto. Não é, Gelber? Então, para tirar deles você tem assim, vai convivendo, igual a mim, vai deitando na cama de tarde... Igual no caso da minha avó, que eu fui criada por gente muito velha. Então, ela deitava para dormir, à tarde, eu deitava junto, e ali eu ficava perguntando, e ali ela me dava um monte de esculhambação, mas aí na esculhambação falava, porque você que já é de dentro de casa, você não liga, entendeu? A família do meu avô tinha muita ligação com a do pai dele [Gelber] porque eles se gostavam, eles eram primos que se gostavam. Então, eles ensinaram a gente a gostar um do outro (CHAIBUB, 2016).

Assim, Michele fez um último relato muito emblemático e que reflete a maneira encontrada pelos sírios e libaneses e seus descendentes para o seu assentamento na sociedade brasileira e capixaba:

Eles foram mais brasileiros como estrangeiros, do que muito estrangeiros que vieram. Eles nunca negaram a etnia. Portanto, nós, que somos brasileiros, temos orgulho de termos a etnia deles, mas não porque eles contavam a história. Eles deixaram um tipo de orgulho, mas assim: seja Brasil porque terra boa é aqui [...] (CHAIBUB, 2016).

As narrativas até aqui descritas, de Rosangela e Amenaide, culminando nas de Gelber e Michele, demonstraram que esses imigrantes não negaram as suas tradições na totalidade, porque, no caso, mantiveram sua culinária tradicional. No entanto, buscaram negociar sua identidade numa clara tentativa de aceitação e inserção social por meio da absorção de alguns valores culturais do Brasil, como do aprendizado da língua portuguesa, por exemplo, assimilada por eles, em detrimento do idioma árabe, que sequer foi ensinado aos descendentes.

3.3.4 Família Chaibub

Sobre a trajetória da família Chaibub¹⁸³, quem a relatou foram os irmãos Jésus e Saidnei Chaibub¹⁸⁴. Quem emigrou primeiro foi o avô, Jorge Chaibub, vindo de Trípoli, no Líbano, em data e por razões que não souberam precisar. Os irmãos disseram que o avô chegou em fins do século XIX ou no início do XX. Quando emigrou, Jorge Chaibub já era casado, mas o fez sozinho com a intenção de desenvolver o comércio na região. Tempos depois, trouxe a esposa, Said Minassa, grávida de uma das filhas, de nome Matilde. Jorge Chaibub e Said Minassa tiveram dois filhos, Matilde e Nege, que é o pai de Jésus e Saidnei. De seu avô, Jorge Chaibub, os irmãos também lembraram que, num dado momento, ele precisou retornar ao Líbano e

[...] quando ele voltou para lá, voltou para vender o sobrado lá e, pelo que a gente sabe, ele voltou para vender um sobrado muito grande, onde ele guardava cavalos debaixo desse sobrado e esses cavalos, ele vendia para o exército. Aí ele voltou para lá para vender tudo e vinha para o Brasil e foi quando estourou a guerra e ele não pode vir e acabou morrendo de febre e essas coisas pós-guerra (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

O pai de Jésus e Saidnei, Nege Chaibub, ainda pequeno, foi criado pelo tio, Antônio João Minassa, que tinha um comércio. Ele trabalhou nesse comércio para ajudar o tio:

O meu pai pouco falava sobre esse assunto. Inclusive, eu me lembro que uma vez pedi para ele me ensinar árabe e ele me disse para eu aprender português, que isso caía no concurso. E aí já estava muito bom se eu aprendesse o português. A minha avó, eu era muito pequeno e o pouco que eu lembro dela, ela era cega e ficava sentada numa cadeira, com o pé na outra, fazendo um enrolo, cantando, batendo palma e cantando em árabe. É o que eu me lembro, mas o que ela estava cantando e o que ela estava fazendo, aí eu não sei (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

A família professava a religião cristã ortodoxa. Inclusive, a avó de Jésus e Saidnei atuava como uma professora de religião e tinha um livrinho através do qual ensinava às crianças os preceitos religiosos. Para os irmãos Chaibub, esses imigrantes sírios e libaneses vieram atraídos pelo café, para desenvolver o comércio, porque acharam que essa região seria uma região de progresso, que lhes permitiria reconstruir suas

¹⁸³ Chaibub pode ter sido um erro de cartório, porque trata-se da mesma família Cheibub.

¹⁸⁴ Jésus Chaibub (doravante CHAIBUB, J., 2016) e Saidnei Chaibub (doravante CHAIBUB, S., 2016), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Mimoso do Sul, na data de 06/06/2016.

vidas e suas famílias. Vieram por causa das oportunidades econômicas que Mimoso oferecia naquele momento, em fins do século XIX (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

Com o tempo, Nege Chaibub se tornou mascate, vendendo suas mercadorias pelo interior de Mimoso e de outros municípios circunvizinhos. Depois, adquiriu uma propriedade rural, dedicou-se às atividades ligadas à agropecuária e se tornou um exímio conhecedor da região (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016). Jésus e Saidnei contaram dois episódios que merecem ser mencionados, porque mostram os conflitos nos quais sírios e libaneses acabaram se envolvendo com outros indivíduos, em suas trajetórias na região.

O primeiro deles é sobre o roubo de um cavalo de Nege Chaibub. Num dia em que chegou cansado do trabalho, ele se desentendeu com um indivíduo, que acabou roubando seu cavalo e fugindo. De acordo com Jésus e Saidnei, mesmo cansado, seu pai saiu à procura do cavalo, encontrando-o perto de Itaperuna, já no estado do Rio de Janeiro. Segundo Jésus, seu pai estava mais preocupado em encontrar quem o roubou, do que o próprio animal (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016). O outro caso diz respeito à origem de uma cicatriz que seu pai tinha na mão esquerda.

[...] ele tinha uma cicatriz na mão porque ele tinha uma propriedade e morava na Santa Rosa. Então, ele entrava ali pela Pratinha para sair de Santa Rosa. Uma vez, parece que um camarada campista veio aqui, fez uma arte e fugiu; fugiu lá pela estrada que ele ia passar. De madrugada, um animal que ele tinha e, eu acho que era um burro, [...] mas quando chegou na porteira, o animal refugou e não quis ir. Estava de noite, ele não enxergava nada, ele forçou o animal para o animal ir e o animal, quando pulou pela porteira, a sorte que o animal pulou com muita pressa, e o cara deu uma foçada e ele levantou a mão e não pegou na cabeça, pegou na mão dele aqui (CHAIBUB, J., 2016).

Conforme narraram Jésus e Saidnei, na época não tinha essa história de dar queixa na Polícia, principalmente porque se tratava de estrangeiros (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016). Embora esses fatos tenham acontecido há muitos anos, essa memória construída a partir dos descendentes mostra o que muitos desses imigrantes sofreram em seu assentamento na sociedade brasileira. Como salientou Pollak (1992, p. 2), a memória é uma construção coletiva e um de seus elementos constitutivos são os acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, “[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”.

Por outro lado, Pollak (1992) também chamou à atenção para a existência de uma memória herdada, ou seja, em virtude de traumas provocados por alguns acontecimentos, a memória pode ser transmitida aos indivíduos de determinado grupo por longo tempo e com grande identificação. Certamente, as formas de violência sofridas por sírios e libaneses e seus descendentes tiveram reflexo direto na maneira através da qual se relacionaram ao longo de seu processo de inserção social.

No entanto, embora não apareça nas narrativas de Mimoso, o fato de imigrantes sírios e libaneses entrarem em conflito com outros indivíduos passava também pela questão das divergências existentes entre eles, o que poderia ser motivo para discórdias, que resultavam em violência de ambos os lados ou unilateral. De acordo com Jésus e Saidnei, os sírios e libaneses, quando sofriam algum tipo de violência e por serem estrangeiros, não se queixavam à Polícia porque acreditavam que não seriam ouvidos e atendidos:

Na época não tinha essa questão de prestar queixa. Até tinha, mas não sabemos se ele fez isso. Muitos casos aconteciam e a gente não sabia nem dele [...]. Porque também o estrangeiro, naquela época, não tinha muito a quem recorrer [...] ele era estrangeiro e já não tinha muitos parentes aqui e os parentes que tinham quase tudo morreu na guerra. E também não davam muito ouvidos porque era turco, ele não ia pegar uma pessoa daqui por causa de um turco. Então, dificilmente eles conseguiam êxito nessas coisas. (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

Para os irmãos Chaibub, os mais velhos não ensinaram o árabe aos filhos e netos, e as poucas coisas que eles aprenderam, nesse idioma, não foi porque seu pai e sua avó ensinavam, mas foi ouvindo uma prima, com quem assimilaram falar apenas alguns palavrões. Isso porque seu pai

[...] não ensinava. Ele falava que se aquilo lá não fosse para ficar lá ele não tinha vindo para cá. Então, ele não ensinava porque a coisa lá era muito complicada e não era igual aqui. Ele falava assim, que a gente tinha que aprender português e na época não falava matemática, falava aritmética. Tem que aprender esses troços, e ele ensinava muita tabuada, para gente [...] (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

No entanto, o pai de Jésus e Saidnei ensinou duas outras coisas que eles fizeram questão de destacar: a honestidade e o tino para a atividade comercial. São legados

que até hoje fazem parte de suas vidas, já que são negociantes, comerciantes. Segundo eles,

Papai era rigoroso com as coisas. Então, quando eu era rapazinho [...] tinha uma venda na rua da estação e eu fui lá comprar um embrulho de prego para pregar as coisas, mas o dinheiro que eu tinha não dava para comprar o prego. Então, seu Manel Cacheiro na época falou comigo: 'não, leva o embrulho de prego aqui que seu pai é muito meu amigo e eu vou anotar isso aqui e depois você me paga. Não tem problema, não, seu pai é meu amigo mesmo'. Seu Manel Cacheiro não vendia fiado para ninguém [...]. Eu cheguei em casa e falei com papai: 'papai, eu fui comprar esse embrulho de prego e o seu Manel Cacheiro mandou eu trazer, eu não tinha dinheiro, ele falou comigo que eu podia levar porque meu pai era muito amigo dele, não tinha problema, não, e depois você paga ele'. Na mesma hora papai me pegou e falou: 'vamos lá, então'. Chegou lá e papai: 'Ei, Manel. Vim para acertar um negócio que o meu menino comprou aqui'. E ele: 'ah! eu já anotei e não precisava vim cá, não'. E papai: 'não, mas eu quero pagar'. Aí pagou e pegou a notinha e me mostrou: 'tá vendo? Eu não compro fiado e você também não compra nada fiado, porque não é o seu nome que tá anotado aqui não. O que tá anotado aqui é o meu, entendeu?' Então, ele era desse jeito assim (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

Não obstante isso, Jésus e Saidnei Chaibub contaram que a relação entre os comerciantes sírios e libaneses e comerciantes locais era tranquila, não havendo conflitos entre as partes. De acordo com eles, parece que esses imigrantes eram respeitados por terem um comércio progressista. Relataram que a decadência desses comerciantes sírios e libaneses de Mimoso se deu a partir de 1960, quando os mais velhos morreram, e os filhos se formaram em cursos superiores e foram embora do município. O último dos estabelecimentos comerciais que resistiu foi a “Arca de Noé” (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

Uma hipótese para essa decadência econômica dos comerciantes sírios e libaneses de Mimoso é a de que a crise do café, ocasionada pela erradicação dos cafezais capixabas na década de 1960, tenha tido um impacto indelével na economia da cidade, que vivia basicamente dessa atividade econômica. Um dos impactos foi a saída de muitos moradores das cidades, cuja economia dependia da rubiácea, que se transferiram para centros econômicos maiores, como Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado, Vitória, a capital, e Colatina, no noroeste.

Vale lembrar que, entre os anos 1960 e 1970, o processo de industrialização do Espírito Santo se acentuou e, a partir dos anos 1970, foram implantados os chamados “Grandes Projetos Industriais”. Foram instalados o complexo siderúrgico da

Companhia Siderúrgica de Tubarão, o complexo portuário de Tubarão se ampliou, e se diversificou a produção da Companhia Ferro e Aço de Vitória. Embora indústrias tenham sido instaladas em outras regiões capixabas, como em Aracruz e Anchieta¹⁸⁵, as indústrias se concentraram na região de Vitória. Um dos resultados foi um grande processo migratório dirigido para a região da capital capixaba (FRANCO; HESS, 2005).

Mesmo que tenham sido comerciantes respeitados e que, segundo os narradores, não houvesse conflitos entre eles e os comerciantes já estabelecidos, a trajetória dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes não foi isenta de preconceitos e estigmas. Saidnei se queixou, por exemplo, de que, quando ele e seu irmão eram pequenos, as pessoas gritavam “turco ladrão!”, no intuito de ofender, mas que eles não se ofendiam. Mais uma vez transparece, aqui, um discurso de proteção. Também retomou a questão de que os que emigraram primeiro não se abriam muito por medo, porque não tinham nenhum amparo ou proteção (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016). Era uma estratégia de sobrevivência e adaptação utilizada por eles.

3.3.5 Família Nassur

A família Nassur também compôs a colônia síria e libanesa localizada em Mimoso. Foi mencionada durante algumas entrevistas e/ou conversas informais, bem como nos documentos acessados ao longo da pesquisa. Uma das recomendações para que a ouvíssemos foi feita por Amenaide Abdalla, que indicou sua grande amiga, Karime¹⁸⁶ Nassur Salotto¹⁸⁷. Karime nos recebeu no dia 23 de março de 2018, na varanda residência de sua filha, Adriana, onde mora. Na véspera de completar 89 anos, Karime fez um relato alegre, descontraído e muito saudoso sobre sua família.

Karime Nassur Salotto é filha de Constantino Nassur e Mariana Abdo Nassur. Segundo Karime, seu pai e sua mãe vieram solteiros do Líbano, e se casaram em

¹⁸⁵ Aracruz Celulose, em Aracruz, e Samarco, em Anchieta.

¹⁸⁶ Segundo Karime, seu nome significa mulher carinhosa, caridosa. Salotto é sobrenome do esposo, que ela acrescentou ao seu nome.

¹⁸⁷ Karime Nassur Salotto (doravante NASSUR, 2018), em entrevista concedida a Adilson da Silva Santos, realizada em Mimoso do Sul, na data de 23/03/2018. A filha, Adriana Nassur, acompanhou a entrevista da mãe, trazendo detalhes importantes sobre a trajetória da família.

Mimoso: “Eu acho que vieram direto do Líbano para o Espírito Santo, para Mimoso [...] Não sei se ele veio sozinho... Eu acho que ele veio com mamãe e casaram aqui. Eu acho. Casaram em Mimoso” (NASSUR, 2018).

Ambos possuíam patrícios já instalados no Brasil, o que os ajudou em sua inserção em terras brasileiras: seu pai tinha patrícios em Mimoso, e sua mãe, em Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro:

É, Mariana... eu acho que veio aqui em companhia dos pais... Não, pera lá. Acho que com o tio. Eu acho que era como tio, tio Michel. É... Michel, tio dela que [...] quando vieram moraram em Campos. Aí, a mamãe veio para Mimoso. Michel... Ah! meu Deus... Cheibub não é, não. Michel Acar (NASSUR, 2018).

Chegando em Mimoso, Constantino Nassur se tornou comerciante e abriu uma loja chamada “Casa Popular” que, segundo Karime, comercializava

[...] fazenda, tudo, perfume, tudo... calçado. Era uma loja completa com tudo o que uma pessoa procura as vezes ter. Calçado, roupa, tudo que você pensar. É uma loja completa. Agora, cadê o retrato para te mostrar? Ele tinha perfume, calçado, tudo que você precisava numa loja (NASSUR, 2018).

Na narrativa de Karime Nassur, essa loja é constantemente lembrada e mencionada, mesmo quando outro assunto era tratado, ou quando falávamos de outros comerciantes sírios e libaneses instalados em Mimoso. “Tinha a loja do Nicolau... Tinha tudo que você precisava” (NASSUR, 2018), relatava com entusiasmo. A importância da “Casa Popular” residia no fato de ser não apenas o local em que trabalharam seus familiares, como seu pai e seu irmão, Nicolau, mas também porque era onde a família morava (NASSUR, 2018).

A casa era muito grande, com cinco quartos para abrigar uma família grande, composta por 12 pessoas: a mãe, o pai e mais 10 irmãos. A entrada da casa era ao lado da loja e, portanto, o trânsito de casa para a loja e da loja para a casa era constante, corriqueiro:

Tinha um depósito, um armazém. Tudo o que você está vendo era a loja dele e, do lado, a entrada era a casa. A casa tinha cinco quartos. Não é, Adriana? Uma sala de visita imensa. Depois a sala de jantar grande, casa grande. Dá saudade da minha infância (NASSUR, 2018).

Adriana, filha de Karime, que nos acompanhou na entrevista, fez relato que dá a dimensão do papel dessa casa para a família: “Essa casa aqui da vovó te... tem uns oito a nove anos que foi demolida. Quase morreram”¹⁸⁸. A seguir, a Figura 22 traz a imagem do imóvel onde funcionou a “Casa Popular” e a residência da família Nassur e Dayha.

Figura 22 – Imóvel da Casa Popular e residência da família Nassur



Fonte: Acervo de Karime Nassur Salotto

O imóvel, portanto, era um importante lugar de memória, onde Karime foi muito feliz em companhia de sua família. Para Pollak (1992), lugar de memória é aquele ligado a uma lembrança. Pode ser um local em que se passava as férias durante a infância e que continua presente na memória de uma pessoa. Segundo Nora (1993), lugares de memória são lugares onde a memória se cristaliza e se refugia: museus, arquivos, cemitérios, festas, aniversários, monumentos, santuários etc. Para esse autor,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque as operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

¹⁸⁸ Participação de Adriana Nassur, filha de Karime Nassur, na entrevista concedida pela mãe.

Do enlace matrimonial entre Constantino e Mariana nasceram 10 filhos, sendo cinco homens: Nicolau, Adad, Antônio, Alberto e Carlos; e cinco mulheres: Karime, Odete, Arlete, Janete e Vânia. Nenhum dos filhos se casou com sírios e libaneses ou descendentes, mas casaram-se fora do grupo étnico. Karime, por exemplo, casou-se com um descendente de italianos, da família Salotto (NASSUR, 2018). A imagem a seguir mostra o casamento de Constantino Nassur e Mariana Abdo Dayha.

Figura 23 - Casamento de Constantino Nassur e Mariana Abdo Dayha



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

No que tange à religião, o casal era cristão ortodoxo, mesma religião que professavam antes de virem para o Brasil. Inclusive, nas ocasiões em que os padres ortodoxos vinham a Mimoso para a realização de casamentos, batizados e missas, a casa de Constantino e Mariana era um local de hospedagem desses religiosos. “Vinham, os padres, ficavam lá em casa, padre ortodoxo. É... deixa eu ver se eu me lembro o nome dele... Padre ortodoxo vinha muito. Chamavam ele... padre Baussili [...] (NASSUR, 2018)”.

No entanto, um incidente muito triste acometeu a família, mais especificamente Constantino Nassur. Quem narrou o episódio foi Adriana Nassur:

Ele teve derrame, novo. Ele teve um derrame e ficou acamado e impossibilitado de trabalhar, aí o filho dele mais velho, o Nicolau, trabalhava na época, se eu não me engano, parece que na embaixada... com a embaixada, no Rio... Ah, embaixada americana. [...]. Veio, largou lá para ajudar a vovó a criar, porque eram 10 filhos pequenos. Então, era ele, mamãe [...]. Tio Nicolau veio para tomar conta da loja com a vovó. Mamãe [Karime] dava aula...¹⁸⁹.

Assim, com a enfermidade de Constantino Nassur, que ficou acamado por muitos anos, quem assumiu os negócios da família e administrou a “Casa Popular” foi Nicolau Nassur. Como essa situação perdurou por muitos anos, a loja ficou mais conhecida como “Loja do Nicolau”, até mesmo hoje em dia, entre os descendentes e mimosenses que se lembram dela. Nicolau era o filho mais velho da família e, por causa da doença do pai, abdicou de sua carreira profissional para dar continuidade ao comércio dos Nassur. Além disso, Nicolau também ajudou a cuidar dos muitos irmãos, alguns ainda pequenos (NASSUR, 2018).

Karime se lembrou de Nicolau com muito carinho e afeto, e o descreveu como um homem muito bom e tranquilo. Dos dez irmãos, Nicolau foi o único que não se casou e, de acordo com ela, todo dia, ao final do expediente, ele fechava a loja e ia até o barzinho de um amigo, chamado Albano, para conversar. Nicolau morreu no ano de 2000¹⁹⁰. Karime Nassur fez a seguinte alusão a algumas famílias de sírios e libaneses em Mimoso, bem como aos tipos de comércio que desenvolveram na região:

Enes Cheibub era relojoeiro. [...] Michel [...] era comerciante. Michel e o Arribe... Dois irmãos... Tinha um comércio, que era em frente da estação. Loja, fazenda, tudo. [...] A arca... tinha aquela que tem muito, como é que chama? Só fazenda. Arca de Noé era uma loja imensa. [...]. Minassa... Conheço todos. Todos da família [...]. O pai era Gabriel Minassa e a mãe, Lula. Chamava dona Lula (NASSUR, 2018).

A narradora citou ainda as famílias Acha e Massadar e, ao nomear as famílias e tipos de comércio a que se dedicaram, Karime Nassur relatou que não havia conflitos entre

¹⁸⁹ Participação de Adriana Nassur, filha de Karime Nassur, na entrevista concedida pela mãe.

¹⁹⁰ Ibidem.

eles, ou entre eles e outros comerciantes de outras etnias. Frisou que a relação era tranquila: “Eram amicíssimos, todos eles” (NASSUR, 2018).

Um dos momentos mais divertidos da narrativa foi o que tratou da língua árabe. De acordo com Karime, seus pais não ensinaram o idioma árabe aos filhos. Mas, segundo ela, como os filhos eram curiosos, acabavam aprendendo algumas palavras: “[...] ele falava e a gente, como era muito curiosa, aprendia... Quando ela queria chamar ‘meu amor’. ‘Habib’. ‘Habib’, ‘habib’ é meu amor. Então, ele falava que mamãe era o ‘habib’ dele, era o amor verdadeiro dele. Louca... ‘Majnunes’” (NASSUR, 2018).

Outro momento da narrativa bastante alegre foi aquele em que Karime se referiu à culinária. Ela relatou que sua mãe, Mariana Abdo Nassur, ensinou-lhe diversos pratos da culinária árabe, que ela aprendeu e também ensinou aos filhos:

Até eu aprendi. Arroz, por exemplo, arroz tinha... o arroz comum. Arroz com macarrãozinho fininho chamava aletria, fazia junto com arroz, torrava aletria depois misturava e refogava. Lentilha, conhece a lentilha? Também faz um arroz... sírio, como é chamado. Grão de bico, um grão assim. Arroz com grão de bico, arroz com aletria. Arroz [de] forno. Ah... Eu sou mestre no Quibe. Orochi, fazia, é recheada com goiabada, um pastelzinho. E colocava no forno. Mamuli também. Arroz com aletria... Tinha uma comida síria chamada labini. Labini era feito com é... leite taviado, e aí fazia o quibe cru e colocava ali junto. Fazia labini, arroz. Tudo comida síria (NASSUR, 2018).

Das narrativas descritas até aqui, pode-se verificar que os imigrantes sírios e libaneses formaram uma colônia grande, ligada, primordialmente, às atividades comerciais, sendo, inclusive, citados como pioneiros nessa área da economia. As famílias se conheciam, relacionavam-se, participavam de eventos religiosos com a vinda de padres ortodoxos do Rio de Janeiro. Criaram, assim, laços de solidariedade em um local muito diferente daquele com o qual estavam acostumados, e que muitas vezes lhes era hostil. Fortaleciam-se internamente, por isso.

Deve-se ressaltar que foi consenso entre os narradores a negativa dos membros da primeira geração do ensino da língua árabe aos filhos. A ideia era, como afirmou Pinto (2010, p. 85), “[...] ocultar ou impedir a transmissão a seus descendentes de traços culturais que pudessem identificá-los”. Objetivava, do mesmo modo, facilitar sua aceitação e inserção na sociedade brasileira, capixaba e mimosense. O mesmo não

se verificou em relação à alimentação, praticada pelos membros da primeira geração e transmitidos aos membros das gerações seguintes.

Já em relação à ausência de conflitos que, segundo todos os narradores, teria marcado o assentamento de imigrantes de cultura e língua árabe em Mimoso, é preciso relativizar. Os relatos estão repletos de exemplos de que esses conflitos ocorreram: do caso em que eram chamados de “turco ladrão”, com intuito de ofender, ao episódio da violência sofrida por Enes Chaibub, cuja cicatriz marcava uma de suas mãos. São evidências de uma convivência conflituosa. A memória é seletiva e sujeita a flutuações (POLLAK, 1992) e isso foi possível de ser verificado na tentativa de evocar uma convivência harmônica em Mimoso.

O jornal *Estado do Espírito Santo*, de 01/03/1899, noticiou outro exemplo de conflito marcando a relação entre sírios e libaneses e moradores locais. Em reportagem intitulada “S. Pedro do Itabapoana”, publicada na seção “Echos das Localidades”, o jornal se congratulou com os moradores locais por terem assumido a direção política local: Coronel Manoel Teixeira de Oliveira, Henrique O'Reilly e Coelho dos Santos. Ao fazer referência às qualidades do primeiro, o periódico afirmou:

Homem de acção, tem procedido á diligencias importantes e effectuado a prisão de diversos criminosos. Ultimamente providenciou tão acertadamente que foram recolhidos á cadeia publica desta cidade, os miseraveis assassinos, autores do crime hediondo que victimou dois infelizes syrios (*O Estado do E. Santo*, 01/03/1899, Anno XVII, n. 49, p. 2).

O citado jornal não entrou em maiores detalhes sobre o episódio envolvendo os sírios e libaneses, mas este pequeno trecho revelou que esses imigrantes e seus descendentes foram alvo de violência, inclusive assassinato. Por isso, a colônia residente em Mimoso precisou se unir para resistir às investidas de indivíduos de fora do grupo étnico. Outros exemplos de conflitos que ocorreram foram parar nas bailas do Tribunal e as fontes judiciais lançam luz à esta questão, abordada no próximo subcapítulo.

3.4 COTIDIANO, CONFLITO E INTERMEDIACÃO DA JUSTIÇA

A colônia síria e libanesa instalada em Mimoso era grande e a maioria de seus membros se dedicou ao comércio: armazéns de secos e molhados, armarinhos, bares, hotéis, relojoarias, lojas de tecidos, firmas compradoras de café. Contudo, os arquivos judiciais permitiram verificar algo incomum a respeito da imigração síria e libanesa, fundamentalmente urbana: o assentamento de alguns indivíduos em zonas rurais, que se dedicaram às atividades agrícolas. É o caso de Jorge Aly, um lavrador, produtor de café, residente no distrito de São José das Torres¹⁹¹.

As informações a respeito de Jorge Aly foram obtidas com a análise do inventário de sua esposa, Antônia Crespo. Mais dois inventários foram examinados: os de Felipe Monteiro e Ruda Acha. Dois traços marcantes - e interdependentes - na trajetória de alguns desses imigrantes sírios e libaneses aparecem no inventário da mulher de Jorge Aly e de Felipe Monteiro: o primeiro, o alto grau de endividamento; o segundo, esse endividamento se dava com patrícios, majoritariamente. Talvez as dívidas contraídas com patrícios fizessem parte de um mecanismo que, dentro da colônia, favorecia o fornecimento de crédito. Poderia ser um meio de estreitar os laços para que a colônia se fortalecesse.

Jorge Aly procurou a Justiça para proceder ao inventário da esposa, Antônia Crespo. Ela, que era natural do Espírito Santo, faleceu no dia 27 de dezembro de 1926, aos 33 anos de idade. Deixou seis filhos menores de idade e bens a inventariar. Os bens eram: 20 alqueires de terrenos em matas, lavouras e capoeiras; oito mil pés de cafés velhos e novos; uma casa de residência; três casas para colonos; um moinho para a produção de fubá. Os bens estavam localizados no distrito de São José das Torres¹⁹².

Além dos bens citados, havia uma dívida com a casa comercial “Elias Acha & Irmãos”, no valor de “treze contos seiscentos e cinqüenta e sete mil e seiscentos reis”¹⁹³. No dia 20 de janeiro de 1927, foram intimados os cidadãos Diogo Bento da Silva, Antônio

¹⁹¹ São Tomé das Torres era um distrito de São Pedro de Itabapoana, criado em 1901 (MEDINA, 1932?).

¹⁹² Inventário de Antônia Crespo, nº 816, 05/01/1927.

¹⁹³ Ibidem.

Rufino Marques e Mario de Almeida, que atuaram como avaliadores dos bens descritos por Jorge Aly, bem como de “[...] outros bens que forem encontrados ou apresentados pelo inventariante, que deverá estar presente e assignar o respectivo auto”¹⁹⁴.

O resultado da avaliação foi o seguinte: 12 alqueires em mata virgem, avaliados em 12 contos de réis; 4 alqueires em lavouras, em 3 contos e 200 mil réis; 4 alqueires em capoeira, em 2 contos e 400 mil réis; 3 casas para colonos, avaliadas em 900 mil réis; 1 casa de vivenda, em 2 contos de réis; fruto pendente, em 1 conto e 500 mil réis; 400 pés de café novos e 400 pés de café velhos, no valor de 6 contos e 400 mil réis; e 1 moinho de fubá, em 500 mil réis. O valor total avaliado foi de 28 contos e 900 mil réis¹⁹⁵. No entanto, a dívida era de quase metade do valor dos bens.

Esperando receber a dívida que Jorge Aly tinha em sua casa comercial, Elias Acha & Irmãos tentou cobrá-la alegando que “[...] a herança responde pelo pagamento das dívidas, mas feita a partilha só respondem os herdeiros”¹⁹⁶, requerendo que a dívida fosse paga dentro da herança, uma vez que ainda não havia sido feita a partilha¹⁹⁷. Segundo informaram no requerimento, houve uma concordância com essa forma de pagamento, inclusive por parte de Jorge Aly e do Curador interino¹⁹⁸. O procurador do inventariante alegou que o pagamento da dívida acarretaria prejuízo aos órfãos e ao inventariante, mas contraditoriamente pediu que o requerimento fosse deferido pelo juiz¹⁹⁹. Embora não haja no inventário alusão a alguma decisão sobre isso, deduz-se que o juiz indeferiu o pedido.

No auto de partilha ficou definido que o montante, avaliado em 28 contos e 900 mil réis, seria dividido em duas partes iguais. Jorge Aly ficou com 14 contos e 450 mil réis e a outra parte de mesmo valor foi dividida entre os seus seis filhos. Cada um recebeu o valor de 2 contos e 408 mil e 330 réis²⁰⁰. No entanto, Jorge Aly não conseguiu pagar as custas do processo, no valor de 2 contos de réis, o que levou o juiz a penhorar a

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Inventário de Antônia Crespo, nº 816, 05/01/1927.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

casa em que residia. Ele, então, na eminência de perder a casa, enviou uma petição ao juiz com o seguinte teor:

Diz Jorge Aly que tendo feito, neste juízo, o inventario dos bens do seu casal, por falecimento de sua mulher, e estando os autos preparado para o pagamento de custas, acontece que o suppte. não pode arranjar o dinheiro necessário no prazo por V. Exa. determinado. O suppte. sendo lavrador e sómente podendo obter dinheiro com a venda de café de sua lavoura, procurou, no entanto, obter um empréstimo que está em via de realização pelo que vem, respeitosamente, requerer a V. Exa. a prorrogação do prazo para o pagamento das custas [...]²⁰¹.

Apesar da petição feita pelo inventariante, o juiz negou o pedido porque, de acordo com ele, a lei não permitia esse procedimento, e mandou levar a casa a leilão. O dia designado para o leilão foi 20 de abril de 1927. Todavia, no dia 06 de abril, Jorge Aly fez outra petição informando que havia obtido o empréstimo e que desejava pagar a dívida relativas às custas do processo, para evitar que seus bens fossem leiloados²⁰². Como em junho daquele ano o juiz proferiu a sentença de partilha de bens de Jorge Aly, é possível afirmar que o leilão foi suspenso e que o juiz aceitou o pagamento das custas.

O inventário feito por Jorge Aly, bem como os seus desdobramentos com as várias interferências da Justiça, permitiu apreender um pouco da trajetória de um dos muitos imigrantes sírios e libaneses que povoaram as terras capixabas. Embora não tenha sido possível saber de onde, quando e por que migrou para São José das Torres, tampouco sua filiação, religião e profissão inicial, sabe-se que Jorge Aly era lavrador e casou-se fora do grupo étnico, com Antônia Crespo. Tinha seis filhos, possuía uma propriedade rural de tamanho razoável, com algumas benfeitorias, avaliada em quase 30 contos de réis. Era um lavrador, ao contrário da atividade profissional da grande maioria dos sírios e libaneses que ali se estabeleceram.

Em 1927, quando fez o inventário, Jorge tinha 52 anos de idade, o que pode indicar que já estava assentado na região há algum tempo para que construísse um patrimônio como o relatado. Dois outros pontos que merecem ser destacados: o tamanho de sua dívida, que correspondia a quase metade do valor de seus bens; e o

²⁰¹ Inventário de Antônia Crespo, nº 816, 05/01/1927.

²⁰² Ibidem.

fato de a dívida ter sido contraída com uma firma de sírios e libaneses. Se levarmos em consideração que o valor que ele receberia na próxima colheita estava avaliado em “um conto e quinhentos mil réis”²⁰³, quanto tempo ele levaria para pagar uma dívida quase dez vezes maior que o valor de sua colheita anual?

Sobre Felipe Monteiro, sabe-se que faleceu no dia 29 de setembro de 1926, aos 56 anos de idade, em sua residência, no distrito de Mimoso. Deixou oito filhos, sete dos quais menores de idade, e bens a inventariar. Sua esposa, Chrispina Monteiro, bem como sua filha casada, Jenny Monteiro, e seu genro, Nahum Abdalla, procuraram a Justiça para realizar o inventário dos bens, no dia 04 de novembro do mesmo ano. Na declaração de bens feita pela inventariante, apareceram:

[...] treis (3) prédios no povoado de Mimoso, sendo um assobradado à rua Ascanio Fernandes com instalações de água e luz elétrica cobertos de telhas e assoalhados, seis (6) cadeiras de palhinha e um (1) sofá, um lavatório estilo alemão, duas (2) camas de solteiro, uma (1) cama para casal²⁰⁴.

As dívidas somavam 38 contos de réis. Entre os credores, constam os nomes de: Paulo Ferreira dos Santos, Waldemar Garcia, Nominato Paiva, Eriberto Azevedo, Pharmacia Pinheiro & Filho, Dr. Lobão, que havia prestado serviços médicos. A família devia às firmas Monteiro & Cia, França & Filho, Rolim Monteiro & Cia. Também constam dívidas com seu genro Nahum Abdalla, assim como com os sírios e libaneses Adib Calil, Antônio Felipe, Abdalla Kadhi, Minassa & Irmão. No entanto, as maiores dívidas foram contraídas com Elias Acha & Irmãos: uma no valor de quase 5 contos de réis e outra no valor de 30 contos de reis²⁰⁵.

No dia 17 de novembro, foram nomeados os avaliadores²⁰⁶ dos bens deixados por Felipe Monteiro. No dia seguinte, foram intimados e, em 29 de novembro, apresentaram o auto de avaliação dos bens, cujo valor foi de “noventa e quatro contos duzentos e vinte mil reis”²⁰⁷. Na avaliação feita pelos avaliadores, apareceu uma casa que não constava da declaração de bens feita anteriormente pela inventariante, no

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Entre os quais: Antônio Rufino Marques, indicado pela inventariante, e Mario de Almeida, indicado avaliador do juízo (Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926).

²⁰⁷ Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926.

valor de 10 contos de réis. Nesta casa, moravam a viúva, Chrispina Monteiro, e seus sete filhos menores.

A descrição dos bens desse libanês permite analisar os investimentos feitos por ele ao longo de sua estada em Mimoso. Possibilita, também, verificar o valor do patrimônio adquirido por ele. São quatro imóveis, dois dos quais contendo instalações de água e luz elétrica e o melhor avaliado o foi por cinquenta contos de réis. Os quatro imóveis somam noventa e quatro contos, um valor muito relevante para a época. Ao que parece, dois deles estavam alugados²⁰⁸, proporcionando uma fonte de renda para a família. Felipe Monteiro, como comerciante, investiu parte de suas receitas na compra de imóveis.

Das dívidas que Felipe Monteiro tinha com Elias Acha & Irmão, uma delas era hipotecária, isto é, dois dos imóveis²⁰⁹ que ele possuía foram dados em garantia para o pagamento da dívida. Portanto, eles queriam “[...] receber a importância de sua dívida, dentro do inventário, [...] e não havendo impugnação sejam separados bens para o pagamento pedido [...]. [...] A dívida hypothecaria é de [...] vinte e nove contos e seiscentos mil reis”²¹⁰. Tanto o procurador da viúva de Felipe Monteiro quanto o juiz foram favoráveis ao pagamento da dívida no inventário e, portanto, os dois imóveis mencionados foram a leilão.

O edital do leilão foi lançado em 24 de dezembro e o pregão ocorreu dia 29 do mesmo mês e ano. Entretanto, não houve lance, o que forçou o juiz a fazer um segundo leilão, com abatimento de 10% no valor dos imóveis. Esse segundo leilão se realizou no dia 29 de janeiro de 1927. Os dois prédios, que estavam avaliados para esse segundo leilão por trinta contos e seiscentos mil réis, foram arrematados por Elias Acha & Irmãos por vinte contos de réis²¹¹, isto é, dois terços do valor inicial.

²⁰⁸ Em um deles morava Salvador Guimarães e, no outro, João Tinoco (Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926).

²⁰⁹ É assim que o inventário se refere aos imóveis: “um prédio aonde mora Salvador Guimarães, contendo instalação de água e luz, avalido em dezoito contos de reis; e um prédio onde reside João Tinoco, com instalação elétrica e água encanada, que valia dezesseis contos de réis” (Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926).

²¹⁰ Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926.

²¹¹ Ibidem.

Sendo assim, os prédios que foram a leilão para pagar uma dívida de vinte e nove contos e seiscentos mil reis foram arrematados pelo próprio credor por nove contos e seiscentos mil réis a menos. Dito isto, os inventariantes de Felipe Monteiro perderam os dois prédios e ainda deviam quase dez contos de réis aos que arremataram os seus imóveis. E seus credores cobraram a dívida, mas o inventário não trouxe informações sobre os desdobramentos dessa cobrança. Havia outros credores, já mencionados, sobre os quais não constam outros dados no inventário a respeito do pagamento ou não dessas dívidas.

As despesas para a realização de um inventário, como custas processuais, impostos, selos, entre outras, recaíam sobre o/a inventariante, no caso Chrispina Monteiro. Calculadas, as despesas chegaram a dois contos de réis. Intimada a pagar as despesas num prazo de cinco dias e não o fazendo, o juiz determinou que a casa em que a viúva residia com seus filhos fosse levada a leilão, mas seu advogado entrou com uma petição ao juiz para que o leilão fosse suspenso. Eles conseguiram o dinheiro para o pagamento das despesas²¹², o juiz acatou a petição e determinou a partilha dos bens, em 14 de junho de 1927.

Outro inventário analisado foi o de Ruda Acha, que era esposa de Elias Acha, com quem teve uma única filha. Ruda Acha morreu no dia 31 de dezembro de 1913, em Mimoso, e deixou bens a inventariar. Seu esposo havia fundado uma firma com mais dois irmãos, Antônio e Saliba Acha, denominada Elias Acha & Irmãos. Era uma casa comercial especializada na venda de tecidos e armarinhos, mas, com o tempo, os sócios tornaram-se também grandes compradores de café. Como parte de seus bens estava na sociedade que tinha com os irmãos, foi preciso fazer um balanço na loja.

A soma dos bens da loja, entre capital e lucros suspensos, foi de trinta e quatro contos novecentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reis. Desses, Elias Acha possuía pouco mais de onze contos de réis. Um avaliador foi indicado e outros bens foram elencados como que pertencentes ao viúvo de Ruda Acha. Entre esses bens, aparecem uma casa de vivenda, onde a firma Elias Acha & Irmãos estava instalada, além de 46 alqueires de terra no distrito de São José das Torres, avaliados em dois

²¹² Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926.

contos e quatrocentos mil réis²¹³. A seguir, imagem de uma casa onde funcionou a firma Elias Acha & Irmãos, com as iniciais E. A & I.

Figura 24 - Casa da firma Elias Acha & Irmãos



Fonte: Acervo de Renato Mofati

Entre os bens, contavam ainda cinco mil pés de café, três casas para colonos, três animais velhos e uma carroça. Ao todo, esses outros bens foram avaliados em oito contos e seiscentos e sessenta mil réis²¹⁴. Assim, vale ressaltar que, não obstante ter sido possível verificar os bens que Elias Acha e sua esposa foram construindo em sua estada em Mimoso, parte de seus investimentos se deram em propriedades rurais. Embora a atividade profissional de Elias Acha se desenvolvesse no espaço urbano, investir em propriedades pareceu-lhe um bom negócio na região de Itabapoana.

O arbitramento da Justiça deve ser mencionado, tanto nos casos de Jorge Aly, Felipe Monteiro e Ruda Acha, como naqueles que envolveram os sírios e libaneses em situações de conflito. Houve momentos em que essa intervenção lhes foi favorável e,

²¹³ Inventário de Ruda Acha, s/nº, 17/02/1914.

²¹⁴ Ibidem.

em outros, desfavorável. Vejamos, em princípio, três exemplos relativos a crimes supostamente cometidos por sírios e libaneses ²¹⁵.

No primeiro caso, os imigrantes Miguel Aride e Salim Aride Sobrinho, bem como João Barbosa Sobrinho foram acusados por Ataliba Santiago de o terem esfaqueado, provocando-lhe graves ferimentos. Aberta a ação criminal, os acusados foram transformados em réus. No entanto, depois de ouvidas as testemunhas e observadas as provas, o juiz afirmou que não havia nenhum indício de responsabilidade dos réus nos depoimentos das testemunhas. Uma delas, inclusive, disse que Miguel Aride teria segurado a vítima que, então, foi esfaqueada por João Barbosa do Nascimento. Os réus contestaram o depoimento alegando que a testemunha não estava no local do crime e que, portanto, não poderia dar essa informação. O juiz afirmou que o argumento dos réus tinha fundamento porque a vítima não arrolou essa testemunha entre as que estiveram presentes no local do crime. Assim, o juiz julgou improcedente a denúncia feita contra Miguel Aride, João Barbosa Sobrinho e Salim Aride Sobrinho ²¹⁶.

No segundo caso, a própria Justiça pública denunciou Salim Felipe e João Tinoco, que se envolveram numa discussão. O juiz resolveu impronunciar os réus porque, de acordo com ele, uma simples discussão não é crime previsto no código penal. E mais: “[...] si existe contradição entre os depoimentos prestados na polícia e os prestados em juízo, não cabia ao juiz indagar da razão de ser da contradição [...]” ²¹⁷. Os acusados não foram condenados.

Já Miguel José Mileipp não teve a mesma sorte. Ele e José Miguel Mileipp foram acusados de um crime de lesão corporal. O juiz aceitou, em parte, a denúncia. Isso porque José Miguel Mileipp foi impronunciado e apenas Miguel Mileipp foi enquadrado no art. 303 do código penal, “[...] por haver, armado de uma enchada produzido na vítima as lesões corporais descriptas [...] sujeito á prisão e livramento” ²¹⁸. O juiz determinou que se expedisse mandado de prisão, contra ele, com a possibilidade de

²¹⁵ Não foi possível apurar mais detalhes dos processos porque não conseguimos localizá-los. Só tivemos acesso ao Livro de Registro de Sentença.

²¹⁶ Livro de Registro de Sentenças nº 1, Cartório do 2º Ofício, 23 de fevereiro de 1927, fls. 81 v e 82.

²¹⁷ Livro de Registro de Sentenças nº 1, Cartório do 2º Ofício, 23 de abril de 1926, fl. 33.

²¹⁸ Livro de Registro de Sentenças nº 1, Cartório do 2º Ofício, 04 de fevereiro de 1926, fl. 28.

pagamento de fiança no valor de um conto e quinhentos mil réis. Miguel Mileipp foi preso, mas em 17 de janeiro de 1927 pagou a fiança e foi posto em liberdade.

Há outros exemplos de conflitos que envolveram sírios e libaneses e brasileiros, bem como indivíduos de diferentes nacionalidades, cujo desfecho teve a interferência da Justiça. Um deles envolveu José Assad José e Achille Tedeschi. O primeiro era um comerciante sírio e libanês, natural de Beirute, filho de Assad José e Catharina Bichara. Ele era casado com Rosa Sorete, com quem teve vários filhos. Residia com sua família em Mimoso desde o final do século XIX e início do XX²¹⁹. De Achille Tedeschi sabe-se, apenas, que era um produtor de café.

José Assad José o denunciou porque adiantou-lhe nove contos e seiscentos mil réis para o pagamento de 400 arrobas de café. Achille assinou o recibo de compra e venda, em 18 de junho de 1929, porém não entregou o café que havia vendido. Diante disso, José Assad recorreu à Justiça para reaver o seu prejuízo. Em juízo, uma das alegações de Achille Tedeschi é a de que não teria assinado documento algum. Outra ação dele foi tentar anular alguns depoimentos de testemunhas do credor, porque teriam ocorrido em datas fora dos prazos legais.

O juiz confirmou os depoimentos das testemunhas de José Assad José e mandou nomear peritos para constatar a autenticidade da assinatura de Achille Tedeschi no recibo, por meio do qual selaram o negócio. Esses peritos disseram que não poderiam afirmar que a assinatura dele era falsa. Em carta, anexada ao processo por José Assad, como prova de realização do negócio, Achille Tedeschi afirmou: “[...] Estou pagando dividas e espero que há de sobrar para o senhor também [...]” e mais: “[...] Vai ahi meu colono Antonio Pedro com a mostra de café, caso faça negocio podemos entregar para a semana 400 e mais arrobas. Assim espero vossa resposta”²²⁰.

O juiz considerou as várias provas apresentadas por José Assad José, tais como o documento que assinaram, fechando o negócio, cuja firma foi reconhecida em

²¹⁹ Livro de Registro de Nascimento, nº 2, fl. 133 v. A data de assentamento de José Assad José em Mimoso não foi possível precisar, mas, como seu primeiro filho nasceu em janeiro de 1904, é possível que ele tenha chegado entre o final do Dezenove e princípios do Vinte.

²²⁰ Livro de Registro de Sentenças, nº 2, Cartório do 1º Ofício, fls. 74-78.

cartório; a autenticidade do recibo garantida pelos peritos; os depoimentos das testemunhas, que afirmaram o terem visto assinar o documento, entre as quais, o sírio e libanês Jorge Elias; a carta na qual falou da possibilidade da venda e entregas das 400 arrobas. Assim, Achille Tedeschi foi condenado a pagar a quantia de nove contos e seiscentos mil réis a José Assad José, acrescida de multa. A sentença do juiz foi proferida em 25 de fevereiro de 1930. Ao que parece, Achille recorreu ao Tribunal Superior, em 05 de março de 1930, mas não foi possível levantar mais informações sobre o caso²²¹.

Miguel Elias Massadar apelou à Justiça contra Maria Josefina de Resende Silva, de quem era inquilino. Ela não queria receber o valor dos aluguéis que ele a devia e, por isso, resolveu fazer depósitos judiciais. Miguel Elias Massadar era um comerciante sírio e libanês, natural de Trípoli²²², filho de Elias Massadar e Angelina Minassa, casado com Mary Nemer Massadar²²³. Em 12 de fevereiro de 1926, o magistrado julgou procedente a ação de Miguel Elias Massadar, porque

Considerando que o depósito da importancia devida fez presumir que o credor se recusa a recebê-lo; Considerando que a R. [Ré] deixou correr deixou correr a revelia o processo de acção de consignação em pagamento, [...]; Considerando que nos depositos [...] a boa fé do devedor, no desejo de pagar o que deve [...] julgo procedente a acção de consignação em pagamento proposto por Miguel Elias Massadar²²⁴ [...].

Vários casos que envolveram sírios e libaneses e a Justiça diziam respeito a dívidas contraídas e não pagas. É a situação de Abdalla Kehdy, um comerciante sírio e libanês, casado com Flauzer Kehdy, que era filho de Retara Kehdy e Sarah Kehdy²²⁵. Ao contrair uma dívida de 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis) com Theodomiro Ferreira e não pagar, o credor foi à Justiça cobrar a dívida, porque, segundo afirmou, tentou cobrá-la por meios amigáveis, mas o devedor se recusou a pagar. Theodomiro solicitou ao juiz, caso Abdalla se recusasse a pagar, que seus bens fossem penhorados²²⁶.

²²¹ Livro de Registro de Sentenças, nº 2, Cartório do 1º Ofício, fls. 74-78.

²²² FRANCESCHETTO, 2008, p. 1055.

²²³ Livro de Registro de Nascimento, nº A-06, fl. 97 v.

²²⁴ Livro de Registro de Sentenças, Cartório do 1º Ofício Cível, fls. 33-34.

²²⁵ Livro de Registro de Nascimento. Livro A-03, fl. 96.

²²⁶ Ação executiva de Theodomiro Ferreira contra Abdalla Kedy, 04/04/1927, fl. 2.

Acatando a petição do credor, o magistrado expediu um mandado para que Abdalla fosse intimado a “[...] pagar incontinentemente a quantia de setecentos e cinquenta mil réis [...]; e caso não o faça os ditos officiaes procedam a penhora em tantos bens do suplicante quantos bastem para o pagamento da dívida, juros e custas [...]”²²⁷. Intimado e intimidado, é claro, Abdalla pagou a dívida com Theodomiro, em 19 de maio de 1927, mas no valor de um conto e cinquenta mil réis, acrescido das custas do processo, calculada em duzentos e cinquenta mil réis²²⁸.

Já o advogado Pedro O’Reilly de Souza entrou com uma ação na Justiça contra Álvaro Nassur porque este não lhe pagou pelos serviços que lhe foram prestados por este advogado. Álvaro Nassur era um comerciante de Mimoso, casado com Amélia Nassur. Filho de João Nassur, já falecido em Trípoli, e Carmem Nassur, residente em Mimoso²²⁹, Álvaro contratou os serviços de Pedro O’Reilly numa ação que moveu contra Sylvio Zeferino. Sylvio devia a Álvaro Nassur dois contos e cento e quinze mil réis, cujas promissórias haviam vencido e não tinham sido pagas.

Foram penhorados bens de Sylvio Zeferino para o pagamento a Álvaro Nassur. No entanto, mesmo vencendo a ação, Álvaro não pagou pelos serviços advocatícios de Pedro O’Reilly²³⁰, acordados em um conto de réis. Álvaro foi intimado a fazer o pagamento ao seu credor, o que foi feito logo em seguida. Ao receber a quantia devida por Álvaro Nassur, o advogado enviou ao juiz um termo de desistência, em que afirmou que desistia da ação²³¹ porque o devedor o procurou e pagou a dívida que tinha com ele.

As fontes judiciais encontradas em Mimoso possibilitaram também a análise de um processo de falência ocorrido nesta localidade, em 1926. Dividido em dois volumes e com quase 200 folhas, o processo reservou muitas informações a respeito das práticas comerciais realizadas no sul do Espírito Santo, mas que podem ter ocorrido em muitas regiões do país na Primeira República.

²²⁷ Ação executiva de Theodomiro Ferreira contra Abdalla Kedy, 04/04/1927, fl. 2.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Livro de Registro de Nascimento. Livro A-03, 96.

²³⁰ Ação executiva de Pedro O’Reilly de Souza contra Alvaro Nassur, 25/10/1929, fl. 3.

²³¹ Ibidem.

Através desse processo de falência, também é possível verificar o rol dos credores dos comerciantes sírios e libaneses de Mimoso, em que região do país eles estão estabelecidos, o que produzem, o que vendem, por meio de que instrumentos de crédito concretizam suas vendas (letras de câmbio, promissórias, duplicatas). A loja que veio à falência foi A Nova Morena, localizada na praça Coronel Nestor Gomes, s/nº, em Mimoso, conforme é possível constatar na Figura 25, a seguir.

Figura 25 - Loja A Nova Morena



Fonte: Acervo de Renato Mofati

A Loja A Nova Morena comercializava armarinhos, ferragens, chapéus, perfumarias. Era um armazém de secos e molhados, além de ser compradora de café. Pertencia a Francisco Melhem, um comerciante sírio e libanês, filho de Melhem Ibrahim Baruque e Léa Melhem Baruque, que era casado com Helena Acha. Seu sogro, Elias Acha²³², era um dos maiores comerciantes da região, bem como um de seus maiores credores. Somente com a firma de seu sogro, a dívida de Francisco Melhem chegava aos dez contos de réis, valor bastante considerável para a época.

²³² Livro de Registro de Casamento, Livro B-06, 106.

Em 20 de março de 1926, Francisco Melhem entrou na Justiça com um pedido de falência, alegando os seguintes motivos:

1º, a crise mundial, ocasionada pela oscilação constante do cambio, o que viu estabelecer o pânico na vida comercial do país, e que, se tem sido tão perniciosos efeitos nas praças mais importantes [...], tem reflectido de maneira fantastica no commercio do interior; 2º, a oscilação do preço do café, nosso producto principal de exportação e que constitue [...] a vida commercial de Mimoso; 3º, ultimamente, as chuvas constantes e intermitentes, nestes ultimos mezes, annullando completamente as transações commerciaes, pois o consumidor não se anima a procurar o commercio [...] limittando-se [...] ao consumo do producto de sua lavoura.²³³

Francisco alegou que esses fatores conjugados o impossibilitaram de fazer o pagamento aos credores. Ele teria tentado uma moratória para, assim, evitar a falência, mas poucos credores foram complacentes, e alguns quiseram receber suas dívidas à força, de acordo com ele. Para ele, o principal motivo de sua condição foi a oscilação do preço do café numa economia que se baseava quase unicamente nesse produto, o que o levou à insolvência e ao pedido de falência. Segundo Francisco Melhem, tratou-se de um recurso extremo, mas necessário.²³⁴

Antes da decisão judicial, Francisco Melhem precisou apresentar um balanço de sua firma. O seu pedido de falência foi aceito em 29 de março de 1926, pelo juiz Aloysio Aderito de Menezes. Em seus argumentos, o juiz afirmou que Francisco Melhem se enquadrava naquilo que determinava a lei para ser declarado falido e que, portanto, declarava aberta sua falência. No mesmo despacho, o magistrado nomeou uma sindicância na firma do requerente, composta por três síndicos: Saliba Acha, representando a firma Elias Acha & Irmãos, Jorge Elias Massadar, pela firma Barboza Lima & Companhia, e Fernandes Almagro Delgado.²³⁵

Vale destacar que os três síndicos da falência são credores de Francisco Melhem, no entanto, dois deles são sírios e libaneses. Dos dois sírios e libaneses, um deles, Saliba Acha, é irmão do sogro de Francisco, o que poderia pesar em favor do requerente, dada a solidariedade existente entre eles, mas não foi isso que ocorreu. Em 30 de abril de 1926, os síndicos apresentaram um relatório no qual analisaram as causas da

²³³ Processo de Fallencia Francisco Melhem, 20/03/1926, fl. 2.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Ibidem.

falência apresentadas por Francisco Melhem, com as quais concordaram, embora tenham dito que a questão das chuvas é o motivo mais frágil apresentado por ele. Mas acrescentaram outras duas causas:

[...] o que de certo contribuiu grandemente para esse desfecho foi a construção empreendida da casa em que se achava estabelecido o falido, prédio por demais grandioso para as possibilidades financeiras do seu proprietário. Não podemos ainda deixar de salientar a facilidade extrema com que os Srs. Viajantes, para fazer salientar suas vendas, transaccionaram com negociantes, como o falido, de capacidade financeira limitada, bem assim dos Srs. Comerciantes, atendendo “pedidos” desses mesmos negociantes, já em atraso, com duplicatas vencidas e não pagas.²³⁶

A sindicância apurou um passivo de cento e sessenta contos e vinte nove mil e cem réis (165:029\$100). Além de mostrar o tamanho do passivo, cujos valores são astronômicos, praticamente impagáveis, o relatório permitiu observar que os credores de Francisco Melhem eram de Mimoso, Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória, São Paulo, Ubá (MG), Campos dos Goytacazes, Friburgo, Rio Bonito, mas principalmente, do Rio de Janeiro. Entre eles, havia brasileiros, portugueses, espanhóis, judeus, sírios e libaneses.²³⁷

Outro dado que merece destaque por ineditismo é o fato de uma das firmas credoras de Francisco Melhem terem um sírio e libanês e um brasileiro como sócios. Trata-se da firma Barboza Lima e Companhia, de propriedade de Jorge Elias Massadar e Corinto Barboza Lima. Na literatura existente sobre o tema, sírios e libaneses se aliavam a sírios e libaneses nos negócios, geralmente com irmãos, pais, tios, primos, conterrâneos, porque era uma relação que garantia maior segurança ao abrir sociedade com conhecidos. Entretanto, fazer uma sociedade comercial com um brasileiro deve ter tido uma razão bastante plausível, que a fonte não nos permitiu levantar. No entanto, é possível fazer conjecturas: talvez fossem sogro e genro, ou vice-versa, mas não foi possível apurar.

²³⁶ Processo de Fallencia Francisco Melhem, 20/03/1926, fl. 2.

²³⁷ Farah & Comp., Abuzaid & Saadi, Chucris Murad & Comp., Naffah & Irmão, Merhy & Irmão, Elias Acha & Irmão, Elias Melhem, Saad Elias, Miguel Elias & Cia., Afetz Abrão, Simão & Cia., David Antonio, Salim Daniel, Chacur Irmãos, Caram & Cia., Elias André & Cia., Salim Hana & Irmão, Mussa & Companhia, Chicri Bichara, entre muitos outros (Processo de Fallencia Francisco Melhem, 20/03/1926, fl. 2.).

Em audiência realizada no dia 30 de abril de 1926, lido o relatório dos síndicos na presença do juiz, dos síndicos e de alguns credores, o documento foi aprovado. Em seguida, Francisco Melhem apresentou uma proposta de concordata. Nela, ele se comprometia a pagar 21% do valor do saldo dos créditos, sendo então aprovada pela assembleia de credores e, em seguida, homologada pelo juiz. Como até 5 de junho daquele ano muitos credores não foram receber o valor acordado, Francisco Melhem decidiu depositar judicialmente os valores devidos.²³⁸

Em seguida, o juiz manda afixar editais nos quais solicitou que os credores viessem receber, em juízo, os valores a que tinham direito²³⁹. A partir daí, muitos credores solicitaram esse pagamento. O que se apreende do processo é que A Nova Morena não fechou as portas, mas o pedido de concordata permitiu a continuidade de suas atividades comerciais para o pagamento posterior daquilo que Francisco Melhem devia aos credores. Se as atividades da firma fossem encerradas, como pagaria suas dívidas?

Assim, o que se verificou nessa seção foi a presença constante de conflitos que colocaram em lados opostos sírios e libaneses e indivíduos de outras nacionalidades. Em alguns casos, os conflitos ocorreram dentro da própria colônia. Eles extrapolaram as soluções amigáveis e adentraram ao âmbito da Justiça, que arbitrou ora em favor, ora contra esses imigrantes e seus descendentes, sempre sob argumento da prevalência da lei. Mas vale ressaltar que sírios e libaneses e seus descendentes recorreram à Justiça para que ela intermediasse as situações de conflito nas quais estavam envolvidos, a fim de que seus interesses fossem satisfeitos. Ao mesmo tempo, buscaram sua inserção social por meio do casamento com indivíduos de dentro e/ou de fora da colônia.

3.5 CASAMENTOS EM MIMOSO

Uma análise dos casamentos de sírios e libaneses realizados em Mimoso, entre 1890 e 1930, revelaram algumas características relevantes a respeito desses imigrantes e de seus descendentes. Dos 19 casamentos ocorridos nesse período, oito ocorreram

²³⁸ Processo de Fallencia Francisco Melhem, 20/03/1926, fl. 2.

²³⁹ Ibidem.

fora do grupo étnico²⁴⁰ e 11 foram endogâmicos²⁴¹. Dos que se casaram fora do grupo étnico, cinco eram mulheres da mesma família, as irmãs: Seyd, Martha, Farid, Noemia e Mathilde Felipe. Esse é um dado importante, porque, geralmente, a exogamia foi uma característica restrita aos homens.

Sobre a naturalidade dos que iam se casar, destacaram-se basicamente duas cidades do litoral sírio e libanês: Trípoli e Beirute²⁴², o que expõe uma rede migratória estruturada, ligando a Síria e o Líbano a Mimoso por meio de indivíduos, majoritariamente, desses importantes centros urbanos. É o caso, por exemplo, de Gabriel João Minassa e Mariana Massadar, ambos de Trípoli. Outros casamentos que envolveram as duas cidades foram os de José Pasculli e Mathilde Chaibub, e Nagib Abi-Rihan e Mathilde Elias Massadar, eles oriundos de Beirute e elas, de Trípoli.

Do mesmo modo, os enlaces mostraram a relação entre sírios e libaneses e seus descendentes residentes em Mimoso e indivíduos naturais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e até do Ceará, embora residentes em Mimoso. Isso reflete bem a existência de diversos fluxos migratórios para a região. Há também sírios e libaneses que se casaram com pessoas de outras nacionalidades. É o caso de Antonio Felipe que, oriundo de Trípoli, no Líbano, casou-se com Assunta Bonamigo Felipe, nascida em 13 de maio de 1885, em Gênova, na Itália. São os pais de Seyd, Martha, Farid, Noemia e Mathilde, as cinco irmãs, que se casaram fora do grupo étnico.

Embora essa diversidade de fluxos migratórios em Mimoso se relacione, aqui, a um distrito de uma das cidades do sul do Espírito Santo, ela demonstra uma característica marcante da sociedade espírito-santense: sua múltipla identidade. Para Dadalto (2007), sabe-se pouco

²⁴⁰ Felipe Amim Sayd e Porfira Maria de Souza; Aristides Machado e Seyd Felipe; José Santino e Martha Felipe; Carlos Alberto Di Giorgio e Farid Felipe; Jorge Nunes Acha e Rosa Rodrigues de Souza; Antonio Ribeiro de Castro e Noemia Felipe; Laurentino Ribeiro e Mathilde Felipe; e Said Najar e Maria Laurentina.

²⁴¹ Felipe Camillo da Silva e Amélia Maria Manache; Gabriel João Minassa e Mariana Massadar; Jacob Yazeji e América Chaybub; Constantino Nassur e Mariana Abdon Dayha; Nahum Abdalla Feres e Jenny Monteiro; Francisco Melhem e Helena Acha; José Pasculli e Mathilde Chaibub; Nagib Abi-Rihan e Mathilde Elias Massadar; Pedro Elias Bucazio e Setelbert Acha; e José Calil Fegali e Maria Nicolas Chazaril.

²⁴² As cidades podem estar ligadas ao fato de possuírem portos por meio dos quais se emigrava, especialmente Beirute.

[...] sobre o relacionamento entre todos esses migrantes, imigrantes e descendentes na construção do local. E essa construção se deu conjuntamente, com participação ativa de todas as partes, dividindo espaços públicos e privados, gerando renda e conformando um povo com uma identidade múltipla (DADALTO, 2007, p. 58).

Além disso, por meio dos registros de casamento, foi possível apurar a presença de uma família proveniente da Síria, a família Dayha, que é oriunda da cidade de Tartus, em território sírio. Esta família é composta por: Abdon João Dayha, Joanna Yazeji Dayha e sua filha, Mariana Abdon Dayha. Esse dado é bastante importante porque, na parca produção bibliográfica e historiografia capixaba sobre os sírios e libaneses, é quase consenso a inexistência de sírios e a predominância de libaneses, no período que vai de 1880 a 1940.

Alguns entrevistados nos falaram da presença de sírios, sem, contudo, citar nomes de pessoas ou famílias dessa nacionalidade. No entanto, a família Dayha, de origem síria mostrou que o Espírito Santo também foi o destino de indivíduos da Síria, o que lança luz sobre a possibilidade de haver outros imigrantes sírios em terras capixabas. É válido frisar a importância dos registros civis de Mimoso, riquíssimos em informações sobre a naturalidade dos noivos e seus pais, onde residiam. Quando os pais já haviam falecido, muitos registros traziam a data e local de falecimento.

Em relação aos casamentos ocorridos fora do grupo étnico, o de Felipe Amim Sayd e Porfira Maria de Souza é emblemático porque foi o primeiro casamento de um imigrante sírio e libanês de Mimoso. O enlace realizou-se em 08 de abril de 1899, isto é, no período inicial de assentamento desses imigrantes na região. Felipe tinha 28 anos e era filho de Amim Sayd e Rosa Amim Sayd. Já Porfira tinha 19 anos, era natural do estado do Rio de Janeiro, filha de José Mathias Corrêa da Rocha e Maria Alexandrina de Souza²⁴³.

Da mesma forma, Jorge Nunes Acha, um descendente de libaneses, optou pela exogamia. O enlace ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1925, na casa de sua futura esposa. Nascido em 28 de setembro de 1902, Jorge tinha 22 anos e era solteiro. Empregado do comércio, residia em São João de Muqui e era filho de Maria Nunes

²⁴³ Livro de Registro de Casamento, Livro B1, folha 100.

da Conceição, que já havia falecido em Campos (RJ). A noiva Rosa Rodrigues de Souza também era solteira, tinha 18 anos e era natural de Mussurepe, município de Campos (RJ). Doméstica e residente em Mimoso, Rosa Rodrigues de Souza era filha de Manoel Rodrigues Gonçalves e Joana Maria Gomes, que eram comerciantes, residentes em Mimoso²⁴⁴. Entre as testemunhas, há sírios e libaneses e descendentes, como: Francisco Melhem, Elias Acha, Carmem Acha, Saliba Acha, João Nunes Acha e Fueda Nassur²⁴⁵.

Sobre casamentos fora do grupo étnico, citamos o de Said Najar e Maria Laurentina. Ele, natural de Beirute, comerciante e residente no Rio de Janeiro. Ela, residia em Mimoso. O matrimônio ocorreu no dia 22 de novembro de 1928. Said era solteiro, tinha 30 anos e nasceu no dia 08 de agosto de 1898, em Beirute. Era filho de Alli Najar e Rashma Najar, proprietários, residentes em Beirute. Já Maria, nasceu no dia 25 de junho de 1911 na cidade de Itaúna (MG). Solteira e doméstica, Maria era filha de Miguel José Antônio e Laurentina Maria de Jesus, e moravam em Mimoso²⁴⁶. Havia muitos sírios e libaneses presentes no casamento, entre os quais: Luiz Antônio Meleipe, Melhem Meleipe, Simão Ítala, Álvaro Nassur, Miguel Abiguinem, Mamede Aride, Saia Amoud Meleipe, Hatum Felipe, Angelica Nassur, Nagib Meleipe. Do mesmo modo, havia muitos brasileiros²⁴⁷.

Outros cinco casamentos fora do grupo étnico envolveram as filhas de um mesmo casal de comerciantes, residentes em Mimoso: Antonio Felipe e Assunta Bonamigo Felipe. A primeira filha a se casar foi Seyd Felipe²⁴⁸, que era solteira, de serviços domésticos, nascida em Cachoeiro de Itapemirim (ES), no dia 16 de outubro de 1902. O nubente era Aristides Machado, solteiro, com 21 anos, nascido em 18 de dezembro de 1898, em Santo Eduardo (RJ). Trabalhava como empregado da *Leopoldina Railway Company Limited*²⁴⁹, domiciliado e residente em São Felipe, município de Cachoeiro de Itapemirim. Seu pai, Cyryllo Machado, faleceu em 15 de março de 1913,

²⁴⁴ Livro de Registro de Casamento, Livro B-06, folha 111.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Livro de Registro de Casamento, Livro B-08, folha 90.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ O casamento ocorreu em 01 de fevereiro de 1919 (Livro de Registro de casamento, Livro B-03, folha 194).

²⁴⁹ De acordo com Quintão (2010), A *Leopoldina Railway* tornou-se o maior complexo ferroviário do Brasil.

em Santo Eduardo, e sua mãe, Angela Ribeiro, residia em São Felipe, distrito de Cachoeiro (ES)²⁵⁰.

A segunda a contrair matrimônio foi Martha Felipe. Casou-se com José Santino de Oliveira, um cearense de Joazeiro, solteiro e com 24 anos, nascido em 28 de março de 1899. Agrimensor e morador de Mimoso, José era filho de Antônio Santino de Oliveira, já falecido, e Ana Gonçalves de Oliveira, que residia em Joazeiro. O enlace ocorreu em 08 de maio de 1923 e, na época, Martha era solteira, tinha 17 anos. Nasceu em Sumidouro, distrito de São Felipe, Cachoeiro de Itapemirim em 24/06/1906. Nesse enlace, havia um imigrante sírio e libanês: Jorge Elias Massadar²⁵¹.

Depois de Martha, foi a vez de Farid, que se casou com Carlos Alberto Di Giorgio. Ela, doméstica e solteira, tinha 17 anos. Como suas irmãs, nasceu no distrito de São Felipe, Cachoeiro de Itapemirim (ES), mas no dia 28 de agosto de 1907. Carlos Alberto Di Giorgio era solteiro, nascido em 28 de novembro de 1899, em Cantagalo (RJ). Artista, Carlos era filho de Cezar DiGiorgio e Emerenciana Alves Pereira, proprietários e residentes em Mimoso. O enlace ocorreu no dia 06 de junho de 1925, na casa dos pais da nubente e não contou com a presença de sírios e libaneses²⁵² e/ou descendentes.

Aproximadamente dois anos depois ocorreu o enlace de Noêmia, que se casou no dia 26 de fevereiro de 1927. Com 17 anos, nascida a 08 de setembro de 1910, Noemia era solteira e doméstica, e casou-se com Antônio Ribeiro de Castro, que era solteiro, com 20 anos, nascido a 01 de janeiro de 1907. Ele era alfaiate, residente em Mimoso e era filho de Carlos Damaso Ribeiro de Castro e Maria Monteiro Vivas, ambos já falecidos²⁵³.

O último enlace da família foi o de Mathilde Felipe, que era solteira, nascida a 24 de março de 1912. Seu consorte chamava-se Laurentino Ribeiro, também solteiro,

²⁵⁰ Livro de Registro de casamento, Livro B-03, fl. 194.

²⁵¹ Livro de Registro de casamento, Livro B-05.

²⁵² Livro de Registro de casamento, Livro B-06, fl. 136.

²⁵³ Livro de Registro de casamento, Livro B-07, fl. 142 v.

nascido a 15 de setembro de 1905, em Morro do Côco, município de Campos (RJ). Empregado da Leopoldina, residente em Mimoso, era filho de Felisberto Ribeiro de Souza e Laudelina Crespo Ribeiro, ambos residentes em São João de Muqui (ES), cidade vizinha a Mimoso. Ocorrida em 10 de outubro de 1928, também na casa dos pais da nubente, a cerimônia contou com a presença de brasileiros, como Abigail Cysne, Elsa Nunes, Martha de Oliveira etc., e um sírio e libanês: Miguel Elias Massadar²⁵⁴.

Se, por um lado, houve matrimônios fora do grupo étnico, por outro, alguns sírios e libaneses optaram por se casar dentro da colônia. Na década de 1900, por exemplo, foram realizados apenas dois enlaces envolvendo sírios e libaneses e ambos os casos foram endogâmicos: Felipe Camillo da Silva casou-se com Amélia Manache, no dia 26 de outubro de 1907. Ele, solteiro, contando com 29 anos, era natural de Beirute, cujos pais, Camillo da Silva e Sada Auyp, moravam em Santa Luzia de Carangola (MG). Amélia também era solteira, tinha 17 anos e morava em Mimoso. Era filha de Salomão Manache e Nazle Manache. As testemunhas eram sírios e libaneses: Chicri Jorge Antônio e Rosa Ayup²⁵⁵.

Já em 1909, foi a vez da família Minassa estreitar os laços com os Massadar. Naturais de Trípoli, no Líbano, Gabriel João Minassa e Mariana Massadar²⁵⁶ casaram-se no dia 10 de junho, cuja cerimônia realizou-se na casa da nubente. Gabriel Minassa era filho de João Minassa, falecido, e Helena Raede. Residindo em Mimoso com sua mãe e irmãos, Gabriel era um comerciante, solteiro, de 40 anos de idade, enquanto Mariana tinha 16. Ela era solteira, doméstica, filha de Elias Miguel Massadar, falecido, e Angelina Sade, esta residente em Mimoso²⁵⁷.

Tratava-se de duas famílias sírias e libanesas de Mimoso, com papel avultado no comércio da região. Tanto que, desse enlace, participaram muitos sírios e libaneses, entre os quais: Sayde Minassa, Antônio Nicolau Noé, Saliba Acha, Elias G. Buteri,

²⁵⁴ Livro de Registro de casamento, Livro B-08, fl. 80 v.

²⁵⁵ Livro de Registro de casamento, Livro B-02, fl. 27 v.

²⁵⁶ Gabriel e Mariana não sabiam assinar. Por isso, outras pessoas assinaram por eles. É possível supor que soubessem ler e escrever em árabe, embora não seja possível afirmar (Livro de Registro de casamento, Livro B-02, fl. 36 v).

²⁵⁷ Livro de Registro de casamento, Livro B-02, fl. 36 v.

Tufih Simão, Pedro Buteri, Miguel Ayoub, Wadyh Simão, Abrahão Almokdisé. Outros participantes foram Álvaro Marques, Raul Borges Faria, Olga Ebendinger, Ada Adames Ebendinger, Justitiano A. Oliveira, Ermelinda Nascimento Fernando, Rosa de Azevedo Faria, Oswaldo D. Marques e Edgard D. Marques²⁵⁸.

Figura 26 – Casa comercial de Gabriel João Minassa



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

Vale reforçar que a grande presença de indivíduos e de nacionalidades diferentes nesse casamento pode ser um indício da importância socioeconômica dessas famílias para a região, seja pelo fato de estarem assentadas há mais tempo na região, seja pelo poder econômico que exercia, ou por ambas as coisas. Não obstante isso, Gabriel João Minassa tinha um grande estabelecimento comercial em Mimoso, onde, posteriormente, trabalharam alguns de seus filhos, entre os quais Dimitre e João Minassa, conforme se vê na imagem (Figura 26).

²⁵⁸ Livro de Registro de casamento, Livro B-02, fl. 36 v.

Se o casamento de Gabriel Minassa e Mariana Massadar ganhou destaque pela importância econômica das suas famílias, outros se destacaram por reservarem elementos bastante elucidativos das maneiras encontradas pelos sírios e libaneses para se inserirem na sociedade. É o caso do casamento entre Nahum Abdalla Feres e Jenny Monteiro. Nahum era solteiro, tinha 28 anos, nascido em 1º de janeiro de 1895, no Monte Líbano. Comerciante e residente em Mimoso, era filho de Abdalla Feres e Haine Abdalla, ambos moradores do Monte Líbano. O enlace aconteceu na casa do pai de Jenny, no dia 1º de setembro de 1923²⁵⁹.

Jenny Monteiro, por sua vez, é uma descendente de sírios e libaneses, filha de Felipe Monteiro, nascido em Monte Líbano, e Chrispina Monteiro, nascida em Beirute. Eram comerciantes e residentes em Mimoso. Jenny nasceu no dia 04 de março de 1905, portanto, contava com 18 anos na época do casamento. Era solteira e doméstica²⁶⁰. Entre as testemunhas do seu casamento, uma merece menção: Jerônimo de Souza Monteiro, à época, senador da República e residente na capital federal. Tratava-se do fundador da oligarquia de tipo familiar que dominou o Espírito Santo, de 1908 a 1930, a oligarquia Souza Monteiro, além de ter sido Governador Estadual entre 1908 e 1912. Jerônimo de Souza Monteiro foi um dos mais importantes políticos capixabas na Primeira República.

Como não pôde estar presente, Jerônimo Monteiro escolheu como seu procurador o Cel. José Olympio de Abreu, outro indivíduo de certo cabedal. Na procuração, consta uma parte muito importante:

[...] a elle confiro amplos poderes para me representar nas solenidades do casamento da Exma. Senhorinha Jenny Monteiro, filha do Sr. Felipe Monteiro, podendo assignar os papeis necessarios e praticar os actos [...], reservando para mim o parentesco espiritual decorrente". Rio de Janeiro, 20/08/1923.²⁶¹

Ter um político da importância de Jerônimo Monteiro como testemunha de casamento reflete a capilaridade que este indivíduo possuía, bem como as redes de amizade que procurava construir, inclusive com imigrantes sírios e libaneses, cujas motivações são

²⁵⁹ Livro de Registro de casamento, Livro B-05, fl. 141 v.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ Ibidem.

políticas e socioeconômicas. Por outro lado, reflete os laços que esses imigrantes e seus descendentes teceram no seu processo de inserção na sociedade capixaba, até mesmo com políticos importantes.

É muito provável que o sobrenome Monteiro²⁶² da família de Felipe seja uma homenagem e/ou referência ao fato da proximidade com Jerônimo Monteiro, que possuía “parentesco espiritual”²⁶³, com Jenny Monteiro, garantido pelo fato de figurar com testemunha do casamento. Conforme assinalou Agassian e outros (2003), o parentesco não necessariamente está ligado à consanguinidade coincidente, mas trata-se de um constructo social baseado em diferentes relações.

Já o casamento de Constantino Nassur e Mariana Abdon Dayha, ocorrido no dia 21 de maio de 1922, envolveu um libanês da cidade de Trípoli e uma síria, natural de Tartus. Ele era solteiro e, nascido em 3 de junho de 1884, contava com 38 anos. Comerciante, Constantino era filho de João Nassur, falecido em 08 de novembro de 1889, e Carmem Nassur, residente em Mimoso. Mariana Abdon Dayha era filha do lavrador Abdon João Dayha e de Joana Yazeji Dayha, residentes em Tartus, na Síria. Solteira, nascida em 06 de janeiro de 1901, Mariana tinha 21 anos de idade, era doméstica e residia em Mimoso²⁶⁴.

Desse consórcio, participaram muitos sírios e libaneses e descendentes, entre os quais: Michel Alexandre Yazeji, Victória Cheibub Abdalla, Mathilde Cheibub, Helena Acha, Angelica Nassur, João Nassur, Elias Assad, Michel Cheibub, João Assad, Bechara Assad, Miguel Elias Massadar, Jorge Elias Massadar, Antonio Nunes Acha, Abdullah Hananias, Gabriel Minassa e Felício Alexandre Yazeji. Entre os brasileiros, participaram: Eduardo Monteiro da Gama, Nominato Ferreira de Paiva, e outros. Michel Alexandre Yazeji assinou por Mariana, que não sabia ler nem escrever²⁶⁵.

²⁶² Essa não foi a única vez que a troca e inclusão de sobrenome ocorreu no sul do Espírito Santo. De acordo com Moreira (2004), Marcondes Alves Fonte Boa, político importante da Primeira República, Governador Estadual entre 1912-1916, trocou de sobrenome ao se aparentar com a família Souza Monteiro. Passou a assinar Marcondes Alves de Souza, excluindo o Fonte Boa do seu nome. Era comum os sírios e libaneses aportuguesarem seus nomes ao chegarem ao Brasil, no entanto, é bastante curioso um árabe com sobrenome Monteiro.

²⁶³ Livro de Registro de casamento, Livro B-05, fl. 141 v.

²⁶⁴ Livro de Registro de casamento, Livro B-05, fl. 8.

²⁶⁵ Ibidem.

O registro de casamento mostra que a família Nassur é aparentada com os Yazeji, conforme se verifica no sobrenome da mãe de Constantino. A firma comercial de Constantino Nassur, em sociedade com alguém da família Yazeji, denominava-se Nassur & Yazeji²⁶⁶. Não obstante isso, os registros de nascimento e casamento apontam para outros irmãos de Constantino Nassur residentes em Mimoso, como Álvaro e Badia Nassur. Álvaro era casado com Amélia Nassur, filha de Calile Amoy, falecido, e Badia Amoy, residente em Campos dos Goytacazes. Já Badia Nassur era casada com Felício Alexandre Yazeji, que era filho de Alexandre Yazeji e Sehue Yazeji²⁶⁷.

Os Yazeji também contraíram matrimônio com outra família de sírios e libaneses de Mimoso, bastante conhecida, a família Cheibub ou Chaibub, dependendo da grafia. Jacob Yazeji casou-se com América Chaybub na casa da noiva, no dia 18 de fevereiro de 1917. Ele, solteiro e natural de Trípoli, era comerciante e tinha 22 anos de idade. Seu pai era Amim Yazeji e Mariana Acha, ambos residentes em Trípoli. Já América era natural de Campos, também tinha 22 anos, era solteira e doméstica, filha de Antonio Chaybub e Angelina Minassa, ambos residentes em Mimoso²⁶⁸.

Entre testemunhas e participantes deste enlace, é possível citar: Gabriel Minassa, Alexandre Ayoub, Helena Acha, Victória Cheibub, Samile Domiate, Jorge Elias, Said João, Adélia Noé, Antônio Nunes Acha, Calil Salim, Abdalla Kehdy e Antonio Acha²⁶⁹. Se, por um lado, o casamento de América e Jacob uniu as famílias Yazeji e Chaybub, o enlace de outra filha de Antonio Chaybub e Angelina Minassa²⁷⁰ selou a união entre os Chaybub e os Abdalla. Trata-se do casamento entre Jorge Abdalla e Victória Chaybub, ocorrido no dia 05 de maio de 1920, também na casa de Antonio Chaybub²⁷¹.

²⁶⁶ Livro de Registro de casamento, Livro B-05, fl. 8.

²⁶⁷ Em um registro de nascimento, o nome de Sehue Yazeji é grafado como Salime Berute, Berute possivelmente é uma referência ao local de nascimento e/ou residência.

²⁶⁸ Livro de Registro de casamento, Livro B-03, fl. 104 v.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Antônio Chaibub nasceu no dia 15 de março de 1864, em Trípoli. Angelina Minassa também nasceu em Trípoli, no dia 10 de janeiro de 1872. Eram comerciantes e residentes em Mimoso (Registro de casamento, Livro B-04, fl. 67 v).

²⁷¹ Registro de casamento, Livro B-04, fl. 67 v.

Jorge Abdalla era solteiro, nascido em Trípoli, no dia 10 de setembro de 1895. Com 25 anos, Jorge era comerciante, residia em Santo Amaro, estado do Rio de Janeiro e era filho de Abdalla Jorge, um comerciante residente em Santo Amaro (RJ), e Asma Gabriel²⁷², já falecida em Coytá, município de São João da Barra, estado do Rio de Janeiro. Já Victória, era solteira, tinha 21 anos, nascida em 25 de abril de 1899, em Mimoso. As testemunhas do enlace foram: Felício Alexandre Yazeji, sírio e libanês, e Michel Chaibub que, no registro de casamento, apareceu como brasileiro.

Outros presentes no casamento são: Calil Salim, Antonio Nunes Acha, Angelina Macedo Cheibub, Mathildes Elias, Constantino Nassur e Monsenhor Basílias Chahim. O Monsenhor Basílias era um padre da Igreja Católica Ortodoxa, que fazia visitas periódicas a Mimoso, para a realização de batizados e casamentos. Os dois enlaces das filhas de Antonio Chaybub dão uma dimensão de como sírios e libaneses e seus descendentes vão construindo alianças por intermédio do casamento. Assim, a família Chaybub acabava se unindo aos Yazeji, bem como aos Abdalla. Sem contar o patriarca, que já se havia a parentado com os Minassa.

Já o outro lado da família Chaybub aparentou-se com os Pasculli, naturais da cidade de Beirute. No dia 18 de abril de 1925, José Pasculli²⁷³ casou-se com Mathilde Cheibub. Ele, solteiro, nascido em 21 de maio de 1899, com 26 anos, era comerciante e morador de Mimoso. Seus pais chamavam-se Francisco Pasculli, falecido no Líbano, e Jamili Melhem²⁷⁴, residente em Mimoso. Mathilde Cheibub era filha de Jorge Chaibub e Said Minassa²⁷⁵, ele falecido em Trípoli e ela moradora de Mimoso. Solteira, Mathilde nasceu em Trípoli, no dia 08 de novembro de 1904, era doméstica e residia em Mimoso, com a mãe e a família²⁷⁶. Na imagem a seguir, Figura 27, vê-se o casal José Paculli e Mathilde Cheibub.

²⁷² No Livro de Registro de Casamento, os nomes estão assim grafados: do noivo, Jorge Abdalla Turquia; do pai, Abdalla Jorge Turquia; e da mãe, Asma Gabriel Beyruth. Possivelmente, é uma referência à cidade ou país do qual eram naturais. Ainda de acordo com o registro, a mãe do noivo faleceu no dia 06 de setembro de 1909 (Registro de casamento, Livro B-04, fl. 67 v).

²⁷³ José Pasculli era originário de Wadi ChahrourBari (FRANCESCHETO, 2014, p. 1156).

²⁷⁴ Francisco Pasculli, falecido no Monte Líbano, no dia 14 de setembro de 1909. A data de nascimento de Jamili Melhem é 12 de fevereiro de 1873 (Registro de casamento, Livro B-06, fl. 121).

²⁷⁵ Segundo o registro de casamento, Said Minassa nasceu em 03 de janeiro de 1875 (Registro de casamento, Livro B-06, fl. 121).

²⁷⁶ Registro de casamento, Livro B-06, fl. 121.

Figura 27 – Casal José Paculli e Mathilde Cheibub



Fonte: Acervo de Rosângela Guarçoni

Outra família síria e libanesa muito tradicional de Mimoso é a Acha, que é oriunda de Trípoli, no Líbano. Os pioneiros dessa família a se assentarem na região foram Antônio, Elias e Saliba Acha. Os dados do primeiro casamento de membros dessa família a que tivemos acesso ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1925: o enlace de Francisco Melhem e Helena Acha. Ele, nascido em Beirute, no dia 26 de junho de 1896, era solteiro e tinha 29 anos de idade. Filho de Melhem Ibrahim Baruque, já falecido em Monte Líbano, e Leca Melhem Baruque, residente no Monte Líbano, Francisco era comerciante e fixou residência em Mimoso²⁷⁷.

A noiva, Helena Acha, era filha de Elias Acha, nascido em Trípoli, um comerciante residente em Mimoso, e Ruda Acha, já falecida em Mimoso. Ela, que nasceu em Mimoso no dia 06 de junho de 1908, era solteira, doméstica e também residia em

²⁷⁷ Registro de casamento, Livro B-06, fl. 121.

Mimoso. As testemunhas desse enlace foram: José Pasculli e Saliba Acha, tio da noiva²⁷⁸. A Figura 28 apresenta a fotografia do casal Francisco Melhem e Helena Acha.

Figura 28 - Casal Francisco Melhem e Helena Acha



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

Há outro matrimônio envolvendo a família Acha, ocorrido no dia 27 de outubro de 1928. Trata-se do casamento de Pedro Elias Bucazio e Setelbet Acha. Ele é natural de Beirute, mas morava em Campos, no norte fluminense. Tinha 26 anos e era filho de Elias Bichara Bucazio, operário, residente em Beirute, e Essim Herbez, falecida em Beirute. Setelbet era filha de Antônio e Nazle Acha, nascidos em Trípoli, mas comerciantes e moradores de Mimoso. Ela era solteira, nascida em São João de Muqui no dia 18 de novembro de 1908, doméstica e moradora de Mimoso, com os pais²⁷⁹.

²⁷⁸ Registro de casamento, Livro B-06, fl. 121.

²⁷⁹ Livro de Registro de casamento, Livro B-08.

As testemunhas do ato entre Pedro Elias Bucazio e Setelbet Acha foram: Saliba Acha, tio da noiva, que aparece no registro como brasileiro naturalizado; Alexandre Elias Bocazio, comerciante de Campos, e Antônio Nunes Acha. Há outros sírios e libaneses na cerimônia, como: Pedro Elias Bocazio, Melhem Kehdy, Francisco Melhem, Jacob Yazeji, Elias Fadul e Ana Acha Fadul²⁸⁰.

Houve, ainda, mais dois exemplos de enlaces que se caracterizaram pela endogamia. O primeiro foi o de Nagib Abi-Rihan e Mathilde Elias Massadar, e o segundo, de José Calil Fegali e Maria Nicolas Chazaril. Nagib Abi-Rihan era natural de Beirure, nascido no dia 27 de setembro de 1898. Morava em Mimoso, onde atuava no comércio. Era solteiro e filho de Assaid Abi-Riahn, residente no Rio de Janeiro, e Nabibi Abi-Rihan, falecida naquela cidade, em 20 de julho de 1904. Já Mathilde Elias Massadar era solteira, nascida em 18 de abril de 1904, em Trípoli. Era doméstica, residente em Mimoso, filha de Elias Massadar, falecido em Trípoli, e Angelina Massadar²⁸¹, moradora de Mimoso²⁸². O casamento foi realizado em casa de Miguel Elias Massadar, no dia 04 de setembro de 1926.

Por fim, o enlace entre José Calil Fegali e Maria Nicolas Chazaril ocorreu no dia 27 de fevereiro de 1930. Ele era solteiro, tinha 30 anos, nascido a 15 de janeiro de 1900, no Monte Líbano²⁸³. Comerciante e domiciliado em Mimoso, José Calil era filho de Khalil Fegali, já falecido, e Hade Salem, residente no Monte Líbano. Maria Nicolas Chazaril era solteira, com 21 anos, nascida a 01 de fevereiro de 1909, no Monte Líbano. Doméstica e moradora de Mimoso, Maria era filha de Nicolas Chazaril, já falecida, e Malaque Chazaril, residente no Monte Líbano²⁸⁴.

Dos 19 casamentos realizados em Mimoso entre 1890 e 1930, 11 ocorreram dentro do mesmo grupo étnico. Isso tende a indicar um número significativo de indivíduos da colônia aptos ao casamento, uma vez que se tratava de uma colônia bastante grande na região. O tamanho da colônia, em números, e a força econômica que possuía pode

²⁸⁰ Livro de Registro de casamento, Livro B-08.

²⁸¹ Elias Massadar no dia 10 de junho de 1904. Angelina Massadar nasceu em 25 de dezembro de 1868 (Livro de Registro de casamento, Livro B-07, folha 78 v).

²⁸² Livro de Registro de casamento, Livro B-07, folha 78 v.

²⁸³ Segundo Franceschetto (2008, p. 1153), José Calil Fegali é oriundo da cidade de Wadi Chahrour.

²⁸⁴ Livro de Registro de casamento, Livro B-09, folha 19.

ter significado também que a endogamia funcionaria como uma maneira de manter a riqueza circulando entre famílias economicamente prósperas (TRUZZI, 1997).

Outra explicação era a necessidade de fortalecer os elementos culturais trazidos pelos sírios e libaneses, na medida em que esses valores fossem preservados, transmitidos. Não obstante isso, nunca é demais registrar que, nesses casamentos, a presença de sírios e libaneses e seus descendentes, assim como de brasileiros e de pessoas de outras nacionalidades significaram que suas histórias se cruzaram e se complementaram. Isso permitiu que a inserção de muitos sírios e libaneses nessas sociedades fosse possível, mas não sem enfrentar dificuldades (OSMAN, 2011).

Por outro lado, os casamentos fora da colônia mostraram um esforço que sírios e libaneses e seus descendentes fizeram para se inserirem na sociedade mimosense. No entanto, com exceção do casamento de Felipe Amim Sayd e Said Najar, cujos noivos eram sírios e libaneses, os demais eram descendentes, indivíduos da segunda geração, nascidos no Brasil. As cinco mulheres da mesma família que se casaram fora do grupo étnico eram filhas de um sírio e libanês e uma italiana, isto é, já eram fruto de uma hibridização cultural que se verificou com frequência.

Outro aspecto que merece ser destacado é que houve casos em que indivíduos de outras cidades contraíram matrimônio com mulheres residentes em Mimoso. É o caso de: Felipe Camillo da Silva que, residente em Santa Luzia de Carangola, estado de Minas Gerais, casou-se com Amélia Maria Manache; Jorge Abdalla que, embora residente em Santo Amaro, no estado do Rio de Janeiro, casou-se com Victória Cheibub; Pedro Elias Bucazio, de Campos, também no estado do Rio de Janeiro, que se casou com Setebelt Acha; Said Najar, residente no Rio de Janeiro, que se casou com Maria Laurentina; e Aristides Machado, morador de São Felipe, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, que se casou com Seyd Felipe.

Os quatro primeiros são comerciantes sírios e libaneses e certamente tinham alguma relação comercial com a praça de Mimoso, além da questão étnica ter funcionado como fator de ligação entre eles. Poderiam ser clientes e/ou credores dos comerciantes mimosenses, onde transitavam e circulavam para realização de negócios. Havia uma ligação entre Mimoso e várias localidades do Rio de Janeiro,

nas quais os sírios e libaneses de Mimoso tinham conhecidos, parentes, conterrâneos, patrícios. O contato poderia ser feito facilmente através da estrada de ferro. Aristides Machado, além de ser empregado da Leopoldina, morava bem perto de Mimoso, o que facilitava os laços estabelecidos.

Há outros dados que os registros de casamento permitiram observar, como a existência de muitas famílias sírias e libanesas residentes em Mimoso: Acha, Minassa, Massadar, Manache, Said, Ayoub, Felipe, Monteiro, Yazeji, Salim, Kehdy, Cheibub, Chaibub, Domiate, Abdalla, Dayha, Elias, Nassur, Assad, Mileipe, Hananias, Feres, Bucazio, Melhem Baruque, Pasculli, Fadul, Aride, Abiguenem, Fegali, Charazil, Noé, Buteri, Cure²⁸⁵. É possível que algumas sejam de outras localidades, como os Aride e Mileipe, que são de São Pedro do Itabapoana; e Abiguenem, de Cachoeiro. Isso também mostra a relação que eles estabeleceram uns com os outros, circulando, visitando-se, participando de eventos etc.

A idade e o local de nascimento dos sírios e libaneses que se casaram em Mimoso entre 1890 e 1930 é um indicativo importante sobre os fluxos migratórios que se dirigiram àquela localidade. Por exemplo, somente Felipe Amim Sayd, Felipe Camillo da Silva e Gabriel João Minassa, que são naturais do Líbano, nasceram entre o final da década de 1860 e final da década de 1870. Os outros são naturais do Líbano, mas nasceram entre meados da década de 1880 e 1900²⁸⁶. Isso pode ser um indicativo de imigrantes de épocas diferentes, mas interligadas em rede, uma cadeia migratória, em que os primeiros vão contribuindo para a vinda dos outros.

Provavelmente, apenas Felipe Amim Sayd, Felipe Camillo da Silva e Gabriel João Minassa, e talvez Constantino Nassur, podem ter chegado aqui em fins do Dezenove, compondo o primeiro fluxo migratório. Os outros, como nasceram no Oriente Médio e nas datas mencionadas, por serem, portanto, muito novos, devem representar um

²⁸⁵ Livros de Registros de Nascimento: livros A-01 a A-13; Livros de Registros de Casamento: livros B-01 a B-09.

²⁸⁶ Felipe Amim Sayd é de 1871, Felipe Camillo da Silva, de 1878, e Gabriel João Minassa é de 1869. Jacob Yazeji, Jorge Abdalla, Nahum Abdalla Feres são de 1895; Constantino Nassur nasceu em 03 de junho de 1884; Francisco Melhem é de 1896; José Pasculli nasceu em 21 de maio de 1899; Nagib Abi-Riahn é de 1898, assim como o é Said Najjar; José Calil Fegali é de 1900 e Pedro Elias Bucazio é de 1902 (Livros de Registros de Nascimento: livros A-01 a A-13; Livros de Registros de Casamento: livros B-01 a B-09).

segundo fluxo migratório, porque o local e período de seus nascimentos justificam as suas chegadas tempos depois. Conforme se verificou no processo de imigração síria e libanesa, os que vieram depois tiveram as suas vindas facilitadas pelos que já estavam estabelecidos (KNOWLTON, 1961; CAMPOS, 1987; TRUZZI, 1997, 2000).

Corroborando as informações contidas nos registros de casamento, nos registros de nascimento foi possível levantar muitas informações a respeito das famílias de sírios e libaneses que se assentaram em Mimoso. Essas informações se relacionam à filiação, data e local de nascimento, local de casamento, se pais e/ou mães estavam vivos, local onde residiam e local onde morreram. Da mesma, forma foi possível observar o parentesco entre alguns indivíduos, verificando-se o nome dos pais, como no caso dos irmãos Constantino, Álvaro e Badia Nassur, que são filhos de João e Carmem Nassur.

Ainda, muitos sírios e libaneses que migraram para Mimoso vieram casados de suas regiões de origem, conforme mostram os registros de nascimento. Alguns exemplos são: Saliba Acha e Salma Debba Acha; Antônio Acha e Nasle Acha, Jorge Chaybub e Sayde João Minassa; José Assad José e Rosa Sorete; Miguel Elias Massadar e Mary Nemer Massadar; Alvaro Nassur e Amelia Nassur; Abidalla Kehdy e Flauzer Kehdy²⁸⁷; Felicio Alexandre Yazeji e Badia Nassur Yazeji; Felipe Monteiro e Chrispina Bardail Monteiro. Isso não descarta a possibilidade de terem se casado em outras cidades brasileiras e capixabas e, em seguida, terem migrado para Mimoso; ou, residindo em Mimoso, apenas contraíram matrimônio em outras localidades ou até mesmo trazendo esposas do Líbano.

Nos registros civis, constam os nomes dos pais e, algumas vezes, o local de nascimento e de morte dos mesmos. Ceba Jorge, que era casado com Maria Ceba, é de Trípoli, a cidade em que seus pais, Jorge Kebe e Ema Kebe, morreram. Houve a possibilidade de constatar que sírios e libaneses que enviuvaram, casaram-se novamente, e dentro do grupo étnico. Foi o caso de Elias Acha que, viúvo de Ruda Acha, contraiu matrimônio com Nazira Lilo, filha de Jacob Lilo, falecido em Trípoli, e Roza Lilo, residente em Mimoso²⁸⁸.

²⁸⁷ O registro de nascimento faz alusão à cidade de origem dos dois: Cosseia.

²⁸⁸ Livro de Registro de Nascimento, Livro B-03, fl. 85 v.

A primeira esposa de Elias Acha, Ruda Acha era filha de João e Helena Cury, natural de Trípoli, onde nasceu no ano de 1884. Ela faleceu em Mimoso no dia 31 de dezembro de 1913, aos 29 anos²⁸⁹. Sua filha casou-se com Francisco Melhem, em 1925, aos 17 anos de idade²⁹⁰.

Azis Salim Baruque também veio casado com Linda Baruque. Ele era filho de Salim J. Baruque, falecido na Argentina, e Badia Baruque. Já Linda, era filha de José Dáir e Mehgi Dáir. Aziz e Linda se casaram na cidade de Gnadcharur, no Líbano²⁹¹. Caso parecido foi o de Elias e Olympiada Fadul, que se casaram no Líbano²⁹². Outro enlace que merece ser mencionado é o de Antonio Abidalla Feres e Rozaria Aguilera Feres. Não bastasse ter um sobrenome Aguilera, um indício da origem espanhola, seu pai chamava-se Francisco Aguilera Madri²⁹³, o que reforça ainda mais o primeiro indício.

Além dos aspectos já mencionados, outros dados que os registros de nascimento permitiram observar é o que Truzzi (1997) denominou patriarcalismo, que é a manutenção do nome do pai nos filhos. Há vários exemplos: Felicio Alexandre Yazeji, filho de Alexandre Yazeji; Nasle Ibrahim Mansur, filha de Ibrahim Mansur; Antônio João Minassa, filho de João Minassa; Melhem Francisco Melhem, filho de Francisco Melhem. Do mesmo modo, há homenagem às avós: Antônio Acha deu à filha Setelbet o nome de sua mãe; Mariana e Helena são nomes comuns para netas e avós. Além disso, há os que homenagearam suas cidades e ou aldeias de nascimento, com vários exemplos já citados.

Outra característica bastante marcante em Mimoso é que os registros civis dos sírios e libaneses e seus descendentes trazem os dados alusivos à profissão do casal, no caso dos registros de casamento, e dos pais, no caso dos registros de nascimento. Se, no caso das mães, a profissão é sempre doméstica, no caso dos pais, eles são comerciantes. Todavia, quando os esposos não são sírios e libaneses, a profissão variou: havia um alfaiate e dois empregados da estrada de ferro, mas ainda assim as esposas eram domésticas.

²⁸⁹ Livro de Registro de Óbito, Livro C-01.

²⁹⁰ Livro de Registro Civil, Livro B-06, fl. 106.

²⁹¹ Livro de Registro de Nascimento, Livro A-13, fl. 48.

²⁹² Livro de Registro de Nascimento, Livro A-12, fl. 153 v.

²⁹³ Livro de Registro de Nascimento, Livro A-08, fl. 153.

3.6 CONCLUSÃO CAPITULAR

O itinerário das famílias Abdalla, Cheibub, Chaibub e Nassur analisadas neste capítulo mostraram que sírios e libaneses optaram por não ensinar a língua árabe às novas gerações. Já a culinária foi largamente utilizada e repassada aos descendentes, alguns dos quais ainda a cultivam. Mas essa culinária também se hibridizou e se adaptou, sendo reformulada à medida da necessidade.

Em relação à religião, as entrevistas apontaram para uma imigração de cristãos ortodoxos, mas, apesar de eventualmente contarem com a presença de clérigos do Rio de Janeiro para a realização de seus rituais, esses imigrantes e seus descendentes foram se romanizando.

Entre as razões de emigração, destacam-se as dificuldades econômicas e a guerra com muçulmanos. As fontes escritas revelaram muitos outros aspectos dessa trajetória, por exemplo, a inserção de sírios e libaneses nas atividades rurais, caso da família Acha. Do mesmo modo, os inventários lançaram luz sobre os investimentos desses imigrantes sírios e libaneses, os bens que foram adquirindo ao longo de seu assentamento e a riqueza amealhada, mas também indicaram, por vezes, um grande endividamento desses indivíduos.

A colônia síria e libanesa em Mimoso era grande do ponto de vista numérico, e com importante capital ao longo de seu assentamento. Além das atividades rurais, estabeleceram-se no comércio de secos e molhados, hotéis, bares, padarias; montaram relevantes firmas compradoras de café. Todavia, em diversos momentos, seus membros precisaram apelar à Justiça para que seus direitos fossem garantidos, estando quase sempre em situação de desvantagem. Além disso, utilizaram o casamento como meio de inserção social, sendo maior a ocorrência da endogamia do que do casamento fora do grupo étnico.

A trajetória dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade de Mimoso, no vale do Itabapoana, revelou muitos aspectos de seu assentamento, tais como: os conflitos; sua presença no comércio, mas também em atividades rurais; os casamentos dentro e fora do grupo étnico; a manutenção da culinária tradicional; o

não ensino da língua árabe aos filhos, entre outros. Em Cachoeiro de Itapemirim, cidade cortada pelo rio que lhe deu nome, há semelhanças e diferenças na construção desses itinerários e é sobre eles que o próximo capítulo vai se debruçar.

4 SÍRIOS E LIBANESES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Este capítulo dedica-se a analisar o assentamento de sírios e libaneses e seus descendentes em Cachoeiro de Itapemirim. A partir da segunda metade do século XIX até o fim da Primeira República, em 1930, Cachoeiro exerceu grande protagonismo econômico e político, em virtude da produção de café que marcou a região. O primeiro passo foi apresentar a evolução política e socioeconômica da região que, depois de pertence à Vila de Itapemirim, emancipou-se e se tornou a mais importante vila e, depois, cidade do sul capixaba.

Posteriormente, a trajetória de cinco famílias de sírios e libaneses foi (re)construída a partir dos relatos de alguns de seus descendentes. São elas: famílias Aride, Carone, Depes, Marão e Tannure. Chegados entre o final do século XIX e início do XX, alguns membros dessas famílias deixaram suas marcas no comércio da cidade e, ainda hoje, figuram no rol dos que prestam serviços à população na educação, no direito, na medicina e em outras áreas.

Dois outros aspectos são abordados nesse capítulo: as dificuldades enfrentadas por esses imigrantes no seu processo de assentamento em terras cachoeirenses e as formas de superá-las. A respeito do primeiro aspecto, uma característica fundamental desse assentamento foram os conflitos entre sírios e libaneses e indivíduos de outras etnias, ocasionados, principalmente, pela disputa de espaços de poder. A respeito do segundo, esses imigrantes buscaram meios de se inserir, superando as dificuldades, fosse por meio do exercício da caridade ou através do casamento.

4.1 O CAMPO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

A escrita deste capítulo contou com entrevistas realizadas em 2018, com cinco integrantes de famílias sírias e libanesas, que se estabeleceram em Cachoeiro de Itapemirim: Fued Aride, no dia 16 de abril; Jorge Depes, dia 10 de agosto; Carlos Alberto Alexandre Marão (*in memoriam*)²⁹⁴, em 20 de março; José Antônio Tannure, no dia 24 de março; e Ariette Moulin, dia 12 de abril, conforme Tabela 5, a seguir.

²⁹⁴ Infelizmente, Carlos Albeto Alexandre Marão faleceu repentinamente, em 2019.

Todos os entrevistados foram muito solícitos e desde o primeiro contato mostraram-se receptivos e prontos a ajudar no processo de (re)construção das memórias de seus familiares.

Tabela 5 - Lista de entrevistados em Cachoeiro de Itapemirim

Nome	Data da Entrevista	Localidade	Identificação
Ariette Moulin Costa	12/04/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(MOULIN, 2018)
Carlos A. A. Marão	20/03/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(MARÃO, 2018)
Fued Aride	16/04/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(ARIDE, 2018)
Jorge Depes	10/08/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(DEPES, 2018)
José Antônio Tannure	24/03/2019	Cachoeiro de Itapemirim	(TANNURE, 2018)

Fonte: Produção do autor

Os participantes não se opuseram à divulgação de seus nomes na pesquisa, nem tampouco à assinatura do Termo de Cessão de Direitos sobre Depoimento Oral e Imagens. Alguns deles fizeram apenas algumas interdições sobre a publicação de uma ou outra informação que cederam na entrevista, o que prontamente foi atendido. A fonte precisa ser respeitada neste processo de escuta, já que as memórias subterrâneas que emergem nas entrevistas envolvem não apenas os narradores, mas suas famílias, isto é, muitos outros indivíduos, que podem ser afetados pelo que é exposto.

Convém registrar que tivemos bastante dificuldade em acessar as fontes cartoriais em Cachoeiro de Itapemirim, exceto no Cartório do 5º Ofício de Notas, de responsabilidade de Carlos Alberto Almeida, que, prontamente, franqueou os livros para o trabalho de pesquisa. Em outros dois cartórios de notas, sequer tive acesso a qualquer documento. Como buscava informações sobre inventários, talvez os responsáveis tivessem ficado preocupados com minhas intenções, embora me apresentasse e me identificasse, inclusive, como estudante de Pós-Graduação do PPGHIS/UFES, e disponibilizando o projeto da pesquisa em andamento. Os motivos para negarem o acesso quase sempre se referiam a dificuldades de manuseio dos livros cartoriais.

No Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, só tive acesso à documentação com autorização judicial. Desde que fomos orientados pelo responsável por esse cartório, pedimos autorização ao juiz competente, imediatamente, no início de março de 2018. O juiz remeteu meu pedido, na data de 14/03/2018, a um corregedor da Eg. Corregedoria Geral da Justiça do Espírito Santo (Eg. CGJ/ES) que, quatro meses depois, em julho de 2018, autorizou a pesquisa, mas vedou a divulgação dos dados pessoais que fossem encontrados nos registros civis, além de outras interdições, sob pena de responsabilidade. Soubemos da resposta do corregedor no dia 02 de agosto de 2018, no Fórum da cidade.

Nesse mesmo dia, fomos orientados pelo mesmo magistrado a quem dirigimos a primeira solicitação a fazer um documento endereçado a ele, pedindo esclarecimentos sobre essa interdição da divulgação dos dados pessoais. Nesse documento, deveria constar como argumento que se tratava de uma pesquisa acadêmica de cunho qualitativo etc. Feito isso no dia 06 de agosto de 2018, somente em dezembro de 2018 o juiz prestou os esclarecimentos, mas enviou novamente suas observações para o Eg. CGJ/ES que, em 15 de janeiro 2019, informou que ele, o juiz de Cachoeiro, era competente para dirimir as dúvidas. Depois de seguidas idas ao Fórum, em 20 de setembro de 2019, isto é, um ano e meio depois da primeira solicitação, o juiz deu uma sentença lacunar. Faltavam cinco dias para o depósito da tese! Estas tratativas podem ser consultadas através do número do processo: 0015340-25.2018.8.08.0011.

Antes da sentença, em 19 de julho de 2019, o magistrado remeteu o processo ao Ministério Público, que se manifestou da seguinte maneira, no dia 23 de julho do mesmo ano:

[...] o interesse da evolução da ciência e do estudo histórico não pode ser restringido, injustificadamente, pela eventualidade de ofensa a direito à intimidade, quando se sabe que os dados contidos no Registros Civis têm caráter público. A exposição de forma indevida dos dados pelo interessado de molde a ofender o direito individual de alguém, pode ser reparada por ação própria, caso o prejudicado entenda convenientemente (Grifo meu)²⁹⁵.

Em Itapemirim e Mimoso não tivemos esses problemas. Pelo contrário! Em Mimoso, por exemplo, os juízes foram favoráveis e céleres nas respostas, argumentando tratar-

²⁹⁵ Processo nº 0015340-25.2018.8.08.0011, 13/12/2018, fl. 32.

se de uma investigação científica, que não possuía outra conotação. Portanto, pelos fatos expostos, ressalto que, neste capítulo, não consta a descrição detalhada dos dados sobre os casamentos realizados em Cachoeiro de Itapemirim, como foi feito em Itapemirim e Mimoso, nos capítulos respectivamente anteriores.

No entanto, enquanto aguardávamos as respostas e, apesar de haver proscições sobre as informações obtidas nos registros civis, para otimizar o tempo, fomos ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede. Neste Cartório, foi possível digitalizar 24 livros de registros de nascimento, 11 livros de casamento e 13 livros de óbito, sempre com a prestimosa colaboração dos responsáveis. Embora trouxessem informações preciosas a respeito dos sírios e libaneses e das relações que estabeleceram, os registros civis de Cachoeiro são menos ricos do que aqueles de Mimoso. Os dados se restringem aos noivos e há pouquíssimas informações a respeito dos pais deles.

Já no Cartório do 5º Ofício de Notas de Cachoeiro de Itapemirim, digitalizei 40 livros de escrituras de compra e venda e/ou de dívida hipotecária, dissolução de sociedade comercial, contratos de construção de imóveis etc. Por fim, outras fontes utilizadas para a produção deste capítulo foram os periódicos *O Cachoeirano* e *O Estado do Espírito Santo*, que trouxeram dados relativos ao cotidiano dos sírios e libaneses e à negociação de sua identidade. Utilizamos também dois processos de crime disponíveis no Laboratório de História e Pesquisa Social (LAPHIS) do Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo. Neles, foi possível analisar as relações conflituosas entre os imigrantes sírios e libaneses e outros indivíduos, com o arbitramento da Justiça.

4.2 CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA

Cachoeiro de Itapemirim é, hoje, a maior cidade do sul do Espírito Santo, cujo nome é uma referência ao encachoeiramento do rio Itapemirim, elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de toda região (MACIEL, 2001; RIBEIRO, 1929). O povoamento do território onde a cidade está localizada teve início no primeiro quartel do século XIX, com a vinda de indivíduos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Do mesmo modo como observado em Itapemirim e São Pedro de Itabapoana

(Mimoso), esses indivíduos vieram com suas famílias, agregados, escravos, indígenas e libertos em busca de terras férteis e devolutas, próximas ao rio.

Nas novas terras, posteriormente, construíram as suas fazendas e dedicaram-se, fundamentalmente, ao cultivo do café. Estendendo-se ao longo do curso do rio Itapemirim, essas terras pertenciam a famílias da Vila de Itapemirim: as do lado sul eram do Barão de Itapemirim e, as do lado norte, dos Gomes Bittencourt (MARINS, 1920). Aos poucos, essas terras foram requeridas por fazendeiros mineiros e fluminenses e a principal característica fundiária da região foi a grande propriedade produtora de café. Havia posseiros, também, que migraram para a região e se estabeleceram.

Não obstante o fato de serem terras habitadas por indígenas, seus primeiros povoadores, o processo migratório para onde está localizada a cidade de Cachoeiro de Itapemirim teve início ainda no século XVIII, em virtude da busca de ouro nas Minas do Castelo. Todavia, por volta de 1820, o português Manoel José Esteves de Lima, proprietário da fazenda São Francisco do Anta, com um grupo composto por 72 duas pessoas, entre os quais escravos e libertos, chegou a Duas Barras (MARINS, 1920; FERREIRA, 2015).

Manuel José Esteves de Lima foi acolhido por Joaquim Marcelino da Silva Lima, futuro Barão de Itapemirim. Depois de fixar-se por um tempo e retornar a Minas Gerais, Manoel Esteves deixou, no caminho, alguns membros de sua comitiva, com a responsabilidade de gerir as posses que foram formadas e construir lavouras. Voltou ao Espírito Santo para garantir as posses que havia feito, a partir de uma ocupação definitiva, mas, em seguida, retornou definitivamente a Mariana (MARINS, 1920). A partir de 1825, foram fundados alguns quartéis para protegerem os transeuntes: “[...] um localizado nas imediações da antiga casa Samuel Levy, lado norte, e outro pouco abaixo das Duas Barras onde se acantonaram os exploradores” (MARINS, 1920, p. 127-128).

As primeiras habitações na localidade de Cachoeiro datam do início de 1846 e, segundo Marins (1920), eram

Habitações ribeirinhas disseminadas rio abaixo; às vezes rodeadas de palissadas protectoras, habitadas por caboclos e mestiços. Pequenas roças em volta, onde por igual se cultivava a mandioca, as bananeiras e algumas touceiras de cana de assucar. A pesca e a caça provião fartamente a vida. Raízes e benzeduras, curavão os males do corpo (MARINS, 1920, p. 135).

Apesar do seu cultivo ter iniciado por volta de 1840, foi a produção cafeeira que alavancou a economia de Cachoeiro, particularmente a partir da segunda metade do século XIX. Conforme salientou Saletto (1996), as fazendas dessa região eram grandes latifúndios, compostos por cafezais médios ou pequenos, bem abastecidos de escravos até a década de 1880. Integrada ao sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro, na região sul do Espírito Santo, o principal centro urbano era Cachoeiro de Itapemirim, que possuía um importante porto fluvial de onde o café era embarcado para o litoral e, dali, transportado até o Rio de Janeiro (SALETTTO, 1996).

As primeiras casas comerciais de Cachoeiro começaram a ser instaladas em meados do século XIX, em virtude da acumulação de capital oriunda da produção de café. Um dos gargalos a ser resolvido era a questão dos transportes, tanto por parte desses comerciantes, como dos grandes fazendeiros. Nessa perspectiva, o rio Itapemirim foi uma via fundamental para amenizar essa questão, por isso, muitos comerciantes e grandes fazendeiros possuíam suas embarcações, responsáveis pelo escoamento de sua produção, como afirma Rocha (1966):

O português Luiz Bernardino da Costa, um dos mais antigos comerciantes [...] tinha algumas pranchas. [...] Em balsas se exportavam madeiras, notadamente jacarandá e a cabiúna. [...] As firmas do Cachoeiro também tinham barcos de cabotagem, que faziam o intercâmbio da Barra de Itapemirim com Vitória, Campos e a Côte [...] (ROCHA, 1966, p. 66).

No entanto, foi Henrique Deslandes o pioneiro a estabelecer uma linha de navegação entre a Barra de Itapemirim e Cachoeiro. Segundo Braga (2011, p. 43-44), ele “[...] conseguiu, do governo da Província, o contrato, tendo a navegação sido inaugurada quatro anos depois e transferindo logo após a concessão à firma Braga & Soares”. É possível que grandes fazendeiros e comerciantes não utilizassem os serviços de Henrique Deslandes porque possuíam seus próprios barcos a vapor (SANTOS, 2012).

Outro grande símbolo do desenvolvimento proporcionado pela acumulação de capital oportunizado pela produção cafeeira foi a instalação de vias férreas no sul do Espírito

Santo, passando por Cachoeiro. A primeira foi a Estrada de Ferro Caravelas, inaugurada em 1887 e que ligava Cachoeiro a Rive, em Alegre, com um ramal para Castelo. Depois, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, ligando Vitória às áreas produtoras de café do sul, iniciada em 1895, ainda no Governo Moniz Freire (1892-1896), mas só concluída em 1910. Por último, o ramal da Estrada de Ferro Leopoldina *Railway*, entre Santo Eduardo, no Rio de Janeiro, e Cachoeiro de Itapemirim, inaugurado em 1903 (QUINTÃO, 2011).

O café também proporcionou o crescimento da população de Cachoeiro, não apenas por atrair colonizadores e posseiros mineiros e fluminenses, mas migrantes nordestinos, escravos e imigrantes estrangeiros. Como destacou Almada (1984), o café era um elemento de atração de escravos, que serão a mão de obra utilizada nas grandes fazendas, nas mais diversas atividades. Segundo Ribeiro (2012, p. 88) “Ainda de acordo com os dados do Censo de 1872, apenas o município de Cachoeiro de Itapemirim reunia, aproximadamente, 33% dos escravos de toda a Província”.

Embora Almada (1993) afirme que Cachoeiro não tenha se beneficiado com a política imigrantista proposta pelo Governo Moniz Freire, a instalação do núcleo colonial Costa Pereira possibilitou a entrada de um contingente de imigrantes europeus em território cachoeirense. Com a crise de falta de mão de obra ocasionada pela abolição da escratura, o objetivo dessa política era fornecer trabalhadores para a grande lavoura. Uma das fazendas que se beneficiou dessa mão de obra estrangeira foi a Monte Líbano, da família Souza Monteiro²⁹⁶, fundada pelo capitão Francisco de Souza Monteiro.

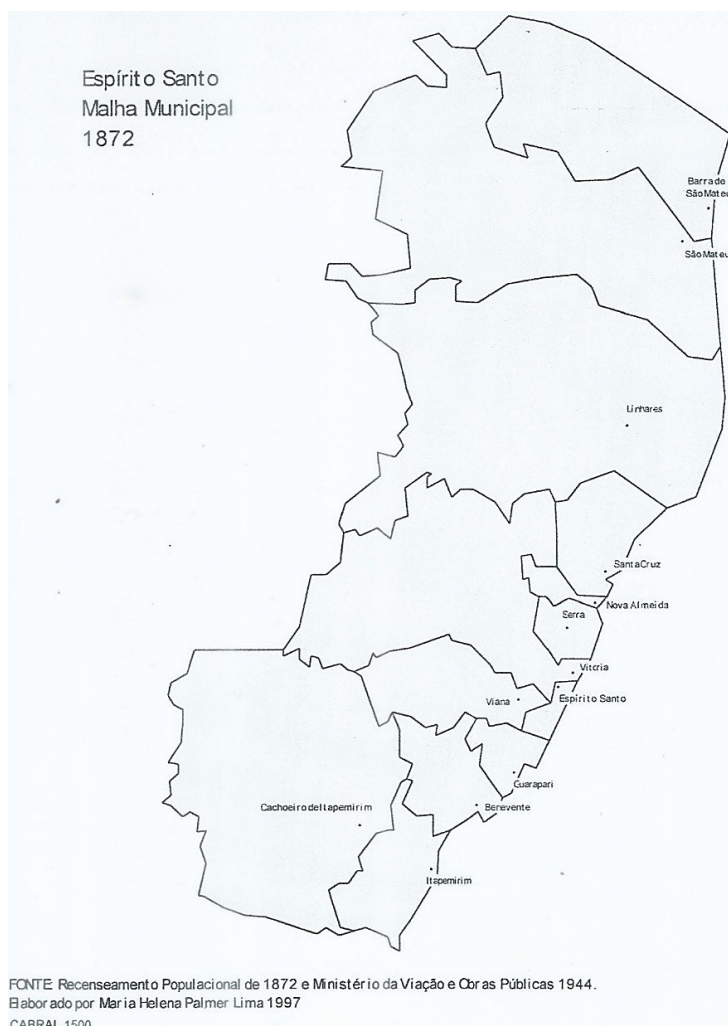
Para a Fazenda Monte Líbano se dirigiram imigrantes que chegaram em julho de 1888, pouco depois da abolição da escratura, provenientes de Pádua e São Marino, das seguintes famílias: Breme, Campanaro, Galliazzo, Lugallo, Matielo, Semprini, entre outras²⁹⁷. Alguns imigrantes europeus foram conduzidos a outras grandes propriedades, mas a grande maioria deslocou-se para as terras da antiga colônia de Castelo, fugindo das condições degradantes do trabalho na grande lavoura. Em Castelo, formaram pequenas e médias propriedades produtoras de café.

²⁹⁶ **Cachoeiro**: edição histórica. Cachoeiro de Itapemirim, 1976, p. 20.

²⁹⁷ Ibidem.

À medida que crescia economicamente, Cachoeiro foi alcançando autonomia político-administrativa. Pela lei provincial nº. 11, de 16 de julho de 1856, Cachoeiro tornou-se freguesia, com a denominação de Paroquia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim²⁹⁸. Oito anos mais tarde, em 23 de novembro de 1864, foi elevado à categoria de vila, quando alcançou sua autonomia em relação à Vila de Itapemirim. No entanto, de acordo com a lei nº. 11, de 23 de novembro de 1864, a vila só seria instalada quando houvesse casa de Câmara, o que de fato só ocorreu em 25 de março de 1867 (MARINS, 1920; RIBEIRO, 1929). No mapa a seguir, Figura 29, é possível verificar a extensão territorial do município de Cachoeiro, pouco depois da sua emancipação política.

Figura 29 - Malha Municipal do estado do Espírito Santo (1872)



Fonte: Lima (2000)

²⁹⁸ Segundo Lago (2013), em 1872 essa freguesia tinha sob sua jurisdição outras seis freguesias: São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, São Miguel do Veado, São Pedro do Itabapoana, São José do Calçado, Nossa Senhora do Aldeamento Afonsino e Nossa Senhora da Penha do Alegre.

Já a comarca de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim²⁹⁹ foi criada pela lei nº. 9, de 16 de novembro de 1876, extinta em 1878, porém restabelecida por lei, em 13 de maio de 1884. Dois meses depois de proclamada a República, Cachoeiro de Itapemirim foi elevada à categoria de cidade, pelo decreto nº. 4, de 26 de dezembro de 1889. A cidade era dividida em distritos, sendo eles: a sede, São João de Muqui, Estação de Castelo³⁰⁰, Conceição de Castelo, Virgínia e São Felipe.

Figura 30 - Espírito Santo Malha Municipal (1900)



Fonte: Lima (2000)

²⁹⁹ Compreendia as freguesias de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Conceição de Castelo, Alegre e Veado (RIBEIRO, 1929).

³⁰⁰ São João de Muqui emancipou-se de Cachoeiro em 1912, e Estação de Castelo, em 1928 (SANTOS, 2012).

Ao longo dos anos, alguns distritos alcançaram sua autonomia, transformando-se em vilas e cidades, mas outros foram criados, entre os quais Bananal, Vargem Alta e Conduru³⁰¹, instituídos por lei, na década de 1920 (MARINS, 1920; RIBEIRO, 1929). O mapa da Figura 30 apresenta a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, em 1900. Como se vê, com a República, outros municípios foram criados e separados de Cachoeiro, como Muniz Freire, Rio Pardo (Iúna), Castelo, entre outros.

Se a região sul exerceu grande protagonismo econômico no Espírito Santo em função da produção de café em grandes propriedades, também na política apresentou papel destacado. A propaganda republicana, que foi avançando lentamente no Espírito Santo, teve nos clubes republicanos seu principal agente divulgador. O primeiro deles surgiu em Cachoeiro de Itapemirim³⁰², em 23 de maio de 1887, por iniciativa de Joaquim Pires de Amorim, Bernardo Horta de Araújo e Antônio Aguirre (SANTOS, 2012; MACIEL, 2001). Também, de acordo com Saletto (2005),

A atuação da monarquia a favor da Abolição provocou grande descontentamento entre os fazendeiros escravistas, e o movimento republicano conseguiu maior penetração, principalmente no sul da província, região de fazendas de café, em plena expansão, muito ligada ao Rio de Janeiro. Ali surgiu a maior parte dos clubes, que se multiplicaram rapidamente (SALETO, 2005, p. 2).

A partir da segunda metade do século XIX, Cachoeiro se consolidou no cenário capixaba como o principal centro urbano, na medida em que o café se transformava no principal produto das exportações do Espírito Santo. O capital acumulado durante esse período possibilitou um grande desenvolvimento comercial e urbano, o incremento populacional e a implantação das vias férreas para o escoamento da produção. No limiar do século XX, outro grande símbolo de progresso marcou a história dessa cidade: a instalação da luz elétrica, em 1º de novembro de 1903. Sobre isso, de acordo com Santos (2012),

O dia da inauguração foi marcado por grande festa e presença de importantes autoridade políticas e populares, que buscam participar de um momento tão importante na história da cidade. [...] Todo o centro da cidade estava ornamentado, com bandas de música tocando desde as cinco horas da

³⁰¹ O distrito de Estação de Vargem Alta foi criado pela lei estadual nº. 1352, de 26/12/1922; o de Bananal, pela lei 1313, de 30/12/1931; e o de Conduru, pela lei 1657, de 08/10/1927 (RIBEIRO, 1929).

³⁰² O clube foi criado na casa de Joaquim Pires de Amorim e contou com o apoio do jornal *O Cachoeirano* (SANTOS, 2012).

manhã. Num pronunciamento bastante aplaudido, o presidente do governo municipal [...] lembrou os esforços feitos por Bernardo Horta para que essa obra pudesse ser implantada naquele dia (SANTOS, 2012, p. 110).

Alguns anos depois, um projeto industrializante de Jerônimo de Souza Monteiro, que governou o Espírito Santo entre 1908 e 1912, propunha a construção de um conjunto de indústrias em Cachoeiro. Tratava-se da instalação de uma usina hidrelétrica, uma usina de açúcar, uma serraria, e fábricas de tecidos, de óleo vegetal, de cimento e de papel. Elas deveriam estimular a produção de matérias primas, usar mão de obra local, figurando como uma alternativa às atividades econômicas vigentes (SALETTTO, 1996). No entanto,

O projeto deve custar muito mais alto que o previsto, exigindo um investimento de capital além das possibilidades [...] e lento retorno [...]. Das indústrias planejadas, apenas a usina hidrelétrica e a fábrica de tecidos, ambas arrendadas, tiveram sucesso imediato. A usina de açúcar [...] alternou períodos de prosperidade com outros de dificuldade, tanto sob administração estatal quanto arrendada [...]. As fábricas de óleo vegetal e de papel não chegaram a operar. A serraria só começou a funcionar após a 1ª Guerra Mundial [...]. A fábrica de cimento também foi afetada pela guerra, que retardou a compra de equipamento [...] (SALETTTO, 1996, p. 34-35).

Marins (1920), ao descrever os empreendimentos comerciais existentes na cidade, em 1918, citou: uma fábrica de tecidos, no bairro Guandu; uma serraria de madeira e outra a vapor, em Morro Grande; oficinas de marcenaria de fabricação de móveis; serralheria e fundição; fábricas de cal, de tijolos e telhas; pedreiras; uma fábrica de cimento, de óleo e de papel; e uma usina hidrelétrica. Algumas dessas obras foram criadas por Jerônimo Monteiro. Outras, resultaram do próprio crescimento da cidade, de demandas dos seus moradores e de outras iniciativas.

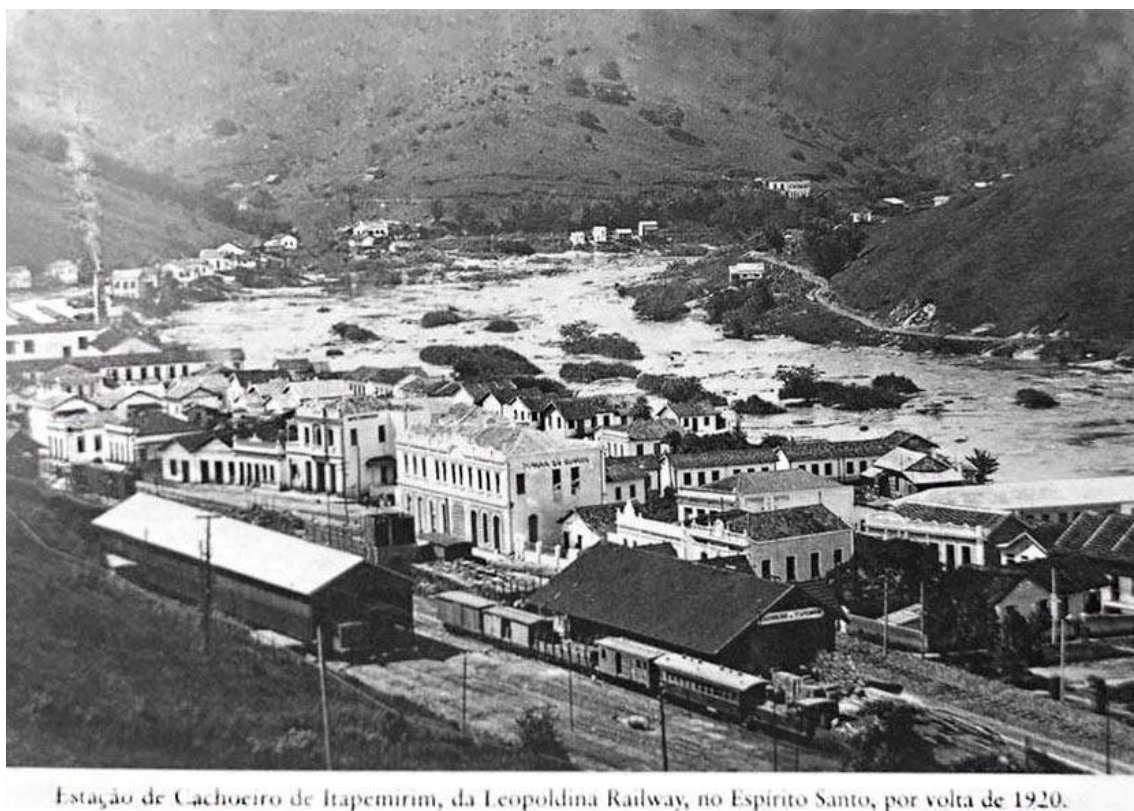
A Praça Jerônimo Monteiro e o bairro Guandu³⁰³ foram duas regiões centrais da cidade, que se destacaram do ponto de vista econômico por concentrarem importantes estabelecimentos comerciais. No Guandu havia, por exemplo, a estação ferroviária da Leopoldina *Railway*, que recebia diariamente uma grande quantidade de pessoas provenientes de diversas localidades, que estavam de passagem ou vinham fazer compras na cidade. Por isso, nas circunvizinhanças havia bares, hotéis,

³⁰³ Para mais informações sobre o bairro Guandu, ver: ROCHA, Silvana Maria Gomes da. **As relações de poder e as disputas simbólicas pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966-2016)**. Dissertação Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Espírito Santo, 2017, 166 p.

restaurantes, armazéns de secos e molhados, lojas de tecidos e armarinhos, que eram responsáveis por atender esses videntes.

A imagem da Figura 31, a seguir, mostra bem isso, com a estação ferroviária em primeiro plano e a chaminé da fábrica de tecidos, ao fundo. Eram dois destacados empreendimentos existentes na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Por ser uma área economicamente relevante, concentrava muitos comércios, cujos proprietários eram imigrantes sírios e libaneses, como os das famílias Tannure, Depes, Moysés e Abiguinem.

Figura 31 - Vista Parcial do bairro Guandu (1920?)



Estação de Cachoeiro de Itapemirim, da Leopoldina Railway, no Espírito Santo, por volta de 1920.

Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Cultura Sala Evandro Moreira.

Outros dados de meados da década de 1920 foram fornecidos por Ribeiro (1929). De acordo com ele, as propriedades rurais eram, mais ou menos, duas mil, e o número de cafeeiros em produção foi de 12.695.100. Havia ainda 6.667.43 pés de café, que ainda não estavam produzindo. A produção de Cachoeiro, no ano de 1926, foi de 493.596 e, em 1927, de 746.003 arrobas de café. O autor sublinhou outra importante atividade agrícola do município, que é a pecuária. Além disso, existia na cidade uma

fábrica de tecidos, indústrias da cal, fabrica de meias, de ladrilhos, de telhas e manilhas, de balas, de poios e tamancos; havia ainda madeiras e fábricas de móveis de madeira; dez serrarias; agências de automóveis (RIBEIRO, 1929). Segundo ele,

Todo o commercio da região se faz com a praça do Rio de Janeiro. Apesar de já existirem grandes casas importadoras em Victoria, vendendo em grosso para os lugares servidos pela Estrada de Ferro Diamantina, não lhe interessa quase nossa praça. Todo café e madeira do Cachoeiro de Itapemirim se destina ao Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1929, p. 116).

A imigração síria e libanesa para essa região tem relação direta com o panorama do desenvolvimento político e socioeconômico de Cachoeiro de Itapemirim até aqui apresentado e de seu papel na região sul do Espírito Santo. Como eram imigrantes fundamentalmente urbanos e se dirigiam para regiões onde havia circulação de riqueza, sírios e libaneses se assentaram nesta cidade e tiveram importante atuação no comércio e em outras áreas da economia. A imagem da Figura 32, a seguir, mostra um dos estabelecimentos comerciais instalados por esses imigrantes.

Figura 32 - Casa Kfuri (1910)



Fonte: Mansur e Sabadini (2008)

Na fotografia (Figura 32), à esquerda, em primeiro plano e com três portas abertas, vê-se a Casa Kfuri, cujo proprietário era Felipe Simão Kfouri. Era um estabelecimento comercial que vendia fazendas e armarinhos, localizado na rua Capitão Deslandes, que hoje é a praça Jerônimo Monteiro, no coração da cidade de Cachoeiro. Como a imagem é de 1910, isto é, do início do século XX, pode-se afirmar que esse imigrante sírio e libanês se instalou na região em fins do século XIX e, àquela altura, estava com um comércio estabelecido na região central da cidade, prestando seus serviços à população.

Ribeiro (1929), ao examinar o desenvolvimento da cidade e citar alguns dos empreendimentos comerciais, faz alusão a muitos que eram de propriedade desses imigrantes: “Carone & Filhos”, “Yunes Depes”, “Abib Moyses”, “José Elias Aoni”, “Casa Progresso”, de Felipe Moysés, “A independência”, de “Elias Buteri & Irmãos”, “Casa Ayoub”, “Casa Oriente”, de Pedro Jacob Tannure etc. Do mesmo modo, sírios e libaneses construíram trajetórias que se confundem com o próprio desenvolvimento da cidade de Cachoeiro e é sobre algumas delas que a próxima seção tratará.

4.3 A PRESENÇA DE SÍRIOS E LIBANESES EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: TRAJETÓRIAS

4.3.1 Família Aride

Da família Aride, quem nos recebeu e relatou a trajetória desta família foi Fued Aride³⁰⁴. A entrevista ocorreu no dia 16 de abril de 2018, na biblioteca pública municipal de Cachoeiro, localizada no centro da cidade. Eu já conhecia essa família de nome e quem intermediou o contato com Fued foi sua nora, Fabrícia Aride, uma professora com quem trabalhei durante muitos anos em um Centro Universitário da cidade. Durante mais de uma hora, Fued Aride narrou vários aspectos relativos à história de sua família.

³⁰⁴ Fued Aride (doravante ARIDE, 2018) em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de dia 16/04/2018.

Segundo Fued, o primeiro a emigrar da família Aride foi Mamede Ali Aride, oriundo da cidade de Baissur, localizada nas proximidades de Beirute, a capital libanesa:

Ele [Mamede Ali Aride] veio com dois tios de parte materna. Um chamava-se Salin Aride e o outro Miguel Aride. Todos os três vieram solteiros. Eram jovens ainda. Meu pai tinha mais ou menos entre 18 e 20 anos. Embarcou para cá. Ele trabalhava com agricultura, porque o meu avó tinha um pedaço de terra, eu não lembro quantos hectares... mas tinha plantações de uvas, frutas, maçãs, lavouras de azeitona... (ARIDE, 2018).

Sobre os motivos da emigração, Fued relatou que vieram

Porque na época estavam com muita dificuldade, muita dificuldade. A vida era muito difícil e vinha levas e mais levas de libaneses. Porque o que incentivou os libaneses a imigrarem para o Brasil foi uma viagem de Dom Pedro II. [Ele] passou pelo Líbano, falou muito sobre o Brasil e que o Brasil era terra de oportunidades. Aí, abriu a imigração (ARIDE, 2018).

O pai de Fued e os dois irmãos chegaram no Brasil em 1910, no Rio de Janeiro. Aride conta que, ali, Mamede

Desembarcou, ali, na praça de Mauá. Ele veio para o Espírito Santo. Ele veio até... veio de trem. Os três vieram juntos, vieram de trem. Desembarcaram ali numa parada chamada Dona América, uma parada de trem que tem ali. Ferrovia da Leopoldina. Dali foram para São Pedro de Itabapoana, porque tinha parente, ali, em São Pedro. Parente é, assim... considerado parente, porque era família da mesma cidade. Eram muito ligados e se consideravam parente, a família Meleipe. Papai ficou hospedado na casa do senhor Luiz Antônio Meleipe. Tinha uma espécie de pousada. Ficaram ali uns dias até cada um tomar o seu destino. Dali o meu pai foi para São Benedito... É, se eu não me engano, no município de São José do Calçado. A região lá perto dos Pontões, lugar muito frio. Mil metros de altitude. Foi para ali. Aí começou a trabalhar. Ele começou a desmanchar trigo, fazer pão, fabricava pão. Ele fabricava, preparava, colocava [no] animal, burro, que tinha o cargueiro. Colocava e saía vendendo (ARIDE, 2018).

Antes dessa pequena padaria, Mamede mascateou pelo interior, mas Fued relatou que foram muitas as dificuldades enfrentadas por seu pai naquela região. Uma delas era a falta de dinheiro em circulação, que fazia com que Mamede tivesse de trocar, por galinhas, ovos e mantimentos, os pães que produzia. Depois, vendia tudo de porta em porta³⁰⁵. Fued narra que

Ele [Mamede] trabalhou muitos anos, depois montou, dali quando a situação dele melhorou, ele veio para São Pedro de Itabapoana, novamente. E abriu um comércio, naquela época chamava secos e molhados: [vendia] cereais, armarinho, ferragem, vendia de tudo. Nós éramos criança, ele ficava

³⁰⁵ De acordo com Lesser (2001), essa situação ocorria pela falta de capital disponível, que fazia com que o pagamento fosse feito em produtos.

contando a história da vida dele... Depois, quando Mimoso do Sul passou a ser comarca, começou a haver uma evasão de São Pedro, começou a mudar porque São Pedro perdeu aquela característica de cidade, de comarca e transferiu para Mimoso do Sul. O pessoal começou a vender, mudar... ele vendeu lá e foi direto para Cachoeiro. E contava que ele chegou aqui em 1930 (ARIDE, 2018).

Segundo Fued Aride, seu pai, Mamede Ali Aride, veio do Líbano solteiro, assim como seus tios. Quando ainda residia no município de São José do Calçado, um episódio mudou radicalmente a história dele:

Antes de ele [Mamede] vir para São Pedro do Itabapoana, assim que terminou a Primeira Guerra, ele recebeu uma carta dizendo que meus avós haviam falecidos e que um tio seu, que tinha lá, que era mais novo do que ele, tinha desaparecido durante a guerra. Ele vendeu tudo que tinha e embarcou para o Líbano. Chegou lá foi procurar, procurar, achou o meu tio na Síria. Perguntou a um, perguntou a outro, naquela época era tudo... não tinha comunicação, era tudo boca a boca. E encontrou meu tio, o trouxe para o Líbano e o instalou lá na casa que o meu avô tinha deixado. Casou esse meu tio, entendeu, e montou um comércio lá, mas não se deu bem, não. Ele vendeu o comércio e voltou para o Brasil (ARIDE, 2018).

Mamede Ali Aride permaneceu no Líbano até 1920, quando, então, retornou ao Brasil, deixando ali o seu irmão. Foi direto para São Pedro de Itabapoana, onde montou o comércio de secos e molhados, favorecido pela pujança econômica que a cidade vivia na época, fruto da grande produção de café. No entanto, a transferência da sede do município de São Pedro de Itabapoana para o distrito de Mimoso mudou a situação econômica daquela localidade, forçando o pai de Fued Aride a vender tudo e mudar-se para Cachoeiro de Itapemirim, em 1930 (ARIDE, 2018). De acordo com Fued,

Quando Mimoso virou comarca, ele veio para Cachoeiro. Se instalou aqui... Trabalhou uns cinco anos aqui, mais ou menos com o comércio, ele tinha um movimento muito grande. Por isso, naquela época ele tinha uns 10 empregados. 10 funcionários. O mesmo armazém e o nome era Armazém Popular, que depois nós montamos com esse nome. [Em] 1930 (ARIDE, 2018).

Vindo de São Pedro de Itabapoana para Cachoeiro, o pai de Fued Aride comprou um imóvel pertencente a Ricardo Gonçalves, importante comerciante e político cachoeirense. Esse imóvel estava localizado na Praça Dr. Luiz Tinoco, nº. 35, e foi ali que ele montou seu armazém, o Armazém Popular. Depois de trabalhar duro por uns quatro ou cinco anos, vendeu o armazém para Sizito Sardenberg, membro de outra família tradicional de Cachoeiro. Como veio solteiro e cumprindo uma atitude comum

aos membros da primeira geração de imigrantes, Mamede Ali Aride foi ao Líbano buscar uma mulher para se casar (ARIDE, 2018). O nome dela era Odete Aride.

Por volta de 1932-1933, depois de se casar, no Líbano, com Odete Aride³⁰⁶, Mamede e sua esposa retornaram ao Brasil. Desse casamento, nasceram cinco filhos: Hadli, Fued, Adil, Manira e Léia. Fued contou que não havia, por parte de seus pais, a imposição de os filhos se casarem com sírios e libaneses ou descendentes, tanto que apenas sua irmã, Manira, casou-se dentro do próprio grupo étnico, contraindo matrimônio com Rafik Jerdi, de Teófilo Otoni, no estado de Minas Gerais (ARIDE, 2018).

Quanto à religião, Mamede Ali Aride era druso, religião que é uma corrente do islamismo. “Aqui, ele não frequentava [religião], porque não tinha a religião dele. Quando tinha uma cerimônia na igreja católica, ele ia. Mas a religião dele, ele não praticava porque não existia no Brasil” (ARIDE, 2018). Trata-se de um dado bastante relevante porque, das dezesseis pessoas que entrevistei, tanto em Itapemirim, quanto em Mimoso e Cachoeiro, só essa família é de origem muçulmana. Isso reforça o argumento de que a maior parte dos sírios e libaneses que emigraram para o Brasil entre 1890 e 1930 são de origem cristã.

Sobre a existência de algum conflito entre seu pai e os comerciantes de outras etnias, Fued Aride narrou que ele

[...] era comerciante nato. Ela abraçava o freguês... Papai era uma pessoa simpática, agradável. Tinha um timbre de voz que chamava a atenção da pessoa. Entendeu? Ele agradável. Não, com ninguém. Inclusive, lá, em São Pedro do Itabapoana, ele tinha uma amizade muito grande lá, com famílias importantes ali. Porque São Pedro, naquela época, a população era uma nata, tinha advogados, tinha promotores, médicos... E papai tinha uma amizade com todos. E aqui também ele tinha uma amizade geral, não tinha conflito com ninguém (ARIDE, 2018).

Fued descreveu outras famílias de sírios e libaneses, que possuíam comércio próximo ao estabelecimento de seu pai. “Tinha ali perto, aqui na Capitão Deslandes, cá para baixo... Tinha muito libanês, ali. A família Moysés, tinha a família Depes. Abiguinem era lá na Bernardo Horta. E tinha Depes lá em cima, também. Tannure era ali no

³⁰⁶ Odete Aride era de Deirkube, um distrito da cidade de Shuaifft (ARIDE, 2018).

Guandu” (ARIDE, 2018). No que tange ao ensino da língua árabe, Fued relatou que ela não foi ensinada por seus pais aos filhos. De acordo com ele, seu pai não conversava em nenhuma palavra árabe com eles.

Tudo em português. Igual, quando encontrava com patrício, aí conversava em árabe. Agora, a minha mãe em casa só falava árabe com a gente, eu aprendi o árabe... Com a minha mãe. E depois com os primos que vieram do Líbano, que eu era um... tinha 10, 12 anos, não sabiam falar português, aí papai me colocava como cicerone deles. Para levar aqui, ali, para resolver um assunto, entendeu? Aí eu conversava... aí que eu aprendi o árabe mesmo (ARIDE, 2018).

Fued afirma que, com sua esposa e algum patrício, seu pai falava em árabe. No entanto: “As minhas irmãs entendiam... Mas não sabiam falar. Do mais novo para baixo não entendia nada de árabe. Só falava português, mesmo. Papai, meu pai, é... devido o tempo que estava no Brasil já acostumou com a língua portuguesa” (ARIDE, 2018). Todavia, a culinária árabe era uma realidade no cotidiano da família, sendo ensinada às filhas mais velhas, pela mãe. Porém, conforme relatou Fued Aride, tinha arroz, feijão, o bife e a batata frita, também. “Minha mãe fazia muito quibe, muita lentilha. Grão de bico, fazia muito. Carne de carneiro também...” (ARIDE, 2018).

Comer arroz, feijão, bife e bata frita, juntamente à culinária árabe é demonstrativo do processo de hibridismo cultural, no qual a cozinha árabe sofre a influência da brasileira e vice-versa. Fued também falou que seus avós paternos se chamavam Ali Aride e Sada Aride. Já os maternos eram Hassan Abess Aride e Anduma (ARIDE, 2018). De acordo com ele, sua mãe falava muito da Líbano e do lugar onde morava, ao contrário de seu pai, que falava pouquíssimo sobre seu lugar de origem. Fued atribuiu isso ao fato de seu pai estar mais adaptado ao Brasil, uma vez que residia há mais tempo aqui.

E papai gostava muito daqui, ele se adaptou aqui. Tanto é que ele voltou... voltou acho que em 1918 e não conseguiu ficar, acostumou aqui. E outra coisa, quando chegou não falava uma palavra em português. Ele aprendeu comerciando, no comércio, aprendeu a escrever e ler... português. Escrevia bem, tinha uma letra bonita. Ele dava muito conselho a gente, quando a gente era jovem. Muita coisa que ele falava... tudo certo. Um dia ele virou e falou assim pra mim, conversando: “meu filho, não junta dinheiro, não, meu filho. O dinheiro tem que aplicar em propriedade, porque o dinheiro de uma hora pra outra o governo toma”. Aí entrou o Collor... Aí conversei com a minha esposa: “olha o que, que papai falava”. Muita coisa, conselho que ele dava... e quando nós... ele resolveu montar o comércio para nós, ele falava: “meu filho, cliente passou da porta pra dentro não deixa ele sair mais. Faça de tudo

para ele comprar. Porque se ele ir para outro, ele não volta mais”. E assim aprendemos. E ele falava: “olha, o freguês tem razão em tudo. Não discuta! O freguês falou, você concorda, ele sempre tem razão. Assim vocês vão ter freguesia sempre. Trate ele com todo carinho”. “Porque ele é a razão da sua sobrevivência”. E é verdade (ARIDE, 2018).

Fued narrou que seu pai não era muito favorável a que os filhos estudassem, porque deviam se dedicar ao comércio. O próprio Fued chegou a morar no Rio de Janeiro, porque queria fazer o curso de medicina. Ficou quase três anos ali, trabalhando na *IBM All Trade Corporation*, onde tentava conciliar o trabalho com um curso pré-vestibular, situação que, para ele, era muito difícil. Seu pai sempre escrevia para que voltasse do Rio de Janeiro para trabalhar com ele no comércio e foi o que Fued fez: pediu demissão da *IBM* e voltou para Cachoeiro (ARIDE, 2018).

Assim, seu pai o introduziu no comércio, montando com ele uma sociedade e um comércio com o mesmo nome, “Armazém Popular”. Fued tinha 20 anos, na época. Logo em seguida, um de seus irmãos também passou a trabalhar com eles depois que chegava da escola: Adil Aride que, do mesmo modo, acabou sendo sócio de seu pai e seu irmão, com menos de 16 anos de idade. Em princípio, seu pai não queria emancipá-lo, já que era muito novo, mas acabou por fazê-lo, seguindo os conselhos do filho e do contador da firma (ARIDE, 2018).

Conforme narrou Fued Aride, nenhum de seus irmãos fez curso superior. Por outro lado, todos os seus quatro filhos fizeram: um fez engenharia civil, a única filha fez medicina, o terceiro filho fez administração, e o caçula, fisioterapia. Não quiseram seguir a profissão do pai e do avô. Outro dado relatado por Fued Aride diz respeito à vinda de outros familiares para Cachoeiro, que tiveram o suporte de seu pai, Mamede Aride, e dele próprio, que os auxiliava com o idioma, já que falava a língua árabe. Esses familiares tanto receberam suporte de seu pai que nem precisaram mascatear (ARIDE, 2018).

Fued se casou com uma descendente de italianos, reflexo do processo de hibridização cultural vivenciado naquele momento, tanto dos imigrantes da primeira geração, como, e principalmente, por seus descendentes. Sobre a esposa, Fued conta:

[...] mas ela faz uma comida árabe... Ela aprendeu com uma libanesa. Chamava-se Emília, mãe do doutor Elias Mourad. Que era uma exímia... era tipo uma chefe de cozinha, dona Emília. E a minha esposa era solteira, era colega de classe da filha dela, chamada Samira. Então, ia muito na casa e foi aprendendo a fazer comida árabe. Lá em casa é raramente... duas, três vezes por semana, comida árabe (ARIDE, 2018).

Sobre os irmãos de seu pai, que vieram com ele, Fued relatou que eles foram para um distrito de São Pedro de Itabapoana, chamado Conceição de Muqui.

[...] para trabalhar com comércio, depois compraram fazenda, eram fazendeiros, mesmo. Um era Salim e outro Miguel, todos os dois tinham fazenda. Sempre ali. Conceição de Muqui é município de Mimoso, mas os negócios deles era tudo em Muqui, porque de lá pra Muqui era mais perto. A estrada era melhor, também. Para Mimoso a estrada era muito difícil naquela época. Os negócios eram tudo em Muqui. Café, colhia muito café, vendia tudo para o Rio de Janeiro. Embarcava ali, em Muqui. O Salim tinha gado também e tinha alambique de água ardente, plantava cana. Comprava os bois para puxar cana. Eu era criança e ia pra lá passar férias... adorava! É, esse meu tio Salim só teve uma filha. Já o Miguel teve cinco ou seis filhos, mas depois que casaram, espalhou todo mundo. Foi espalhando um por lá, um para Volta Redonda, outro para o Rio, para Vitória... Cachoeiro, naquela época não tinha relação nenhuma com Vitória, ninguém ia para Vitória. Só para resolver algum assunto... fiscal, ou de justiça, que ia pra Vitória. Era tudo no Rio de Janeiro. E tudo quanto é novidade que chegava no Rio, logo logo, chegava aqui, em Cachoeiro. As maiores novidades, modernidade iam chegando tudo para cá. [...] uma fazenda chamava-se Santa Glória, a outra era Barra da Fortuna. Que era um entroncamento, entendeu, e tinha um comércio ali. Meu tio tinha comércio ali, que vendia muito porque era passagem de gente de vários lugares, entendeu? Dali tinha estrada para Alegre, para Conceição saia lá em São José do Calçado, Bom Jesus, vinha pra Muqui; ali era um... um... cruzamento de caminhos. Por isso colocou o nome Barra da Fortuna. O comércio era muito bom ali. O pessoal, antigamente, tinha [...] máquina de pilar café, tinha moinho de fubá, máquina de pilar arroz, tinha tudo. Tudo bem montado, mesmo. Tinha caminhãozinho Ford, aqueles caminhão Ford antigo. Cheguei até ver os caminhões quando eu era criança. Trabalhavam muito. Viviam para o trabalho. E depois eles foram desfazendo dos negócios. Como foi? Foram envelhecendo, aí venderam as fazendas depois, [ficaram] velhos e doentes. Um vendeu e foi pra Vitória, o outro veio para Cachoeiro, mas estava muito doente. Para você ver, que na fazenda Santa Glória, que eles eram tão evoluídos naquela época, que eles tinham uma linha telefônica da fazenda para Muqui. Ele tinha um prédio, com armazém em Muqui, de lá falava para Muqui pelo telefone. Comércio em Muqui. O café vinha para Muqui e, de Muqui, embarcava de trem para o Rio. Ia direto para o Rio (ARIDE, 2018).

4.3.2 Família Depes

Jorge Depes³⁰⁷ foi o responsável por narrar a trajetória da família Depes. A entrevista com ele ocorreu no seu apartamento, na rua Bernardo Horta, no bairro Guandu, em

³⁰⁷ Jorge Depes (doravante DEPES, 2018), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de 10 de agosto de 2018.

Cachoeiro de Itapemirim, no dia 10 de agosto de 2018. O primeiro contato que mantive com ele por telefone foi um mês antes, quando lhe apresentei meu projeto de pesquisa e perguntei se ele poderia contribuir contando o que sabia sobre a trajetória da família. Jorge Depes mostrou-se satisfeito com a possibilidade de ter encontrado alguém que quisesse ouvir sobre o passado de seus familiares.

É importante ressaltar que entrevistar a família Depes já era um desejo meu desde quando aventei a possibilidade de utilizar a História Oral em minha pesquisa. Esse desejo foi corroborado por alguns membros de minha banca de qualificação, que sugeriram que eu ouvisse alguém dessa família, tão emblemática quando a questão dos sírios e libaneses no sul do Espírito Santo é discutida.

Então, da família de Jorge Depes, quem primeiro emigrou para o Brasil foi Brahim Depes. Ele chegou no Brasil em 1903, no Rio de Janeiro, em companhia da esposa, Atarid, e duas filhas: Said e Salma (DEPES, 2018). Segundo contou Jorge Depes, eles vieram com alguns primos para o Brasil porque a vida no Líbano estava muito difícil. Seu avô era natural de Zahle, no Líbano, e aqui seu destino era a cidade de Assis, no estado de São Paulo, onde já havia um cunhado estabelecido, de nome Amim. No entanto, acabou fixando residência no Espírito Santo. Segundo Jorge,

Aí, quando eles chegaram no Rio, meu avô falava o árabe e um pouquinho de francês, porque lá a cultura era francesa. Falava um pouquinho de francês, mas ele não soube se expressar direito lá na Leopoldina, no Rio e, então, esse primo dele... o Gebara ficou no Rio. [...] O Buaiz vinha para o Espírito Santo, aí ele falou assim: "Brahim, vamos até lá, que, de lá, a gente resolve e eu também não sei me expressar. Lá a gente resolve para onde você vai". Aí pegaram e vovô pegou um noturno, que vai até Vitória e chegando em Cachoeiro, quem estava vendendo quibe [...] na chegada do trem era o cunhado dele, casado [...] com a irmã dele, Andume. Ele chamava-se Francisco Abrão (DEPES, 2018).

Por intermédio desse cunhado, Francisco Abrão, Brahim Depes soube que um de seus irmãos já estava assentado em Muniz Freire, também no sul do Espírito Santo. Ele se chamava Miguel Depes e, inclusive, tinha boa situação financeira, já que se tornara um grande comprador de café. Impelido por esse cunhado, Brahim resolveu ir ao encontro desse seu irmão em Muniz Freire e trabalhou com ele por algum tempo. Aconteceu, porém, que a esposa de seu irmão não o aceitava e ele estava insatisfeito

com essa situação de ter de trabalhar “[...] debulhando milho para tropa [...]” (DEPES, 2018).

Diante dessa situação e não querendo permanecer em Muniz Freire, Brahim Depes resolveu fixar residência em Cachoeiro de Itapemirim. De acordo com Jorge Depes, seu avô disse:

“Eu vim para o Brasil para debulhar milho para cavalo? Eu vou voltar para Cachoeiro”. Aí voltou para Cachoeiro. A vovó tinha recebido de dote 30 libras esterlinas, era o único dinheiro que eles tinham, mas já tinham gasto um pouco. Eu não sei quanto sobrou. Ele voltou para cá e tio Francisco falou assim: “Oh, Brahim, você tem algum dinheiro?” “Tenho isso, aqui”. Uns ciganos estavam passando por Cachoeiro, vovô vendeu umas libras para comprar uma casinha pequetinha, que era aqui onde era o Eletro Cachoeiro (DEPES, 2018).

Logo depois, Brahim Depes passou a vender produtos na estação ferroviária em companhia de seu cunhado, Francisco Abrão. Com o dinheiro que fazia, comprava mercadorias e, posteriormente, as vendia, até que conseguiu abrir um comércio de secos e molhados. De acordo com Jorge Depes,

Ele [Brahim Depes] fez um dinheirinho, começou a comprar umas mercadorias, pouquinho e chegou a ser o maior comerciante de Cachoeiro, na época. A vida do vovô foi muito gozada, vovô fez uma fortuna e uma fortuna mesmo, ele tinha não sei quantas mil casas em Cachoeiro. Tinha... era dono de uma porção de coisa (DEPES, 2018).

Sobre o nascimento dos filhos, Jorge Depes relatou que Brahim Depes teve duas filhas no Líbano e mais alguns que nasceram em Cachoeiro.

O vovô veio com duas filhas do Líbano. O vovô era de Zahle, é... uma cidade lá no Líbano. E nasceram mais duas, nasceu a Bárbara e a Tameme e nasceu... Não, nasceu a Bárbara e a Chafia. Depois que ele veio para o Brasil. Aí nasceu a última filha dele, que chamava-se Tameme. Tameme, em árabe era basta. Era um recado: basta! O vovô demorou a conhecer minha tia, que era a filha que ele mais gostava no final da vida. Não aceitava mais mulher na família. Cinco... acho que eram seis e morreram mais... A tia Chafia, eu sei que morreu e não sei o quê. Eu sei que a minha... a mãe dele lá, no Líbano, fez uma promessa para vovô ter filho [...]. E quando a minha avó, a minha bisavó lá no Líbano recebeu a carta dizendo que havia nascido João, que era meu pai, ela ficou tão alegre que bateu um siricutico e morreu. É, de alegria. É, morreu de tanta alegria por vovô ter o primeiro filho homem (DEPES, 2018).

Esse detalhe da narrativa de Jorge Depes é bastante elucidativo daquilo que também foi verificado por Campos (1987), que é a preferência de sírios e libaneses por filhos do sexo masculino. O primeiro filho de Brahim Depes foi João, o pai de Jorge Depes, narrador da história da família. Depois nasceram José, Assef e Nicolau (DEPES, 2018). Todos nasceram em Cachoeiro de Itapemirim. Tempos depois, Brahim Depes vivenciou um momento muito difícil em sua vida, porque foi alvo de um acidente:

E aí vovô já estava mais ou menos bem e já tinha mais ou menos reformado a casa pequena, que eles haviam comprado e vovô começou o comércio dele de varejo, mas um varejo maior. E num desses dias houve uma enchente em Cachoeiro e ele estava com um depósito, era embaixo da loja e começou a parecer que entrava água. Na hora que eles estavam tirando a sacaria [...] no meio da sacaria tinha comida de rato. Ele pegou uma agulha para ajudar a costurar os sacos, para os empregados poderem levar, e uma agulha bateu na vista dele e ele ficou cego de uma vista. É. Ficou cego de uma vista, mas começou a vida e ele nunca reclamou disso, mas não tinha uma vista e ficou cego com a agulha, que entrou (DEPES, 2018).

A cegueira em uma das vistas não impediu Brahim Depes de trabalhar, investir e crescer no comércio de secos e molhados. A loja estava localizada na frente do imóvel e sua residência era atrás do comércio. Passado algum tempo, ele fez uma outra casa, em outro endereço, agora não mais no centro, mas no bairro Independência, e também construiu uma refinaria de açúcar. Jorge Depes relatou que, em Zahle, seu avô era agricultor e que comercializava o que produzia com as cidades vizinhas (DEPES, 2018).

Com relação à religião, Brahim Depes era cristão ortodoxo e, como em Cachoeiro não havia templos ortodoxos,

Ele tratava padre do Rio de Janeiro e vinha. Aí tinha aquele banquete todo dos árabes, rezava a missa lá e todo mundo tinha de comungar. Na ortodoxa você não precisa confessar, não. Você confessa a Deus... Ele trazia, trazia o padre aqui. Ah, ficava aí, era festa. Ah, o que precisasse. Ficava por conta do vovô, entendeu? Ficava por conta do vovô (DEPES, 2018).

É sempre bom lembrar que muitos sírios e libaneses tiveram que se romanizar, isto é, se tornarem católicos romanos. Não ter templos ortodoxos na região facilitou esse processo, bem como o fato de precisarem se inserir socialmente e serem aceitos. No entanto, eles sofreram forte pressão para que isso ocorresse, já que o fato de serem cristãos orientais era visto com desconfiança pela sociedade brasileira (PINTO, 2010).

É claro que romanizar-se não era uma tarefa das mais fáceis, porque a questão religiosa estava diretamente ligada à identidade desses indivíduos.

Foi o avô de Jorge Depes quem financiou a própria vinda e de sua família para o Brasil, embora fossem muito pobres no Líbano. Vieram de navio com passagem de 3ª classe e, no porão, alguns conterrâneos conviveram com diversas doenças, mas seus avós não foram acometidos por nenhuma delas. Tampouco o foram suas tias Said e Salma.

Jorge também afiançou que seu avô, assim como outros comerciantes sírios e libaneses, não enfrentaram qualquer tipo de conflito com comerciantes já estabelecidos, fossem eles da mesma etnia, fossem brasileiros ou imigrantes europeus (DEPES, 2019).

Já em relação ao casamento, embora entre os Depes houvesse uma imposição para que os filhos se casassem dentro do mesmo grupo étnico, seu avô não se importava com a exogamia.

Não, mamãe, mamãe³⁰⁸ era brasileira legítima, tinha até sangue índio. As mulheres casadas com árabes, praticamente todas, menos a tia Bárbara. Não, tia Salma também não casou com árabe, não. Tia Said, que era mais velha, casou com Assad Abiguenem... E depois a... Tia Tameme, era mais nova, que casou com Bechara, entendeu? As outras casaram com brasileiros. [...] eles não se importavam se você escolhesse outras. Sempre... nunca teve problema. O meu avô adorava a minha mãe, que era brasileira legítima. Mamãe tinha sangue de preto, sangue de índia, é brasileira. Aquela misturada, que nós sabemos (DEPES, 2018).

Se, por um lado, seus avós conversavam em árabe entre eles ou com algum patrício, por outro, essa língua não foi ensinada aos filhos. De acordo com Jorge, foi o “[...] grande erro dele, não ensinou para ninguém. A minha tia, Said, a mais velha, ela falava árabe, porque o marido dela também era árabe e, então, ela falava. Agora, tia Tamene, que casou bem depois, não, nunca ensinou. Foi um dos grandes erros dele” (DEPES, 2018).

³⁰⁸ O nome da mãe de Jorge Depes era Áurea, dado obtido informalmente no dia da entrega da transcrição da entrevista e da assinatura do Termo de Cessão de Direitos, no dia 30/08/2018.

Já a culinária árabe fazia parte do cotidiano da família, inclusive no dia a dia, conforme narra Jorge Depes:

Muito. Ele tinha uma irmã dele, que era tia Andume, que era casada com Francisco Abrão. Eles moravam num porão aqui perto da Caixa Econômica, do outro lado da rua, ali. Ele morava tipo num porão. Não, eles não moravam ali, ali era cozinha e sala para comer. Meu... ele chegava lá, se tivesse menos de 10 pratos diferentes, ele não sentava na mesa. Não sentava à mesa. Lembro e muito, eu adorava um... um... a minha avó, a minha tia, tia Andume, também, era pão com zaatar. Zaatar é... enchia o pão de zaatar com azeite e dava para gente. Agora, comer eles comiam muito bem. Eu acho que o dinheiro que eles faziam era para comer, porque as mesas sempre muito fartas (DEPES, 2018).

Jorge Depes destacou que Francisco Abrão, cunhado de seu avô, não se sentava à mesa se houvesse menos de dez pratos. Esse detalhe é demonstrativo de uma das principais características da culinária de origem árabe, particularmente a libanesa, que é a “comilança”, para usar uma expressão utilizada por Murilo Meihy (2016). Para esse autor, a fartura e a abundância são marcas indelévels da cultura gastronômica libanesa, pois a “[...] anorexia e a desnutrição são dois problemas que as famílias libanesas desconhecem [...]” (MEIHY, 2016, p. 95).

Dois filhos acabaram seguindo o mesmo caminho que Brahim Depes fez no comércio: José e João Depes. Outro filho, Nicolau, se formou em odontologia, no Rio de Janeiro, onde trabalhou por um tempo e, depois, residiu e trabalhou como dentista em Cachoeiro, onde também foi vereador. Do mesmo modo, Jorge Depes foi vereador, além de ter sido presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Carlinhos Depes, irmão de Jorge, também exerceu cargos políticos: foi secretário municipal e vice-prefeito de José Tasso de Andrade no período de 1993 a 1996 (DEPES, 2018).

4.3.3 Família Tannure

Sobre a família Tannure, o primeiro relato é de José Antônio Tannure³⁰⁹. A entrevista ocorreu em seu estabelecimento comercial, no bairro Alto Novo Parque, em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 24 de março de 2018. De acordo com ele, a família Tannure é

³⁰⁹ José Antônio Tannure (doravante TANNURE, 2018), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de 24/03/2018.

muito grande, está dividida por todo o país e a primeira pessoa a emigrar para Cachoeiro foi Mantura Assua Sad.

Os Tannure são oriundos da cidade de Tanurim, no Líbano. Portanto, o sobrenome é uma alusão à cidade de origem desses indivíduos. José Antônio disse que,

No passado, existia um convite de Dom Pedro II para o mundo, inclusive ele viajou muito convidando as pessoas para vir morar no Brasil. Para mim, o Dom Pedro II foi o maior governante de todos os tempos que o Brasil já teve. Ele, na época, viajava em lombo de cavalo ou navio e ia fazendo esse trajeto. Viajava o Brasil inteiro. E por isso que o Brasil é grande hoje. Não, vieram juntos, vieram bastante gente na época. Dizem que estavam fugindo da guerra, que lá tinha uma guerra, que não acaba nunca (TANNURE, 2018).

José Antônio Tannure relatou que seu avô, que tem o mesmo nome dele, veio para o Brasil em companhia da esposa, sem filhos, e todos os seus filhos nasceram aqui, em Cachoeiro. Nesta cidade, muitos membros da família Tannure acabaram entrando no comércio, no ramo de hotelaria, bar, armazém etc. Alguns também trabalharam na terra:

Dom Pedro II fazia o seguinte, aqui principalmente no sul do estado é... As pessoas compravam a madeira e ganhavam a terra de presente. E ele teve a sorte de comprar o centro de Cachoeiro, aí na maioria na Bernardo Horta e praça Jerônimo Monteiro. Ele era bom comprador de terra, sabia mexer com a terra. E a rua Rui Barbosa ali, foi ele que fez na enxada, ele e os filhos. E aquilo ali foi chamado beco dos Tannure no passado. Ali onde é Banco do Brasil hoje, Jardim de Infância, pertencia tudo aos Tannure. E a rua Brahim Seder, que nunca passou por ali, também era. Alibe doou para o governo federal passar a linha de trem, mas os governantes da época tiveram medo de colocar o nome dele para a futura geração não entrar na justiça querendo alguma coisa (TANNURE, 2018).

Conforme narrou José Antônio, seus avós não ensinaram o árabe para os filhos e netos, nem tampouco a culinária, mas algumas pessoas da família sabiam fazer alguns pratos típicos, como o quibe. É o caso de uma irmã de seu pai, de nome Penha. Concluindo, José Antônio assegurou não saber de nenhum conflito que tenha ocorrido entre sírios e libaneses e brasileiros, ou entre sírios e libaneses e membros de outras etnias.

Com relação a religião e matrimônio, para José Antônio, provavelmente seus avós eram católicos, e não exigiam que seus filhos se casassem dentro do próprio grupo étnico:

Não, não. Eles mudaram completamente a tradição, mudaram. Aqui, eles tiveram as normas do Brasil mesmo, que casamento por lá é totalmente diferente. Aqui, no Brasil, era só aquela ciumada de irmãos, de pai e mãe e casaram por aqui, todos eles (TANNURE, 2018).

Ariette Moulin³¹⁰ Costa foi a segunda pessoa da família Tannure que nos concedeu uma entrevista, então ocorrida no dia 12 de abril de 2018, em uma das salas de aula da Escola Guimarães Rosa, no centro de cidade de Cachoeiro. Antes de mais nada, um esclarecimento: o sobrenome Tannure, de sua mãe, foi tirado pelo seu pai na hora do registro de seu nascimento, atitude bastante comum entre italianos e entre os homens daquele e de outros tempos. Dona Ariette, como é carinhosamente conhecida, é professora de História e cronista muito conhecida e respeitada em Cachoeiro.

Desde o primeiro contato, Ariette Moulin aceitou, de pronto, o convite para narrar a trajetória dessa família libanesa tão importante para uma boa parte das terras capixabas. Felipe Felix Tannure foi o primeiro a emigrar do Líbano para o Brasil, junto com seu irmão, José Felix Tannure, cujos nomes foram aportuguesados. Felipe Felix Tannure, na verdade, chamava-se Brahim e veio para o Brasil no ano de 1900, aproximadamente. Em Cachoeiro, como a maioria dos imigrantes sírios e libaneses, dedicou-se ao comércio (MOULIN, 2018). De acordo com Ariette,

Meu avô veio com o irmão dele, José. José Felix Tannure, claro que o nome também não era José, mas eu não sei qual era. E José tinha um temperamento difícil, dizem, eu não o conheci. E meu avô era uma pessoa calma, de bem com a vida e para não entrar em conflito com o irmão separou a sociedade de comércio. O irmão ficou em Cachoeiro de Itapemirim e ele foi para Rive, município de Alegre. Ali comprou um pequeno latifúndio, que começava em frente à estação de ferro (MOULIN, 2018).

Felipe Felix Tannure, o Brahim, era cristão maronita e veio para o Brasil fugindo dos turcos, muçulmanos. Primeiro, foi para Paris. No Brasil, inicialmente residiu no Rio de Janeiro, depois migrou para São Paulo e, no Espírito Santo, estabeleceu-se em Cachoeiro de Itapemirim. Posteriormente, ao desfazer a sociedade comercial que tinha com o irmão, assentou-se em Rive, que era – e ainda é – um distrito da cidade de Alegre, também no sul capixaba.

³¹⁰ Ariette Moulin Costa (doravante MOULIN, 2018) em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, na data de 12 de abril de 2018.

Como veio solteiro, casou-se com Matilde Mussi, também libanesa, residente no distrito de Estação de Castelo que, na época, pertencia a Cachoeiro de Itapemirim (MOULIN, 2018):

Matilde Mussi Tannure. Você pode colocar assim. E ela... diz minha mãe, [...] se casou com 13 anos e ele tinha, acho que 24 anos, mas ela não foi morar com ele logo, não. Ela ficou dois anos ainda morando com o irmão, em Castelo. Ele ia lá visitá-la, mas eles não tinham contato algum. Até que o irmão a convenceu... ela veio com as bonecas. Para Rive. Ela veio com as bonecas. E foi mãe aos 15 anos. É, da Olinda. E era tratada como rainha por ele (MOULIN, 2018).

Do casamento entre Felipe Felix Tannure e Matilde Mussi Tannure nasceram treze filhos, dos quais nove sobreviveram. Ao se assentar em Rive, ele instalou um armazém de secos e molhados.

Ali comprou um pequeno latifúndio, que começava em frente à estação de ferro. E se expandia... tinha riacho, tinha mata virgem e... na rua, propriamente dita, ele construiu um prédio, onde eles moravam. O armazém, que naquela época se chamava de secos e molhados, mas tinha mais... Hoje, eu diria que era um pequeno supermercado. Porque ele vendia tecido, sapatos e... tinha também uma máquina de pilar café, vários armazéns onde guardava o café que chegava. Ele comprava da redondeza toda... E depois que pilava, ele exportava café. Ele foi um exportador de café (MOULIN, 2018).

Em sua narrativa, Ariette traçou um perfil de seu avô, de como se portava com os outros, como se vestia, acessórios que usava, o tom de voz. Isso precisa ser evidenciado pela riqueza de detalhes:

Muito inteligente e... sempre de terno e gravata. É, camisa social, camisa com abotoadora de ouro. Um relógio Patek Philippe. Depois que eu fui saber isso, eu não sabia nada, e tinha uma corrente de ouro e pregava no paletó. Na gola do paletó tinha uma fendazinha, ficava ali. De vez em quando ele tirava o relógio, olhava. Inteligentíssimo! Falava francês, porque quando ele saiu do Líbano, isso minha mãe é que me contava, eu não ouvi, que ele era cristão maronita e fugindo dos turcos é... muçulmanos... E fugiu primeiro para Paris, não sei quanto tempo ficou em Paris, tanto que ele falava francês fluentemente, além do libanês e aqui, claro, aprendeu o português. Um homem educadíssimo. Nunca ouvi o meu avô falar alto, nunca, com filho... com a esposa, nem se fala. Era tratada, como rainha. [Era] a rainha dele. Nunca ouvi... com os empregados, que eram muitos empregados, muitos. E tratava muito bem, muito bem, cada um eu me... o que eu me lembro, tinha a sua casa ali naquela fazenda, tinha a sua casa, lembro-me que andavam vestidos descentemente, calçados. A lembrança que eu tenho dele é mais mística, é mesmo. [...] Enfim, um homem além do seu tempo, o que mostra que a instrução é que salva a humanidade, é o que salva. Além disso, tinha também gado, não muito não, mas para abastecer a casa. Dava, não vendia nada...Ele distribuía leite para... Aquilo era formidável! Hoje, eu penso...

Repartia. Quando matava um boi, que era uma solenidade, matava um por mês. Distribuía para todo mundo (MOULIN, 2018).

Outro ponto da narrativa de Ariette Moulin a ser destacado é aquele relativo à casa em que seus avós moravam:

A casa em que eles viveram era linda, tinha o quarto deles. A casa tinha sete quartos. É... sete quartos, três banheiros, algo inédito para a época. E a sala de estar era linda: móveis austríacos, lustre de cristal da Tchecoslováquia, um piano alemão, que era da minha mãe, uma cadeira de balanço, que ele fazia sesta. A sesta era algo importantíssimo. E tinha biblioteca. Por que que eu leio? Ali... eu vivi... eu, a minha infância foi no meio de livro, eu via minha mãe lendo, meus tios lendo. Ele assinava, eu me lembro, *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que chegava pela Estrada de Ferro Leopoldina, todo dia. Assinava revistas que eu ainda tenho uma, revista de *Vida Doméstica*, que eu consegui salvar. *Vida Doméstica*, *Fon-Fon*, e assinava uma revista infantil: *Tico-Tico*. Ali eu comecei a ler as histórias do *Tico-Tico*. Então, Adilson, a sala de jantar, está na minha memória, era uma mesa onde 12 pessoas se sentavam muito bem. Uma mesa de jacarandá, as cadeiras de couro, meu avô ficava numa cabeceira e minha avó na outra. Essa mesa marca a minha vida, dou muito valor a isso. E uma crista... não falava cristaleira, não, falava guarda-louça, enorme, onde tinham louças chinesas, inglesas, aparelhos completos; os cristais todos da Tchecoslováquia, um lustre de cristal sobre a mesa e... um relógio que eu tenho o sino dele aqui. E eu tremia de medo quando dava meia noite, eu estava lendo e o relógio batia “bem, bem”. Aí eu tremia e fechava o livro para dormir. Tinha um filtro também, filtrava a água, é... eu não sei explicar bem, mas ele filtrava. A água que a gente tomava era puríssima, puríssima... E... a sala tinha isso, eles sentavam, minha avó na outra cabeceira, os filhos e eu estava ali no meio. Mais o quê? Ah, eles davam valor imenso à agricultura. Ele tinha uma horta fabulosa onde se plantava tudo, tudo... e ele fiscalizava aquela horta de terno e grava. “Ariette, vem cá”, me dava a mão. “Vamos lá ver a horta como é que está”. E como ele desviou um curso de um riacho que passava e fez um lago enorme e desse lago ele colocou canos que abasteciam não só o casarão dele. Tinha água com fartura. A horta, os canteiros eram todos circundados por água, então não tinham formiga. Tomate, tomatinho, tomatão, pepino, rabanete, nabo, quiabo, alface... tudo que você pensar. Aí ele levava um canivete e levava um pouquinho de sal embrulhado num papel de renda, porque não existia plástico... Tirava o rabanete, lavava muito bem, ali, raspava, passava sal e me dava. “Come, Ariette”. É. E as árvores frutíferas? Tudo que você imaginar tinha no pomar: figos maravilhosos! Eu comia figo tirando, assim, da figueira. Figos, é... cajueiros, goiaba de tudo quanto era tipo, mangas... mangas de todos os tipos. Jenipapo, canela... ele plantava árvores. Eu lembro de árvores de canela, que nunca mais eu vi. E a parreira, eu pegava uva na parreira assim para comer. E a casa... o assoalho era de tábuas corridas. Belíssimo! Sabe com o que que lavava? Com soda cáustica... Para ficar branco. Só dentro da casa, você vai cair para trás agora, eu me lembro de seis que trabalhavam... seis mulheres, três casadas e três solteiras. Tinha escada principal onde chegava as grandes visitas e o resto tudo era pela escada lateral. Já tinha a entrada de serviço. E tinha a salinha onde chegavam, vamos falar, os serviçais. E outra coisa importantíssima: eles tinham banheiros, eles tinham banheiros, masculino e feminino. Então, esse meu avô foi extraordinário! O jardim eu sinto o perfume ainda, eu sinto perfume das orquídeas, das violetas, jasmim, era uma casa perfumada. Você chegava, a casa era perfumada (MOULIN, 2018).

A descrição minuciosa da casa de seus avós, as divisões em cômodos, os móveis e utensílios domésticos, a mesa na qual faziam as refeições, o material do qual alguns móveis e utensílios eram feitos; a horta e a profusão de verduras e legumes; as árvores frutíferas; a presença de vários tipos de flores, que perfumavam o ambiente de residência... O afeto com o qual o ambiente foi descrito permitiu apreender que se tratava de um lugar de memória, um lugar particularmente ligado a uma lembrança, nos dizeres de Pollak (1992).

Para Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória são os acontecimentos, os personagens e os lugares. Esses três elementos - acontecimentos, os personagens e lugares – puderam ser observados no relato de Ariette Moulin, que os lembrou e narrou como se tivesse sido transportada para aquele lugar e momento. Isso porque a construção da memória é algo que confere protagonismo ao indivíduo, já que, conforme destacou Nora (1993), “[...] cabe a mim me lembrar e sou eu que me lembro”. Ainda segundo Nora (1993), como a memória se pendura em lugares, as lembranças da casa de seus avós apresentadas em detalhes por Ariette dão uma dimensão dessa questão.

Não obstante isso, em sua propriedade, Felipe Felix Tannure também criava boi, porcos, galinhas e, quando os matava, repartia com as pessoas da comunidade. Recebia os representantes comerciais que visitavam a região para venderem suas mercadorias e o seu armazém era parada obrigatória para eles. Dava muito valor à educação formal. Dois filhos homens estudaram no Instituto Lafaiete, no Rio de Janeiro. Um deles, José, estava direcionado à carreira diplomática, mas acabou morrendo, acometido pela tuberculose. Uma filha contraiu a mesma doença e também faleceu (MOULIN, 2018). Sobre esses episódios,

E não existia ainda antibiótico. O que que as famílias ricas faziam? Eles iam para climas frios. O meu avô alugou ou comprou uma casa em Friburgo, tanto para minha tia, que morreu primeiro, como para o meu tio e depois ele foi para Belo Horizonte. Ficava mais perto, sei lá. E quem ia comandar a família seria esse tio, não sei também como seria, porque estava destinado à carreira diplomática. E morreu dessa forma, eu não me lembro com quantos anos. Acho que não tinha trinta anos. Não, não tinha. Ela também (MOULIN, 2018).

As filhas estudaram em Vitória, no Colégio Nossa Senhora do Carmo, e duas delas foram “[...] as primeiras professoras formadas do Espírito Santo”, segundo Ariette. A

mãe de Ariette Moulin também estudou na capital federal e, durante quatro anos, não veio ao Estado. Falava o francês fluentemente e, no Rio de Janeiro, aprendeu contabilidade. “E quando ela voltou ao Espírito Santo, era contadora do meu avô, depois do meu pai, quando ela se casou” (MOULIN, 2018).

A mãe de Ariette se chamava-se Nazira Tannure Moulin, tendo se casado com Raulino Moulin. Ainda sobre ela, Ariette conta:

E minha mãe, desgostosa pela perda, tinha perdido a irmã também, volta para Rive. E aí conhece meu pai, ela era contadora, meu pai ia vender café, meu pai vendia café. Tinha uma pequena plantação de café, ali, em Santa Angélica, que é perto de Rive. E... mamãe era muito bela, uma morena... E começou e tá, tá, tá, e... papai, o dinheiro que ele vendia o café, pedia para o meu avô guardar no cofre dele, que não tinha banco. E me dizia sempre, meu pai: “Minha filha, é o turco mais honesto que eu conheço” (MOULIN, 2018).

Felipe Felix Tannure, avô de Ariette, era primo de um dos maiores comerciantes da região de Alegre: Miguel Simão, que, embora não tivesse o sobrenome Tannure, era primo legítimo de Felipe Tannure. A mãe de Ariette lhe contava que, na Crise de 1929, quem salvou o Miguel Simão da falência foi seu avô, porque pagou-lhe as dívidas. Já em relação à língua árabe, Ariette relatou que seus avós não a ensinaram aos filhos, embora falassem entre si, na vida privada (MOULIN, 2018).

No entanto, sobre a culinária árabe, Ariette narrou pormenores importantíssimos, tanto sobre os pratos que faziam em família, como pelos modos de fazê-los:

Mas deixa eu fazer um almoço árabe, que eu vou pedir licença para te chamar, meus netos estão me pedindo. Eu começo três dias antes. O almoço de minha avó, eu te falei, quibe igual eu nunca mais comi, parece que saía das mãos dela. Tinha Maria... Maria é santa. Tá lá no céu, cercada de todos os anjos querubins. Ah, tá... junto com Zé Pretinho. [...] ela começava três dias antes. Por quê? Grão de bico você tem que pôr de molho de véspera. Eu ponho de molho [...] Grão de bico, triguilho, claro, a carne tem que ser de primeira, não põe carne de segunda. É carne de primeira, moída, de primeira. Carne de primeira. Mais o quê? Aí, por exemplo, o *homus tahine*, que é o grão de bico, mas eu separo, eu ponho dois quilos de grão de bico, porque um eu vou bater. Bater com quê? É o que, é o *homus tahine*, eu vou bater com limão, azeite, azeite do bom, nunca compra azeite ruim. Azeite ruim...para fritar..., para essas coisas azeite melhor. Você bate o grão de bico com aquela água que ele cozinhou, isso é importante, o limão, o azeite, uma pitada de sal, prova. Eu provo tudo. Eu a via fazendo, até já velha ... ela ficava olhando junto com Maria, Maria fazia tudo. E... mais o quê? O quibe, o quibe você põe... uma hora, põe de molho na água o triguilho, uma hora. Depois você seca bem no pano de prato, claro, limpo...e... mistura com a carne, mas aí você soca bem o alho. Tudo meu tem alho, meu filho... Ah...O alho é

essencial, mas você tem que socar. Quando eu tô com um bocado de preguiça, que é muio alho, eu tenho o microprocessador, aquilo quebra um galho danado, com a cebola também. Misturo tudo, azeite, azeite, é isso. E separo, deixo sempre uma parte crua, eles gostam, até o meu neto fica comendo, a minha neta... Meu filho, é tudo do sangue... É a primeira coisa que eles comem. Ah... hortelã, se não tiver hortelã você esquece do quibe. É igual coentro no peixe. Se não tiver hortelã você deixa para outro dia, não dá certo. Hortelã, eu tava esquecendo de hortelã. Ai é de comer ajoelhado no chão. Os outros você frita ou... eu faço assado também, fica melhor ainda. Bom, pirex desse tamanho, não tô brincando não, acaba tudo no almoço. Não são poucos. Você forra com azeite, põe uma camada de quibe... E... aí eu ponho nesse meio aqui um... parto pimentão verde, vermelho, amarelo bem fininho, cebola em rodela, ponho tudo... aí eu ponho no vinagre. Para pegar um pouco do vinagre. Pimentão. Cebola, azeitona, eu sou louca por azeitona. Ai, Adilson, eu ponho assim, isso tudo aqui, aí cubro de azeite, ponho a outra camada, aí eu passo assim em cima, e nesse aqui eu passo azeite. Ah... faço aquele outro, aquela salada com triguilho, tudo quanto é... tudo partido. É...Tomate, pimentão, alface. Hortelã, tudo que você quiser, tudo. Ah, agora me fugiu a memória. Não pode faltar berinjela! Eu acho, eu acho em... você pode fazer de véspera, eu faço para não dar tanto trabalho no dia seguinte. Aí eu tiro a pele, tiro com a mão, tiro a pele toda. Aí passo muito bem em uma bacia... ponho esses temperos todos... Rapaz! Como com pão, com pão árabe. Ah... uma comida perf... é maravilhoso! Como muita fruta meu filho, no mínimo eu como três frutas diferentes por dia. E verdura, meu filho, é o que eu falei a mesa da minha avó é a minha mesa, só que hoje eu acrescento mais coisas do que ela, acrescento frutas. Minha salada é imbatível, com folhas, e claro, tomate, pepino, rabanete, o que tiver, e frutas. Manga, que coisa maravilhosa você comer uma manga. Manga, melancia, pessego, o que tiver, morango... sem veneno. É desse tamanho as minhas vasilhas de...É isso, meu filho, quibe, assado é esse, quibe cru, *homus tahine*, essa outra salada com triguilho misturado com tudo. Ah... e a mesa não tem refrigerante, é suco de fruta. Se não tiver, é água. Quer coisa melhor do que água? (MOULIN, 2018).

Desse longo relato, nota-se a importância da alimentação no processo de construção da memória afetiva dos indivíduos, bem como de sua própria identidade, porque, para Pollak (1992, p. 5), “[...] há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. Há outras questões em jogo quando o assunto é a alimentação. Por exemplo, cozinhar implica a transmissão dos saberes da cozinha para as futuras gerações. Além disso, no ato de cozinhar, as receitas exercem papel de destaque, muitas das quais adaptadas aos produtos locais e nem sempre escritas, dada a baixa escolaridade de quem cozinhasse (MATOS, 2014). Ainda sobre isso,

A memória dos sabores da meninice se mantém presente por toda a vida [...]. Testemunhos que, apesar dos anos, não se perde, sobrevive e até resiste, que emerge como “campainhas da memória”, revivendo sabores marcantes, percepção dos ingredientes, dos aromas acentuados [...], constituindo-se memórias afetivas (MATOS, 2014, p. 107).

Figura 33 - Atestado emitido a Felipe Felix Tannure

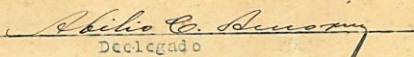

 Secretaria do Interior e Justiça
 Polícia do Estado do Espírito Santo
 Serviço de Registro de Estrangeiro
 Delegacia de Polícia do Município de Alegre

ATESTADO

Eu, Abílio Corrêa de Amorim
 Delegado de Polícia deste município, por
 designação na forma da lei, etc.

ATESTO que o Sr. FELIPE FELIX TANNURE,
 natural de Monte Líbano
 de nacionalidade libanesa filho de
Felix Tannure e de Mayessa Ta-
nure, com anos 64 de ida-
 de, casado, comerciante,
 instrução sabendo assinar residente em Vila
do Recreio, deste município de Alegre,
 está isent^o do registro de que trata o art. 147,
 do decreto federal n. 3010, de 20 de agosto de 1938
 por ter transposto o limite de idade estabelecido
 no paragrafo unico do art. e decreto citados.

Alegre, 4 de Dezembro de 1940.


 Delegado

Fonte: Acervo de Ariette Moulin Costa

Ariette Moulin concluiu sua narrativa dizendo que nunca ouviu seus avós ou sua mãe mencionarem casos de conflitos entre sírios e libaneses e outros comerciantes já estabelecidos. Seu avô Felipe Felix Tannure faleceu depois da Segunda Guerra Mundial, em 1946. A imagem da Figura 33 é um atestado emitido pelo delegado de polícia de Alegre a ele, datado de 4 de dezembro de 1940. À época, contava com 64 anos de idade e, portanto, confirma o ano de seu nascimento em 1876.

4.3.4 Família Marão

Certo dia, enquanto aguardava uma consulta em um consultório médico, li uma reportagem que fazia alusão à família Marão. A matéria tratava de uma visita ao Líbano, realizada por dois de seus membros. Além disso, abordava um pouco da história dessa família, particularmente da emoção desses visitantes por terem a oportunidade de conhecer os lugares onde um de seus antepassados viveu e de onde partiu para o Brasil. Algum tempo depois, consegui fazer contato com uma das pessoas citadas naquela reportagem. Ele se chama Carlos Alberto Alexandre Marão³¹¹, ou simplesmente, Marão. Perguntado se poderia conceder uma entrevista, Marão colocou-se prontamente à disposição. Ele me recebeu no seu escritório, localizado em um prédio no centro de Cachoeiro, no dia 20 de março de 2018.

De acordo com Marão, o primeiro de sua família a emigrar para o Brasil foi seu pai, Kalil Mattar, que, aporuguesado, passou a se chamar Carlos Marão. Nascido em 1900 e proveniente da cidade libanesa de Saida, seu pai deixou o Líbano em 1913, com destino ao Brasil, chegando no Rio de Janeiro, como muitos outros conterrâneos (MARÃO, 2018). Segundo Marão, seu pai emigrou para fugir da guerra:

Vamos ver, numa faixa de 40 a 60 anos eram recrutados para ir para guerra. A grande parte não voltava. Inclusive o pai do meu pai foi para a guerra e nunca mais tiveram notícia dele. Então... as faixas etárias começaram a baixar. Depois, eles começaram a pegar de 30 a 40 anos, depois de 20 a 30. Então, a mãe dele e as mães de muitos outros que vieram para cá ficaram com medo de pegar os garotos de 10, 12, 15 anos, 17 anos, começaram a mandá-los para a França, Estados Unidos, para o Brasil para tirar daquela região. O meu pai veio de lá por conta desse processo, chegou aqui em 1913, com 13 anos de idade. Ele não sabia falar uma palavra em português e não conhecia ninguém. A mesma história de quase todos eles (MARÃO, 2018).

Segundo narrou Marão, muitos sírios e libaneses que vieram para o Brasil o fizeram acreditando que o Brasil era “a terra prometida”, terra que “em se plantando, tudo dá”:

Meu pai até brincava conosco, eu era garoto, eu lembro, que ele falava que essa terra é tão abençoada, que você pega o mamão para comer, você chega no quintal e raspa com a colher e joga a semente no chão. Daqui há seis meses você pega o mamão no pé. Lá, as terras são outras, completamente. Essa visita que eu fiz ao Líbano agora deu para ver isso. É... o Vale do Bekaa, por exemplo, é extraordinário, tudo verde e lindo, mas é como nascemos aqui

³¹¹ Carlos Alberto Alexandre Marão (doravanda MARÃO, 2018), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, realizada em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 20 de março de 2018.

em qualquer lugar. Tirando aí a seca do nordeste, praticamente, qualquer lugar no Brasil que chove, uma semana depois tá verde (MARÃO, 2018).

Carlos Marão chegou no Rio de Janeiro. Lá, um patrício lhe informou que havia, em Iconha, no sul do Espírito Santo, um possível parente dele. Ele, então, resolveu vir para Iconha, onde encontrou um membro da família Simão, que realmente era seu parente. Chamava-se Jorge Simão, com quem Carlos Marão passou a residir em Monte Belo, no interior de Iconha e a trabalhar com tropas de burros.

E chegou aqui, em Iconha, esse tio dele, o pai do Adalgiso, falou com ele: “Eu tenho aqui umas tropas de burro que eu levo café, eu entrego café no porto de Vitória. Se você quiser trabalhar, eu te arranjo uma tropa de burro, você vai tocando até Vitória”. E meu pai foi tropeiro durante algum tempo e eles se juntavam a noite pra dormir, porque levavam dois, três dias de Iconha tocando tropa de burro até... até Vitória, até o porto (MARÃO, 2018).

Como boa parte dos imigrantes sírios e libaneses que vieram para o Brasil e para o Espírito Santo, Carlos Marão veio, do Líbano, solteiro, já que tinha apenas treze anos. Da mesma forma, não era alfabetizado e foi aqui que ele aprendeu a ler e escrever. Carlos Alberto Marão relatou que, como a viagem de Iconha para Vitória durava entre dois e três dias, seu pai aproveitava o tempo vago para se alfabetizar, história que já havia narrado para o Jornal *Sete Dias*, de Cachoeiro, no ano de 1998:

Conduziu tropas de burros que transportavam sacas de café para o porto de Vitória e sua maior ambição era aprender a ler e escrever a nossa língua. Para isso, alguns amigos nas horas de descanso, pegavam um pedacinho de galho e se acoravam riscando no chão para ensinar-lhe as primeiras palavras do seu novo país³¹².

Essa iniciativa foi muito bem-sucedida, porque Carlos Marão não só aprendeu a ler e escrever em português, como se tornou um grande orador.

Meu pai, na idade adulta, foi um grande orador. Ele tinha uma pronúncia extraordinária, pronúncia portuguesa extraordinária. Meu pai fazia um discurso que emocionava. Então, meu pai aprendeu tudo. Ele tinha uma inteligência... Ele lia demais, ele dava aula. Nós, fazendo o curso científico, eu e meus irmãos, ginásio naquele tempo, científico...a gente consultava ele sobre História, Geografia, sabia tudo. Sabia tudo. Ele tinha livros, tinha mapas do mundo, que naquele tempo não era fácil de você conseguir (MARÃO, 2018).

³¹² MARÃO, Carlos Alberto. **Era uma vez...** Jornal *Sete Dias*, Cachoeiro de Itapemirim, edição 456, 29 ago. 1998.

Depois de residir por um tempo em Iconha, Carlos Marão resolveu mudar-se para Cachoeiro de Itapemirim, em 1920. No centro da cidade, abriu uma loja de tecidos finos, a “Casa Marão”, que também vendia meias, rendas etc. Ele comprava mercadoria no Rio de Janeiro e São Paulo para vender em sua loja, e numa dessas idas à capital federal, em companhia de um patrício,

Esse patrício falou: “Oh, Marão, tem um patrício aí que tem umas filhas bonitas. É um comerciante, também. Vamos lá fazer uma visita a ele”. E foi lá e das filhas que tinham lá na casa da minha mãe, ele gostou da minha mãe. Depois voltou, conversou com o pai dela e assim iniciou o namoro e casaram e vieram para Cachoeiro. Ele já estava estabelecido, aqui, com a loja dele (MARÃO, 2018).

A esposa de Carlos Marão era Rosa Alexandre, filha de Inácio e Ondina Alexandre, ambos libaneses, comerciantes no Rio de Janeiro. Como a construção de sobrados era bastante comum entre os sírios e libaneses, no primeiro pavimento funcionava o comércio e, no segundo, a residência da família. No Líbano, Carlos Marão era maronita e, segundo Marão, em Cachoeiro era um líder da colônia libanesa, recepcionando as pessoas que aqui chegavam, inclusive o Cônsul do Líbano quando esteve na cidade (MARÃO, 2018).

Marão também relatou que, entre comerciantes sírios e libaneses e comerciantes de outras etnias, não havia conflito. E explica:

Eu vou te dizer porquê. Eles vieram para cá numa época, por exemplo, meu pai abriu uma loja de tecidos finos que não tinha em Cachoeiro. Ele dizia para nós que as madames da sociedade pegavam o trem e iam em Vitória comprar tecidos finos para uma festa de casamento, para uma coisa assim. Aí ele enxergou aquele foco de negócio e começou a trazer de São Paulo. Ele ia à São Paulo, comprava lá os tecidos, as rendas e vendia aqui. Então, não houve, eu não sei de conflito, não (MARÃO, 2018).

De acordo com Marão, sírios e libaneses não enfrentaram preconceito:

Não, nunca falou disso. Você sabe o que acontece? Eu acho que a época era outra. O Brasil daquela época precisava de mão de obra, precisava de gente para trabalhar, gente para produzir. Então, o comércio brasileiro, a indústria brasileira, se você for olhar o braço que tocou a indústria, impulsionou indústria e comércio, todos são descendentes. Alguns países, eu não vou dizer que foi só libaneses não, de alguns países. Mas, mas... você vai em São Paulo, você não vê... se você tirar alguns libaneses e sírios e judeus, não sobra comércio. Exatamente. Então, eles eram bem-vindos porque eles vinham para trabalhar, como vieram os japoneses, como vieram os italianos, os alemães. Entendeu? E cada um formou os núcleos, só que os árabes não formaram, essa que foi a diferença, porque eles vieram para a cidade, eles

não ficaram no interior. A diferença que eu imagino é essa. Eles vieram para cidades e se espalharam em várias cidades. Já os outros imigrantes, japoneses, italianos, alemães eles vieram para formar colônia para trabalhar no interior. Para trabalhar na agricultura, pecuária (MARÃO, 2018).

Na família Marão, também não havia indução para a endogamia, e os filhos ficaram livres dessa obrigação de se casar entre os membros da colônia. Apenas uma de suas irmãs se casou com um descendente de sírios e libaneses, do Rio de Janeiro, mas por opção. Também não houve, sobre os filhos de Carlos Marão, pressão para o exercício desta ou daquela profissão. Do casamento entre Carlos e Rosa, nasceram quatro filhos: Jeanette, professora e exímia tecladista; Jainer, contabilista e comerciante, já falecido; Carlos Alberto, que era corretor de imóveis em Cachoeiro, já falecido; e Jorge, que chegou a ocupar o cargo de gerente do Banco do Brasil, também falecido (MARÃO, 2018).

4.4 ASSENTAMENTO, CONFLITO E ATUAÇÃO DA JUSTIÇA

No processo de assentamento dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes no sul do Espírito Santo, embora marcado pelo desenvolvimento de uma trajetória de inserção social bem-sucedida, outra questão marcante foi a presença constante de conflitos e negociações. Os inquéritos policiais e/ou processos de crimes foram fontes fundamentais para que fosse possível a observação e a análise dos inúmeros confrontos nos quais estiveram envolvidos ao longo - e mesmo antes - da Primeira República no Espírito Santo.

Isso porque, quando os desentendimentos entre sírios e libaneses e outros indivíduos não eram resolvidos de forma amigável, eles foram aos tribunais para que a Justiça pudesse arbitrar. Em Cachoeiro de Itapemirim, a maior cidade do sul capixaba, os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes tiveram de buscar a intermediação da Justiça quando se viram em apuros, sendo processados por motivos diversos. Neste capítulo, serão analisados três episódios (dois deles por meio de processos de crimes) ocorridos na sede do município, que refletem bem os conflitos nos quais esses imigrantes do Oriente Médio estiveram envolvidos. Também serão apresentados casos ocorridos em alguns distritos da cidade.

O primeiro episódio envolveu o sírio e libanês Ragi Assadi Tanure, que era um comerciante residente em Cachoeiro. Ele foi acusado de, no dia 31 de janeiro de 1898, invadir a casa de Galdino José Fagundes, quando este não se encontrava em casa, à procura de um leitão - ou leitoa. Segundo a acusação, Ragi teria entrado na casa de Galdino sem pedir licença à esposa, invadido quartos e cozinha e mexido nas coisas da família, em busca do animal. Como não o encontrou, ainda teria proferido palavras injuriosas contra a esposa de Galdino.³¹³

O advogado de Galdino José Fagundes tentou enquadrar o imigrante nos artigos 198, 316, parágrafo 1º, e 314, letra C, com os agravantes contidos no artigo 39, parágrafos 4, 5 e 12, e no artigo 41, parágrafos 1 e 3³¹⁴ do Código Penal. Também pediu uma indenização por injúria e dano, no valor de cinco contos de réis, a ser doado a instituições de caridade da cidade. O Código Penal em vigor datava de 1890, do início da República. Os artigos aludidos diziam o seguinte:

Art. 198. Entrar de dia na casa alheia, fóra dos caos permittidos, e sem as formalidades legaes; introduzir-se nella furtivamente ou persistir em ficar contra a vontade de quem nella morar:

Pena - de prisão celllular por um a três mezes.

[...]

Art. 314. Offender publicamente, ou expor ao desprezo publico, a pessoa que não acceitar o duello, ou por esses meios a provocar a acceital-o:

Penas - de prisão celllular por seis mezes a um anno e multa de 100\$ a 200\$000.

[...]

Art. 316. Si a calumnia for commettida por meio de publicação de pamphleto, impresso ou lithographado, distribuido por mais de 15 pessoas, ou affixado em logar frequentado, contra corporação que exerça autoridade publica, ou contra agente ou depositario desta e em razão de seu officio:

Penas - de prisão celllular por seis mezes a dous annos e multa de 500\$ a 1:000\$000.

§ 1º Si commettida contra particular, ou funcçionario publico, sem ser em razão do officio:

³¹³ Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

³¹⁴ Os outros artigos são: "Art. 39. São circumstancias aggravantes: § 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frivolo; § 5º Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellar a offensa; § 12. Ter sido o crime commettido com entrada, ou tentativa para entrar, em casa do offendido com intenção de perpetrar o crime; Art. 41. Também se julgarão aggravados os crimes: § 1º Quando, além do mal do crime, resultar outro ao offendido ou a pessoa de sua familia; § 3º Quando o mal do crime for augmentado, ou por circumstancia extraordinaria de ignominia, ou pela natureza irreparavel do damno" (BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 23 de out. 2018.

Penas - de prisão celular por quatro mezes a um anno e multa de 400\$ a 800\$000³¹⁵.

Galdino José Fagundes e seu advogado, Francisco Aurélio Corte Imperial, escolheram as seguintes testemunhas: Adão Bernardo de Carvalho, Horacio José Ribeiro, Francelino Alves de Faria, José Teixeira de Andrade. Elas foram intimadas no dia 08 de fevereiro de 1898 a compareceram, no dia seguinte, para prestar depoimento. O promotor do caso era Antônio Epaminondas de Barros Correia. No dia 09, foi ouvida a primeira testemunha, Adão Bernardo de Carvalho, 35 anos, que era um lavrador natural de Minas, residente em Cachoeiro. Adão disse que

[...] achava-se em casa do senhor Galdino José Fagundes, chegando ahi o turco Ragi Assadi e perguntara a mulher de Fagundes se ele estava em casa sendo lhe respondido negativamente, ele dissera que tinha lhe summido uma leitoa e que elle julgava achar-se nesta casa, entrou na casa procurou nos quartos procurou por toda parte a dita leitoa e não encontrando saiu da casa dizendo que se achasse a leitoa daria um tiro na boca de quem disesse o contrario.³¹⁶

Para se defender desta acusação, Ragi Assadi Tanure contratou o advogado Bernardino de Souza Monteiro³¹⁷. Ele perguntou à testemunha o dia e hora em que se deram os fatos; em que lugar da casa ele se encontrava quando os fatos ocorreram e se Ragi teria batido na porta e pedido licença para entrar. Adão respondeu

[...] que foi segunda-feira [...] atrasada pelas oito horas mais ou menos da manhã. [...] Respondeo que se achava na salla de visitas primeiro compartimento da casa por onde n'ela se entra, que o Réo não deo pancadas e que não pediu licença a mulher do queixoso para entrar. [...] Respondeo que chegou até a porta do meio e que d'ahi o viu ir ao quintal cosinha e quarto.³¹⁸

Depois do advogado do acusado ter inquirido a testemunha, chegou a vez da promotoria.

Dada a palavra ao D. Promotor de Justiça por elle foi perguntado a testemunha se o queixoso tem filhas, quantas e essas já são moças?

³¹⁵ BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 23 de out. 2018.

³¹⁶ Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

³¹⁷ Bernardino Monteiro era irmão de Jerônimo Monteiro. Além de advogado, foi político importante no estado e fora dele, tendo sido governador municipal (vereador), senador da república, bem como presidente do governo estadual entre 1916-1920 (SANTOS, 2012).

³¹⁸ Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

Respondeo que tem trez filhas onde uma dellas moça. Perguntado se o Reo tinha penetrado no quarto das filhas de Fagundes? Respondeu que sim porque a sua busca não escapou nenhum compartimento da casa. Perguntado se o Reo tinha injuriado a senhora e filhas do queixoso? Respondeu que se o fez elle respondeu não ouviu. Pelo D. Advogado deo Reo foi constado o depoimento da testemunha porque pela posição que occupava não podia ser o que depõe.³¹⁹

No dia 10 de fevereiro, a segunda testemunha de Galdino foi ouvida: Horácio José Ribeiro, um lavrador de 26 anos, casado, natural de Minas Gerais, também morador de Cachoeiro. Horácio disse que estava conversando com José Teixeira de Andrade e Adão, quando viu o acusado entrar na casa de Galdino e, como este não se encontrava em casa, acompanhou Ragi até dentro da casa. Falou que Ragi entrou sem pedir licença à esposa de Galdino e a uma de suas filhas, mexeu em uma canastra. Também revolveu roupas que estavam embaixo das camas procurando o leitão que, segundo Ragi, Galdino teria roubado. Ragi os teria chamado de ladrões e dito que se o leitão fosse encontrado daria um tiro na boca de Galdino e de sua esposa.³²⁰ E ainda,

Disse mais que nesta ocasião a mulher do Autor e filhas fugiram pelo quintal espavoridas e vieram dar parte ao Tenente Almeida Comandante do destacamento policial desta cidade, que incontinentemente dirigiu-se acompanhado de praças, digo acompanhado de um sargento, á casa de residencia do Autor e ahi ouviram a queixa verbal que lhes fez a mulher do Autor que tambem lhes pediu que procurassem toda casa para verificarem a injustiça e a falcidade da acusação de Ragi, e assim o official procurando os vestigios do ellusivo furto do leitão ou leitôa, e que nada encontraram; e que ficando depois o sargento ainda deo uma segunda busca nas capoeirinhas [...].³²¹

Bernardino Monteiro perguntou à testemunha a que horas ocorreu o fato, bem como a que distância estava do local do ocorrido quando conversava com José Teixeira de Andrade. Horácio respondeu que às oito horas, mais ou menos, estando a uns 20 metros do local. Perguntado se era empregado de Galdino e se trabalhava com uma carroça do mesmo, a testemunha disse que não. O promotor não quis fazer perguntas e Bernardino contestou alguns pontos do depoimento da testemunha, que, por isso, pediu que fosse retificado alguns pontos de sua fala.³²²

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ Ibidem.

³²¹ Ibidem.

³²² Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

A terceira testemunha de acusação era José Teixeira de Andrade, que tinha 50 anos, artista, natural do Rio Grande do Sul, mas também residia em Cachoeiro.

Respondeo que no dia (31) trinta e um de janeiro achando-se em frente da casa do Autor viu o acusado Ragi encaminhar-se para a casa do Autor e ahi penetrar em altas vozes acusar a mulher do Autor de ter lhe furtado um porco e assim tambem a mulher do Autor dizer alto –valha-me nossa senhora que estou aqui morando a tantos annos e nunca fui acusada como ladrona-, e que viu tambem o acusado penetrar para o interior da casa, e logo depois retirou-se voltando mais tarde em companhia do Tenente e duas praças e um sargento e a mulher do Autor e lá chegando procederam a busca não só na casa do Galdino como na visinhança, busca que elle não assistiu porque ficou no caminho d'onde se entrou para sua casa.³²³

Bernardino perguntou à testemunha a que horas se deu o fato narrado, que distância tem do lugar em que conversaram com Horácio e donde presenciou o facto. Também lhe foi perguntado que palavras ele ouviu serem pronunciadas por Ragi Assadi Tanure e se o ouviu pedir licença antes de entrar em casa. A testemunha respondeu que as palavras ouvidas por ela foram “cambada de ladrões”, e que não ouviu o sírio e libanês pedir licença. Bernardino também quis saber de José Teixeira se viu Ragi entrar nos quartos da casa, mas ele disse que o viu entrar na casa, mas não sabe se adentrou aos quartos.³²⁴

No dia 14 de fevereiro, seria ouvida a quarta testemunha de acusação, que era Ernesto Ferreira dos Anjos, lavrador de 26 anos de idade, casado, natural da Bahia e residente em Cachoeiro. No entanto, Bernardino de Souza Monteiro argumentou que ele não havia sido arrolada como testemunha quando do início do processo, como mandava a lei, e que, por isso, não poderia depor. Assim, o juiz do caso, Lafayette José Bernardes, deferiu o pedido do advogado de defesa para que esta testemunha não fosse ouvida.³²⁵

O advogado de Galdino faz petição ao juiz para que ouvisse mais duas testemunhas, mas o que se apreende é que tentaram intimá-las, mas não foram encontradas. Já as testemunhas arroladas por Ragi Assadi Tanure foram: sargento Joaquim Fernandes, Catharina Maria da Conceição, Francelino Alvez de Faria, Bertholino Maria Pinheiro e

³²³ Ibidem.

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

Nassife Miguel Sahi. A primeira testemunha a depor foi Catharina Maria da Conceição, que disse que, quando ocorreram os fatos, era empregada de Ragi Assadi Tanure.

Catharina informou que estava na janela da cozinha de Ragi, lavando arroz para o almoço, quando viu uma de suas porcas seguir para as proximidades da casa de Galdino, com três leitões, voltando dali há pouco, gritando e com apenas dois leitões. Perguntada por Bernardino Monteiro se viu Ragi dirigir-se à casa de Galdino e praticar os atos narrados no processo, disse que não. Ao ser indagada se viu as testemunhas de nome Horácio José Ribeiro e José Teixeira de Andrade estarem presentes na ocasião do episódio, também respondeu que não. Disse que conhecia Ragi Assadi Tanure, que era um homem sério e ordeiro.³²⁶

Outra testemunha de Ragi Assadi Tanure a ser ouvida foi Joaquim Fernandes Moura, Sargento de Polícia, que era brasileiro e tinha 32 anos de idade. Essa testemunha

Respondeu que no dia 31 de janeiro do corrente anno, das sete para as oito horas da manhã foi procurado no quartel, pela mulher do autor, a esta que um turco tinha corrido a sua casa; e para lá seguem com o Tenente Almeida os quaes lá chegando ouviram o facto contado por ella do seguinte modo: aqui chegou um turco e procurando por meu marido – disse que tendo sumido um leitão de sua casa julgou que aqui tivesse ficado ao que ella testemunha respondendo não saber onde estava o leitão, autorizou a elle turco a entrar em casa e procurar o dito leitão, o que este fez, não encontrando. Disse mais que percorreu a casa e mais dependencias sem encontrar o referido leitão.³²⁷

Queixando-se de que só teriam sido ouvidas três de suas testemunhas, Galdino, por seu advogado, solicitou ao juiz que mandasse intimar mais duas testemunhas a que tinha direito. Elas são intimadas, mas não compareceram. O advogado de Ragi Assadi Tanure protestou contra a possibilidade de ouvir essas testemunhas, já que o juiz já havia despachado contra o ato de ouvir pessoas não arroladas anteriormente, no início do processo. Parece-nos que o juiz deferiu a solicitação do advogado de Ragi Assadi.³²⁸

Antes da sentença do juiz, Bernardino de Souza Monteiro, advogado do réu, apela para a anulação do processo, porque teria havido, segundo ele, irregularidades

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

processuais. De acordo com Bernardino, Ragi Assadi Tanure não teria recebido uma cópia da queixa que pesava sobre ele; também não foi qualificado, tampouco lhe foi lida a petição de queixa, razões que já implicariam a anulação do processo. Além disso, alguns depoimentos não poderiam ser aceitos porque foram dados por “[...] indivíduos dados a gatunagem ou pelos menos de costumes pevertidos e, portanto, sem a mínima imputabilidade moral e valor jurídico”.³²⁹

Inclusive, Bernardino solicitou que se verificasse se havia algum tipo de portarias ou queixas contra as testemunhas de Galdino: Adão Bernardo de Carvalho, José Teixeira de Andrade e Francisco Antônio Soares. O carcereiro da cidade informou que Adão Bernardo de Carvalho, por exemplo, havia sido preso por furtar arreios pertencentes ao animal de propriedade de Joaquim Guimarães. Francisco Antônio Soares também foi preso, acusado de ter roubado 67 mil réis na casa de uma prostituta, roubo confessado por ele.³³⁰

O próprio promotor de justiça do caso decidiu pela anulação do processo. Mesmo diante da decisão do promotor e das alegações e argumentos de Bernardino Monteiro, o juiz condenou Ragi Assadi Tanure a seis meses de prisão e ao pagamento do valor da multa correspondente. No entanto, no dia 21 de junho de 1898, a defesa resolveu apelar à Corte de Justiça do Estado, usando os mesmos argumentos já elencados, adicionando o parecer da Promotoria pela anulação do processo³³¹. Assim, em 7 de abril de 1899, a Corte de Justiça anulou o sumário de acusação:

Consideramos, que ao appellante não foi entregue, copia da queixa, contra o disposto no art 391 ao Dect nº 15 citados, e que estando elle presente no dia em que foi iniciado o summario, não foi qualificado, não lhe foi lida a petição de queixa e não lhe foi dada a palavra para produzir sua defesa, art 392. 393. Dão provimento, por estes fundamentos, a presentee appellação, para julgar como julgão nullo todo summario.³³²

Destarte, ao recorrer à Corte de Justiça, Ragi Assadi Tanure viu a sentença ser alterada em seu favor. Há outro caso em que a atuação da Corte de Justiça também foi decisiva em favor de um sírio e libanês, chamado Benedicto Tannure, caso ocorrido

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Ibidem.

³³¹ Ibidem.

³³² Ação criminal nº. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

entre 1926 e 1927. Ele era um médico paulista, mas residente em Cachoeiro de Itapemirim, a cuja população prestava serviços. Benedicto enfrentou um longo processo³³³ no qual era acusado pela morte de Manoela Brado Alves, depois de realizar uma intervenção cirúrgica.

De origem espanhola, Manoela Brado Alves era a segunda esposa de um comerciante cachoeirense chamado Amâncio Pereira Alves. Mãe de sete filhos, Manoela estava grávida do oitavo, mas, como tinha sérios problemas de saúde no decorrer das gestações e dos partos, resolveu interromper a gravidez em curso. Antes disso, ao consultar-se com alguns médicos, entre os quais Luiz Antônio Monteiro Lindemberg, foram-lhe receitados alguns medicamentos considerados abortivos na época, como apiol e aguardente alemã.³³⁴

Manoela pediu, inclusive, a este médico, Luiz Lindemberg, e a outros, como Newton Ramos, que fizessem o aborto, mas eles se recusaram e tentaram dissuadi-la, sem, contudo, obterem êxito. Ela disse que faria o aborto de qualquer maneira, mesmo que seu esposo e os médicos não aprovassem. Contratou, então, os serviços de Benedicto Tannure, que fez o aborto, tendo Manoela evoluído a óbito. O promotor de justiça queria que Benedicto respondesse ao crime de aborto criminoso, inscrito no artigo 300, parágrafos 1º e 2º do Código Penal. Se condenado, Benedicto Tannure poderia pegar até 24 anos de prisão.³³⁵

Ouvidas as testemunhas, todas indicavam a responsabilidade do médico Benedicto na morte de Manoela, porque foi o responsável pelo aborto. O acusado, no entanto, argumentava, em seus depoimentos e por meio de seu advogado, que o aborto foi terapêutico, isto é, teve como finalidade salvar a vida de Manoela, que já estava em processo abortivo dada a ingestão das drogas indicadas por outros médicos. O laudo cadavérico, solicitado pela Justiça, foi decisivo nos desdobramentos do caso, porque de acordo com ele, o útero de Manoela estava íntegro, sem lesão (Processo n. 625, 21/07/1927).

³³³ Processo n. 625, 21/07/1927.

³³⁴ Ibidem.

³³⁵ Ibidem.

O juiz do caso absolveu Benedicto Tannure da acusação de aborto, baseando-se em falhas que, de acordo com ele, teriam ocorrido na condução do inquérito, e no próprio laudo cadavérico. O juiz deu a seguinte sentença: “[...] julgo não provada a denúncia e a desclassificação pedida [...] para o artigo 302 para impronunciar o dr. Benedicto Tannure pella acusação que lhe foi intentada, condenando o Estado ao pagamento das custas [...]”³³⁶. O promotor de justiça recorreu da sentença ao Tribunal Superior, mas este ratificou a sentença que havia sido dada em Cachoeiro de Itapemirim, que absolveu Benedicto Tannure.³³⁷

Outro processo criminal envolvendo sírios e libaneses em conflito com nacionais e/ou indivíduos de outras etnias foi analisado por Perin (2017), em trabalho de conclusão de curso intitulado “Sírios e Libaneses: violência e discriminação no sul do Espírito Santo (1898–1920)”. Tal processo tratou da tentativa de homicídio sofrida por Nicolau Manache, um comerciante sírio e libanês residente à rua 25 de Março, no centro da cidade de Cachoeiro do Itapemirim. A tentativa foi perpetrada por Moacyr da Silva, também comerciante cachoeirense, de 28 anos (PERIN, 2017).

De acordo com Perin (2017), Nicolau Manache estava em sua residência repousando porque, no dia anterior, tinha sofrido alguns ferimentos e precisou tomar morfina para apagar as dores que sentia. De repente, um homem vestindo roupas escuras e chapéu adentrou à sua residência e desferiu tiros contra Manache. “Após os disparos mesmo tendo saído apressadamente do local, o indivíduo foi identificado por algumas testemunhas: era Moacyr Silva, comerciante, casado, 28 anos, capixaba, nascido em Cachoeiro de Itapemirim” (PERIN, 2017, p. 20).

Seis testemunhas foram ouvidas. Nenhuma delas era de origem síria e libanesa ou descendente, embora houvesse duas que pudessem testemunhar no caso: a irmã de Nicolau Manache, que estava em casa quando da ocorrência da tentativa de assassinato, e o comerciante carioca, também membro da colônia, Barract Falluch (PERIN, 2017). Dos que foram ouvidos, todos residiam em Cachoeiro. A primeira testemunha foi Victorino Duarte, 27 anos, casado, funcionário público, e a segunda, Laurito Appolinário, de 28 anos, solteiro, agrimensor.

³³⁶ Processo n. 625, 21/07/1927.

³³⁷ Ibidem.

As outras pessoas que participaram da oitiva foram Álvaro Coutinho Gonçalves, de 21 anos, solteiro, funcionário do comércio; José Azeredo Souza, 34 anos, casado e funcionário público; Juracy Ribeiro, 21 anos, casada, natural do Rio de Janeiro; e Antônio Bonifácio de Castro, 44 anos, casado, funcionário público (PERIN, 2017). Ninguém foi responsabilizado pela tentativa de assassinato sofrida por Nicolau Manache e todas as testemunhas depuseram em favor de Moacyr, isentando-o da responsabilidade do ato. Para Perin (2017), a análise desses depoimentos revela

[...] forte tentativa de apresentar Moacyr Silva como um homem de perfil ilibado. Outro aspecto que se revela a partir da investigação documental é a ausência de testemunha árabe. Assim como José Azeredo Souza em seu depoimento coloca Antonio Bonifácio de Castro na cena do crime, Álvaro Coutinho Gonçalves revela ao delegado estar presente no local do atentado uma irmã de Nicolau Manache, no entanto essa é excluída das oitivas, fato que sugere uma tentativa de calar qualquer voz que possa incriminar o denunciado [...] (PERIN, 2017, p. 21).

O assentamento de sírios e libaneses não se limitou à sede do município de Cachoeiro, mas se deu em diversos distritos da cidade. Dedicando-se prioritariamente às atividades comerciais, fazendo concorrência aos comerciantes estabelecidos, bem como apresentando muitas diferenças culturais, tiveram de enfrentar muitos conflitos. Em São João de Muqui, por exemplo, segundo os jornais *O Cachoeirano* e *O Estado do Espírito Santo*, havia um suposto plano de expulsão dos sírios e libaneses daquela localidade. O plano foi denunciado pelo cônsul honorário do Império Turco Otomano, no Rio de Janeiro.

O Cachoeirano, de 11 de agosto de 1901, noticiou: “O Consul da Turquia no Rio communicou ao governo do Estado ter denuncia que em S. João do Muquy pretendiam, expulsar os syrios” (*O CACHOEIRANO*, 11/08/1901, ANNO XXIII, N. 63). Diante disso, o chefe estadual da polícia se antecipou e mandou reforçar o policiamento na região, para evitar tal intento. Vale ressaltar que, três anos antes, na Vila de Itapemirim, sírios e libaneses foram expulsos pelos moradores locais e, portanto, a denúncia do cônsul não poderia ser desconsiderada.

De acordo com *O Estado do Espírito Santo*, “[...] alguns indivíduos pretenderam alliciar o pessoal da Estrada de Ferro, para no dia 10, durante os festejos da terminação do

assentamento de trilhos d'essa estrada em S. João do Muquy, expulsarem os syrios ahi domiciliados [...]" (*O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*, 03/10/1901, ANNO XX, N. 232). Ao que nos parece, o suposto plano de expulsão dos sírios e libaneses de São João de Muqui não se efetivou, provavelmente porque, avisados pelo cônsul e se antecipando ao problema, a atuação das forças policiais teria inibido a iniciativa.

Do mesmo modo, os periódicos traziam demonstrações das tensões que marcaram o estabelecimento de sírios e libaneses em Cachoeiro de Itapemirim. Na edição de 16 de outubro de 1898, quando da cobertura daquele incidente na Vila de Itapemirim, que visava à expulsão dos sírios e libaneses daquela localidade, *O Cachoeirano* trouxe a informação de que teriam sido distribuídos panfletos em Cachoeiro incitando a população a atacar e a expulsar esses imigrantes da cidade. Assinados por um brasileiro, secretário de um Clube Patriota, os panfletos diziam ainda que, se a população tivesse casas alugadas para árabes, que os fizesse retirar-se delas, caso contrário sofreria graves prejuízos (SALETTTO, 2001).

Felizmente não se deu o premeditado conflito que de certo tomaria grandes proporções, porque no Cachoeiro existem mais de 300 syrios e 27 casas importantes. Um negociante syrio que possui um exemplar desses curiosos documentos prometeu offerecer-me essa preciosidade, que enviarei (*O Cachoeirano*, 16/10/1898).

Em 1913, em texto publicado no *Cachoeirano*, indivíduos reclamam de um sírio e libanês que foi nomeado para o cargo de escrivão no distrito de São Felipe³³⁸. Colocam em dúvida se ele honrava a colônia a que pertencia, afirmando que haveria brasileiros para assumir o cargo, inclusive brasileiros melhores que ele. Vale destacar que a expressão “ou melhor” está em negrito, sugerindo o julgamento da condição de superioridade do brasileiro em relação ao imigrante:

Agora nos chega ao conhecimento que para o lugar de escrivão de S. Felipe foi nomeado o Sr. Caiile Oasen. Si é verdade que esse Sr. é um syrio que honra á sua colônia, não é menos verdade que há em S. Felipe brasileiros que como esse cavalheiro **ou melhor** poderiam exercer aquelle cargo. [...] Fazer funcionário publico um estrangeiro que propositalmente se conserva alheio aos nossos costumes, á nossa vida política, so podera provocar certo resentimento ente os nacionaes devido a situação depremente em que ficam pela preterição (*Cachoeirano*, 16/03/1913, com grifo).

³³⁸ São Felipe é, hoje, a cidade de Atílio Vivaqua.

Outra demonstração das intrincadas relações de poder em jogo entre os imigrantes sírios e libaneses e os nacionais foi trazida pelo mesmo jornal, em abril de 1918. Trata-se de um artigo intitulado “A Semana”, cuja autoria remete a “Xisto”. Nele, é possível ler o diálogo entre Xisto e um amigo, cujo tema é a crise pela qual estaria passando o comércio, no Brasil. O autor apresenta não apenas as razões para o surgimento dessa crise, mas os resultados tanto para os comerciantes brasileiros, como para os seus filhos.

_ A crise é geral, meu amigo... _ Crise... crise! E és tu, que conheces o mal, que sabe onde está o cancro do commercio dessa terra, que vem me falar em crise? Então acaso pensas que eu seja um idiota, um bôbo... Não te compreendo... _ Ah! É isto mesmo... não queres compreender... Olhos scintilantes e vóz cava, como que ameaçando tudo o que vae contra a sua quitada, de um salto ele ergueu-se da cadeira: _ Não queres, mas has de vêr, onde está esse maldicto cancro que vae minando o organismo do commercio nacional... hás de ver e comprehender que a elle, somente a elle devem os paes o não verem seus filhos casados...has de ver e comrehender que elle não affecta sómente o commercio, não, porque nós brasileiros estabelecidos sentimos esse máo estar, o mais o sente essa rapaziada intelligente e robusta que, para ganhar o pão abandona a terra onde nasceu...Crise? Guerra? Então é por isso que os commerciantes brasileiros fecham suas portas? Não, não é por isso!... É porque os turcos, esses que hoje se intitulam syrios, vão se assenhoriando de tudo, sem ao menos dar como recompensa um emprego a qualquer filho do logar... ahi é que está o mal... Xisto, meu bom amigo, quando eu lanço os olhos para esse abysmo cavado pela bondade e indolencia do nosso povo, sinto o pranto vir-me á face, pensando no futuro... E o pobre velho chorava, lastimando a falta de Floriano, o saudoso Marechal de Ferro (*Cachoeirano*, 07/04/1918).

Segundo o artigo, o motivo da crise vivenciada é o controle do comércio por parte dos sírios e libaneses, que, inclusive, não empregam brasileiros. Eles são, segundo o jornal, o “maldito cancro” que minava o comércio, roubando empregos dos filhos de brasileiros que, para conseguirem emprego, teriam de abandonar sua terra natal. Assim, distingue claramente “nós” e “eles”, o motivo do problema - os “turcos”, os “syrios” - e quem sofre com o problema - os brasileiros.

Levantam-se, ainda, no artigo, duas questões: a primeira, quanto à bondade e indolência dos brasileiros, que aceitaram os imigrantes, e quanto ao abismo a que foram conduzidos os brasileiros pelos imigrantes. O texto mostrou claramente a relação conflituosa entre comerciantes brasileiros, estabelecidos há muito tempo nessa atividade econômica, e os comerciantes sírios e libaneses, chegados há não muito tempo.

Como os recém-chegados, os *outsiders*, estavam fazendo uma concorrência bem-sucedida aos estabelecidos, cabe a estes caluniá-los, chamando-os de “maldito cancro”. Mais do que uma crise ou a própria guerra, neste caso a Primeira Grande Guerra, que trouxe diversos problemas para a economia brasileira, na opinião dos estabelecidos, são os *outsiders* a razão dos problemas pelos quais o comércio passava naquele momento. De acordo com Elias e Scotson (2000),

Assim, as calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do próprio grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais do caráter imprestável que lhes é atribuído, bem como a paralisia da capacidade de revide que costuma acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes e superiores mantêm sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores. Há sempre uma suposição de que cada membro do grupo inferior está marcado pela mesma mácula (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131).

A segunda questão refere-se à falta de Floriano Peixoto. A alusão à falta de Floriano Peixoto, o segundo presidente do Brasil, justifica-se pelo seu caráter autoritário, ditatorial, demonstrado na expressão do texto jornalístico, que diz “Marechal de Ferro”. Inclusive, no governo dele, o jacobinismo ganhou força, com sua defesa de um nacionalismo extremado e xenófobo. Segundo Saletto (2001), os defensores mais radicais do jacobinismo defendiam a expulsão dos estrangeiros do Brasil, conforme se observa naqueles folhetins distribuídos em Cachoeiro, em 1898.

No entanto, sírios e libaneses procuravam ganhar a simpatia da população capixaba e cachoeirense por meio da caridade, da ajuda mútua. Em dois momentos distintos, isso pôde ser observado em Cachoeiro, ambos com referência ao levantamento de donativos, em dinheiro, para ajudar a Cruz Vermelha Espírito-Santense. Na primeira ajuda, foi recolhido um conto de réis e entregue ao juiz de direito da Comarca que, por sua vez, entregou ao presidente estadual (*Cachoeirano*, 14/07/1918)³³⁹. Já em 1917, em artigo do jornal *Cachoeirano*, informou que angariaram 860 mil réis³⁴⁰.

³³⁹ O *Cachoeirano*, anno XLII, n. 29.

³⁴⁰ *Cachoeirano*, 11/11/1917, Anno XLI, número 46. Artigo “Os Syrios e a Cruz Vermelha Espírito-Santense”. O artigo informou sobre uma reunião de sírios e libaneses para arrecadar dinheiro para esta instituição, com a presença de muitos desses imigrantes. Além do que arrecadaram, o texto destacou que seria recolhido uma quantia ainda maior.

Do mesmo modo, sírios e libaneses ajudavam na realização da festa de São Pedro, padroeiro da cidade, embora o tom de crítica do artigo intitulado “Festa de S. Pedro”:

Os Syrios, mordomos de S. Pedro, fasem publico que é seu maior desejo contribuirem com o que necessario seja que realise-se esta festa. E para que mais tarde os festeiros não varram suas testadas; imputando-lhes a culpa pela sua desida, que negaram-se a concorrer com o necessario, fasem a presente declaração para salvaguardarem suas responsabilidade (sic) moral (sic) (O *Cachoeirano*, 08/06/1900, anno XXII, nº. 53).

As ajudas mútuas poderiam ser acionadas pelas associações que esses imigrantes formaram nas localidades em que se assentaram. Em reportagem do jornal *Cachoeirano* (18/11/1917)³⁴¹, esses imigrantes orientais fundaram uma associação, denominada “Sociedade Síria Sul Espírito-Santense”. Os membros da diretoria foram escolhidos por aclamação: Alime Chuquer, presidente; Felipe Kfure, primeiro vice-presidente; Elias Buteri, 2º vice-presidente; Nicolau Manache, 1º secretário; João Tannure, 2º secretário; Antônio Miguel, tesoureiro; Francisco Depes, escolhido como procurador.³⁴²

O conselho diretor da Associação era composto por: José Felix, Pedro Tannure, Felipe Miguel, Antônio Acha, que residia no distrito de Mimoso, Rachid Rad Tannure e José Assad. Já para a comissão de admissão de novos sócios, os membros eram: Zehy Simão, José Mussi, Khalil M. Salime José Elias. A comissão de estatutos tinha como membros: Felipe Kfure e Miguel Ayoub. Assim, como havia um sírio e libanês de Mimoso, certamente havia outros de diversas localidades do sul do Espírito Santo, já que a sociedade era do sul capixaba.³⁴³

As associações e clubes criados por sírios e libaneses no processo de assentamento no Brasil foi, segundo Gattaz (2012), o segundo espaço importante de sociabilidade desses imigrantes. “Estas associações – ou simplesmente clubes – foram fundamentais para a manutenção de uma identidade étnica árabe-libanesa, embora na maioria das vezes filtrada pelo viés da origem regional” (GATTAZ, 2012, p. 110-111). A pequena presença da família nos primeiros tempos da imigração levou à formação das associações, onde eles podiam compartilhar valores culturais dos locais

³⁴¹ *Cachoeirano*, 18/11/1917, anno XLI, n. 47.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ *Cachoeirano*, 18/11/1917, anno XLI, n. 47.

de origem. No entanto, o auge dessas instituições ocorreu entre 1920 e 1950 (GATTAZ, 2012).

Da mesma maneira, alguns sírios e libaneses residentes no sul do Espírito Santo foram membros da mais importante Loja Maçônica da região, a “Fraternidade e Luz”. Essa instituição caracterizava-se por conter, entre seus membros, homens da elite cachoeirense e sul capixaba e, portanto, o acesso de sírios e libaneses a essa loja era representativo do papel cada vez mais destacado que esses imigrantes e seus descendentes desempenharam na sociedade. Por outro lado, a maçonaria diferenciou-se pelo caráter filantrópico. O primeiro princípio da maçonaria é:

I - A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, educativa, filantrópica e progressista. [...] Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade (GOMES; GRILLO, 2018, p. 18)³⁴⁴.

O primeiro a ser iniciado na Loja Maçônica “Fraternidade e Luz” foi Alime Chuquer, em 1º de março de 1904³⁴⁵. Depois dele, outros dezoito imigrantes sírios e libaneses e descendentes compuseram o rol de membros desta instituição, havendo entre eles indivíduos de Cachoeiro, Alegre, Rio Novo, Castelo, São João de Muqui e Mimoso. São eles: Calil Oazem³⁴⁶, de São Felipe, distrito de Cachoeiro; Ally Abess³⁴⁷ e Fuad Salles³⁴⁸, de Rio Novo; Francisco Depes³⁴⁹, Antônio Negm Kfure³⁵⁰, Nemer Mussi Abdenor³⁵¹; José Brumana e Miguel Sad João, de Itapemirim; Miguel Ayub³⁵², Nazário

³⁴⁴ Gomes e Grillo (2018) citando o jornal *O Maçom*, nº. 39, de setembro de 1983, publicado pela Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”.

³⁴⁵ Iniciado em 01/03/1904. Elevado a Companheiro e exaltado a Mestre em 07/12/1904. Elevado ao Grau 18 em 1907 (Lista de membros da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”. Organizado por Dario Lumberto Viana. Fontes: Livros de Obreiros da Loja. Livro 1).

³⁴⁶ Comerciante. Iniciado em 01/11/1904. Elevado a Companheiro e Exaltado a Mestre em 24/05/1905. Elevado ao grau 18 em 18/02/1908 (Lista de membros da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”. Organizado por Dario Lumberto Viana. Fontes: Livros de Obreiros da Loja. Livro 1).

³⁴⁷ Comerciante. Iniciado em 12/09/1905. Elevado a Companheiro em 14/11/1905. Exaltado a Mestre em 13/03/1906. Elevado ao Grau 18 em 18/02/1908. Ibidem.

³⁴⁸ Comerciante. Iniciado em 09/01/1906. Elevado a Companheiro em 13/03/1906. Exaltado a Mestre em 14/04/1906. Ibidem.

³⁴⁹ Comerciante. Filiado em 01/09/1908. Ibidem.

³⁵⁰ Comerciante. Iniciado em 01/09/1908. Elevado a Companheiro em 29/09/1909. Elevado ao Grau 18 em 16/11/1909. Ibidem.

³⁵¹ Comerciante. Iniciado em 01/09/1908. Elevado a Companheiro em 29/09/1909. Exaltado a Mestre em 17/11/1909. Elevado ao Grau 18 em 21/05/1910. Ibidem.

³⁵² Comerciante. Iniciado em 24/03/1914. Elevado a companheiro e Exaltado a Mestre em 15/06/1914. Elevado ao Grau 18 em 1914. Ibidem.

Gabriel Buteri³⁵³, Jorge Turbay³⁵⁴, Pedro Nasser³⁵⁵, Secin Tannure³⁵⁶ e José Felipe da Silva³⁵⁷, de Alegre; Alfredo Marum Massad³⁵⁸ e Elias Mussi³⁵⁹, de Castelo; Antônio Nunes Acha³⁶⁰, de Mimoso; e Miguel Dibo³⁶¹, de São João de Muqui³⁶², entre outros.

A Loja Maçônica “Fraternidade e Luz” foi a primeira do sul do Estado, fundada em 6 de setembro de 1898, por oito indivíduos³⁶³ (GOMES; GRILLO, 2018). Desde o início, contou em seus quadros com médicos, farmacêuticos, fazendeiros, comerciantes, políticos de grande destaque municipal, estadual e federal. A presença de sírios e libaneses nesta instituição é demonstrativo tanto dos espaços sociais e de poder a que tiveram acesso, bem como da ascensão socioeconômica que vivenciaram, uma vez que esse espaço era proscrito à maior parte da população.

O que se viu até agora é que, ao contrário do que narraram os descendentes de sírios e libaneses, os conflitos marcaram o assentamento e a inserção social desses imigrantes no sul do Espírito Santo. Todavia, eles buscaram meios para que essa inserção fosse possível, entre os quais a ajuda mútua, a ajuda financeira para a realização das festas municipais, a fundação de uma associação síria e libanesa sul capixaba. A próxima tarefa é uma análise dos casamentos que esses imigrantes realizaram em Cachoeiro de Itapemirim.

³⁵³ Iniciado em 23/07/1921. Elevado a Companheiro em 11/08/1921. Exaltado a Mestre em 01/10/1921. Eleito Hospitaleiro para o exercício 1922/1923. Elevado ao Grau 18 por força de Lei. Ibidem.

³⁵⁴ Comerciante. Iniciado em 23/07/1921. Elevado a Companheiro em 08/09/1921. Exaltado a Mestre em 01/10/1921. Elevado ao Grau 18 em 1922 por força de Lei. Faleceu em 04/07/1933. Ibidem.

³⁵⁵ Sírio naturalizado brasileiro. Empregado no Comércio. Iniciado em 30/07/1921. Elevado a Companheiro em 29/09/1921. Exaltado Mestre em 03/10/1921. Elevado ao Grau 18 por força de Lei. Ibidem.

³⁵⁶ Comerciante. Iniciado em 04/03/1922. Elevado a Companheiro em 30/03/1922. Ibidem.

³⁵⁷ Comerciante. Iniciado em 10/06/1922. Elevado a Companheiro em 22/08/1922. Exaltado a Mestre em 11/11/1922. Elevado ao Grau 18 por força de Lei. Remido em 27/06/1935. Ibidem.

³⁵⁸ Comerciante. Iniciado em 01/07/1922. Ibidem.

³⁵⁹ Comerciante. Iniciado em 01/07/1922. Ibidem.

³⁶⁰ Empregado no Comércio. Iniciado em 06/10/1923. Elevado a Companheiro em 17/05/1924. Exaltado a Mestre em 04/10/1924. Elevado ao Grau 18 por força de Lei. Ibidem.

³⁶¹ Médico. Iniciado em 11/10/1927. Elevado a Companheiro em 22/11/1927. Exaltado a Mestre em 28/02/1928 (Lista de membros da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”. Organizado por Dario Lumberto Viana. Fontes: Livros de Obreiros da Loja. Livro 2).

³⁶² Lista de membros da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”. Organizado por Dario Lumberto Viana. Fontes: Livros de Obreiros da Loja. Livros 1 e 2.

³⁶³ O médico e político Júlio Pereira Leite; o artista e comerciante italiano Ângelo Maria Mignone; o industrial português José Lopes de Abreu; o engenheiro Oscar Baraúna; o comerciante português Manoel Nunes Machado; os comerciantes italianos Luiz Risso e Francisco Brandi; o comerciante e fotógrafo, Joaquim Manoel Martins Ayres, de origem portuguesa (GOMES, GRILLO, 2018, p. 44-45).

4.5 CASAMENTOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Dentro do recorte temporal dessa pesquisa, foram realizados 32 casamentos em Cachoeiro de Itapemirim, dos quais 15 são endogâmicos e 17, exogâmicos. Das três localidades em que os casamentos foram analisados, Cachoeiro concentrou o maior número, 32. Em Itapemirim foram 15 e, em Mimoso, 19. Do mesmo modo, foi o local no qual ocorreu o maior número de matrimônios realizados fora do grupo étnico, em termos absolutos. A exogamia restringiu-se aos homens. Portanto, nenhuma mulher casou-se com indivíduos de outras nacionalidades.

Dos 17 casamentos fora do grupo étnico, sete sírios e libaneses e/ou descendentes casaram-se com italianas ou descendentes de italianos; um contraiu matrimônio com uma portuguesa; um, com uma descendente de poloneses; oito, com brasileiras. Das 32 mulheres, 30 eram solteiras, havendo, então, duas viúvas. Em contrapartida, todos os homens eram solteiros. A respeito da profissão das mulheres, quando os registros trazem essa informação, particularmente, a partir de 1912, consta apenas domésticas ou de serviços domésticos, o que, na realidade, é a mesma coisa.

Apenas uma mulher foi exceção e sua profissão era professora. Essa é uma diferença importante, já que nas outras localidades pesquisadas essa situação não se repetiu. Do ponto de vista profissional, essa mulher representava uma ruptura importante do papel socialmente construído, possibilitada por uma das principais atividades laborais acessíveis às mulheres na Primeira República: a docência. Não obstante exercer essa atividade laboral, ela possuía certo cabedal, já que era filha de um comerciante e político destacado. Seu pai foi presidente da Intendência Municipal de Cachoeiro quando da proclamação da república, nomeado por Afonso Cláudio, o presidente estadual da época e, depois, por Antônio Aguirre, também no início da República (SANTOS, 2012)³⁶⁴.

Já em relação à profissão dos homens, a maioria esmagadora é de comerciante. Isso reflete bem os papéis sociais reservados às mulheres e aos homens na sociedade cachoeirense da época: a elas, o ambiente da casa, em que se ocupavam com os

³⁶⁴ Registro de Casamento, livro 06, fl. 129. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede.

afazeres domésticos e os filhos; a eles, o espaço público, a rua, cumprindo o papel de provedor. Saffioti (1987), ao tratar da questão dos papéis sociais que homens e mulheres exerciam, afirmou que

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Portanto, ter apenas uma professora num universo de 32 mulheres, em que 31 não exerciam nenhuma profissão, sendo inscritas como “domésticas” ou “de serviços domésticos”, assinala a grande desigualdade a qual essas mulheres estavam submetidas. Mostra, também, as relações de poder que legavam, ao feminino, espaços sociais subalternos, num aceno explícito de que os campos em que mulheres e homens deveriam operar não são naturais, mas naturalizados, isto é, socialmente construídos.

Numa das entrevistas realizadas com um descendente de sírios e libaneses de Cachoeiro, ele fez menção ao fato de a maioria dos que vieram para esta cidade ser composta por libaneses. De acordo com ele, havia sírios, mas poucos, sem, contudo, mencionar o nome de uma família sequer. Nos registros de casamento, essa informação se confirmou, porque há apenas o casamento de uma mulher síria, residente em Cachoeiro, natural de Damasco. Ela se casou dentro do mesmo grupo étnico, com um indivíduo também natural de Damasco³⁶⁵.

Outro ponto que merece ser mencionado é que os registros civis permitiram observar a presença de indivíduos de variadas nacionalidades, entre as quais italianos, portugueses, espanhóis, poloneses, suíços³⁶⁶ e chineses³⁶⁷. Do mesmo modo, mostraram uma grande circulação de pessoas de muitas localidades do país, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e de Estados do Nordeste. É o reflexo de que Cachoeiro de Itapemirim vivenciou fluxos migratórios variados, que foram responsáveis pela configuração de uma sociedade diversa.

³⁶⁵ Registro de Casamento, livro 04, fl. 120 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

³⁶⁶ Foi possível identificar apenas uma família.

³⁶⁷ Foi possível identificar três famílias.

O primeiro documento que encontramos tratando da presença sírio e libanesa em Cachoeiro data de 28 de setembro de 1893. A firma Henrique dos Santos & Cia vendeu a Antônio Miguel e Felipe Simão³⁶⁸ um estabelecimento comercial, com todos os móveis e as mercadorias nele existentes: fazendas, louças, ferragens e armarinhos. O imóvel estava localizado à rua Moreira, lado norte da cidade e o preço pago, à vista, foi de cinco contos de réis³⁶⁹. Era um valor bastante considerável, que pode ter sido adquirido em Cachoeiro por meio da mascateação ou em outra localidade, onde se assentaram primeiramente.

Já o primeiro casamento de um sírio e libanês realizado na cidade de Cachoeiro data de fevereiro de 1901 e ocorreu entre ele e uma portuguesa³⁷⁰. Tempos depois, em 1917, um dos casamentos celebrados reserva uma informação relevante. Residentes na localidade de fazenda Bananal, no interior de Cachoeiro, um sírio e libanês se casou com uma mulher da localidade, e exercia a profissão de negociante ambulante³⁷¹, que corresponde a mascate. Ou seja, naquele ano, ele ainda não havia se estabelecido com uma loja. Como morava na zona rural, sua atividade econômica permitia a venda de casa em casa e nas fazendas. Isso também é demonstrativo de que nem todos os imigrantes sírios e libaneses seguiram a trajetória mascate-comerciante-industrial (GATTAZ, 2012). Muitos não chegaram nem a instalar uma loja.

Assim como em Itapemirim, em que sírios e libaneses procuraram contrair matrimônio com mulheres da elite local, em Cachoeiro essa situação também ocorreu. Um comerciante sírio e libanês da localidade de São João de Muqui³⁷² se casou com a filha de um Capitão Ajudante da Guarda Nacional (1902), que também foi político em Cachoeiro, onde exerceu o cargo de governador municipal (vereador) entre os anos de 1904 e 1908. A futura esposa também era neta materna de um senador da

³⁶⁸ Em 10 de julho de 1899, a firma Antônio Miguel & Felipe Simão foi dissolvida, ficando todo ativo e passivo a cargo de Antônio Miguel (Escritura de dissolução de Sociedade Comercial, livro 26, fl. 11. Cartório do 5º Ofício de Notas de Cachoeiro de Itapemirim).

³⁶⁹ Escritura de compra e venda, livro 21, fl. 21. Cartório do 5º Ofício de Notas de Cachoeiro de Itapemirim.

³⁷⁰ Registro de Casamento, livro 04, fl. 42. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede.

³⁷¹ Registro de Casamento, livro 07, fl. 23 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

³⁷² Registro de Casamento, livro 09, fl. 18 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede.

república e bisneta de um dos maiores proprietários de terras, em Itapemirim (SANTOS, 2012).

Há outros dois pontos a serem considerados nesse matrimônio: ele ocorreu na residência de um ex-prefeito de Cachoeiro, e uma das testemunhas foi outro importante político com carreira municipal, estadual e federal³⁷³. Portanto, esse casamento retrata bem a rede de sociabilidade que esses sujeitos migrantes procuraram construir, que certamente tinha relação direta com a ascensão econômica que estavam vivenciando. O capital que esse imigrante de São João de Muqui amealhou era fruto do comércio de café.

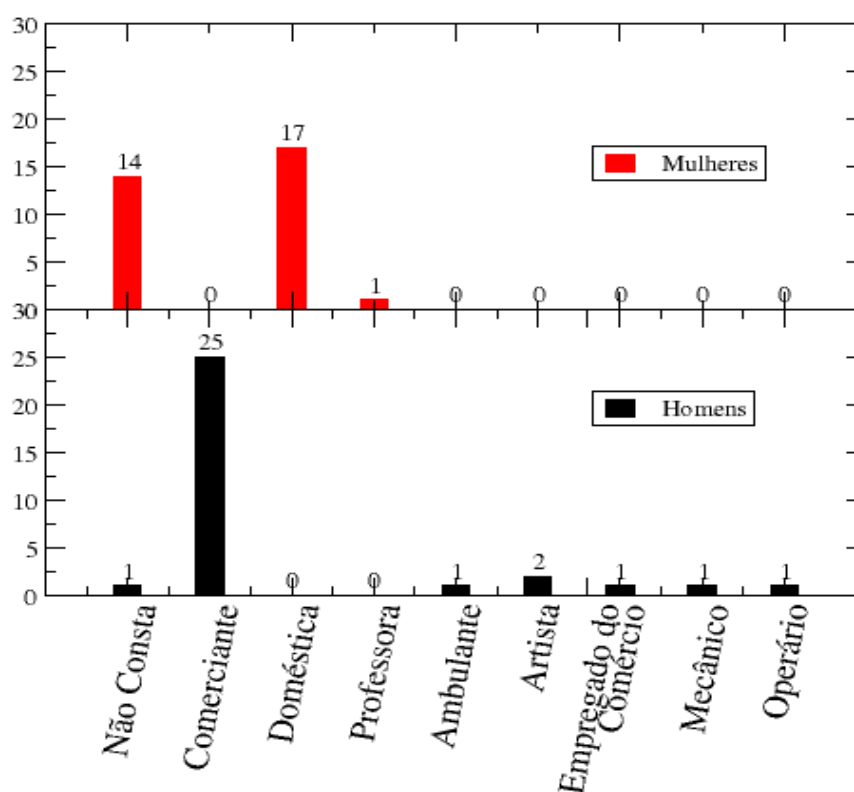
Sendo assim, o enlace matrimonial com mulheres da elite local era uma via de mão dupla, porque, para sírios e libaneses, era um meio de inserção e aceitação social pela via do capital e, para os membros da elite cachoeirense, uma forma de manutenção e/ou retomada do *status* social.

Destarte, um dos sírios e libaneses cachoeirenses casou-se com uma descendente de poloneses³⁷⁴. Esse casamento é bastante elucidativo das questões de hibridização cultural da qual esses indivíduos são originários, bem como dos fatores que contribuíram para que ela ocorresse. Não bastasse o fato de ser filho de um sírio e libanês com uma brasileira, esse sujeito casou-se com uma descendente de imigrantes poloneses. Esse processo de hibridização teria reflexos em diversos aspectos da vida cotidiana dessas pessoas e dos filhos, por exemplo, no idioma e na culinária, que teria influência árabe, brasileira e polonesa, além de outros.

³⁷³ Registro de Casamento, livro 09, fl.18 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede.

³⁷⁴ Registro de Casamento, livro 11, fl. 42. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede.

Gráfico 1 - Histograma de distribuição de profissões, em Cachoeiro. Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos em determinada profissão, indicada no eixo horizontal



Fonte: Produção do autor³⁷⁵

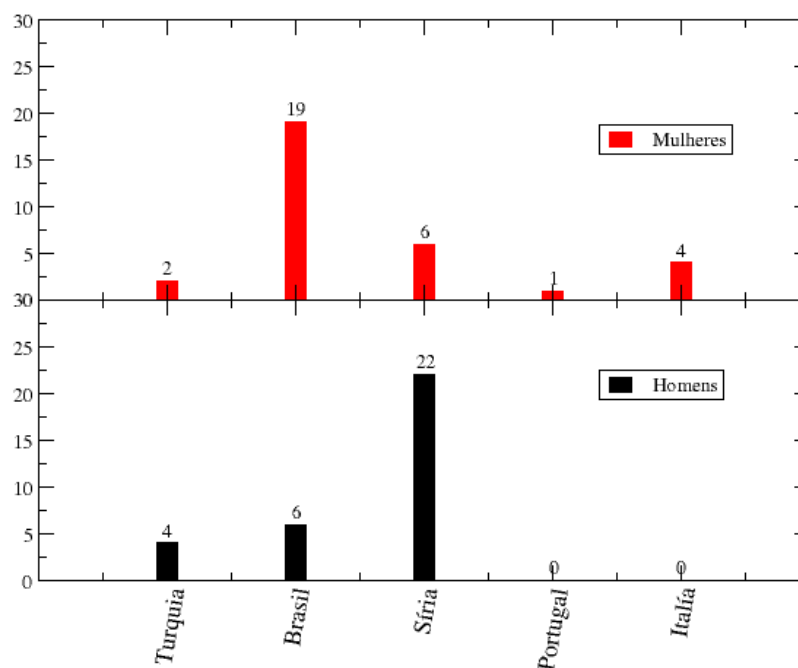
O gráfico 1, acima, fornece uma dimensão relativa aos 17 casamentos exogâmicos realizados: Sobre a profissão exercida pelos homens: 12 eram comerciantes; um era empregado do comércio; um, mecânico; um, operário; dois, artistas. Isso demonstra que, embora houvesse a predominância de indivíduos ligados às atividades comerciais, sírios e libaneses e seus descendentes transitaram por outras profissões.

Além disso, casar-se fora do grupo étnico implicava não fazer aquele movimento de emigrar para o Brasil e, em seguida, ir à Síria ou ao Líbano buscar uma esposa e voltar. 12 dos 17 que contraíram matrimônio com pessoas de outras etnias vieram do Oriente Médio, mas não voltaram para se casar naquela região, porque o fizeram com brasileiras, ou italianas ou mulheres de outras nacionalidades. Cinco nasceram no Brasil e pertencem à segunda geração que, nascida em terras brasileiras, buscaram

³⁷⁵ Dados adaptados das fontes do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

o assentamento por meio de um casamento que lhes permitisse maior aceitação social. A seguir, o gráfico 2 traz dados sobre a nacionalidade dos cônjuges.

Gráfico 2 - Histograma de distribuição de indivíduos por nacionalidade, em Cachoeiro. O eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos por nacionalidade, mostrada no eixo horizontal



Fonte: Produção do autor³⁷⁶

De acordo com o gráfico 2, a maioria dos homens é proveniente da Síria. Como os dados foram obtidos por meio dos registros civis, não significa que sejam sírios (apenas um deles era sírio), porque havia territórios libaneses, que faziam parte da Grande Síria (Síria e Líbano). Do mesmo modo, os quatro turcos que aparecem no gráfico não são de origem turca, mas certamente são libaneses com passaportes ou documentos turcos, porque, quando imigraram, a região se encontrava sob domínio do Império Turco Otomano (KNOWLTON, 1961; TRUZZI, 1997). Embora só apareçam quatro italianas, as outras três que se casaram com sírios e libaneses estão inseridas entre as brasileiras, porque eram descendentes de italianos, mas nascidas no Brasil.

Diferentemente do que foi possível observar nos registros de casamento de Itapemirim e Mimoso, o pequeno número de pessoas que constavam dos registros pode indicar

³⁷⁶ Dados adaptados das fontes do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

que havia reduzida presença no ato do casamento. Alguns dos nubentes não sabiam ler e/ou escrever, o que não significa que fossem necessariamente analfabetos. É possível que soubessem, mas em árabe.

No que se refere aos 15 casamentos endogâmicos, 13 homens eram naturais do Líbano, um nasceu em Damasco, na Síria, e um no Rio de Janeiro. Também não fizeram o movimento de buscar esposa na Síria e no Líbano, mas não optaram por um casamento com mulheres de outras nacionalidades, como salienta Truzzi (1997), talvez pelo fato de já existirem mulheres da colônia, assim como para manter a riqueza entre membros do grupo.

Casar-se com indivíduos de outras localidades apontava para uma rede de solidariedade que esses imigrantes foram tecendo ao longo de sua estada no Brasil. Como eram comerciantes, em sua maioria, essa rede pode ter se dado por meio do comércio. Eles se conheciam porque estabeleciam relações comerciais, comprando e vendendo entre si. Comerciantes sírios e libaneses de Cachoeiro e de toda região sul compravam de firmas de membros da colônia em outros Estados, cujo trânsito era facilitado pela existência de vias férreas ligando cidades capixabas a regiões cariocas e mineiras. Por outro lado, pode ser o indicativo de uma rede ligada às suas terras de origem, também.

O que se verificou até aqui é que os enlaces matrimoniais constituídos por sírios e libaneses e seus descendentes em Cachoeiro de Itapemirim contribuíram para o fortalecimento da colônia, bem como seus valores culturais à medida que um grande número de casamentos ocorreu dentro do grupo étnico. Conforme salienta alguns autores, como Truzzi (1997), por exemplo, a endogamia ocorria, principalmente, nas famílias mais bem situadas financeiramente. Isso não significa que casamentos exogâmicos não tivessem esse objetivo, como foi o caso daquele indivíduo de São João de Muqui.

Destarte, esses matrimônios também favoreceram a construção de laços que permitiram uma inserção mais efetiva de sírios e libaneses na sociedade cachoeirense, porque ocorreram fora da colônia. Como afirmou Aghassian e outros (2003, p. 18): “A obrigação de procurar o cônjuge fora do grupo de filiação (exogamia)

torna, portanto, indispensável o estabelecimento de relações de parentesco através de alianças matrimoniais com outros grupos de diferente filiação”. Nessa perspectiva, o parentesco foi sendo ampliado de maneira que o leque de relações sociais se diversificava e se hibridizava.

4.6 CONCLUSÃO CAPITULAR

O que se observou neste capítulo, a partir das narrativas orais, é que os que emigraram o fizeram por causa das péssimas condições socioeconômicas sob as quais viviam. Também o fizeram por causa da visita de D. Pedro II à região e da guerra. Os que vieram eram católicos maronitas e/ou ortodoxos, mas um deles era druso. Não ensinaram a língua árabe aos filhos, mas a culinária foi sendo passada aos descendentes e, aos poucos, foi se adaptando à culinária local. Em relação à profissão dedicaram-se ao comércio, prioritariamente.

Embora os narradores dissessem que sírios e libaneses cachoeirenses não tenham se envolvido em conflitos, as fontes escritas mostraram o contrário. Foi um assentamento marcado por conflitos, assassinatos, discriminação e estigmas. Como estratégias de superação desses problemas, utilizaram a adoção da língua portuguesa e o abandono do árabe. Lançaram mão da ajuda mútua e humanitária e da criação de uma associação síria e libaneses sul-capixaba, congregando indivíduos da colônia espalhados pelo sul do Estado, para se fortalecer internamente. Outra estratégia foi tanto a endogamia, como o casamento fora do grupo étnico.

5 SÍRIOS E LIBANESES SUL CAPIXABAS: MEMÓRIA E IDENTIDADES, ETNICIDADE E HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL

Neste capítulo desta tese, o intuito é problematizar os dados apresentados e discutidos nos capítulos anteriores. Essa problematização se deu à luz dos principais aportes teóricos que fundamentam essa pesquisa, entre os quais aqueles ligados a memória, identidades, etnicidade e hibridização cultural. Do mesmo modo, o fito é analisar em que medida o assentamento dos sírios e libaneses em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim refletiu a relação entre estabelecidos e *outsiders* (Elias; Scotson, 2000), assim como a questão do estigma.

Para a construção dessa parte final, buscou-se, primeiro, explorar, a partir das fontes orais, as categorias constitutivas das trajetórias das famílias Brumana, Ayub, Bechara e Mezher, de Itapemirim; Abdalla, Chaibub, Cheibub e Nassur, de Mimoso; e Aride, Depes, Marão e Tannure, de Cachoeiro. A proposta é verificar quais dessas categorias são semelhantes - por exemplo, a motivação da imigração; o financiamento da viagem; o estado civil quando imigraram - e quais são dessemelhantes. Além disso, buscamos entender a relevância que os aspectos dessas trajetórias tiveram na constituição da memória e das identidades desses indivíduos.

Posteriormente, a partir das fontes escritas, o propósito é examinar os conflitos, as estratégias e as negociações que sírios e libaneses empreenderam em seu processo de inserção social no sul capixaba. Finalmente, objetiva-se discutir uma das principais estratégias de inserção utilizadas por esses imigrantes e seus descendentes, que é o casamento. Essa discussão foi feita por intermédio da análise dos dados obtidos nos registros civis, entre os quais o de nascimento e de casamento.

5.1 O CAMPO NO SUL CAPIXABA

Para a produção deste capítulo, procuramos respeitar a estrutura dos capítulos anteriores, em três seções: na primeira, analisamos o itinerário de algumas famílias sírias e libaneses através das narrativas orais; na segunda, com base em fontes escritas, entre as quais periódicos e documentos judiciais, observamos, entre outras coisas, os conflitos nos quais esses imigrantes se envolveram e a atuação da Justiça;

a última seção trata dos casamentos como estratégia de inserção social, analisados por meio dos registros civis.

A respeito das trajetórias das famílias Brumana, Ayub, Bechara e Mezher, de Itapemirim; Abdalla, Chaibub, Cheibub e Nassur, de Mimoso; e Aride, Depes, Marão e Tannure, de Cachoeiro, o intuito foi verificar o que foi semelhante e aquilo que foi diferente. Para tanto, trabalhamos com as seguintes categorias: a motivação da imigração; o financiamento da viagem; o estado civil quando imigraram; a predominância da religião cristã entre os que imigraram; a dedicação ao comércio; a não transmissão da língua árabe; o ensino da culinária; a (in)existência de conflitos com outros comerciantes; a pressão pela endogamia.

O exame dos itinerários que foram descortinados pela história oral permitiu perceber que as categorias constitutivas desses itinerários refletem uma relação intrínseca entre a memória individual, coletiva e social, e as identidades que esses indivíduos construíram. Também puseram em cheque uma questão caríssima a todo imigrante: o retorno (SAYAD, 2000). No entanto, o que foi possível observar foi a atuação de indivíduos bastante ativos, que utilizaram diversas táticas e estratégias (CERTEAU, 1998) para sua aceitação social.

A hipótese para a utilização dessas táticas e estratégias de forma interdependente se relaciona ao sucesso socioeconômico que obtiveram. As atitudes que esses imigrantes empreenderam nos primeiros tempos de assentamento ocorreram sem um cálculo meticuloso. Contudo, à medida que foram enriquecendo e conhecendo as regras do jogo de poder, lançaram mão de formas mais racionais de inserção, isto é, passaram a ter uma estratégia muito bem pensada daquilo que, da sua cultura original, poderiam manter ou abrir mão.

Do mesmo modo, as fontes escritas reforçaram essa faceta atuante e ativa, que os imigrantes sírios e libaneses assumiram no sul do Espírito Santo. Longe de serem passivos e ficarem à espera de que fossem aceitos por brasileiros e/ou imigrantes de outras nacionalidades, o que se vê nos periódicos, inquéritos, processos criminais e em outras fontes judiciais são sujeitos em constante processo de negociação de suas

identidades. Para se inserir, lutaram com as armas que lhes foram colocadas à disposição, entre as quais a Justiça brasileira.

Para a análise das categorias história oral, memória e identidade, os autores utilizados foram Pollak (1989; 1992) e Portelli (1997). Sobre a relação entre memória e identidades, buscou-se apoio nas análises de Pollak (1992), Hall (2003) e Candau (2016). A respeito da relação estabelecidos e *outsider* e do estigma, Elias e Scotson (2000) e Goffman (1988), respectivamente, forneceram o aporte teórico necessário. As categorias tática e estratégia usadas foram formuladas por Certeau (1998) e sobre hibridização cultural, o aporte foi de Burke (2003). Para a análise da etnicidade, os autores utilizados foram Eriksen (1993), Glazer (1975), Barth (1998), Poutingat e Streiff-Fernat (1998). Por fim, buscou-se trabalhar com as categorias dádiva e reciprocidade, em Mauss (2003).

A última seção desse capítulo trata dos casamentos realizados por sírios e libaneses e seus descendentes em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro. As fontes utilizadas são os registros de nascimento e casamento, entre os anos de 1890 e 1930. O que se observou, desses enlaces matrimoniais, é que a busca pela inserção social passou tanto pela endogamia, quanto pelos casamentos fora do grupo étnico, com destaque para os casamentos entre sírios e libaneses e italianos. A exogamia foi fundamental para o processo de hibridização cultural que caracterizou essa imigração oriental.

5.2 HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E IDENTIDADES

A construção da trajetória de alguns indivíduos de diferentes famílias de sírios e libaneses que se assentaram no sul do Espírito Santo foi um dos objetivos desta tese. Essa construção só foi possível por meio da história oral que, ao descortinar diferentes aspectos dessas trajetórias, permitiu a constituição de uma memória individual, mas sobretudo, coletiva do grupo assentado na região Sul do Espírito Santo. Do mesmo modo, possibilitou a percepção de que essa memória está intimamente ligada às identidades que esse grupo migrante constituiu, marcadas pela necessidade premente de inserção social.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não significa que a história oral não tenha validade factual. [...] Mas o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor. [...] Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez (PORTELLI, 1997, p. 31).

Não é possível desconsiderar que os sírios e libaneses foram fundamentais para a tessitura do tecido social capixaba, juntamente com outros imigrantes. Desta forma, a utilização da história oral, nesta pesquisa, foi fundamental para ouvir esses sujeitos migrantes oriundos do Oriente Médio. Afinal, a história oral tem esse poder de dar voz às classes sociais subalternas, aos iletrados, aos grupos sociais marginalizados, aos quais a história e as fontes escritas esqueceram ou não quiseram lembrar (PORTELLI, 1997). Ao dar voz às pessoas, a história oral as empodera.

Por intermédio dessa técnica de pesquisa, foi possível trazer à luz memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) dos sírios e libaneses sul capixabas. Entre essas memórias, tornaram-se conhecidos casos de preconceito e violência até então não revelados, como os vivenciados pela família de Jésus e Saidnei Chaibub, residentes em Mimoso. Contudo, tais memórias também mostraram inúmeras situações de obstáculos superados, histórias de sucesso socioeconômico iniciados com a mascateação e a posterior instalação de estabelecimentos comerciais, passando pela inserção dos filhos nas profissões liberais.

Ainda que houvessem aspectos dissonantes nos itinerários desses imigrantes de Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro, a grande maioria das categorias constitutivas de suas trajetórias se aproxima. Entre eles, destacam-se as razões pelas quais sírios e libaneses migraram. Em Itapemirim, entre os motivos alegados, está a viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio³⁷⁷, que teria atraído imigrantes orientais. Isso porque teria criado, no imaginário das pessoas daquela região, uma visão positiva do Brasil como uma terra promissora. Além disso, os narradores asseguraram que a imigração foi fruto das dificuldades socioeconômicas enfrentadas por esses sujeitos em suas terras

³⁷⁷ D. Pedro II visitou o Líbano, a Síria, a Palestina e o Egito, em 1876. De acordo com Osman (2015), embora os diários de viagem de D. Pedro II façam referência ao fato do imperador querer tornar o Brasil conhecido no Oriente Médio, não há indicações de que ele tenha incentivado a imigração para as terras brasileiras.

de origem, com o fim da Primeira Guerra Mundial. Segundo Roberto Jorge Mezher, um dos entrevistados de Itapemirim,

[...] após a Primeira Guerra Mundial acontecia muita miséria na Síria. Então, as pessoas tinham de procurar outros países para trabalhar e mandar dinheiro para os seus familiares, e meu pai costumava dizer, que muitas famílias com recurso e com dinheiro morriam de fome por falta de alimento. Então, ele resolveu viajar [...] (MEZHER, 2017).

Em Mimoso, de acordo com os narradores, sírios e libaneses imigraram para aquela região para desenvolverem o comércio. Nesse sentido, podemos considerar que, como Mimoso mantinha ligação comercial com o Rio de Janeiro, especialmente com algumas cidades, como Campos dos Goitacazes³⁷⁸, as notícias a respeito da crescente produção cafeeira mimosense devem ter chegado aos ouvidos dos sírios e libaneses. Viram, então, que era possível se inserir no comércio local. Outro motivo apontado pelos narradores para a imigração para o Brasil foram os conflitos religiosos entre cristãos e muçulmanos.

Segundo os narradores de Cachoeiro de Itapemirim, além da viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio, das dificuldades socioeconômicas oriundas das guerras e dos conflitos religiosos entre cristãos e muçulmanos, foi fator preponderante para a tomada da decisão de imigrar a imposição do alistamento militar obrigatório aos cristãos³⁷⁹. Participar de uma guerra que não era deles, ao lado dos otomanos, seus opressores, era uma situação a qual não aceitaram.

No passado, existia um convite de Dom Pedro II para o mundo, inclusive ele viajou muito, convidando as pessoas para virem morar no Brasil (TANNURE, 2018).

Em 1913 [...] a mãe dele, mandou ele [seu pai] para o Brasil, por conta da guerra que estava havendo lá (MARÃO, 2018).

[...] ele era cristão maronita e [veio] fugindo dos turcos, é [...] muçulmanos; já era fuga (MOULIN, 2018).

³⁷⁸ A distância entre Mimoso e a cidade do Rio de Janeiro é de 370 km. Entre Mimoso e Campos dos Goitacazes, de 96 km. Como Mimoso fica no extremo sul do Espírito Santo, na divisa com o Estado carioca, a proximidade era muito grande, com trânsito de comerciantes entre essas localidades. Também comercializavam com outras localidades do norte fluminense, como Morro do Côco e Cardozo Moreira, o que era facilitado pela existência da linha férrea.

³⁷⁹ Segundo Knowlton (1961), antes de 1909, os cristãos estavam isentos do alistamento militar porque os muçulmanos não queriam armá-los. No entanto, os problemas econômicos e políticos enfrentados pelo Império Otomano, em fins do Dezenove e início do século XX, forçaram-no à imposição do serviço militar também aos cristãos.

Se as razões para a imigração são semelhantes, também o são a forma de financiamento da viagem destes imigrantes para o Brasil e para o sul do Espírito Santo, e a religião que professavam. Conforme asseguram os relatos dos narradores das três localidades, os próprios imigrantes financiaram sua viagem, bem como seus antepassados eram majoritariamente cristãos maronitas e ortodoxos.

Os imigrantes eram membros das religiões cristãs, o que facilitou a sua inserção num país cristão, como o Brasil. Mas também havia muçulmanos. Este aspecto da imigração síria e libanesa para o sul do Espírito Santo se assemelha ao que ocorreu no restante do Brasil, entre o final do século XIX e o fim da Primeira Grande Guerra (KNOWLTON, 1961; HAJJAR, 1985; TRUZZI, 1997; GATTAZ, 2012).

Em Itapemirim, o avô de José Rubens Brumana era maronita; o pai de Roberto Mezher, ortodoxo; Em Cachoeiro de Itapemirim, o avô de Jorge Depes também era cristão ortodoxo; dois imigrantes eram maronitas: o pai de Carlos Marão e o avô de Ariette Moulin. Em Mimoso, os primeiros que imigraram eram ortodoxos. Entre as três localidades pesquisadas, Mimoso se destacou pela formação de uma colônia com predominância de cristãos ortodoxos. Já em Cachoeiro de Itapemirim, foi possível identificar um imigrante druso, isto é, de origem muçulmana.

Se, por um lado, ser cristão favoreceu o assentamento desses indivíduos em terras sul capixabas, por outro, por serem cristãos orientais - maronitas e ortodoxos -, sírios e libaneses precisaram superar diversos obstáculos para serem socialmente aceitos, entre os quais a pressão para se converterem ao catolicismo romano. Isso se explica pelo fato de as religiões cristãs orientais conterem elementos estranhos aos católicos romanos, por exemplo, o fato de os padres ortodoxos se casarem e terem filhos. Por isso, sofreram preconceitos e pressões diversas, e procuraram se converter (PINTO, 2010).

As narrativas orais apontaram outro dado: sobre o estado civil dos imigrantes. De acordo com o que foi possível apurar a partir das narrativas, praticamente dois terços dos que imigraram primeiro o fizeram na condição de solteiros, ou seja, nove vieram solteiros e cinco, casados. As tabelas 6, 7 e 8, a seguir, mostram bem essa questão.

Tabela 6 - Estado civil quando imigraram

Itapemirim	
Solteiro	Casado
João Brumana	Namitala Ayub
José Brumana	
Jorge Kalil Bechara	
Jorge Roberto Mezher	

Fonte: Produção do autor

Tabela 7 - Estado civil quando imigraram

Mimoso	
Solteiro	Casado
Constantino Nassur	Antônio Cheibub
Jorge Abdalla	Jorge Chaibub

Fonte: Produção do autor

Tabela 8 - Estado civil quando imigraram

Cachoeiro de Itapemirim	
Solteiro	Casado
Felipe Félix Tannure	Brahim Depes
Kalil Mattar	José Antônio Tannure
Mamede Ali Aride	

Fonte: Produção do autor

Em Itapemirim, apenas Namitala Ayub já era casado quando imigrou e, depois, trouxe a esposa. Os demais se casaram aqui: João e José Brumana, Jorge Kalil Bechara e Jorge Bechara Mezher, conforme Tabela 2. Em Mimoso, Constantino Nassur e Jorge Abdalla eram solteiros quando imigraram, sendo o Abdalla ainda criança, vindo do Líbano com a família. Casaram-se com mulheres descendentes de sírios e libaneses, mas residentes em Mimoso. Antônio Cheibub e Jorge Chaibub eram casados, como se verifica na Tabela 3. Em relação a Cachoeiro, Brahim Depes e José Antônio Tannure imigraram na condição de casados para o sul do Espírito Santo. Os solteiros eram Felipe Félix Tannure e Kalil Mattar, conforme Tabela 4.

Contrariamente ao que ocorreu em muitas regiões do Brasil, como São Paulo³⁸⁰, em Itapemirim e Mimoso nenhum imigrante fez o movimento de ir à Síria ou ao Líbano para se casar e trazer a esposa, mas se casaram com mulheres da sociedade local, algumas delas descendentes de sírios e libaneses. Pode-se dizer o mesmo dos que imigraram para Cachoeiro de Itapemirim, com exceção de Mamede Ali Aride. Alguns desses casamentos ocorreram ainda em fins do Dezenove, como o enlace de José Brumana e Mariana Alves, realizado em 1899.

³⁸⁰ Truzzi (1991; 1997), que analisou a imigração síria e libanesa para São Paulo, menciona essa atitude de voltar aos seus países de origem para se casar, empreendida por esses imigrantes. Como muitos vieram solteiros, voltavam às suas aldeias e vilas para buscar mulheres para se casar. Alguns, depois de muito trabalho no Brasil e enriquecerem, retornavam definitivamente para a terra natal, compravam propriedades e se casavam. Outros, casavam-se, mas voltavam sozinhos, deixando esposas e filhos sob cuidado dos pais.

A fase inicial de assentamento levava-os a uma tentativa mais rápida de inserção social através do casamento. Essa hipótese levantada se confirmou pelos resultados encontrados ao longo da pesquisa. É válido reforçar que esses imigrantes possuíam uma capilaridade muito grande, construída a partir das redes de contatos que fizeram em diversas localidades capixabas, mas também em outros Estados. Esses contatos se davam, principalmente, por meio da atividade profissional que desenvolviam, que era o comércio.

No tocante à trajetória profissional dos que imigraram para Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro, houve a predominância da atividade comercial. Conforme relato de Alice Brumana, em Itapemirim, e Fued Aride, em Cachoeiro, seus antepassados foram mascates. Isso não exclui a possibilidade de que outros tenham mascateado. Embora Namitala Ayub tenha adquirido terras, essa foi uma atividade acessória, já que também era comerciante. Portanto, dedicaram-se ao comércio, houve os que montaram bares, lojas de tecidos, armarinhos etc., mas a maioria abriu armazéns de secos e molhados, conforme se observa na Figura 34.

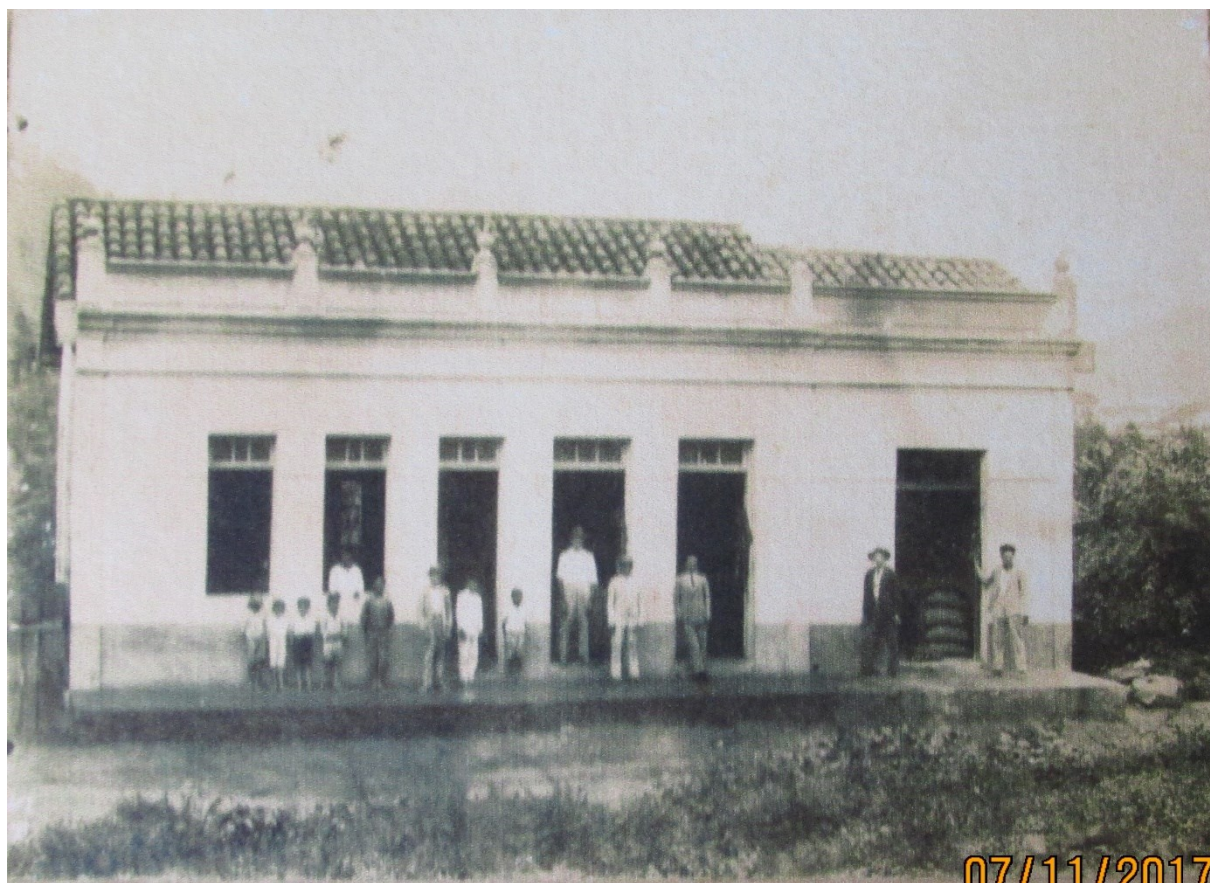
Figura 34 – Casa Paulista, de Farid Abdenor



Fonte: Acervo de Luciano Retore Moreno

A “Casa Paulista”, localizada em Itapemirim, no litoral capixaba, era um armazém de secos e molhados, cujo proprietário era Farid Abdenor. Não obstante ser um típico comércio de sírios e libaneses, era muito comum esses imigrantes orientais optarem pela construção de sobrados, porque eles desempenhavam uma dupla função: na parte inferior funcionava o estabelecimento comercial; o andar de cima era a residência da família. Os sobrados eram espaços de sociabilidades distintas, já que serviam tanto como um espaço público, o comércio, assim como espaço privado, a residência da família. Contudo, os sobrados não foram o único tipo de construção, conforme imagem a seguir (Figura 35), que registra uma casa de espaço comercial apenas.

Figura 35 - Casa comercial de Jacob Yazéji



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

O itinerário dos sírios e libaneses no sul capixaba descrito até aqui coaduna com aquele verificado em nível nacional, e analisado por Knolwton (1961), Hajjar (1985), Truzzi (1991; 1997; 2000), Osman (2012), Gattaz (2012), Meihy (2016), entre outros. Do mesmo modo, é compatível com aquele ocorrido em âmbito internacional, entre os

quais os que foram discutidos por Truzzi (1997), Corbinos (1983) e De Lucca (s/d), que analisaram a imigração síria e libanesa para os Estados Unidos, Chile e Argentina, respectivamente.

Desse itinerário nacional e internacional, fazem parte: as razões da emigração; o financiamento da viagem feito pelos próprios imigrantes; a predominância de imigrantes católicos maronitas e ortodoxos; a imigração de muçulmanos; a imigração de homens solteiros; e a inserção no comércio, primeiro, por meio da mascateação e, posteriormente, da abertura de estabelecimentos comerciais. Aos poucos, foram monopolizando determinados setores do comércio em função das inovações que implementaram no setor comercial.

As semelhanças nos aspectos constituintes das trajetórias dos imigrantes sírios e libaneses em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro residem ainda sobre o ensino da língua e da culinária árabes. Quanto à língua, os narradores foram praticamente unânimes em afirmar que ela não foi ensinada aos filhos e netos. O objetivo era que aprendessem a língua portuguesa, porque, para aqueles imigrantes, isso facilitaria a inserção na nova terra e evitaria que passassem pelos mesmos problemas que eles, no início do seu assentamento.

O aprendizado da língua portuguesa e o abandono do idioma árabe permite inferir duas coisas muito significativas a respeito dessa imigração: a primeira, que os sírios e libaneses que vieram para o sul do Espírito Santo o fizeram sem o propósito de retornar; a segunda, que imigraram para o Brasil com a intenção de retornar, mas, quando vieram para o sul capixaba, decidiram que não retornariam mais. Possivelmente, a segunda questão faça mais sentido, já que o retorno à terra natal é naturalmente o desejo de todo sujeito que emigra (SAYAD, 2000).

Ainda consoante Sayad (2000), o retorno é constituinte do ato de emigrar, porque, ao deslocar-se no espaço e no tempo em direção a outros lugares, deixam-se para trás pessoas queridas, o solo natal, o país, a casa dos antepassados, a casa natal etc. (SAYAD, 2000). Imigrar implica uma profunda nostalgia ou saudade de sua terra. Para os que deixam seus lugares de origem, emigrar é como desertar, trair sua própria gente. Daí a ideia do retorno como forma de dar conta dessas questões tão caras ao

imigrante. Retornar significa, para o imigrante, reencontrar a si mesmo (SAYAD, 2000).

Nesse ponto de vista, o imigrante só deixa de sê-lo quando diz para si mesmo que não retornará mais à terra natal (SAYAD, 2000). Ao apagar, de sua condição de imigrante, a possibilidade do retorno, ele deixa de sê-lo em termos do sentido daquilo que é ser imigrante.

O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não se percebe como tal. E a extinção desta denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inserido na condição do imigrante (SAYAD, 2000, p. 11).

Provavelmente, a necessidade de se inserir socialmente pode ter sido preponderante na decisão de não retornar mais à terra natal. Essa inserção dependia de uma certa dose de celeridade, do abandono de alguns traços culturais e da aquisição de outros; de olhar mais para frente do que para trás, sem, contudo, abandonar totalmente suas raízes. Desse modo, se, no projeto inicial dos imigrantes sírios e libaneses que se assentaram no sul do Espírito Santo, o retorno era um dos pilares, ele foi substituído pela permanência em terras sul capixabas. Em razão disso, assinala-se que ninguém passa incólume pelos processos migratórios, porque eles deixam suas marcas, por vezes indelévels, como explica Sayad (2000):

Assim como a ausência, a presença também tem seus próprios efeitos. Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia [...], sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, dos domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente de seus efeitos (SAYAD, 2000, p. 14).

Os relatos orais apontam para um variado número de razões para que esses primeiros imigrantes não ensinassem a língua árabe aos filhos e/ou netos, entre as quais a falta de tempo, o desejo de que aprendessem a língua local e/ou o desinteresse dos descendentes. Em Itapemirim, Maria da Penha Alves, filha de Namitala Ayub, afiançou que seu pai tentou ensinar o idioma árabe aos filhos, mas estes não quiseram aprender. Para Alice Brumana, neta de João Brumana, seu avô deve ter ensinado.

Segundo os outros três narradores daquela localidade, seus antepassados não transmitiram a língua árabe aos descendentes.

Não, nós não tivemos oportunidade porque [...] a gente trabalhava muito. Então, trabalhava o dia inteiro no comércio e a minha mãe cuidava da parte da cozinha [...]. Meu pai, no comércio, com os empregados, dois, três empregados e eram duas lojas; existia confecção, bacias de pães, panelas, calçados [...]. Então, ele não tinha tempo de ensinar árabe, só algumas palavras que nós aprendemos, mas tempo para ensinar eles não tiveram [...] (MEZHER, 2016).

Da mesma forma, todos os que foram entrevistados em Mimoso asseguraram que seus pais e/ou avós não lhes ensinaram a língua. Jésus Chaibub afirmou: “[...] inclusive eu me lembro que uma vez pedi para ele me ensinar árabe e ele me disse que para eu aprender português, que isso caía no concurso. Aí já estava muito bom se eu aprendesse o português [...]” (CHAIBUB, J., 2016).

Fato semelhante ocorreu em Cachoeiro, porque, de acordo com Fued Aride, seu pai “[...] não conversava uma palavra em árabe com os filhos, tudo em português” (ARIDE, 2018). Para Jorge Depes, seu avô, Brahim Depes, também não ensinou a língua a ninguém da família. Ariette Moulin reforçou esse mesmo fato, já que, de acordo com ela, seus avós não transmitiram o idioma árabe, embora falassem entre si, dentro de casa (MOULIN, 2018).

Por se tratar de uma família patriarcal, com espaços e papéis sociais muito bem delimitados para homens e mulheres, é razoável supor que o papel de transmissão do idioma aos filhos ficasse ao encargo das mães, uma vez que elas ficavam em casa, e com elas se aprendia a língua materna. Ocorre que, como os pais não ensinavam a língua árabe aos filhos, os que vieram solteiros e se casaram com descendentes, estavam impossibilitados de transmitirem o idioma porque não o dominavam. O mesmo pode ser dito dos que se casaram com mulheres de fora da colônia. Os outros cinco que vieram casados e cujas esposas eram de dentro da colônia decidiram não ensinar a língua. Dominavam o idioma, porém escolheram não transmiti-lo às novas gerações.

Esta decisão não foi aleatória, porque os atores sociais envolvidos nessas intrincadas relações sociais e de poder traçam suas táticas e/ou estratégias com base em um

cálculo que lhes garanta algum retorno em termos de ascensão social e/ou de algum capital social (BOURDIEU, 2007). Os indivíduos não são passivos, mas são inteligentes, sabem o que querem, fazem seus roteiros e, com base em princípios, muitas vezes subjetivos, colocam em prática suas ideias. Foi o caso dos sírios e libaneses e seus descendentes em terras espírito-santenses, principalmente a partir do momento em que passaram a deter uma determinada soma de poder, mas não apenas.

Diante disso, é possível pensar nas categorias certeunianas de tática e estratégia. Embora Certeau analise essas categorias numa perspectiva binária, elas podem ser interdependentes³⁸¹ (PEREIRA; SARTI, 2010), levando-se em consideração as tensões existentes nas relações e processos sociais. Para Certeau (1998), as estratégias se diferem das táticas, porque são práticas com discurso próprio, que equivalem a um cálculo feito por um sujeito que possui algum tipo de poder. As táticas, pelo contrário, são práticas sem discurso e são usadas por quem não possuiu o poder. Dessa forma,

A “estratégia” (por exemplo, para casar um filho) equivale a um “lance numa partida de cartas”. Ela depende da “qualidade do jogo”, ou seja, ao mesmo tempo da mão (ter um bom jogo) e da maneira de jogar (ser um jogador habilidoso). O “lance” põe de um lado os postulados que condicionam um espaço de jogo, de outro, as regras que dão à mão um certo valor e ao jogador possibilidades, enfim uma habilidade para manobrar em conjunturas diferentes onde o capital inicial se acha empenhado (CERTEAU, 1998, p. 121).

As estratégias são utilizadas pelos fortes, enquanto as táticas são específicas dos fracos e não visam posições de poder. Conforme Pereira e Sarti (2010), as táticas

[...] remetem à ligação dos “fracos” com a cultura sem, no entanto, apontarem para qualquer falta, posto que os consumidores possuem uma cultura própria. Muitas práticas cotidianas - tais como falar, ler, circular, cozinhar, ir ao supermercado - são do tipo tática (PEREIRA; SARTI, 2010, p. 198).

Desde o início de seu assentamento em território capixaba, a necessidade de introdução nas atividades comerciais, como a mascateação, empurrou os imigrantes

³⁸¹ Essa questão é discutida por Mateus Henrique de Faria Pereira e Flavia Medeiros Sarti em artigo intitulado “A leitura entre táticas e estratégias? Consumo, cultura e práticas epistolares”. No texto, os autores fazem essa discussão a partir de outros autores, que mostraram que táticas e estratégias podem ser categorias interdependentes.

sírios e libaneses ao aprendizado da língua portuguesa. O uso de algumas palavras da língua do país receptor, nessa fase inicial, não era parte de um cálculo meticuloso de um ator social que conhecesse bem todas as regras do jogo de poder em vigência. Contudo, com o tempo e à medida em que esse imigrante foi enriquecendo e ascendendo socialmente, havia um cálculo muito bem pensado daquilo que da sua cultura original podia manter ou abrir mão, para se inserir. Portanto, tratou-se de uma relação interdependente entre as táticas e estratégias, levando-se em consideração que a inserção desses indivíduos foi processual e resultou em uma importante ascensão socioeconômica.

Das categorias tática e estratégia, em Certeau (1998), apreende-se o caráter ativo que os atores possuem no interior dos grupos, nas relações e interações sociais, ao operarem transformações nos traços culturais pertencentes ao seu grupo étnico, com um determinado fim. Essas mudanças culturais, no caso dos sírios e libaneses a não transmissão da língua árabe, mostram como a etnicidade é fluída, flexível, permeável.

Por etnicidade entende-se a condição ou consciência de pertencer a um grupo étnico; ela é um grau de conformidade dos membros de uma coletividade aos padrões culturais do seu grupo (SIUDA-AMBROZIAK, 2018)³⁸². Em suma, é a identificação de um indivíduo com um determinado grupo étnico, conforme entendem Poutignat e Streiff-fenart (1998):

Há que convir, com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validade na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

Os estudos de etnicidade dão conta de que ela sempre reflete uma dicotomização entre “nós” e “eles”, e, no caso desta pesquisa, entre “os sírios e libaneses” e “os nacionais e/ou outros grupos étnicos”. Ela permite a constituição de um “[...] conjunto de recursos disponíveis para a ação social” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 166), que oportuniza aos atores um papel muito mais atuante na sociedade. Sobre a etnicidade, infere-se que os elementos constituintes da cultura - e a própria cultura

³⁸² Esse conceito foi utilizado na palestra Imigração e etnicidade, ministrada pela professora Renata Siuda-Ambroziak, na UFES, em 08/08/2018. A palestra foi promovida pelo LEMM / UFES.

- são mutáveis, adaptáveis e transformados a partir da atuação dos sujeitos sobre uma dada realidade.

Por isso, ao posicionar-se pela adoção da língua portuguesa e pelo conseqüente abandono do idioma árabe, sírios e libaneses, na relação com o outro e pela necessidade da construção de uma outra identidade, escolheram aquilo que era mais vantajoso para eles. Nas palavras de Eriksen (1993, p. 17): *“Ethnicity refers both to aspects of gain and loss in interaction, and to aspects of meaning in the creation of identity”*³⁸³. As perdas e ganhos em relação aos traços culturais permitiu a esses imigrantes o alargamento e redefinição de suas fronteiras étnicas. Sobre isso, para Poutignat e Streiff-Fenart (1998),

No decorrer do tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer. Elas podem tornar-se mais flexíveis ou mais rígidas. [...] Elas nunca são oclusivas, e sim mais ou menos fluídas, moventes e permeáveis. [...] Elas se estendem ou se contraem em função da escala de inclusividade na qual se situam e da pertinência, localmente situada, de estabelecer uma distinção Nós/Eles (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 158).

Para Barth (1998), é a fronteira étnica que define o grupo e, conforme se observa na citação anterior, por serem moventes, fluidas e, a depender da situação, flexíveis ou rígidas, é a relação com outros grupos que vai influenciar a manutenção ou alteração dessas fronteiras. Como os membros dos grupos étnicos são ativos e, no caso dos sujeitos migrantes, por circularem em diferentes espaços geográficos e sociais, os critérios para determinar a pertença ou exclusão ao grupo étnico podem variar e/ou implicar algumas alterações identitárias.

Situações de contato entre pessoas e culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais [...] (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 196, apud BARTH, 1998).

Eriksen (1993), ao destacar os resultados do contato entre os grupos étnicos minoritários e indivíduos dos grupos dominantes, afirma que ele teria impacto direto

³⁸³ Tradução nossa: “Etnicidade refere-se tanto a aspectos de ganho e perda em interação, quanto a aspectos de significado na criação de identidade”.

sobre as fronteiras étnicas. Sírios e libaneses e seus descendentes representaram um grupo étnico minoritário, no seio de uma sociedade capixaba fundamentalmente heterogênea e, assim, tiveram de se adaptar às novas realidades impostas por ela. Para esse autor, há três resultados possíveis desse contato entre grupos dominantes e minoritários: assimilação, incorporação étnica e/ou hidridização:

Provided that these groups are permanent minorities, there are two likely outcomes of this situation: assimilation to the dominant groups or ethnic incorporation. The dominant groups or ethnic incorporation. The former option presupposes that the dominant group allows new members [...]. The latter option has two varieties: the anomalous group may off and declare itself and ethnic category; or its members may continue to be loyal to their grandparents ethnic category, although they are conscious of being culturally different. A third option would entail a solution where “hybridity” and ambiguous identities were allowed³⁸⁴ (ERIKSEN, 1993, p. 74-75).

No sul do Espírito Santo, o que se observou em relação aos resultados do contato entre sírios e libaneses e nacionais e/ou entre aqueles e outros grupos étnicos, foi, por um lado, a assimilação e, por outro, a hibridização cultural. Tanto em Itapemirim e Mimoso, como em Cachoeiro de Itapemirim, as narrativas contém mostras de que as identidades constituídas foram identidades híbridas.

Para Cardoso (2008, p. 79), todo migrante é um sujeito híbrido, já que ao deixar sua terra de origem e trazer, consigo, valores, costumes e tradições, vai encontrar pessoas que têm traços culturais diferentes dos seus. Com o passar do tempo, seus elementos culturais se unem aos das pessoas com as quais entrou em contato, propiciando o hibridismo.

Burke (2003) já havia sinalizado isso, ao dizer que os processos de encontro permitem a ocorrência de interação, trocas e, portanto, a hidridização cultural. Da mesma maneira, afirmou que o hibridismo cultural tem um preço, que é a perda de tradições regionais e locais. No entanto, há perdas e ganhos, consoante Eriksen (1993). Ainda

³⁸⁴ Tradução nossa: “Desde que esses grupos sejam minorias permanentes, há dois resultados prováveis dessa situação: assimilação aos grupos dominantes ou incorporação étnica. Os grupos dominantes ou incorporação étnica. A primeira opção pressupõe que o grupo dominante permita novos membros [...]. A última opção tem duas variações: o grupo anômalo pode se desligar e se declarar categoria étnica; ou seus membros podem continuar fiéis à categoria étnica dos avós, embora estejam conscientes de serem culturalmente diferentes. Uma terceira opção implicaria uma solução em que ‘hibridismo’ e identidades ambíguas fossem permitidas”.

para Burke (2003), as práticas híbridas podem ser identificadas em diversos constituintes da cultura e, por mais que o sujeito migrante tente preservar as formas culturais originais, para sobreviver num mundo completamente diferente do seu, vai precisar se adaptar, hibridizar-se.

Isso não se trata de um fato negativo, pois a hibridização é um indicativo de que o ser humano está aberto à mudança – e precisa estar (CARDOSO, 2008), especialmente em momentos de grandes e aceleradas transformações sociais, mas não unicamente. Segundo Penalda e Scheider (2012, p. 21): “A hibridização é uma cultura sempre como formação, (trans)formada, um processo performativo que sempre gera algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação”.

Assim, se o hibridismo for tomado numa perspectiva mais positiva, ele tem a ver com a abertura ao novo, que se apresenta ao sujeito migrante nessa relação com o outro, com o qual entra em contato no país receptor. Do mesmo modo, aponta para as possibilidades vigentes de mudança e de uma dialética que inclui desterritorialização, ao deixar seu *ethos* de origem, e reterritorialização, ao se inserir num novo mundo. Se há abertura, existe, em contrapartida, enraizamentos e fechamentos, conforme assinala Eriksen (1993), o que demonstra as ambiguidades do processo de constituição identitária.

It may thus seem that diaspora and hybridity are two apposing terms; the one emphasizing continuity, stable collective identities, territoriality and boundaries, the other highlighting change and flux, individual strategies, deterritorialisation and openness. In practice, the world is less tidy than this contrast may indicate, however and any accurate ethnography grappling with multi-ethnicity has to concede that both openness and clousure, both 'rootedness' and change, both continuity and adaptation are aspects of the world it describes (ERIKSEN, 1993, p. 187)³⁸⁵.

Um dos exemplos dessa transformação da cultura trazida pelos sírios e libaneses, que se assentaram no sul do Espírito Santo, a partir das narrativas orais, é a culinária

³⁸⁵ Tradução nossa: “Pode parecer assim que a diáspora e o hibridismo são dois termos opostos; o primeiro enfatiza a continuidade, as identidades coletivas estáveis, a territorialidade e as fronteiras, o outro destaca a mudança e o fluxo, as estratégias individuais, a desterritorialização e a abertura. Na prática, o mundo é menos arrumado do que esse contraste pode indicar, e qualquer etnografia exata que esteja se digladiando com a multiethnicidade tem que admitir que tanto a abertura quanto o fechamento, tanto o 'enraizamento' quanto a mudança, tanto a continuidade quanto a adaptação, são aspectos do mundo que descreve”.

árabe. Se, de acordo com as narrativas dos descendentes de sírios e libaneses, a língua árabe não lhes foi transmitida, o mesmo não pode ser dito sobre o ensino da culinária. A alimentação foi um dos pontos altos das entrevistas, provavelmente porque, não obstante fazer parte da memória afetiva, porque os sabores da infância se mantêm ao longo da vida, a comida alimenta o coração, conforme salientou Matos (2014).

Dois relatos orais são demonstrativos de como a questão da culinária foi um traço importante para esses imigrantes orientais. O primeiro deles foi descrito por Karime Nassur, natural de Mimoso, que fez alusão aos pratos típicos da culinária árabe, aos ingredientes utilizados nesses pratos, bem como ao modo de prepará-los. Tudo foi legado de sua mãe, Mariana Nassur:

Até eu aprendi. Arroz, por exemplo, arroz tinha... o arroz comum. Arroz com macarrãozinho fininho, chamava Aletria. Fazia junto com arroz, torrava aletria depois misturava e refogava. Lentilha, conhece a lentilha? Grão de bico, um grão assim. Arroz com grão de bico, arroz com aletria. Arroz forno. Ah... Eu sou mestre no quibe. Orocí, fazia, é recheada com goiabada, um pastelzinho. E enfiava no forno. Mamuli também. Tinha uma comida síria chamada labini. [...] aí fazia o kibe cru e colocava, ali, junto, fazia labini arroz. Tudo comida síria (NASSUR, 2018).

A cachoeirense Ariette Moulin, além de se referir aos alimentos que comia na casa de sua avó, como “o quibe maravilhoso que ela fazia”, focou sua narrativa na maneira como, hoje, ela mesma produz as comidas árabes, que aprendeu. Retoma-se essa narrativa porque diz muito sobre a culinária étnica:

O almoço de minha avô, eu te falei, quibe igual eu nunca mais comi, parece que saia das mão dela. [...] ela começava três dias antes. Por quê? Grão de bico você tem que pôr de molho de véspera. Eu ponho de molho [...] Grão de bico, triguilho, claro, a carne tem que ser de primeira, não põe carne de segunda. É carne de primeira, moída, de primeira. Carne de primeira. Mais o quê? Aí, por exemplo, o *homs tahine*, que é o grão de bico, mas eu separo, eu ponho dois quilos de grão de bico, porque um eu vou bater. Bater com quê? É o que, é o tahine, eu vou bater com limão, azeite, azeite do bom, nunca compra azeite ruim. Azeite ruim...para fritar..., para essas coisas azeite melhor. Você bate o grão de bico com aquela água que ele cozinhou, isso é importante, o limão, o azeite, uma pitada de sal, prova. Eu provo tudo. Eu a via fazendo, até já velha ... ela ficava olhando junto com Maria, Maria fazia tudo. E... mais o quê? O quibe, o quibe você põe... uma hora, põe de molho na água o triguilho, uma hora. Depois você seca bem no pano de prato, claro, limpo...e... mistura com a carne, mas aí você soca bem o alho. Tudo meu tem alho, meu filho... Ah...O alho é essencial, mas você tem que socar. Quando eu estou com um bocadinho de preguiça, que é muito alho, eu tenho o microprocessador, aquilo quebra um galho danado, com a cebola também.

Misturo tudo, azeite, azeite, é isso. E separo, deixo sempre uma parte crua, eles gostam, até o meu neto fica comendo, a minha neta... Meu filho, é tudo do sangue... É a primeira coisa que eles comem. Ah... hortelã, se não tiver hortelã você esquece do quibe. É igual coentro no peixe. Se não tiver hortelã você deixa para outro dia, não dá certo. Hortelã, eu tava esquecendo de hortelã. Ai é de comer ajoelhado no chão. Os outros você frita ou... eu faço assado também, fica melhor ainda. Bom, pirex desse tamanho, não tô brincando não, acaba tudo no almoço. Não são poucos. Você forra com azeite, põe uma camada de quibe... E... aí eu ponho nesse meio aqui um... parto pimentão verde, vermelho, amarelo bem fininho, cebola em rodela, ponho tudo... aí eu ponho no vinagre. Para pegar um pouco do vinagre. Pimentão. Cebola, azeitona, eu sou louca por azeitona. Ai, Adilson, eu ponho assim, isso tudo aqui, aí cubro de azeite, ponho a outra camada, aí eu passo assim em cima, e nesse aqui eu passo azeite. Ah... faço aquele outro, aquela salada com trigoilho, tudo quanto é... tudo partido. É...Tomate, pimentão, alface. Hortelã, tudo que você quiser, tudo. Ah, agora me fugiu a memória. Não pode faltar berinjela! Eu acho, eu acho em... você pode fazer de véspera, eu faço para não dar tanto trabalho no dia seguinte. Aí eu tiro a pele, tiro com a mão, tiro a pele toda. Aí passo muito bem em uma bacia... ponho esses temperos todos... Rapaz! Como com pão, com pão árabe. Ah... uma comida perf... é maravilhoso! Como muita fruta meu filho, no mínimo eu como três frutas diferentes por dia. E verdura, meu filho, é o que eu falei a mesa da minha avó é a minha mesa, só que hoje eu acrescento mais coisas do que ela, acrescento frutas. Minha salada é imbatível, com folhas, e claro, tomate, pepino, rabanete, o que tiver, e frutas. Manga, que coisa maravilhosa você comer uma manga. Manga, melancia, pêssego, o que tiver, morango... sem veneno. É desse tamanho as minhas vasilhas de...É isso, meu filho, quibe, assado é esse, quibe cru, *homus tahine*, essa outra salada com trigoilho misturado com tudo (MOULIN, 2018).

O que fica bastante evidente neste relato são algumas etapas que constitui o ato de cozinhar: a escolha e classificação dos produtos, o acesso aos ingredientes e a maneira através da qual os pratos são servidos aos comensais. Ela abordou ainda os tempos de preparo de alguns pratos, assim como a introdução de novos ingredientes, o que demonstra que a cozinha é dinâmica; com o passar dos anos, ela vai se transformando, se desconstruindo e se reconstruindo à medida da necessidade (MATOS, 2014).

Num outro momento da narrativa de Ariette, a presença da horta e do pomar são elementos representativos de sua memória afetiva, locais para onde seu avô a levava para experimentar as frutas, os legumes e as verduras ali existentes (MOULIN, 2018). De acordo com Matos (2014), que analisou a questão da culinária das imigrantes portuguesas de São Paulo, as hortas mantidas por esses imigrantes eram um importante território de reprodução das tradições porque nelas plantava-se os produtos necessários à produção dos variados pratos postos à mesa. Ademais, esses produtos complementavam o cardápio do dia a dia.

Ao ouvir os narradores a respeito da culinária árabe, surgiu a seguinte indagação: onde esses primeiros imigrantes e, depois, seus descendentes adquiriam os ingredientes para a elaboração dos pratos de uma culinária tão diferente? Para Roberto Mezher³⁸⁶, de Itapemirim, e Jorge Depes, de Cachoeiro, os produtos eram adquiridos no Rio de Janeiro, nas ruas Senhor dos Passos e Alfândega. Adriana Nassur³⁸⁷, filha de uma narradora de Mimoso, informou que seu tio Nicolau Nassur trazia do Rio de Janeiro, já que por um tempo trabalhou naquela cidade.

Para Rosangela Guarçoni, esses produtos eram encomendados de São Paulo e chegavam a Mimoso através da estrada de ferro, que cortava o distrito. Os ingredientes dos pratos da culinária árabe eram encomendados com os representantes comerciais das firmas sírias e libanesas e de outras nacionalidades, que circulavam em Mimoso. Ficava fácil encomendar esses ingredientes com eles. Esse fato se aplica tanto a Mimoso, quanto a Itapemirim e Cachoeiro, localidades servidas pela estrada de ferro e com grande número desses profissionais.

Outro ponto muito interessante relatado por Rosangela Guarçoni é que alguns ingredientes eram substituídos, em virtude da falta de acesso a eles e/ou pela total inexistência deles. É o caso da folha de uva³⁸⁸ que, de acordo com ela, Mariana Nassur, que foi sua vizinha, substituída pela folha de couve, vegetal muito disponível naquela região. Portanto, a acessibilidade, ou melhor, a inacessibilidade a alguns ingredientes foi fundamental para que aqueles produtos originais fossem substituídos, o que acena mais uma vez para o dinamismo da cozinha.

Ainda sobre a comensalidade, nas narrativas há exemplos bem interessantes sobre a hibridização da culinária árabe, já que ela foi se modificando, misturando-se e formando um outro tipo de cozinha, composta por uma mescla, que incluía

³⁸⁶ Roberto Mezher disse que os produtos/ingredientes eram comprados na Casa Pedro, na rua Senhor dos Passos, e que a carne de carneiro, por exemplo, era adquirida na própria região de Itapemirim. Depois, os sírios e libaneses tratavam de matar os carneiros para o aproveitamento da carne, utilizada nos pratos étnicos.

³⁸⁷ Adriana Nassur participou da entrevista realizada com sua mãe, Karime Nassur, hoje com 90 anos. Por isso, foi contatada para que ela indagasse a sua mãe sobre a origem dos ingredientes para a elaboração dos pratos da culinária árabe, que os sírios e libaneses utilizavam, em Mimoso. Depois de perguntar à sua mãe, ela trouxe essa informação.

³⁸⁸ Yabrak, que em árabe significa folha, é também o nome de uma comida étnica libanesa, popularmente conhecida como Charuto ou Charutinho. É feito com a folha de uva e, geralmente, recheado com arroz e carne.

ingredientes locais. É o caso dos relatos de Rosangela Guarçoni e Fued Aride. Rosangela narrou que um dos resultados dos casamentos interétnicos de Mimoso, por exemplo, entre sírios e libaneses e italianos, foram almoços de domingo, em que se comia “macarronada com quibe”.

Nas refeições realizadas na casa de Fued Aride, eram servidos arroz, feijão, bife e batata frita, porém sempre havia alguma comida árabe. Ressalte-se que a culinária árabe aparece nas narrativas com maior riqueza de detalhes, quando os relatos foram feitos pelas mulheres. Apesar de os homens terem mencionado alguma informação sobre o tema, ela está restrita ao nome dos pratos étnicos. As mulheres contaram não somente os nomes dos pratos, contudo indicaram também os produtos e os ingredientes utilizados, o modo e o tempo de preparo, os sabores e cheiros, as características da mesa onde eram servidos, bem como sobre os comensais.

Entre os narradores que fizeram parte desta pesquisa em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro, ficou evidenciado que o protagonismo na cozinha de suas famílias era um atributo feminino. Era a mulher a responsável pela elaboração dos pratos, pela compra dos ingredientes, pelo oferecimento do banquete. Murilo Meihy (2016), no livro “Os libaneses”, salientou que, mesmo que uma cozinheira libanesa não estivesse em um bom dia, serviria um baquete aos comensais, com um grande sorriso. Esse autor tratou da fartura que caracteriza a mesa libanesa produzida por essas mulheres. Essa fartura esteve presente no relato do cachoeirense Jorge Depes, segundo o qual o cunhado de seu avô não se sentava à mesa caso não houvesse, pelo menos, dez pratos diferentes.

As mulheres não fizeram alusão à existência de receitas avulsas ou dos cadernos de receitas legados por suas mães e avós. Provavelmente, como analisou Matos (2014) em relação às imigrantes portuguesas de São Paulo, essa ausência se explica ou pela baixa escolaridade, particularmente a feminina, ou pelas perdas durante os deslocamentos. Assim, muitas receitas, guardadas na prática e na memória, poderiam ser “[...] constantemente modificadas, tanto quanto aos ingredientes, como quanto aos procedimentos utilizados [...]” (MATOS, 2014, p. 109).

A transmissão da culinária árabe aos descendentes foi uma escolha consciente e sistemática por parte desses imigrantes orientais, porque é um fator de resistência, já que é o último costume abandonado pelos sujeitos migrantes (MATOS, 2014). É um elemento da identidade étnica desses indivíduos que, transplantado durante a experiência dos deslocamentos, foi mantido, transmitido, ensinado, eivado de subjetividade e afeto. Identidade étnica, então, é o acúmulo das heranças culturais que permitem significar distinções perante outros grupos sociais e étnicos. Tem a ver com as comunidades que partilham a mesma língua, costumes, história e memória coletiva.

La identidad étnica se basa no sólo em rasgos físicos sino también em um sentido subjetivo de compromisso com los valores culturales, roles y herencia manifesta por los miembros de um grupo étnico. [...] La identidad étnica és um tipo de ideas sobre el yo (autoideas) relacionadas específicamente con uno mismo como miembro de um grupo étnico. Em lugar de referirse a la comprensión de la etnicidad de los otros, la identidad étnica está relegionada com el conocimiento de um mismo, de pertinência personal como miembro de um grupo étnico y subsecuente conocimiento, comprensión, valores, conductas y sentimientos que tienen implicaciones directas em esa pertinência (MARÍN et al., s/d, s/n)³⁸⁹.

Portanto, na perspectiva de Marín e outros, a identidade étnica envolve um compromisso com os valores culturais e a herança de um determinado grupo. Refere-se à maneira como eu me vejo enquanto membro de um determinado grupo e como isso norteia minha conduta e visão de mundo. Já para Eriksen (1993), as expressões da identidade étnica podem ser consideradas ferramentas simbólicas utilizadas nas lutas políticas, particularmente quando essa identidade está sob ameaça.

Ethnic identity becomes crucially important the moment it is perceived as being under threat. Since ethnicity is an aspect of relationship, the importance of boundaries may thus be said to be conditional on the pressure exerted on them. On the other hand, we here seen that expressions of ethnic identity may also be regarded, not as psychological responses to threats from the outside or attempts to create order in the social universe but rather as symbolic tools in political struggles (ERIKSEN, 1993, p. 92-93)³⁹⁰.

³⁸⁹ Tradução nossa: “A identidade étnica baseia-se não somente em características físicas, mas também em um sentido subjetivo de compromisso com os valores culturais, papéis e herança manifestada pelos membros de um grupo étnico. [...] A identidade étnica é um tipo de ideias sobre o ‘eu’ (auto-ideias) relacionadas especificamente a si mesmo como um membro de um grupo étnico. Ao invés de se referir à compreensão da etnicidade dos outros, a identidade étnica está relacionada com o conhecimento de si mesmo, de pertinência pessoal, como membro de um grupo étnico e subsequente conhecimento, compreensão, valores, condutas e sentimentos que têm implicações diretas com essa pertinência”.

³⁹⁰ Tradução nossa: “A identidade étnica torna-se crucialmente importante no momento em que é percebida como estando sob ameaça. Uma vez que a etnicidade é um aspecto do relacionamento, a

Ainda, a identidade étnica é uma construção multidimensional, abarca, entre outras coisas, valores, conhecimentos, práticas culturais e pertencimento, desde a infância, ou produzida por meio do processo de endoculturação (MARÍN et al., s/d, s/n). Contudo, “[...] *puede incluir los prejuicios y presiones culturales que una persona experimenta cuando su modo de vida entra en conflicto con el del grupo dominante.*” (HELMS, 1995, apud MARÍN et al., s/d, s/n)³⁹¹.

A tensão contínua produzida pelo contato entre os diferentes grupos étnicos faz com que os indivíduos acionem mecanismos de defesa para preservação e/ou (re)construção de suas identidades. Segundo Glazer (1975),

Most groups change their boundaries slowly and imperceptibly, but some change quickly, deliberately, and noticeably. Ascription is, of course, the key characteristic that distinguishes ethnicity from voluntary affiliation. Ethnic identity is generally acquired at birth. But this is a matter of degree. In the first place, in greater or lesser measure, there are possibilities for changing individual identity (GLAZER, 1975, p. 113)³⁹².

Não ensinar a língua árabe e, ao contrário, transmitir a culinária étnica aos descendentes foram escolhas tomadas sob pressão do grupo étnico dominante, num contexto de manutenção de sua etnicidade e de suas fronteiras étnicas. Foi possível fazer parte de um grupo étnico, sem, contudo, “[...] excluir as transformações decorrentes do processo de assimilação e integração do grupo imigrante” (FAUSTO, 1991, p. 37, apud OSMAN, 2011, p. 196).

Ao mesmo tempo, havia uma demanda pela construção de novas identidades, mais condizentes com a realidade local. Precisaram negociar sua identidade étnica como forma de manter determinados traços culturais fundamentais para a vida em uma terra tão diferente daquela de onde partiram.

importância das fronteiras pode, portanto, ser considerada condicionada à pressão exercida sobre elas. Por outro lado, vimos aqui que as expressões da identidade étnica também podem ser consideradas, não como respostas psicológicas a ameaças externas ou tentativas de criar ordem no universo social, mas sim como ferramentas simbólicas nas lutas políticas”.

³⁹¹ Tradução nossa: “[...] pode incluir os preconceitos e as pressões culturais que uma pessoa experimenta quando seu modo de vida entra em conflito com o do grupo dominante”.

³⁹² Tradução nossa: “A maioria dos grupos muda suas fronteiras de maneira lenta e imperceptível, mas alguns mudam rapidamente, deliberadamente e visivelmente. A atribuição é, evidentemente, a característica chave que distingue a etnia da filiação voluntária. A identidade étnica é geralmente adquirida no nascimento. Mas isso é uma questão de grau. Em primeiro lugar, em maior ou menor medida, existem possibilidades de mudar a identidade individual”.

Acerca da ocorrência de conflitos entre os comerciantes sírios e libaneses e comerciantes nacionais e/ou de outras etnias, os narradores foram quase unânimes em relatar que eles não ocorreram. Recorreram sempre à ideia de que a relação entre eles foi supostamente harmoniosa. Na região de Itapemirim, segundo Roberto Mezher, se houve algum conflito, foi anterior a 1940. José Rubens Brumana aludiu à tentativa de expulsão dos sírios e libaneses de Itapemirim, em 1898. Em Mimoso, todos os relatos trataram de uma relação supostamente harmoniosa. De acordo com Jésus e Saidnei Chaibub,

Pelo que parece [a relação] era [tranquila] e, pelo que a gente sabe, eles eram respeitados. Eles eram até respeitados na cidade. Agora, quanto ao problema assim de um relacionamento comercial naquela área de cobrança, a gente não sabe como é que era. É, pois é, aí o comércio deles era assim um comércio progressista, entende? (CHAIBUB, J.; CHAIBUB, S., 2016).

Já em Cachoeiro de Itapemirim, o discurso foi o mesmo. Para Marão, por exemplo, não aconteceram conflitos porque os sírios e libaneses enxergaram nichos de comércio nos quais foram pioneiros. Eles atenderam às demandas locais, que enxergavam como promissoras.

Não [havia conflito]. Eu vou te dizer por quê. Eles vieram para cá numa época, por exemplo, meu pai abriu uma loja de tecidos finos que não tinha em Cachoeiro. Ele dizia para nós, que as madames da sociedade pegavam o trem e iam em Vitória comprar tecidos finos para uma festa de casamento [...]. Aí, ele enxergou aquele foco de negócio e começou a trazer de São Paulo; ele ia à São Paulo, comprava os tecidos, as rendas e vendia aqui (MARÃO, 2018).

Segundo Fued Aride, a ausência de conflitos era o resultado do bom tratamento que seu pai dava aos clientes, como forma de cativá-los. O bom tratamento dado aos clientes era um diferencial dos comerciantes sírios e libaneses em relação aos outros comerciantes locais. Nesse sentido, a amizade que seu pai tinha com os clientes não permitiu que surgissem conflitos. Especialmente com a elite de São Pedro do Itabapoana, que frequentava seu comércio, quando ainda residia naquela localidade, Fued narra:

Mas o meu pai...O meu pai era comerciante nato. Ela abraçava o freguês...Papai era uma pessoa simpática, agradável. Tinha um timbre de voz que chamava a atenção da pessoa. Entendeu? Ele era, era agradável. Não [houve conflito], com ninguém. Inclusive, lá em São Pedro do Itabapoana, ele tinha uma amizade muito grande lá, com famílias importantes ali. Porque São

Pedro naquela época, a população era uma nata, né, tinha advogados, tinha promotores, médicos... E papai tinha uma amizade com todos. E aqui também ele tinha uma amizade geral, não tinha conflito com ninguém (ARIDE, 2018).

Os argumentos apresentados por Fued Aride se concentraram na relação entre seu pai e os clientes, não naquela estabelecida com outros comerciantes, que poderia redundar em desentendimentos. Assim, o que está presente nas falas é uma tentativa de dissimular a existência de conflitos resultantes da concorrência que os imigrantes sírios e libaneses imprimiram nas localidades em que se instalaram. Não contar aos descendentes a ocorrência ou não de conflitos não significa que eles não ocorreram. Até porque o conflito é constitutivo das relações humanas.

O silêncio desses primeiros imigrantes pode ter sido outra estratégia encontrada para preservar a família, arcando, sozinhos, com os prejuízos desses desentendimentos. Todavia, numa análise a contrapelo, conforme salientou Walter Benjamim (2005), trata-se de uma questão relativa à memória, que é um fenômeno construído e, como uma construção, ela é seletiva (POLLAK, 1992).

Isso significa dizer que lembrar e/ou esquecer faz parte desse processo de constituição, que nem sempre é consciente, mas também pode ser. Assim como a memória é seletiva, os narradores também o são e, portanto, podem esquecer, consciente ou inconscientemente, aquilo que pode macular a trajetória de seus antepassados. De acordo com Nora (1993),

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Nesse trabalho de organização da memória dos sírios e libaneses do sul capixaba, coube aos narradores selecionar o que mencionar e o que não dizer. O propósito é a construção de uma memória cujos itinerários fossem marcados por muitas dificuldades, mas pela superação das mesmas a partir de um grande esforço e do trabalho. Se o objetivo dos primeiros imigrantes era dissimular a existência os conflitos, parece que lograram êxito, porque, na memória coletiva dos narradores, eles praticamente inexistiram. Para Pollak (1992, p. 5): “O que a memória individual grava,

recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.

Nesse trabalho de organização da memória, e em virtude de sua seletividade, sírios e libaneses da primeira geração procuraram se fechar em relação ao seu passado e à sua história, como se quisessem ocultá-los dos filhos. Decerto, a ideia era poupá-los de informações que pudessem colocá-los em perigo, mas, pelo que se apreende das narrativas, tratou-se mais um meio de acelerar a inserção num movimento em que o que mais interessava era o presente, não o passado.

É... a história deles é que é difícil saber os detalhes, porque, mesmo naquele tempo, eles não falavam. Meu avô não contava como é que era para o meu pai, com detalhes. Eles se fechavam, tinham medo. Não é só eles, todos tinham medo. Trocavam de nome. [...] os caras inventavam para não ser perseguido aqui, não é? (CHEIBUB, 2016).

A gente não tem muito mais conhecimento dessas coisas, porque, os que eu conheci, que era gente que migrou, não abriam muito assim [sobre] a vida deles de qualquer maneira. Por medo, porque, aqui, eles não tinham muito amparo naquela época [...] (CHAIBUB, S., 2016).

Isso é um exemplo bem interessante do caráter seletivo da memória, ou seja, de como é possível esquecer de algumas coisas e lembrar de outras. Da mesma forma, se conforme salientou Candau (2016, p. 18), “[...] a memória precede a construção da identidade [...]”, o abandono de um determinado passado, que trazia temor aos imigrantes sírios e libaneses, representou uma estratégia de construção identitária. Era mais importante a constituição de uma memória positiva, mais relativa ao presente, às oportunidades de redenção socioeconômica oferecidas pelo país receptor, do que todas as dificuldades enfrentadas no país de onde se emigrou.

Portanto, a memória está diretamente ligada à construção das identidades e são categorias relacionais. Para Pollak (1992), a memória, sobretudo a coletiva e social, é um fenômeno, construído no presente e coletivamente, para atender às demandas do presente. Ela é seletiva, subjetiva, afetiva, sofre flutuações e precisa de organização (POLLAK, 1992).

E ainda, a memória nos modela e é modelada por nós (CANDAU, 2016). Não obstante isso, para Pollak (1992) existem alguns elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente; acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, “[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 2); as pessoas ou personagens; e os lugares. Todas essas categorias foram verificadas nos vários relatos orais que compuseram os capítulos anteriores.

Quanto à identidade, sabe-se que ela é um processo contínuo e nunca terminado de construção. Na verdade, de acordo com Stuart Hall (2003), os indivíduos possuem identidades, no plural, já que transitam em diferentes espaços sociais e exercem diferentes papéis nas sociedades em que estão inseridos. Portanto, as identidades são múltiplas e híbridas, mas não são permanentes.

Em seu processo de construção, sofrem flutuações e mudanças, em virtude das circunstâncias. Para Hall (2003, p. 109), as identidades têm a ver “ [...] com quem nós podemos nos tornar”, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nos podemos representar a nós próprios’”. Outra marca fundamental das identidades é que elas são construídas na relação com o outro, por meio da diferença (HALL, 2003).

Como imigrantes orientais, sírios e libaneses eram muito diferentes dos outros imigrantes que se assentaram no sul do Espírito Santo, bem como dos nacionais. Essa diferença podia ser verificada em quase tudo: da língua à culinária; dos aspectos físicos ao vestuário e às práticas religiosas. A diferença era uma marca indelével dessa cultura considerada tão exótica para os padrões brasileiros, mas isso não foi obstáculo para a construção das identidades desses sujeitos migrantes.

Outra faceta dessa dinâmica de lembrar e esquecer é a de que a memória e a identidade podem ser negociadas. Se a memória se produz na relação com os outros, como afirmado por Hall (2003) e Pollak (1992), em referência aos critérios de credibilidade e aceitação, é preciso negociá-las constantemente com os outros. No caso específico dos sírios e libaneses do sul capixaba, fechar-se e não falar a respeito do passado, ou dissimular a existência de conflitos, mostrou que visavam ao presente

e futuro. Desse modo, estavam a todo momento negociando tanto com seus descendentes, quanto com os de fora da colônia, de que maneira queriam ser vistos, entendidos, aceitos, identificados. De acordo com Burke (2003),

O conceito de negociação em particular se tornou cada vez mais popular em estudos culturais em vários contextos. [...] É frequentemente empregado em análises de etnicidade porque expressa consciência da multiplicidade e da fluidez da identidade e o modo como ela pode ser modificada ou pelos menos apresentada de diferentes modos em diferentes situações (BURKE, 2003, p. 48).

Por isso, Gélber Cheibub relatou que seu pai dizia para ele que país bom de verdade era o Brasil, porque aqui você poderia, por exemplo, falar mal do governo, ao contrário do Líbano, onde você seria fuzilado caso tomasse essa atitude. Saidnei narrou que seu pai dizia para ele aprender matemática e português para se inserir no comércio. A seguir, a Figura 36 traz a imagem da avó e do pai de Jésus e Saidnei Chaibub.

Figura 36 - Said Minassa Chaibub e o filho Nege Chaibub



Fonte: Acervo de Rosangela Garçon

Já Michele Chaibub, na mesma linha de raciocínio dos irmãos Jésus e Saidnei, afirmou que seus pais não negaram sua etnia, mas também não contavam a história.

De acordo com ela, eles “[...] deixaram um tipo de orgulho, mas assim: seja Brasil, porque terra boa é aqui [...]” (CHAIBUB, Michele).

Contudo, os documentos escritos vão na contramão desse discurso e mostram que a relação entre sírios e libaneses e seus descendentes e outros grupos étnicos foi eivada de conflitos. Uns foram mais graves, como a tentativa de expulsão desses imigrantes de Itapemirim, bem como o caso da tentativa de assassinato contra o comerciante Nicolau Manache, em Cachoeiro, da década de 1920. Alguns sírios e libaneses foram espancados, assassinados. Outros conflitos tiveram menor gravidade e, em muitos casos, a Justiça precisou arbitrar para trazer uma solução.

No tocante ao casamento, as narrativas versaram sobre a inexistência da obrigatoriedade dele com membros da colônia, mas isso precisa ser relativizado. Em nível nacional, entre esses grupos migrantes, particularmente entre os indivíduos da primeira geração, a endogamia era fundamental para a manutenção dos traços culturais. Na maioria das vezes, a escolha do cônjuge não era uma prerrogativa dos filhos, mas dos pais (AGASSIAN et al., 2003), que negociavam o casamento, muito antes de os filhos chegarem à idade adulta.

A preservação do poder socioeconômico do grupo era outra situação intrínseca à escolha dos cônjuges, principalmente nas famílias mais bem-sucedidas economicamente, conforme Truzzi (1997) observou em São Paulo. Elas buscavam manter seus patrimônios amealhados, combinando casamentos com famílias do mesmo grupo étnico e status social. No entanto, Truzzi destacou que, em São Paulo, em muitos casos, a inexistência de mulheres da colônia foi um fator que contribuiu para que a endogamia não fosse o único tipo de enlace utilizado por esses imigrantes. É provável que isso se aplicasse ao sul do Espírito Santo também.

De outro modo, ao dizerem que não havia pressão para o casamento interétnico, os narradores de Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro mostraram mais uma vez que tipo de memória queriam que fosse construída a respeito de seus antepassados. Haveria, realmente, liberdade concedida pelos pais, para que os filhos escolhessem seus futuros cônjuges? Mais uma vez fica evidente o caráter seletivo da memória, ao reforçar aspectos otimistas a respeito desse grupo migrante. Numa outra perspectiva,

os relatos apontaram para uma necessidade que eles tiveram de se inserir rapidamente na sociedade espírito-santense, inserção feita por meio da exogamia.

Para todos os grupos étnicos, existem na realidade outros modos de recrutamento como o casamento misto, e a permeabilidade das fronteiras étnicas torna sempre possíveis os processos individuais ou coletivos de assimilação ou de mudança de identidade étnica (POUTIGNAT; STREIFF-FERNAT, 1998, p. 161).

Somente um narrador de Cachoeiro de Itapemirim inferiu sobre a existência de pressões para que o casamento ocorresse com membros da colônia, que foi Jorge Depes. Em sua família, havia uma pressão para que os enlaces se realizassem no mesmo grupo étnico, especialmente para com as mulheres, mas, de acordo com ele, não se importavam caso optassem pela exogamia.

Não, mamãe, mamãe era brasileira legítima, tinha até sangue índio. As mulheres casadas com árabes, praticamente todas, menos a tia Bárbara. Não, tia Salma também não casou com árabe, não. Tia Said, que era mais velha, casou com Assad Abiguenem e depois a tia Tameme, era a mais nova, que casou com Bechara, entendeu? As outras casaram com brasileiros. Tinha [imposição para se casarem com sírios e libaneses]. Tinha, mas eles não se importavam se você escolhesse outras. Sempre... nunca teve problema. O meu avô adorava a minha mãe, que era brasileira legítima [...] (DEPES, 2018).

Em Itapemirim, segundo os narradores, nunca houve essa pressão pela endogamia por parte de seus antepassados. Consoante Roberto Mezher, seu pai “[...] nunca pressionou em a gente procurar família [de] descendentes, não. Nunca fez isso, não. [...] não existia essa... de querer casar por interesse. E deixou a gente à vontade. Então, eu casei [com alguém], que é a família Hautequest” (MEZHER, 2016).

Ainda em Itapemirim, somente um dos tios de Sérgio Bechara se casou com uma descendente de sírios e libaneses. Seu pai se casou com Amélia Costa, que não era síria e libanesa. Dos filhos de Namitala Ayub, nenhum se casou com membros da colônia. Em Mimoso, Karime Nassur, por exemplo, se casou com um descendente de italianos, da família Salotto, e seus irmãos não se casaram com descendentes de sírios e libaneses.

Sobre os enlaces matrimoniais realizados em Mimoso, segundo Rosangela Guarçoni, destacaram-se os casos em que sírios e libaneses buscavam esposas italianas para

seus filhos e vice-versa, tendo como pano de fundo o fato desses imigrantes orientais estarem bem estabelecidos financeiramente. O pai de Gélber Cheibub casou-se com uma negra. Do relato de Amenaide Abdalla, subentende-se que a pressão pela endogamia se restringiu às mulheres. Isso porque enquanto seus irmãos Ney e Nilton se casaram com brasileiras, suas irmãs, Lili e Licélia³⁹³, casaram-se com homens de famílias sírias e libanesas.

Quanto a Cachoeiro, afora o relato de Jorge Depes sobre certa pressão familiar para a endogamia, segundo Fued Aride, em relação à sua família, isso não se aplicava. Sua esposa era uma descendente de italianos.

A minha esposa ela é filha de italiano, mas ela faz uma comida árabe... Ela aprendeu com uma libanesa. Chamava-se Emília, mãe do doutor Elias Mourad. Que era uma exímia... era tipo uma chefe de cozinha, dona Emília. E a minha esposa era solteira, era colega de classe da filha dela, chamada Samira. Então, ia muito na casa e [minha esposa] foi aprendendo a fazer comida árabe. Lá em casa é raramente... duas, três vezes por semana, comida árabe (ARIDE, 2018).

O mesmo se aplicou a Marão, para quem não havia a imposição para que ele e seus irmãos fizessem um casamento dentro da colônia.

Eu digo não só os meus irmãos, mas a minha irmã, por exemplo, casou com um sírio, que ela conheceu no Rio de Janeiro. Entendeu? Mas não por... por indicação, por indução, nada disso, não. Ela conheceu ele, eles se gostaram lá e casaram, tiveram uma vida interessante, ele faleceu e ela é viva (MARÃO, 2018).

A mãe de Ariette Moulin, que era filha de um rico comerciante sírio e libanês, Felipe Félix Tannure, casou-se com um descendente de italianos, também. De acordo com o narrador José Antônio Tannure: “Eles mudaram completamente a tradição, mudaram. Aqui, eles tiveram as normas do Brasil mesmo, que casamento por lá é totalmente diferente”. Em relação à primeira geração, isso não significa que casar-se fora do grupo étnico refletiria uma ruptura absoluta com a tradição, pelo contrário. Segundo Osman (2011), o que ocorreria era um reforço desses aspectos culturais aos quais o parceiro, que não era sírio e libanês, precisava se acomodar.

³⁹³ Lili casou-se com um membro da família Yurif, e Licélia, da família Acha, de Mimoso.

Havia a necessidade de se adaptar à cultura da sociedade receptora, o que levava à adequação de alguns traços culturais. Para isso, os casamentos mistos desempenharam papel preponderante já que eram o *locus* privilegiado de mistura de aspectos culturais dos mais variados grupos étnicos, conforme testemunha a narrativa, de Fued Aride, a respeito de sua esposa. Como uma das estratégias de inserção social era a não transmissão da língua árabe aos filhos, o fato de a esposa não ter ascendência síria e libanesa não era fundamental. No entanto, era necessário manter a culinária étnica, embora misturada, hibridizada. À esposa caberia, então, o aprendizado dessa culinária.

Isso não significa que não havia a imposição dos casamentos interétnicos, porque havia muitas coisas em jogo, por exemplo, a manutenção do patrimônio da família e dos valores culturais. Em nível de Brasil, conforme salientou Osman (2011), havia um cálculo bem feito pelos pais no sentido de que o casamento fora da comunidade não representasse uma ruptura com as tradições culturais sírias e libanesas e que houvesse a acomodação do cônjuge à cultura imigrante. Possivelmente, essa situação também se aplique ao caso dos imigrantes sírios e libaneses do sul do Espírito Santo.

Do ponto de vista mais geral, ao discutir os vocabulários relativos ao parentesco, Agassian e outros (2003) explicita que o estabelecimento de um parentesco por meio das alianças matrimoniais é uma forma de organizar externamente as relações entre os diferentes grupos sociais e étnicos. Ainda segundo Agassian e outros (2003, p. 20), o conceito de parentesco ultrapassa a ideia de família, particularmente uma família conjugal, mas é um princípio que “[...] preside [...] à formação de grupos sociais e à organização das relações entre os mesmos”.

Até aqui, o levantamento das categorias constitutivas das trajetórias dos sírios e libaneses no sul capixaba oportunizaram a compreensão dos elementos da memória individual e coletiva desses imigrantes. São eles: as razões da imigração; o financiamento próprio da viagem; a predominância da religião cristã; a imigração na condição de solteiros, em sua maioria; a dedicação ao comércio; a não transmissão da língua árabe; o discurso sobre a suposta “ausência” de conflitos com indivíduos de outras etnias; e o ensino da culinária étnica. Somados, esses elementos forneceram

uma certa coesão ao grupo, favorecendo a ideia de uma comunidade, uma coletividade que, de nos dizeres de Benedict Anderson (2008), poderia configurar uma comunidade imaginada. Para ele, é imaginada pela comunhão existente entre eles.

Dois últimos dados a serem analisados a partir dos relatos orais são a entrada dos descendentes de sírios e libaneses nas profissões liberais (e nos cursos superiores) e na política partidária. Sobre o primeiro, alguns membros das famílias Mezher e Bechara, de Itapemirim, optaram por seguir as profissões liberais. Segundo Sérgio Cardozo Bechara,

[...] meu pai não tinha muito estudo e 4º ano do primário, 3º ano ele estudou, mas fazia a gente estudar e o negócio dele era ter um filho advogado, era o sonho dele, entendeu? Ele fazia tudo. Eu fui para Vitória e estudei, mas só terminei o segundo grau, mas eu não gostava e era o sonho dele [...]. Até a Andréia e Marilena são formadas. Marilena fez administração e Andréia, também [...], mas direito não fizeram, e era o sonho dele ver um filho advogado (BECHARA, 2017).

Roberto Mezher e seus irmãos também ingressaram nos ramos das profissões liberais. Ele tornou-se advogado, concomitantemente ao exercício da docência, já que foi professor de Geografia da rede estadual. Um de seus irmãos se formou em Agronomia, e o outro tornou-se dentista. Em relação a Mimoso, os narradores não mencionaram se algum membro das famílias entrevistadas seguiu as profissões liberais. Quanto a Cachoeiro, o avô de Jorge Depes tinha muita preocupação de que os filhos fizessem curso superior, mas

[...] o tio Nicolau foi o único que se formou. Papai, como era o mais velho, trabalhava com o meu avô, tá? Tio Nicolau foi para o Rio [de Janeiro] estudar. Lá, ele se formou em Odontologia e vovô ficou tão feliz, que, na época, encomendou dos Estados Unidos... Cachoeiro, é... no Rio de Janeiro conhecia pouco... ar condicionado para colocar no consultório dele... É, a alegria dele de ver um filho doutor, ter um filho doutor (DEPES, 2018).

Ariette Moulin também falou da importância dada aos estudos e à formação dos filhos. Em seu relato, há uma clara distinção a respeito do preparo do homem para atividades desempenhadas no espaço público. No entanto, embora, de acordo com ela, as mulheres não pudessem frequentar a escola, recebendo aulas em casa, essa situação não se aplicou a todas as mulheres da família de sua mãe.

Os dois filhos homens estudavam no Instituto Lafaiete, no Rio, tinha uma casa no Rio... viu? Minha mãe ficou uma época quatro anos sem vir ao Espírito Santo. Mamãe era uma carioca... As filhas não podiam ir à escola, os professores iam dar aulas para elas. E quando ela voltou ao Espírito Santo, ela era contadora do meu avô. [...] as filhas foram estudar em Vitória, no Colégio do Carmo, Nossa Senhora do Carmo. Duas de minhas tias foram as primeiras professoras formadas do Espírito Santo. Esse filho [...], que estudou no Instituto Lafaiete, se formou; era destinado à carreira diplomática. [Seu nome era] José, José Tannure (MOULIN, 2018).

Na família de Marão, um de seus irmãos cursou o ensino superior, formando-se advogado.

Minha irmã foi professora, depois foi fazer curso de teclado, de acordeom, no Rio. Foi professora de teclado, depois casou, foi para Goiás; o outro meu irmão foi funcionário do Banco do Brasil, advogado. O outro meu irmão partiu para o comércio, lá em Goiás, e eu fiquei por aqui [no ramo imobiliário] (MARÃO, 2018).

Truzzi (1991; 1997) analisou a entrada dos descendentes de sírios e libaneses nas profissões liberais, particularmente em São Paulo. Foram três profissões aquelas aspiradas por esse grupo étnico, todas elas representativas de prestígio: medicina, direito e engenharia. No entanto, vale ressaltar que esses cursos eram ofertados na própria cidade de São Paulo, o que lhes facilitava o acesso. Não era o caso do Espírito Santo, onde não havia disponibilidade desses cursos, principalmente de medicina e engenharia, particularmente até a década de 1950. Para cursá-los, era preciso residir fora do Espírito Santo, principalmente no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais.

Manter filhos em outro Estado para fins de formação só era possível a uma parcela desses imigrantes: somente aos que tivessem boa condição financeira. Mesmo se fosse em Vitória, a capital do Estado, não seria menos oneroso arcar com as despesas de manutenção de um filho estudando. No entanto, havia uma ligação muito maior entre os habitantes das cidades do sul capixaba com o Rio de Janeiro, do que com Vitória. Por isso, os pais que tinham recursos mandavam seus filhos para estudarem na então Capital Federal.

Nessa perspectiva, dos descendentes de sírios e libaneses das famílias entrevistadas, o número dos que ingressaram nas profissões liberais é bastante significativo, levando-se em consideração o alto custo do investimento. A tabela 5, a seguir, mostra

os indivíduos que ingressaram nas profissões liberais, os cursos escolhidos, o local onde foram cursados, entre outras coisas.

Tabela 9 - Ingresso dos descendentes dos sírios e libaneses nas profissões liberais

Nome	Curso	Instituição	Local de Formação	Ano de Conclusão do Curso	Geração
Andreia Bechara Marino	Administração	Faes ³⁹⁴	Vitória, ES	Não soube informar	3ª
Marilena Cardoso Bechara	Administração	Faes	Vitória, ES	Não soube informar	3ª
Nicolau Depes	Odontologia	Não soube informar	Rio de Janeiro	Década de 1930	2ª
Geraldo Jorge Mezher	Odontologia	UFJF ³⁹⁵	Juiz de Fora, MG	Década de 1950	2ª
Jorge Bechara Mezher Filho	Agronomia	UFRJ ³⁹⁶	Campo Grande, RJ	Década de 1960	2ª
Roberto Jorge Mezher	Direito	FDCI ³⁹⁷	Cachoeiro de Itapemirim	1965-1970	2ª
José Tannure	Diplomacia	Instituto Lafaiete	Rio de Janeiro	Não soube informar	2ª
Jorge Alexandre Marão	Direito	FDCI	Cachoeiro de Itapemirim	Não soube informar	2ª

Fonte: Produção do autor

De acordo com a Tabela 5, oito descendentes ingressaram nas profissões liberais: dois em Administração (irmãs de Sérgio Bechara); dois em Odontologia (irmão de Roberto Mezher e tio de Jorge Depes); dois em Direito (Roberto Mezher e um irmão de Carlos Marão); um em Agronomia (irmão de Roberto Mezher); um em Diplomacia (tio de Ariette Moulin). Essa entrada nas profissões liberais com membros da segunda e terceira geração reflete a bem-sucedida trajetória socioeconômica que esses indivíduos da primeira geração foram construindo ao longo do seu processo de assentamento.

Do mesmo modo, a presença dos sírios e libaneses nas profissões liberais é representativa da ascensão social desses indivíduos, que permitiu-lhes transitar em espaços sociais e de poder outrora proscritos à maior parte da população do sul capixaba, estabelecendo novas redes de sociabilidade. Não significa, porém, que isso

³⁹⁴ Faculdades Integradas Espírito-Santenses.

³⁹⁵ Universidade Federal de Juiz de Fora.

³⁹⁶ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³⁹⁷ Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim.

se tratou de uma regra, porque houve os que não conseguiram constituir cabedal suficiente para acessar esses lugares de poder, mas para o total dos narradores, trata-se de um quantitativo bastante significativo.

Ao analisar essa questão em São Paulo, Truzzi (1997) afirma que a decisão pela continuidade do negócio da família ou o ingresso na carreira liberal levou em consideração o futuro da atividade original da família. Entretanto,

Muitos imigrantes que haviam passado pela mascateação e que conseguiram estabelecer-se como lojistas, não queriam para seus filhos os sofrimentos de uma atividade que no início lhes fora muito dura. Ver o filho doutor soou-lhes como uma compensação a suas próprias vidas sacrificadas (TRUZZI, 1997, p. 127-128).

Quanto à entrada de descendentes de sírios e libaneses na política partidária, somente membros das famílias Brumana e Bechara, de Itapemirim, e Depes, de Cachoeiro, seguiram esse caminho. José Rubens Brumana foi vereador em Itapemirim. João Bechara, pai do entrevistado Sérgio Bechara, foi prefeito nesta cidade e um de seus irmãos foi vereador. Atualmente, seu filho, João Bechara Neto, também é vereador na mesma localidade. Em Cachoeiro, Nicolau e Jorge Depes foram vereadores; Carlinhos Depes foi secretário municipal e vice-prefeito³⁹⁸.

Os itinerários de alguns sírios e libaneses do sul capixaba analisados a partir da História Oral lançaram luz sobre os modos através dos quais constituíram uma memória coletiva em relação direta com identidades múltiplas e híbridas. Numa perspectiva certeuniana, esses imigrantes utilizaram estratégias bem-sucedidas que somente sujeitos ativos poderiam empregar. Decerto, as fontes escritas trarão à luz outras questões complementares a essas trajetórias. Mostrarão mais uma vez atores sociais em plena atuação sociopolítica, negociando a todo momento com os demais indivíduos que compuseram o cenário social local.

³⁹⁸ Carlinhos Depes foi vice-prefeito durante o governo de José Tasso de Andrade, do PMDB, entre 1993 e 1996.

5.3 SOBRE CONFLITOS E O ARBITRAMENTO DA JUSTIÇA: O ESTIGMA E A RELAÇÃO ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS*

A discussão feita na seção anterior se deu a partir dos resultados das narrativas orais. Nesta seção, a análise fundamentou-se nas fontes escritas, com o fito de verificar aspectos complementares relativos às trajetórias que os sírios e libaneses assentados no sul do Espírito Santo construíram. As fontes orais mostraram que, na memória individual e coletiva dos descendentes de sírios e libaneses entrevistados para a realização desta pesquisa, a relação entre esses imigrantes e outros grupos étnicos foi tranquila e harmoniosa.

Entre as razões para que essa memória fosse construída, pode ter sido o silêncio dos indivíduos da primeira leva migratória, para poupar seus descendentes dos dissabores que essa informação poderia causar. Calar-se a respeito disso talvez quisesse mostrar que lhes interessava mais olhar para frente do que para trás, isto é, para o futuro com as possibilidades oferecidas pela nova terra. Decerto está ligado ao fato de que esses conflitos podem ter se amainado à medida que foram se inserindo socialmente, assumindo uma imagem mais condizente com aquela desejada pela sociedade sul capixaba.

Portanto, pode-se relacionar à acomodação, uma vez que um estopim qualquer poderia acarretar desentendimentos, fazendo emergir conflitos mal acomodados ou mal resolvidos, tal qual ocorreu. Segundo alguns narradores, especialmente de Mimoso, para ofendê-los, alguns chamavam-nos de “turco ladrão”, o que demonstra certa hostilidade de membros da população local com os sírios e libaneses e descendentes. Essa hostilidade poderia ser velada, mas, de vez em quando, emergia com bastante força.

Conflito e acomodação foram dois tipos de processos sociais a que sírios e libaneses estiveram submetidos. O conflito faz parte de qualquer relação social, especialmente quando envolve indivíduos tão díspares do ponto de vista cultural. Ele é um tipo de interação social e pode ser entendido como uma contenda entre indivíduos ou grupos, cuja solução desejada exclui aquela almejada pelo outro. Por acomodação, entende-

se o processo no qual o objetivo é reduzir os conflitos e favorecer a convivência entre indivíduos ou grupos diferentes (LAKATOS, 1990).

O processo de acomodação não representa o fim do conflito, senão como ação manifesta (LAKATOS, 1990), mas ele pode se manter latente e, em caso de alguma situação de tensão, desencadear novos desentendimentos, especialmente em situações não resolvidas. Se, por um lado, as narrativas orais dos entrevistados apresentaram a ideia da ausência de conflitos, as fontes escritas dão mostras bastante contundentes de que eles ocorreram e, em alguns casos, foram gravíssimos. O episódio mais emblemático ocorreu em setembro de 1898, na região de Itapemirim, que redundou na expulsão desses imigrantes para o Rio de Janeiro.

Nesta mesma localidade, agora mais no interior, a ação truculenta da polícia contra Elias José Simão, Abess Said e Felício Sales foi denunciada pelo jornal *Comércio do Espírito Santo*, em janeiro de 1909. Isso porque a casa deles foi invadida à noite por policiais, que os amarraram, espancaram e prenderam, por supostos conflitos com alguns de seus devedores. A relação conflituosa em Itapemirim envolvendo sírios e libaneses e moradores locais volta à baila em 1917, quando Jerônimo Monteiro, ex-governador do Espírito Santo, escreveu ao político itapemirino, Anphiloquio Alves Moreno, para que ele fizesse intervenção em favor dos imigrantes orientais, por causa das perseguições que estavam sofrendo naquela localidade.

Já em 1901, na esteira dos acontecimentos ocorridos três anos antes, na Vila e na Barra de Itapemirim, os periódicos dão conta de que movimento similar estava previsto para acontecer em São João de Muqui, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, mas não chegou às vias de fato por causa da ação preventiva da polícia estadual (SANTOS, 2018). Ainda em Cachoeiro, Nicolau Manache sofreu uma tentativa de homicídio por parte de Moacyr da Silva, cuja investigação policial, muito mal-feita, sequer indiciou o perpetrador da tentativa.

Há mais duas situações de conflito ocorridas em Cachoeiro a serem analisadas: o processo movido por Galdino José Fagundes contra Ragi Assadi Tannure, pela invasão de sua casa à procura de um leitão que, segundo o sírio e libanês, teria desaparecido ao entrar no quintal de Galdino; e o caso do médico Benedicto Tannure,

acusado da morte de Manoela Brado Alves ao fazer-lhe um procedimento abortivo terapêutico. Nos dois casos, a Justiça absolveu os processados, mas expôs facetas da relação social entre esses imigrantes e outros sujeitos.

Os periódicos foram de suma importância para a apreensão das tensões sob as quais viveram os sírios e libaneses residentes no sul do Espírito Santo. O jornal *O Cachoeirano* noticiou, em 1898, o fato de panfletos distribuídos à população cachoeirense, incitando-a a atacar e expulsar da cidade os imigrantes desta etnia. Inclusive, ordenava que os que tivessem imóveis para eles alugados, que os fizessem sair. Em 1913, no mesmo jornal, moradores do distrito de São Felipe reclamavam da nomeação de um sírio e libanês para o cargo de escrivão. Questionavam se não haveria brasileiros capazes para ocuparem o cargo.

Outro artigo importante do *Cachoeirano*, publicado em abril de 1918, intitulado “A Semana”, é ainda mais contundente, porque culpabiliza esses imigrantes pela crise pela qual o comércio brasileiro atravessava naquele momento. De acordo com o texto, a crise do comércio tinha como causa o controle dessa atividade econômica por parte dos sírios e libaneses, que são chamados de “maldito cancro” do comércio. Eles são acusados ainda de não empregar brasileiros, o que estaria levando os filhos de trabalhadores nacionais a emigrar para outros países.

A expulsão dos sírios e libaneses de Itapemirim e a tentativa frustrada de expulsá-los de São João de Muqui; a carta de Jerônimo Monteiro tratando das perseguições a esses imigrantes em Itapemirim; a tentativa de assassinato do comerciante Nicolau Manache por um comerciante brasileiro; a circulação de panfletos xenófobos e ameaçadores, exigindo expulsão dos sírios e libaneses de Cachoeiro; a queixa sobre um imigrante oriental assumir o cargo de escrivão em São Felipe; e o artigo do *Cachoeirano* apontando os sírios e libaneses como o “maldito cancro” do comércio: todos esses fatos podem servir de exemplo à relação entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Segundo Elias e Scotson (2000), entende-se por grupo estabelecido os residentes em determinada localidade há mais tempo, isto é, entre duas e três gerações. Os *outsiders* são os forasteiros, os recém-chegados. Por residirem há mais tempo numa

determinada localidade, os estabelecidos possuem maior coesão do que os *outsiders* e, conseqüentemente, maior soma de poder. Dessa maneira, podem estigmatizar os que chegaram há menos tempo. Ao primeiro grupo, atribui-se características positivas, como se fossem humanos superiores, ao contrário dos *outsiders*, que são tratados como ruins, piores e anômicos (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Consoante Elias e Scotson (2000), os brasileiros e os imigrantes de algumas nacionalidades, como os portugueses, seriam os estabelecidos porque residiam há mais tempo no sul do Espírito Santo. Estes foram pioneiros na abertura de casas comerciais e, durante muitos anos, controlavam essa atividade econômica. Os imigrantes sírios e libaneses, por serem recém-chegados, representavam o grupo *outsider*. São os forasteiros e, por conseguinte, nos primeiros anos de assentamento, não possuíam coesão capaz de garantir-lhes o revide quando confrontados com eventos, como os da Barra e Vila de Itapemirim, em fins do Dezenove, em que tiveram de deixar a localidade às pressas.

Há outras características atribuídas pelos estabelecidos aos forasteiros: desordeiros, detentores de *status* inferior, impuros, quase inumanos (ELIAS; SCOTSON, 2000). Alguns depoimentos colhidos para o inquérito³⁹⁹ sobre esse acontecimento em Itapemirim mostram bem essa dicotomia entre ordeiros e desordeiros, bons e maus, vítimas e algozes, nômicos e anômicos. Dois deles dão bem a dimensão da tentativa de colocar de um lado os estabelecidos e, de outro, os *outsiders*. O primeiro depoimento é do médico João Ricardo Costa Filho; o segundo, do comerciante de origem portuguesa, José Rebelo:

[...] [Ele] reside aqui há dois anos e oito meses e que pode dar seu testemunho de que a população é extremamente ordeira e que esta nunca manifestou prevenções contra os syrios; que alias eram sempre bem recebidos e foram sempre bem tratados (COSTA FILHO, João Ricardo) (Grifo nosso).

Sou portuguez de nascimento e Brasileiro adoptivo residido n'este lugar a cerca de trinta annos aqui constitui família, conheço a unidade do povo itapemirinese, hordeiro, pacato e Brasileiro, não posso deixar de acreditar que graves deverão ser os motivos (os quais desconheço) que levarão o povo a indignação (REBELO, José) (Grifo nosso).

³⁹⁹ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Inquéritos Policiais. Inquérito nº. 1.405, caixa 742.

Nos depoimentos do médico e do comerciante, ao povo itapemirinese foi conferido atributos de ordeiro, pacato e brasileiro, que tratava bem os sírios e libaneses. Ao mencionar essas qualidades e não as atribuir aos sírios e libaneses estavam, indiretamente, fazendo uma distinção entre “nós” e “eles”; entre “quem era” e “quem não era”. José Simão e José Brahim, imigrantes sírios e libaneses, também afirmaram residir em Itapemirim há algum tempo e que nunca foram agredidos por questões de nacionalidade ou que nunca viram coisa semelhante em Itapemirim. Apropriaram-se, portanto, do mesmo discurso dos estabelecidos, que, inclusive, os prejudicava.

Ou seja, os desordeiros eram os imigrantes orientais e, de acordo com as testemunhas, os estabelecidos devem ter tido motivo suficiente para agirem como agiram. Assim, cerravam fileiras para mostrar sua superioridade e poder (ELIAS; SCOTSON, 2000). Sabe-se que os comerciantes sírios e libaneses fizeram dura concorrência aos comerciantes locais, brasileiros e de outras nacionalidades, ao ponto de monopolizarem alguns ramos comerciais (OSMAN, 2011). Ao se virem diante de concorrência tão acirrada, e temerosos de perderem seu espaço, cerraram fileiras contra os imigrantes orientais.

Assim, é possível afirmar que uma das razões para que ocorresse aquele movimento em Itapemirim foi a concorrência que comerciantes sírios e libaneses faziam aos comerciantes locais. Há indícios disso no inquérito policial e é provável que também seja este um dos motivos para a tentativa frustrada em São João de Muqui. Das 26 testemunhas arroladas, oito eram comerciantes. Os jornais aludem a esta concorrência como motivadora do conflito. O juiz Joaquim Pires de Amorim, em artigo de *O Cachoeirano*, abordou a concorrência existente entre comerciantes sírios e libaneses e comerciantes locais.

O evento envolvendo o comerciante Nicolau Manache desperta dúvida a respeito das reais motivações da tentativa de homicídio. Como foi impetrada por um outro comerciante, mas de origem nacional, talvez a concorrência possa ter sido uma das razões para o crime. Talvez também as gravíssimas palavras expressas no jornal *Cachoeirano*, sobre as causas da crise do comércio brasileiro, estejam fundamentadas nesta questão da concorrência que sírios e libaneses faziam aos comerciantes nacionais e que Elias e Scotson teorizam (2000):

Na verdade, a supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual [...]. Quanto menos isso acontece, mais claramente reconhecíveis se tornam outros aspectos não econômicos das tensões e conflitos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 33).

É claro que esses eventos não foram monocausais, como nenhum outro pode assim ser classificado. Saletto (2001), por exemplo, apontou mais duas causas bastante plausíveis para a eclosão do movimento ocorrido em Itapemirim: as diferenças culturais entre imigrantes orientais e nacionais, assim como entre sírios e libaneses e outros imigrantes; e a questão do jacobinismo. O mesmo pode ser aplicado à tentativa frustrada em São João de Muqui. Os panfletos xenófobos, que circularam em Cachoeiro, exigindo a expulsão dos sírios e libaneses residentes na cidade, é um indício das duas coisas também.

Entre os aspectos não econômicos a que Elias e Scotson (2000) fazem menção, pode-se abordar a questão do estigma, aqui entendido como “[...] um atributo profundamente depreciativo [...]” (GOFFMAN, 1988, p. 13). Entre os três tipos de estigma mencionados por Goffman, o que mais se adequa aos sírios e libaneses são aqueles relacionado à raça, nação e religião, “[...] que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros [...]” (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Por ser portador de uma característica depreciativa, alguém que poderia se inserir socialmente de maneira menos conflituosa, não o é porque carrega em si esse elemento excludente, que não permite sua aceitação no grupo (GOFFMAN, 1988), ou que introduz grandes dificuldades para ele ser aceito. Um desses elementos excludentes é a ideia de o sírio e libanês “fazer qualquer negócio”, como referência a desonestidade no comércio. Knowlton (1961) analisou casos de falências fraudulentas de alguns comerciantes sírios e libaneses, em São Paulo.

No tocante aos traços culturais, alguns deles contribuíram para a formação do estigma e para aumentar a desconfiança a respeito dos imigrantes sírios e libaneses. Foi-lhes atribuída a imagem de que “turco come gente”, isto é, de que eles eram antropófagos pelo fato de comerem carne crua em um de seus pratos, o quibe cru (MEIHY, 2016). Acrescente-se a isso as diferenças religiosas entre o cristianismo romano e o oriental,

entre elas o fato de, na religião ortodoxa, o padre poder se casar e constituir família (PINTO, 2010). Esse era mais um motivo de estranhamento e tensão.

Para Goffman (1988), o estigma leva à descriminalização do estigmatizado, ou seja, por possuir esse atributo depreciativo, ele não é digno de crédito e confiança. Segundo Elias e Scotson (2000), a estigmatização conduz à coisificação do *outsider* e à isenção de qualquer responsabilidade por parte do estabelecido. Difundida, essa imagem construída em relação aos sírios e libaneses trouxe dificuldades no seu processo de inserção social no sul do Espírito Santo, bem como os boatos depreciativos, conforme Elias e Scotson (2000), que serviam como obstáculo para a integração dos *outsiders* na comunidade por eles analisada.

Já em Mimoso, nos documentos escritos também há exemplos de conflitos, mas sem as conotações étnicas, como as que foram verificadas em Itapemirim e Cachoeiro. Pelos menos, explicitamente. Uma das razões pode estar no tipo de fonte utilizada, que foram processos, livros de registro de sentenças, registros civis e inventários. Não foi encontrado nenhum inquérito policial ou processo criminal. Os processos são mais relativos ao não pagamento de dívidas ou a uma discussão, por exemplo. Sírios e libaneses também processaram outros indivíduos porque venderam algum produto, mas não receberam por ele.

Os inventários deram mostras dos investimentos feitos por esses imigrantes. Eles se concentraram na compra de imóveis, assim como em propriedades rurais. Revelaram um grande endividamento de alguns desses imigrantes, particularmente com membros da própria colônia, o que, se de um lado foi uma situação específica de Mimoso, pode ter caracterizado as relações de crédito que sírios e libaneses construíram no sul do Espírito Santo. Era uma via de mão dupla, porque a obtenção de um empréstimo com um membro da colônia, ao mesmo tempo que o ajudava, também contribuiu para o enriquecimento do credor.

Nos casos analisados em que houve violência física, as fontes são livros em que só havia o registro de sentenças, sem maiores detalhes dos casos. Miguel Aride e Salim Aride Sobrinho foram acusados por Ataliba Santiago de o terem esfaqueado, mas foram absolvidos. Salim Felipe foi acusado de ter discutido com João Tinoco, porém

o juiz disse que discussão não é crime. Já Miguel Mileip foi preso por ferir um homem, com uma enxada. Nessas fontes, bem como nas fontes orais, não há referência a violência física contra sírios e libaneses ou tentativa de expulsão da localidade de Mimoso.

Isso não quer dizer que atos violentos não tenham ocorrido, no entanto, não é possível afirmar a ocorrência deles porque as fontes não responderam a esta questão. No relato de Jésus e Saidnei Chaibub, houve indícios de situações de conflitos, provavelmente por questões étnicas, que levaram à agressão física. No entanto, de acordo com eles, sírios e libaneses não denunciavam à Polícia por receio de não serem ouvidos, já que eram estrangeiros. Entre a fala de um nacional e a de um *outsider* estigmatizado, a Polícia daria credibilidade ao primeiro.

Certamente, os jornais traziam à tona situações como essas, como foi o caso do assassinato de dois sírios e libaneses no município de São Pedro do Itabapoana, noticiado no jornal *O Estado do Espírito Santo*, sem destaque⁴⁰⁰. Dos jornais *O Progresso*, de 1902, e *A Luz*, ambos de São Pedro do Itabapoana, só tivemos acesso a um exemplar⁴⁰¹, mas ambos sequer mencionam qualquer coisa a respeito de sírios e libaneses. Os periódicos da época da Primeira República (1889-1930) eram arenas importantes para muitos tipos de debate e embate, e são espaços privilegiados para a observação das interações sociais, do cotidiano, dos interesses, dos conflitos e tensões sociais.

O acesso aos jornais com informações sobre sírios e libaneses residentes em Itapemirim e Cachoeiro permitiu observar e analisar questões bastante interessantes a respeito desses imigrantes, desde as tentativas de expulsão até as ações beneficentes nas quais eles se envolveram. Em Mimoso, isso não foi possível, com exceção da informação sobre aquele assassinato de dois imigrantes orientais, sem, no entanto, mencionar nomes das vítimas e algozes, o local e data, a motivação e as providências tomadas pela polícia, se é que existiram.

⁴⁰⁰ *O Estado do Espírito Santo*, 01/03/1899, Anno XVII, p. 2.

⁴⁰¹ Disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A data de *O Progresso* é 19/10/1902 e, *A Luz*, é de 25/09/1915.

As fontes judiciais de Mimoso mostraram que sírios e libaneses entraram na Justiça, quando viram seus direitos sendo desrespeitados. O comerciante José Assad José processou Achilles Tedeschi por ter-lhe vendido uma quantidade de sacas de café, mas não as ter entregue, apesar de o pagamento ter sido feito corretamente. Outro comerciante, Miguel Elias Massadar, precisou depositar em juízo os aluguéis devidos a Maria Josefina de Resende Silva, porque ela se recusava a recebê-los. Ambos tiveram suas queixas resolvidas favoravelmente pela Justiça.

Houve momentos nos quais sírios e libaneses foram processados, como Abdalla Kehdy e Álvaro Nassur, ambos levados à Justiça por dívidas que contraíram, mas não pagaram. Na justiça, os requerentes ganharam suas causas. Abdalla e Álvaro tiveram que pagar o que deviam aos credores para que seus bens não fossem penhorados.

Em Cachoeiro, o acesso aos arquivos judiciais possibilitou conhecer um processo movido por Galdino José Fagundes contra Ragi Assadi Tannure. Segundo Galdino, Ragi Tannure invadiu sua residência quando ele não estava em casa, à procura de um leitão que, de acordo com o sírio e libanês, teria desaparecido ao entrar no quintal desse indivíduo. Ragi Assadi Tannure contratou o advogado Bernardino de Souza Monteiro para que o defendesse desta acusação e, ao final, a Justiça anulou o sumário de acusação contra esse imigrante.

A única fonte judicial acessada em Itapemirim do período pesquisado foi aquela sobre a expulsão dos sírios e libaneses daquela localidade. Por outro lado, em Cachoeiro e, principalmente, em Mimoso, as fontes judiciais lançaram luz sobre muitas questões relevantes a respeito de aspectos da trajetória e inserção social dos sírios e libaneses no sul do Espírito Santo.

Os arquivos judiciais também confirmam que, na medida em que foram amalhando algum capital, sírios e libaneses investiram em imóveis localizados, preferencialmente nas regiões centrais, e em propriedades rurais produtoras de café. A Figura 37, a seguir, é de uma duplicada de Barroso Azevedo & C., emitida para Francisco Melhem.

Figura 37 - Duplicata emitida para Francisco Melhem

IMPORTANTE

Art. 6.º—A duplicata, devidamente assignada, deverá ser devolvida pelo comprador de modo a estar em poder do vendedor. OU 100 FORTADOR dentro dos seguintes prazos:

a) de 15 dias—quando o comprador for estabelecido na mesma praça.

b) de 30 dias quando em praça diversa, mas em que haja tráfego postal diário com a do vendedor.

c) de 60 dias—quando o comprador for estabelecido em localidades longínquas, onde seja deficiente o serviço postal.

NOTA—Estes prazos são contados da data da duplicata.

Artigo 14.º - letra a) É obrigatório o protesto da duplicata por falta de assignatura ou devolução.

Art. 32.º — Incorre na multa de 500\$ a 5.000\$:

2.) o comprador que deixar de devolver a duplicata devidamente assignada, salvo o disposto nos art. 7.º e 10.º.

5.) o vendedor que deixar de protestar a duplicata no caso do art. 14.º letra a.

DUPLICATA

N. 8366.

BARROSO AZEVEDO & C.
ONSA FUNDADA EM 1934
 Atacadistas, agentes e intermediários de mantimentos, molhados e ferragens grossa
 Caixa Postal, 78 End. Telég. ROSEVEDO - Cof. RIBEIRO e BORGES
 Co-proprietários da Serraria do Itabapoana
 Rua 13 de Maio, 96 - CAMPOS - E. do Rio
 Filial - Escriptório Rua da Praia, 6 - Phone 2944 Norte-Rio de Janeiro

Vencimento em 30 de 12 de 192 5.

Campos, 30 de Novembro de 192 5.

O Snr. Francisco Melhem. estabelecido em Mimoso. Estado do Espírito Santo. DEVE a BARROSO AZEVEDO & C., estabelecidos à Rua 13 de Maio, 96 em CAMPOS, - E. do Rio. Importancia da sua compra de mercadorias, conforme nossa factura N. 8366. desta data, registrada no copiador N. 4, a fls. Oitocentas e cinquenta mil e quatrocentos réis; ::::::::::::::: Rs. 850.400.

Reconhec o a exactidão desta DUPLICATA, na importancia total de Oitocentas e cinquenta mil e quatrocentos réis; ::::::::::::::: que pagarej aos Snrs. BARROSO AZEVEDO & C. ou a sua ordem na praça de Campos. no dia 30 de Dezembro de 192 5.

04/06/2018 17:40

Fonte: Cartório do 2º Ofício de Mimoso do Sul

Ademais, os imigrantes sírios e libaneses foram responsáveis pela construção de uma grande rede de relações de solidariedade e sociabilidade, inclusive com os de fora da colônia, o que demonstrou que suas identidades foram bastante fluídas e negociadas entre diferentes grupos.

Em seus estabelecimentos comerciais, relacionaram-se com clientes das mais variadas classes sociais e grupos étnicos. Diante de profusas demandas por arbitramento da Justiça, recorreram a ela ou foram acionados e julgados por ela, tendo acesso a uma gama considerável de interação com indivíduos cujos papéis sociais eram díspares: advogados, promotores, juízes, síndicos de massas falidas, avaliadores de bens, policiais etc.

Mesmo sendo imigrantes, alguns dos quais não naturalizados, sírios e libaneses recorreram à Justiça quando seus direitos foram transgredidos. Portanto, não se tratava de pessoas estáticas, inertes e/ou passivas diante das situações que se colocavam para elas. Pelo contrário, foram ativos, negociando a todo momento sua inserção social e, para isso, utilizaram os instrumentos que a própria sociedade criou

para nortear as relações sociais no seu interior, como a Justiça. Lutaram com as armas que lhes foram disponibilizadas pela sociedade receptora.

A atuação dos sírios e libaneses na sociedade sul capixaba permitiu analisar a categoria weberiana de ação social, que é uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente, refere-se ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso (WEBER, 2009). Esses imigrantes orientais, confrontados em seus direitos e com a necessidade de se inserir e sobreviver em meio à hostilidade, adotaram estratégias de inserção e de defesa, que os circunscreveram de forma contundente como atores sociais.

Ao se virem diante de uma injustiça, ou de uma acusação grave; ao serem coagidos pela população local e obrigados a fugir de determinada localidade; ao contraírem dívidas e serem processados; ao sofrerem algum tipo de violência civil ou policial, esses imigrantes reagiram e o fizeram contrariando, muitas vezes, uma lógica que sempre os colocava em desvantagem. Essa desvantagem era intrínseca à sua condição de imigrante, de estrangeiro, de *outsider*, elo mais fraco. Recorreram à Justiça e, muitas vezes, foram beneficiados por ela, ocasionando o encorajamento deles num jogo de forças extremamente desigual.

Esse encorajamento pode ser um indicativo também de que as relações de poder, quase sempre muito desiguais, foram, aos poucos, se equilibrando. Esse equilíbrio tinha ligação direta com a ascensão socioeconômica que eles experimentaram ao longo do tempo. Basta olhar o capital acumulado por esses imigrantes em pouco tempo de estada no sul do Espírito Santo. Por exemplo, em Itapemirim, em 1898, o capital das firmas sírias e libanesas era de mil contos de réis. Em Mimoso, estabeleceram grandes casas comerciais, compradoras de café, e reinvestiam seus lucros em imóveis rurais e urbanos, esses últimos localizados nas regiões centrais daquele distrito.

Houve outra estratégia empregada por eles, bastante interessante, que foi a ajuda mútua. Há exemplos dela em Itapemirim, em 1898, quando houve uma crise de seca e de fome que atingiu o Estado e, especialmente, aquele município. Os imigrantes juntaram-se e contribuíram para levantar fundos para minimizar a situação da

população pobre. Em Cachoeiro de Itapemirim, levantaram uma boa quantia em dinheiro para ajudar a Cruz Vermelha capixaba. Do mesmo modo, contribuíram financeiramente para a realização da festa de São Pedro, padroeiro da cidade.

Alguns sírios e libaneses ingressaram na Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”, localizada em Cachoeiro. Como um dos objetivos desta Instituição é a filantropia⁴⁰², isso é representativo da filantropia que caracterizou esses imigrantes. Ela é mais uma estratégia empregada por esses imigrantes orientais porque, ao fazerem o bem, buscavam ser reconhecidos e integrados na sociedade espírito-santense.

Portanto, a caridade não se tratava de uma atitude desinteressada, mas se aproximava das categorias de dádiva e reciprocidade, em Mauss (2003). Para o autor, as dádivas devem ser, obrigatoriamente, retribuídas: “[...] essas prestações e contraprestações se estabelecem de forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública” (MAUSS, 2003, p. 191). Essas prestações e contraprestações não se referem exclusivamente a questões materiais, riqueza, bens móveis e imóveis, mas sobretudo a amabilidades, ritos etc. (MAUSS, 2003).

Segundo Sabourin (2008), enquanto a noção de dádiva contém, implicitamente, uma ideia de dependência em relação ao outro, a de reciprocidade indica uma preocupação com esse outro. Isso porque, em Mauss (2003), o ato de dar transforma o ser do doador em algo inalienável, que imporia ao receptor a obrigação de restituir. Portanto, para Sabourin (2008),

[...] a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro. Não se pode estar inquieto do outro sem se preocupar com suas condições de existência. Tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir (SABOURIN, 2008, p. 135).

Dessa forma, ao aderir à prática da filantropia e/ou a de fazer doações em dinheiro para a Cruz Vermelha Capixaba, para compra de víveres em épocas de seca e fome,

⁴⁰² Segundo Gomes e Grillo (2018, p. 45): “Nesses anos em que Cachoeiro de Itapemirim e a Loja Maçônica ‘Fraternidade e Luz’ cresceram juntas [...], muitas obras sociais, educacionais, filantrópicas, se concretizaram e premiaram a sociedade cachoeirense com a criação de hospitais, casas de amparo à velhice e a menores, criação de escolas [...]”.

como em Itapemirim, ou para a realização da festa da cidade de Cachoeiro, sírios e libaneses o fizeram visando à construção de uma boa imagem a respeito de si mesmos, perante a sociedade local. Não foi algo desprovido de intenção, porque poderia levar a população dessas localidades a uma retribuição, que se daria através da aceitação desses imigrantes e sua inserção social.

Mauss (2003) também afirmou que são as coletividades que trocam e contratam, não os indivíduos, o que reforça o argumento de que isso se tratou de uma estratégia dos sírios e libaneses, não apenas de alguns indivíduos. Além disso, criaram uma Associação síria e libanesa sul capixaba que congregava imigrantes de várias cidades do sul do Espírito Santo, como noticiado pelo jornal *Cachoeirano*, na Figura 38, a seguir.

Portanto, se a ajuda mútua e a filantropia foram maneiras de construir uma imagem mais positiva externamente a respeito desses imigrantes, a Associação teve a função de fortalecê-los internamente, ao possibilitar o reforço de suas tradições culturais e os laços de sociabilidade⁴⁰³ e solidariedade intermunicipais.

⁴⁰³ O reforço das tradições culturais e identidades étnicas por meio dos clubes e associações foi verificado, também, por Gattaz (2012), que analisou a imigração libanesa para o Brasil. Oswaldo Truzzi (1997), que estudou a imigração síria e libanesa para São Paulo, também destacou a importância dessas instituições para esses imigrantes.

5.4 CASAMENTOS E REDES DE SOLIDARIEDADE E SOCIABILIDADE

Um exame dos casamentos que foram realizados em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim mostrou que 53% deles foram realizados fora do grupo étnico. Ou seja, de um total de 66 enlaces matrimoniais, 35 foram exogâmicos. Esse percentual pode ser o indício de que sírios e libaneses e seus descendentes no sul do Espírito Santo viram o casamento como uma estratégia mais rápida de inserção social. Pode-se inferir disso, também, que essa inserção passou pelo abandono gradativo da ideia de retorno ao país de origem, bem como pelo processo de hibridização cultural.

Campos (1987), que examinou a endogamia entre os sírios e libaneses entrevistados em Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, verificou que ela foi a opção escolhida pela maior parte deles. Para a autora, o casamento fora do grupo étnico conflitava com os interesses desses imigrantes e dos nacionais. Por parte dos sírios e libaneses, construiu-se o estereótipo de que as mulheres brasileiras eram indolentes e gastadeiras (CAMPOS, 1987). Já os brasileiros “[...] viam no ‘turco’ o déspota, o polígamo, que escravizava a mulher. Influenciados pelas lendas do Oriente, viam o libanês como aquele que reduzia a mulher a um objeto serviçal e sexual” (CAMPOS, 1987, p. 122).

Apesar disso, de acordo com Campos (1987), dos 60 sírios e libaneses que ela entrevistou em Cachoeiro e Alegre, a maior parte também escolheu a exogamia: “Em Cachoeiro de Itapemirim, dos 30 entrevistados, 12 se casaram com parentes. [...] em Alegre, dos 30, seis se casaram no mesmo grupo familiar” (CAMPOS, 1987, p. 124). No entanto, os dois casos são demonstrativos de que a maior parte escolheu casar-se fora do grupo familiar, especialmente em Alegre, onde a taxa desse tipo de enlace foi de 80%. Já em Cachoeiro, essa taxa foi de 60%.

Das três localidades que pesquisamos, Itapemirim foi o local em que os casamentos fora da colônia teve maior incidência: 10, dos 15 realizados. Em Mimoso, ao contrário de Itapemirim e Cachoeiro, a maioria dos sírios e libaneses e seus descendentes optou pela endogamia: ao todo, foram 11. Os dados apresentados anteriormente por Campos (1987) coadunam com aqueles que encontramos nas três localidades, sendo,

inclusive, bem maiores. A Figura 39, a seguir, é um exemplo desse tipo de casamento, caracterizado pela presença de muitos membros da colônia síria e libanesa.

Figura 39 - Casamento de José Pasculli e Mathilde Chaibub



Fonte: Acervo de Rosangela Guarçoni

Uma análise comparativa a respeito do tipo de casamento praticado por outro grupo migrante que se assentou no Espírito Santo pode dar uma dimensão de como a exogamia configurou-se como uma estratégia, no sentido certeaniano, para os sírios e libaneses. Jean Roche (1968) examinou os casamentos realizados pelos alemães, que se assentaram no Espírito Santo, em obra clássica intitulada “A colonização alemã no Espírito Santo”. Roche observou que a elevada taxa de endogamia era um traço marcante dessa imigração, chegando, em algumas localidades, a 94% dos matrimônios (ROCHE, 1968).

Para explicar o fenômeno deve-se, portanto, recorrer ao conjunto dos fatores que enumeramos: a endogamia está ligada à vida rural, em particular à vida pioneira; ela é elevada na medida em que o povoamento é relativamente homogêneo, ela se eleva ao mesmo tempo na fase de conquista, que consolida os laços dos grupos; diminui geralmente quando a porcentagem dos habitantes de outra origem, que nunca é nula, se eleva acima de determinado limite (10% mais ou menos) [...] (ROCHE, 1968, p. 252).

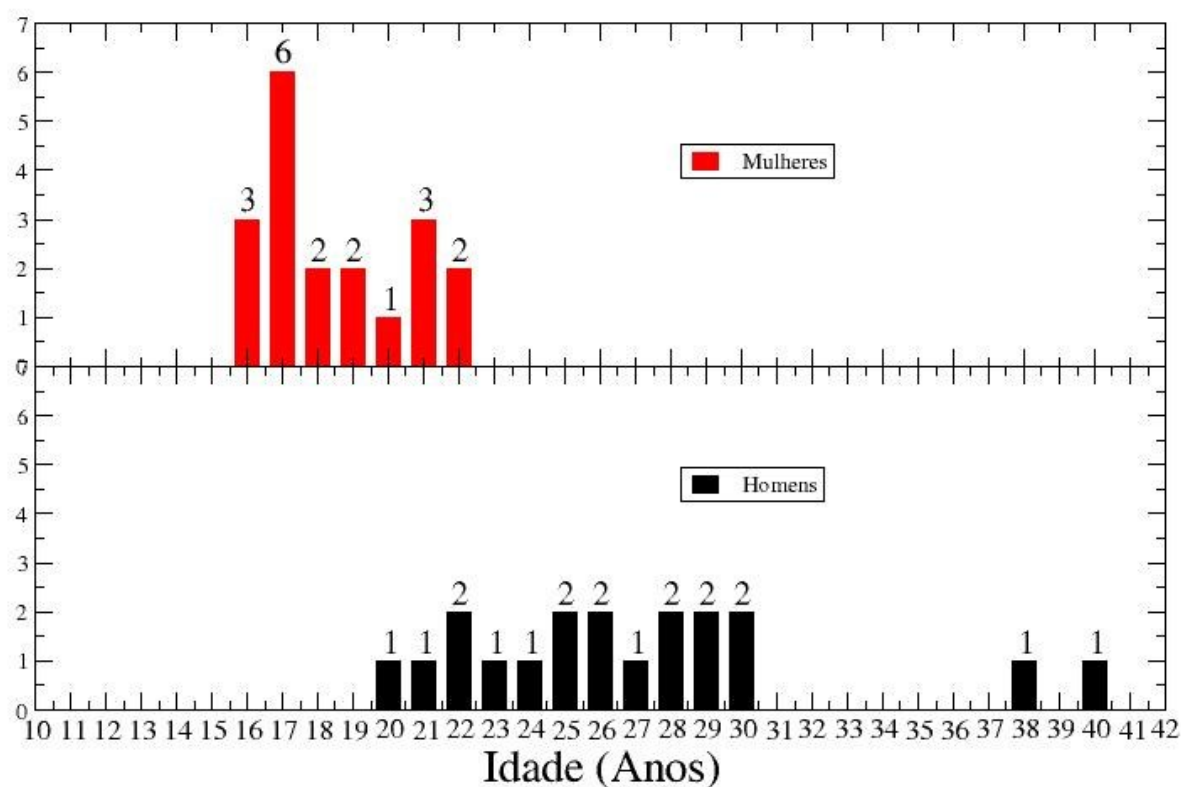
Portanto, entre as hipóteses elencadas pelo autor para explicar a endogamia entre os alemães capixabas, destacam-se a vida rural e pioneira (ROCHE, 1968). A necessidade inicial de desbravamento do território espírito-santense para a instalação desses indivíduos, caracterizada por inúmeras dificuldades, foi fundamental para que optassem por se fecharem e casarem com membros da própria colônia. Além disso, pesou o fato de que se localizavam na zona rural, isolados “[...] frequentemente pelo relevo e pela distância” (ROCHE, 1968, p. 248).

Roche (1968) também verificou que, entre os alemães, a religião foi importante para esse fechamento em torno da endogamia e, por outro lado, assinalou que os católicos eram mais abertos aos casamentos etnicamente mistos. Entretanto, de acordo com ele, a religião não bastava para explicar a elevada taxa de endogamia e, sozinha, não a podia justificar, tampouco explicava suas variações. Afiançou que o casamento dentro do mesmo grupo étnico tendia a diminuir ao longo do tempo, nos povoados e em regiões mais urbanizadas (ROCHE, 1968).

A imagem a seguir, Gráfico 3, faz alusão às idades com que homens e mulheres se casaram, em Mimoso. As mulheres tinham entre 16 e 22 anos, enquanto a idade dos homens variava entre 20 e 40 anos. A média de idade entre os homens é 27 anos e, as mulheres, 18. Assim, a diferença da idade média entre homens e mulheres que se casaram em Mimoso é de 9 anos. Essa diferença é compatível com o que foi observado por Campos (1987), em Alegre, Vitória e Cachoeiro de Itapemirim concernente aos casamentos de sírios e libaneses.

De acordo com a autora, a diferença de idade entre os homens e mulheres era bastante expressiva e o homem era quase sempre o mais velho. Entre as alegações dos que ela entrevistou, destaca-se o argumento de que a mulher envelhecia mais rápido que o homem, que não teria quem cuidasse dele; ou o fato de que, sendo a mulher mais jovem que o marido, isso evitaria relações extraconjugais por parte dele (CAMPOS, 1987).

Gráfico 3 - Histograma de distribuição de idades, Mimoso. Eixo Vertical indica o quantitativo de indivíduos com a respectiva idade em anos

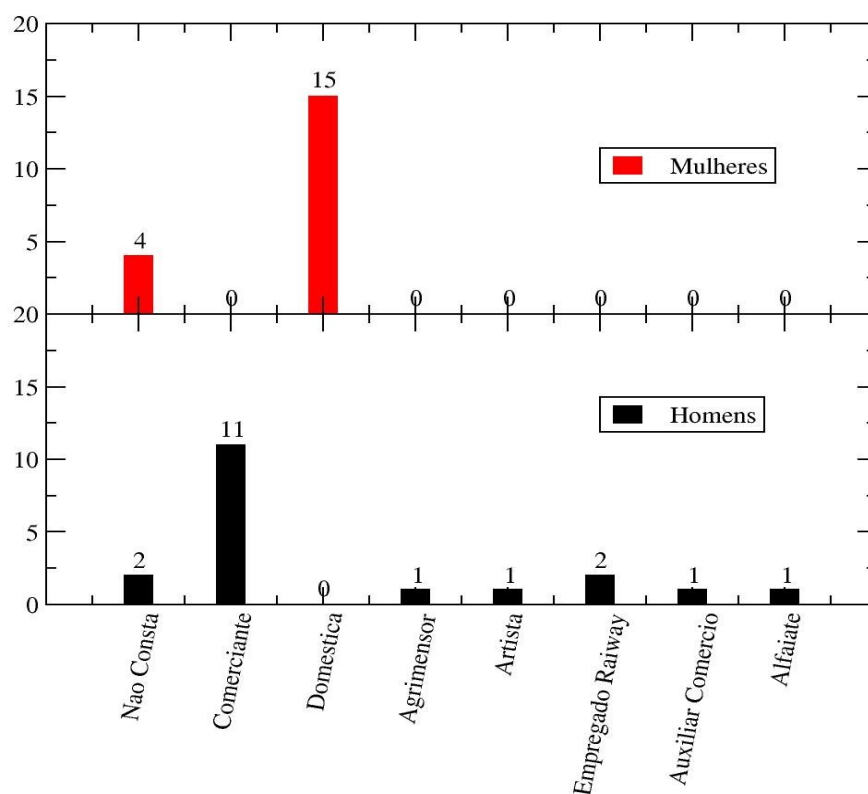


Fonte: Produção do autor⁴⁰⁴

Sobre a profissão, embora entre os homens haja uma predominância da profissão comercial, há indivíduos que exerciam outras profissões, entre as quais empregado do comércio, artista e alfaiate. No entanto, todos os 12 indivíduos ligados ao comércio eram sírios e libaneses e/ou descendentes. Já entre as mulheres, a profissão doméstica foi predominante, reflexo das relações de gênero que marcavam o período, conforme demonstra o Gráfico 4 a seguir.

⁴⁰⁴ Dados adaptados do Cartório de Notas e Registro Civil, de Mimoso do Sul.

Gráfico 4 - Histograma de distribuição de profissões, Mimoso. Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos em determinada profissão, indicada no eixo horizontal

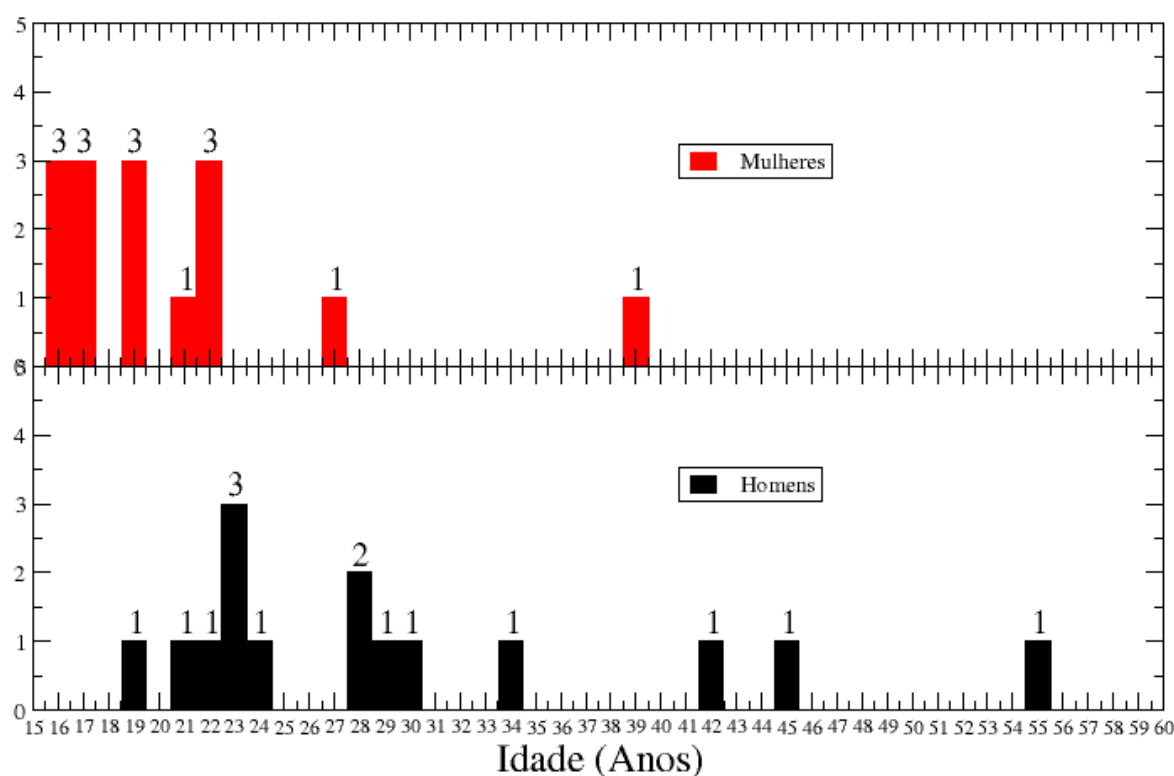


Fonte: Produção do autor⁴⁰⁵

Com relação a Itapemirim, entre os homens aparecem dois viúvos, o que não se verificou em Mimoso e Cachoeiro. Em contrapartida, em Cachoeiro, duas viúvas contraíram matrimônio com sírios e libaneses ou descendentes, fato que não ocorreu em Itapemirim e Mimoso. Também em Itapemirim, a média de idade dos homens no ato do casamento era de 29,7 anos, enquanto das mulheres, 20,6. Das três localidades analisadas, Itapemirim foi onde ocorreu a maior diferença de idade entre os cônjuges: 18 anos entre José Brumana, 45, e Virgília Costa, 27. O Gráfico 5, a seguir, mostra a distribuição de idades desses casamentos.

⁴⁰⁵ Dados adaptados do Cartório de Notas e Registro Civil, de Mimoso do Sul.

Gráfico 5 - Histograma de distribuição de idades, Itapemirim. Eixo Vertical indica o quantitativo de indivíduos com a respectiva idade em anos

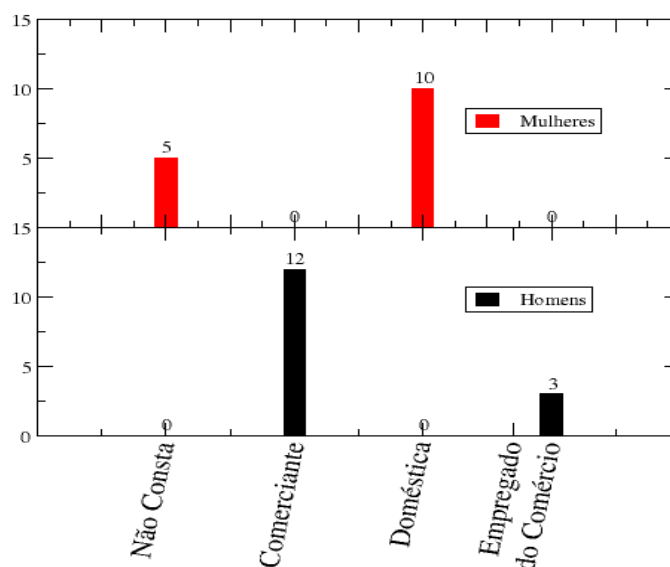


Fonte: Produção do autor⁴⁰⁶

Sobre a profissão dos que se casaram em Itapemirim, todos os homens exerciam profissões ligadas ao comércio, sendo comerciantes ou empregados do comércio. Os 15 eram sírios e libaneses ou descendentes. Esse fato se repetiu em Mimoso, mas não pôde ser visto em Cachoeiro, porque, entre sírios e libaneses que se casaram, houve os que não estavam ligados ao comércio, exercendo a profissão de operário, por exemplo. No entanto, assim como em Mimoso, em Itapemirim as mulheres eram domésticas, conforme Gráfico 6, a seguir.

⁴⁰⁶ Dados adaptados do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Itapemirim.

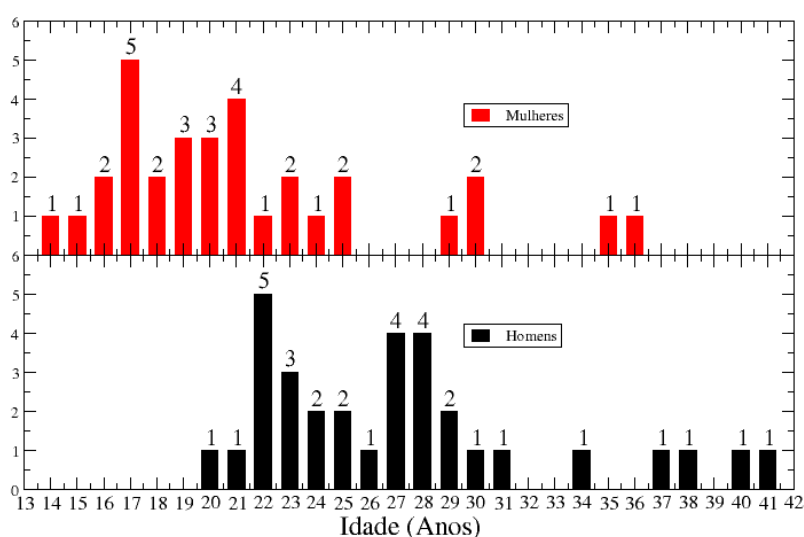
Gráfico 6 - Histograma de distribuição de profissões, Itapemirim. Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos em determinada profissão, indicada no eixo horizontal



Fonte: Produção do autor⁴⁰⁷

Já em Cachoeiro de Itapemirim, conforme Gráfico 7, a média de idade dos homens foi de 27,3 anos, e das mulheres, 21,4. Foi o local em que houve o casamento da mulher mais jovem entre as das três localidades analisadas, com 14 anos.

Gráfico 7 - Histograma de distribuição de idades, Cachoeiro de Itapemirim. Eixo Vertical indica o quantitativo de indivíduos com a respectiva idade em anos



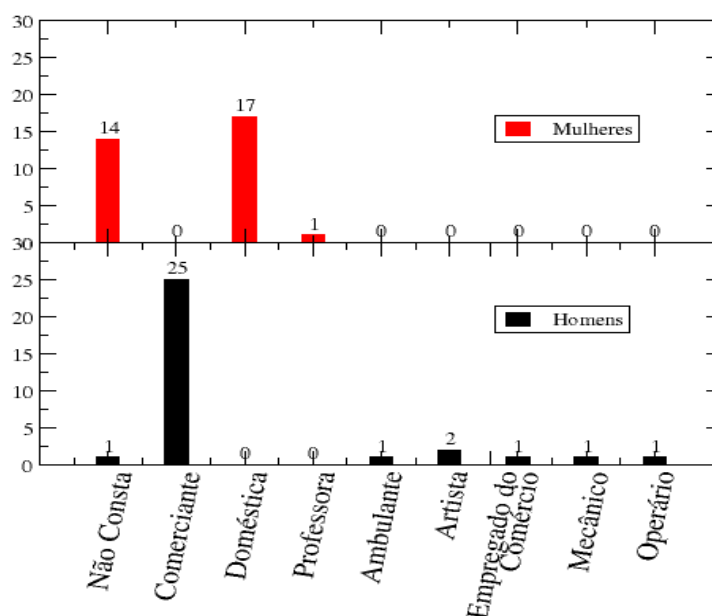
Fonte: Produção do autor⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ Dados adaptados do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Itapemirim.

⁴⁰⁸ Dados adaptados do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

Conforme Gráfico 8, sobre a profissão, dos 32 homens que se casaram entre 1890 e 1930, todos eram sírios e libaneses e/ou descendentes e, entre estes, havia um mecânico, dois artistas e um operário. Os 28 restantes exerciam as atividades comerciais, sendo apenas um deles um empregado do comércio⁴⁰⁹. Trata-se de um elemento relevante, já que, por meio dele, é possível inferir que havia uma pequena diversificação profissional desses imigrantes, que pode estar ligada à diversidade econômica da região em que se assentou, ou, talvez, ao exercício dessa atividade laboral no país de onde imigrou.

Gráfico 8 - Histograma de distribuição de profissões, Cachoeiro de Itapemirim. Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos em determinada profissão, indicada no eixo horizontal



Fonte: Produção do autor⁴¹⁰

No entanto, é preciso ressaltar que, se a maioria maciça das mulheres que contraíram matrimônio com sírios e libaneses e/ou descendentes era doméstica, em Cachoeiro havia uma professora. Esse fato não ocorreu em Itapemirim, tampouco em Mimoso. De origem italiana, a professora era filha de um comerciante e político cachoeirense, no início da República. Seu pai era dono de uma relojoaria e, em Cachoeiro, exerceu alguns cargos políticos, entre os quais o de Intendente Municipal (SANTOS, 2012).

⁴⁰⁹ Livro de Registro Civil. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede. Cachoeiro de Itapemirim.

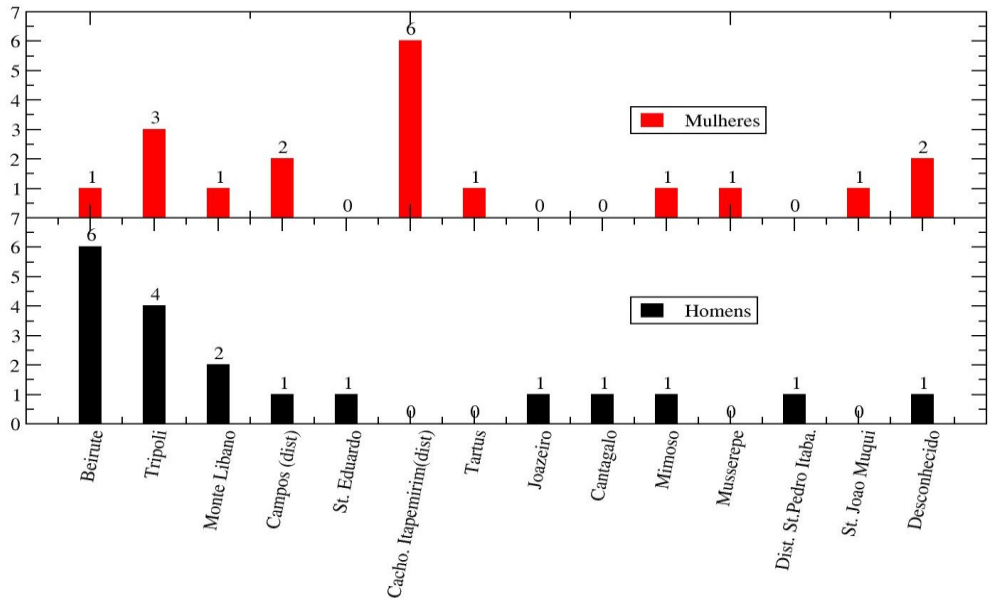
⁴¹⁰ Dados adaptados das fontes do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

Um olhar a respeito da atividade laboral exercida por esses imigrantes permite inferir que sua etnicidade passava pelo desempenho desse tipo de profissão, sendo, portanto, o comércio parte de seu *ethos*. Por isso, o assentamento em centros urbanos, tais como Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro, no sul capixaba, era fundamental para o exercício desse tipo de atividade. Do mesmo modo, sírios e libaneses foram muito importantes para o desenvolvimento dessa atividade econômica num momento de consolidação da economia cafeeira no Espírito Santo e do crescimento de um mercado consumidor. Entretanto, os dados também mostram outras profissões que eles puderam exercer.

Há outro elemento que merece ser destacado, que é o casamento de sírios e libaneses e seus descendentes com outros imigrantes, particularmente italianos. Tanto em Itapemirim, quanto em Mimoso e Cachoeiro essa situação se repetiu. Em Cachoeiro, por exemplo, sete dos 32 imigrantes orientais se casaram com italianas, o que pode ser um indício de que eles procuraram os imigrantes para serem estabelecidos, e não brasileiros. No Brasil, havia a crença da superioridade dos imigrantes europeus em relação aos brasileiros, o que justificou, inclusive, a imigração europeia. Possivelmente, essa crença existia entre os próprios imigrantes com relação aos brasileiros. Por isso, os que tinham poder consideravam os brasileiros menores, optando pelo imigrante para a realização de matrimônios.

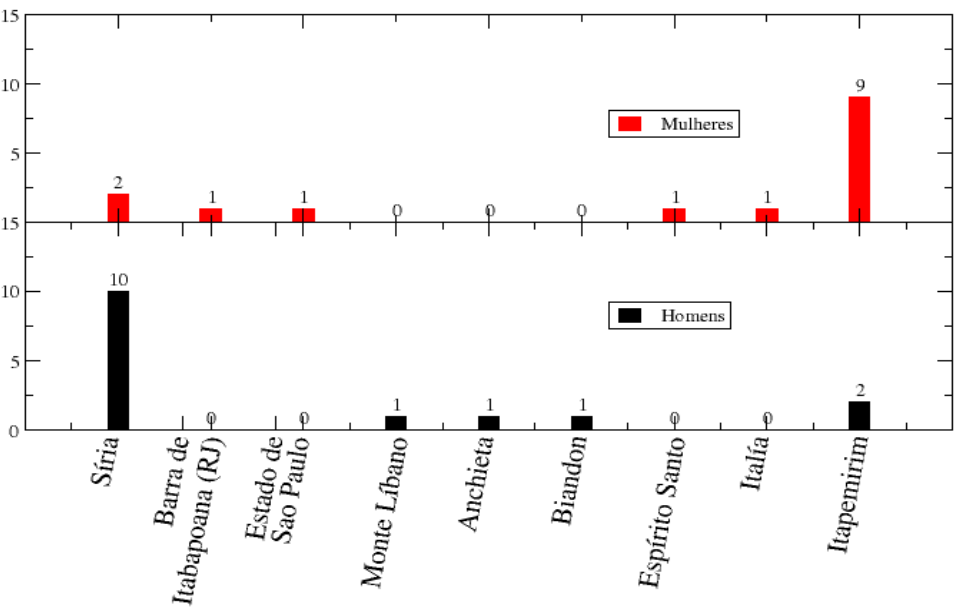
Tanto em Itapemirim, quanto em Mimoso e Cachoeiro, todas as mulheres que se casaram residiam nessas localidades. Entretanto, a naturalidade delas variou bastante, pois, embora haja uma predominância de mulheres nascidas no Espírito Santo, algumas nasceram no Oriente Médio e, outras, em localidades do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, migrando, posteriormente, para os locais que são objeto desta pesquisa. Os Gráficos 9, 10 e 11 dão uma dimensão dessa questão, porque tratam da naturalidade dos nubentes.

Gráfico 9 - Histograma de distribuição da naturalidade de indivíduos, em Mimoso. O eixo vertical indica o número de indivíduos de acordo com a naturalidade, mostrada no eixo horizontal



Fonte: Produção do autor⁴¹¹

Gráfico 10 - Histograma de distribuição da naturalidade de indivíduos, Itapemirim. O eixo vertical indica o número de indivíduos de acordo com a naturalidade, mostrada no eixo horizontal



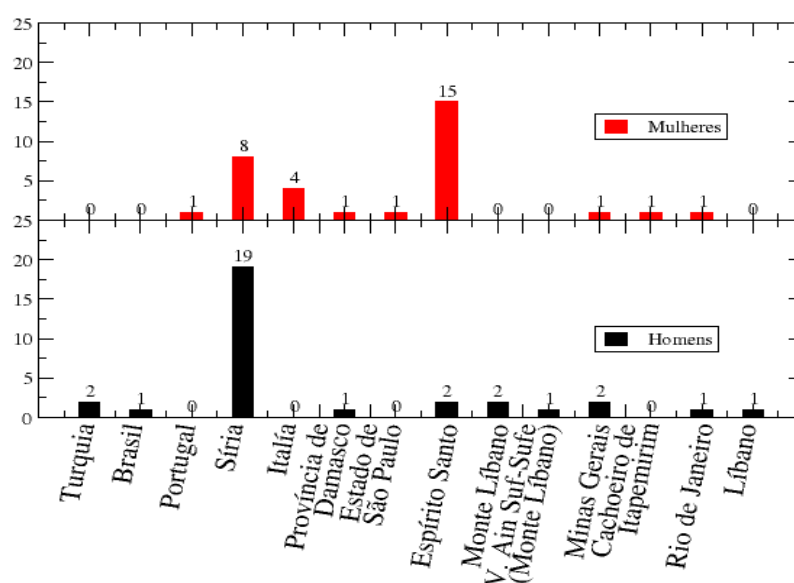
Fonte: Produção do autor⁴¹²

⁴¹¹ Dados adaptados do Cartório de Notas e Registro Civil, de Mimoso do Sul.

⁴¹² Dados adaptados do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Itapemirim.

No caso dos homens, há uma mobilidade espacial muito maior, que tem a ver com a atividade profissional que eles exerciam, bem como os espaços sociais nos quais transitavam. Portanto, da mesma forma, pode estar relacionada com as relações de gênero e poder.

Gráfico 11 - Histograma de distribuição da naturalidade de indivíduos, Cachoeiro de Itapemirim. O eixo vertical indica o número de indivíduos de acordo com a naturalidade, mostrada no eixo horizontal

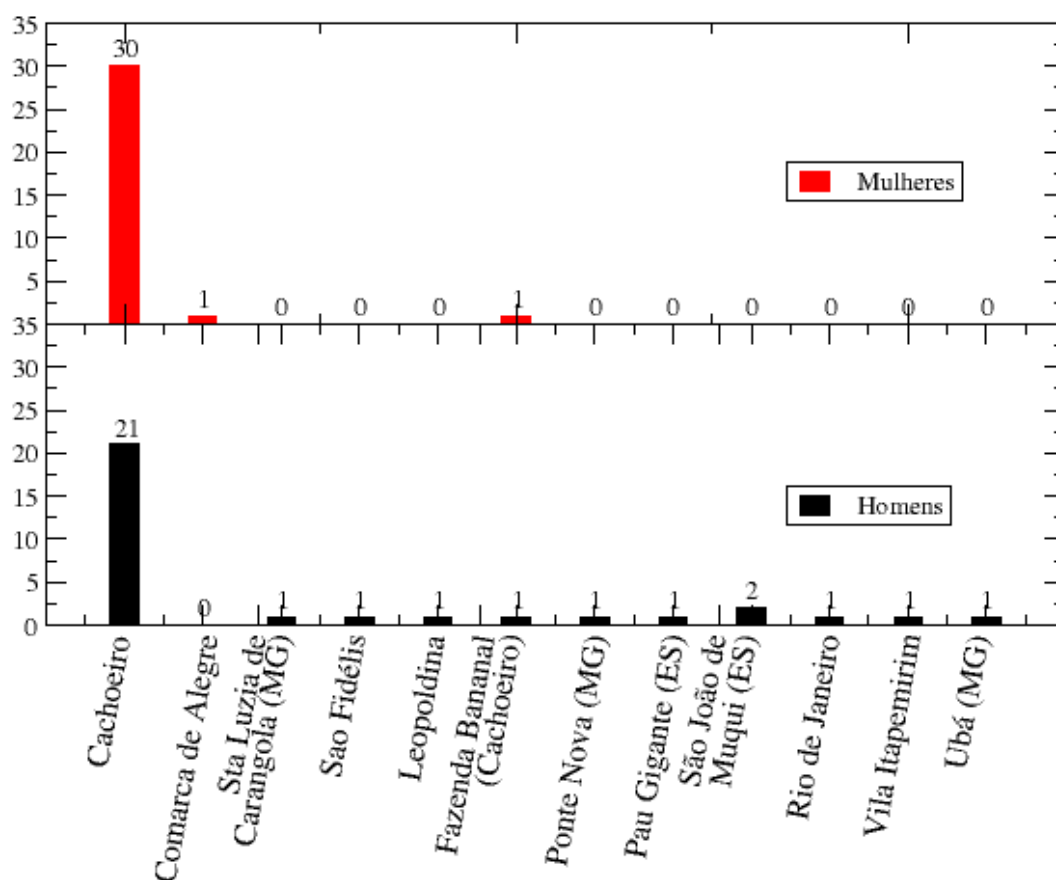


Fonte: Produção do autor⁴¹³

Como exerciam a atividade comercial, sírios e libaneses e seus descendentes transitavam por várias regiões, estabeleciam diferentes contatos com outras pessoas, de dentro e de fora da colônia, que, muitas vezes, redundavam na realização do casamento. Em contrapartida, às mulheres, por estarem circunscritas ao ambiente doméstico, esse trânsito por outras localidades pareceu proscrito, conforme Gráfico 12.

⁴¹³ Dados adaptados do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

Gráfico 12 - Histograma da distribuição de indivíduos por cidade de residência, em Cachoeiro de Itapemirim. O Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos e o eixo horizontal as cidades

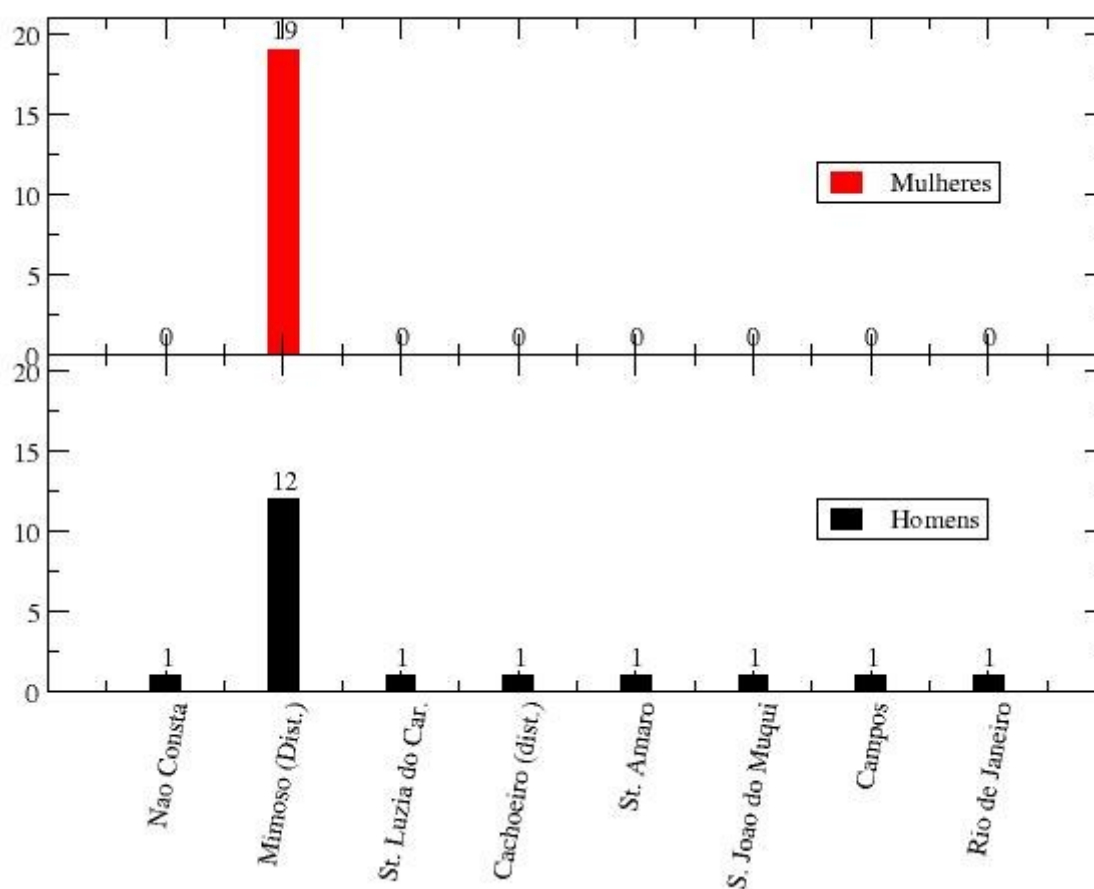


Fonte: Produção do autor⁴¹⁴

O Gráfico 12 mostra que, das 32 mulheres que se casaram em Cachoeiro, com imigrantes orientais, 30 residiam nesta cidade, enquanto os homens eram de 9 localidades diferentes, em três Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em relação a Mimoso, a situação é bastante parecida, conforme Gráfico 13.

⁴¹⁴ Dados adaptados do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

Gráfico 13 - Histograma da distribuição de indivíduos por cidade de residência, Mimoso. O Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos e o eixo horizontal as cidades



Fonte: Produção do autor⁴¹⁵

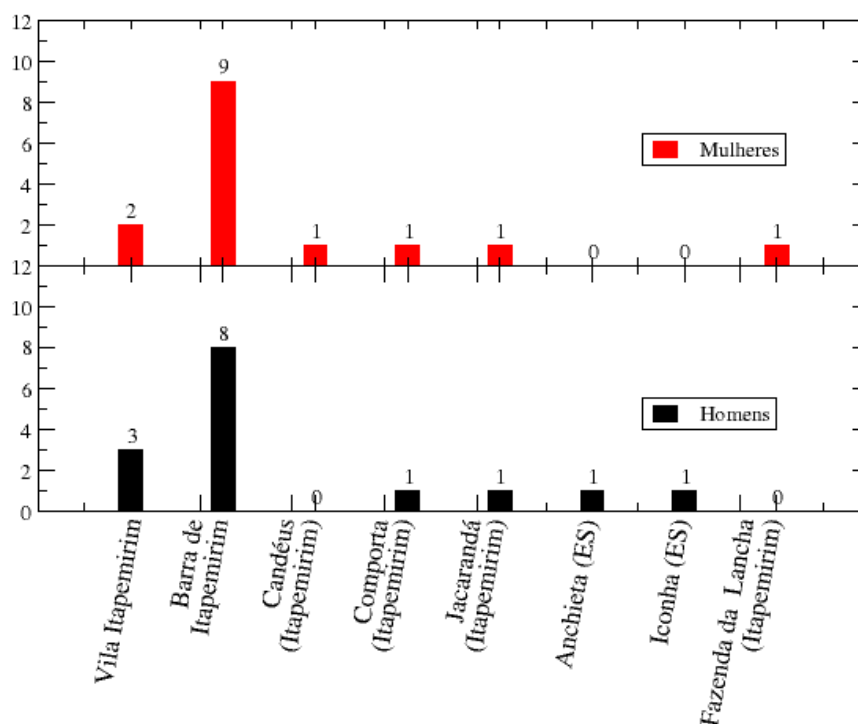
O que se observa é que todas as mulheres que se casaram em Mimoso residiam nesse distrito. No caso dos homens, há indivíduos do Espírito Santo, sendo 12 residentes em Mimoso, um de Cachoeiro de Itapemirim, um de São João de Muqui; três do Estado do Rio de Janeiro, sendo: um de Campos dos Goitacazes, um de Santo Amaro e um da capital; e do Estado de Minas Gerais: um de Santa Luzia do Carangola. Isso indica tanto as redes construídas por esses imigrantes, que envolveram diferentes localidades da região sudeste, quanto a maior circulação de homens do que de mulheres para o casamento.

⁴¹⁵Dados adaptados das fontes do Cartório de Notas e Registro Civil, de Mimoso do Sul.

No caso de Itapemirim, todas as mulheres eram dessa região litorânea sul capixaba, habitando tanto a região central, como a Barra ou a Vila de Itapemirim, como o interior do município, como Jacarandá, Candéus etc. Já entre os homens, essa situação se repetiu, mas com uma diferença: dois indivíduos eram de fora de Itapemirim: Daniel Carone residia em Anchieta e Jamil Miama Bittar, em Iconha. O Gráfico 14 traz exatamente a distribuição dos cônjuges, por residência.

Não é possível desconsiderar o fator econômico para que esses indivíduos escolhessem mulheres dessas regiões para o casamento. Assim como em Itapemirim, mas principalmente em Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim, havia intensa circulação de riqueza, oriunda da produção cafeeira, do desenvolvimento urbano e comercial. O capital acumulado nessas localidades pode ser considerado um importante fator de atração de fluxos migratórios, cujos indivíduos do sexo masculino buscavam mulheres para se casar e constituir família.

Gráfico 14 - Histograma da distribuição de indivíduos por cidade de residência, Itapemirim. O Eixo vertical indica o quantitativo de indivíduos e o eixo horizontal as cidades

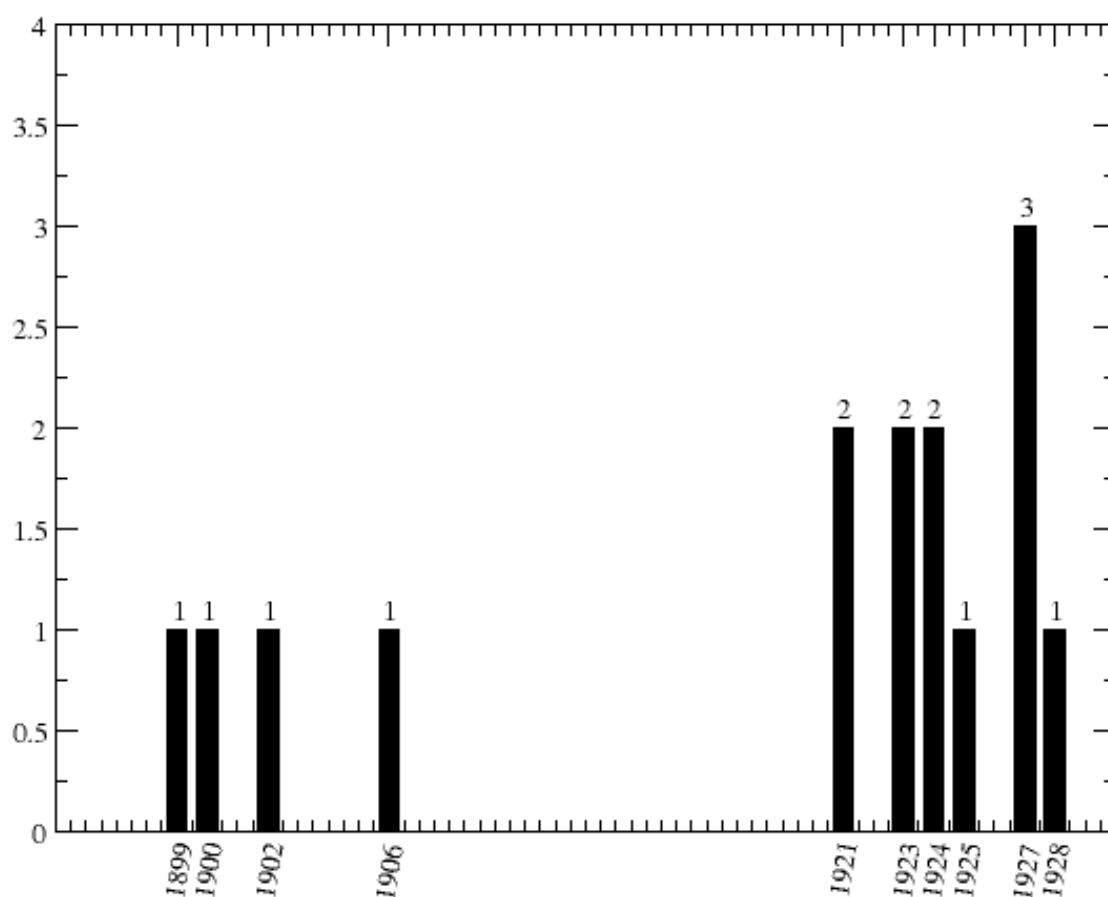


Fonte: Produção do autor⁴¹⁶

⁴¹⁶ Dados adaptados do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, de Itapemirim.

Por fim, resta um exame sobre as datas em que esses matrimônios ocorreram, destacando os picos de realização. Em Itapemirim, o pico foi entre 1921 e 1927, conforme Gráfico 15, na sequência.

Gráfico 15 - Histograma da distribuição dos anos em que foram realizados os casamentos tabelados, em Itapemirim. O Eixo vertical indica o quantitativo de casamentos e o eixo horizontal os anos em que ocorreram

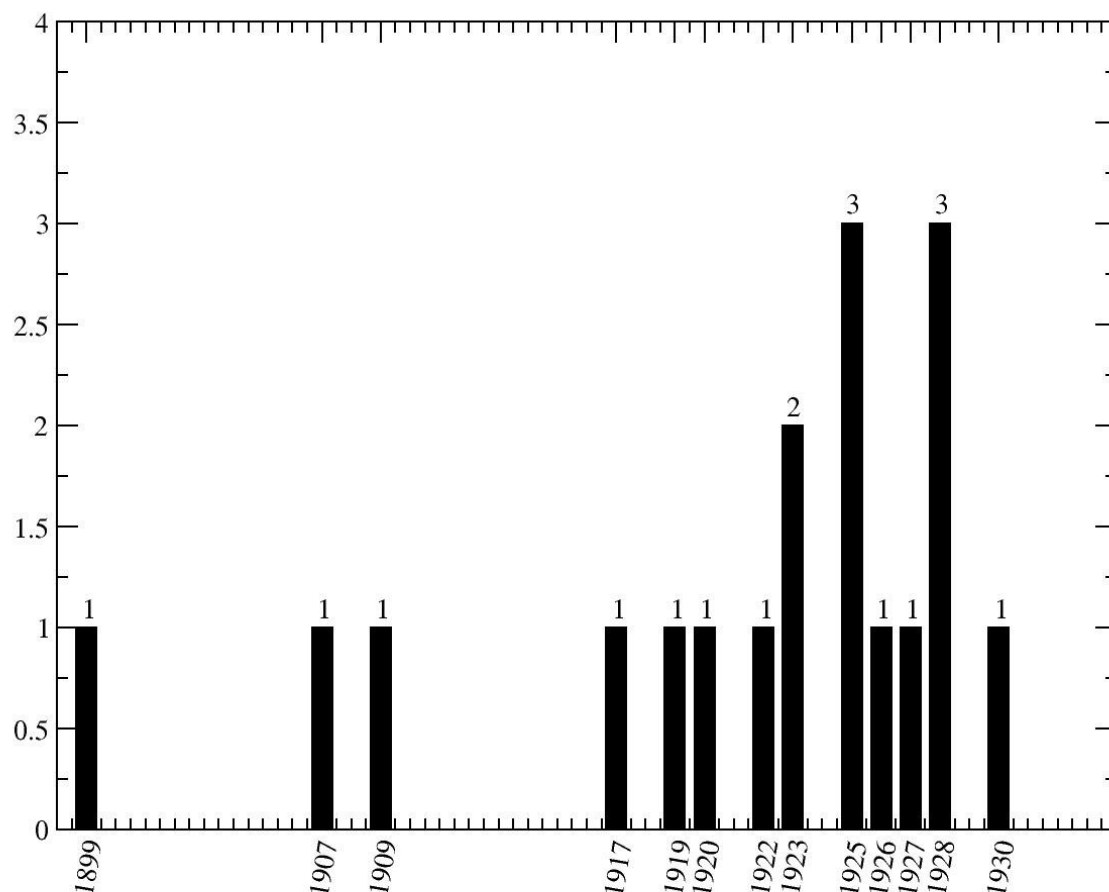


Fonte: Produção do autor⁴¹⁷

Em Mimoso, o auge dos anos de ocorrência desses casamentos também foi a década de 1920, mais especificamente entre os anos de 1923 e 1928. O Gráfico 16 dá uma dimensão de como essa década se destacou quanto à realização desses enlaces, no distrito de Mimoso, na região do Itabapoana.

⁴¹⁷ Dados adaptados do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, de Itapemirim.

Gráfico 16 - Histograma da distribuição dos anos em que foram realizados os casamentos tabelados, em Mimoso. O Eixo vertical indica o quantitativo de casamentos e o eixo horizontal os anos em que ocorreram

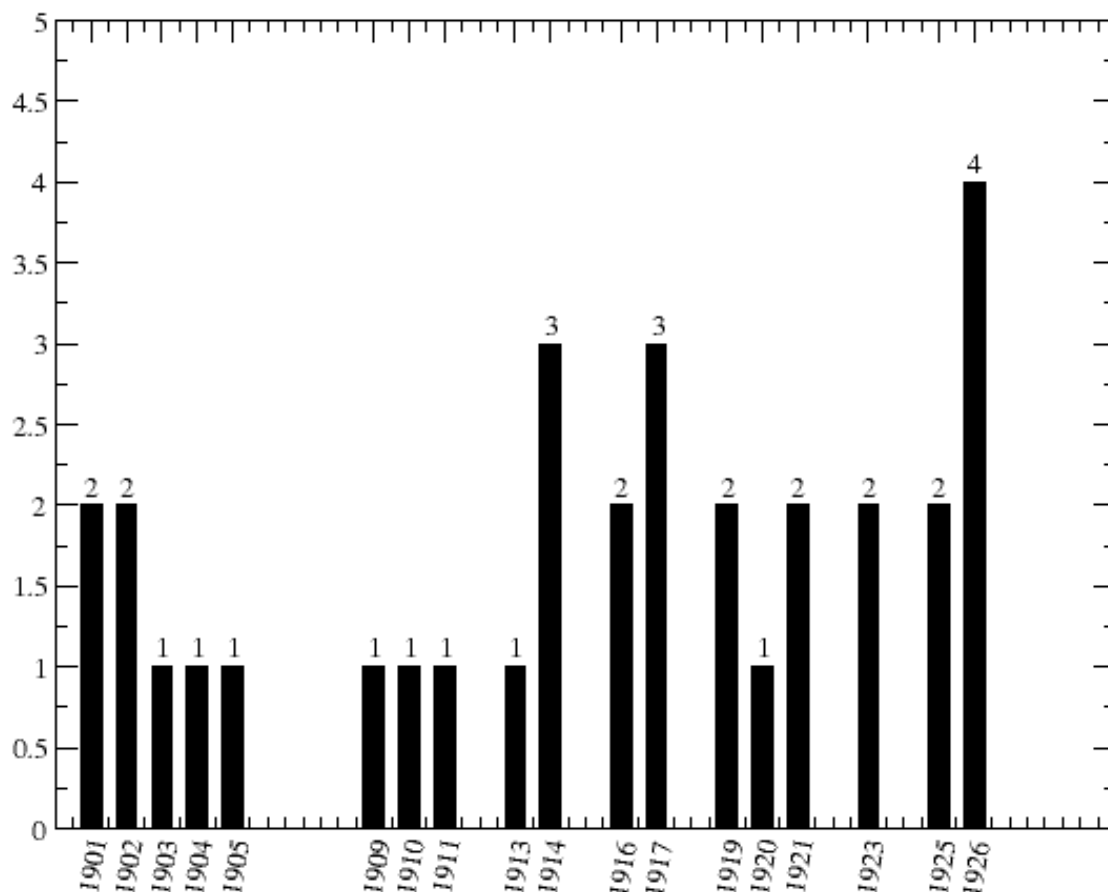


Fonte: Produção do autor⁴¹⁸

No Gráfico 17, a seguir, que mostra os anos em que foram realizados os casamentos em Cachoeiro, o pico se deu entre 1914 e 1926, período em que ocorreram 21 dos 32 matrimônios efetuados na cidade.

⁴¹⁸ Dados adaptados do Cartório de Notas e Registro Civil, de Mimoso do Sul.

Gráfico 17 - Histograma da distribuição dos anos em que foram realizados os casamentos tabelados, Cachoeiro de Itapemirim. O Eixo vertical indica o quantitativo de casamentos e o eixo horizontal os anos em que ocorreram



Fonte: Produção do autor⁴¹⁹

Há duas hipóteses que poderiam explicar a incidência dos casamentos nessas localidades, nesse período. A primeira, diz respeito aos fluxos migratórios para essa região, ocorridos depois da Primeira Guerra Mundial. A outra, reside no fato de que os que se casaram nessa época faziam parte da segunda geração de imigrantes, cujos antepassados, chegados ao final do XIX e início do XX, depois de uma difícil inserção, puderam estabelecer redes de sociabilidade, que se consolidaram através do casamento.

⁴¹⁹ Dados adaptados do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

A questão econômica não deve ser desconsiderada, haja vista que a economia capixaba viveu anos bastante promissores, na década de 1920, com as altas nos preços do café e nas receitas estaduais (WANICK, 2008). As regiões em que essa rubiácea era a principal atividade econômica vivenciaram uma fase de prosperidade socioeconômica, que pode ter influenciado no aumento do número de casamentos. Isso porque casar-se com todas as pompas necessárias não era algo barato e acessível a todas as pessoas.

Portanto, o que se verificou nesse último capítulo foram as categorias constitutivas das trajetórias de alguns indivíduos das famílias de sírios e libaneses, que se assentaram em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim. Ademais, foram examinados episódios de conflito nos quais esses imigrantes orientais se envolveram. Foi possível ver que, a todo momento, esses sujeitos negociaram suas identidades, ampliando ou encurtando suas fronteiras étnicas, cujo principal objetivo era sua inserção social na sociedade sul capixaba.

Essa negociação foi feita tanto por intermédio da Justiça, a qual recorreram nos momentos em que se encontravam em desvantagem, mas também em vantagem, como pelo uso de outras estratégias, entre as quais a exogamia e a ajuda mútua. Por fim, o que se verificou foram muitos elementos a respeito dos casamentos que realizaram, cuja principal fonte foram os registros civis.

CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender como o êxito socioeconômico e político dos imigrantes sírios e libaneses assentados no sul do Espírito Santo contribuiu para a construção de uma etnicidade hifenizada por parte desses imigrantes. Na verdade, o que se verificou foi um acentuado processo de hibridização cultural, uma vez que eles buscaram uma inserção social mais célere. Por isso, desde o início de seu assentamento, optaram pelo uso de táticas e estratégias (CERTEAU, 1998) que os conduzissem a essa inserção.

Nesse sentido, uma das hipóteses que nortearam esta pesquisa é a de que, se nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, sírios e libaneses negociaram publicamente suas identidades, construindo uma etnicidade hifenizada, em pequenas cidades, como Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo, a demanda por rápida inserção social contribuiu para a construção de uma hibridização cultural. Provavelmente, a explicação esteja ligada à condição socioeconômica dessas localidades capixabas em que se assentaram.

Embora a região sul capixaba fosse, economicamente, a mais importante do Estado na Primeira República, não pode ser comparada à cidade de, São Paulo, por exemplo, onde essa etnicidade hifenizada foi possível. Ali, Lesser (2001) observou que, durante o processo de construção de uma identidade nacional, sírios e libaneses buscaram se identificar como brasileiros, ao mesmo tempo em que reforçaram sua etnicidade. De acordo com Lesser (2001), esses imigrantes negociaram publicamente suas identidades como brasileiros, através da Imprensa, por exemplo, mas também como sírios e libaneses.

Em Itapemirim, Mimoso e Cachoeiro de Itapemirim ocorreu um processo diferente. Apesar de se tratar de localidades com destacado papel econômico para a realidade capixaba, eram pequenas se comparadas a outras realidades brasileiras. Caracterizavam-se ainda pela grande concentração fundiária nas mãos de uma pequena elite, com fortes laços com a questão escravocrata, marcadamente conservadora. Portanto, ao que parece, foi preciso se hibridizar, abandonar - ou reinventar - mais rapidamente suas tradições culturais, absorvendo outras, para serem

socialmente aceitos. Outros estudos poderão apontar se há outras variáveis para explicar esse fenômeno.

Isso não significa que seus traços culturais foram totalmente apagados, porque a culinária se manteve viva. A opção pela endogamia feita por alguns também exemplifica que esses imigrantes buscaram se reforçar internamente, estreitando os laços que os unia a um passado, que conformava suas identidades. O abandono da língua árabe, a sua não transmissão aos filhos e o aprendizado da língua portuguesa foi parte desse processo de inserção, uma forma de poupar os descendentes dos preconceitos e estigmas dos quais os primeiros imigrantes foram vítimas.

Das narrativas orais, foi possível inferir que o abandono da língua árabe e o não ensino aos filhos se tratou de uma estratégia de inserção, feita a partir de um cálculo de como isso poderia lhes beneficiar e aos seus descendentes nesse processo de assentamento. Há outros exemplos de estratégias utilizadas por esses imigrantes na busca por sua inserção social, que foram bem-sucedidas. Uma das principais foi o casamento fora do grupo étnico, que ocorreu desde a chegada desses imigrantes em terras sul capixabas.

Dos casamentos de sírios e libaneses realizados nessas três localidades, entre os anos de 1890 e 1930, mais da metade ocorreu com membros de fora do grupo étnico. Inclusive, o primeiro casamento que se realizou em cada uma das localidades, Itapemirim (1899), Mimoso (1899) e Cachoeiro (1901), foi exogâmico, o que se pode justificar pela ausência de mulheres da colônia para se casar. Mas, então, por que não fizeram o movimento de ir ao Oriente Médio buscar uma esposa e voltar? Imigrantes orientais de outras localidades, como São Paulo, por exemplo, fizeram esse movimento. Da mesma maneira, esses imigrantes não as buscaram em outras localidades próximas. Não obstante isso, a exogamia se repetiu muito ao longo do período.

Outro aspecto que envolveu a exogamia foi o fato desses imigrantes terem procurado se casar com membros da elite das localidades pesquisadas. Algumas dessas famílias estavam em decadência econômica, ao contrário dos sírios e libaneses, que se encontravam em ascensão. Havia interesses em ambos os casos: para as famílias

locais, era uma possibilidade de recuperar o prestígio socioeconômico; para os sírios e libaneses e seus descendentes, a questão de serem mais bem vistos e, por conseguinte, aceitos mais rapidamente.

Alguns optaram por se casarem com imigrantes europeus, com destaque para as mulheres italianas, mas houve os que contraíram matrimônio com portuguesas e polonesas. Isso contribuiu, da mesma forma, para a hibridização cultural, expressa na questão do idioma e da culinária, em especial. A exogamia não se restringiu aos homens. Além do casamento, outras estratégias de inserção social que usaram foram a ajuda mútua, a entrada para a maçonaria e a conversão ao catolicismo romano.

Nesse sentido, se, por um lado, uma das hipóteses que norteava essa pesquisa foi a de que essas estratégias bem-sucedidas teriam permitido a construção de um espaço étnico de resistência à imposição de uma identidade nacional, por outro, isso não se confirmou. Na verdade, elas representaram muito mais a busca pela inserção do que uma resistência. No entanto, resistência pode ter sido o propósito da prática adotada, por esses imigrantes orientais, de transmitir aos filhos e netos a culinária étnica.

Foi impressionante perceber como as narradoras mudavam de tom e ritmo, como as feições dos narradores mudavam quando o assunto era a culinária árabe. Matos (2014) já havia destacado como a cozinha alimenta o coração, como é resistência diante dos deslocamentos. Ela envolve memórias afetivas e lança luz sobre o protagonismo da mulher na cozinha síria e libanesa, especialmente das mães. Por isso, os olhos dos narradores brilhavam, os sorrisos se abriam e as feições eram de alegria e satisfação.

Portanto, esse trabalho mostrou que as estratégias que sírios e libaneses utilizaram foram bem-sucedidas porque a inserção social desses imigrantes se deu de forma rápida e efetiva. Além disso, permitiu-lhes alguma soma de poder, e um dos exemplos disso é a relação que alguns estabeleceram com um dos mais importantes políticos capixabas na Primeira República, Jerônimo de Souza Monteiro. Ele intercedeu pelos sírios de Itapemirim, que sofriam perseguições. Foi também testemunha do casamento de uma das filhas de um sírio e libanês chamado Felipe Monteiro, cujo sobrenome deve ser uma homenagem àquele político. Este é, inclusive, um tema que

merece ser explorado, posteriormente: as relações de proximidade entre Jernônimo Monteiro e outros políticos e os sírios e libaneses no Espírito Santo.

Além deste, outra questão que precisa ser discutida sobre essa imigração é a do retorno. Sírios e libaneses vieram para o Espírito Santo para ficar? Tudo indica que sim, mas é preciso um estudo mais detalhado sobre isso, que permita uma melhor compreensão dessa relevante faceta da imigração. Segundo Fued Aride, seu pai retornou ao Líbano, mas não conseguiu ficar. Sayad (2000, p. 12) já havia observado que “[...] não existe retorno ao idêntico”. Para Rosangela Guarçoni, eles se adaptaram e não quiseram voltar. De acordo com Roberto Mezher, seu pai tinha desejo de voltar, mas desistiu.

Em relação às fontes orais, elas oportunizaram tanto (re)construir as trajetórias de indivíduos e de algumas famílias que imigraram para o sul capixaba, como também favoreceram a constituição das memórias a respeito desta imigração. Essas memórias individuais, coletivas e/ou sociais mostraram-se estritamente ligadas às identidades que esse grupo migrante construiu no seu processo de inserção social. Lançaram luz sobre a superação das dificuldades, sobre o predomínio do exercício da atividade comercial, mas também sobre a violência, o estigma e os casos de preconceito sofridos.

Quanto aos silêncios, eles foram revelados porque os narradores tiveram a oportunidade de falar e falaram: em Itapemirim, mencionaram o caso trágico do suicídio de Habib Mezher; em Mimoso, da doença de Constantino Nassur e a sua substituição pelo filho, Nicolau, no comércio da família; em Cachoeiro, do acidente com Brahim Depes. Narradores falaram sobre o envio de remessas de dinheiro para ajudar a família, que se encontrava em dificuldade financeira, e da saudade que os que imigraram primeiro sentiam de seus familiares deixados no país de origem.

A saudade e a devoção à terra natal os fez inserirem os nomes dessas localidades em seus sobrenomes: João e José, oriundos de Brumana, tornaram-se João e José Brumana; Jorge, de Bechara, tornou-se Jorge Bechara; Brahim, de Tanurim, tornou-se Felipe Félix Tannure. Não obstante isso, no caso da imigração síria e libanesa,

pode-se falar na existência de um *ethos* pelo comércio. A dedicação às atividades comerciais aparece tanto nas narrativas orais, como nas fontes escritas.

Das narrativas orais, pode-se inferir que todos os primeiros a imigrar estavam ligados ao comércio. Quanto aos registros civis, em Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, dos 32 casamentos analisados, 28 homens eram comerciantes ou empregados do comércio. Mas também ficou claro que um pequeno número desses imigrantes escolheu o campo para recomeçarem suas vidas, desempenhando atividades ligadas à agricultura. Esta é também uma questão que precisa ser melhor examinada em pesquisas futuras.

Por meio das fontes escritas, foi possível identificar e analisar a atuação bastante efetiva desses sujeitos migrantes. Tais documentos permitiram que sírios e libaneses fossem tirados da invisibilidade, do porão, e fossem trazidos à cena pública. Fizeram isto ao citarem seus nomes, idades, apelidos, estados civis, profissões, locais de origem, de residência, filiação, nome dos cônjuges, dos seus advogados, dos filhos etc. Elas facilitaram a compreensão de que esses indivíduos circularam por diversas localidades, cidades, estados, estabeleceram redes intermunicipais e interestaduais.

Ademais, esses documentos mostraram as maneiras através das quais se defenderam, acusaram e usaram as ferramentas que tinham às mãos para resolverem seus problemas. Recorreram à Justiça como meio de solucionar as suas querelas. Isso pôde ser visto na tentativa de expulsão que sofreram, em Itapemirim; no processo movido contra o médico Benedicto Tannure; no processo de falência de Francisco Melhem; nos inventários de Jorge Aly, Felipe Monteiro e Ruda Acha; no caso de Ragi Assadi Tannure; entre outros. Apelar para a Justiça também foi um meio de resistência numa sociedade bastante hostil.

Portanto, sírios e libaneses não se mostraram passivos e submissos àquilo que lhes era imposto por parte da sociedade receptora. Pelo contrário, foram ativos e negociaram a todo momento suas identidades, embora a força quase sempre estivesse do lado oposto. Negociaram, ora perderam, ora ganharam, mas se fortaleceram dentro e fora da colônia.

Ter a identidade reconhecida e respeitada não foi uma tarefa fácil, o que reforça a outra hipótese desta tese: por tratar-se de uma região periférica no cenário nacional, longe dos grandes centros urbanos, os sírios e libaneses assentados no sul do Espírito Santo enfrentaram grandes dificuldades na luta pelo reconhecimento de sua etnicidade e na construção de sua identidade. Destarte, vale mencionar o fato de alguns terem acumulado um grande capital, que muitas vezes facilitou essa negociação, principalmente nos momentos em que só por meio dele era possível negociar.

Outros fluxos migratórios para o sul do Espírito Santo envolvendo sírios e libaneses ocorreram ao longo do século XX, por razões diversas. Esses movimentos possuem características variadas, mas também contribuíram para a tessitura do tecido social capixaba, razão pela qual precisam ser analisados e compreendidos mais profundamente.

Ainda hoje é possível encontrar descendentes desses imigrantes orientais que sequer sabem a origem de seus nomes e sobrenomes. É uma questão de constituição da memória a respeito dessa imigração, que precisa ser discutida. Sendo assim, esta pesquisa, para além de fazer a sua contribuição para a história do Espírito Santo, também pode colaborar para o reconhecimento da importante participação dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes, no desenvolvimento do estado capixaba.

REFERÊNCIAS

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**: elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

AGHASSIAN et al. Introdução ao vocabulário do parentesco. In: AUGÉ, Marc (Org.). **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Perspectivas do homem/Edições 70, Lisboa, Portugal (1975), 2003, p. 11-74.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo (1858-1888). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/Ufes, 1993.

ALMEIDA, Lígia Cristina Sanches de. **Armênios e gregos otomanos: a polêmica de um genocídio**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social (USP), 2013, 157 p.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUGÉ, Marc (Org.). **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Perspectivas do homem/Edições 70, Lisboa, Portugal (1975), 2003.

AUGUSTO, Isabel Regina; DADALTO, Maria Cristina; SIUDA-AMBROZIAK, Renata (Orgs.). **Subjetividades em trânsito**: memória, emoção, e-imigração e identidades. Macapá/Rio de Janeiro: UNIFAP, Bonecker, 2017.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, José Luiz; FARIA, João Odílio Guedes. **Trevo da sorte Mimoso do Sul**. Mimoso do Sul –ES, Gracal, 2018.

BASTOS, Wilson. **Os sírios em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1988.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 18 de set. 2017.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1920. Promulga Código Civil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16>>. Acesso em 01 de nov. 2017.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense 1987.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michael. **Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BÉRODOT, Solene; POZZO, María Isabel. **La inmigración sirio-libanesa en la ciudad de Rosario, Argentina: continuidades, desvanecencias e intercambios**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/amerika/2746>>. Acesso em 13 de mar. 2018.

BITTENCOURT, Gabriel. **Indústria: a modernização do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

_____. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, Newton. **Histórias de Cachoeiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2011.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Aldus).

Cachoeiro: edição histórica. Cachoeiro de Itapemirim, 1976, p. 20.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo**. Vitória, Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, João Batista. Hibridismo cultural na América Latina. **Itinerários**, Araraquara, n. 2, p. 79-90, jul./dez. 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. V.1. Petrópolis: Vozes, 1998.

CÔGO, Ana Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. 2007, 200 f. Tese (Doutorado em História Econômica) Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CONDE, Bruno Santos. **Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. 2011, 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CORBINOS, Lorenzo Agar. Árabes y judíos en Chile: apuntes sobre la inmigración y la integración social. In: **Árabes y judíos en América Latina. Historia, representaciones y desafíos**. Compilado por Ignacio Klich. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/arabesyjudiosenchile.pdf>>. Acesso em 10 de jun. 2018.

_____. El comportamiento urbano de los migrantes árabes en Chile. **Revista EURE**, vol. IX, nº. 27, p. 73-84, Santiago, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Maria Cilda et al. **Correntes migratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses**. Vitória: Edufes, 1999.

DADALTO, Maria Cristina. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação “nós” e os “outros”. Vitória: **Dimensões**, vol. 26, 2011, p. 24-43.

_____. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. **SINAIS** - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, nº. 01, v. 1, Abril, 2007. p. 57-74.

DADALTO, Maria Cristina; SANTOS, Adilson Silva. Omissão? Sobre algumas queixas de um imigrante sírio em Iconha (1921). In: SARMIENTO, Érica et al. (Orgs.). **Movimentos, trânsitos & memórias: temas e abordagens**. Niterói: Universo, 2016, p. 330-340.

DE BONI, Luís Alberto. Imigração italiana: aspectos históricos. In: CASTIGLIONI, A. H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998, p. 279-286.

DUARTE, Samuel. **O Incalistrado: Topônimos capixadas de origem tupi**. Vitória: Formar, 2008. Coleção José Costa, v.14.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os “outsiders”**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ERIKSEN, Thomas H. **“Ethnicity and anthropological perspectives”**. Londres: Pluto Press, 1993.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaio de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55-82.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-61.

FERREIRA, Cláudia da Silva. **Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do Espírito Santo**. 2015, 133f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FRANSCESCETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil**: história oral de imigrantes. 2.ed. Salvador: Pontocom, 2012.

GLAZER, Nathan; MOYNIHAN, Daniel P. **Ethnicity**: theory and experience. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

_____. Ethnic identity. In: GLAZER, Nathan, MOYNIHAN, Daniel P. (Orgs.). **Ethnicity**: theory and experience. Cambridge: Harvard University Press, 1975, p. 111-140.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOMES, Fernando Carvalho; GRILLO, José Marcelo. **Fraternidade e Luz**: 120 anos. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2018.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe**: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos**: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana 3(1): 7-39, 1997.

HESS, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A república e o Espírito Santo**. 2.ed. Vitória: Multiplicidade, 2005.

HITTI, Philip K. **Síria**: a short history. New York: The Macmillan Company, 1959.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IOTTI, Luiza (Org.). **Imigração e colonização**: legislação de 1747-1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KEMEL, Cecília. **Sírios e libaneses**: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses**: mobilidade espacial e social. São Paulo: Anhambi, 1961.

LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na província do Espírito Santo (1831-1888)**. Dissertação Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Espírito Santo, 2013, 155 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Maria Helena Palmer. **O processo de emancipação municipal no estado do Espírito Santo**. Dissertação Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, 160 p.

LINHARES, Maria Yedda. **O Oriente Médio e o mundo árabe**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACHADO, Laryssa da Silva. O contrabando de escravos em Itapemirim após 1850: resistência ao cumprimento da lei. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Vitória-ES, Ano 1, n. 2, jul-dez. 2017, p. 54-71.

MACHADO, Igor José de Renó. Família e imigração ou o parentesco oculto nas engrenagens. **Seminário Internacional de Migração e Mobilidades na América do Sul**. ICS, Brasília, 12, 13, e 14 de Novembro de 2014.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro Antigo**. vol. 1. Cachoeiro de Itapemirim: 2001.

MARÍN, Maria Ángeles; CABRERA, Flor; ESPÍN, J. Victoria; RODRÍGUEZ, Mercedes. **Identidad en contextos multiculturales**. Universidade de Barcelona. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=12806246348011691567&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_vis=1>. Acesso em 10 de jun. 2018.

MARINS, Antônio. **Minha terra e meu município**. Rio de Janeiro, 1920.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Alimentando o coração: memória e tradição das mulheres imigrantes portuguesas São Paulo 1900 1950. In: SOUSA, Fernando de et al (Org.). **Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul**. Porto: CEPESE, 2014, v. 1, p. 105-123.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDINA, Grinalson Francisco. **História do antigo município de São Pedro de Itabapoana, estado do Espírito Santo**: páginas de nossa história (1534-1931). [s.l.]: [s.n.], [1932?].

MEIHY, Murilo. **Os libaneses**. São Paulo: Contexto, 2016.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo**: a epopeia das tropas e dos tropeiros. 2.ed. Vitória, IJSN, 1989.

MOREIRA, Evandro. **Cachoeiro**: uma história de lutas (1539-1930). Vol.1. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2004.

MOREIRA, Wania Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas? In: **Revista Dimensões**. Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, vol. 11, jul-dez, 2000, p. 137-144.

MORENO, Luciano Retore. **Itapemirim, como tudo começou**. Serra: Formar, 2016.

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro 1895)**: relato do Cavaleiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória / Carlo Nagar. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo (10), dez, 1993.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 3. Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

OSMAN, Samira Adel. **Entre o Líbano e o Brasil**: dinâmica migratória e história oral de vida. São Paulo, Tese de Doutorado, História Social, USP, 2006.

_____. Mahjar: imigração árabe no Brasil entre mitos, histórias e memórias. In: GATTAZ, André; FERNANDEZ, Vanessa Paola Rojas (Org.). **Imigração e imigrantes**: uma coletânea interdisciplinar. Salvador: Pontocom, 2015, p. 105-123.

_____. **Imigração árabe no Brasil**: história de vida de libaneses muçulmanos e cristãos. São Paulo: Xamã, 2011.

PENALDA, Gilson; SCHENEIDER, Liane. Identidade e hibridismo na Amazônia brasileira: um estudo comparativo de Dois Irmãos e Cinzas do Norte, de Milton Hatoun. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 21, 2012, p. 11-50.

PEREIRA, Ana Aparecida Barbosa. **Patrimônio rural do Espírito Santo: estudos para sua preservação**. 2012, 436 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SARTI, Flavia Medeiros. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultura e práticas epistolares. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 195-217, Maio/Ago 2010.

PERIN, Gedson. **Sírios e libaneses: violência e discriminação no sul do Espírito Santo (1898-1920)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Centro Universitário São Camilo-Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim. 2017, 28 p.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro:

CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

POUTIGNAT, Philippe; FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e interiorização da capital**. Vitória: Secult, 2010.

_____. Sob olhares e anseios: a relevância da região sul capixaba no contexto do século XIX (1855-1895). In: MARIN et al. **Vestígios da história sul capixaba em onze narrativas**. Vitória: Secult, 2011, p. 103-119.

RÉMOND, René. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Domingos Ubaldo Lopes. **O município de Cachoeiro de Itapemirim**. S. L. 1929.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)**. Dissertação mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Espírito Santo, 2012, 200 p.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)**. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Levi. **Crônicas de Cachoeiro**. Rio de Janeiro: Gelsa, 1966.

ROCHA, Silvana Maria Gomes da. **As relações de poder e as disputas simbólicas pelo Guandu em Cachoeiro de Itapemirim (1966 - 2016)**. Dissertação Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Espírito Santo, 2017, 166 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SABADINI, Cláudia; MANSUR, Higner. **Exposição fotográfica: Um século de Cachoeiro no olhar de Nelson Sylvan**, 2008.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **RBCS**. Vol. 23 nº. 66, fevereiro/2008, p. 131-138.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1889-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

_____. **A política capixaba na Primeira República**, 2008 (inédito).

_____. **Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República**, 2005 (inédito).

_____. Itapemirim contra os sírios: jacobinismo em versão capixaba? **XIII Simpósio de História: Autoritarismo, repressão e memória**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2001.

SANTOS, Adilson Silva. **Bernardo Horta de Araújo e a política de Cachoeiro de Itapemirim (1887-1913)**. Cachoeiro de Itapemirim: Cachoeiro Cult, 2012.

_____. Said Abdala: um sírio no interior de Alegre (ES). **Métis: história & cultura**. v. 13, n. 27, p. 171-182, jan./jun. 2015.

_____. Árabes em São João de Muqui-ES: do assentamento à tentativa de expulsão (1901). In: **Anais da XIII Semana de História Política: Quando "a imaginação toma o poder": Democracias e Representatividades | X Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 01 a 05/10/2018, p. 24-34.

SARMIENTO, Érica; CARVALHO, Maria Pinheiro de; FLIER, Patrícia (Orgs.). **Movimentos, trânsitos & memórias: temas e abordagens**. Niterói: Universo, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**. Ano XII, numero especial, janeiro/2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SIMONATO, Juliana Sabino. **Fazenda Santa Helena: escravidão, bastardia e poder**. 2008, 156f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **O desenvolvimento do porto de Vitória (1870-1940)**. Dissertação defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1980, 141 p.

SOUSA, Fernando de et al. (Org.). **Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul**. Porto: CEPESE, 2014, v. 1.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1991.

_____. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 315-351.

_____. **Sírios e libaneses: narrativas de história e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 (Série Lazuli imigrantes no Brasil).

_____. Redes em processos migratórios. **Tempos Social**, Revista de Sociologia, São Paulo, v. 20. N.1, 2008, p. 199-218.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 473-476.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, 22 (44): 203-220, ago./dez.2014.

WANICK, Flávio Calmon. **Aristeu Borges de Aguiar, um presidente atropelado pela História**: a política e a economia capixaba durante os anos 1928 a 1930. Vitória: Flor & Cultura, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EDIUNB, 2009.

FONTES ORAIS

ABDALLA, Amenaide. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Mimoso do Sul, 15 de mar. 2018.

ALVES, Maria da Penha. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Itapemirim, 4 de ago. 2017.

ARIDE, Fued. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Cachoeiro de Itapemirim. 16 de abr. 2018.

BECHARA, Sérgio Cardozo. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Itapemirim, 17 de jul. 2017.

BRUMANA, José Rubens. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Marataízes, 29 de jun. 2017.

CHEIBUB, Gelber. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Mimoso do Sul, 6 de jun. 2016.

CHAIBUB, Jésus. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Mimoso do Sul, 6 de jun. 2016.

CHAIBUB, Saidnei. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Mimoso do Sul, 6 de jun. 2016.

COSTA, Ariette Moulin. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Cachoeiro de Itapemirim, 12 de abr. 2018.

DEPES, Jorge. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Cachoeiro de Itapemirim, 10 de ago. 2018.

GUARÇONI, Rosangela Marques. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Mimoso do Sul, 12 de jul. 2017.

MARÃO, Carlos Alberto Alexandre. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Cachoeiro de Itapemirim, 20 de mar. 2018.

MEZHER, Roberto Jorge. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Itapemirim, 26 de ago. 2016.

NARS, Alice Brumana. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Itapemirim, 19 de abr. 2018.

SALOTTO, Karime Nassur. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Mimoso do Sul, 23 de mar. 2018.

TANNURE, José Antônio. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Cachoeiro de Itapemirim, 24 de mar. 2018.

PROCESSOS CRIME, INQUÉRITOS POLICIAIS E JORNAIS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Inquéritos Policiais. Inquérito n. 1.405, caixa 742.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E PESQUISA SOCIAL (LAPHIS) DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO – ESPÍRITO SANTO. Ação Criminal n. 185, de 04 de fevereiro de 1898.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E PESQUISA SOCIAL (LAPHIS) DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO – ESPÍRITO SANTO Processo n. 625, de 21 de julho de 1927.

ACERVO DA LOJA MAÇÔNICA “FRATERNIDADE E LUZ” – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Lista de membros da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz” N. 0623. Organizado por Dario Lumberto Viana. Fontes: Livros de Obreiros da Loja. Livros 1 e 2.

JORNAIS E PERIÓDICOS

a) LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E PESQUISA SOCIAL (LAPHIS) DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO – ESPÍRITO SANTO

O Cachoeirano. Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

O Município. Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

b) HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

A Luz. São Pedro de Itabapoana, 25/09/1915.

Comércio do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo. 09/01/1909.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 21/04/1898; 29/09/1898.

O Cachoeirano. Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

O Paiz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O Progresso. São Pedro de Itabapoana, 19/10/1902.

Jornal Sete Dias. Cachoeiro de Itapemirim. Espírito Santo, ed. 456, 29/08/1898.

REGISTROS DE NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO

a) Arquivo do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Itapemirim.

Registro de Casamento, Livro 11, fl. 150.

Registro de Casamento, Livro 5, fl. 45.

Registro de Casamento, Livro 8, fl. 113.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 6, 7, 8, 9, 10, 11, 11-A, 12, 13, 15, 16 e 16-A, 1899-1928. Itapemirim, ES.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 7, 8, 9, 10 e 11, 1899-1928. Itapemirim, ES.

Registro de Casamento, Livro 5, fl. 97.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livro 6, 1899-1928. Itapemirim, ES.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 15, 21, 22 e 23, 1899-1942.

Registro de Casamento, Livro 9, fl. 23.

Registro de Casamento, Livro 9, fl. 110.

Registro de Casamento, Livro 10, fl. 38.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 15, 16 e 18, 1899-1930.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, 15, 16, 18 e 20, 1899-1933. Itapemirim, ES.

Registro de Casamento, Livro 10, fl. 23 v.

Registro de casamento, Livro 11, fl. 26 v.

Registro de casamento, Livro 8, fl. 119 v.

Registros de Nascimento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato, livros 15, 17, 19, 21 e 23, 1899-1943. Itapemirim, ES.

Registro de Casamento, Livro 9, fl. 152.

b) Arquivo do Cartório de Notas e Registro Civil de Mimoso do Sul.

Livro de Registro de Nascimento, n. A-06, fl. 97 v.

Livro de Registro de Nascimento. Livro A-03, fl. 96.

Livro de Registro de Nascimento. Livro A-03, 96.

Livro de Registro de Casamento, Livro B-06, 106.

Livro de Registro de Casamento, n. B-03, fl. 194.

Livro de Registro de Casamento, Livro B1, fl. 100.

Livro de Registro de Casamento, Livro B-06, fl. 111.

Livro de Registro de Casamento, Livro B-08.

Livro de Registro de casamento, Livro B-03, fl. 194.

Livro de Registro de casamento, Livro B-05.

Livro de Registro de casamento, Livro B-06, fl. 136.

Livro de Registro de casamento, Livro B-07, fl. 142 v.

Livro de Registro de casamento, Livro B-08.

Livro de Registro de casamento, Livro B-02, fl. 27 v.

Livro de Registro de casamento, Livro B-05, fl. 141 v.

Livro de Registro de casamento, Livro B-05, fl. 8.

Livro de Registro de casamento, Livro B-03, fl. 104 v.

Livro de Registro de casamento, Livro B-04, fl. 67 v.

Livro de Registro de casamento, Livro B-06, fl. 121.

Livro de Registro de casamento, Livro B-08.

Livro de Registro de casamento, Livro B-07, fl. 78 v.

Livro de Registro de casamento, Livro B-09, fl. 19.

Livro de Registros de Nascimento, livros A-01 a A-13.

Livro de Registros de Casamento, livros B-01 a B-09.

Livro de Registro de Nascimento, Livro B-03, fl. 85 v.

Livro de Registro de Nascimento, Livro A-13, fl. 48.

Livro de Registro de Nascimento, Livro A-12, fl. 153 v.

Livro de Registro de Nascimento, Livro A-08, fl. 153.

c) Arquivo do Cartório de Registro Civil e Pessoas Naturais do 1º Ofício do Distrito da Sede, de Cachoeiro de Itapemirim.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 120 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 42. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 85. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 95 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 140 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 155 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 05, fl. 88. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 06, fl. 129. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 06, fl. 136. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 07, fl. 23 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 07, fl. 56. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 07, fl. 160. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 08, fl. 86. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 09, fl. 18 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 09, fl. 20. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 10, fl. 65 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 10, fl. 114. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 11, fl. 42. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 04, fl. 47. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 05, fl.143 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 06, fl. 55. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 06, fl.101 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 06, fl.174. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 06, fl.199. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 07, fl. 33. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 11, fl.12 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 10, fl.153. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 08, fl.9. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 10, fl.158 v. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 7, fl.122. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

Registro de Casamento, livro 8, fl.112. Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Ofício da sede.

d) Arquivo do Cartório do 5º Ofício de Notas de Cachoeiro de Itapemirim.

Escritura de Dissolução de Sociedade Comercial, livro 26, fl. 11.

Escritura de Compra e Venda, livro 21, fl. 21.

e) Fórum de Mimoso do Sul

Livro de Registro de Sentenças nº 1, Cartório do 2º Ofício, 23 de fevereiro de 1927, fls. 81 v e 82.

Livro de Registro de Sentenças nº 1, Cartório do 2º Ofício, 23 de abril de 1926, fl. 33.

Livro de Registro de Sentenças nº 1, Cartório do 2º Ofício, 04 de fevereiro de 1926, fl. 28.

Livro de Registro de Nascimento nº 2, fl. 133 v.

Livro de Registro de Sentenças nº 2, Cartório do 1º Ofício, fls. 74-78.

Livro de Registro de Sentenças, Cartório do 1º Ofício Cível, fls. 33-34.

Ação executiva de Theodomiro Ferreira contra Abdalla Kedy. 04/04-1927, fl. 2.

Ação executiva de Pedro O'Reilly de Souza contra Alvaro Nassur. 25/10/1929, fl. 3.

Processo de Fallencia Francisco Melhem, 20/03/1926, fl. 2.

Inventário de Antônia Crespo, nº. 816, 05/01/1927.

Inventário de Felipe Monteiro, s/nº, 04/11/1926.

Inventário de Ruda Acha, s/nº, 17/02/1914.

APÊNDICES

APÊNDICE I: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Projeto Sírios e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890-1930)

Roteiro das Entrevistas

Nome
completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: M () F ()

1. De sua família, quem primeiro emigrou para o Brasil?
2. Lugar de nascimento.
 - a) Cidade
 - b) País
3. Quando (em que ano) esse seu familiar emigrou para o Brasil?
4. Quais foram as razões pessoais para emigrar para o Brasil?
5. Que ocupações seu familiar tinha na terra natal? Quais eram as ocupações?
6. Emigrou sozinho ou em companhia de sua família, ou amigos?
7. Tinha parentes ou amigos no Brasil que o aconselharam a emigrar?
8. Onde conseguiu o dinheiro da viagem?
9. Era casado antes de vir para o Brasil?
 - a) Onde nasceu sua esposa?
 - b) Quantos filhos têm e onde nasceram?
10. Em que países viveu antes de vir para o Brasil?
 - a) Quanto tempo viveu em cada país?
 - b) Por que deixou cada um desses países?
11. Por que emigrou para o Brasil em vez de outro país qualquer?
12. Que países visitou a caminho do Brasil?
 - a) Quanto tempo demorou-se em cada país?
 - b) Quando e onde desembarcou no Brasil?
 - c) Quanto tempo demorou-se na cidade de desembarque?

13. A que igreja pertencia quando emigrou?
 - a) Mudou de religião ao chegar ao Brasil?
 - b) Se sim, o que motivou essa mudança de religião?
14. Sobre a vida educacional, onde e quando frequentou a escola primária? E a escola secundária?
15. Em relação à língua árabe, eles a ensinaram aos mais novos (filhos e/ou netos)?
16. Eles formaram alguma associação ou clube de sírios e libaneses? Se sim, sabe informar o nome dessa associação ou clube?
17. Em relação à culinária árabe, eles transmitiram à família?
18. Quando foram se estabelecendo no comércio, houve algum conflito com comerciantes de outras etnias?
19. Esses imigrantes mantinham relação com outros sírios e libaneses de outras localidades sul capixabas? Em que cidades?
20. Que atividade econômica desempenhou no Brasil? Se no comércio, que tipo de comércio estabeleceu?
21. Algum filho ou filha desses primeiros imigrantes ingressou nas profissões liberais?
 - a) Quantos filhos?
 - b) Em que profissões?
22. Algum filho ou filha desses primeiros imigrantes ingressou na carreira política?
 - a) Quantos filhos?
 - b) Que cargos exerceu e em que período?
 - c) Por qual partido político?

Referência

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses**: mobilidade espacial e social. São Paulo: Anhambi, 1961.

APÊNDICE II: TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGENS



**Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em História
Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM)**

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGENS

Pelo _____ presente _____ documento, eu, _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, (carteira de identidade ou de imigrante ou CPF nº) _____, domiciliado e residente na cidade de/do _____, na _____ rua _____, nº. _____, aptº. _____, bairro _____, CEP nº _____, declaro ceder ao Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM), sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento e das imagens de caráter histórico e documental que prestei e doei ao LEMM, na cidade de Vitória, em _____, em um total de _____ minutos gravados e/ou _____ imagens (fotografias, filmes etc.), perante o(s) pesquisador(es) _____

da equipe do LEMM, para a realização de pesquisa _____

Este Laboratório fica, conseqüentemente, autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, como também as imagens, além de permitir o acesso aos mesmos para fins idênticos,

segundo as normas do LEMM, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Local e data:

Entrevistado:

Entrevista concedida à

_____: _____

Coordenador do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório

APÊNDICE III: LISTA GERAL DE ENTREVISTADOS

Nome	Data da Entrevista	Localidade	Identificação
Alice Brumana Nars	19/04/2018	Itapemirim	(NARS, 2018)
Amenaide Abdalla	15/03/2018	Mimoso do Sul	(ABDALLA, 2018)
Ariette Moulin Costa	12/04/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(MOULIN, 2018)
Carlos Alberto A. Marão	20/03/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(MARÃO, 2018)
Fued Aride	16/04/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(ARIDE, 2018)
Gélber Cheibub	06/06/2016	Mimoso do Sul	(CHEIBUB, 2016)
Jésus Chaibub	06/06/2016	Mimoso do Sul	(CHAIBUB, J., 2016)
Jorge Depes	10/08/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(DEPES, 2018)
José Antônio Tannure	24/03/2018	Cachoeiro de Itapemirim	(TANNURE, 2018)
José Rubens Brumana	29/06/2017	Marataízes	(BRUMANA, 2017)
Karime Nassur Salotto	23/03/2018	Mimoso do Sul	(NASSUR, 2018)
Saidnei Chaibub	06/06/2016	Mimoso do Sul	(CHAIBUB, S., 2016)
Maria da Penha Alves	04/08/2017	Itapemirim	(ALVES, 2017)
Roberto Jorge Mezher	26/08/2016	Itapemirim	(MEZHER, 2016)
Rosangela M. Guarçoni	12/07/2017	Mimoso do Sul	(GUARÇONI, 2017)
Sérgio Cardozo Bechara	17/07/2017	Itapemirim	(BECHARA, 2017)

Fonte: Produção do autor